



# Diário OFICIAL Executivo

Ano CX

Edição Digital nº 11255 | 224 páginas  
Curitiba, Terça-feira, 06 de Setembro de 2022

## Sumário

### Poder Executivo

Poder Executivo .....	03
Casa Civil .....	88
Casa Militar .....	88
Procuradoria Geral do Estado .....	89
Controladoria Geral do Estado .....	93

### Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência .....	93
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento .....	106
Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior ...	106
Secretaria da Comunicação Social e da Cultura .....	107
Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas ..	108

Secretaria da Educação e do Esporte .....	109
Secretaria da Fazenda .....	144
Secretaria da Saúde .....	174
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho .....	175
Secretaria da Segurança Pública .....	178
Secretaria de Infraestrutura e Logística .....	183
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ..	183
Receita Estadual do Paraná .....	190

### Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias .....	209
Em Tempo .....	224



# PODER EXECUTIVO ESTADUAL



## Governo do Estado

Governador Carlos Massa Ratinho Junior		Controladoria Geral do Estado Raul Clei Coccaro Siqueira Luiz Fernando Neto de Castro	Controlador-Geral Diretor-Geral
Vice-Governador Darci Piana		Chefia de Gabinete do Governador Darlan Scalco	Chefe de Gabinete
Casa Civil João Carlos Ortega Luciano Borges dos Santos	Chefe da Casa Civil Diretor-Geral	Casa Militar Tenente Coronel Sérgio Vieira Benício	Chefe
Procuradoria Geral do Estado Letícia Ferreira da Silva Izabel Cristina Marques	Procuradora-Geral Diretora-Geral	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil Tenente Coronel Fernando Raimundo Schunig	Chefe

## Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Elisandro Pires Frigo Luciana Carla da Silva Azevedo	Secretário Diretora-Geral	Secretaria de Estado da Fazenda Renê de Oliveira Garcia Junior Marcia Cristina Rebonato do Valle	Secretário Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento Norberto Anacleto Ortigara Richardson de Souza	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo Everton Luiz Da Costa Souza Fabiana Cristina de Campos	Secretário Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura João Evaristo Debiasi Diego de Oliveira Nogueira	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística Fernando Furiatti Saboia José Brustolin Neto	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes Louise da Costa e Silva Garnica Nestor Bragagnolo	Secretária Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho Rogério Helias Carboni Marcio Juliano Marcolino	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas Augustinho Zucchi Lucio Mauro Tasso	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Segurança Pública Wagner Mesquita de Oliveira Francisco Jose Batista da Costa	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte Renato Feder Vinicius Mendonça Neiva	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Saúde Cesar Augusto Neves Luiz Nestor Werner Junior	Secretário Diretor-Geral



## Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado

Leonardo Weldt Franceschi

Praça Nossa Senhora de Salette, S/N

80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná

Informações 41 3200-5002

## Poder Executivo

### Lei nº 21.217

6 de setembro de 2022.

Denomina Alevir Benedetti a ponte sobre o Ribeirão Paixão, localizada na Rodovia Heitor Alencar Furtado -PR-218, no Município de Amaporã.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Denomina Alevir Benedetti a ponte sobre o Ribeirão Paixão localizada na Rodovia Heitor Alencar Furtado - PR-218, no Município de Amaporã, conforme demonstra o Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Coronel Lee  
Deputado Estadual

Anibelli Neto  
Deputado Estadual

Prot. 19.366.603-5

98009/2022

### ANEXO ÚNICO (Vetado)

98010/2022

OF/DL/CC nº 06/2022

Curitiba, 5 de setembro de 2022.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso VII do art. 87, combinado com o § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, decidi vetar o Anexo Único do Projeto de Lei nº 350/2021, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei em análise, de iniciativa parlamentar, visa denominar Alevir Benedetti a ponte sobre o Ribeirão Paixão localizada na Rodovia Heitor Alencar Furtado – PR-218, no Município de Amaporã.

Muito embora se reconheça o intuito da preposição, verifica-se que o Anexo Único do Projeto de Lei configura duplicação de ato normativo, vez que o art. 1º do referido texto legal já designa precisamente a localização da ponte, tornando-se dispensável a imagem constante do Anexo Único.

Os incisos I, II e III do art. 16 da Lei Complementar nº 176, de 14 de julho de 2014, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis estaduais, estabelecem que as disposições normativas necessitam ser redigidas com clareza, precisão e ordem lógica.

Consequentemente, verifica-se que o Anexo Único da proposição legislativa apenas reproduz o texto legal, o que o torna desnecessário por não complementar adequadamente a norma, de modo a ensejar o presente veto por ofensa à técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 176, de 2014.

Neste ponto, vislumbra-se a ocorrência da chamada inconstitucionalidade finalística, que está vinculada à falta de razoabilidade ou de proporcionalidade do ato legislativo.

Conforme leciona Carlos Roberto de Alckmin Dutra:

a inconstitucionalidade finalística tem um espectro de incidência maior — também alcançado pelo postulado da razoabilidade, pela sua grande plasticidade — que o controle da proporcionalidade, pois, além de abranger todas as hipóteses em que se pode constatar a 'desproporcionalidade (inadequação, desnecessidade, desbalanceamento na implementação de normas finalísticas concorrentes)'.<sup>1</sup>

No mesmo sentido, Elival da Silva Ramos esclarece que a inconstitucionalidade finalística alcança:

aquelas em que não há, propriamente, desproporção entre meios e fins e sim inaptidão formal do ato legislativo, de modo a não permitir a compreensão de seu significado (obscuridade, laconicidade etc.), ou contraditoriedade ou ilogicidade

(irracionalidade) em seu conteúdo dispositivo.<sup>2</sup>

Logo, a inconstitucionalidade finalística é aquela relacionada à inaptidão decorrente de inadequada estruturação interna do ato legislativo, redacional ou de conteúdo, a impedir a sua correta compreensão e aplicação.

Trata-se de vício ligado a radical inobservância de regras de Legística, a constituir impropriedade de tal gravidade a ponto de impedir que a lei possa surtir efeitos e obrigar, dada a sua vagueza, teor lacônico, obscuridade, contraditoriedade, ilogicidade ou a irracionalidade de seu conteúdo normativo ou de sua estruturação interna.<sup>3</sup>

Desta forma, por violar a atividade finalística do ato normativo, o Anexo Único está eivado de impropriedade redacional e estrutural. Isto porque não basta a verificação da compatibilidade da construção teórica, faz-se necessário perquirir a sua funcionalidade, isto é, se a forma adotada pelo legislador contribui do modo mais eficiente possível para atividade legislativa.

Por fim, entende-se também que o Anexo único colide com o princípio da necessidade legislativa, que segundo o entendimento doutrinário pode ser compreendido da seguinte forma:

Significa dizer que o exercício da atividade legislativa está submetido ao princípio da necessidade, isto é, que a promulgação de leis supérfluas ou iterativas configura abuso do poder de legislar. É que a presunção de liberdade, que lastreia o Estado de Direito democrático, pressupõe um regime legal mínimo, que não reduza ou restrinja imotivada ou desnecessariamente, a liberdade de ação no âmbito social. As leis não têm, pois, um fundamento objetivo, devendo mesmo ser reconhecida a inconstitucionalidade das normas que estabeleçam restrições dispensáveis.<sup>4</sup>

Assim, a manutenção de Anexo cujo teor seja meramente repetitivo ou ilustrativo poderia acarretar em incompreensão sobre a necessidade do ato normativo.

Desta feita, com o habitual respeito, decido pelo veto ao Anexo Único do Projeto de Lei sob análise, devendo ser, na sequência, restituído à Assembleia Legislativa.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
GOVERNADOR DO ESTADO

1 DUTRA, Carlos Roberto de Alckmin. A exigência constitucional e qualidade formal da lei e seus reflexos no processo legislativo e no controle de constitucionalidade. 2014. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-10112015-085752/publico/INTEGRAL\\_Carlos\\_Roberto\\_Alckmin\\_Dutra.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-10112015-085752/publico/INTEGRAL_Carlos_Roberto_Alckmin_Dutra.pdf)>.

2 RAMOS, Elival da Silva. A exigência de proporcionalidade no controle abstrato de normas brasileiro. Revista Mestrado em Direito: Direitos Humanos Fundamentais, v. 10, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://intranet.unifio.br/legado/edifio/index.php/rmd/article/view/423/471>>.

3 DUTRA, Carlos Roberto de Alckmin, op. cit.

4 MENDES, Gilmar Ferreira. Questões Fundamentais de Técnica Legislativa. In: Ajuris, vl. 18, n. 53, p. 114-138, nov. 1991, p. 38.

98007/2022

### Lei nº 21.218

6 de setembro de 2022.

Altera a Lei nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O inciso III do art. 3º da Lei nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - acompanhamento por uma pessoa por ela indicada durante o período pré-parto, parto e pós-parto, entendendo-se por pré-parto qualquer intercorrência médica ocorrida no período gestacional antes da data provável do parto e pós-parto até o momento de alta hospitalar da puérpera;

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Cristina Silvestri  
Deputada Estadual

Mabel Canto  
Deputada Estadual

Prot. 19.366.540-3

98011/2022

**Lei nº 21.219**

6 de setembro de 2022.

Altera dispositivo da Lei nº 19.832, de 1º de abril de 2019, que prioriza o atendimento de doadores de sangue raro e fenotipados convocados pelos bancos de sangue do Estado do Paraná.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 19.832, de 1º de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Define como doador de sangue fenotipado aquele que, após a doação convencional, teve seu sangue classificado por antígenos além do sistema ABO e outros antígenos eritrocitários clinicamente importantes, tais como do sistema de grupo sanguíneo RH (E, e, C, c), *Kell*, *Duffy*, *Kidd*, MNS, e em casos específicos, do sistema Diego, visando à maior similaridade possível com o sangue do eventual paciente receptor da transfusão, evitando a sensibilização e o desenvolvimento de anticorpos irregulares no receptor do sangue.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Evandro Araújo  
Deputado Estadual

Prot. 19.366.610-8

**98012/2022****Lei nº 21.220**

6 de setembro de 2022.

Institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 19 de agosto.

**Art. 2º** A semana ora instituída no art. 1º desta Lei tem como principais objetivos:

**I** - promover debates, reflexões e eventos sobre a mobilidade sustentável e segurança de ciclistas no trânsito, motivando soluções inovadoras de gestão pública;

**II** - incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte;

**III** - estimular o uso da bicicleta como atividade desportiva, lazer e recreativa;

**IV** - sensibilizar a sociedade, empreendedores privados e os gestores públicos sobre:

a) os benefícios socioeconômicos da prática do ciclismo, sobre a segurança no trânsito e direitos dos ciclistas;

b) a prática do ciclismo como contribuição relevante à saúde pública e à sustentabilidade socioambiental;

**V** - contribuir para a mobilização em prol da ampliação da malha cicloviária no Estado, e da afirmação da bicicleta como modal integrado ao sistema de transporte.

**Art. 3º** A Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Subtenente Everton  
Deputado Estadual

Alexandre Amaro  
Deputado Estadual

Prot. 19.396.616-0

**98020/2022****Lei nº 21.221**

6 de setembro de 2022.

Concede o Título de Capital Estadual da Cambira ao Município de Pontal do Paraná.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Concede o Título de Capital Estadual da Cambira ao Município de Pontal do Paraná.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto  
Deputado Estadual

Prot. 19.396.707-8

**98022/2022****Lei nº 21.222**

6 de setembro de 2022.

Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia de Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia de Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres a ser realizado em 24 de junho.

**Art. 2º** O Dia de Combate ao Assédio Institucional contra mulheres tem o objetivo de conscientizar, prevenir e combater todos os tipos de assédio, sejam eles de natureza moral ou sexual, cometidos contra mulheres no ambiente de trabalho de Instituições Públicas do Estado do Paraná.

**Art. 3º** As Instituições Públicas, havendo possibilidade técnica e de infraestrutura implantada, para prevenir, punir e erradicar o assédio contra a mulher, se orientarão pela:

**I** - promoção e realização de campanhas educativas de prevenção de assédio contra mulheres, como a realização de palestras, seminários, rodas de conversa, confecção de cartilhas, visando conscientizar a população sobre a importância do ambiente de trabalho saudável para todas as mulheres;

**II** - estimulação à realização de denúncias por parte das vítimas;

**III** - celebração e promoção de parceria entre órgãos governamentais ou não-governamentais, visando a erradicação da violência contra a mulher; e

**IV** - capacitação permanente dos servidores públicos quanto à prevenção e combate ao assédio, inclusive com a possibilidade da inclusão de disciplinas que aborde o assédio institucional contra mulheres.

**Art. 4º** O Dia de Combate ao Assédio Institucional contra mulheres passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Cristina Silvestri  
Deputada Estadual

Mabel Canto  
Deputada Estadual

Prot. 19.396.665-9

**98023/2022****Lei nº 21.223**

6 de setembro de 2022.

Institui a Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná é integrada por todos os municípios que dispõem de estandes de tiro desportivo.

**Art. 2º** A Rota Turística do Tiro Desportivo tem como objetivos:

**I** - a promoção e a divulgação:

a) dos Clubes e Escolas de Tiro nos municípios integrantes da Rota Turística do Tiro Desportivo;

b) dos eventos e pontos turísticos dos Municípios que integram a Rota Turística do Tiro Desportivo, para potencializar o desenvolvimento socioeconômico regional do Estado;

**II** - a integração dos municípios que compõem o programa Rota Turística do Tiro



Desportivo, com vista ao estímulo e desenvolvimento da prática do tiro desportivo no Estado do Paraná;

**III** - o fortalecimento, a ampliação e o desenvolvimento da atividade nos Clubes e Escolas de tiro Desportivo como fonte de geração de emprego e renda;

**IV** - o incentivo à prática do tiro desportivo;

**V** - a articulação de ações conjuntas entre o Governo do Estado, os municípios abrangidos e a sociedade civil.

**Art. 3º** A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo incluirá os eventos de competição de tiro no calendário de eventos turísticos do Estado.

**Parágrafo único.** Os eventos incluídos na Rota Turística serão os promovidos pelas seguintes instituições:

**I** - Federação Paranaense de Tiro Esportivo;

**II** - Confederação Brasileira de Tiro Esportivo;

**III** - Federação Paranaense de Tiro Prático;

**IV** - Confederação Brasileira de Caça e Tiro.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Maria Victoria  
Deputada Estadual

Tiago Amaral  
Deputado Estadual

Prot. 19.396.643-8

**98046/2022**

**Lei nº 21.224**

6 de setembro de 2022.

Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência aos Necessitados - Lar dos Idosos Perseverança, com sede no Município de Paranaguá.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência aos Necessitados - Lar dos Idosos Perseverança, com sede no Município de Paranaguá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Marcio Pacheco  
Deputado Estadual

Prot. 19.439.148-0

**98048/2022**

**Lei nº 21.225**

6 de setembro de 2022.

Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Asperger a ser realizado anualmente em 18 de fevereiro.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Asperger a ser realizado anualmente em 18 de fevereiro.

**Parágrafo único.** A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 2º** O Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Asperger tem por objetivo:

**I** - divulgar informações sobre o transtorno;

**II** - sensibilizar a população sobre suas características, sua relação com o espectro do autismo e o seu impacto nos indivíduos que com ela vivem;

**III** - integrar as pessoas com a síndrome na sociedade;

**IV** - possibilitar o diagnóstico e o tratamento precoce.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto  
Deputado Estadual

Prot. 19.439.218-4

**98049/2022**

**Lei nº 21.226**

6 de setembro de 2022.

Altera o art. 28 da Lei nº 14.037, de 20 de março de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O art. 28 da Lei nº 14.037, de 20 de março de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. O descumprimento da presente Lei acarretará:

**I** - multa, em valor a ser estabelecido pelo Poder Executivo;

**II** - pagamento das despesas com transporte, hospedagem, alimentação, serviços veterinários e demais custos advindos do cuidado com o animal; e

**III** - perda da guarda, posse ou propriedade do animal.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto  
Deputado Estadual

Prot. 19.453.068-4

**98050/2022**

**Lei nº 21.227**

6 de setembro de 2022.

Autoriza a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação aos produtores ou distribuidores paranaenses de etanol hidratado combustível, com fulcro no inciso V do caput e no § 5º, ambos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, e no Convênio ICMS 116, de 27 de julho de 2022.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo a conceder crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos produtores ou distribuidores paranaenses de etanol hidratado combustível, no montante de R\$ 228.918.897,99 (duzentos e vinte e oito milhões e novecentos e dezoito mil e oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), conforme prevê o inciso V do caput e o § 5º, ambos do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 123, de 14 de julho de 2022, e o Convênio ICMS 116, de 27 de julho de 2022.

**Parágrafo único.** O crédito presumido de que trata o caput do art. 1º desta Lei observará o seguinte:

**I** - deverá ser concedido até 31 de dezembro de 2022, podendo ser aproveitado nos exercícios posteriores;

**II** - será compensado pela União, sob a forma de auxílio financeiro ao Estado do Paraná nos termos, procedimentos e requisitos previstos no inciso V do caput e no § 5º, ambos do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 123, de 2022.

**Art. 2º** Resolução publicada pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA regulamentará os limites, parâmetros e condições para a concessão do crédito presumido de que trata esta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2022.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Prot. 19.325.732-1

**98051/2022**

**Lei nº 21.228**

6 de setembro de 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Estabelece, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, no § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e na Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I** - as disposições gerais;
- II** - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;
- III** - as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento;
- IV** - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- V** - a política de aplicação da agência financeira oficial de fomento;
- VI** - as disposições sobre transferências;
- VII** - a administração da dívida e a captação de recursos; e
- VIII** - as disposições finais.

**Parágrafo único.** Integram esta Lei o Anexo I – Metas Fiscais e o Anexo II – Riscos Fiscais.

**CAPÍTULO II**  
**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

**Art. 2º** As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2023, estão estabelecidas na Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, do Plano Plurianual - 2020 a 2023, observada a eficiência no gasto público, o equilíbrio e a transparência na gestão fiscal, desdobradas em ações compondo os Programas a seguir discriminados:

- Programa 01 – Desenvolvimento Sustentável das Cidades
- Programa 02 – Paraná do Futuro: Sustentabilidade e Turismo
- Programa 03 – Saúde Inovadora Para um Paraná Inovador
- Programa 04 – Desenvolvimento Rural e Abastecimento com Sustentabilidade
- Programa 05 – Educação e Esporte: Transforma Paraná
- Programa 06 – Paraná Mais Ciência
- Programa 07 – Energia COPEL
- Programa 08 – Ensino Superior Inovador
- Programa 09 – Detran Participativo: Ágil e Digital
- Programa 10 – Casa Fácil PR
- Programa 11 – Modernização da Infraestrutura do Paraná
- Programa 12 – Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
- Programa 13 – Segurança com Integração, Inovação e Inteligência
- Programa 14 – Universalização do Saneamento Básico
- Programa 15 – Paraná Cultural
- Programa 16 – Justiça, Cidadania, Trabalho e Assistência Social
- Programa 40 – Gestão Pública, Transparência & Compliance
- Programa 41 – Assegurar o Equilíbrio Fiscal
- Programa 42 – Gestão Administrativa
- Programa 43 – Gestão Institucional – Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública
- Programa 44 – Planeja Paraná

**§ 1º** As metas e prioridades da Administração Pública Estadual também observarão os princípios dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 20.538, de 20 de abril de 2021, norteados pelos seguintes objetivos prioritários:

- I** - direito à vida, à saúde e ao meio ambiente equilibrado;
- II** - direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;
- III** - direito à convivência familiar e comunitária;
- IV** - direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- V** - direito à profissionalização e à proteção no trabalho;
- VI** - fortalecimento das estruturas do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente; e
- VII** - direito à cidade, à habitação e ao transporte público eficiente e sustentável.

**§ 2º** Além das metas e prioridades previstas no caput deste artigo, o Poder Judiciário deverá buscar o cumprimento dos principais objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico – 2022 a 2026, conforme apresentados abaixo:

- I** - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;
- II** - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;

**III** - Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais;

**IV** - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos;

**V** - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios;

**VI** - Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

**§ 3º** A Lei Orçamentária Anual deve contemplar os produtos para execução das metas do Plano Plurianual vigente.

**Art. 3º** A gestão e a aplicação dos recursos dos fundos orçamentários e extra orçamentários do Poder Executivo vinculados a áreas pertinentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão orientadas ao cumprimento do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado do Paraná com foco em 2030, em conformidade à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Cúpula das Nações Unidas.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO****Seção I**  
**Da Organização e Estrutura do Orçamento**

**Art. 4º** A Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná para o exercício de 2023 apresentará a estimativa consolidada total das receitas e despesas, as quais serão detalhadas nas seguintes esferas orçamentárias:

- I** - Orçamento Fiscal;
- II** - Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS; e
- III** - Orçamento de Investimento das empresas não dependentes.

**Art. 5º** O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, discriminará a receita de recolhimento centralizado e descentralizado por natureza de receita, conforme o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 6º** O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por:

- I** - unidade orçamentária;
- II** - unidade gestora;
- III** - função e subfunção;
- IV** - programa de governo;
- V** - ação orçamentária;
- VI** - categoria econômica, compreendendo:
  - a) despesas correntes; e
  - b) despesas de capital;
- VII** - grupo de natureza, compreendendo:
  - a) pessoal e encargos sociais;
  - b) juros e encargos da dívida;
  - c) outras despesas correntes;
  - d) investimentos;
  - e) inversões financeiras; e
  - f) amortização da dívida;
- VIII** - grupo de fonte, compreendendo:
  - a) grupo 01 – recursos próprios do Tesouro;
  - b) grupo 09 – convênios;
  - c) grupo 10 – outras transferências;
  - d) grupo 15 – operações de crédito do Tesouro; e
  - e) grupo 95 – recursos de outras fontes.

**§ 1º** Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são os estabelecidos na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações.

**§ 2º** A ação orçamentária é entendida como projeto, atividade ou operação especial.

**§ 3º** A discriminação da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”, a qual tem por finalidade indicar como os recursos serão aplicados e evitar sua dupla contagem nos casos de transferência e descentralização, podendo ser modificada durante a execução sem configurar abertura de crédito adicional.

**§ 4º** Resolução do Secretário de Estado da Fazenda classificará as fontes de receita nos grupos de que trata o inciso VIII do *caput* deste artigo.

**§ 5º** A Secretaria de Estado da Fazenda realizará os ajustes necessários nos sistemas de planejamento, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil para a implantação da padronização de fontes ou destinação de recursos nos termos da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, e da Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021.

**§ 6º** A composição dos blocos de informação com função, subfunção, programa de governo e ação orçamentária configura o Programa de Trabalho para fins de classificar as movimentações orçamentárias, de que trata o parágrafo único do art. 14 desta Lei.

**Art. 7º** O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado – RPPS, referente aos fundos públicos de natureza previdenciária, discriminará a receita por

natureza, conforme o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 8º** O Orçamento do RPPS discriminará a despesa por:

**I** - fundo público de natureza previdenciária;

**II** - categoria econômica, compreendendo:

a) despesas correntes; e

b) despesas de capital;

**III** - grupo de natureza, compreendendo:

a) pessoal e encargos sociais;

b) juros e encargos da dívida;

c) outras despesas correntes;

d) investimentos;

e) inversões financeiras; e

f) amortização da dívida.

**Art. 9º** O Orçamento de Investimento será composto pela programação das empresas não dependentes das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, discriminada por:

**I** - unidade orçamentária;

**II** - função e subfunção;

**III** - programa de governo;

**IV** - ação orçamentária; e

**V** - fonte de financiamento.

**Art. 10.** A Lei Orçamentária Anual, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente incluirá novas obras e investimentos se:

**I** - após adequadamente atendidas àquelas já em andamento, no caso de obras e investimentos e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público; e

**II** - forem compatíveis com o Plano Plurianual vigente.

**Art. 11.** As obras previstas nos orçamentos fiscal e de investimento deverão ser apresentadas nos anexos previstos nos incisos V e VI do art. 12 desta Lei, contendo os seus respectivos custos e discriminadas por ação orçamentária.

**Parágrafo único.** As obras iniciadas em exercícios anteriores terão prioridade na aplicação dos recursos.

**Art. 12.** A Proposta Orçamentária do Estado para o exercício de 2023 será encaminhada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2022, contendo:

**I** - mensagem;

**II** - texto da lei;

**III** - discriminação da legislação da receita;

**IV** - resumos gerais das receitas e despesas do Orçamento Fiscal;

**V** - anexo do Orçamento Fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta Lei;

**VI** - anexo do Orçamento de Investimento, na forma definida nesta Lei;

**VII** - anexo do demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais;

**VIII** - anexo do Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

**IX** - anexo de autorizações específicas de que trata o inciso II do § 1º do art. 169, da Constituição Federal, relativas a despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

**X** - anexo de ajustes no Plano Plurianual; e

**XI** - anexos contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa, as emendas ao conteúdo programático, aos cancelamentos e as emendas coletivas e ao texto, que serão incluídas por ocasião da tramitação do projeto de Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa.

**Art. 13.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública serão apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos limites estabelecidos nesta Lei, até o dia 10 de setembro de 2022.

**Parágrafo único.** Se os órgãos referidos no caput deste artigo não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na Lei Orçamentária vigente, ajustados proporcionalmente de acordo com os limites estipulados nos arts. 18 e 21 desta Lei.

**Art. 14.** Autoriza o Poder Executivo a realizar movimentações orçamentárias, totais ou parciais, de dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e nos créditos adicionais que a modifiquem, em conformidade ao inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Compreendem as movimentações orçamentárias que trata o caput deste artigo:

**I** - Transferência: realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão orçamentário e de um mesmo Programa de Trabalho ao nível de categoria econômica de despesa;

**II** - Transposição: realocação de recursos que ocorre entre mais de um Programa de Trabalho, dentro de um mesmo órgão orçamentário;

**III** - Remanejamento: realocação de recursos em âmbito interorganizacional, isto é, de um órgão orçamentário para outro.

**Art. 15.** Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares nos Orçamentos Fiscal, do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e de Investimentos até o limite de 15% (quinze por cento) do valor da receita consolidada total estimada

para o exercício, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**§ 1º** Não serão considerados no limite estabelecido no caput deste artigo os créditos suplementares:

**I** - para atender despesas com pessoal e encargos sociais;

**II** - para atender contribuições, aportes e transferências aos fundos públicos de natureza previdenciária;

**III** - para atender despesas com o serviço da dívida pública, transferências constitucionais e legais, precatórios e obrigações tributárias e contributivas;

**IV** - para atender convênios, acordos nacionais e operações de crédito e suas contrapartidas não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos contratos, das respectivas variações monetária e cambial e da contrapartida exigida;

**V** - para atender determinações decorrentes de normas federais ou estaduais que entrarem em vigência após a publicação desta Lei;

**VI** - à conta de recursos consignados na reserva de contingência;

**VII** - com recursos provenientes de excesso de arrecadação;

**VIII** - com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

**IX** - abertos por atos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública; e

**X** - para atender despesas vinculadas à Ciência e Tecnologia, conforme Art. 205 da Constituição Estadual do Paraná.

**§ 2º** Os limites máximos para os créditos suplementares realizados para cobertura das despesas indicadas nos incisos I a III do § 1º deste artigo serão equivalentes a 30% (trinta por cento) sobre a base de que trata o caput deste artigo.

**§ 3º** Em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base na autorização contida no caput deste artigo, ficam automaticamente ajustados o Anexo de Vinculações e os detalhamentos das obras.

**§ 4º** Para abertura de créditos suplementares aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública por atos próprios, a Lei Orçamentária Anual estabelecerá limite de 15% (quinze por cento) sobre a dotação orçamentária fixada para o respectivo órgão ou Poder no exercício, observadas as exceções previstas nos incisos do § 1º deste artigo.

**§ 5º** Estão compreendidas na autorização do caput deste artigo as transferências, transposições e remanejamentos de que trata o parágrafo único do art. 14 desta Lei.

**Art. 16.** As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS serão executadas mediante empenho, liquidação e pagamento utilizando-se a modalidade de aplicação 91, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, excetuando os repasses para cobertura das insuficiências financeiras dos Fundos Financeiro e Militar.

**Parágrafo único.** Os repasses efetuados a título de insuficiência financeira dos Fundos Financeiro e Militar, inclusive relativos aos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, serão realizados, obrigatoriamente, por meio de execução extraorçamentária de seu respectivo órgão, conforme estabelecido na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, instituído pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, e Portaria STN nº 1.131, de 4 de novembro de 2021.

**Art. 17.** A proposta orçamentária será elaborada de acordo com as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual 2020 a 2023 e com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei Complementar Estadual nº 231, de 2020, e demais normas vigentes.

## Seção II

### Das Diretrizes para a Elaboração do Orçamento

**Art. 18.** O orçamento dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual, excluídas as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as contribuições ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, as operações de crédito, as transferências da União, o percentual destinado ao pagamento de precatórios, previsto na alínea “b” do inciso I do § 2º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, além das receitas vinculadas, exceto as receitas relacionadas às despesas mínimas obrigatórias, previstas no art. 198 da Constituição Federal e no art. 185 da Constituição Estadual e as cotas-partes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE:

**I** - PODER LEGISLATIVO: 5,0% (cinco por cento);

**II** - PODER JUDICIÁRIO: 9,5% (nove vírgula cinco por cento);

**III** - MINISTÉRIO PÚBLICO: 4,1% (quatro vírgula um por cento).

**Parágrafo único.** Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

**Art. 19.** Verificado excesso de arrecadação no orçamento do exercício de 2023, este não será objeto de repasse aos demais Poderes e Órgãos, previstos no art. 18 desta Lei, respeitados os limites financeiros previstos.

**Art. 20.** O Poder Judiciário encaminhará, no prazo de noventa dias, projeto de lei visando alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, a fim de isentar o Poder Executivo do pagamento de custas judiciais e extrajudiciais a partir do exercício de 2023.

**Art. 21.** A Defensoria Pública do Paraná terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de R\$ 76.250.000,00 (setenta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil reais).

**Art. 22.** Ao limite estabelecido nos arts. 18 e 21 serão deduzidos os montantes necessários ao cumprimento do parágrafo único do art. 16, todos os dispositivos desta Lei.

**Parágrafo único.** Cabe ao Paranaprevidência a realização do cálculo para cumprimento do *caput* deste artigo.

**Art. 23.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias custeadas com fontes do Tesouro Estadual, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, conforme estabelece o art. 168 da Constituição Federal.

**Art. 24.** A fixação das despesas com Recursos do Tesouro, para os Órgãos do Poder Executivo, deverá priorizar as despesas com:

**I** - vinculações e transferências constitucionais e legais;

**II** - despesas de pessoal e encargos sociais;

**III** - contribuições, aportes e transferências aos fundos públicos de natureza previdenciária;

**IV** - serviço da dívida;

**V** - precatórios;

**VI** - obrigações tributárias e contributivas;

**VII** - manutenção básica, assim entendidas as despesas necessárias para garantir o funcionamento dos serviços públicos essenciais à população;

**VIII** - programas financiados, convênios e suas respectivas contrapartidas; e

**IX** - reserva de contingência.

**Art. 25.** A fixação das despesas com recursos próprios da Administração Indireta deverá priorizar as despesas com:

**I** - despesas de pessoal e encargos sociais;

**II** - contribuições, aportes e transferências aos fundos públicos de natureza previdenciária;

**III** - serviço da dívida;

**IV** - precatórios e requisições de pequeno valor oriundas do Poder Judiciário Estadual ou Federal;

**V** - obrigações tributárias e contributivas;

**VI** - manutenção básica, assim entendidas as despesas necessárias para garantir o funcionamento dos serviços públicos essenciais à população; e

**VII** - contrapartida de financiamentos e convênios.

**Parágrafo único.** As unidades da Administração Direta e Indireta deverão programar os valores necessários ao pagamento integral e do parcelamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP incidente sobre os recursos próprios e do Tesouro diretamente arrecadados e sobre recursos advindos da Emenda Constitucional Federal nº 93, de 8 de setembro de 2016, exceto as unidades cuja arrecadação é centralizada na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda – AGE/SEFA.

**Art. 26.** Os recursos do Tesouro Estadual destinados às empresas referidas no art. 9º desta Lei serão previstos no Orçamento Fiscal sob a forma de constituição ou aumento de capital.

**Art. 27.** A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a no mínimo 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, a ser utilizada em conformidade ao inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 28.** Os órgãos e entidades da Administração Indireta com receitas descentralizadas do Tesouro Geral do Estado deverão programar o pagamento das requisições de pequeno valor oriundas do Poder Judiciário Estadual ou Federal à conta de suas dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras próprias.

**Art. 29.** Serão deduzidos dos repasses financeiros estabelecidos no art. 23 desta Lei, as parcelas referentes ao descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 23 da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012.

**Parágrafo único.** Autoriza o Ministério Público do Estado do Paraná a utilizar os saldos existentes em decorrência da migração instruída pela Lei nº 18.469, de 30 de abril de 2015, para cumprimento do contido no *caput* deste artigo.

### Seção III

#### Das Diretrizes para a Execução do Orçamento

**Art. 30.** A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada, por meio de movimentação de crédito, observadas as disposições contidas na Portaria STN nº 339, de 29 de agosto de 2001, na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, atualizada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, e no Decreto nº 5.975, de 23 de julho de 2002, e demais normativas vigentes.

**§ 1º** A descentralização de crédito prevista no *caput* deste artigo poderá ser interna, quando ocorrer entre Unidades de um mesmo Órgão, ou externa, quando ocorrer entre Unidades de Órgãos diferentes.

**§ 2º** Conforme dispõe o art. 4º da Lei Complementar nº 152, de 10 de dezembro de 2012, atos do Secretário de Estado da Saúde poderão descentralizar a execução orçamentária e financeira de ações consignadas pela Lei Orçamentária Anual no

Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE para outros órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, cujos responsáveis assumirão a condição de ordenadores das despesas descentralizadas.

**Art. 31.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, de forma proporcional à queda de arrecadação estimada nas fontes de recursos específicas que suportam as dotações orçamentárias do respectivo Poder ou órgão.

**§ 1º** Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e órgãos o montante que corresponder a cada um na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhado de memória de cálculo e da justificativa do ato, explicitando os riscos fiscais envolvidos.

**§ 2º** A memória de cálculo de que trata o § 1º deste artigo compreenderá o montante já arrecadado e a reestimativa da receita realizada por fonte de recurso, bem como a metodologia para a reavaliação.

**§ 3º** Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput* deste artigo, caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e de movimentação financeira, discriminados por ação orçamentária.

**§ 4º** No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não adotarem as providências estabelecidas no *caput* deste artigo no prazo fixado, a limitação aplicar-se-á de pleno direito, segundo os critérios fixados nesta Lei, ficando o Poder Executivo desobrigado de repassar quaisquer valores que excedam os limites necessários a assegurar o cumprimento das metas fiscais de que tratam o Anexo I desta Lei.

**§ 5º** Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**Art. 32.** Compete aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública alocar recursos em seus respectivos orçamentos para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor decorrentes de decisões judiciais favoráveis aos servidores a eles vinculados, não sendo permitido ao Poder Executivo arcar com as referidas despesas.

**Art. 33.** O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços de seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes para atender programas prioritários de Governo.

**Art. 34.** Para cumprimento do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, todos os órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, ressalvadas apenas as empresas estatais não dependentes, deverão se integrar aos sistemas únicos de execução orçamentária e financeira e de processamento da folha de pagamento de pessoal.

**Parágrafo único.** As empresas estatais não dependentes deverão informar a execução do Orçamento de Investimentos em módulo próprio do sistema único, nos termos de regulamentação da Secretaria de Estado da Fazenda.

### Seção IV

#### Das Diretrizes para as Despesas com Pessoal Ativo e Inativo

**Art. 35.** Para assegurar o cumprimento das metas fiscais do exercício e dos limites de que tratam os arts. 18 a 23 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, todos os órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os serviços sociais autônomos observarão as diretrizes e determinações, quanto às despesas com pessoal, emanadas da Comissão de Política Salarial constituída e regulamentada por ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público em situações emergenciais ou de prejuízo para a sociedade, e deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Política Salarial.

**Art. 36.** Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, observado o inciso I do referido parágrafo, autoriza a transformação de cargos e funções, que justificadamente não impliquem em aumento de despesa.

**§ 1º** O anexo a que se refere o inciso IX do art. 12 desta Lei terá os limites orçamentários correspondentes discriminados com:

**I** - a criação de cargos e funções, identificando especificamente a lei correspondente;

**II** - o provimento de cargos, funções e empregos, conforme inciso VII do art. 37 desta Lei;

**III** - os valores limites relativos à despesa anualizada.

**§ 2º** A autorização constante no *caput* deste artigo não afasta a necessidade de deliberação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sobre as matérias referidas no inciso VIII do art. 53 da Constituição do Estado do Paraná.

**Art. 37.** As diretrizes relativas à política de pessoal do Poder Executivo do Estado para o exercício de 2023 compreendem:

**I** - a adequação, alinhamento e modernização das legislações estaduais dos Quadros e Carreiras existentes na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo;

**II** - o desenvolvimento de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho necessária à Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, com a indicação dos setores prioritários e a adoção de mecanismos que indiquem o número e o perfil e qualificação de servidores necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais dos órgãos e a modalidade de contratação, considerando a projeção dos custos e a capacidade orçamentária do Estado;

**III** - a valorização profissional do servidor, oferecendo oportunidade de crescimento



pessoal e profissional, com o desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos estaduais, visando a prestação de serviços de qualidade e obtenção de bons resultados sociais, observadas as diretrizes estabelecidas pela gestão estadual, principalmente para a implementação da política estadual de formação e desenvolvimento de servidores, como parte integrante da política estadual de recursos humanos do Paraná;

**IV** - a instituição de programas continuados de formação de servidores públicos e seus gestores, incentivando a participação em cursos de especialização, extensão, palestras, seminários, residências e outros eventos de aprimoramento pessoal e profissional, com o compartilhamento eficiente, estruturado e sistemático dos conhecimentos e das boas práticas de gestão na Administração Pública, e o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais bem como com a comunidade em geral, promovendo a parceria com os centros de formação e desenvolvimento e demais órgãos e entidades da administração ligados ao desenvolvimento de recursos humanos, para fins de planejamento integrado, execução financeira coordenada e avaliação global de resultados, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade da gestão;

**V** - a manutenção do equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos Fundos Públicos Previdenciários;

**VI** - a implementação do teletrabalho;

**VII** - a manutenção, atualização e evolução de sistemas de informações de recursos humanos com o objetivo de melhorar a eficácia da gestão no âmbito do Poder Executivo;

**VIII** - a contratação de recursos humanos conforme orientações contidas na taxa de reposição definidas por meio do Decreto nº 10.313, de 18 de fevereiro de 2022;

**IX** - a ampliação e melhorias nos serviços de atendimento do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores - SAS; e

**X** - a ampliação da rede de atendimento das perícias médicas e saúde ocupacional, proporcionando ao usuário/servidor um serviço de qualidade e maior agilidade.

**Art. 38.** Para o exercício de 2023, as contratações de pessoal do Poder Executivo serão autorizadas mediante estabelecimento de taxas de reposição que fixarão a quantidade de cargos efetivos que poderão ser admitidos em função de aposentadorias, desligamentos e falecimentos.

**§ 1º** As taxas serão fixadas em Decreto a partir de proposta da Comissão de Política Salarial e serão formuladas de acordo com as limitações orçamentárias e fiscais e as prioridades de alocação de pessoal do Poder Executivo.

**§ 2º** A previsão da taxa de reposição não dispensa o órgão contratante do cumprimento dos demais requisitos legais ou regulamentares para a contratação de pessoal.

**§ 3º** Ressalvam-se do disposto neste artigo as autorizações concedidas em exercícios anteriores e aquelas que não sejam decorrentes de aposentadorias, desligamentos e falecimentos, as quais deverão observar trâmite próprio previsto em Decreto.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 39.** Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

**§ 1º** A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

**§ 2º** As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar objetivo, metas e indicadores, bem como atender às condições do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 40.** O Poder Executivo considerará na estimativa de receita orçamentária as medidas que alterem as legislações tributárias estadual e nacional.

**§ 1º** A justificativa ou mensagem que acompanhe o projeto de lei de alteração da legislação tributária deverá conter o impacto financeiro decorrente da alteração proposta.

**§ 2º** Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, as despesas correspondentes contempladas na Lei Orçamentária Anual deverão ser canceladas mediante Decreto do Poder Executivo.

#### CAPÍTULO V

##### DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DA AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO

**Art. 41.** A Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável mediante apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense por meio de financiamentos que visem:

**I** - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao micro, pequeno e médio empreendedor;

**II** - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

**III** - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;

**IV** - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

**V** - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;

**VI** - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de

iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;

**VII** - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul e à geração de empregos;

**VIII** - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária, aquaviária e cicloviária do Estado;

**IX** - priorizar políticas de fomento aos projetos de empreendimentos públicos do Estado relacionados à infraestrutura para saneamento básico, iluminação pública, distribuição de gás canalizado, preservação do meio ambiente;

**X** - apoiar a recuperação e custeio de hospitais públicos, filantrópico e privados, por meio da oferta de crédito diferenciado.

**§ 1º** Os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento deverão garantir, no mínimo, a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua autossustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

**§ 2º** A Agência de Fomento do Paraná S/A, nos financiamentos concedidos, deverá observar as seguintes prioridades:

**I** - redução das desigualdades sociais e regionais;

**II** - geração de emprego e renda;

**III** - preservação e melhoria do meio ambiente;

**IV** - incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense;

**V** - ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento;

**VI** - modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviços sediados no Estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

#### CAPÍTULO VI

##### DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

**Art. 42.** As operações de crédito internas e externas reger-se-ão pelo que determinam a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, e suas alterações, e a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e suas alterações, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 43.** A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

**I** - mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais;

a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;

b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;

**II** - mediante alienação de ativos:

a) ao atendimento de investimentos;

b) à amortização do endividamento;

c) à renegociação de passivos relativos a despesas de capital;

d) ao custeio dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS.

**Art. 44.** Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária à Assembleia Legislativa.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

**Art. 45.** A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar:

**I** - lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

**II** - os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

**III** - as disposições do Decreto nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 2014, para dispor sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública do Estado do Paraná e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades e interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

**IV** - adimplência com os órgãos da Administração Pública Estadual, mediante comprovação junto ao Cadastro Informativo Estadual - CADIN Estadual, na forma prevista na Lei nº 18.466, de 24 de abril de 2015, e suas alterações, e regulamentada pelos Decretos nº 1.933, de 17 de julho de 2015, e 7.436, de 19 de julho de 2017;

**V** - os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 140, de 14 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 4.951, de 18 de junho de 2012, para a qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais;

**VI** - os dispositivos, no que couber, da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, e



suas alterações, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

**VII** - outros requisitos que venham a ser estabelecidos em legislação específica.

§ 1º As entidades a que se refere o caput deste artigo estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de apurar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º O Poder Executivo, por intermédio dos respectivos Órgãos responsáveis, tornará disponível no Portal da Transparência a relação completa das entidades privadas sem fins lucrativos beneficiadas com recursos públicos.

**Art. 46.** As transferências voluntárias de recursos do Estado para os municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com a Lei nº 15.608, de 2007, e suas alterações, com a Lei nº 18.466, de 2015, e suas alterações, e com os Decretos nº 1.933, de 2015, e 7.436, de 2017.

**Art. 47.** No desenvolvimento das ações, nas políticas públicas e na distribuição de recursos, buscar-se-á priorizar as áreas menos desenvolvidas e com piores indicadores sociais e econômicos, objetivando promover o equilíbrio social e econômico entre as diferentes regiões do Estado.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 48.** As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual obedecerão ao disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná e no art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, sendo vedada a indicação de recursos provenientes da anulação de despesas com:

**I** - pessoal e encargos sociais;

**II** - contribuições, aportes e transferências aos fundos públicos de natureza previdenciária;

**III** - serviço da dívida;

**IV** - vinculações e transferências constitucionais e legais;

**V** - pagamento de precatórios;

**VI** - obrigações tributárias e contributivas;

**VII** - contrapartidas de convênios e programas financiados; e

**VIII** - manutenção básica, assim entendidas as despesas necessárias para garantir o funcionamento dos serviços públicos essenciais à população.

**Parágrafo único.** Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

**Art. 49.** Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2022, autoriza o Poder Executivo a executar a programação nela constante para o atendimento de:

**I** - pessoal e encargos sociais;

**II** - contribuições, aportes e transferências aos fundos públicos de natureza previdenciária;

**III** - precatórios e sentenças judiciais, inclusive as consideradas de pequeno valor;

**IV** - serviço da dívida;

**V** - transferências constitucionais ou legais por repartição de receita; e

**VI** - obrigações tributárias e contributivas.

§ 1º As dotações referentes às demais despesas poderão ser executadas até o limite de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2023 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**Art. 50.** Com vista à apreciação da proposta orçamentária de 2023, ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se referem o caput do art. 70 e § 1º do art. 166, ambos da Constituição Federal, será assegurado aos membros e órgãos competentes dos Poderes do Estado, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual, o acesso irrestrito para consulta aos seguintes sistemas, ou outros que os substituam:

**I** - SIAF – Sistema Integrado de Finanças Públicas;

**II** - SIGAME – Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual.

**Art. 51.** Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 52.** Para o exercício de 2023, autoriza a utilização do Superávit Financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, apurados ao final do exercício de 2022, que poderá ser destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente, conforme previsto no caput do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 109, de 15 de março de 2021.

§ 1º Se o ente não tiver dívida pública a amortizar, o Superávit Financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo será de livre aplicação, conforme previsto no § 1º do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 109, de 2021.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput deste artigo, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 109, de 2021:

**I** - aos fundos públicos de fomento e desenvolvimento regionais, operados por instituição financeira de caráter regional;

**II** - aos fundos ressalvados no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

§ 3º Também não se aplica o disposto no caput deste artigo ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR), previsto na Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992.

**Art. 53.** A inscrição de despesas em restos a pagar somente ocorrerá quando tenham se cumprido todos os requisitos legais, por intermédio do ordenador de despesas.

§ 1º A inscrição de que trata o caput deste artigo se dará no encerramento do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas, sendo despesas processadas aquelas liquidadas e não pagas, e despesas não processadas aquelas empenhadas e não liquidadas.

§ 2º Os Restos a Pagar não Processados serão inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes.

§ 3º Os restos a pagar não processados que não forem liquidados até o dia 30 de junho do exercício subsequente, terão os saldos anulados e os recursos financeiros poderão ser considerados para antecipação de recursos à cota orçamentária do exercício corrente.

§ 4º A despesa inscrita em restos a pagar que não for executada dentro do prazo definido no § 3º deste artigo e que necessite da manutenção do orçamento, deverá ser alvo de análise prévia da Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio de protocolo apresentando justificativa, para deliberação da pasta.

**Art. 54.** O agente público e o ordenador de despesas que, por ação ou omissão, derem causa ao descumprimento do disposto no caput dos arts 34 e 35 desta Lei, ficarão sujeitos às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas atualizações, e na Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

**Art. 55.** Autoriza o Poder Executivo a alocar, por meio de programas e ações, reforço de dotação orçamentária para atender:

**I** - na área da saúde:

a) políticas públicas de Tratamento de Doenças Raras;

b) investimentos em Telemedicina;

c) aquisição de equipamentos e aparelhos médicos para postos de saúde e Hospitais das Mesorregiões Oeste e Noroeste;

d) construção de UTI Neonatal Arapongas;

e) produção e distribuição de Órteses, Próteses e Materiais de Auxílio à Locomoção – Opmal;

f) manutenção do Hospital Universitário de Londrina, na Mesorregião Norte Central;

g) manutenção do Hospital do Câncer de Londrina, na Mesorregião Norte Central;

h) manutenção do Hospital Evangélico de Londrina, na Mesorregião Norte Central;

i) manutenção da Irmandade Santa Casa de Londrina, na Mesorregião Norte Central;

j) manutenção do Hoftalon Hospital de Olhos do Município de Londrina, na Mesorregião Norte Central;

k) manutenção dos Hospitais e Santas Casas do Paraná;

l) construção e operação do Centro de Convivência Erasto Gaertner na Região Metropolitana de Curitiba;

**II** - na área da educação:

a) melhoria da infraestrutura física das Escolas Públicas;

b) construção da escola Alba Keinert – no Município de Guarapuava na Mesorregião Centro-Sul;

c) construção de escolas no Paraná;

d) manutenção e reformas - Escolas Estaduais;

**III** - na área de segurança:

a) construção de Prédio do 12º Batalhão da Polícia Militar na Região Metropolitana de Curitiba;

b) aquisição de uniformes, armamentos, instrumentos de menor potencial ofensivo, aparelhos, equipamentos, mobiliários e viaturas para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros;

c) programa de Escola de Formação e Especialização de Oficiais e Praças da Polícia Militar nas Mesorregiões Metropolitana, Norte Central, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Centro Oriental;

d) construção de sede da Polícia Militar Ambiental na Mesorregião Centro-Sul;

**IV** - na área de agricultura:

a) pavimentação poliédrica em estradas das Mesorregiões Oeste e Sudoeste;

b) aquisição de alimentos da agricultura familiar, para alimentação escolar;

c) incentivo a cadeia produtiva do leite do Paraná;

d) subsidiar a conversão da produção agrícola convencional para a produção agrícola orgânica e/ou agroecológica em propriedades da agricultura familiar;

e) para incremento ao Programa Compra Direta, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

f) assistência Técnica e Extensão Rural direcionada especificamente para a agricultura familiar;

**V** - na área de infraestrutura:

a) construção de viadutos em rodovias estaduais e em concessão com o Estado da Mesorregião Oeste;

b) estadualização e asfaltamento da Estrada Municipal Benedito de Paula Louro - Estrada do Guairacá – na Mesorregião Centro-Sul;

c) pavimentação asfáltica da PR-364 que liga o Município de Altamira do Paraná até a sede do Município de Laranjal;

d) pavimentação asfáltica da PR-364 que liga o Município de Marquinho até a sede

do Município de Goioxim;

e) pavimentação asfáltica da PR-218 que liga a sede do Município de Querência do Norte até Cidade de Icaraíma, atravessando o Rio Ivaí;

f) pavimentação asfáltica da PR-281 que liga a BR-476, Município de São Mateus do Sul até a sede do Município de Mallet, passando pelo distrito de Rio Claro do Sul;

g) pavimentação asfáltica da estrada que liga a Cidade de Santa Maria do Oeste, até a cidade de Campina do Simão, passando pela fábrica Piquiri Papeis;

h) pavimentação asfáltica da PR-092 que liga o Município de Cerro Azul até a sede do Município de Doutor Ulysses;

i) pavimentação asfáltica da PR-574 que liga a Cidade de Cafelândia ao distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora;

j) pavimentação asfáltica da PR-575 que liga o distrito de Jotaesse Município de Tupãssi até ao distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora;

k) pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Inácio Martins até Cidade de Cruz Machado;

l) construção de uma ponte sobre Rio Ivaí na estrada PR-218 que liga o Município de Querência do Norte ao Município de Icaraíma;

m) construção de uma ponte sobre o Rio Cantu na estrada que liga o Município de Laranjal ao Município de Nova Cantu;

n) pavimentação asfáltica da PR-090 que liga o Distrito de Bateias Município de Campo Largo até Cidade de Castro;

o) pavimentação asfáltica da estrada Ouro Verde, Município de Cruzeiro do Sul, trecho que liga a PR-463 até a estrada funda;

p) recuperação, com terceiras faixas, da PR-466 (no trecho entre os Município de Pitanga e Mauá da Serra), na Mesorregião Norte Central;

q) construção de uma trincheira e dois viadutos, na PR-444 (no acesso ao Município de Mandaguari), na Mesorregião Norte Central;

r) duplicação da PR-445 (no trecho entre o Distrito de Irerê ao Município de Mauá da Serra), na Mesorregião Norte Central;

s) recuperação, com terceiras faixas, da PR-170 (no trecho do Município de Rolândia até a divisa com o Estado de São Paulo, próximo ao Município de Porecatu), na Mesorregião Norte Central;

t) duplicação da PR-218 (Arapongas - Astorga), na Mesorregião Norte Central;

u) construção de Viaduto na BR-369 (no cruzamento com a Avenida Esperança, no Município de Cambé), na Mesorregião Norte Central;

v) construção de um viaduto na BR-369 (na Avenida Tiradentes, no cruzamento

com a Avenida Jockey Club, em frente ao campus da PUC-PR, no Município de Londrina), na Mesorregião Norte Central;

**VI - na área da assistência social:**

a) prevenção e erradicação ao Trabalho Infantil, a proteção à criança em situação de risco como forma de enfrentamento à violência e a profissionalização de adolescentes;

b) proteção da mulher em situação de risco, como forma de enfrentamento à violência;

c) construção do Centro de Convivência do Idoso no Município de Guarapuava na Mesorregião Centro-Sul;

d) implantação e manutenção das Casas Regionais de Atendimento as Mulheres em situação de risco;

e) construção de um Centro de Apoio e Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e familiar em cada regional;

f) construção de um Centro de Atendimento para Dependentes Químicos em cada regional de saúde;

g) construção de um Centro-Dia para atendimento à pessoa idosa em cada regional de saúde;

h) construção de Escolas Especiais e Centros de Convivência;

i) distribuição de veículos para entidades de interesse social;

j) manutenção e reformas de Entidades de interesse social;

**VII - na área de meio ambiente:**

a) Rota Turística do Rio Iguaçu, Rota Turística das praias fluviais na Mesorregião Noroeste;

b) programa de desocupação das margens e implementação de parques para aumentar a área de permeabilidade e contenção de águas de chuva na Mesorregião Centro-Sul;

c) perfuração de poços artesianos e abastecimento de água para o Estado.

**Art. 56.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de setembro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior  
Governador do Estado

João Carlos Ortega  
Chefe da Casa Civil

Prot. 18.847.526-4

98055/2022



**Diário OFICIAL Paraná**

**Publicação totalmente digital.**

Mais praticidade, agilidade, segurança e economia.

# Sumário

<b>ANEXO I - METAS FISCAIS .....</b>	<b>4</b>
1 INTRODUÇÃO .....	4
1.1 CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL .....	4
1.2 PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....	5
1.3 PROJEÇÕES PARA O PARANÁ.....	8
2 PROJEÇÃO DAS RECEITAS .....	12
2.1 RECEITA TRIBUTÁRIA .....	13
2.1.1 ICMS .....	14
2.1.2 IPVA.....	16
2.1.3 ITCMD.....	16
2.1.4 Outras receitas correntes .....	17
2.1.4 Modelagem econométrica de previsão.....	17
3 PROJEÇÃO DA DESPESA.....	20
3.1 PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS.....	21
3.2 JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA.....	24
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES .....	25
4 CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR .....	26
5 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA .....	29
6 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO .....	32
7 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	33
8 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS .....	33
9 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS .....	34
9.1 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ.....	39
9.1.1 Estatísticas dos segurados do RPPS .....	39
9.1.1.1 Evolução qualitativa e quantitativa de servidores ativos do Estado .....	41
9.1.1.2 Evolução da massa de beneficiários.....	41
9.1.1.3 Evolução da massa de segurados do RPPS do Estado.....	42
9.1.1.4 Contribuição previdenciária de beneficiários ao RPPS – quantitativo.....	42
9.1.2 Premissas atuariais .....	43
9.1.3 Avaliação Atuarial do Fundo de Previdência (FP).....	45
9.1.3.1 Estatísticas dos segurados do Fundo de Previdência .....	45
9.1.3.2 Resultados atuariais.....	45

9.1.3.3 Informações complementares do Fundo de Previdência.....	48
9.1.4 Avaliação atuarial do Fundo Financeiro (FF) .....	51
9.1.4.1 Estatísticas dos segurados do Fundo Financeiro .....	51
9.1.4.2 Resultados atuariais .....	51
9.1.4.3 Informações complementares do Fundo Financeiro.....	54
9.1.5 Avaliação atuarial do Fundo Militar (FM) .....	56
9.1.5.1 Estatísticas dos segurados do Fundo Militar .....	56
9.1.5.2 Resultados atuariais do Fundo Militar.....	57
9.1.5.3 Informações complementares do Fundo Militar .....	59
9.1.6 Parecer atuarial .....	61
9.1.6.1 Fundo Financeiro (FF).....	62
9.1.6.2 Fundo Militar (FM) .....	62
9.1.6.3 Fundo de Previdência (FP) .....	62
9.1.6.4 Meta atuarial do Fundo de Previdência .....	63
9.1.6.5 Taxa de administração .....	63
9.1.6.6 Patrimônio do Fundo de Previdência .....	64
9.1.6.7 Déficit atuarial do RPPS do Estado do Paraná.....	64
<b>ANEXO II - Riscos Fiscais .....</b>	<b>65</b>
1 INTRODUÇÃO .....	65
2 PASSIVOS CONTINGENTES.....	66
2.1 METODOLOGIA ADOTADA PARA DEFINIÇÃO DOS PASSIVOS .....	66
2.2 ESTIMATIVA DE PASSIVOS CONTINGENTES PARA O EXERCÍCIO DE 2023 .....	67
2.2.1 Estimativa de Risco Provável .....	67
2.2.2 Estimativa de Risco Possível.....	68
2.2.3 Estimativa de Risco Remoto.....	68
2.2.4 Estimativa de RPVs para 2023 .....	70
2.2.5 Outras informações .....	72
2.2.6 Estimativa de dívida de precatórios do Estado do Paraná.....	73
2.2.7 Operações de Aval e Garantias Concedidas .....	73
3 DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS.....	74
3.1 RISCOS RELATIVOS ÀS RECEITAS.....	74
3.2 RISCOS FISCAIS E ORÇAMENTÁRIOS RELATIVOS À DESPESA .....	75



# ANEXO I - METAS FISCAIS

## 1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Anexo de Metas Fiscais (AMF) da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 estabelece as metas de política fiscal para o exercício de 2023 e planeja a gestão fiscal do ente de forma a garantir o equilíbrio entre receitas e despesas, a fim de promover uma gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos.

Para 2023, está previsto um total de despesas discricionárias a descoberto de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões de reais, reduzindo para R\$ 2 bilhões de reais nos exercícios de 2024 e 2025. Observa-se que não foram consideradas como despesas descobertas, ou mesmo contempladas nas projeções de despesas, aquelas situações que representam riscos orçamentários, descritas no Anexo II.

O presente anexo busca rever, conforme a mudança nos cenários econômicos nacional e estadual, as projeções realizadas em exercícios anteriores, adequando estas metas à realidade e indicando previamente o ajuste que o governo deverá fazer de modo a garantir o equilíbrio fiscal.

### 1.1 CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados, em diversos aspectos, pelos efeitos da pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 e suas variantes, que provocaram diversas ondas de contaminação em vários países e levaram à óbito mais de 6 milhões de pessoas em todo o mundo. Sob a ótica da economia, apesar das oscilações na curva de contágio da doença, o exercício de 2021 terminou com uma significativa recuperação, identificada nos dados preliminares positivos de crescimento econômico computados em diversas nações.

Ante esses resultados, e com o avanço da vacinação da população, as preocupações com os efeitos da pandemia em 2022 e 2023 deram lugar a projeções otimistas de produto e desaceleração da inflação. Contudo, estas expectativas positivas perderam força no primeiro trimestre de 2022, uma vez que pandemia não foi considerada oficialmente controlada. A variante ômicron



aumentou consideravelmente a média móvel de casos confirmados e mortes, além de um novo surto da doença identificado em vários países da Ásia no mês de março – na China, mais de 30 milhões de pessoas foram confinadas, e na Coreia do Sul mais de 620 mil casos foram registrados em apenas um dia.

Aliada a isso, a tensão que se construiu entre Rússia e Ucrânia nos primeiros meses do ano e o consequente conflito armado entre os dois países deram origem a um novo fator de alerta, levando a uma nova onda de revisões – para um viés mais pessimista – dos números estimados para a economia mundial nestes dois anos.

Segundo o relatório *World Economic Outlook (WEO)*<sup>1</sup>, publicado em janeiro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento do PIB global esperado para este ano é de 4,4% - meio ponto percentual menor do que o previsto na edição de outubro da publicação. Para 2023, estima-se um produto de 3,8% - redução de 0,2 p.p. na atualização do documento.

De acordo com o FMI, “a propagação de novas variantes, a possibilidade de riscos à estabilidade financeira de economias emergentes e em desenvolvimento, à medida que as economias avançadas elevem as taxas de juros, e o agravamento de tensões geopolíticas são elementos adicionais que podem atrapalhar o caminho para a recuperação econômica, indicando a possibilidade de um crescimento global mais baixo”.

Já em relação à tensão no Leste Europeu, um dos efeitos esperados é a construção de um cenário de estagflação – inflação alta com crescimento baixo – em muitos países. E considerando que Rússia e Ucrânia são produtores relevantes de commodities, o impacto estimado é de alta sobre cotações de mercadorias básicas, como petróleo e produtos agrícolas. Nas relações com o Brasil, os maiores riscos estão no prolongamento da inflação e da taxa básica de juros em patamares elevados, o que poderá limitar o crescimento econômico em 2022.

## 1.2 PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Provocados pela situação na Europa, a disparada do preço internacional do petróleo – que culminou em um aumento entre 18% e 24% no valor dos combustíveis no Brasil em março de 2022 – somada ao medo de um desabastecimento de fertilizantes utilizados na agricultura – e um consequente encarecimento do preço da safra nacional – fez com que os economistas

---

<sup>1</sup> FMI. **World Economic Outlook Update**. *Rising Caseloads, a Disrupted Recovery, and Higher Inflation*. Publicado em jan. 2022. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/01/25/world-economic-outlook-update-january-2022>. Acesso em: 15 mar. 2022.

brasileiros revisassem, para cima, suas perspectivas para a inflação deste ano e de 2023.

Segundo o Relatório de Mercado Focus<sup>2</sup>, publicado pelo Banco Central do Brasil no dia 14 de março de 2022, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), deve terminar o presente exercício em 6,45% – em fevereiro a mediana das projeções apontava para uma inflação de 5,50%. Porém, cabe destacar que o centro da meta para este ano é de 3,5%, com margem de tolerância até 5%. E desde o início do ano o mercado projeta este novo estouro da meta, considerando o efeito inercial do aumento de 10,06% no nível geral de preços em 2021. Esta aceleração da projeção do IPCA traduz o impacto esperado pelos economistas com o cenário global cada vez mais complexo.

Tanto que os especialistas passaram a prospectar um cenário de alta maior para a taxa básica de juros – antes em 12,25% ao ano, a previsão do Focus em 14 de março era de 12,75%. Na reunião do dia 16 de março, o Comitê de Política Monetária do BC aumentou a Selic em um ponto percentual, de 10,75% para 11,75% ao ano<sup>3</sup>.

E mesmo que um dos objetivos do Copom seja controlar o crescimento da inflação neste ano e minimizar seus efeitos em 2023, é importante frisar que este aumento dos juros acarreta diversos desdobramentos negativos dentro da economia. Por um lado, pesa no bolso das famílias brasileiras, provocando uma redução no poder de compra. Em outro, a incerteza aumenta a aversão ao risco nos mercados financeiros, levando a uma diminuição dos investimentos corporativos no Brasil. Significa também mais gastos para o governo federal. Projeções apontam que o custo da dívida pública deve atingir R\$ 760 bilhões em 2022, uma alta de 70% na comparação com 2021, quando este gasto totalizou R\$ 448,4 bilhões<sup>4</sup>.

Somados às expectativas não tão otimistas para outros agregados macroeconômicos, estes indicadores apontam para um resultado ainda fraco do PIB neste ano. Mesmo que a economia brasileira tenha voltado aos níveis pré-pandemia, avançando 4,6% em 2021, o desempenho desde o início da

<sup>2</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Focus**, Gerin, Brasília, 2022. Publicação em meio eletrônico, p. 1-2. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20220311.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

<sup>3</sup> . **Copom eleva a taxa Selic para 11,75% a.a.**, Brasília, 2022. Publicação em meio eletrônico. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17637/nota>. Acesso em: 17 mar. 2022.

<sup>4</sup> G1. **Com alta dos juros, custo da dívida pública dispara e deve alcançar patamar recorde neste ano**. Publicada em: 10 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/03/10/com-alta-dos-juros-custo-da-divida-publica-dispara-e-deve-alcancar-patamar-recorde-neste-ano.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2022.

crise sanitária mostra um país que praticamente não saiu do lugar e continua crescendo abaixo da média mundial.

Para 2022, a expectativa dos agentes econômicos oscila entre -0,5% e +0,5%. O Banco Central, por meio do Relatório Focus, sinalizava uma variação de 0,49% em relação ao produto de 2021 – em fevereiro, esse valor estava em 0,3%, o mesmo apontado pelo FMI no *WEO* de janeiro deste ano. Já a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, na edição de março do Relatório de Acompanhamento Fiscal<sup>5</sup>, reforçou sua projeção de alta de 0,5%. Contudo, cabe reforçar que esse cenário pode se agravar a depender da duração e dos impactos econômicos da guerra na Ucrânia, bem como de fatores internos do cenário político nacional.

Ante o cenário acima projetado, o que se espera para 2023 é a continuidade das políticas para alavancar os resultados de uma economia ainda em processo de recuperação, que sente os efeitos da pandemia de coronavírus e de possíveis novas ondas de contágio que possam vir a ocorrer nesse interim; do conflito no Leste Europeu e seus desdobramentos, cuja extensão é incerta; e também do resultado da disputa eleitoral presidencial brasileira, que pode afetar a confiança dos agentes e refletir nos agregados macroeconômicos, além de outros fatores imprevistos.

Os agentes do mercado consultados pelo Banco Central estimam que a inflação irá desacelerar em 2023, e o ano terminará com uma variação do IPCA de 3,70%. Com essa redução na velocidade do aumento geral do nível de preços da economia, a expectativa é que o Comitê de Política Monetária inicie um processo de redução da taxa Selic, a qual está projetada em 8,75% ao ano. Observe-se que as incertezas já mencionadas levaram à revisões das projeções para um viés negativo, uma vez que em fevereiro esperava-se que o IPCA fechasse em 3,50% e os juros em 8% a.a..

Confirmado esse cenário, juntamente com uma conjuntura externa positiva, o Produto Interno Bruto brasileiro deverá fechar com crescimento – de 1,43%, de acordo com o Relatório Focus, e 1,6%, segundo o FMI.

---

<sup>5</sup> IFI. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**. Publicação em meio eletrônico, p. 1-50. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/596473/RAF62\\_MAR2022.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/596473/RAF62_MAR2022.pdf). Acesso em: 17 mar. 2022.

### 1.3 PROJEÇÕES PARA O PARANÁ

Expostos os fatores que podem afetar os agregados macroeconômicos nacionais em 2022 e 2023, chama-se a atenção para as expectativas do comportamento da economia paranaense nos exercícios em questão. Primeiramente, destacam-se as projeções do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)<sup>6</sup> para o PIB do estado entre os anos de 2020 e 2025, constantes na Tabela 1.

**Tabela 1 - Projeção do Produto Interno Bruto - Paraná - 2020-2025**

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO	
	Valor Nominal (R\$ mil)	Taxa Real (%)
2020 <sup>(1)</sup>	486.958.940	-2,1
2021	585.445.455	3,9
<b>2022</b>	<b>611.462.709</b>	<b>-1,0</b>
2023	655.014.141	3,5
2024	693.142.514	2,5
2025	731.785.209	2,5

FONTE: IPARDES, IBGE. (2022)

(1) Resultado observado das Contas Trimestrais do IPARDES.

Destarte, em sentido contrário das expectativas para o Brasil, denota-se que para 2022 o IPARDES estima uma retração econômica de -1% em relação à 2021, cujo crescimento estimado é de 3,9%, após o processo de recuperação dos efeitos da pandemia. Dentre os fatores que, de acordo com o órgão, explicam tal queda do produto estadual estão:

a) significativo decréscimo real do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor primário em 2022, como reflexo dos baixos níveis de precipitação pluviométrica que já vêm sendo registrados. Considerando apenas a soja, principal item da pauta agrícola do Estado, estima-se um recuo de -35,2% da produção no presente exercício comparativamente a 2021, segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Deve-se levar em conta ainda que a retração da atividade primária terá impactos expressivos sobre os segmentos industriais e de serviços a ela articulados, havendo adicionalmente o efeito-renda da contração do volume agropecuário;

b) em 2022, o regime de chuvas muito inferior aos níveis históricos também vem afetando a produção de energia elétrica, que, assim como a atividade agropecuária, é responsável por relevante peso na estrutura

<sup>6</sup> Informação constante no Ofício n.º 13/2022 - DP/IPardes, encaminhado por meio do protocolo nº 18.504.033.

econômica do Paraná. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a geração estadual de energia atingiu 6.890 GWh no acumulado das seis primeiras semanas operativas de 2022, representando queda de -46,1% em relação ao mesmo período do ano passado;

c) na projeção do PIB do atual exercício foi considerada ainda uma diminuição do ritmo de crescimento da indústria de transformação, não obstante a preservação de resultados positivos. Respalhando essa projeção, a produção industrial paranaense apresentou expansão de 9,0% no acumulado de doze meses encerrado em dezembro de 2021, variação que, embora muito significativa, representou diminuição em relação aos doze meses finalizados em agosto, setembro, outubro e novembro, quando as variações atingiram 13,1%, 12,8%, 11,8% e 10,4%, respectivamente;

d) no modelo utilizado para a projeção do PIB de 2022 foram imputadas variações reais positivas moderadas do comércio e dos serviços, refletindo, por um lado, a gradual recuperação do nível de atividade posteriormente aos baixos níveis observados durante a fase mais aguda da pandemia, embora limitada, pelo lado oposto, pela preocupante condição da absorção doméstica.

Já para 2023, a taxa projetada de crescimento de 3,5% derivou principalmente de uma base de comparação deprimida referente a 2022, considerando ainda um quadro de relativa normalidade climática. Por fim, nas projeções do PIB paranaense de 2024 e 2025, houve forte influência das expectativas macroeconômicas, que, em geral, apontam para taxas de crescimento moderado da economia brasileira.

Outro aspecto da economia paranaense a ser considerado na avaliação das perspectivas econômicas de 2022 que podem refletir nos resultados do Estado nos próximos anos é a inflação contabilizada na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Em 2021, a capital paranaense fechou com o maior IPCA dentre as capitais brasileiras, segundo o IBGE – alta de 12,73% nos preços de produtos e serviços, acima do índice nacional de 10,06%<sup>7</sup>. Este ano, até fevereiro, a RMC seguia na liderança da inflação acumulada em 12 meses, somando 13,17%, enquanto o Brasil registrava alta de 10,54%.

Considerando todo o exposto, a Tabela 2 resume as premissas econômicas adotadas nas projeções de metas anuais estimadas neste anexo para os exercícios de 2022 a 2025, constantes no Demonstrativo I a seguir, detalhando os valores esperados para a variação real do Produto Interno Bruto

<sup>7</sup> G1. **Inflação cresce 1,28% em Curitiba em fevereiro; variação é a terceira maior entre capitais.** Publicada em: 11 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/economia/noticia/2022/03/11/curitiba-registra-variacao-de-128percent-na-inflacao-em-fevereiro-e-aparece-entre-as-3-capitais-com-maiores-altas.ghtml>>. Acesso em: 21 mar. 2022.



do Brasil e do Paraná, para a inflação nacional, para a taxa de câmbio em relação ao dólar americano e também para a taxa básica de juros, previstos pelo Banco Central do Brasil e pelo IPARDES.

**Tabela 2 - Premissas Econômicas - 2022 a 2025**

Variável	2022	2023	2024	2025
PIB - Paraná (Taxa real de crescimento %)	-1,00%	3,50%	2,50%	2,50%
PIB - Brasil (Variação %)	0,49%	1,43%	2,00%	2,00%
Inflação - IPCA	6,45%	3,70%	3,15%	3,00%
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	5,30	5,21	5,20	5,20
Taxa de Juros Média - SELIC	12,75%	8,75%	7,50%	7,00%

FONTE: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA, com IBGE e IPARDES. (2022)

Nota: Para o PIB Paraná foram utilizadas estimativas do IPARDES. Para o IPCA, o PIB Brasil, a taxa de juros e a taxa de câmbio, foram utilizadas as medianas das expectativas de mercado com posição em 14/03/2022 pelo Banco Central do Brasil - BCB.

ESTADO DO PARANÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2023

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	61.995.184.864	59.783.206.233	9,46%	122,55%	64.354.527.151	60.163.225.935	9,28%	121,45%	66.747.060.048	60.582.463.321	9,12%	120%
Receitas Primárias (I)	52.230.549.373	50.366.971.430	7,97%	103,25%	54.452.880.276	50.906.456.529	7,86%	102,77%	57.135.052.121	51.858.197.156	7,81%	103%
Receitas Primárias Correntes	51.701.524.469	49.856.822.053	7,89%	102,20%	54.106.945.251	50.583.051.665	7,81%	102,11%	56.764.226.331	51.521.619.937	7,76%	102%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria¹	32.889.434.553	31.715.944.602	5,02%	65,02%	34.684.331.005	32.425.399.347	5,00%	65,46%	36.550.263.437	33.174.569.674	4,99%	66%
Contribuições	2.576.249.938	2.484.329.738	0,39%	5,09%	2.628.658.591	2.457.458.515	0,38%	4,96%	2.678.315.557	2.430.952.822	0,37%	5%
Transferências Correntes¹	12.325.469.045	11.885.698.211	1,88%	24,36%	12.775.938.943	11.943.863.706	1,84%	24,11%	13.324.340.690	12.093.736.871	1,82%	24%
Demais Receitas Primárias Correntes¹	3.910.370.933	3.770.849.502	0,60%	7,73%	4.018.016.713	3.756.330.098	0,58%	7,58%	4.211.306.648	3.822.360.571	0,58%	8%
Receitas Primárias de Capital	529.024.904	510.149.377	0,08%	1,05%	345.935.025	323.404.863	0,05%	0,65%	370.825.790	336.577.218	0,05%	1%
Despesa Total	61.995.184.864	59.783.206.233	9,46%	122,55%	64.354.527.151	60.163.225.935	9,28%	121,45%	66.747.060.048	60.582.463.321	9,12%	120%
Despesas Primárias (II)	55.756.397.043	53.767.017.399	8,51%	110,22%	57.589.107.743	53.838.426.819	8,31%	108,68%	59.946.357.225	54.409.856.932	8,19%	108%
Despesas Primárias Correntes	51.946.186.017	50.092.754.115	7,93%	102,69%	54.370.756.367	50.829.681.211	7,84%	102,61%	56.723.506.268	51.484.660.680	7,75%	102%
Pessoal e Encargos Sociais	36.708.548.591	35.398.793.241	5,60%	72,56%	38.066.051.632	35.586.874.244	5,49%	71,84%	39.429.554.685	35.787.936.559	5,39%	71%
Outras Despesas Correntes	15.237.637.426	14.693.960.874	2,33%	30,12%	16.304.704.735	15.242.806.966	2,35%	30,77%	17.293.951.583	15.696.724.121	2,36%	31%
Despesas Primárias de Capital	3.810.211.026	3.674.263.284	0,58%	7,53%	3.218.351.376	3.008.745.609	0,46%	6,07%	3.222.850.957	2.925.196.252	0,44%	6%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(3.525.847.670)	(3.400.045.969)	-0,54%	-6,97%	(3.136.227.467)	(2.931.970.291)	-0,45%	-5,92%	(2.811.305.104)	(2.551.659.777)	-0,38%	-5%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.388.722.861	1.339.173.444	0,21%	2,75%	1.439.075.224	1.345.350.695	0,21%	2,72%	1.495.553.593	1.357.427.888	0,20%	3%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	1.316.324.907	1.269.358.637	0,20%	2,60%	1.267.459.870	1.184.912.359	0,18%	2,39%	1.227.995.410	1.114.580.729	0,17%	2%
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	(3.453.444.715)	(3.330.231.162)	-0,53%	-6,83%	(2.964.612.114)	(2.771.531.954)	-0,43%	-5,59%	(2.543.746.920)	(2.308.812.618)	-0,35%	-5%
Dívida Pública Consolidada	35.454.388.631	34.189.381.515	5,41%	70,09%	35.972.377.892	33.629.557.924	5,19%	67,89%	36.122.998.712	32.786.766.083	4,94%	65%
Dívida Consolidada Líquida	20.838.224.673	20.094.720.032	3,18%	41,19%	22.055.945.077	20.619.478.778	3,18%	41,62%	22.872.355.193	20.759.919.891	3,13%	41%
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%

NOTAS:

1) Receita já considerando deduções.

2) Valores constantes a preços de 2022.

FONTE: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA (2022)

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes				PIB - Paraná			(R\$ Milhoes)	

## 2 PROJEÇÃO DAS RECEITAS

A Tabela 3 apresenta as projeções das receitas para os exercícios de 2023 a 2025, detalhadas por natureza:

**Tabela 3 - Receita Consolidada**

Descrição	(R\$ Milhões)		
	2023	2024	2025
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>75.732,60</b>	<b>79.439,50</b>	<b>83.553,93</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.927,57	56.887,91	59.956,94
IRRF	3.105,68	3.152,26	3.199,55
IPVA	5.563,81	5.850,73	6.153,98
ITCMD	1.274,47	1.497,63	1.759,87
ICMS	42.191,18	44.496,50	46.849,36
Adicional do ICMS - Fundo Comb. Pobreza	1.489,88	1.571,29	1.654,37
Taxas	302,55	319,50	339,82
Contribuições	2.576,25	2.628,66	2.678,32
Contribuições do Servidor	2.573,36	2.625,62	2.675,11
Outras Contribuições	2,89	3,04	3,20
Receita Patrimonial	1.756,04	1.820,54	1.893,60
Rendimento de Aplicações Financeiras	1.378,94	1.428,85	1.484,86
Outras	377,09	391,69	408,74
Receita Agropecuária	11,89	12,31	12,73
Receita Industrial	48,20	51,08	54,89
Receita de Serviços	2.993,30	3.159,34	3.325,23
Transferências Correntes	13.273,08	13.770,35	14.474,78
Cide	35,98	36,70	37,43
Convênios	69,28	71,56	74,44
Fpe	3.743,65	3.935,62	4.284,63
Fundeb - Retorno	5.942,30	6.061,14	6.061,14
Ipi Exportação	467,81	488,12	702,95
Lei Kandir	-	-	-
Sus	1.718,86	1.856,37	1.967,76
Salário Educação	367,31	367,31	367,31
Outras Transferências	927,89	953,54	979,13
Outras Transferências Correntes	1.146,27	1.109,32	1.157,45
<b>RECEITAS CORRENTES - INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.389,08</b>	<b>3.490,83</b>	<b>3.613,76</b>
Contribuições - Intraorçamentárias	2.702,33	2.753,63	2.816,22
Receita Patrimonial	0,58	0,61	0,64
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	0,26	0,27	0,28
Outras Receitas Correntes	685,91	736,32	796,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.767,37</b>	<b>1.056,89</b>	<b>866,84</b>
Operação de Crédito	1.163,47	668,38	462,58
Alienação de Bens	24,93	24,64	25,47
Amortização de Empréstimos Contratuais	56,55	23,56	13,66
Transferências de Capital	512,07	329,75	354,54
Outras Receitas de Capital	10,35	10,56	10,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL - INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>80.889,05</b>	<b>83.987,22</b>	<b>88.034,54</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>(22.642,35)</b>	<b>(23.893,48)</b>	<b>(25.294,15)</b>
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>58.246,70</b>	<b>60.093,74</b>	<b>62.740,38</b>

FONTE: Diretoria do Tesouro Estadual/SEFA, Protocolo nº 18.493.216-4. (2022)

Obs.: Receitas do Orçamento Fiscal e do RPPS.

## 2.1 RECEITA TRIBUTÁRIA<sup>8</sup>

Atendendo o solicitado nos artigos 4º, 11, 12 e 52, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101, de 2000, informa-se na Tabela 4 as metas de Receita Tributária para os anos de 2022 a 2026, bem como a reavaliação do Orçamento 2022. Já a Tabela 5 apresenta a evolução percentual nominal para cada rubrica.

**Tabela 4 - Metas de Receita Tributária 2022-2026**

Especificação	2022	2023	2024	2025	(R\$ mil) 2026
<b>RECEITAS CORRENTES 100% (a+b)</b>	<b>47.667.405</b>	<b>50.519.339</b>	<b>53.416.869</b>	<b>56.417.577</b>	<b>59.549.632</b>
<b>a) Receita Tributária 100%</b>	<b>45.595.043</b>	<b>48.325.015</b>	<b>51.099.373</b>	<b>53.973.279</b>	<b>56.973.767</b>
ICMS 100%	39.395.955	41.674.855	43.951.956	46.276.030	48.666.686
IPVA 100%	5.140.913	5.406.698	5.686.225	5.980.202	6.289.379
ITCMD 100%	1.058.175	1.243.462	1.461.192	1.717.047	2.017.702
<b>b) Outras Receitas Correntes</b>	<b>663.890</b>	<b>704.446</b>	<b>746.211</b>	<b>789.928</b>	<b>836.029</b>
Multas e Juros de Mora do ICMS 100%	75.063	79.401	83.739	88.167	92.722
Multas do IPVA 100%	76.405	80.355	84.510	88.879	93.474
Multas, Juros e Cor. Monetária do ITCMD 100%	15.302	17.982	21.131	24.831	29.179
Dívida Ativa ICMS 100%	413.053	436.927	460.801	485.167	510.231
Dívida Ativa IPVA 100%	72.982	76.755	80.723	84.897	89.286
Dívida Ativa ITCMD 100%	11.085	13.026	15.307	17.987	21.137
<b>c) Fundo Estadual de Combate à Pobreza</b>	<b>1.408.472</b>	<b>1.489.878</b>	<b>1.571.285</b>	<b>1.654.370</b>	<b>1.739.836</b>

FONTE: Receita Estadual do Paraná, Protocolo nº 18.557.191-2. (2022)

**Tabela 5 - Evolução Nominal da Receita Tributária 2022-2026**

Especificação	2022/2021	2023/2022	2024/2023	2025/2024	2026/2025
<b>RECEITAS CORRENTES 100% (a+b)</b>	<b>7,4%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,6%</b>
<b>a) Receita Tributária 100%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,6%</b>
ICMS 100%	3,6%	5,8%	5,5%	5,3%	5,2%
IPVA 100%	26,8%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%
ITCMD 100%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%
<b>b) Outras Receitas Correntes</b>	<b>13,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,8%</b>
Multas e Juros de Mora do ICMS 100%	-24,4%	5,8%	5,5%	5,3%	5,2%
Multas do IPVA 100%	26,5%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%
Multas, Juros e Cor. Monetária do ITCMD 100%	8,6%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%
Dívida Ativa ICMS 100%	22,5%	5,8%	5,5%	5,3%	5,2%
Dívida Ativa IPVA 100%	7,1%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%
Dívida Ativa ITCMD 100%	32,3%	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%
<b>c) Fundo Estadual de Combate à Pobreza</b>	<b>72,6%</b>	<b>5,8%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,2%</b>

FONTE: Receita Estadual do Paraná, Protocolo nº 18.557.191-2. (2022)

<sup>8</sup> Informação IGA/SAPR 006/2022, Inspeção Geral de Arrecadação – Setor de Análise e Previsão da Receita, Protocolo nº 18.557.191-2.

### 2.1.1 ICMS

A aplicação do modelo estocástico de previsão exigiu a redistribuição dos valores da arrecadação dos exercícios de 2020 e 2021. Como a queda foi mais pronunciada pontualmente nos meses de abril e maio de 2020 e o segundo semestre de 2021 foi mais elevado do que o normal principalmente em razão do reajuste da energia elétrica e pelas elevações do preço dos combustíveis, aliado ao fato de que o modelo de suavização exponencial de *Winters* aditivo é sazonal e atribui peso maior a observações mais recentes, a simples aplicação do modelo à série histórica apresentaria uma ruptura de seu padrão de sazonalidade, levando o modelo estocástico a tentar conciliar a tendência histórica de crescimento com o comportamento errático da arrecadação em 2020 e com a tendência de crescimento de 2021. Esta redistribuição de valores de acordo com a participação média de cada mês na arrecadação de ICMS dos exercícios de 2020 a 2021 levou aos resultados ora apresentados.

Para testar a coerência do modelo, realizou-se a comparação dos resultados previstos para 2022 a 2024 com base em dois parâmetros estimados pelo mercado: variação do PIB e inflação. A soma destes dois indicadores é necessária para se tornar comparável aos resultados do modelo, que interpreta pelos resultados anteriores a tendência de crescimento oriunda de diversos fatores, pois o PIB é a variação real da produção, ou seja, desconsiderada a inflação do período. A Tabela 6 apresenta os resultados estimados pelo modelo estocástico para o crescimento do ICMS (Tabela 5) e a soma das projeções de PIB e inflação – chamado de “modelo ingênuo” – considerando as estimativas dos indicadores apresentadas no Relatório de Mercado Focus do Banco Central de 10 de janeiro de 2022<sup>9</sup> e no *World Economic Outlook* de outubro de 2021<sup>10</sup>.

**Tabela 6 – “Modelo ingênuo” (PIB + inflação) x Modelo de suavização exponencial**

Rubricas	WEO	Focus			
	2022	2022	2023	2024	2025
a) PIB	1,50%	0,29%	1,69%	2,00%	2,00%
b) Inflação	5,30%	5,15%	3,40%	3,00%	3,00%
<b>Total</b>	<b>6,80%</b>	<b>5,44%</b>	<b>5,09%</b>	<b>5,00%</b>	<b>5,00%</b>
<b>Modelo*</b>	<b>5,89%</b>	<b>5,89%</b>	<b>5,78%</b>	<b>5,46%</b>	<b>5,29%</b>

FONTE: Receita Estadual do Paraná, Protocolo nº 18.557.191-2. (2022)

<sup>9</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Focus**, Gerin, Brasília, 2022. Publicação em meio eletrônico, p. 1-2. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20220121.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

<sup>10</sup> FMI. **World Economic Outlook – October/2021**. Publicado em out. 2021. Disponível em <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/10/12/world-economic-outlook-october-2021>>. Acesso em: 7 jan. 2022.



Verifica-se que o resultado da soma de previsão de PIB e inflação são sistematicamente maiores do que o resultado estimado pelo modelo. Verificou-se, ainda, que a previsão de crescimento do PIB para 2021 do Boletim Focus é inferior àquela apresentada no *WEO*, que aponta para um crescimento do PIB brasileiro de 1,5%. Considerando a necessidade de prudência na realização de projeções orçamentárias e a tendência de queda nas expectativas do PIB apontadas pelo Banco Central, seguiu-se, para o ICMS, o resultado apresentado pelo modelo estatístico na revisão realizada em outubro de 2021.

Esta revisão representa um aumento de 14,3% no total das Receitas Tributárias, conforme detalhamento apresentado na Tabela 7. Esta alteração na previsão não reflete qualquer otimismo sobre a situação atual, outrossim, o fato de que a arrecadação de 2021 foi superior à estimada no momento da elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021). A revisão para o exercício 2021, realizada em junho do ano passado, tinha como previsão prudencial a arrecadação de Receitas Tributárias no montante de R\$ 41,7 bilhões, e de ICMS 100% de R\$ 35,8,5 bilhões. Ao término do exercício, verificou-se uma arrecadação de Receitas Tributárias da ordem de R\$ 44,4 bilhões e de ICMS 100% de R\$ 38 bilhões, superando a previsão em 6,6% e 6,1%, respectivamente.

A previsão de crescimento do ICMS 100% para 2022, apresentada na Tabela 5, de 3,6%, demonstra também que a forma de realizar a revisão para este exercício respeita a postura da Secretaria de Estado da Fazenda de prudência fiscal, ou seja, mesmo que o cenário econômico piore, os valores previstos para a arrecadação são factíveis, ainda que com maior esforço arrecadatório. Destaca-se que novas revisões podem ser realizadas a qualquer momento, de acordo com o acompanhamento dos resultados mensais.

**Tabela 7 - Revisão Janeiro/2022 x LOA 2022**

(Valores correntes em R\$ mil)

Especificação	Revisão jan/22	LOA/2022	Diferença	Variação
<b>RECEITAS CORRENTES 100% (a+b)</b>	<b>47.667.405</b>	<b>41.716.637</b>	<b>5.950.768</b>	<b>14,30%</b>
<b>a) Receita Tributária 100%</b>	<b>45.595.043</b>	<b>40.735.530</b>	<b>4.859.513</b>	<b>11,90%</b>
ICMS 100%	39.395.955	35.604.495	3.791.460	10,60%
IPVA 100%	5.140.913	4.356.995	783.918	18,00%
ITCMD 100%	1.058.175	774.040	284.135	36,70%
<b>b) Outras Receitas Correntes</b>	<b>663.890</b>	<b>405.948</b>	<b>257.942</b>	<b>63,50%</b>
Multas e Juros de Mora do ICMS 100%	75.063	147.328	-72.265	-
Multas do IPVA 100%	76.405	73.120	3.285	4,50%
Multas, Juros e Cor. Monetária do ITCMD 100%	15.302	13.221	2.081	15,70%
Dívida Ativa ICMS 100%	413.053	105.480	307.573	291,60%
Dívida Ativa IPVA 100%	72.982	63.216	9.766	15,40%
Dívida Ativa ITCMD 100%	11.085	3.583	7.502	209,40%
<b>c) Fundo Estadual de Combate à Pobreza</b>	<b>1.408.472</b>	<b>575.159</b>	<b>833.313</b>	<b>144,90%</b>

FONTE: Receita Estadual do Paraná, Protocolo nº 18.557.191-2. (2022)

### 2.1.2 IPVA

A valorização dos veículos usados deve-se, principalmente, a dois fatores: o represamento do consumo de veículos novos, impactado pela falta de suprimentos, dentre os quais destaca-se os semicondutores, impactando a procura por veículos usados; e o aumento da inflação. Desta forma, não foi possível utilizar o mesmo critério de previsão dos anos anteriores, que consiste na aplicação do percentual médio de crescimento da arrecadação do tributo nos cinco exercícios anteriores, pois tal procedimento levaria a uma subestimação da receita.

Partindo desta premissa, foram analisadas as evoluções de veículos tributados, de valores lançados e de arrecadação. Foi possível perceber que em exercícios em que a evolução combinada de veículos tributados e valor lançado foi mais elevada houve alteração na relação entre a arrecadação efetiva e o valor lançado.

Utilizando-se os dados dos últimos 20 anos, percebeu-se que quando a evolução combinada de veículos tributados e valor lançado superou 20% o comportamento da relação entre a arrecadação efetiva e o valor lançado sofreu alteração significativa. Como o exercício 2022 teve esta evolução combinada de 36,7% (veículos tributados 1,4%; valor lançado 35,3%) optou-se por estimar a arrecadação de IPVA a partir da média da diferença entre a evolução combinada mencionada e a evolução da arrecadação para os respectivos exercícios. O resultado foi uma previsão de arrecadação de R\$ 5,29 bilhões, a serem distribuídos entre principal, multas e juros e dívida ativa deste tributo.

### 2.1.3 ITCMD

A variação do ITCMD deve-se, principalmente, à elevação dos já altos índices de crescimento de arrecadação deste tributo. Tais resultados devem-se a constantes inovações nos mecanismos de controle, avaliação e cobrança realizadas pela Receita Estadual que têm garantido não apenas o aumento da declaração espontânea do tributo, bem como tem obtido resultados positivos com os filtros utilizados para identificação de necessidade de revisão de valores bem como o índice de recuperação do tributo após as revisões. O critério foi a utilização do percentual médio de crescimento dos últimos cinco exercícios, excluídos os recolhimentos de grande valor – assim considerados os recolhimentos individuais superiores a R\$ 900 mil.

#### 2.1.4 Outras receitas correntes

Em relação às outras receitas correntes, todas as rubricas foram ajustadas para refletir a participação relativa em relação à arrecadação dos respectivos impostos. Destaca-se o fato de que houve alterações significativas na forma de contabilizar estes valores em abril de 2021, o que justifica a redistribuição de valores de multa e juros e de dívida ativa. Tais alterações são responsáveis por estas rubricas não seguirem a mesma proporção de crescimento do valor principal de seus tributos no exercício 2022.

Qualquer alteração no comportamento da economia nos próximos meses, e seu eventual reflexo na arrecadação, será considerada quando da elaboração da previsão para a Lei Orçamentária Anual de 2023. Para 2022, com a postergação do auxílio emergencial, ainda que de valores menores, a queda de consumo das famílias que o recebem tende a ser amenizada, mas recomenda-se o acompanhamento da execução orçamentária com o intuito de efetuar a reestimativa da arrecadação tributária, em especial do ICMS – vinculado ao consumo – caso se verifique uma tendência de queda da arrecadação e consequente descumprimento das metas.

A previsão do FECOP precisou ser revista em razão dos sucessivos aumentos no preço dos combustíveis e da inclusão de novos itens na lista dos produtos obrigados a recolher FECOP – energia elétrica, veículos novos e comunicações. A inclusão desses novos produtos ensejou uma revisão em outubro de 2021 que apontava a necessidade de ajustar o valor previsto para 2022 de R\$ 575,1 milhões para R\$ 1,33 bilhão. Com a efetivação das arrecadações no último trimestre do ano, concluiu-se ser necessário ajustar este valor para R\$ 1,41 bilhão.

#### 2.1.4 Modelagem econométrica de previsão

Cabe ressaltar que o modelo estocástico utilizado para calcular a previsão do ICMS, bem como os cálculos utilizados para o IPVA e ITCMD, já considera a evolução da arrecadação decorrente de fatores externos. Desta forma, qualquer correção nos valores ora apresentados representará um aumento real além da inflação ou de qualquer outro fator que possa influenciar a arrecadação de ICMS.

Em relação ao modelo estocástico utilizado para previsão do ICMS e para o FECOP, foram utilizados os resultados – evolução percentual – obtidos em Liebel<sup>11</sup>, que fez uma comparação de modelos para a previsão de receitas

---

<sup>11</sup> LIEBEL, M. J. **Previsão de receitas tributárias**. O caso do ICMS no estado do Paraná. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

tributárias, utilizando como base do estudo o ICMS no estado do Paraná. Os modelos comparados foram de quatro tipos distintos:

- **Regressão Linear:** Pellegrini<sup>12</sup> aponta que por estar disponível em *software* como Excel, a regressão linear simples é a técnica de *forecasting* mais difundida e utilizada na atualidade. Uma das finalidades da regressão linear, segundo Stevenson<sup>13</sup>, é predizer os valores que uma variável poderá assumir no futuro.

- **Suavização Exponencial:** De acordo com Krajewski & Ritzman<sup>14</sup>, o método de suavização exponencial baseia-se em um sistema de médias ponderadas móveis que atribui um peso maior aos dados mais recentes da série temporal. Os pesos atribuídos aos elementos da série temporal decaem exponencialmente (razão do nome suavização exponencial), do mais recente para o mais antigo, explicam Pellegrini & Fogliatto<sup>15</sup>.

- **Decomposição:** Aqui se pressupõe a existência de dois componentes básicos de uma série: o padrão e o erro aleatório. Os padrões podem ser horizontais, de tendência, sazonais e cíclicos. Como o objetivo da decomposição é modelar as variações das séries temporais, os três últimos padrões citados, bem como o erro aleatório, compõem o modelo matemático.

- **Box-Jenkins:** São os modelos Auto Regressivos Integrados à Média Móvel. Tais modelos são frequentemente chamados de ARIMA, sigla proveniente do inglês *Auto Regressive Integrated Moving Average*. Diferentemente dos modelos de regressão e suavização, que pressupõem observações dependentes de outras variáveis, os modelos ARIMA se ajustam às séries temporais nas quais as observações são fortemente dependentes entre si. As previsões feitas para as séries temporais em que as observações são dependentes entre si podem não ter a acurácia necessária se utilizados os modelos de regressão ou suavização, afirmam Montgomery *et al.*<sup>16</sup>. Isso ocorre pois tais modelos não fazem uso da dependência existente entre as observações da variável em estudo.

---

<sup>12</sup> PELLEGRINI, F. R. **Uma metodologia para implantação de sistemas de previsão de demanda**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

<sup>13</sup> STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo. Editora Harbra Ltda., 1981, 495 p.

<sup>14</sup> KRAJEWSKI, L. J. & RITZMAN, L. P. **Operations management, strategy and analysis**, 5.th ed., 1998, Addison-Wesley, Reading, MA, 880 p.

<sup>15</sup> PELLEGRINI, F. R. & FOGLIATTO F. S. **Passos para implantação de sistemas de previsão de demanda**. Técnicas e estudo de caso. Anais do ENEGEP, CD-ROM, 2002.

<sup>16</sup> MONTGOMERY, D. C.; JOHNSON, L. A. & GRADINER, J. S. **Forecasting and Time Series Analysis**, 2nd ed., 1990, McGraw-Hill Inc.: New York, 375 p.

Para realizar a comparação dos modelos existem diversos critérios. Carbone & Armstrong<sup>17</sup> realizaram uma pesquisa respondida por 70 pessoas ligadas ao meio acadêmico e 75 profissionais da área de previsão. O estudo revelou quais os critérios de avaliação mais importantes na escolha de um modelo. Os itens mais citados foram, na ordem: acurácia do modelo, facilidade de interpretação, custo e tempo necessários para sua aplicação e facilidade de uso e implementação. Relativamente à acurácia, o estudo revelou que três critérios foram eleitos por 81% dos acadêmicos e por 55% dos profissionais: a Média Quadrada dos Erros (MQE), o Erro Médio Absoluto (EMA) e o Erro Médio Absoluto Percentual (EMAP).

Em pesquisa realizada por Klassen & Flores<sup>18</sup> envolvendo empresas canadenses, apurou-se que os critérios EMA e EMAP figuram entre os mais populares, e juntamente com o Erro Médio (EM) e o Erro Médio Percentual (EMP) são utilizados por 60% das empresas que utilizam critérios matemáticos para comparação dos modelos.

No caso da previsão de ICMS do estado do Paraná, optou-se pela combinação do EMP com a MQE. O Erro Médio Percentual é considerado mais adequado, visto que o resultado global mais acurado é mais relevante do que um resultado mensal mais próximo ao realizado. A Média Quadrada dos Erros foi utilizada como critério de desempate entre os modelos que porventura apresentassem resultados iguais para o EMP.

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 8. Pode-se verificar que dois modelos atingiram um EMP menor do que 1% e seis deles obtiveram resultados com EMP abaixo de 2,5%. Isso demonstra que o ajuste da série, bem como a depuração dos dados que a compõe foram bastante satisfatórios. A escolha do modelo recai, pela simples análise dos dados, sobre a Suavização Exponencial, modelo de *Winters* Aditivo.

<sup>17</sup> CARBONE, R. & ARMSTRONG, J. S. **Evaluation of extrapolative forecasting methods: results of a survey of academicians and practitioners**, *Journal of Forecasting*, p. 215–217, Volume 1, 1982.

<sup>18</sup> KLASSEN, R. D. & FLORES, B. E. **Forecasting practices of Canadian firms: survey results and comparisons**, *International Journal of Production Economics*, p. 163–174, Volume 70, 2001.

Tabela 8 - Comparação de Modelos

Modelo	EMP	MQE
Regressão Linear Simples	10,40%	3.873,64
Suavização Exponencial Simples	8,40%	3.069,44
Suavização Exponencial – Holt	-1,50%	372,88
Suavização Exponencial – Winters Multiplicativo	0,50%	424,78
Suavização Exponencial – Winters Aditivo	0,40%	342,28
Decomposição	11,90%	5.035,12
SARIMA (1,1,0)×(0,0,1) <sub>12</sub>	5,00%	1.329,90
Modelo	EMP	MQE
SARIMA (1,1, 0)×(0, 0, 2) <sub>12</sub>	4,00%	913,76
SARIMA (1,1, 0)×(1, 0, 0) <sub>12</sub>	2,40%	548,39
SARIMA (1,1, 0)×(1, 0,1) <sub>12</sub>	2,20%	524,15
SARIMA (1,1, 0)×(1, 0, 2) <sub>12</sub>	4,00%	1.003,69
SARIMA (1,1, 0)×(2, 0, 0) <sub>12</sub>	2,60%	633,5
SARIMA (1,1,0)×(2,0,1) <sub>12</sub>	1,60%	444,13
SARIMA (1,1, 0)×(2, 0, 2) <sub>12</sub>	5,60%	1.687,64

FONTE: Receita Estadual do Paraná, Protocolo nº 18.557.191-2. (2022)

Feita a escolha do modelo, foram carregados os dados do período janeiro de 2019 a dezembro de 2021, em valores correntes. Desta forma, permite-se que o modelo “aprenda” que o comportamento da série é influenciado por fatores externos, tais como inflação, taxa de juros e taxa de crescimento e os inclua no cálculo.

### 3 PROJEÇÃO DA DESPESA

A Tabela 9 apresenta as projeções das despesas para os exercícios de 2023 a 2025, detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa.

Tabela 9 – Projeção de Despesa Consolidada – 2022-2025

Descrição	(R\$ milhão)			
	2022 <sup>1</sup>	2023	2024	2025
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>45.488,20</b>	<b>52.984,83</b>	<b>55.393,27</b>	<b>57.741,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais	31.565,42	36.708,55	38.066,05	39.429,55
Juros e Encargos da Dívida	887,72	1.038,65	1.022,51	1.018,33
Outras Despesas Correntes	13.035,06	15.237,64	16.304,70	17.293,95
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.215,77</b>	<b>5.008,93</b>	<b>4.435,53</b>	<b>4.720,31</b>
Investimentos	3.439,25	3.294,66	2.678,87	2.657,12
Inversões Financeiras	926,99	515,55	539,48	565,73
Amortização da Dívida	849,53	1.198,71	1.217,18	1.497,46
Reserva de Contingência	218,80	252,94	264,94	278,24
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>50.922,77</b>	<b>58.246,70</b>	<b>60.093,74</b>	<b>62.740,38</b>

FONTE: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA. (2022)

Nota: Despesas do Orçamento Fiscal e do RPPS

<sup>1</sup> Previsão LOA 2022



### 3.1 PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS<sup>19</sup>

Para a projeção das despesas de pessoal e encargos sociais da folha de ativos, dos servidores efetivos (celetistas e estatutários), cargos comissionados e contratos de regime especial – CRES para o ano de 2023 da administração direta e autárquica foi adotada a seguinte metodologia:

- a. Consolidação da base de dados utilizada para cálculo das estimativas, foram geradas informações da ferramenta BI-RH, a qual agrega informações do Sistema Meta4;
- b. Para as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e Autarquias que utilizam sistema próprio de folha de pagamento, as informações foram geradas a partir da Relação Mensal de Informações de Pagamento (RMIP);
- c. Para a projeção da folha de pagamento de 2023, foi considerado o valor anual da folha, acrescido do 13º salário e o terço de férias;
- d. Para a projeção dos Encargos, foi considerado o valor anual dos encargos, acrescido do 13º salário. Para a projeção da Transferência em Espécie Escalonada e Progressiva para 2023, computou-se 60% da projeção do Fundo Previdenciário e 100% da projeção dos Fundos Financeiro e Militar;

A projeção das despesas com contratações considerou a previsão de ingresso para o ano de 2023 a partir da aplicação da metodologia da Taxa de Reposição, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 10.313, de 18 de fevereiro de 2022. Exceto para a previsão de ingresso do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares, onde foi utilizado o mesmo quantitativo de vagas de 2022 – não foi contabilizada a ampliação estabelecida pelo Decreto Estadual nº 10.548, de 24 de março de 2022.

Para realizar a projeção da demanda, foi utilizada a seguinte metodologia de cálculo:

- a. Considerou-se para provimento o quantitativo de vagas, a remuneração e as gratificações, conforme estipulado nos respectivos editais;
- b. As remunerações e gratificações foram baseados na Tabela Salarial Vigente (Decreto Estadual nº 10.087, de 17 de janeiro de 2022);
- c. Para os servidores ingressantes no Fundo de Previdência, foi considerado o percentual progressivo para a Contribuição Patronal Adicional, sendo de 60% para 2023;

---

<sup>19</sup> Com base na Informação nº 40/2022, DRH/SEAP, Protocolo nº 18.504.235-9. Editada pela Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA.

- d. Estão computados nas estimativas das vantagens os valores correspondentes ao vencimento, gratificações, terço de férias e 13º salário.

Cabe ressaltar que não estão sendo computadas as autorizações já previstas no Anexo VII da LOA 2022.

A previsão legal para concessão dos institutos de desenvolvimento na carreira dos servidores efetivos pertencentes aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Autárquica é regulamentada pela legislação pertinente a cada quadro funcional ou carreira. A concessão ocorre após autorização governamental e, para todos os quadros de pessoal, as promoções e progressões geram efeitos financeiros e funcionais após a edição de ato de concessão no Diário Oficial do Paraná, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020.

Importante salientar que a análise do adimplemento do direito à concessão da promoção e/ou progressão é individualizada, dependente de inúmeras informações funcionais de cada servidor, e da aplicação da legislação do quadro/carreira funcional, e que o Sistema RH-Paraná não disponibiliza ferramentas para auxiliar na análise funcional.

Sendo assim, para cálculo da estimativa de custo para 2023 optou-se por trabalhar com a média histórica de concessões para o período entre 2020 e 2022. O resultado foi uma projeção de R\$ 213.165.652,00 (duzentos e treze milhões, cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

Outro aspecto levado em consideração é a Lei Estadual nº 18.493, de 24 de junho de 2015, que alterou a data base para revisão geral anual, e que concede, no artigo 5º, a “parcela complementar de vencimento aos servidores efetivos, aos contratados pelo regime especial – CRES, aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho e servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de quarenta horas semanais, que percebam valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná - Grupo Ocupacional I”.

Tendo em vista que o Piso Mínimo Regional do Estado do Paraná é fixado anualmente por Decreto Governamental com efeitos a partir de janeiro de cada exercício, para projeção do custo para 2023 optou-se por aplicar os mesmos índices já fixados para o ano de 2022. Sendo assim, o valor anual estimado da parcela complementar de vencimento do piso salarial é de R\$ 1.787.364,00 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais).

Considerando a edição da Lei Estadual nº 17.657, de 12 de agosto de 2013, que institui o Auxílio Transporte, “o valor do auxílio-transporte previsto no art. 2º desta Lei e o valor limite de remuneração para a concessão do auxílio-transporte, a que se refere o *caput* deste artigo, serão reajustados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no dia primeiro de maio de cada ano, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA”. O último reajuste ocorreu em 2019, e atualmente os servidores recebem o benefício de R\$ 166,63 (cento e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos).

Foi contabilizada a estimativa de impacto para pagamento do auxílio transporte considerando o IPCA acumulado entre o período de maio de 2018 a abril de 2021, que corresponde a uma revisão de 14,72%. O valor do benefício passaria a ser R\$ 191,96 (cento e noventa e um reais e noventa e seis centavos) para os servidores que percebam remuneração menor ou igual a R\$ 3.135,34 (três mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos). O custo anual decorrente deste reajuste foi estimado em R\$ 6.405.943,00 (seis milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais).

Em relação ao Auxílio Alimentação, estabelecido pela Lei Estadual nº 11.034, de 30 de dezembro de 1994, que institui o pagamento do benefício aos servidores cuja remuneração não ultrapasse o valor correspondente a 02 (dois) salários mínimos, e cujo último reajuste ocorreu em 2019, atualmente os servidores o recebem no valor de R\$ 106,86 (cento e seis reais e oitenta e seis centavos).

Prospectando a estimativa de impacto para pagamento do auxílio alimentação, foi contabilizado o IPCA acumulado entre dois períodos distintos – entre o período de agosto de 2011 a novembro de 2017 não houve reajuste do benefício, e novamente entre janeiro de 2019 e janeiro de 2022. Esse intervalo tempo corresponde a uma revisão de 68,50%. Sendo assim, o valor do benefício passaria a ser de R\$ 190,61 (cento e noventa reais e sessenta e um centavos). O seu custo anual foi estimado em R\$ 6.343.560,00 (seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta reais).

#### Quadro 1 – Despesas de Pessoal e Encargos contempladas na previsão para 2023

(R\$ 1,00)

Despesa	Custo estimado 2023
Folha de Pagamento – Servidores Ativos – Valor Bruto com Encargos	16.797.590.340
Contratações - Efetivos	93.274.486
Concessão de Promoções e Progressões	213.165.652
Piso Salarial - Parcela Complementar de Vencimento	1.787.364
Auxílio Transporte – Lei nº 17.657/2013	6.405.943
Auxílio Alimentação – Lei nº 11.034/1994	6.343.560
<b>Custo estimado total</b>	<b>17.118.567.345</b>

FONTE: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, Protocolo nº 18.504.235-9. (2022)

No Quadro 2 apresentam-se as demais despesas de pessoal estimativas não relacionadas anteriormente.

#### Quadro 2 - Outras Despesas de Pessoal

	(R\$ Milhão)
Reestruturações de Carreira <sup>1</sup>	535
Contratações <sup>1</sup>	3
Gratificações <sup>1</sup>	26
RGA <sup>1</sup>	804

Fonte: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA (2022)

Nota: <sup>1</sup>A projeção de tais despesas não vincula garante a implantação, ficando a critério da Administração Pública e da capacidade das Receitas de comportar tal custo. Não obstante, cabe observar que estas despesas estão condicionadas também ao Limite Prudencial previsto no Art. 174 da Constituição Federal e na LC 101/2000 (LRF)

Por fim, há o crescimento de 12,8% das despesas relacionadas à Insuficiência Financeira do RPPS, quando comparado ao previsto na LOA 2022.

### 3.2 JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Para a projeção das despesas com juros, encargos e amortização da dívida foram analisados os contratos em vigor e os em processo de contratação, conforme as características de cada um (indexador, prazo do contrato, moeda, etc.). As despesas estimadas com serviço da dívida em 2023 apresentam uma expansão de 22,4% quando comparadas à LOA 2022.

Pelos dados disponíveis, verifica-se que a trajetória do saldo da dívida do Estado do Paraná para os exercícios de 2023 a 2025 está exposta aos riscos de mercado oriundos da volatilidade das variáveis de mercado, como a taxa de juros, a cotação do dólar americano e a taxa de inflação. As dívidas internas representam 84,48% do saldo da dívida do estado e estão atreladas à taxa de juros e à inflação, como pode se observar no Quadro 3:

#### Quadro 3 – Indexadores da Correção das Dívidas Internas (%)

CAM <sup>1</sup>	44,81%
SELIC	21,20%
CDI	9,19%
TJLP	4,51%
PREFIXADO	2,32%
IPCA	2,20%
UPRD	0,25%

Fonte: Departamento de Haveres e Obrigações/Diretoria do Tesouro Estadual/SEFA, Protocolo nº 18.493.286-5. (2022)

<sup>1</sup> Com base na edição da LC nº 148/2014, a atualização monetária calculada anteriormente com base na variação do Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna (IGP-DI) passou a ser calculada pelo Coeficiente de Atualização Monetária – CAM (Os encargos ficarão limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

(Selic) para os títulos federais, comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA+4% a.a. com a variação acumulada da taxa Selic).

Chama-se a atenção para o comportamento recente da taxa básica de juros, decorrente dos choques negativos que esta sofreu – e que se repetidos podem realocar a dívida paranaense em trajetória ascendente.

A Selic iniciou seu ciclo de altas em março de 2021, saindo de uma taxa de 2,00% ao ano e atingindo 11,75% a.a. em sua mais recente revisão (março de 2022) pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, incorrendo em dificuldades na convergência do endividamento para patamares mais baixos no médio prazo. Para o final do ano, espera-se que os juros cheguem à casa de 12,75% a.a. Destaca-se que a fatia da dívida pública indexada à taxa reflete automaticamente a elevação da mesma.

Como observado na seção 1.2, a persistência da inflação, se combinada com uma série de riscos novos, eleva o prêmio exigido pelo mercado, resultando em crescimento das despesas com juros em função das incertezas associadas aos preços mais altos. E mesmo que para 2023 a previsão seja de redução da Selic, para 8,75%, conforme a Tabela 2, ainda há uma série de riscos que colocam em cheque tal previsão.

Já em relação ao câmbio, destaca-se que a economia brasileira segue sendo de elevada volatilidade cambial, devido ao seu grau de vulnerabilidade externa e fiscal. Esta interfere no cotidiano da gestão da dívida pública, pois afeta no cálculo do saldo da dívida de curto, médio e longo prazos.

O câmbio afeta também as dinâmicas da inflação e da distribuição de renda a curto prazo, via mudança de preços relativos. Ademais, o prêmio requerido na ponta longa da curva de juros em moeda local impõe uma pressão pela elevação dos juros de longo prazo, afetando as condições da dívida pública. No Paraná, a volatilidade cambial impacta significativamente nas operações que envolvem as dívidas externas, que representam 15,52% da dívida estadual.

Em suma, em um cenário de juros mais altos e de menor crescimento econômico, o esforço necessário para reduzir a dívida será significativo. A economia está exposta a choques que podem criar desvios ao longo do tempo em relação ao cenário base, afetando o custo da dívida em função de sua composição e perfil de vencimentos.

### 3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O grupo “Outras Despesas Correntes” compreende as despesas obrigatórias (obrigações tributárias e contributivas), as finalísticas – que contribuem diretamente para a oferta de bens e serviços públicos – e as despesas de manutenção básica da administração pública.



Foram contemplados na projeção as despesas de contratos e programas de governo. Ficando descobertas demais despesas discricionárias e reajustes de contratos.

A diferença entre o total previsto de outras despesas correntes para o que foi possível contemplar com os recursos disponíveis é de aproximadamente R\$ 1,46 bilhões de reais (total de ODC descobertas).

Ainda assim, houve o incremento de 14,45% nas Outras Despesas Correntes quando comparado ao previsto na LOA-2022.

### 3.4 INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS

As despesas com investimentos e inversões financeiras em 2023 foram projetadas com base nas receitas de capital estimadas para o exercício e na disponibilidade de recursos correntes vinculados para aplicação nessas naturezas de despesa. O valor global apresentou relativa constância quando comparado com a LOA 2022, com uma pequena retração de 4,13%.

Ao desagregar o grupo de Investimentos, este apresenta retração de - 4,39% ante o ano de 2022, e acréscimo na participação de programas financiados (alta de 86%).

Já as Inversões Financeiras vão em movimento contrário, com redução de 79,8% quando comparado a este exercício. Esta queda está, em grande medida, relacionada aos precatórios que passam a ter maior presença em Outras Despesas Correntes e menor em Inversões. Cabe ainda observar que estão previstos menores investimentos de recursos públicos através de integralização de capital nas empresas estatais em 2023.

## 4 CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Tabela 10 - Taxas de Crescimento do PIB, Paraná e Brasil 2022**

ANO	PARANÁ			BRASIL		
	Estimativa Anterior	Estimativa Atual	Diferença	Estimativa Anterior	Estimativa Atual	Diferença
2022	2,5	-1,0	-3,5	2,5	0,49	-2,01

FONTE: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA, com IBGE e IPARDES (2022).

O Produto Interno Bruto do Paraná apresentou em 2021 um crescimento de 3,9%, de acordo com dados apurados pelo IPARDES. Já para 2022, o dado foi revisto, passando de uma expectativa de crescimento de 3,9% para uma retração de -1%, como enfatizado na seção 1.3 e na Tabela 10. Este movimento acompanha, embora com maior ímpeto, o movimento de revisão

para baixo do PIB brasileiro, que passou de uma expectativa de crescimento de 2,5% para um cenário de estagnação, com alta de 0,4%.

**Tabela 11 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 <sup>1</sup>	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 <sup>2</sup>	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor	% (c/a) x 100
	(a)			(b)			(c) = (b-a)	
Receita Total	47.700.578.800	8,1%	99,8%	56.214.407.271	9,6%	117,6%	8.513.828.471	17,8%
Receitas Primárias (I)	44.380.118.500	7,6%	92,8%	49.517.381.282	8,5%	103,6%	5.137.262.782	11,6%
Despesa Total	47.700.578.800	8,1%	99,8%	56.214.407.271	9,6%	117,6%	8.513.828.471	17,8%
Despesas Primárias (II)	46.070.771.281	7,9%	96,4%	42.293.760.877	7,2%	88,5%	(3.777.010.404)	-8,2%
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.690.652.781)	-0,3%	-3,5%	7.223.620.405	1,2%	15,1%	8.914.273.186	-527,3%
Resultado Nominal	(2.502.320.062)	-0,4%	-5,2%	6.482.229.385	1,1%	13,6%	8.984.549.447	-359,0%
Dívida Pública Consolidada	28.977.670.078	4,9%	60,6%	30.868.667.908	5,3%	64,6%	1.890.997.830	6,5%
Dívida Consolidada Líquida	22.594.900.439	3,9%	47,3%	10.649.697.458	1,8%	22,3%	(11.945.202.981)	-52,9%

FONTE: Sistema Novo Siaf, Diretoria do Tesouro Estadual/SEFA (2022).

Notas:

1) Meta de Resultado Primário de 2021 conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 20.431, de 15 de dezembro de 2020.

2) Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário e do Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, RREO 2021, Portal da Transparência do Paraná, em 14/03/2021.

O Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários do Estado são compatíveis com sua arrecadação. No caso do Paraná, apurou-se um superávit primário de R\$ 7,2 bilhões. Este resultado foi contabilizado pela metodologia acima da linha, que permite melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e despesas.

O resultado positivo elevado se dá em função de dois componentes:

I - diante do cenário de incerteza em razão da pandemia de Covid-19, foi feita uma previsão de arrecadação de receita conservadora, com viés pessimista. O cenário não se demonstrou tão crítico do ponto de vista da arrecadação, culminando numa receita primária 11,6% maior que a prevista;

II - uma vez que a projeção de receita estava sob uma ótica pessimista, procedeu-se um esforço para a redução das despesas primárias buscando acomodar o cenário de momento, como o previsto pela Lei Complementar Federal 173, de 27 de maio de 2020. Assim, a despesa primária realizada foi 8,2% menor que a estimada.

A dívida pública líquida apresentou um ótimo resultado, com retração de 52,9% ante à meta prevista. Assim, o Estado do Paraná apresentou um superávit nominal de R\$ 6,48 bilhões.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) (R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	55.788.808.787	47.700.578.800	-14,50%	48.361.253.042	1,39%	61.995.184.864	28,19%	64.354.527.151	3,81%	66.747.060.048	3,72%
Receitas Primárias (I)	53.114.349.229	44.380.118.500	-16,44%	46.076.367.481	3,82%	52.230.549.373	13,36%	54.452.880.276	4,25%	57.135.052.121	4,93%
Despesa Total	55.788.808.787	47.700.578.800	-14,50%	52.590.515.023	10,25%	61.995.184.864	17,88%	64.354.527.151	3,81%	66.747.060.048	3,72%
Despesas Primárias (II)	53.993.493.342	46.070.771.281	-14,67%	50.666.988.087	9,98%	55.756.397.043	10,04%	57.589.107.743	3,29%	59.946.357.225	4,09%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(879.144.113)	(1.690.652.781)	92,31%	(4.590.620.606)	171,53%	(3.525.847.670)	-23,19%	(3.136.227.467)	-11,05%	(2.811.305.104)	-10,36%
Resultado Nominal	(1.584.567.090)	(2.502.320.062)	57,92%	(5.073.024.237)	102,73%	(3.453.449.715)	-31,93%	(2.964.612.114)	-14,16%	(2.543.746.920)	-14,20%
Dívida Pública Consolidada	25.286.191.654	28.977.670.078	14,60%	35.571.607.786	22,76%	35.454.388.631	-0,33%	35.972.377.892	1,46%	36.122.998.712	0,42%
Dívida Consolidada Líquida	17.552.113.119	22.594.900.439	28,73%	22.895.221.587	1,33%	20.838.224.673	-8,98%	22.055.945.077	5,84%	22.872.355.193	3,70%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	65.361.537.961	50.777.266.133	-22,31%	48.361.253.042	-4,76%	59.783.206.233	23,62%	60.163.225.935	0,64%	60.582.463.321	0,70%
Receitas Primárias (I)	62.228.171.365	47.242.636.143	-24,08%	46.076.367.481	-2,47%	50.366.971.430	9,31%	50.906.456.529	1,07%	51.858.197.156	1,87%
Despesa Total	65.361.537.961	50.777.266.133	-22,31%	52.590.515.023	3,57%	59.783.206.233	13,68%	60.163.225.935	0,64%	60.582.463.321	0,70%
Despesas Primárias (II)	63.258.166.673	49.042.336.029	-22,47%	50.666.988.087	3,31%	53.767.017.399	6,12%	53.838.426.819	0,13%	54.409.856.932	1,06%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.029.995.308)	(1.799.699.885)	74,73%	(4.590.620.606)	155,1%	(3.400.045.969)	-25,93%	(2.931.970.291)	-13,77%	(2.551.659.777)	-12,97%
Resultado Nominal	(1.856.460.897)	(2.663.719.706)	43,48%	(5.073.024.237)	90,45%	(3.330.231.162)	-34,35%	(2.771.531.954)	-16,78%	(2.308.812.618)	-16,70%
Dívida Pública Consolidada	29.625.016.408	30.846.729.798	4,12%	35.571.607.786	15,32%	34.189.381.515	-3,89%	33.629.557.924	-1,64%	32.786.766.083	-2,51%
Dívida Consolidada Líquida	20.563.857.391	24.052.271.517	16,96%	22.895.221.587	4,81%	20.094.720.032	-12,23%	20.619.478.778	2,61%	20.759.919.891	0,68%

FONTE: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA (2022)

Notas: 1 - Metas de Resultado Primário de 2020 a 2022 conforme parágrafo único do art.1º da Lei nº 20.648, de 20 de julho de 2021 (LDO 2022).

2 - Os valores de Receita Total e Receita Primária a partir de 2021 não contemplam mais a transferência aos municípios, os quais agora são realizados através de dedução de receita.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Ano	IPCA*	Fator de Atualização
2020	4,52%	1,1716
2021	10,06%	1,0645
2022	6,45%	1,0000
2023	3,70%	0,9643
2024	3,15%	0,9349
2025	3,00%	0,9076

\*Para os anos de 2020 e 2021, IPCA divulgado pelo IBGE, e para os restantes, estimativas BCB.

## 5 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Nos termos do § 1º do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Entende-se, então, por renúncia, todas as formas de benefícios concedidos a contribuintes potenciais que representem perda de arrecadação para o Estado.

Ressalte-se que os valores adiante apresentados na Tabela 12 como renúncia não têm o condão de afetar as metas de resultados fiscais previstas no presente Anexo, uma vez que o seu impacto já foi considerado na projeção de arrecadação para o exercício, não sendo necessária medida compensatória.

**Tabela 12 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - 2023**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

(R\$1,00)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	2023	2024	2025	COMPENSAÇÃO
ICMS	Crédito Presumido	Alimentos Comércio	231.451.844	244.181.695	256.879.143	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Alimentos Produção	3.365.236.437	3.550.324.441	3.734.941.312	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Automotivo	341.889.307	360.693.219	379.449.266	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Bebidas	11.851.814	12.503.664	13.153.854	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Combustíveis	303.633.499	320.333.341	336.990.675	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Comunicações	28.866.569	30.454.230	32.037.850	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Construção	19.745.185	20.831.170	21.914.391	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Cosméticos	4.710.700	4.969.789	5.228.218	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Eletroeletrônicos	270.571.876	285.453.329	300.296.902	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Energia	118.382.817	124.893.872	131.388.354	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Fumo	2.415	2.548	2.681	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Fármacos	31.581.606	33.318.595	35.051.161	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Higiene Pessoal	5.723.214	6.037.991	6.351.967	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Madeiras	36.323.762	38.321.569	40.314.291	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Metalúrgico	364.851.765	384.918.613	404.934.380	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Papeleiro	116.498.619	122.906.043	129.297.157	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Químico	188.721.318	199.100.991	209.454.242	Vide Nota abaixo

(Continua)

ICMS	Crédito Presumido	Serviços	3.819.246	4.029.305	4.238.829	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Transportes	115.805.351	122.174.646	128.527.727	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Têxtil	171.440.237	180.869.450	190.274.661	Vide Nota abaixo
ICMS	Crédito Presumido	Outros	56.021.262	59.102.431	62.175.758	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Alimentos Comércio	189.795.559	200.234.314	210.646.499	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Alimentos Produção	1.316.471.977	1.388.877.935	1.461.099.588	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Automotivo	1.104.666.262	1.165.422.906	1.226.024.898	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Bebidas	5.660.672	5.972.009	6.282.553	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Combustíveis	17.232.655	18.180.452	19.125.835	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Comunicações	629	663	698	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Construção	59.755.654	63.042.215	66.320.410	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Cosméticos	13.891.490	14.655.522	15.417.609	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Eletroeletrônicos	55.823.109	58.893.380	61.955.836	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Energia	322.923	340.684	358.400	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Fumo	83.966	88.584	93.190	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Fármacos	22.405.538	23.637.843	24.867.011	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Higiene Pessoal	537.721	567.295	596.795	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Madeiras	10.698.000	11.286.390	11.873.282	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Metalúrgico	601.395.626	634.472.386	667.464.950	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Papeleiro	26.507.604	27.965.522	29.419.729	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Químico	411.478.079	434.109.374	456.683.061	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Serviços	2.827.090	2.982.580	3.137.674	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Transportes	73.025.218	77.041.605	81.047.769	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Têxtil	2.687.105	2.834.895	2.982.310	Vide Nota abaixo
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Outros	20.367.290	21.487.491	22.604.841	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Alimentos Comércio	3.099.849.378	3.270.341.093	3.440.398.830	Vide Nota abaixo

(Continua)



ICMS	Isenção	Alimentos Produção	544.054.988	573.978.013	603.824.870	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Automotivo	176.829.328	186.554.941	196.255.798	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Bebidas	2.323.446	2.451.236	2.578.700	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Combustíveis	197.309.137	208.161.139	218.985.519	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Comunicações	6.493.027	6.850.143	7.206.351	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Construção	41.709.730	44.003.765	46.291.960	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Cosméticos	16.113.065	16.999.284	17.883.247	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Eletroeletrônicos	183.498.150	193.590.548	203.657.256	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Energia	5.092.707	5.372.806	5.652.192	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Fumo	835	881	926	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Fármacos	390.252.916	411.716.827	433.126.102	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Higiene Pessoal	198.455	209.370	220.257	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Madeiras	28.355.136	29.914.668	31.470.231	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Metalúrgico	647.237.617	682.835.686	718.343.142	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Papeleiro	60.559.884	63.890.678	67.212.993	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Químico	132.227.853	139.500.385	146.754.405	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Serviços	11.979.265	12.638.125	13.295.307	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Transportes	28.087.426	29.632.235	31.173.111	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Têxtil	35.546.432	37.501.485	39.451.563	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Outros	74.087.095	78.161.885	82.226.303	Vide Nota abaixo
ICMS	Isenção	Agropecuária e pesca	1.513.992	1.597.262	1.681.917	Decreto 8660/2018 Renúncia do ICMS do Simples Nacional
ICMS	Isenção	Indústria	173.239.798	182.767.987	192.454.690	Decreto 8660/2018 Renúncia do ICMS do Simples Nacional
ICMS	Isenção	Comércio	360.593.855	380.426.517	400.589.122	Decreto 8660/2018 Renúncia do ICMS do Simples Nacional
ICMS	Isenção	Serviços	46.786.757	49.360.029	51.976.110	Decreto 8660/2018 Renúncia do ICMS do Simples Nacional
IPVA	Isenção	Ônibus municipal	40.679.961	42.795.319	45.020.676	Lei Estadual 14.260/2003 (Lei Orgânica do IPVA)
IPVA	Isenção	Portadores de necessidades especiais	65.717.516	69.134.826	72.729.837	Lei Estadual 14.260/2003 (Lei Orgânica do IPVA)
IPVA	Isenção	Táxi	16.098.567	16.935.692	17.816.348	Lei Estadual 14.260/2003 (Lei Orgânica do IPVA)
IPVA	Isenção	Transporte escolar	4.822.730	5.073.512	5.337.335	Lei Estadual 14.260/2003 (Lei Orgânica do IPVA)
IPVA	Isenção	Outros	1.029.810	1.083.360	1.139.694	Lei Estadual 14.260/2003 (Lei Orgânica do IPVA)
ITCMD	Isenção	Outros	6.550.271	7.696.569	9.043.468	Lei 18573/2015 - artigo 11
<b>TOTAL</b>			<b>16.121.602.136</b>	<b>17.008.691.240</b>	<b>17.894.704.013</b>	

FONTE: Receita Estadual do Paraná, Informação nº 001/2022 – REPR/IGF/SAIF, Informação SAPR nº 008/2022, Informação SAPR nº 010/2022, Informação nº 004/2022 – REPR/IGF/SAIF, Informação SAPR nº 012/2022, presente no Protocolo nº 18.494.644-0. (2022)

Nota: As estimativas de renúncias de receitas apresentadas na Informação nº 001/2022 – REPR/IGF/SAIF e no quadro acima são correspondentes aos benefícios acumulados concedidos ao longo dos anos, e, portanto, não há se falar em compensação de tais renúncias.

A compensação prevista no Art. 4º, § 2º, Inciso V da Lei Complementar nº 101, de 2000, determina:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

(...)

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

(...)

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

O art. 4º há que ser interpretado em conjunto com o art. 14, o qual trata expressamente da renúncia de receita e prevê:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)

Destarte, por ocasião da eventual concessão de novos benefícios fiscais em 2023 é que serão enviadas as estimativas do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois seguintes e as respectivas medidas compensatórias, consoante os procedimentos de proposição de novos benefícios fiscais.

## 6 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO (ART. 4º, § 2º, INCISO V DA LRF)

Para a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, foi considerado como aumento permanente da receita o crescimento nominal das receitas correntes.

Deve-se observar que, para o exercício de 2023, não há previsão de aumento na base de cálculo, aumento na alíquota e nem a criação de impostos por parte do Governo do Estado do Paraná.

Assim, observa-se que não há margem para expansão da despesa obrigatória de caráter continuado. Pelo contrário, além de não existir margem para crescimento, apresenta-se um déficit, em razão principalmente da revisão geral anual, da reestruturação de carreiras do Poder Executivo e da concessão de auxílios. A Tabela 13 mostra que não há recurso suficiente para todas as despesas já comprometidas do Estado.

**Tabela 13 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado 2023**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art.4º, §2º, inciso V)		(R\$ 1,00)
<u>EVENTOS</u>	Valor Previsto para 2023	
Aumento Permanente da Receita	11.490.308.464	
(-) Transferências Constitucionais	5.906.514.412	
(-) Transferências ao FUNDEB	424.549.897	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.159.244.155	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.159.244.155	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	5.857.059.126	
Novas DOCC	5.857.059.126	
Novas DOCC geradas por PPP	-	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>(697.814.971)</b>	

FONTE: Diretoria de Orçamento Estadual/SEFA

Nota: Receita e Despesa prevista na LOA 2022 comparada ao PLDO 2023

## 7 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Tabela 14 - Evolução do Patrimônio Líquido – 2019-2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) (R\$ 1,00)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	4.389.614.871	10,45%	4.019.609.409	12,11%	4.007.961.035	18,14%
Reservas	-	0,00%	22.376	0,00%	22.376	0,00%
Resultado Acumulado	37.612.355.237	89,55%	29.176.270.066	87,89%	18.087.394.541	81,86%
<b>TOTAL</b>	<b>42.001.970.108</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.195.901.852</b>	<b>100%</b>	<b>22.095.377.952</b>	<b>100,00%</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(195.499.790)	100,00%	6.563.461.283	100,00%	24.754.300.155	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>(195.499.790)</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.563.461.283</b>	<b>100,00%</b>	<b>24.754.300.155</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Diretoria de Contabilidade Geral do Estado/SEFA, Sistema Novo Siaf, Protocolo nº 18.493.652-6. (2022)

Notas:

- 1) As informações apresentadas no quadro superior do Demonstrativo representam o Patrimônio Líquido Consolidado, deduzidos os valores correspondentes ao Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, apresentado separadamente no quadro inferior.
- 2) O patrimônio líquido considerado é o consolidado, incluindo as contas intra do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.- OFSS, que envolvem as operações ocorridas entre os órgãos integrantes do mesmo OFSS.

## 8 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Tabela 15 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) (R\$ 1,00)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	30.190.094	112.003.811	30.843.740
Alienação de Bens Móveis	21.408.189	106.068.465	1.143.125
Alienação de Bens Imóveis	2.630.586	350.200	7.883.173
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.151.318	5.585.146	21.817.443
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	65.531.624	138.827.495	59.347.517
DESPESAS DE CAPITAL	65.531.624	138.827.495	59.347.517
Investimentos	65.531.624	38.827.495	57.347.517
Inversões Financeiras	-	100.000.000	2.000.000
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2021 (g) = ((Ia - IId) + III[h])	2020 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2019 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	(90.668.991)	(55.327.461)	(28.503.777)

FONTE: Diretoria de Contabilidade Geral/SEFA, Sistema Novo Siaf, Protocolo nº 18.493.652-6. (2022)

Nota: Foram consideradas na composição do supramencionado relatório as Fontes de recursos 108 (Alienação de outros bens móveis e imóveis), 125 (Receitas de Alienações de Bens - Administração Direta) e 260 (Receita de Alienações de Bens - Administração Indireta).

## 9 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

Tabela 16 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$ 1,00)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	2.600.969.788	2.687.130.874	3.341.047.567
Receita de Contribuições dos Segurados	742.971.323	992.134.115	1.061.135.504
Civil	742.971.323	992.134.115	1.061.135.504
Ativo	645.207.508	818.991.111	876.071.964
Inativo	69.319.514	125.978.160	133.896.106
Pensionista	28.444.301	47.164.844	51.167.434
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	1.038.138.774	1.392.284.318	1.383.306.098
Civil	1.038.138.774	1.392.284.318	1.383.306.098
Ativo	1.038.138.774	1.392.284.318	1.383.306.098
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	706.820.657	170.376.231	236.685.458
Receitas Imobiliárias	6.491.402	6.156.308	7.556.788
Receitas de Valores Mobiliários	700.329.255	164.219.923	229.128.670
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	113.039.033	132.336.209	659.920.506
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	39.195.349	39.602.438	40.864.539
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	-	-	466.966.649
(II)	-	-	-
Demais Receitas Correntes	73.843.683	92.733.770	152.089.318
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>2.600.969.788</b>	<b>2.687.130.874</b>	<b>3.341.047.567</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
PREVIDÊNCIA (VI)	2.956.581.161	2.967.195.391	2.881.403.658
Benefícios - Civil	2.951.769.720	2.959.429.272	2.873.002.792
Aposentadorias	2.245.445.468	2.243.748.515	2.168.543.871
Pensões	705.189.933	714.540.757	704.458.921
Outros Benefícios Previdenciários	1.134.320	1.140.000	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	4.811.441	7.766.119	8.400.866

(Continua)

(Continua)			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	1.714.173	1.443.866	2.601.142
Demais Despesas Previdenciárias	3.097.268	6.322.252	5.799.724
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)</b>	<b>2.956.581.161</b>	<b>2.967.195.391</b>	<b>2.881.403.658</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)</b>	<b>(355.611.374)</b>	<b>(280.064.517)</b>	<b>459.643.908</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
VALOR	751.809.000	692.407.000	-
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
VALOR	-	-	-
<b>APORTES DE RECURSOS PARA PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	59.182.145	466.966.649
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.623.646	4.314.556	61.653.299
Investimentos e Aplicações	6.006.917.473	5.955.108.385	6.653.597.976
Outros Bens e Direitos	510.918.477	508.189.471	569.314.608

### Tabela 17.1 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$ 1,00)

PLANO FINANCEIRO			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (VII)</b>	<b>1.712.991.647</b>	<b>2.597.877.324</b>	<b>2.842.524.187</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	930.706.972	1.281.016.239	1.682.775.907
Civil	725.429.673	993.379.356	1.042.770.838
Ativo	508.228.747	549.300.489	529.709.115
Inativo	188.117.866	394.684.779	457.568.811
Pensionista	29.083.060	49.394.088	55.492.912
Militar	205.277.299	287.636.883	640.005.069
Ativo	160.143.044	136.926.136	441.099.622
Inativo	31.635.944	107.575.454	137.189.321
Pensionista	13.498.311	43.135.293	55.504.332
	-	-	6.211.794
Receita de Contribuições Patronais	668.398.589	1.203.999.574	1.059.101.633
Civil	508.255.545	962.041.894	1.059.101.633
Ativo	508.255.545	962.041.894	1.059.101.633
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	160.143.044	241.957.679	-
Ativo	160.143.044	241.957.679	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
	-	-	-
Receita Patrimonial	5.790.527	1.760.785	8.689.657
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	5.790.527	1.760.785	8.689.657
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-

(Continua)



Receita de Serviços	-	-	-
			(Continua)
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Outras Receitas Correntes	108.095.558	111.100.726	91.956.990
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	77.802.951	78.881.698	75.344.420
Demais Receitas Correntes	30.292.608	32.219.029	16.612.570
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>1.712.991.647</b>	<b>2.597.877.324</b>	<b>2.842.524.187</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
PREVIDÊNCIA (XIII)	7.316.114.772	8.083.780.756	8.460.992.753
Benefícios - Civil	5.522.407.137	6.175.397.214	6.506.259.857
Aposentadorias	4.830.921.088	5.457.591.922	5.716.668.599
Pensões	690.946.050	716.918.957	741.067.478
Outros Benefícios Previdenciários	540.000	886.335	48.523.780
Benefícios - Militar	1.768.421.240	1.860.010.964	1.906.209.116
Reformas	1.248.213.622	1.326.920.919	1.357.037.517
Pensões	520.207.617	533.090.044	545.655.595
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	3.516.004
Outras Despesas Previdenciárias	25.286.394	48.372.578	48.523.780
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	13.680.937	29.883.265	39.103.208
Demais Despesas Previdenciárias	11.605.458	18.489.314	9.420.573
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)</b>	<b>7.316.114.772</b>	<b>8.083.780.756</b>	<b>8.460.992.753</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)</b>	<b>(5.603.123.125)</b>	<b>(5.485.903.432)</b>	<b>(5.618.468.566)</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	5.610.019.635	5.483.971.148	5.639.954.761
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
DESPESAS CORRENTES (XIII)	81.431.093	70.327.009	87.003.766
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>81.431.093</b>	<b>70.327.009</b>	<b>87.003.766</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)</b>	<b>(81.431.093)</b>	<b>(70.327.009)</b>	<b>(87.003.766)</b>

Tabela 17.2 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$ 1,00)

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2021	3.341.047.567	2.873.002.792	468.044.775	6.204.544.775
2022	3.267.900.000	2.983.300.000	284.600.000	6.489.144.775
2023	3.417.600.000	2.991.900.000	425.700.000	6.914.844.775
2024	3.549.800.000	2.961.800.000	588.000.000	7.502.844.775
2025	3.589.900.000	2.924.000.000	665.900.000	8.168.744.775
2026	3.489.800.000	2.870.100.000	619.700.000	8.788.444.775
2027	3.675.100.000	2.838.700.000	836.400.000	9.624.844.775
2028	3.784.100.000	2.837.100.000	947.000.000	10.571.844.775
2029	3.906.200.000	2.866.600.000	1.039.600.000	11.611.444.775
2030	4.022.700.000	2.915.900.000	1.106.800.000	12.718.244.775
2031	4.137.700.000	2.983.800.000	1.153.900.000	13.872.144.775
2032	4.244.500.000	3.079.800.000	1.164.700.000	15.036.844.775
2033	4.356.000.000	3.173.200.000	1.182.800.000	16.219.644.775
2034	4.464.100.000	3.281.200.000	1.182.900.000	17.402.544.775
2035	4.574.700.000	3.404.700.000	1.170.000.000	18.572.544.775
2036	4.688.800.000	3.524.500.000	1.164.300.000	19.736.844.775
2037	4.798.700.000	3.663.600.000	1.135.100.000	20.871.944.775
2038	4.911.700.000	3.797.400.000	1.114.300.000	21.986.244.775
2039	5.020.700.000	3.948.600.000	1.072.100.000	23.058.344.775
2040	5.101.000.000	4.088.800.000	1.012.200.000	24.070.544.775
2041	5.159.000.000	4.231.900.000	927.100.000	24.997.644.775
2042	5.208.100.000	4.382.100.000	826.000.000	25.823.644.775
2043	5.247.500.000	4.528.500.000	719.000.000	26.542.644.775
2044	5.283.200.000	4.677.500.000	605.700.000	27.148.344.775
2045	5.310.300.000	4.825.600.000	484.700.000	27.633.044.775
2046	5.328.000.000	4.969.100.000	358.900.000	27.991.944.775
2047	5.339.400.000	5.112.400.000	227.000.000	28.218.944.775
2048	5.342.900.000	5.246.800.000	96.100.000	28.315.044.775
2049	5.339.900.000	5.368.400.000	-28.500.000	28.286.544.775
2050	5.332.700.000	5.473.900.000	-141.200.000	28.145.344.775
2051	5.319.400.000	5.570.300.000	-250.900.000	27.894.444.775
2052	5.299.900.000	5.639.000.000	-339.100.000	27.555.344.775
2053	5.278.800.000	5.690.300.000	-411.500.000	27.143.844.775
2054	5.250.500.000	5.721.400.000	-470.900.000	26.672.944.775
2055	5.226.500.000	5.724.700.000	-498.200.000	26.174.744.775
2056	5.193.200.000	5.709.400.000	-516.200.000	25.658.544.775
2057	5.158.400.000	5.682.300.000	-523.900.000	25.134.644.775
2058	5.117.000.000	5.644.500.000	-527.500.000	24.607.144.775
2059	5.077.400.000	5.597.800.000	-520.400.000	24.086.744.775
2060	5.028.200.000	5.550.600.000	-522.400.000	23.564.344.775
2061	4.987.700.000	5.494.500.000	-506.800.000	23.057.544.775
2062	4.935.600.000	5.443.100.000	-507.500.000	22.550.044.775
2063	4.890.100.000	5.387.700.000	-497.600.000	22.052.444.775
2064	4.840.600.000	5.327.700.000	-487.100.000	21.565.344.775
2065	4.793.300.000	5.266.300.000	-473.000.000	21.092.344.775
2066	4.743.600.000	5.215.800.000	-472.200.000	20.620.144.775
2067	4.694.800.000	5.160.900.000	-466.100.000	20.154.044.775
2068	4.642.200.000	5.112.300.000	-470.100.000	19.683.944.775
2069	4.596.000.000	5.061.900.000	-465.900.000	19.218.044.775
2070	4.544.100.000	5.018.000.000	-473.900.000	18.744.144.775
2071	4.494.600.000	4.966.500.000	-471.900.000	18.272.244.775
2072	4.454.300.000	4.928.900.000	-474.600.000	17.797.644.775
2073	4.404.300.000	4.892.200.000	-487.900.000	17.309.744.775
2074	4.356.600.000	4.853.500.000	-496.900.000	16.812.844.775
2075	4.318.800.000	4.822.800.000	-504.000.000	16.308.844.775
2076	4.274.400.000	4.792.900.000	-518.500.000	15.790.344.775
2077	4.234.700.000	4.759.300.000	-524.600.000	15.265.744.775
2078	4.204.000.000	4.738.000.000	-534.000.000	14.731.744.775
2079	4.163.400.000	4.714.200.000	-550.800.000	14.180.944.775
2080	4.128.800.000	4.692.200.000	-563.400.000	13.617.544.775
2081	4.103.300.000	4.672.400.000	-569.100.000	13.048.444.775
				(Continua)
2082	4.067.400.000	4.654.600.000	-587.200.000	12.461.244.775
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2083	4.032.800.000	4.639.700.000	-606.900.000	11.854.344.775
2084	4.010.800.000	4.633.500.000	-622.700.000	11.231.644.775

2085	3.980.400.000	4.621.700.000	-641.300.000	10.590.344.775
2086	3.942.900.000	4.624.100.000	-681.200.000	9.909.144.775
2087	3.924.600.000	4.621.200.000	-696.600.000	9.212.544.775
2088	3.885.400.000	4.618.400.000	-733.000.000	8.479.544.775
2089	3.853.800.000	4.632.400.000	-778.600.000	7.700.944.775
2090	3.826.000.000	4.641.900.000	-815.900.000	6.885.044.775
2091	3.783.400.000	4.637.000.000	-853.600.000	6.031.444.775
2092	3.744.600.000	4.641.300.000	-896.700.000	5.134.744.775
2093	3.714.400.000	4.654.900.000	-940.500.000	4.194.244.775
2094	3.661.900.000	4.660.700.000	-998.800.000	3.195.444.775
2095	3.614.800.000	4.664.100.000	-1.049.300.000	2.146.144.775

**Tabela 17.2 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2023**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$ 1,00)

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2021	2.202.519.118	6.457.752.089	- 4.255.232.971	-
2022	2.036.800.000	7.159.400.000	- 5.122.600.000	-
2023	1.914.700.000	7.586.600.000	- 5.671.900.000	-
2024	1.782.300.000	7.882.000.000	- 6.099.700.000	-
2025	1.648.200.000	8.154.400.000	- 6.506.200.000	-
2026	1.571.500.000	8.222.500.000	- 6.651.000.000	-
2027	1.494.500.000	8.277.200.000	- 6.782.700.000	-
2028	1.417.100.000	8.318.200.000	- 6.901.100.000	-
2029	1.331.500.000	8.356.700.000	- 7.025.200.000	-
2030	1.257.700.000	8.357.400.000	- 7.099.700.000	-
2031	1.176.100.000	8.352.500.000	- 7.176.400.000	-
2032	1.104.400.000	8.308.600.000	- 7.204.200.000	-
2033	1.036.700.000	8.242.200.000	- 7.205.500.000	-
2034	980.400.000	8.131.100.000	- 7.150.700.000	-
2035	928.500.000	7.995.700.000	- 7.067.200.000	-
2036	882.500.000	7.830.400.000	- 6.947.900.000	-
2037	837.500.000	7.648.400.000	- 6.810.900.000	-
2038	796.900.000	7.441.500.000	- 6.644.600.000	-
2039	755.400.000	7.223.000.000	- 6.467.600.000	-
2040	717.200.000	6.983.900.000	- 6.266.700.000	-
2041	679.700.000	6.731.700.000	- 6.052.000.000	-
2042	643.100.000	6.466.300.000	- 5.823.200.000	-
2043	609.000.000	6.186.300.000	- 5.577.300.000	-
2044	576.600.000	5.894.800.000	- 5.318.200.000	-
2045	545.900.000	5.593.100.000	- 5.047.200.000	-
2046	515.200.000	5.287.300.000	- 4.772.100.000	-
2047	484.600.000	4.979.500.000	- 4.494.900.000	-
2048	454.600.000	4.669.500.000	- 4.214.900.000	-
2049	424.700.000	4.361.000.000	- 3.936.300.000	-
2050	395.000.000	4.055.600.000	- 3.660.600.000	-
2051	365.600.000	3.755.000.000	- 3.389.400.000	-
2052	336.800.000	3.460.400.000	- 3.123.600.000	-
2053	308.700.000	3.173.600.000	- 2.864.900.000	-
2054	281.400.000	2.895.700.000	- 2.614.300.000	-
2055	255.200.000	2.628.400.000	- 2.373.200.000	-
2056	230.100.000	2.372.900.000	- 2.142.800.000	-
2057	206.200.000	2.130.200.000	- 1.924.000.000	-
2058	183.800.000	1.901.300.000	- 1.717.500.000	-
2059	162.700.000	1.686.800.000	- 1.524.100.000	-
2060	143.100.000	1.487.400.000	- 1.344.300.000	-
2061	125.100.000	1.303.200.000	- 1.178.100.000	-
2062	108.600.000	1.134.400.000	- 1.025.800.000	-
2063	93.600.000	980.800.000	- 887.200.000	-
2064	80.100.000	842.200.000	- 762.100.000	-
				(Continua)
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2065	68.100.000	718.200.000	- 650.100.000	-
2066	57.500.000	608.200.000	- 550.700.000	-
2067	48.200.000	511.500.000	- 463.300.000	-
2068	40.100.000	427.300.000	- 387.200.000	-
2069	33.100.000	354.600.000	- 321.500.000	-

2070	27.200.000	292.500.000	-	265.300.000	-
2071	22.200.000	240.000.000	-	217.800.000	-
2072	18.100.000	196.000.000	-	177.900.000	-
2073	14.600.000	159.500.000	-	144.900.000	-
2074	11.800.000	129.500.000	-	117.700.000	-
2075	9.600.000	105.100.000	-	95.500.000	-
2076	7.800.000	85.400.000	-	77.600.000	-
2077	6.300.000	69.700.000	-	63.400.000	-
2078	5.200.000	57.200.000	-	52.000.000	-
2079	4.300.000	47.400.000	-	43.100.000	-
2080	3.600.000	39.700.000	-	36.100.000	-
2081	3.100.000	33.700.000	-	30.600.000	-
2082	2.700.000	29.000.000	-	26.300.000	-
2083	2.400.000	25.300.000	-	22.900.000	-
2084	2.100.000	22.400.000	-	20.300.000	-
2085	1.900.000	20.100.000	-	18.200.000	-
2086	1.700.000	18.200.000	-	16.500.000	-
2087	1.600.000	16.500.000	-	14.900.000	-
2088	1.400.000	15.000.000	-	13.600.000	-
2089	1.300.000	13.700.000	-	12.400.000	-
2090	1.200.000	12.500.000	-	11.300.000	-
2091	1.100.000	11.300.000	-	10.200.000	-
2092	1.000.000	10.200.000	-	9.200.000	-
2093	900.000	9.200.000	-	8.300.000	-
2094	800.000	8.200.000	-	7.400.000	-
2095	700.000	7.200.000	-	6.500.000	-

**FONTE:** Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, RREO 2021, Portal da Transparência do Paraná, e Anexo 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, RREO 2021, Portal da Transparência do Paraná.

## 9.1 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

O Relatório de Avaliação Atuarial desenvolvido pela ParanaPrevidência (DPREV/ATUÁRIA 330/2022) visa dimensionar os valores dos compromissos previdenciários referentes aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Emenda Constitucional nº 45, de 04 de dezembro de 2019.

### 9.1.1 Estatísticas dos segurados do RPPS

#### Quadro 4 – Servidores ativos – Quantitativos

Quantitativos	Masculino	Feminino	Total
Professores	12.187	39.636	51.823

Segurança Pública – Cíveis*	5.535	1.466	7.001
Militares	15.434	2.194	17.628
Demais carreiras	20.570	30.955	51.525
<b>Total</b>	<b>53.726</b>	<b>74.251</b>	<b>127.977</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

(\*) Policiais Cíveis e Agentes Penitenciários.

#### Quadro 5 - Servidores ativos – Médias

Médias	Masculino	Feminino	Total
Remuneração (R\$)	7.770,58	6.173,02	6.843,69
Idade de Ingresso	30,1	34,6	32,7
Tempo de Estado	15,9	14,5	15,1
Idade Atual	46,0	49,1	47,8

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 6 - Servidores ativos por Poder

Poderes	Quantidade	Remuneração Média (R\$)	Idade Média
Executivo – Civil	101.045	6.198,00	49,7
Executivo – Militar	17.628	6.036,39	38,6
Judiciário	6.573	13.197,67	44,4
Ministério Público	1.599	21.567,97	45,1
Tribunal de Contas	588	27.367,35	47,0
Assembleia Legislativa	221	12.019,68	58,5
Defensoria Pública	323	9.797,86	37,2
<b>Total</b>	<b>127.977</b>	<b>6.843,69</b>	<b>47,8</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 7 - Servidores ativos por Poder – Fundos Previdenciários

Poderes	Fundo de Previdência	Fundo Financeiro	Fundo Militar	Total
Executivo	76.471	24.574	17.628	118.673
Judiciário	4.896	1.677	-	6.573
Ministério Público	955	644	-	1.599
Tribunal de Contas	363	225	-	588
Assembleia Legislativa	-	221	-	221
Defensoria Pública	319	4	-	323
<b>Total</b>	<b>83.004</b>	<b>27.345</b>	<b>17.628</b>	<b>127.977</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 8 - Aposentados e pensionistas por Poder

Poderes	Quantidade	Benefício Médio (R\$)	Idade Média
Executivo – Civil	105.599	5.970,13	70,0
Executivo – Militar	21.422	6.875,35	60,6



Judiciário	3.443	14.461,82	69,2
Ministério Público	543	25.376,12	69,4
Tribunal de Contas	592	26.309,80	69,9
Assembleia Legislativa	655	12.971,20	72,6
Defensoria Pública	9	17.257,06	53,8
<b>Total</b>	<b>132.263</b>	<b>6.543,94</b>	<b>68,5</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 9 - Aposentados e pensionistas por Poder – Fundos Previdenciários

Poderes	Fundo de Previdência	Fundo Financeiro	Fundo Militar	Total
Executivo	39.143	66.456	21.422	127.021
Judiciário	1.120	2.323	-	3.443
Ministério Público	205	338	-	543
Tribunal de Contas	228	364	-	592
Assembleia Legislativa	259	396	-	655
Defensoria Pública	-	9	-	9
<b>Total</b>	<b>40.955</b>	<b>69.886</b>	<b>21.422</b>	<b>132.263</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### 9.1.1.1 Evolução qualitativa e quantitativa de servidores ativos do Estado

Destaca-se que houve um crescimento da massa salarial no período entre 2010 e 2021 de 109,1%, e quando comparado ao IPCA de 91,5% no mesmo período, observa-se um crescimento real da massa salarial de 9,2%, enfatizando uma variação quantitativa negativa de 11,1% de servidores no período, de 144 mil para 128 mil.

Em relação ao exercício de 2021, o quantitativo de servidores reduziu 3,1%, de 132,1 mil em 2020 para 128 mil em 2021, e o total das remunerações da base cadastral passou de R\$ 889 milhões/mês para R\$ 875,8 milhões/mês – redução de 1,5%.

#### 9.1.1.2 Evolução da massa de beneficiários

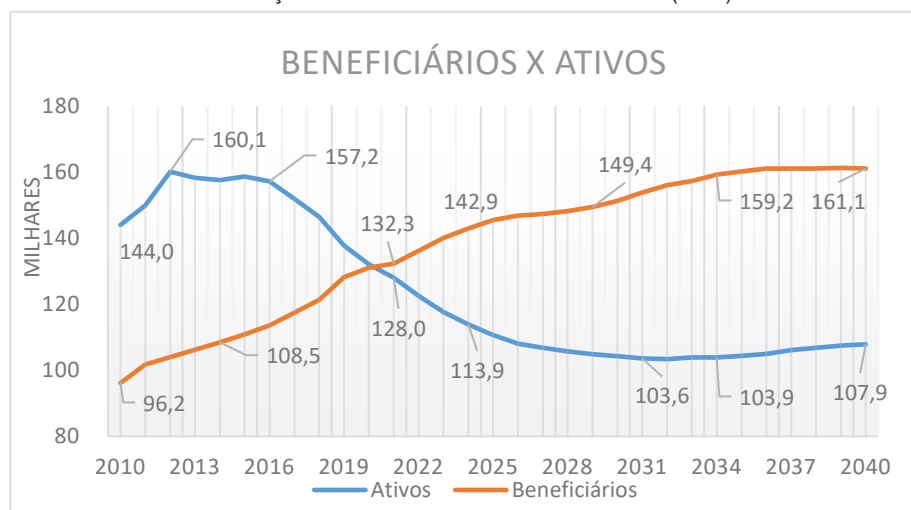
No que tange a massa de beneficiários, verifica-se que houve um crescimento do valor de benefícios no período de 2010 a 2021, de 194,5%, passando de R\$ 293,9 milhões/mês para R\$ 865,5 milhões/mês. Novamente, na comparação com a variação do IPCA no período, de 91,5%, observa-se um crescimento real de 53,8%. Já a quantidade de beneficiários passou de 96,2 mil para 132,3 mil, uma variação quantitativa positiva de 37,6% neste intervalo.

O superior aumento da Folha de Benefícios em relação ao quantitativo de beneficiários demonstra que grande parte do ganho salarial dos servidores ativos é incorporado aos benefícios de aposentadorias e pensões, principalmente para aqueles que possuem a isonomia e paridade.

### 9.1.1.3 Evolução da massa de segurados do RPPS do Estado

**Gráfico 1 – Crescimento do quadro de Ativos do Estado do Paraná e do número de beneficiários do RPPS – 2010-2040**

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022. (2022)



Conforme demonstrado no Gráfico 1, a quantidade de beneficiários ultrapassou o de ativos durante o exercício de 2021 em 4,3 mil, totalizando 132,3 mil beneficiários do RPPS contra 128 mil ativos. Pelas atuais premissas, projeta-se para o ano de 2040 que o quantitativo de beneficiários do Regime de Previdência Própria do Estado deverá ser na ordem de 160 mil, maior em cerca de 50% ao total de ativos – este projetado em cerca de 108 mil.

### 9.1.1.4 Contribuição previdenciária de beneficiários ao RPPS – quantitativo

O Quadro 10 traz o quantitativo de beneficiários (aposentados e pensionistas), por Poderes do Estado, em relação a contribuição previdenciária. Verifica-se que do total de 132.263 beneficiários do RPPS, 98.486 são contribuintes e outros 7.651 possuem isenção de contribuição previdenciária.

**Quadro 10 – Quantitativo de beneficiários ao RPPS contribuintes**

Poderes	Quantidade	Contribuintes	% do Total	Isentos de Contribuição Por Moléstia	% do Total	Benefício Inferior a 3 SM	% do Total
PE	127.021	94.070	74,06%	6.883	5,42%	26.068	20,52%

<b>TJ</b>	3.443	2.957	85,88%	450	13,07%	36	1,05%
<b>MP</b>	543	404	74,40%	128	23,57%	11	2,03%
<b>TC</b>	592	497	83,95%	95	16,05%	0,00	0,00%
<b>ALEP</b>	655	552	84,27%	92	14,05%	11	1,68%
<b>DPP</b>	9	6	66,67%	3	33,33%	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>132.263</b>	<b>98.486</b>	<b>74,46%</b>	<b>7.651</b>	<b>5,78%</b>	<b>26.126</b>	<b>19,75%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Os demais 26.126 beneficiários possuem valor de benefícios abaixo de 3 salários mínimos federais (SM), o que implica em isenção contributiva.

### 9.1.2 Premissas atuariais

#### Quadro 11 - Parâmetros Atuariais

Item	Descrição	Parâmetro Utilizado
A	Tábua de Mortalidade Geral	FP/FF - AT-2000 Segregada por Sexo FM - IBGE-19, MF
B	Tábua de Mortalidade Inválidos	FP/FF - AT-2000 Segregada por Sexo FM - IBGE-19, MF
C	Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – FP/FF Light Média - FM
D	Crescimento Salarial Anual por Mérito	1,83% - FP/FF 1,90% - FM
E	Taxa de Juros Atuarial Anual	FP/FF/FM 4,88% - 2022 4,75% - 2023 ; 4,50% - 2024 ou +
F	Reposição de Servidores	90% – FP/FF 100% - FM
G	Rotatividade	NULA
H	Fator de Capacidade	NULO
I	Composição Familiar	Experiência Fundos de Pensão do Estado do Paraná
J	Tempo Anterior ao Estado	Experiência Estado do Paraná (Atualizada em 2020)
K	Regime Financeiro	Capitalização – FP Repartição Simples – FF e FM
L	Método Atuarial de Avaliação	Agregado
M	Índice de Atualização das Remunerações e Benefícios	3,0%
N	Índice Inflacionário	Não considerado nos Cálculos
O	Compensação Financeira RGPS	% da Folha de Benefícios Correspondente ao Recebimento Anual de Comprev FP = 1,27% ; FF = 0,84% ; FM = (0,01%)

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

O parâmetro de reposição de servidores utilizado, indicado no item “F”, encontra-se em conformidade com o Decreto Estadual nº 10.313, de 18 de fevereiro de 2022, e também leva em consideração a instituição do regime de previdência complementar no âmbito estadual. Quanto ao item “M”, para efeito

de projeção atuarial, o índice considerado é o previsto na Lei Estadual nº 20.934, de 17 de dezembro de 2021.

#### Quadro 12 - Plano Contributivo

Item	Descrição	Nível Contributivo
A	Servidores Ativos – Contribuição Normal	14% sobre a remuneração
B	Servidores Aposentados e Pensionistas – Contribuição Normal	14% sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que superem 3 salários mínimos nacionais
D	Militares Ativos, Reserva ou Reforma e Pensões de Militares	10,5% sobre o total do soldo ou dos proventos de inatividade ou pensão
E	Estado – Contribuição ao Fundo Financeiro e Fundo Militar	Contrapartida igual ao dobro do valor das receitas dos segurados ativos
F	Estado – Contribuição ao Fundo de Previdência	Contrapartida sobre receitas dos segurados ativos, na razão de 150% em 2022, acrescida de 10% ao ano, até o limite de 200%
G	Estado – Contribuição Suplementar ao Fundo de Previdência	Conforme Anexo Único da Lei 17.435/2012

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

O Plano Contributivo descrito foi definido pela Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, com alterações impostas pelas Leis Estaduais nºs 18.469, de 30 de abril de 2015; 20.122, de 20 de dezembro de 2019; 20.169, de 7 de abril de 2020; e 20.635, de 6 de julho de 2021, no que diz respeito aos servidores civis. Para os militares, as premissas são a do Sistema de Proteção Social, dispostas pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e também pela Lei nº 20.635, de 2021.

Cabe observar que as informações do Quadro 12, construídas com base no Anexo I indicado pelo § 1º do art. 20 da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, foram alteradas pela Lei nº 20.635, de 2021.

#### Quadro 13 - Custeio Suplementar ao Fundo de Previdência

ANO	%	ANO	%
2021	3,0%	2031	13,0%
2022	4,0%	2032	14,0%
2023	5,0%	2033	15,0%
2024	6,0%	2034	16,0%
2025	7,0%	2035	17,0%
2026	8,0%	2036	18,0%
2027	9,0%	2037	19,0%
2028	10,0%	2038	20,0%
2029	11,0%	2039	21,0%
2030	12,0%	2040 e subsequentes	21,3%

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### 9.1.3 Avaliação Atuarial do Fundo de Previdência (FP)

#### 9.1.3.1 Estatísticas dos segurados do Fundo de Previdência

**Quadro 14 - Servidores ativos do FP – quantitativos e médias**

Quantitativo/Médias	Masculino	Feminino	Total
Professores (1)	8.525	31.025	39.550
Segurança* (2)	4.455	1.302	5.757
Quadro Geral (3)	12.812	24.885	37.697
<b>Quantitativo Total = (1)+(2)+(3)</b>	<b>25.792</b>	<b>57.212</b>	<b>83.004</b>
Remuneração (R\$)	6.880,83	5.385,71	5.850,29
Idade de Ingresso	34,0	36,1	35,4
Tempo de Estado	11,3	12,2	11,9
Idade Atual	45,2	48,3	47,3

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

(\*) Policiais Cíveis e Agentes Penitenciários.

**Quadro 15 - Servidores aposentados e pensionistas do FP – quantitativos e médias**

Quantitativo/Médias	Masculino	Feminino	Total
Aposentadoria (1)	6.715	22.268	28.983
Invalidez (2)	584	1.109	1.693
Pensão (3)	2.918	7.361	10.279
<b>Total = (1)+(2)+(3)</b>	<b>10.217</b>	<b>30.738</b>	<b>40.955</b>
Idade Média	72,9	74,9	74,4
Benefício Médio (R\$)	7.345,27	4.633,17	5.309,75

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### 9.1.3.2 Resultados atuariais

Com base na legislação e nos parâmetros atuariais citados na seção 9.1.2, além do cadastro de segurados, foram obtidos os seguintes valores da situação atuarial do Fundo de Previdência em 31 de dezembro de 2021:

**Quadro 16 - Encargos do Fundo de Previdência**

Item	Encargos (R\$)	% Folha de Ativos
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Aposentadoria	19.367.919.704,29	13,7%
Reversão de Aposentadoria	1.596.600.594,87	1,1%
Aposentadoria por Invalidez	1.297.607.054,27	0,9%
Reversão de Invalidez	103.600.382,46	0,1%
Pensão por Morte em Atividade	6.081.841.467,75	4,3%
<b>Total Benefícios Concedidos (1)</b>	<b>28.447.569.203,64</b>	<b>20,2%</b>
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Aposentadoria	44.401.920.361,46	31,5%
Reversão de Aposentadoria	3.066.158.718,43	2,2%
Aposentadoria por Invalidez	5.015.431.257,75	3,6%
Reversão de Invalidez	416.296.216,03	0,3%
Pensão por Morte em Atividade	3.098.485.504,37	2,2%



Item	Encargos (R\$)	% Folha de Ativos
<b>Total Benefícios a Conceder (2)</b>	<b>55.998.292.058,04</b>	<b>39,7%</b>
<b>Total de Encargos Previdenciários (3)=(1)+(2)</b>	<b>84.445.861.261,68</b>	<b>59,9%</b>
Despesas Administrativas (4)	1.313.629.123,97	0,9%
<b>Total de Encargos (5)=(3)+(4)</b>	<b>85.759.490.385,65</b>	<b>60,8%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 17 – Receitas do Fundo de Previdência

Item	Receitas (R\$)	% Folha de Ativos
Servidores Ativos-Contribuição	19.736.989.831,48	14,0%
Estado-Contrapartida Ativos	38.236.134.146,70	27,1%
Servidores Aposent./Pens.-Contribuição	4.301.231.490,19	3,1%
Estado-Contribuição Suplementar	14.415.787.389,05	10,2%
Compensação Previdenciária	906.249.441,38	0,6%
Receitas de Aluguéis de Imóveis	159.909.021,04	0,1%
<b>Total de Receitas</b>	<b>77.756.301.319,84</b>	<b>55,2%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 18 – Balanço Atuarial do Fundo de Previdência

Item	Valores (R\$)	% Folha de Ativos
Total de Encargos (1)	85.759.490.385,65	60,8%
Total de Receitas (2)	77.756.301.319,84	55,2%
<b>Reserva Matemática (3)=(1)-(2)</b>	<b>8.003.189.065,81</b>	<b>5,7%</b>
Ativos Financeiros (4)	6.496.218.879,98	4,6%
Parcelamento Débito Previdenciário (5)	493.042.482,71	0,3%
Royalties (6)	935.036.861,64	0,7%
<b>Patrimônio Total (7)=(4)+(5)+(6)</b>	<b>7.924.298.224,33</b>	<b>5,6%</b>
<b>Resultado Atuarial (8)=(7)-(3)</b>	<b>(78.890.841,48)</b>	<b>-0,1%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Destaca-se que nesta avaliação são computados no patrimônio do Fundo de Previdência os valores de aportes pelo Estado do Paraná referentes a royalties da usina de Itaipu, previstos no art. 3º da Lei Estadual nº 18.469, de 2015. A projeção destes valores está conforme tabela constante na Informação nº 089/2016 DIREC/CAFE/SEFA, de 04 de julho de 2016, atualizada em janeiro de 2022. Há também o parcelamento de débitos previdenciários, conforme o Acórdão nº 00179/2021. Por fim, o valor do patrimônio utilizado não contempla o valor dos imóveis, contabilizado em R\$ 223.218.171,18 (duzentos e vinte e três milhões, duzentos e dezoito mil, cento e setenta e um reais e dezoito centavos).

## Quadro 19 – Projeção de receitas e Despesas do Fundo de Previdência

(R\$ Milhões)

Ano	Encargos	Contr. Ativos	Contr. Ap/Pens	Contrap. Estado	Contr. Suplem.	Outras Receitas*	Total Receitas	Saldo Financeiro
2022	2.964,0	918,9	179,3	1.378,3	116,6	784,8	3.377,9	6.910,1
2023	2.961,1	915,8	176,3	1.465,3	146,0	799,9	3.503,4	7.452,4
2024	2.956,8	916,8	173,0	1.558,5	174,8	812,3	3.635,3	8.130,9
2025	2.946,4	919,8	169,4	1.655,7	202,9	721,1	3.668,9	8.853,4
2026	2.924,0	920,6	164,3	1.749,2	229,9	442,4	3.506,5	9.435,8
2027	2.894,8	930,3	160,2	1.860,6	255,7	468,2	3.675,0	10.216,0
2028	2.894,5	939,8	156,8	1.879,6	283,9	503,2	3.763,3	11.084,8
2029	2.918,7	950,7	154,1	1.901,3	314,8	542,6	3.863,4	12.029,6
2030	2.981,4	962,1	152,8	1.924,1	350,7	585,9	3.975,6	13.023,8
2031	3.069,9	971,3	152,3	1.942,6	391,3	631,7	4.089,2	14.043,1
2032	3.177,3	979,2	153,0	1.958,3	436,2	678,9	4.205,5	15.071,3
2033	3.285,0	987,5	154,4	1.975,0	483,3	726,4	4.326,6	16.112,8
2034	3.407,2	991,6	157,0	1.983,1	534,9	774,8	4.441,4	17.147,0
2035	3.538,1	993,0	160,8	1.986,0	590,4	822,9	4.553,0	18.161,9
2036	3.668,4	994,9	165,6	1.989,9	648,4	870,2	4.668,9	19.162,5
2037	3.787,1	999,3	170,6	1.998,6	706,8	916,6	4.792,1	20.167,4
2038	3.921,4	999,2	177,4	1.998,3	770,8	963,5	4.909,1	21.155,1
2039	4.051,4	998,9	184,2	1.997,8	836,5	1.009,4	5.026,7	22.130,4
2040	4.201,0	993,5	192,9	1.986,9	880,1	1.054,9	5.108,4	23.037,8
2041	4.350,9	985,3	201,8	1.970,7	912,0	1.097,3	5.167,1	23.853,9
2042	4.505,7	975,0	211,9	1.950,0	944,9	1.135,6	5.217,5	24.565,6
2043	4.659,3	964,5	222,2	1.929,0	977,5	1.169,1	5.262,4	25.168,7
2044	4.823,3	951,2	234,6	1.902,4	1.012,5	1.197,9	5.298,7	25.644,1
2045	4.974,2	939,7	246,5	1.879,5	1.044,6	1.220,8	5.331,1	26.001,1
2046	5.121,5	927,5	259,0	1.855,1	1.076,0	1.238,3	5.355,9	26.235,5
2047	5.259,4	914,8	270,7	1.829,6	1.105,4	1.250,1	5.370,5	26.346,6
2048	5.384,7	903,8	281,7	1.807,6	1.132,1	1.256,1	5.381,3	26.343,2
2049	5.492,3	895,0	291,2	1.790,0	1.155,1	1.256,7	5.388,0	26.238,9
2050	5.596,8	884,1	300,9	1.768,1	1.177,4	1.252,6	5.383,1	26.025,2
2051	5.680,4	876,0	308,9	1.751,9	1.195,2	1.243,2	5.375,3	25.720,1
2052	5.737,5	871,2	314,4	1.742,4	1.207,4	1.229,3	5.364,7	25.347,3
2053	5.770,1	868,4	317,5	1.736,8	1.214,4	1.212,0	5.349,0	24.926,2
2054	5.788,6	865,8	319,4	1.731,6	1.218,3	1.192,2	5.327,4	24.465,0
2055	5.775,3	867,4	318,6	1.734,8	1.215,5	1.170,2	5.306,5	23.996,2
2056	5.752,4	869,1	316,2	1.738,1	1.210,6	1.147,6	5.281,6	23.525,4
2057	5.706,2	872,1	312,6	1.744,2	1.200,7	1.124,7	5.254,2	23.073,4
2058	5.659,6	872,1	308,2	1.744,2	1.190,7	1.102,5	5.217,7	22.631,6
2059	5.605,4	874,3	303,2	1.748,7	1.179,2	1.080,6	5.186,0	22.212,2
2060	5.547,4	874,3	297,6	1.748,7	1.166,8	1.059,6	5.147,0	21.811,8
2061	5.484,8	875,5	291,8	1.751,0	1.153,5	1.039,4	5.111,2	21.438,3
2062	5.432,3	872,6	285,7	1.745,2	1.142,3	1.020,3	5.066,1	21.072,0
2063	5.375,5	871,4	279,3	1.742,8	1.130,2	1.001,4	5.025,1	20.721,6
2064	5.316,0	868,4	272,5	1.736,8	1.117,6	983,2	4.978,5	20.384,1
2065	5.266,8	866,1	265,9	1.732,3	1.107,1	965,5	4.936,9	20.054,2
2066	5.216,2	862,9	259,1	1.725,7	1.096,3	948,2	4.892,1	19.730,1
2067	5.180,0	858,5	252,4	1.717,0	1.088,6	931,1	4.847,6	19.397,8
2068	5.144,4	852,4	245,8	1.704,9	1.081,0	913,6	4.797,7	19.051,0
2069	5.116,6	849,6	239,0	1.699,3	1.075,1	895,4	4.758,5	18.692,9
2070	5.086,2	843,8	232,2	1.687,6	1.068,6	876,8	4.709,0	18.315,7
2071	5.062,0	841,4	225,4	1.682,8	1.063,5	857,3	4.670,4	17.924,1
2072	5.037,8	838,3	218,6	1.676,7	1.058,3	837,3	4.629,3	17.515,7
2073	5.025,3	834,2	212,2	1.668,4	1.055,7	816,6	4.587,0	17.077,3
2074	5.011,2	831,4	205,9	1.662,8	1.052,7	794,6	4.547,3	16.613,4
2075	4.990,0	831,3	199,6	1.662,7	1.048,2	771,6	4.513,4	16.136,9
2076	4.987,9	827,6	194,0	1.655,2	1.047,7	748,1	4.472,6	15.621,6
2077	4.981,1	828,3	189,0	1.656,6	1.046,3	723,1	4.443,3	15.083,8
2078	4.967,2	828,4	184,0	1.656,8	1.043,4	697,2	4.409,7	14.526,3
2079	4.966,0	827,8	179,7	1.655,6	1.043,1	670,5	4.376,8	13.937,0
2080	4.971,4	829,1	176,2	1.658,2	1.044,3	642,6	4.350,3	13.315,9
2081	4.966,7	831,4	173,0	1.662,8	1.043,3	613,4	4.323,8	12.673,0
2082	4.970,2	831,8	170,3	1.663,6	1.044,0	583,3	4.293,1	11.995,9
2083	4.983,7	833,1	168,4	1.666,2	1.046,9	551,9	4.266,4	11.278,6
2084	4.985,7	835,0	166,8	1.670,0	1.047,3	518,8	4.237,8	10.530,7
2085	4.996,3	836,4	165,7	1.672,8	1.049,6	484,4	4.209,0	9.743,4
2086	5.014,0	838,7	165,2	1.677,4	1.053,4	448,3	4.183,1	8.912,5
2087	5.026,0	838,4	165,0	1.676,8	1.055,9	410,5	4.146,5	8.033,0
2088	5.039,7	840,7	165,0	1.681,3	1.058,8	370,5	4.116,3	7.109,6
2089	5.061,4	842,7	165,5	1.685,3	1.063,5	328,6	4.085,5	6.133,7

(continua)

Ano	Encargos	Contr. Ativos	Contr. Ap/Pens	Contrap. Estado	Contr. Suplem.	Outras Receitas*	Total Receitas	Saldo Financeiro
2090	5.075,3	840,3	165,9	1.680,6	1.066,4	284,4	4.037,6	5.096,1
2091	5.083,1	841,9	166,1	1.683,8	1.068,0	237,5	3.997,3	4.010,3
2092	5.089,9	847,8	166,4	1.695,6	1.069,5	188,5	3.967,8	2.888,2
2093	5.087,0	844,8	166,5	1.689,6	1.068,9	137,9	3.907,6	1.708,7
2094	5.086,9	842,5	166,3	1.685,0	1.068,8	84,7	3.847,4	469,2
2095	5.092,2	846,0	166,5	1.692,1	1.069,9	28,8	3.803,4	(819,5)
2096	5.073,0	845,1	166,1	1.690,1	1.065,8	7,7	3.738,0	(2.117,7)

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Nota: O saldo financeiro do Fundo de Previdência leva em consideração os ativos financeiros de R\$ 6.496.218.879,98 de 31/12/2021, e a rentabilidade anual estabelecida como meta atuarial, de 4,88% em 2022, 4,75% em 2023 e 4,50% a partir de 2024.

\*Outras Receitas: Compensação Previdenciária, Receitas de Aluguéis, Parcelamento de Débitos Previdenciários, Recebimento de Royalties e Rentabilidade de Investimentos.

### 9.1.3.3 Informações complementares do Fundo de Previdência

#### Quadro 20 - Idade de vínculo ao regime previdenciário

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	30,0
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	31,1
Justificativa Técnica: estatística obtida pelo tempo averbado de servidores aposentados.	

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 21 - Idade projetada de aposentadoria dos servidores no Fundo de Previdência

Idade Média Projetada aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	65,2
Idade Média Projetada aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	63,8
Idade Média Projetada aposentadoria programada - Professores - Masculino	62,9
Idade Média Projetada aposentadoria programada - Professores - Feminino	60,2

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 22 - Política de investimentos do Fundo de Previdência

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2021 - Política de Investimentos	15,82%
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) em 2021	10,39%
Inflação anual de 2021	10,06%
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: meta atuarial de 5,25% mais indexador oficial do Estado.	

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 23 - Crescimento das remunerações no Fundo de Previdência

Taxa média anual real de crescimento da remuneração dez/20-dez/21	-6,85%
---	--------

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Nota: Crescimento projetado com base na média de remunerações, sem considerar ingressos ou saídas de servidores da base cadastral.

#### Quadro 24 - Compromissos do plano pelo regime de capitalização

(R\$ 1,00)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO ATUAL	GERAÇÕES FUTURAS	CONSOLIDADO
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	26.324.100.983,75	-	26.324.100.983,75
APOSENTADORIA PROGRAMADA	19.367.919.704,29	-	19.367.919.704,29
			(continua)

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	1.297.607.054,27	-	1.297.607.054,27
PENSIONISTAS	6.081.841.467,75	-	6.081.841.467,75
REVERSÃO EM PENSÃO	1.700.200.977,33	-	1.700.200.977,33
CONTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS	(1.762.184.091,00)	-	(1.762.184.091,00)
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RGPS	(361.284.128,89)	-	(361.284.128,89)
<b>Provisão Matemática de Benefícios a Conceder</b>	<b>40.179.910.144,39</b>	<b>12.734.369.201,96</b>	<b>52.914.279.346,35</b>
APOSENTADORIA PROGRAMADA	34.594.651.844,51	9.807.268.516,95	44.401.920.361,46
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	3.341.984.178,90	1.673.447.078,85	5.015.431.257,75
PENSIONISTAS	2.165.140.026,38	933.345.477,99	3.098.485.504,37
REVERSÃO EM PENSÃO	2.808.878.477,44	673.576.457,02	3.482.454.934,46
CONTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS	(2.185.779.070,34)	(353.268.328,85)	(2.539.047.399,19)
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RGPS	(544.965.312,50)	-	(544.965.312,50)
<b>Valor Atual das Contribuições Futuras</b>	<b>(31.211.770.268,46)</b>	<b>(26.761.353.709,72)</b>	<b>(57.973.123.978,18)</b>
CONTRIBUIÇÃO NORMAL - ENTE	(20.400.336.781,76)	(17.835.797.364,94)	(38.236.134.146,70)
CONTRIBUIÇÃO NORMAL - ATIVOS	(10.811.433.486,70)	(8.925.556.344,78)	(19.736.989.831,48)
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA – SEM SUPLEMENTAR</b>	<b>35.292.240.859,69</b>	<b>(14.026.984.507,76)</b>	<b>21.265.256.351,93</b>
CUSTEIO SUPLEMENTAR - ENTE	(11.634.371.453,49)	(2.781.415.935,56)	(14.415.787.389,05)
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA – COM SUPLEMENTAR</b>	<b>23.657.869.406,20</b>	<b>(16.808.400.443,32)</b>	<b>6.849.468.962,88</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(641.403.617,87)	(672.225.506,11)	(1.313.629.123,98)
PARCELAMENTO DÉBITO PREVIDENCIÁRIO	493.042.482,71	-	493.042.482,71
RECEITAS DE ALUGUÉIS	159.909.021,04	-	159.909.021,04
ROYALTIES	935.036.861,64	-	935.036.861,64
ATIVO LÍQUIDO	6.496.218.879,98	-	6.496.218.879,98
<b>RESULTADO ATUARIAL</b>	<b>(16.215.065.778,70)</b>	<b>16.136.174.937,21</b>	<b>(78.890.841,49)</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### GERAÇÕES FUTURAS:

Parâmetros e critérios utilizados no cálculo dos compromissos dos novos entrantes que integrarão as massas de segurados das gerações futuras.

Descrição: reposição da população civil na perspectiva de manutenção de cerca de 90% do atual quadro de servidores. Projeta-se, ainda, um intervalo de 0 a 3 anos na distribuição de ingresso de um novo servidor.

#### COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Parâmetros utilizado para projeção da compensação financeira com outros regimes.

Descrição: aplicação do percentual de 1,27% sobre a Folha de Benefícios concedidos e a conceder da geração atual de segurados do FP, com base no percentual de 2021.

#### Quadro 25 - Projeção do quantitativo de ativos e beneficiários do Fundo de Previdência

Ano	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Invalidez	Total de Beneficiários
2021	83.004	28.983	10.279	1.693	40.955
2022	81.007	29.745	10.189	1.828	41.763
2023	79.291	30.516	10.085	1.963	42.564
2024	78.314	30.802	9.966	2.100	42.868
2025	77.602	31.131	9.837	2.237	43.205
2026	77.261	31.062	9.698	2.379	43.139
2027	77.551	30.902	9.555	2.527	42.984
2028	78.001	31.384	9.412	2.678	43.474
2029	78.677	32.471	9.272	2.825	44.568
2030	79.753	34.252	9.143	2.966	46.361
2031	80.828	36.536	9.033	3.099	48.668
2032	81.964	39.030	8.947	3.223	51.199
2033	83.388	41.264	8.890	3.338	53.492
2034	84.559	43.616	8.863	3.445	55.924
2035	85.576	45.913	8.867	3.542	58.323
2036	86.801	47.928	8.900	3.632	60.460
2037	88.277	49.600	8.960	3.714	62.273
2038	89.461	51.292	9.046	3.788	64.125
2039	90.578	52.827	9.153	3.854	65.833

Ano	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Invalidez	Total de Beneficiários
2040	91.212	54.470	9.278	3.911	67.659
2041	91.553	56.075	9.420	3.958	69.454
2042	91.769	57.546	9.576	3.996	71.118
2043	91.956	58.948	9.739	4.024	72.710
2044	92.132	60.222	9.912	4.039	74.172
2045	92.398	61.280	10.090	4.043	75.413
2046	92.673	62.174	10.271	4.034	76.480
2047	92.678	62.977	10.454	4.014	77.445
2048	92.843	63.637	10.634	3.981	78.252
2049	93.023	64.165	10.810	3.937	78.911
2050	93.009	64.589	10.980	3.881	79.450
2051	93.060	64.898	11.141	3.817	79.856

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

A projeção corresponde ao total de ativos e beneficiários do Fundo de Previdência, ao final de cada ano, partindo do quantitativo de dezembro de 2021 utilizado nesta Avaliação Atuarial. A taxa de reposição projetada de 90% aos aposentados do Fundo Financeiro é prevista somente a partir de 2027.

#### Quadro 26 - Resultado do Fundo de Previdência - Comparativo

(R\$ Bilhões)

Item	Exercício		
	2019	2020	2021
Total de Encargos	68,70	82,30	85,76
Total de Receitas	75,38	74,98	77,76
<b>Reserva Matemática</b>	<b>(6,68)</b>	<b>7,33</b>	<b>8,00</b>
Patrimônio Previdenciário	6,81	7,40	7,92
<b>Resultado Atuarial</b>	<b>13,49</b>	<b>0,08</b>	<b>(0,08)</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

O Resultado Atuarial superavitário do Fundo, observado no exercício de 2019, é proveniente da reforma previdenciária estadual contida na Emenda Constitucional nº 45, de 2019, assim como da alteração de alíquotas e do limite de isenção de beneficiários através da Lei nº 20.122, de 2019, perante a manutenção do Plano de Custeio então vigente ao Fundo. O novo Plano de Custeio, contido na Lei nº 20.635, de 2021, reestabeleceu o equilíbrio atuarial do Fundo de Previdência a partir do exercício de 2020.

A alteração da meta atuarial utilizada, de 5,50% da Avaliação Atuarial de 2019, para a meta decrescente de 5,25% até 4,50% da Avaliação de 2020, repercute na diferença na ordem de grandeza dos valores apresentados. O aumento dos encargos e das receitas observados no exercício de 2021 decorre, entre outros fatores, pela alteração da tábua de mortalidade para o exercício. Sob o aspecto técnico, tanto do superávit do exercício de 2020 quanto do déficit do exercício de 2021, indicam equilíbrio atuarial do Fundo.

## 9.1.4 Avaliação atuarial do Fundo Financeiro (FF)

### 9.1.4.1 Estatísticas dos segurados do Fundo Financeiro

#### Quadro 27 - Servidores ativos – quantitativos e médias

Quantitativo/Médias	Masculino	Feminino	Total
Professores (1)	3.662	8.611	12.273
Segurança (2)	1.080	164	1.244
Quadro Geral (3)	7.758	6.070	13.828
<b>Quantitativo Total = (1)+(2)+(3)</b>	<b>12.500</b>	<b>14.845</b>	<b>27.345</b>
Remuneração (R\$)	11.638,90	9.319,06	10.379,51
Idade de Ingresso	29,0	30,3	29,7
Tempo de Estado	27,2	24,0	25,5
Idade Atual	56,2	54,3	55,1

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 28 - Servidores aposentados e pensionistas

Quantitativo/Médias	Masculino	Feminino	Total
Aposentadoria (1)	12.764	45.240	58.004
Invalidez (2)	453	860	1.313
Pensão (3)	2.738	7.831	10.569
<b>Quantitativo Total = (1)+(2)+(3)</b>	<b>15.955</b>	<b>53.931</b>	<b>69.886</b>
Idade Média	67,4	67,4	67,4
Benefício Médio (R\$)	9.613,38	6.441,47	7.165,62

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### 9.1.4.2 Resultados atuariais

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores da situação atuarial do Fundo Financeiro em 31 de dezembro de 2021:

#### Quadro 29 - Encargos do Fundo Financeiro

Item	Encargos (R\$)	% Folha de Ativos
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Aposentadoria	71.667.413.799,02	359,4%
Reversão de Aposentadoria	5.414.894.341,92	27,2%
Aposentadoria por Invalidez	1.319.721.391,51	6,6%
Reversão de Invalidez	114.215.906,87	0,6%
Pensão por Morte em Atividade	9.267.459.020,66	46,5%
<b>Total Benefícios Concedidos (1)</b>	<b>87.783.704.459,98</b>	<b>440,2%</b>

<b>Benefícios a Conceder</b>		
Aposentadoria	33.977.728.658,33	170,4%
Reversão de Aposentadoria	2.623.556.241,87	13,2%
Aposentadoria por Invalidez	1.157.666.857,23	5,8%
Reversão de Invalidez	117.841.652,10	0,6%
		(Continua)



Pensão por Morte em Atividade	844.775.384,69	4,2%
<b>Total Benefícios a Conceder (2)</b>	<b>38.721.568.794,22</b>	<b>194,2%</b>
<b>Total de Encargos Previdenciários (3) = (1+2)</b>	<b>126.505.273.254,20</b>	<b>634,4%</b>
Despesas Administrativas (4)	196.351.645,98	1,0%
<b>Total de Encargos (5) = (3+4)</b>	<b>126.701.624.900,18</b>	<b>635,4%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### Quadro 30 - Receitas do Fundo Financeiro

Item	Receitas (R\$)	% Folha de Ativos
Servidores Ativos-Contribuição	2.791.719.376,15	14,0%
Estado-Contrapartida Ativos	5.583.438.752,31	28,0%
Aposentados/Pensionistas-Contribuição	10.157.447.557,03	50,9%
Compensação Previdenciária	1.062.644.295,34	5,3%
<b>Total de Receitas</b>	<b>19.595.249.980,83</b>	<b>98,3%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### Quadro 31 - Balanço Atuarial do Fundo Financeiro

Item	Valores (R\$)	% Folha de Ativos
Total de Encargos (1)	126.701.624.900,18	635,4%
Total de Receitas (2)	19.595.249.980,83	98,3%
<b>Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)</b>	<b>107.106.374.919,36</b>	<b>537,1%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### Quadro 32 - Balanço Atuarial do Fundo Financeiro – Simulação

Item	Valores (R\$) Taxa de Juros 0%	Valores (R\$) Taxa de Juros 4,88% a 4,50%*
Total de Encargos Benefícios Concedidos	153.038.908.939,62	87.783.704.459,98
Total de Encargos Benefícios a Conceder	90.536.234.536,96	38.721.568.794,22
Despesas Administrativas	256.214.240,52	196.351.645,98
<b>Total de Encargos (1)</b>	<b>243.831.357.717,10</b>	<b>126.701.624.900,18</b>
Servidores Ativos-Contribuição	3.595.509.846,36	2.791.719.376,15
Estado-Contrapartida Ativos	7.191.019.692,73	5.583.438.752,31
Aposentados/Pensionistas-Contribuição	19.698.949.342,16	10.157.447.557,03
Compensação Previdenciária	2.046.031.205,20	1.062.644.295,34
<b>Total de Receitas (2)</b>	<b>32.531.510.086,45</b>	<b>19.595.249.980,83</b>
<b>Insuficiência Financeira (3)=(2-1)</b>	<b>211.299.847.630,65</b>	<b>107.106.374.919,36</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

(\*) Conforme os Parâmetros Atuariais constantes na seção 9.1.2.

O Quadro 32 reflete a sensibilidade na demonstração dos encargos e receitas do Fundo Financeiro em relação à utilização de uma Taxa de Juros Atuarial. Conforme demonstrado, a Insuficiência Financeira verificada de R\$ 211,3 bilhões, sem a utilização dessa Taxa de Juros Atuarial, passa a ser representada pelo valor de R\$ 107,1 bilhões, quando verificada com a aplicação da taxa decrescente de 4,88% ao ano em 2022, até 4,50% a.a. a partir de 2024.

### Quadro 33 - Projeção de receitas e despesas do Fundo Financeiro

(R\$ Milhões)

Ano	Encargos	Contrib. Ativos	Contrib. Beneficiários	Contrapartida Estado	Comprev	Total Receitas	Insuficiência Financeira
2022	7.017,9	501,7	540,7	1.003,5	58,7	2.104,6	(4.913,3)
2023	7.344,4	449,2	571,5	898,5	61,4	1.980,6	(5.363,8)
2024	7.639,9	398,9	599,2	797,9	63,9	1.860,0	(5.779,9)
2025	7.921,0	347,6	625,4	695,2	66,3	1.734,6	(6.186,5)
2026	8.236,3	284,7	654,2	569,5	69,0	1.577,5	(6.658,8)
2027	8.294,3	259,2	659,3	518,4	69,5	1.506,3	(6.788,0)
2028	8.351,3	231,2	663,8	462,5	70,0	1.427,6	(6.923,7)
2029	8.399,2	203,1	668,2	406,2	70,4	1.347,9	(7.051,3)
2030	8.434,1	174,3	671,4	348,6	70,7	1.265,0	(7.169,1)
2031	8.447,8	146,3	673,0	292,6	70,9	1.182,8	(7.265,0)
2032	8.435,3	120,3	673,1	240,6	70,8	1.104,7	(7.330,6)
2033	8.371,6	100,8	669,6	201,7	70,3	1.042,3	(7.329,3)
2034	8.288,0	82,1	664,6	164,2	69,6	980,4	(7.307,7)
2035	8.160,3	68,9	656,3	137,8	68,5	931,4	(7.228,8)
2036	8.012,9	56,6	646,3	113,2	67,3	883,3	(7.129,6)
2037	7.844,5	45,5	634,8	91,0	65,9	837,1	(7.007,4)
2038	7.658,6	35,1	621,9	70,2	64,3	791,6	(6.867,1)
2039	7.441,9	27,9	606,1	55,8	62,5	752,3	(6.689,6)
2040	7.214,1	20,7	589,3	41,4	60,6	712,1	(6.502,0)
2041	6.968,6	14,9	570,9	29,7	58,5	674,0	(6.294,6)
2042	6.705,9	10,3	550,8	20,6	56,3	638,0	(6.067,9)
2043	6.429,6	6,8	529,4	13,6	54,0	603,8	(5.825,8)
2044	6.141,4	4,2	506,8	8,4	51,6	571,0	(5.570,5)
2045	5.841,4	2,6	482,9	5,3	49,1	539,9	(5.301,5)
2046	5.536,0	1,3	458,3	2,7	46,5	508,8	(5.027,1)
2047	5.224,1	0,6	433,0	1,2	43,9	478,7	(4.745,4)
2048	4.908,0	0,3	407,1	0,6	41,2	449,2	(4.458,8)
2049	4.591,5	0,1	381,0	0,2	38,6	419,8	(4.171,7)
2050	4.275,6	0,1	354,9	0,1	35,9	391,0	(3.884,7)
2051	3.963,0	0,0	328,9	0,1	33,3	362,3	(3.600,7)
2052	3.655,2	0,0	303,2	0,0	30,7	334,0	(3.321,2)
2053	3.353,9	0,0	278,1	0,0	28,2	306,3	(3.047,6)
2054	3.060,8	0,0	253,6	0,0	25,7	279,3	(2.781,6)
2055	2.777,7	0,0	229,8	0,0	23,3	253,2	(2.524,5)
2056	2.506,1	0,0	207,1	0,0	21,1	228,2	(2.278,0)
2057	2.247,5	0,0	185,4	0,0	18,9	204,3	(2.043,2)
2058	2.003,0	0,0	165,0	0,0	16,8	181,8	(1.821,2)
2059	1.773,5	0,0	145,8	0,0	14,9	160,7	(1.612,8)
2060	1.560,0	0,0	128,0	0,0	13,1	141,1	(1.418,9)
2061	1.362,8	0,0	111,5	0,0	11,4	123,0	(1.239,8)
2062	1.182,4	0,0	96,5	0,0	9,9	106,5	(1.075,9)
2063	1.018,6	0,0	83,0	0,0	8,6	91,5	(927,1)
2064	871,2	0,0	70,8	0,0	7,3	78,1	(793,1)
2065	739,7	0,0	59,9	0,0	6,2	66,2	(673,6)
2066	623,5	0,0	50,4	0,0	5,2	55,6	(567,9)
2067	521,8	0,0	42,1	0,0	4,4	46,4	(475,3)
2068	433,6	0,0	34,9	0,0	3,6	38,5	(395,1)
2069	358,0	0,0	28,7	0,0	3,0	31,7	(326,3)
2070	293,8	0,0	23,5	0,0	2,5	25,9	(267,8)
2071	239,8	0,0	19,1	0,0	2,0	21,1	(218,7)
2072	194,8	0,0	15,5	0,0	1,6	17,1	(177,7)
2073	157,7	0,0	12,5	0,0	1,3	13,8	(143,9)
2074	127,4	0,0	10,0	0,0	1,1	11,1	(116,3)
2075	103,0	0,0	8,1	0,0	0,9	9,0	(94,1)
2076	83,5	0,0	6,5	0,0	0,7	7,2	(76,3)
2077	68,1	0,0	5,3	0,0	0,6	5,9	(62,2)
2078	55,9	0,0	4,3	0,0	0,5	4,8	(51,1)
2079	46,4	0,0	3,6	0,0	0,4	4,0	(42,5)
2080	39,1	0,0	3,0	0,0	0,3	3,3	(35,8)
							(continua)

Ano	Encargos	Contrib. Ativos	Contrib. Beneficiários	Contrapartida Estado	Comprev	Total Receitas	Insuficiência Financeira
2081	33,5	0,0	2,6	0,0	0,3	2,9	(30,6)
2082	29,1	0,0	2,2	0,0	0,2	2,5	(26,6)
2083	25,7	0,0	2,0	0,0	0,2	2,2	(23,5)
2084	23,0	0,0	1,8	0,0	0,2	2,0	(21,1)
2085	20,9	0,0	1,6	0,0	0,2	1,8	(19,1)
2086	19,1	0,0	1,5	0,0	0,2	1,6	(17,5)
2087	17,6	0,0	1,4	0,0	0,1	1,5	(16,1)
2088	16,2	0,0	1,3	0,0	0,1	1,4	(14,8)
2089	15,0	0,0	1,2	0,0	0,1	1,3	(13,7)
2090	13,8	0,0	1,1	0,0	0,1	1,2	(12,6)
2091	12,7	0,0	1,0	0,0	0,1	1,1	(11,6)
2092	11,5	0,0	0,9	0,0	0,1	1,0	(10,5)
2093	10,5	0,0	0,8	0,0	0,1	0,9	(9,6)
2094	9,4	0,0	0,7	0,0	0,1	0,8	(8,6)
2095	8,4	0,0	0,7	0,0	0,1	0,7	(7,7)
2096	7,5	0,0	0,6	0,0	0,1	0,7	(6,8)

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### 9.1.4.3 Informações complementares do Fundo Financeiro

#### Quadro 34 - Idade de vínculo ao regime previdenciário

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Masculino	26,0
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário - Feminino	26,3
Justificativa Técnica: <b>estatística obtida pelo tempo averbado de servidores aposentados.</b>	

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 35 - Idade projetada de aposentadoria dos servidores no Fundo Financeiro

Idade Média Projetada para aposentadoria programada - Não Professores - Masculino	64,4
Idade Média Projetada para aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	61,4
Idade Média Projetada para aposentadoria programada - Professores - Masculino	61,5
Idade Média Projetada para aposentadoria programada - Professores - Feminino	58,4

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 36 - Crescimento das remunerações no Fundo Financeiro

Taxa média anual real de crescimento das remunerações dez/20-dez/21.	-7,75%
--	--------

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Nota: Crescimento projetado com base na média de remunerações, sem considerar ingressos ou saídas de servidores da base cadastral.

### COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Parâmetros utilizado para projeção da compensação financeira com outros regimes.

Descrição: **aplicação do percentual de 0,84% sobre a Folha de Benefícios concedidos e a conceder de segurados do FF, com base no percentual observado no exercício de 2021.**

### Quadro 37 - Projeção do quantitativo de ativos e beneficiários do Fundo Financeiro

Ano	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Invalidez	Total de Beneficiários
2021	27.345	58.004	10.569	1.313	69.886
2022	24.421	60.071	10.800	1.374	72.245
2023	21.706	61.861	11.038	1.426	74.325
2024	18.998	63.562	11.280	1.469	76.311
2025	16.300	65.168	11.524	1.502	78.194
2026	13.820	66.463	11.767	1.523	79.753
2027	12.391	66.605	12.004	1.540	80.149
2028	10.820	66.778	12.231	1.550	80.559
2029	9.315	66.765	12.443	1.554	80.763
2030	7.757	66.687	12.633	1.551	80.870
2031	6.276	66.411	12.791	1.541	80.743
2032	4.974	65.836	12.912	1.524	80.273
2033	4.062	64.754	12.992	1.501	79.247
2034	3.213	63.501	13.026	1.474	78.001
2035	2.668	61.844	13.014	1.443	76.301
2036	2.153	60.071	12.958	1.407	74.437
2037	1.726	58.128	12.858	1.368	72.354
2038	1.336	56.080	12.716	1.326	70.122
2039	1.052	53.871	12.534	1.282	67.688
2040	777	51.619	12.317	1.235	65.172
2041	544	49.300	12.067	1.187	62.554
2042	374	46.909	11.787	1.137	59.833
2043	250	44.475	11.481	1.086	57.042
2044	155	42.026	11.150	1.035	54.210
2045	103	39.558	10.796	983	51.337
2046	53	37.120	10.422	932	48.473
2047	27	34.697	10.030	880	45.608
2048	13	32.309	9.623	829	42.762
2049	3	29.972	9.202	779	39.953
2050	3	27.687	8.769	729	37.185
2051	2	25.466	8.327	680	34.473

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

A projeção corresponde ao total de ativos e beneficiários do Fundo Financeiro, ao final de cada ano, partindo do quantitativo de dezembro de 2021 utilizado nesta Avaliação Atuarial.

**Quadro 38 - Resultado do fundo financeiro - comparativo**

(R\$ Bilhões)

Item	Exercício - Taxa de Juros 0%		
	2019	2020	2021
Total de Encargos (1)	252,9	245,4	243,8
Total de Receitas (2)	34,1	34,4	32,5
<b>Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)</b>	<b>218,8</b>	<b>210,9</b>	<b>211,3</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Para efeito de comparação, os valores são apresentados com taxa 0%. A redução dos encargos entre os exercícios de 2019 e 2021 de R\$ 252,9 bilhões para R\$ 243,8 bilhões é proveniente do processo atuarial de levantamento deste passivo, sendo que os valores anualmente pagos a título de benefício previdenciário reduzem gradualmente o encargo total deste Fundo.

A projeção de receitas contributivas também teria tendência de queda, porém o processo instituído durante o exercício de 2020, de dobra da contrapartida do Estado sobre as contribuições de servidores ativos, fez com que esta projeção permanecesse constante, na ordem de R\$ 34 bilhões. Para o exercício de 2021 a redução da contribuição é visível no resultado atuarial em função da redução do grupo de servidores ativos.

**9.1.5 Avaliação atuarial do Fundo Militar (FM)****9.1.5.1 Estatísticas dos segurados do Fundo Militar****Quadro 39 - Militares ativos – quantitativos e médias**

Quantitativo/Médias	Masculino	Feminino	Total
Militares Ativos	15.434	2.194	17.628
Remuneração (R\$)	6.124,49	5.416,66	6.036,39
Idade de Ingresso	24,7	25,3	24,8
Tempo de Estado	14,4	10,4	13,9
Idade Atual	39,1	35,7	38,6

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

**Quadro 40 - Militares na reserva/reforma e pensionistas**

Quantitativo/Médias	Masculino	Feminino	Total
Reserva/Reforma (1)	13.295	344	13.639
Invalidez (2)	716	44	760
Pensão (3)	668	6.355	7.023
<b>Quantitativo Total = (1)+(2)+(3)</b>	<b>14.679</b>	<b>6.743</b>	<b>21.422</b>
Idade Média	59,3	63,4	60,6
Benefício Médio (R\$)	7.191,13	6.187,93	6.875,35

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### 9.1.5.2 Resultados atuariais do Fundo Militar

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores da situação atuarial do Fundo Militar em 31 de dezembro 2021:

#### Quadro 41 - Encargos do Fundo Militar

Item	Encargos (R\$)	% Folha de Ativos
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Reserva/Reforma	17.068.953.722,33	60,8%
Reversão de Reserva/Reforma	2.452.217.773,85	8,7%
Reforma por Invalidez	832.353.791,64	3,0%
Reversão de Invalidez	105.255.418,21	0,4%
Pensão por Morte em Atividade	6.043.197.077,08	21,5%
<b>Total Benefícios Concedidos (1)</b>	<b>26.501.977.783,11</b>	<b>94,3%</b>
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Reserva/Reforma	17.174.034.900,96	61,1%
Reversão de Reserva/Reforma	2.074.397.839,04	7,4%
Reforma por Invalidez	1.350.008.462,97	4,8%
Reversão de Invalidez	153.836.195,32	0,5%
Pensão por Morte em Atividade	915.090.334,30	3,3%
<b>Total Benefícios a Conceder (2)</b>	<b>21.667.367.732,59</b>	<b>77,1%</b>
<b>Total de Encargos Previdenciários (3) = (1+2)</b>	<b>48.169.345.515,70</b>	<b>171,5%</b>
Despesas Administrativas (4)	203.041.379,59	0,7%
<b>Total de Encargos (5) = (3+4)</b>	<b>48.372.386.895,29</b>	<b>172,2%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 42 - Receitas do Fundo Militar

Item	Receitas (R\$)	% Folha de Ativos
Militares Ativos-Contribuição	2.949.546.357,95	10,5%
Estado-Contrapartida Ativos	5.899.092.715,90	21,0%
Inativos/Pensionistas-Contribuição	5.057.808.621,73	18,0%
Compensação Previdenciária	(4.329.573,27)	0,0%
<b>Total de Receitas</b>	<b>13.902.118.122,31</b>	<b>49,5%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 43 - Balanço Atuarial do Fundo Militar

Item	Valores (R\$)	% Folha de Ativos
<b>Total de Encargos (1)</b>	<b>48.372.386.895,29</b>	<b>172,2%</b>
<b>Total de Receitas (2)</b>	<b>13.902.118.122,31</b>	<b>49,5%</b>
<b>Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)</b>	<b>34.470.268.772,98</b>	<b>122,7%</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)



## Quadro 44 - Balanço Atuarial do Fundo Militar – Simulação

Item	Valores (R\$) Taxa de Juros 0%	Valores (R\$) Taxa de Juros 4,88% a 4,50%*
Total de Encargos Benefícios Concedidos	49.748.978.801,41	26.501.977.783,11
Total de Encargos Benefícios a Conceder	112.167.030.971,03	21.667.367.732,59
Despesas Administrativas	775.875.780,48	203.041.379,59
<b>Total de Encargos (1)</b>	<b>162.691.885.552,92</b>	<b>48.372.386.895,29</b>
Servidores Ativos-Contribuição	10.261.983.211,86	2.949.546.357,95
Estado-Contrapartida Ativos	20.523.966.423,73	5.899.092.715,90
Aposentados/Pensionistas-Contribuição	17.001.380.607,17	5.057.808.621,73
Compensação Previdenciária	775.875.780,48	(4.329.573,27)
<b>Total de Receitas (2)</b>	<b>48.563.206.023,25</b>	<b>13.902.118.122,31</b>
<b>Insuficiência Financeira (3)=(2-1)</b>	<b>114.128.679.529,67</b>	<b>34.470.268.772,98</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

(\*) Conforme os Parâmetros Atuariais constantes na seção 9.1.2.

O Quadro 44 reflete a sensibilidade na demonstração dos encargos e receitas do Fundo Militar em relação à utilização de uma Taxa de Juros Atuarial. Conforme demonstrado, a Insuficiência Financeira verificada de R\$ 114,1 bilhões, sem a utilização dessa Taxa de Juros Atuarial passa a ser representada pelo valor de R\$ 34,5 bilhões, quando verificada com a aplicação da taxa decrescente de 4,88% ao ano em 2022, até 4,50% a.a. a partir de 2024.

## Quadro 45 - Projeção de receitas e despesas do Fundo Militar

(R\$ Milhões)							
Ano	Encargos	Contrib. Ativos	Contrib. Beneficiários	Contrapartida Estado	Comprev	Total Receitas	Insuficiência Financeira
2022	2.005,1	150,9	209,6	301,8	(0,2)	662,1	(1.343,0)
2023	2.099,1	146,0	219,5	292,0	(0,2)	657,3	(1.441,9)
2024	2.191,8	141,4	229,2	282,8	(0,2)	653,2	(1.538,6)
2025	2.255,9	139,6	236,0	279,3	(0,2)	654,6	(1.601,2)
2026	2.275,4	139,6	238,0	279,1	(0,2)	656,5	(1.618,9)
2027	2.271,4	141,7	237,6	283,3	(0,2)	662,4	(1.609,0)
2028	2.282,5	141,4	238,8	282,8	(0,2)	662,7	(1.619,7)
2029	2.272,4	142,3	237,7	284,6	(0,2)	664,3	(1.608,1)
2030	2.255,7	142,5	235,9	285,0	(0,2)	663,2	(1.592,5)
2031	2.279,7	140,8	238,4	281,6	(0,2)	660,5	(1.619,1)
2032	2.289,2	140,6	239,4	281,3	(0,2)	661,1	(1.628,0)
2033	2.278,8	141,9	238,3	283,8	(0,2)	663,8	(1.615,1)
2034	2.333,4	138,2	244,0	276,4	(0,2)	658,4	(1.675,1)
2035	2.346,3	138,4	245,4	276,7	(0,2)	660,2	(1.686,1)
2036	2.377,8	136,5	248,7	272,9	(0,2)	657,9	(1.719,9)
2037	2.382,5	137,4	249,2	274,9	(0,2)	661,3	(1.721,2)
2038	2.399,2	136,6	250,9	273,3	(0,2)	660,7	(1.738,6)
2039	2.468,2	132,4	258,2	264,8	(0,2)	655,1	(1.813,1)
2040	2.500,3	131,7	261,6	263,3	(0,2)	656,3	(1.844,0)
2041	2.508,6	132,2	262,4	264,4	(0,2)	658,8	(1.849,8)
2042	2.557,0	129,9	267,5	259,8	(0,3)	657,0	(1.900,0)
2043	2.553,4	131,4	267,1	262,9	(0,3)	661,2	(1.892,2)
2044	2.586,4	129,4	270,6	258,9	(0,3)	658,6	(1.927,8)
2045	2.557,2	132,8	267,5	265,6	(0,3)	665,6	(1.891,6)
2046	2.550,7	132,9	266,8	265,8	(0,2)	665,2	(1.885,5)
2047	2.509,4	135,6	262,4	271,2	(0,2)	668,9	(1.840,4)
2048	2.465,1	137,6	257,8	275,2	(0,2)	670,3	(1.794,8)
2049	2.418,8	139,2	252,9	278,5	(0,2)	670,3	(1.748,5)
2050	2.374,7	140,4	248,2	280,9	(0,2)	669,3	(1.705,4)
2051	2.336,2	140,8	244,2	281,7	(0,2)	666,4	(1.669,8)
2052	2.301,5	141,5	240,5	283,0	(0,2)	664,8	(1.636,6)

(continua)

Ano	Encargos	Contrib. Ativos	Contrib. Beneficiários	Contrapartida Estado	Comprev	Total Receitas	Insuficiência Financeira
2053	2.269,3	141,4	237,1	282,8	(0,2)	661,1	(1.608,2)
2054	2.251,6	141,2	235,2	282,4	(0,2)	658,6	(1.593,0)
2055	2.249,6	139,8	235,0	279,6	(0,2)	654,2	(1.595,4)
2056	2.263,2	138,1	236,5	276,3	(0,2)	650,7	(1.612,5)
2057	2.268,2	135,6	237,0	271,1	(0,2)	643,5	(1.624,8)
2058	2.274,5	135,4	237,7	270,7	(0,2)	643,6	(1.630,9)
2059	2.261,7	133,5	236,4	267,1	(0,2)	636,8	(1.624,9)
2060	2.250,5	134,4	235,2	268,8	(0,2)	638,3	(1.612,3)
2061	2.220,8	133,9	232,1	267,8	(0,2)	633,6	(1.587,3)
2062	2.200,7	135,6	230,0	271,3	(0,1)	636,7	(1.563,9)
2063	2.176,1	134,2	227,4	268,4	(0,1)	629,8	(1.546,2)
2064	2.160,2	135,9	225,7	271,7	(0,1)	633,1	(1.527,1)
2065	2.138,8	134,3	223,4	268,6	(0,1)	626,2	(1.512,6)
2066	2.127,9	135,6	222,3	271,2	(0,1)	629,0	(1.498,9)
2067	2.111,3	133,7	220,5	267,4	(0,1)	621,6	(1.489,7)
2068	2.101,7	135,0	219,6	270,0	(0,1)	624,5	(1.477,2)
2069	2.083,5	133,3	217,6	266,7	(0,1)	617,5	(1.466,0)
2070	2.072,8	135,0	216,5	269,9	(0,1)	621,3	(1.451,5)
2071	2.055,2	133,5	214,6	267,0	(0,1)	615,0	(1.440,2)
2072	2.052,4	134,6	214,4	269,1	(0,1)	618,0	(1.434,4)
2073	2.046,3	132,7	213,7	265,4	(0,1)	611,7	(1.434,6)
2074	2.034,7	134,2	212,5	268,5	(0,1)	615,2	(1.419,6)
2075	2.021,9	133,2	211,1	266,4	(0,1)	610,7	(1.411,2)
2076	2.005,9	134,7	209,5	269,4	(0,1)	613,6	(1.392,3)
2077	1.996,4	133,7	208,5	267,5	(0,1)	609,6	(1.386,8)
2078	1.979,6	134,3	206,7	268,5	(0,0)	609,5	(1.370,1)
2079	1.957,6	135,5	204,4	270,9	(0,0)	610,7	(1.346,9)
2080	1.931,1	136,5	201,6	272,9	(0,0)	610,9	(1.320,2)
2081	1.908,9	137,0	199,3	273,9	(0,0)	610,1	(1.298,8)
2082	1.883,4	138,3	196,6	276,7	(0,0)	611,6	(1.271,9)
2083	1.861,5	138,8	194,3	277,6	(0,0)	610,6	(1.250,9)
2084	1.847,1	138,9	192,7	277,8	(0,0)	609,5	(1.237,6)
2085	1.834,9	139,3	191,5	278,5	(0,0)	609,3	(1.225,6)
2086	1.825,7	139,2	190,5	278,3	(0,0)	608,0	(1.217,7)
2087	1.823,1	138,8	190,2	277,7	(0,0)	606,8	(1.216,3)
2088	1.832,0	138,5	191,2	277,0	(0,0)	606,6	(1.225,4)
2089	1.839,2	137,7	191,9	275,4	(0,0)	605,0	(1.234,3)
2090	1.856,4	136,3	193,7	272,5	(0,0)	602,5	(1.253,8)
2091	1.871,0	135,9	195,3	271,8	(0,0)	602,9	(1.268,1)
2092	1.882,3	135,5	196,5	270,9	(0,0)	602,8	(1.279,5)
2093	1.885,2	134,9	196,8	269,8	(0,0)	601,4	(1.283,7)
2094	1.894,7	134,1	197,8	268,3	(0,0)	600,2	(1.294,5)
2095	1.895,1	133,5	197,8	266,9	(0,0)	598,2	(1.296,9)
2096	1.904,0	133,1	198,8	266,2	(0,0)	598,0	(1.306,0)

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

### 9.1.5.3 Informações complementares do Fundo Militar

#### Quadro 46 - Idade de vínculo ao regime previdenciário

Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário – Masculino	22,1
Idade hipotética adotada nesta avaliação como primeira vinculação a regime previdenciário – Feminino	22,7
Justificativa Técnica: <b>estatística obtida pelo tempo averbado de servidores aposentados.</b>	

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

#### Quadro 47 - Idade projetada de aposentadoria dos servidores no Fundo Militar

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Masculino	51,5
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Feminino	51,9

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

**Quadro 48 - Crescimento da média das remunerações do Fundo Militar**

Taxa média anual real de crescimento da remuneração dez/20-dez/21.	<b>-5,74%</b>
--	---------------

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Nota: Crescimento projetado com base na média de remunerações, sem considerar ingressos ou saídas de militares da base cadastral.

**GERAÇÕES FUTURAS:**

Parâmetros e critérios utilizados no cálculo dos compromissos dos novos entrantes que integrarão as massas de segurados das gerações futuras

Descrição: recomposição de 100% da massa de militares ativos, com intervalo de 0 a 3 anos na distribuição de ingresso de um novo militar para a data da reserva.

**Quadro 49 - Projeção do quantitativo de ativos e beneficiários do Fundo Militar**

Ano	Ativos	Reserva e Reforma	Pensionistas	Invalidez	Total de Beneficiários
2021	17.628	13.639	7.023	760	21.422
2022	17.087	14.342	7.022	798	22.162
2023	16.668	15.322	7.020	832	23.174
2024	16.593	15.850	7.017	864	23.732
2025	16.732	16.109	7.013	896	24.018
2026	16.972	15.949	7.008	931	23.887
2027	16.837	16.205	7.002	965	24.173
2028	16.890	16.147	6.997	1.002	24.146
2029	16.830	16.046	6.992	1.042	24.079
2030	16.764	15.975	6.988	1.083	24.046
2031	16.492	16.313	6.987	1.124	24.423
2032	16.437	16.408	6.988	1.166	24.561
2033	16.421	16.383	6.992	1.209	24.585
2034	16.083	17.067	7.000	1.250	25.317
2035	16.114	17.308	7.012	1.289	25.609
2036	15.963	17.830	7.028	1.326	26.185
2037	16.072	18.048	7.048	1.362	26.458
2038	16.025	18.369	7.072	1.395	26.836
2039	15.796	19.227	7.098	1.423	27.748
2040	15.900	19.658	7.127	1.446	28.232
2041	16.019	19.877	7.159	1.467	28.503
2042	15.975	20.493	7.191	1.482	29.166
2043	16.252	20.461	7.222	1.496	29.179
2044	16.155	20.875	7.252	1.505	29.632
2045	16.518	20.584	7.280	1.514	29.378
2046	16.513	20.513	7.303	1.522	29.339
2047	16.714	20.040	7.320	1.531	28.892
2048	16.746	19.579	7.330	1.543	28.452
2049	16.719	19.113	7.332	1.556	28.001
2050	16.658	18.684	7.326	1.570	27.580
2051	16.512	18.329	7.312	1.586	27.227

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

A projeção corresponde ao total de ativos e beneficiários do Fundo Militar, ao final de cada ano, partindo do quantitativo de dezembro de 2021 utilizado nesta Avaliação Atuarial.

#### Quadro 50 - Resultado do Fundo Militar - Comparativo

(R\$ Bilhões)

Item	Exercício		
	2019	2020	2021
Total de Encargos (1)	163,0	163,0	162,7
Total de Receitas (2)	36,8	49,3	48,6
<b>Insuficiência Financeira (1) - (2)</b>	<b>126,2</b>	<b>113,7</b>	<b>114,1</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Para efeito de comparação os valores são apresentados com taxa 0%. O Fundo Militar, na avaliação de 2020, é projetado conforme critérios descritos na Lei Federal nº 13.954, de 2019. O aumento da projeção das receitas do Fundo, de R\$ 36,8 bilhões em 2019 para R\$ 49,3 bilhões em 2020, decorre de alteração legislativa ocorrida no exercício de 2020, a qual instituiu a dobra contribuição do Estado em relação a contribuição de militares ativos.

Por fim, observa-se que o resultado da avaliação atuarial de 2021 não apresenta modificações relevantes em relação à do exercício de 2020.

#### 9.1.6 Parecer atuarial

Os resultados apresentados nesta Avaliação Atuarial levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei nº 17.435, de 2012, e demais alterações promovidas pelas leis nºs 18.469, de 2015, 20.122, de 2019, 20.169, de 2020, 20.777, de 2021, e 20.635, de 2021.

Destaca-se ainda a publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 2019, a qual altera as regras de concessão e de cálculo de benefícios previdenciários, assim como determina a instituição do regime de previdência complementar aos servidores públicos do Estado.

O objetivo desta Avaliação é dimensionar os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos e, em específico, o atendimento ao previsto no *caput* do art. 40 da Constituição Federal e art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo de Previdência, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários ao pagamento dos compromissos do Plano ao longo do tempo.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2021, contemplando os servidores ativos, aposentados e pensionistas, de todos os poderes do Estado, segregados conforme critérios estabelecidos pela reestruturação dos Fundos Previdenciários. Conforme reestruturação, os Fundos Previdenciários são divididos em:

### 9.1.6.1 Fundo Financeiro (FF)

Possui 97.231 segurados, sendo 27.345 ativos e 69.886 aposentados e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, possuem o valor presente de R\$ 126,7 bilhões, projetados em 75 anos, que se comparando com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 19,6 bilhões resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 107,1 bilhões.

### 9.1.6.2 Fundo Militar (FM)

São segurados deste Fundo 39.050 pessoas, sendo 17.628 ativos e 21.422 em reserva remunerada, ou reforma, e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar possuem o valor presente de R\$ 48,4 bilhões, projetados em 75 anos, que deduzido o total das receitas contributivas previstas de R\$ 13,9 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 34,5 bilhões.

### 9.1.6.3 Fundo de Previdência (FP)

O Fundo de Previdência promove a cobertura a 83.004 servidores ativos e a 40.955 aposentados e pensionistas, o que gera um total de 123.959 segurados. Conforme prevê a Lei Estadual nº 17.435, de 2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos nos quadros 14, 15 e 16 levam em consideração a taxa de desconto atuarial decrescente de 4,88% para 2022, 4,75% em 2023 e 4,50% a partir de 2024.

O valor presente do total das obrigações do Fundo de Previdência é de R\$ 85,8 bilhões, projetados em 75 anos, e o valor presente do total das receitas previstas, com base no novo plano de custeio, é projetado em R\$ 77,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 8 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados ou segregados para composição do FP são de R\$ 7,92 bilhões. O Resultado Técnico da Avaliação Atuarial apresenta equilíbrio, com insuficiência do plano contributivo na ordem de R\$ 79 milhões, o que corresponde a 0,09% do passivo previdenciário deste Fundo, de R\$ 85,8 bilhões. Deste modo, entende-se desnecessária, no momento, alteração contributiva no intuito de equacionamento deste valor.

O equilíbrio projetado do fundo é decorrente das alterações legislativas ocorridas em dezembro de 2019 no âmbito do Estado do Paraná, Emenda Constitucional nº 45, de 2019, e Lei nº 20.122, de 2019, e a readequação contributiva instituída pelo novo Plano de Custeio contido na Lei 20.635, de 2021.

#### **9.1.6.4 Meta atuarial do Fundo de Previdência**

Verifica-se que a rentabilidade bruta dos Ativos Financeiros do Plano foi inferior em 5,43 pontos percentuais em relação a meta de rentabilidade de 15,82%, estabelecida para o exercício de 2021, pois conforme consta no Relatório de janeiro de 2022 da LDB - Consultoria, o ativo líquido indicou uma rentabilidade bruta de 10,39% neste exercício.

Salienta-se que a meta atuarial projetada foi de 5,25% para 2021, rentabilidade líquida já descontada a inflação do ano passado medida pelo IPCA, de 10,06%. Esta meta foi atingida sucessivamente nos anos de 2016 (6,68%), 2017 (6,66%), 2018 (6,50%) e 2019 (7,59%). Em 2020 foi de 4,06% e em 2021 de 0,30%.

O momento instável da economia ocorrido em 2020 e 2021, em especial pelos efeitos da pandemia de Covid-19, influenciou o resultado dos investimentos nestes últimos dois anos. Apesar do singular momento ocorrido, ressalta-se a constante necessidade de cautela em relação a investimentos, de modo que a tendência de queda nas taxas de juros tende a acarretar em proporcional redução da meta atuarial.

Neste sentido, com base em material produzido por técnicos da PRPREV – Relatório Atuarial DPREV/ATUÁRIA 257/2020 –, utiliza-se a meta atuarial gradualmente reduzida, até o patamar de 4,50% ao ano, no longo prazo, conforme as Premissas Atuariais elencadas na seção 9.1.2.

Esclarece-se que esta taxa de juros é utilizada como parâmetro de cálculo dos três fundos previdenciários. Conforme § 6º do art. 3º da Instrução Normativa nº 02/2018 da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, é uma opção em face desta taxa de juros ser menor que a taxa de juros parâmetro divulgada pela Portaria nº 6.132/2021-SEAP, e obtida através do cálculo da duração do passivo previdenciário. Esta taxa calculada é de 4,89% para o FP, 4,71% para o FF e 4,84% para o FM.

#### **9.1.6.5 Taxa de administração**

Os recursos necessários para manutenção da ParanaPrevidência são orçados no montante de R\$ 79,9 milhões para 2022 e exercícios subsequentes, além do montante de investimentos de R\$ 12,7 milhões somente para este ano, somando um total de R\$ 92,7 milhões. Estes valores, descontados do superávit de 2021 de R\$ 733 mil, são destacados nos itens 3.2.1, 4.2.1 e 5.2.1.

A Lei nº 20.635, de 2021, em seu art. 38, instituiu que a Taxa de Administração seja rateada entre os fundos previdenciários, proporcionalmente às contribuições normais do Estado a cada um dos fundos.



### 9.1.6.6 Patrimônio do Fundo de Previdência

O total do Patrimônio utilizado para esta Avaliação, de R\$ 7,92 bilhões, é composto de R\$ 6,49 bilhões em recursos financeiros, o recebimento dos royalties de Itaipu, art. 3º da Lei 18.469, de 2015, no valor presente projetado de R\$ 935 milhões e o parcelamento de débitos previdenciários no valor atuarial de R\$ 493 milhões, conforme Acordão nº 00179/2021. Não estão incluídos os imóveis vinculados ao FP, que somam um total de R\$ 223 milhões.

### 9.1.6.7 Déficit atuarial do RPPS do Estado do Paraná

A aplicação do limite de isenção de aposentadorias pensões de 3 salários mínimos nacionais, conforme § 6ºA do art. 15 da Lei nº 17.435, de 2012, se dá pela verificação de déficit atuarial no RPPS do Estado. Esta verificação deve seguir critérios estabelecidos no § 6ºB da mesma legislação acima citada.

**§ 6ºB** Para fins do disposto no § 6ºA deste artigo, não será considerada como ausência de déficit a implementação de segregação da massa de segurados ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit. [\(Incluído pela Lei 20122 de 20/12/2019\)](#)

Deste modo, o Quadro 48 apresenta o resultado atuarial do RPPS do Estado do Paraná, conforme critérios estabelecidos, englobando apenas os fundos Financeiro e de Previdência, em face da classificação da seguridade de militares como Sistema de Proteção Social.

**Quadro 51 - Resultado Atuarial do RPPS**

(R\$ Bilhão)			
Item	Fundo Financeiro	Fundo de Previdência	RPPS
Total de Obrigações Previdenciárias (1)	126,70	85,76	212,46
Total de Receitas Previdenciárias (2)	19,60	63,34	82,94
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	107,11	22,42	129,53
Ativos Financeiros (4)	-	7,92	7,92
<b>Déficit/Superávit Atuarial (4-3)</b>	<b>(107,11)</b>	<b>(14,49)</b>	<b>(121,60)</b>

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial DPREV/ATUÁRIA 330/2022, adaptado por DOE/SEFA. (2022)

Os resultados são baseados nas seções 9.1.3 e 9.1.4 e indicam que, conforme critérios de verificação, **o RPPS do Estado do Paraná apresenta um déficit atuarial de R\$ 121,6 bilhões.**

# ANEXO II - RISCOS FISCAIS

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de estabelecer uma gestão fiscal planejada e transparente, dispõe que a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o Anexo de Riscos Fiscais (ARF), em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e, no caso de lograrem êxito, serão informadas as providências a serem tomadas para retomar o equilíbrio entre receitas e despesas.

Riscos Fiscais, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), podem ser conceituados como *“a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo”* (Manual de Demonstrativos Fiscais de 2021, 11ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020).

Neste Anexo, os riscos fiscais serão classificados em duas categorias: os riscos orçamentários e os passivos contingentes, conforme a Tabela 18.

**Tabela 18 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**  
**2023**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		(R\$ 1,00)	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	28.954.254.116	Gerenciamento dos passivos gerados, buscando reduzir o impacto sobre as finanças estaduais.	28.954.254.116
Avais e Garantias Concedidas	697.936.093	Utilização de receitas próprias do Estado.	697.936.093
<b>TOTAL</b>	<b>29.652.190.209</b>	<b>TOTAL</b>	<b>29.652.190.209</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Restituição de Tributos a Maior	-	-	-
Frustração de Arrecadação	4.145.000.000	Gerenciamento das despesas, limitação de empenho e de restos à pagar, estratégias para geração de excesso de arrecadação, utilização de recursos de superávit financeiro, redução de pessoal e de concessão de benefícios fiscais.	4.145.000.000
Discrepância de Projeções	-		-
	32.531.046.188		32.531.046.188
SUBTOTAL	36.676.046.188	SUBTOTAL	36.676.046.188
<b>TOTAL</b>	<b>66.328.236.397</b>	<b>TOTAL</b>	<b>66.328.236.397</b>

FONTE: Procuradoria Geral do Estado e Diretoria de Orçamento Estadual. (2022)

## 2 PASSIVOS CONTINGENTES<sup>20</sup>

Passivos contingentes são dívidas potenciais que podem ser ocasionadas por diversos fatores, e que ainda não foram reconhecidas pelo ente como dívida justamente pelo seu resultado incerto.

Dentre os passivos contingentes destacam-se os decorrentes de demandas judiciais, de operações de aval e garantias concedidas pelo Estado e de assunção de passivos.

### 2.1 METODOLOGIA ADOTADA PARA DEFINIÇÃO DOS PASSIVOS: RESOLUÇÃO Nº 01/2021-PGE

Cumprir informar, inicialmente, que a PGE não possui sistema de gerenciamento de dados que permita pleno controle das informações que compõem este relatório sobre riscos fiscais. Ele seguiu os critérios e procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 01/2021-PGE, da 04 de janeiro de 2021. Assim, os parâmetros utilizados para análise de risco das demandas judiciais e sua classificação foram aqueles estabelecidos na normativa supracitada.

As ações judiciais contra o Estado com previsão de pagamento em 2023 foram classificadas quanto ao seu grau de risco pela PGE:

- Risco Provável: risco elevado da ação gerar um passivo para o Estado, referentes a matérias que hoje costumam não receber contestação e/ou recurso por parte da PGE e assuntos dos quais há precedente vinculante de

<sup>20</sup> Informação presente no protocolo nº 18.504.179-4, editada pela Diretoria de Orçamento Estadual para adequação de formato.

STJ ou STF contrários à Fazenda Pública, ou jurisprudência contrária a Fazenda Pública e os respectivos processos costumam tramitar de forma muito célere;

- Risco Possível: risco menor da ação gerar um passivo para o Estado, referentes a matérias que atualmente têm julgamento desfavorável à Fazenda Pública Estadual pelo STJ ou TST (mesmo que em recurso repetitivo) mas ainda há possibilidade jurídica de rediscussão no STF;

- Risco Remoto: risco pequeno da ação gerar um passivo para o Estado, referentes a matérias que atualmente aguardam julgamentos de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Incidentes de Assunção de Competências e recursos repetitivos (STJ ou STF) que suspenderam/sobrestaram os andamentos processuais;

Há ainda que se ressaltar que é possível surgirem novas demandas que poderão gerar impacto na execução do orçamento de 2023 e que hoje não são conhecidas, portanto não quantificáveis, decorrentes de ações ou omissões da Administração Pública de grande impacto social ou que afetem grande quantidade de pessoas, que podem gerar demandas judiciais com passivo a ser executado em pouco tempo.

Esta afirmação torna-se importante a partir da constatação de que processos judiciais têm recebido tramitação cada vez mais célere, em especial quando tramitam pelo rito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009), situação em que costumam chegar ao “trânsito em julgado” e expedição de RPV – Requisição de Pequeno Valor em menos de 1 (um) ano.

## **2.2 ESTIMATIVA DE PASSIVOS CONTINGENTES PARA O EXERCÍCIO DE 2023**

As informações a respeito das ações judiciais consideradas para compor o relatório de passivos contingentes, especificam: temática; coordenadoria/unidade de execução na PGE; processo; assunto; situação processual; valor total; estimativa de passivo em 2023; e forma de pagamento.

### **2.2.1 Estimativa de Risco Provável**

A estimativa de risco provável para 2023, conforme critérios para classificação das ações judiciais estabelecidos no art. 3º da Resolução nº 01/2021-PGE, soma R\$ 16.770.608.307,54 (dezesesseis bilhões, setecentos

e setenta milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Importante frisar, a fim de evitar duplicidades, que os valores referentes a processos judiciais classificados na categoria risco provável, incluídos no orçamento do exercício financeiro de 2022 e ainda não pagos, devem ser mantidos no orçamento referente ao exercício financeiro de 2023, conforme art. 6º da resolução da Procuradoria-Geral.

### **2.2.2 Estimativa de Risco Possível**

Por sua vez, a estimativa de risco possível, conforme os critérios para classificação das ações judiciais estabelecidos no art. 4º da Resolução nº 01/2021-PGE, soma R\$ 8.440.709.956,17 (oito bilhões, quatrocentos e quarenta milhões, setecentos e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos).

Encontra-se nos Riscos Fiscais classificado como risco possível, sob tutela da Assessoria Técnica, com a estimativa de um passivo no montante de R\$ 3,6 bilhões, a execução do contrato celebrado entre o Estado e o BANESTADO para compra de títulos expedidos por Alagoas, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos. Nesta fase atual do processo, este aguarda julgamento pelo STF de recurso extraordinário a respeito de possibilidade de penhora de ações ordinárias do Estado na COPEL. Ressalta-se que o BANESTADO foi adquirido pelo Banco ITAU em 2000, incluindo os direitos relativos à esta ação. Atualmente aguarda-se o STF decidir se o pagamento dar-se-á por precatório requisitório ou por penhora e venda judicial das ações ordinárias do Estado do Paraná na COPEL; não haverá possibilidade de recurso a tribunal superior após esta decisão.

### **2.2.3 Estimativa de Risco Remoto**

Finalmente, a estimativa de risco remoto para 2023, conforme critérios para classificação das ações judiciais estabelecidos no art. 5º da Resolução nº 01/2021-PGE – ou seja, quando não estiverem classificadas nas categorias de risco provável ou possível –, é de R\$ 3.742.935.852,33 (três bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos).

**Tabela 19 - Processos por Grau de Risco**

Grau de Risco	Faixa de Valor	Valor Estimado (R\$)	Quantitativo de Processos (%)	Proporção do Total Geral
Risco Possível	Acima de 501 milhões	8.183.918.940	4,52%	1,78%
	Até de 1 milhão	28.545.083	69,68%	27,48%
	Entre 1 milhão e 100 milhões	228.245.933	25,81%	10,18%
<b>Risco Possível Total</b>		<b>8.440.709.956</b>	<b>100,00%</b>	<b>39,44%</b>
Risco Provável	Acima de 501 milhões	16.396.070.223	7,76%	2,29%
	Até de 1 milhão	20.264.114	60,34%	17,81%
	Entre 1 milhão e 100 milhões	354.273.970	31,90%	9,41%
<b>Risco Provável Total</b>		<b>16.770.608.308</b>	<b>100,00%</b>	<b>29,52%</b>
Risco Remoto	Acima de 501 milhões	3.230.369.896	5,74%	1,78%
	Até de 1 milhão	17.917.379	69,67%	21,63%
	Entre 1 milhão e 100 milhões	494.648.578	24,59%	7,63%
<b>Risco Remoto Total</b>		<b>3.742.935.852</b>	<b>100,00%</b>	<b>31,04%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>28.954.254.116</b>		<b>100,00%</b>

FONTE: Procuradoria Geral do Estado, Protocolo nº 18.504.179-4. (2022)

**Tabela 20 - Processos por Procuradoria e Grau de Risco**

Procuradoria	Grau de Risco	Valor Estimado (R\$)	Quantitativo de Processos (%)
Assessoria Técnica do Gabinete - ATJ	Risco Possível	8.083.087.754	2,04%
	Risco Provável	16.200.370.223	2,29%
	Risco Remoto	403.082.553	2,04%
<b>Assessoria Técnica do Gabinete - ATJ Total</b>		<b>24.686.540.530</b>	<b>6,36%</b>
Procuradoria Administrativa - PRA	Risco Possível	2.919.246	1,53%
<b>Procuradoria Administrativa - PRA Total</b>		<b>2.919.246</b>	<b>1,53%</b>
Procuradoria Ambiental - PAM	Risco Remoto	50.021.000	0,51%
<b>Procuradoria Ambiental - PAM Total</b>		<b>50.021.000</b>	<b>0,51%</b>
Procuradoria da Dívida Ativa - PDA	Risco Provável	1.421.120	0,25%
<b>Procuradoria da Dívida Ativa - PDA Total</b>		<b>1.421.120</b>	<b>0,25%</b>
Procuradoria da Previdência Funcional - PPF	Risco Possível	38.300.887	7,89%
	Risco Provável	4.718.035	0,51%
	Risco Remoto	52.488.174	4,07%
<b>Procuradoria da Previdência Funcional - PPF Total</b>		<b>95.507.096</b>	<b>12,47%</b>
Procuradoria de Ações Coletivas - PAC	Risco Possível	119.004.784	16,03%
	Risco Provável	120.122.491	17,30%
	Risco Remoto	874.207.532	14,25%
<b>Procuradoria de Ações Coletivas - PAC Total</b>		<b>1.113.334.807</b>	<b>47,58%</b>
Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos - PRE	Risco Provável	0	0,00%
	Risco Remoto	10.000.000	0,00%
<b>Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos - PRE Total</b>		<b>10.000.000</b>	<b>0,00%</b>
Procuradoria de Honorários da Gratuidade da Justiça - PHG	Risco Provável	24.500.000	1,02%
	Risco Remoto	1.500.000	0,51%
<b>Procuradoria de Honorários da Gratuidade da Justiça - PHG Total</b>		<b>26.000.000</b>	<b>1,53%</b>
Procuradoria de Saúde - PRS	Risco Possível	160.000.000	0,25%
	Risco Provável	70.000.000	0,25%



Procuradoria	Grau de Risco	Valor Estimado (R\$)	Quantitativo de Processos (%)
<b>Procuradoria de Saúde - PRS Total</b>		<b>230.000.000</b>	<b>0,51%</b>
Procuradoria de Sucessões - PSU	Risco Possível	74.303	0,76%
	Risco Provável	44.206	1,02%
	Risco Remoto	210.762	3,31%
<b>Procuradoria de Sucessões - PSU Total</b>		<b>329.270</b>	<b>5,09%</b>
Procuradoria do Contencioso Fiscal - PCF	Risco Possível	3.858.541	1,78%
	Risco Provável	296.681.735	1,27%
	Risco Remoto	1.709.872.152	1,78%
<b>Procuradoria do Contencioso Fiscal - PCF Total</b>		<b>2.010.412.427</b>	<b>4,83%</b>
Procuradoria do Patrimônio - PRP	Risco Possível	3.804.000	0,25%
	Risco Remoto	157.938.000	1,27%
<b>Procuradoria do Patrimônio - PRP Total</b>		<b>161.742.000</b>	<b>1,53%</b>
Procuradoria Funcional - PRF	Risco Possível	25.450.442	7,89%
	Risco Provável	46.750.497	4,83%
	Risco Remoto	12.211.497	2,29%
<b>Procuradoria Funcional - PRF Total</b>		<b>84.412.436</b>	<b>15,01%</b>
Procuradoria Trabalhista - PRT	Risco Possível	4.210.000	1,02%
	Risco Provável	6.000.000	0,76%
	Risco Remoto	471.404.183	1,02%
<b>Procuradoria Trabalhista - PRT Total</b>		<b>481.614.183</b>	<b>2,80%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>28.954.254.116</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Procuradoria Geral do Estado, Protocolo nº 18.504.179-4. (2022)

**Tabela 21 - Processos por Faixa de Valor**

Faixa de Valor	Valor Estimado (R\$)	Quantitativo de Processos (%)
Até de 1 milhão	66.726.576	5,85%
Entre 1 milhão e 100 milhões	1.077.168.480	66,92%
Acima de 501 milhões	27.810.359.059	27,23%
<b>Total Geral</b>	<b>28.954.254.116</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Procuradoria Geral do Estado, Protocolo nº 18.504.179-4. (2022)

## 2.2.4 Estimativa de RPVs para 2023 com base na evolução dos valores de pagamentos dos anos anteriores

A partir dos dados que a PGE dispõe a respeito de processos judiciais sob sua responsabilidade e respectivas Requisições de Pequenos Valores, tem-se a evolução de pagamentos de RPVs retratada na Tabela 22:

**Tabela 22 – Valores pagos de RPVs pelo Estado do Paraná – 2011-2021**

(R\$1,00)

RPVs Pagas		
Referência	Quantidade	Valores
2011	1.766	10.790.104
2012	1.205	5.677.660
2013	1.279	4.813.793
2014	1.483	5.939.382
2015	3.970	21.244.653
2016	15.152	72.445.561

Referência	Quantidade	Valores
2017	30.149	154.885.481
2018	32.730	168.356.436
2019	29.617	155.360.617
2020	27.752	206.494.958
2021	24.388	105.894.200

FONTE: Procuradoria Geral do Estado, Protocolo nº 18.504.179-4. (2022)

Sobre os dados acima elencados, seguem algumas considerações a serem feitas:

I – as informações de 2011 a 2019, fornecidas em 2020, e informações de 2020, fornecidas em 2021, pela Secretaria de Estado da Fazenda, constaram dos relatórios de passivos contingentes encaminhados pela PGE nos anos anteriores;

II - não estão incluídas ações judiciais que envolvam despesas públicas que já estejam previstas como ações ou atividades administrativas ordinárias, mesmo que decorrentes de ordem judicial, nos termos do art. 2º, § 3º da Resolução nº 01/2021-PGE (v.g. fornecimento de medicamentos, pagamentos administrativos de honorários de advogados dativos, decisões liminares que determinem inclusão de pensão indenizatória em folha de pagamento, decisões que determinem reenquadramento de servidores e pagamento de verbas remuneratórias em folha de pagamento);

III - não foram computadas RPVs para as quais não há anotação de respectivo processo judicial no SIPRO (Sistema de Gestão de Processos Judiciais sob Responsabilidade da PGE). Há processos muito antigos ou que foram recentemente recebidos de autarquias que ainda não têm respectivo registro do SIPRO;

IV- os dados de que se dispõe são apenas das RPVs pagas pelo Estado do Paraná, não incluindo informações relativas a RPVs pagas por autarquias representadas pela PGE, via e-protocolo encaminhado pela PGE para a entidade e não inseridas no sistema SRPV.

A verificação do quadro evolutivo na Tabela 22 demonstra que houve sensível aumento no quantitativo de pagamento de RPVs entre 2015 e 2016, que pode ser atribuído à facilitação do acesso ao Judiciário, em especial a partir de 2015, quando houve ampliação da competência dos Juizados Especiais – que têm um rito informal, pouco custoso, célere e que dispensa advogado em grande parte dos processos – para abranger matérias típicas da Fazenda Pública<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Conforme artigo 23 da Lei Federal nº 12.153/2009, o Órgão Especial do TJPR, pela Resolução nº 10/2010, de 14/05/2010, estabeleceu que “Art. 2º. Considerando a necessidade de estudos aprofundados para atendimento da organização e adequação dos serviços judiciários e administrativos para acolhimento integral das matérias de competência estatuídas

Em 2017, 2018 e 2019, o valor de pagamentos de RPVs manteve-se relativamente estável, havendo acréscimo em 2020 e redução em 2021. Nesse ano o valor total de pagamentos de requisições foi de R\$ 105.894.200,35 (cento e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos reais e trinta e cinco centavos).

Diante dessas informações, sugere-se que se considere, para efeito de risco fiscal para o ano de 2023, além das informações de classificação das ações judiciais em Risco Provável, Possível e Remoto, também a evolução de valores pagos em RPVs nos anos anteriores, em especial nos últimos 5 anos.

### 2.2.5 Outras informações

Condenações judiciais excluídas do relatório de passivos contingentes conforme art. 2º, § 3º da Resolução nº 01/2021-PGE, não integram as informações sobre riscos fiscais as despesas públicas que já estejam previstas como ações ou atividades administrativas ordinárias, mesmo que decorrentes de ordem judicial.

Ainda, não integram tais informações, nos termos do art. 2º, § 4º da resolução supracitada, as ações judiciais que, em razão de seu valor, possam ensejar a expedição de precatório requisitório, enquanto vigor o regime especial de pagamento de precatórios estabelecido pelos arts. 101 a 105 do ADCT (Emendas Constitucionais nºs 94/2016, 99/2017, 109/2021, 113/2021 e 114/2021).

Também foram excluídas, nos termos do art. 2º, § 5º da Resolução nº 01/2021-PGE, as ações judiciais para as quais já exista inscrição em precatório (os quais integram a dívida consolidada e não compõem o relatório de riscos fiscais) ou já tenha havido o pagamento judicial ou administrativo.

Ressalte-se que, durante a vigência do regime especial de pagamento, a quitação de precatórios é feita por meio de gestão das contas especiais de precatórios realizada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (art. 101 do ADCT),

---

*pela Lei nº 12.153/09, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado do Paraná ficará limitada às causas no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos relativas a:*

*I - multas ou penalidades por infrações de trânsito;*

*II - transferência de propriedade de veículos automotores, quando figurar no polo passivo o Departamento de Trânsito (DETRAN).*

*III - imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços e sobre transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU”.*

Esta limitação vigorou até 22/06/2015, visto que o artigo 23 da Lei Federal nº 12.153/2009 (que entrou em vigor em 22/06/2010) determina que “os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos”.

cujos aportes de recursos ocorrem na forma dos respectivos Planos Anuais de Pagamento de Precatórios apresentados pelo Estado e homologados pelo Tribunal de Justiça.

## 2.2.6 Estimativa de dívida de precatórios do Estado do Paraná

Cabe informar que a dívida de precatórios do Estado do Paraná (Administração Direta e Indireta), atualizada em julho de 2021, corresponde a R\$ 6.691.884.079,95 (seis bilhões, seiscentos e noventa e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, setenta e nove reais e noventa e cinco centavos) - valor do estoque apurado para fins de homologação do Plano de Pagamento para 2022, considerando a dívida projetada para dezembro de 2021, já descontado o saldo das contas de repasse e os repasses efetuados de agosto a dezembro desse ano - conforme informações fornecidas pelo Tribunal de Justiça, responsável pela gestão de precatórios estaduais.

Para pagamento do passivo de precatórios, em Regime Especial (Emendas Constitucionais nºs 94, de 15 de dezembro de 2016; 99, de 14 de dezembro de 2017; 109, de 15 de março de 2021; 113, de 8 de dezembro de 2021; e 114, de 16 de dezembro de 2021, além do Decreto Estadual nº 6.335, de 23 de fevereiro de 2010), o Estado tem efetuado repasses mensais ao Tribunal de Justiça, conforme Planos de Pagamento apresentados anualmente para homologação pelo referido Tribunal, sendo que o valor total deve ser quitado até 2029.

## 2.2.7 Operações de Aval e Garantias Concedidas

Operações de aval e garantias concedidas pelo Estado a empresas públicas e/ou sociedades de economia mista são igualmente passivos contingentes. Atualmente, este tipo de operação limita-se a duas empresas de economia mista controladas pelo Estado, cujos valores do saldo devedor em 28 de fevereiro de 2022 estão detalhados na Tabela 23:

**Tabela 23 – Valores dos Saldos das Garantias e Contra Garantias por Aval do Paraná**

Empresa	Dívida	Valor (R\$)
COHAPAR	Interna	561.269.057,64
COPEL	Interna	136.667.035,42
<b>Total</b>		<b>697.936.093,06</b>

FONTE: Departamento de Haveres e Obrigações/Diretoria do Tesouro Estadual/SEFA.(2022)

Essas concessões de avais e garantias dadas pelo Estado estão em pleno acordo com os limites de endividamento dos Estados e Municípios que

estabelece o Senado Federal por meio da Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001<sup>22</sup>. O Estado fornece como garantia destas operações de crédito suas receitas próprias, e, no caso de inadimplência deste, a União retém o valor respectivo do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

### **3 DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS**

#### **3.1 RISCOS RELATIVOS ÀS RECEITAS**

Primeiro, é importante destacar que, no tocante a arrecadação, recentemente tornou-se efetivo um fator até então considerado como risco. O Decreto Federal nº 10.979, de 25 de fevereiro de 2022, alterou a tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), trazendo uma redução linear de 25% do imposto. Como parte do IPI é destinado aos estados, o impacto estimado para o Paraná, apenas para o exercício de 2022, é de perda de aproximadamente R\$ 400 milhões<sup>23</sup>.

No cenário macroeconômico, apresentado na seção 1 do Anexo I desta Lei, as perspectivas são de baixo crescimento da economia. Assim, restam incertezas e baixas expectativas quanto ao desempenho da arrecadação no exercício, especialmente quanto ao ICMS.

Além dos riscos fiscais associados a esse contexto, outros aspectos merecem atenção, pois podem impactar consideravelmente a receita estadual em 2022.

Primeiramente, a sanção da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, e que objetiva que o ICMS deixe de ser cobrado como uma porcentagem do preço final e passe a ter um preço fixo, em real por litro (R\$/l). Esta legislação pode resultar numa perda anualizada de arrecadação para o Paraná na ordem de até R\$ 1,9 bilhão<sup>24</sup>. Cabe destacar que se encontra em vigor o congelamento do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), que serve de base para o cálculo do ICMS dos combustíveis, com impacto mensal de R\$ 100 milhões por mês aos cofres estaduais.

Também deve ser considerada a Lei Complementar nº 190, de 04 de janeiro de 2022, a qual regulamenta a cobrança do diferencial de alíquota (Difal)

<sup>22</sup> Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

<sup>23</sup> Estimativa realizada pelo Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz).

<sup>24</sup> Estimativa realizada pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

de ICMS. Há um impasse quanto ao Difal-ICMS ser ou não recolhido este ano<sup>25</sup>. Caso não seja, o impacto financeiro é de R\$ 9,8 bilhões ao ano para os estados brasileiros. No Paraná a perda fica em torno de R\$ 606 milhões anuais.

O terceiro risco contemplado aqui é a reforma do Imposto de Renda, que tramita no Senado sobre o Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, e pode gerar um impacto fiscal de R\$ 9,9 bilhões para os estados<sup>26</sup>, sendo a perda do Paraná estimada em R\$ 839 milhões – R\$ 451 milhões em redução de receita do IRPF dos servidores públicos e R\$ 388 milhões advindos da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Adicionalmente, cumpre também elencar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional a cobrança de alíquotas maiores de ICMS sobre serviços de energia e telecomunicações. Referida decisão valerá a partir de 2024 e o impacto previsto para o Estado é de perda de R\$ 2 bilhões de ICMS sobre energia e R\$ 600 milhões de ICMS sobre telecomunicações.

Levando em conta estes pontos, que ainda se encontram em tramitação ou em negociação quanto a sua aplicação imediata, o impacto potencial sobre as receitas paranaenses chega a R\$ 5,9 bilhões.

### 3.2 RISCOS FISCAIS E ORÇAMENTÁRIOS RELATIVOS À DESPESA

Somam-se a estes riscos as despesas a descoberto, já mencionadas anteriormente, no montante aproximado de 2,5 bilhões de reais, a recomposição dos índices constitucionais de saúde e a segregação de massas do RPPS<sup>27</sup>.

Ressalva-se que, com relação a recomposição dos índices constitucionais de saúde, tratam-se de ações transitadas em julgado e em andamento que impuseram a recomposição ao Fundo Estadual de Saúde para atingir a aplicação de percentual mínimo em ações e serviços de saúde relativamente aos exercícios orçamentários de 2000 a 2016, cujos recursos

<sup>25</sup> Como o texto virou lei apenas em 2022, contribuintes defendem que a cobrança deva respeitar também a anterioridade do exercício financeiro, pela qual o novo tributo ou o aumento de alíquota só pode ser exigido a partir do ano seguinte. Por exemplo, por meio de ação no Supremo Tribunal Federal, a Associação Brasileira de Indústria de Máquinas (Abimaq), solicita a suspensão imediata dos efeitos da norma por todo ano de 2022 e postergação da vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

<sup>26</sup> Estimativas realizadas pelo Comsefaz.

<sup>27</sup> Segregação de massas RPPS: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.350, inconstitucionalidade dos incisos II e III do art. 2º da Lei Estadual nº 18.469, de 2015. Estimativa com base no impacto mensal apresentado no PL nº 252/2015, sem considerar: o crescimento vegetativo nos salários dos 33 mil segurados no decorrer do período; a alteração no número de segurados (por falecimento) e; as posteriores alterações na legislação do Fundo de Previdência.



orçamentários investidos, segundo o Ministério Público, não poderiam ser contabilizados para efeito de cumprimento do percentual mínimo.

A supramencionada recomposição decorre, especialmente, dos chamados “vetores da saúde” (Programa Leite das Crianças, Serviço de Assistência à Saúde do Servidor - SAS e Hospital da PM), os quais deixaram de integrar os índices de despesas com saúde a partir do exercício de 2022, ocasionando em necessidade de recursos orçamentários na ordem de aproximadamente R\$ 350 milhões.

**Quadro 52 - Detalhamento dos Demais Riscos Passivos**

(R\$ 1,00)

Risco	Descrição	Valor
Redução IPI	Decreto nº 10.979/2022, alterou a tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	400.000.000
Combustíveis	Lei Complementar 192/2022	1.900.000.000
Cobrança do diferencial de alíquota (Difal) de ICMS	Lei Complementar nº 190/2022	606.000.000
Combustíveis	congelamento do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF)	100.000.000
Reforma do Imposto de Renda	Projeto de Lei nº 2.337/2021	839.000.000
ICMS Energia Elétrica	Inconstitucionalidade da cobrança de alíquotas maiores de ICMS	2.000.000.000
ICMS Telecomunicações	Inconstitucionalidade da cobrança de alíquotas maiores de ICMS	600.000.000
<b>Frustração de Arrecadação</b>	<b>Subtotal</b>	<b>4.145.000.000</b>
Recomposição de Índice	Recomposição dos índices de Saúde (Ações transitadas em julgado)	4.996.309.246
Recomposição de Índice	Recomposição dos índices de Saúde (Ações em andamento)	8.467.700.271
Recomposição de Índice	Recomposição dos índices de Saúde (Ações sujeitas à modificação)	4.542.036.671
Segregação de massas	Segregação de massas RPPS - Ação Direta de Inconstitucionalidade	11.900.000.000
Dívida ROCHE	Dívida Contraída por parte da TECPAR	125.000.000
Despesas Discrecionárias	Demais Despesas de caráter discricionário não previstas	2.500.000.000
<b>Outros Riscos Fiscais</b>	<b>Subtotal</b>	<b>32.531.046.188</b>
<b>Total Geral</b>		<b>36.676.046.188</b>

Fonte: Diretoria de Orçamento Estadual. (2022)

98057/2022



**DECRETO Nº 12.155**

Exoneração de cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica exoneração OSMAR SHINJI KANO, RG nº 1.116.534-6, do cargo, em comissão, de Assessor – Símbolo DAS-5, da Casa Civil.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, em 06 de setembro de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR  
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA  
Chefe da Casa Civil

98040/2022

## Despachos do Governador

### DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

**19.345.789-4/22** - “De acordo com os elementos constantes no PROTOCOLO Nº 19.345.789-4, **AUTORIZO**, nos termos do art. 2º, inc. I c/c art. 3º, ambos do Decreto nº 444/1995, o afastamento da Servidora ISABELLA TIOQUETA, RG nº 10.361.348-5 para participar da Missão Técnica de Benchmark, a ser realizado em Medellín, na Colômbia no período de 14 de setembro de 2022 a 18 de setembro de 2022. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade), a análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade ordenador da despesa. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à SEDEST, em 06/09/22).

#### GOVERNADORIA

**19.367.982-0/22** - “De acordo com os elementos constantes no PROTOCOLO Nº 19.367.982-0, **AUTORIZO**, nos termos do art. 2º, inc. I c/c art. 3º, ambos do Decreto nº 444/1995, o afastamento do Servidor FÁBIO ANTONIO NÉIA MARTINI, RG nº 4.007.090-7 para participar da 32ª Reunión Plenaria de Rectores de Universidades del ZICOSUR Universitario y Encuentro de RRII, a ser realizado na cidade de Catamarca, na Argentina no período de 10 de setembro de 2022 a 13 de setembro de 2022. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade), a análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade ordenador da despesa. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à SETI, em 06/09/22).

#### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

**19.346.820-9/22** - “De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO nº 19.346.820-9, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea “a”, todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face da empresa YOU VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 12.937.556/0001-98, visando apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 159/2021-SEED. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à origem para as demais providências. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à SEED, em 06/09/22).

#### CASA CIVIL

**19.454.105-8/22** - “Diante da solicitação apresentada no protocolo nº 19.454.105-8, **AUTORIZO** nos termos dos art. 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174/1970, e do Decreto nº 3.828/2008. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE**. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à GRHS/CC, em 06/09/22).

98062/2022

## Despachos do Chefe da Casa Civil

### DESPACHOS DO CHEFE DA CASA CIVIL

#### SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**19.256.325-9/22** - “À vista dos elementos de instrução do PROTOCOLADO nº 19.256.325-9 e considerando o caráter discricionário da pretensão administrativa, aliada à competência prevista no art. 1º, inc. II, do Decreto Estadual nº 10.432/2014, **AUTORIZO** o afastamento do servidor MARCO AURÉLIO DE GEORGE, RG nº 4.017.608-0, nos termos do art. 2º, inc. II, do Decreto Estadual nº 444/1995, para participar do 2º Congresso Internacional do Colégio Americano de Cirurgiões - 2 nd International Congress of the American College of Surgeons in Dubai, UAE Chapté, durante o período de 07 de setembro de 2022 a 11 de setembro de 2022, com ônus limitado para o Estado do Paraná. Para o decisum administrativo acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade, a subsunção fática às normas legais e regulamentares, inclusive quanto à incidência das regras previstas no Decreto Estadual nº 38/2015 foram realizadas exclusivamente pelo Órgão de origem da servidora, nos termos do art. 19, do Decreto Estadual nº 444/1995. Ao Grupo de Recursos Humanos que observe a regra administrativa prevista no art. 18, do Decreto Estadual nº 444/1995, fazendo juntar ao expediente administrativo adequado cópia da referida documentação. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à SESA, em 06/09/22).

#### GOVERNADORIA

**19.387.128-3/22** - “À vista dos elementos de instrução do PROTOCOLADO nº 19.387.128-3 e considerando o caráter discricionário da pretensão administrativa, aliada à competência prevista no art. 1º, inc. II, do Decreto Estadual nº 10.432/2014, **AUTORIZO** o afastamento da servidora MARILA ANNIBELLI VELLOZO, RG nº 3.736.566-1, nos termos do art. 2º, inc. II, do Decreto Estadual nº 444/1995, para participar no evento BMI Americas Scholarship Summit, na cidade de Bogotá, Colômbia, durante o período de 02 de outubro de 2022 a 05 de outubro de 2022, com ônus limitado para o Estado do Paraná. Para o decisum administrativo acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade, a subsunção fática às normas legais e regulamentares, inclusive quanto à incidência das regras previstas no Decreto Estadual nº 38/2015 foram realizadas exclusivamente pelo Órgão de origem do servidor, nos termos do art. 19, do Decreto Estadual nº 444/1995. Ao Grupo de Recursos Humanos que observe a regra administrativa prevista no art. 18, do Decreto Estadual nº 444/1995, fazendo juntar ao expediente administrativo adequado cópia da referida documentação. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à origem para as providências legais. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à SETI, em 06/09/22).

#### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

**19.388.046-0/22** - “1. De acordo com os elementos constantes no PROTOCOLADO nº 19.388.046-0, aliado à competência prevista no art. 1º, inc. II, do Decreto Estadual nº 10.432/2014, **AUTORIZO**, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 9.615/1998 (Lei Pelé), o afastamento da servidora CRISTIANE ROBERTA KRUGER NAVARRO, RG nº 62630540, convocada pela Confederação Brasileira de Handebol, para participar do 1st IHF Four-a-Side Wheelchair Handball World Championship, no período de 16 a 29 de Setembro de 2022, a ser realizado na cidade do Cairo – Egito, com ônus limitado aos vencimentos. 2. **PUBLIQUE-SE**. Em 06/09/22”. (Enc. proc. à SEED, em 06/09/22).

98060/2022

## Casa Civil

## DETRAN

## PORTARIA N.º 975/2022 – DG

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a competência estabelecida no Decreto n.º 10.855, de 27 de abril de 2022 e nos Artigos 22 e 23 da Lei 9503, de 23 de setembro 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB; considerando o contido no protocolado sob n.º 19.387.673-0.

## RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR as Portarias referentes às nomeações para o exercício de funções de Agente da Autoridade de Trânsito, conforme motivos relacionados na tabela a seguir:

NOME	ID	PORTARIA	RG	CPF	MOTIVO
ELISANDRO PATRICK PERSZEL	13851	1996/2014	6.690.398-2	005.083.369-37	RESERVA REMUNERADA - BG 121/21
FERNANDO GOMES DA SILVA	13930	2015/2014	8.038.627-3	021.448.859-40	RESERVA REMUNERADA - BG 183/20
JOSSEMAR ROBERTO CIMAROSTI	13888	2053/2014	5.981.416-8	838.636.999-04	RESERVA REMUNERADA - BG 208/19
MARCIO ANTONIO BARBIERI	13910	2078/2014	5.445.563-1	841.527.709-10	RESERVA REMUNERADA - BG 022/20
SADI CAVALLERI	13909	2110/2014	5.274.794-5	676.702.299-34	RESERVA REMUNERADA - BG 045/21
JOSE VANDERLEI BORGES MOREIRA	13931	2052/2014	3.922.151-9	554.506.529-68	RESERVA REMUNERADA - BG 114/21
ADRIANO LONGO	13972	1963/2014	7.572.496-9	021.749.889-25	RESERVA REMUNERADA - BG 224/21
LUANA ANDREIA WINK	23055	4845/2014	13.967.231-3	071.566.389-55	RESERVA NÃO REMUNERADA - BG 073/21
LUCIANO ANDERSON QUADROS	24645	5662/2015	9.955.503-3	067.605.439-04	RESERVA NÃO REMUNERADA - BG 030/22
LUMA KARINE DA ROSA	22672	2074/2014	10.667.635-6	083.188.139-95	RESERVA NÃO REMUNERADA - BG 227/21
WILLIAN MENDES	27321	7684/2019	8.157.009-4	009.525.149-90	EXCLUSÃO FALECIMENTO - BG 143/21

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor-Geral, 1 de setembro de 2022.

Adriano Furtado  
Diretor-Geral – DETRAN/PR

95591/2022

## PORTARIA n.º 976/2022 - DG

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83 e, Considerando a Lei Estadual n.º 21.107 de 30 de junho de 2022, que dispõe sobre o subsídio do Quadro Próprio do Detran/PR em seu Art. 8º que versa sobre o desenvolvimento nas carreiras dos servidores do QPDE, e

Considerando, o Art. 6º da Portaria n.º 938/2022 – DG, que determina que a análise dos requerimentos será realizada por Comissão Avaliativa de Desempenho e Análise de Documentos,

## RESOLVE:

**I - DESIGNAR** os servidores CLEMAR PELEGRINI - RG n.º 3.543.306-6 - Analista de Atividades de Trânsito, FABIANA ELAINE DE ALMEIDA - RG n.º 6.134.845-0 - Técnico de Atividades de Trânsito, ADRIANE BEATRIZ SILVA - RG n.º 6.255.849-0 - Técnico de Atividades de Trânsito, INÊS ELIZABETE FALKOWISKI - RG n.º 3.578.517-5 - Analista de Atividades de Trânsito, VALMIR ANTONIO MORESCHI - RG n.º 2.145.007-3 - Técnico de Atividades de Trânsito, JOICE EMANUELE DO NASCIMENTO - RG n.º 7.593.605-2 - Técnico de Atividade de Trânsito e SONIA REGINA CABRAL - RG n.º 831.011-4 - Agente Profissional, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão para analisar e avaliar os pedidos de Promoção por Merecimento e Antiguidade, do

Quadro Próprio dos Servidores do Departamento de Trânsito do Paraná.

**II** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de setembro de 2022

Adriano Furtado  
Diretor-Geral

95687/2022

## EXTRATO DA PORTARIA N.º 897/2022 COAD-DG

Designar Farid Gelasco Malschitzky, RG n.º 6.531.679-0, CPF n.º 050.359.639-69, servidor deste Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como **gestor**, e Holígina de Souza, RG: 7.776.036-9, CPF: 047.345.559-58, servidora deste Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como **fiscal** do contrato n.º 028/2022 (GMS n.º 3275/2022), que tem por objeto, a Contratação de prestação de serviço de telefonia fixa comutada, com preço registrado por meio do Pregão Eletrônico n.º 1741/2021, Lotes 02, 04, 05 e 12, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR, e a empresa Claro S.A.

Curitiba, 01 de setembro de 2022.

Adriano Furtado  
Diretor-Geral do DETRAN/PR

96387/2022

## Casa Militar

CASA MILITAR  
NÚCLEO DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE – NICS  
PLANO DE TRABALHO ANUAL  
AGENTE DE OUVIDORIA  
EXERCÍCIO 2022

## 1. OBJETIVOS

Considerando as atribuições dos Núcleos de Integridade e Compliance Setorial no que diz respeito às atividades dos Agentes de Transparência contidas nos incisos X a XXII do art. 24 do Anexo I do Decreto Estadual n.º 2.741, de 10 de setembro de 2019; observando ainda o contido no art. 11 do Anexo ao Decreto Estadual 2680, de 10 de setembro de 2019; bem como a Instrução Normativa n.º 08/2022 – CGE, de 25 de agosto de 2022, o presente **Plano de Anual de Trabalho (PAT) descreve as atividades que serão realizadas pelo Agente de Ouvidoria da Casa Militar da Governadoria (NICS/CM) durante o exercício de 2022**, além das ações ordinariamente estabelecidas pela Controladoria Geral do Estado e demais demandas oriundas dos órgãos de controle externo.

Visa, dessa forma, delinear as ações do Agente de Ouvidoria com a finalidade de assegurar o cumprimento das normas relativas a ouvidoria, e apresentar para a população, servidores e gestores, a Ouvidoria do como ferramenta de participação social, ferramenta estratégica de gestão e serviço de inteligência para o serviço público, uma vez que cabe à Ouvidoria, receber as manifestações da população, trabalhar com as informações e gerar indicadores importantes para tomadas de decisão, propiciando uma segurança razoável para a consecução da missão do Órgão.

O presente Plano de Trabalho não tem o propósito de findar o rol das ações a serem realizadas pelo Agente de Ouvidoria, mas delinear razoável planejamento e estabelecer as atividades prioritárias. Nesse sentido, o direcionamento dado pelo presente plano de trabalho fomenta a adequada orientação aos profissionais do NICS/CM na tarefa de acompanhar as inúmeras e complexas obrigações a serem observadas pela Administração Pública no decorrer do exercício.

## 2. ATIVIDADES

As atividades previstas no PAT/2022 englobam:

a) **Ação/Iniciativa I – Divulgar o telefone e outras formas de contato com a Ouvidoria Órgão.**

- Esta ação tem por objetivo monitorar a divulgação das formas de contato com a Ouvidoria do Órgão, no site institucional e através de outras mídias disponibilizadas.

b) **Ação/Iniciativa II – Realização interna de educação permanente sobre as atribuições da Ouvidoria do Órgão.**

- Esta ação tem o objetivo de divulgar as informações referentes as atividades desenvolvidas pelo agente de ouvidoria, através de palestras, cursos e folder sobre temas relevantes.

c) **Ação/Iniciativa III – Realizar o acompanhamento das manifestações, a fim que não expirem o prazo.**

- Esta ação tem por objetivo assegurar o acompanhamento das manifestações e dos prazos, referente ao atendimento dos cidadãos no sistema SIGO.

d) **Ação/Iniciativa IV – Elaborar relatório para subsidiar a gestão nas tomadas de decisão.**

- Esta ação tem por objetivo a elaboração de relatórios visando subsidiar os gestores na tomada de decisão.

e) **Ação/Iniciativa V – Atender as demandas geradas pela Controladoria Geral do Estado.**

- Esta ação tem por objetivo o fiel cumprimento à legislação relativa as atividades de Ouvidoria, e outras demandas recebidas através dos pedidos registrados via SIGO ou via e-protocolo..

f) **Ação/Iniciativa VI - Outras análises e estudos**

- As análises e estudos visam atender demandas específicas do Chefe da Casa Militar ou de outras autoridades no decorrer do ano, com o conhecimento daquele, sobre assuntos de interesse ou que envolvam as atividades de ouvidoria e transparência.

### 3. CRONOGRAMA

Os trabalhos inerentes ao PAT/2022 serão desenvolvidos conforme o cronograma abaixo, salvo quando autorizado pelo Chefe da Casa Militar em situações devidamente motivadas.

ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Divulgar o telefone e outras formas de contato com a Ouvidoria Órgão												
Realização interna de educação permanente sobre as atribuições da Ouvidoria do Órgão												
Realizar o acompanhamento das manifestações, a fim que não expirem o prazo.												
Elaborar relatório para subsidiar a gestão nas tomadas de decisão												
Atender as demandas geradas pela Controladoria Geral do Estado												
Outras análises e estudos												

Curitiba, 30 de agosto de 2022.

Cabo QPM 1-0 Henrique Alexandre Pinheiro da Silva,  
**Agente de Ouvidoria da Casa Militar.**

Concordo:

Cap QOPM Arnaldo de Oliveira Júnior,  
**Chefe do Núcleo de Integridade e Compliance Setorial**

Aprovado:

Ten.-Cel QOPM Sérgio Vieira Benício,  
**Chefe da Casa Militar da Governadoria.**

96148/2022

## Procuradoria Geral do Estado

### Resolução nº 170/2022-PGE

Aprova minutas padronizadas de Termo Aditivo e de Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas no art. 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 8 de dezembro de 1987, pela Lei Complementar nº 195, de 28 de abril de 2016 e pela Lei Complementar nº 246, de 20 de maio de 2022, no art. 14 da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, bem como nos termos dos arts. 4º, 5º e 8º, inciso III e § 3º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

### RESOLVE

**Art. 1º** Aprovar minutas padronizadas de “Termo Aditivo e de Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo”, que se enquadram na categoria de “outras minutas”, prevista no artigo 8º, inciso III e § 3º, da Resolução nº 41/2016-PGE, conforme documentos inclusos ao protocolo 18.120.573-1.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.**



Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**Leticia Ferreira da Silva**  
Procuradora-Geral do Estado**ESTADO DO PARANÁ**  
(ÓRGÃO/ENTIDADE ESTADUAL)  
(SETOR)

Protocolo nº XXXXX - Contrato nº XXXX/XXXX – XXXX (página 1 de 4)

**MINUTA****TERMO ADITIVO – TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

XXXX [NÚMERO ORDINAL] TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º XXXX/XXXX, PROTOCOLO N.º XXXX, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E XXXXXXXX [CONTRATADA], QUE TEM POR OBJETO XXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, de um lado o ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com sede no(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador(a) da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, e de outro a(o) [NOME], inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado(a) por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador(a) da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO**, que reger-se-á pelas normas da Lei n. 8.666/93, da Lei n. 15.608/2007, da Lei n. 12.527/2011, Lei n. 13.079/2018, do Decreto Estadual n. 10.285/14 e do Decreto Estadual n. 6.474/20 mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo ao Contrato tem por objeto a manutenção do sigilo e confidencialidade sobre todas e quaisquer INFORMAÇÕES que a CONTRATADA e seus empregados tomarem conhecimento em razão das atividades profissionais a serem realizadas em decorrência do CONTRATO, nos termos do anexo “Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo”, que passa a fazer parte do Contrato nº \_\_\_\_, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

**Parágrafo Primeiro**

Consideram-se INFORMAÇÕES todo dado revelado por meio de acesso aos sistemas do Estado, independentemente de sua disponibilidade por meio de senha pessoal, ou manuseio de arquivos físicos, incluindo-se o que tiver acesso em razão de atendimentos realizados, telefonemas ou informações havidas por quaisquer outros meios durante a prestação dos serviços nas unidades públicas.

**Parágrafo Segundo**

A CONTRATADA e seus empregados se comprometem a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos e/ou representantes faça uso das INFORMAÇÕES obtidas em cumprimento do CONTRATO.

**Parágrafo Primeiro**

A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às INFORMAÇÕES por seu intermédio, obrigando-se a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.

**Parágrafo Segundo**

A CONTRATADA se compromete a cientificar seus empregados, prepostos e/ou representantes da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES referidas na Cláusula Primeira, parágrafo primeiro.

**Parágrafo Terceiro**

A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos e/ou representantes ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a RESCISÃO DO CONTRATO firmado entre as PARTES.

**Parágrafo Único**

A CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

#### CLÁUSULA QUARTA

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por meios lícitos, ou mediante autorização escrita concedida pela CONTRATANTE, observados o interesse público, a boa-fé e a finalidade que justificaram a sua disponibilização.

#### CLÁUSULA QUINTA

Este Termo Aditivo tem por fundamento o art. 112, § 1º, I, da Lei Estadual nº 15.608/07.

#### CLÁUSULA SEXTA

As INFORMAÇÕES que se qualifiquem como dados pessoais não sigilosos, quando não digam respeito às atividades de segurança pública, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, serão objeto de cláusulas próprias, de acordo com o disposto na Lei n. 13.079/2018 (LGPD) e no Decreto n. 6.474, de 2020.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.

#### CLÁUSULA OITAVA

O resumo deste instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura, nos termos do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Cidade (XXXXX), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

XXXXXXXXXXXXX  
Autoridade Competente

XXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da empresa

#### TESTEMUNHAS:

NOME:  
CPF:  
RG n.º:

NOME:  
CPF:  
RG n.º:

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso no âmbito da Polícia Civil do Paraná, em decorrência do contrato de trabalho celebrado entre mim e a empresa \_\_\_\_\_, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 1428/2021 SEAP/DECON e respectiva Ata SRP homologada, no qual o Departamento da Polícia Civil do Estado foi órgão participante.

Por este termo de confidencialidade, responsabilidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar quaisquer **INFORMAÇÕES** a que tiver acesso, confidenciais ou não, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que tiver acesso;
3. A não apropriar para mim ou para outrem qualquer material ou consulta;
4. A não repassar o conhecimento das **INFORMAÇÕES**, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso por meu intermédio, ciente da obrigação de ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade das informações obtidas.
5. Em cuidar para que as **INFORMAÇÕES** fiquem restritas ao conhecimento tão somente das pessoas que estejam diretamente envolvidas, não divulgando à parte contrária no momento do atendimento.

Consideram-se **INFORMAÇÕES** todo dado revelado por meio de acesso aos sistemas do Estado, independentemente de sua disponibilidade por meio de senha pessoal, ou manuseio de arquivos físicos, incluindo-se o que tiver acesso em razão de atendimentos realizados, telefonemas ou informações havidas por quaisquer outros meios durante a prestação dos serviços nas unidades públicas.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por meios lícitos ou, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo, observados o interesse público, a boa-fé e a finalidade que justificaram a sua disponibilização.

Declaro que o Departamento da Polícia Civil do Estado tem minha permissão prévia para acesso e monitoramento do ambiente de trabalho, que consiste das instalações e dependências físicas, bem como dos recursos de tecnologia da informação e comunicação de uso desta Secretaria. Fica o abaixo assinado ciente de que o descumprimento das regras expostas no presente Termo de Confidencialidade e Sigilo implicará na responsabilização no âmbito administrativo, cível e penal.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.



Empregado

Empresa

Testemunha 1 -

Testemunha 02 -

96072/2022

**Resolução nº 176/2022-PGE**

Autoriza os Procuradores do Estado lotados na Procuradoria Previdenciária Funcional – PPF, com fundamento no artigo 4º do Regulamento da PGE, aprovado pelo Decreto nº 2.709/2019.

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 1º, §3º da Lei Complementar n. 26, de 02 de janeiro de 1986, com a redação dada pela Lei Complementar n. 246, de 20 de maio de 2022, e no artigo 4º, inciso III, do Regulamento da PGE, aprovado pelo Decreto nº 2.709/2019,

**RESOLVE**

Autorizar os Procuradores do Estado lotados na Procuradoria Previdenciária Funcional – PPF, que atuem com a matéria objeto do protocolo nº 19.396.700-0, nos termos do Despacho nº 923/2022-PGE, proferido naquele caderno processual.

**PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.**

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**Leticia Ferreira da Silva**  
Procuradora-Geral do Estado

**Roberto Altheim**  
Procurador-Chefe da Coordenadoria Judicial

96155/2022

**DELIBERAÇÃO N.º 24/2022 – CDFEPGE**

**Protocolo:** 19.368.565-0 – Ordem 21/22-CDFEPGE.

**Interessado:** Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos – PRE / Eletroclux do Brasil S.A..

**Assunto:** Pedido de devolução de valores ao Tesouro – autos 0010518-31.2014.8.16.0004.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 490ª sessão ordinária virtual do dia 1º de setembro de 2022, por unanimidade de votos,

**DELIBEROU**

pela **aprovação do pedido de transferência** do valor apontado, com a correção apontada na manifestação do colega Procurador tesoureiro do FEPGE (mov. 12), do referido protocolo.

Curitiba, em 1º de setembro de 2022.

**Hermínio Back**  
Presidente do Conselho Diretor, em substituição

**Marco Antonio Lima Berberi**  
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 26/2022 – CDFEPGE**

**Protocolo:** 19.352.604-7 – Ordem 22/22-CDFEPGE.

**Interessado:** Alessandro Ravazzani.

**Assunto:** Pedido de parcelamento de honorários – autos 0000125-76.2016.8.16.0004.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 490ª sessão ordinária virtual do dia 1º de setembro de 2022, por unanimidade de votos,

**DELIBEROU**

por **deferir o parcelamento**, em 36 vezes, por meio do sistema de guias do FEPGE (que incluiu a devida atualização), dos honorários sucumbenciais devidos pelos ora requerentes nos autos nº 0000125-76.2016.8.16.0004, no valor total per capita de R\$ 12.200,02 (doze mil, duzentos reais e dois centavos), abatidos os montantes eventualmente já

penhorados/bloqueados.

Curitiba, em 1º de setembro de 2022.

**Hermínio Back**  
Presidente do Conselho Diretor, em substituição

**Marcelo Cesar Maciel**  
Conselheiro-Relator

96085/2022

**DELIBERAÇÃO N.º 56/2022 – CSPGE**

**Protocolo:** 19.204.930-0 – 77/22-CSPGE.

**Interessado:** Carlos Moraes de Assis.

**Assunto:** Proposta de acordo – autos 0038607-97.2015.8.16.0014.

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1155ª sessão ordinária virtual do dia 1º de setembro de 2022, por unanimidade de votos,

**DELIBEROU**

pelo **deferimento do pedido formulado**, apenas com o indicativo de que deve ser atualizado até a data do efetivo pagamento (incidência de correção monetária, somente).

Curitiba, em 1º de setembro de 2022.

**Hermínio Back**  
Presidente do Conselho Superior, em substituição

**Marco Antonio Lima Berberi**  
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 59/2022 – CSPGE**

**Protocolo:** 19.144.540-6 – 76/22-CSPGE.

**Interessado:** Maurício Tomaz de Oliveira.

**Assunto:** Proposta de acordo – autos 0013492-60.2004.8.16.0014.

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1155ª sessão ordinária virtual do dia 1º de setembro de 2022, por unanimidade de votos,

**DELIBEROU**

pelo **acolhimento do acordo proposto** de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, ante ao insucesso total da execução, valor este que deve ser integralmente destinado ao abatimento da dívida principal. Ainda, ao final de cada ano, o valor das parcelas a serem pagas no ano seguinte, deve ser corrigido monetariamente pelos índices utilizados pela PGE, correção essa de responsabilidade do DD. Procurador da causa, o qual deve informar o novo valor ao interessado.

Curitiba, em 1º de setembro de 2022.

**Hermínio Back**  
Presidente do Conselho Superior, em substituição

**Marco Aurélio Barato**  
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 60/2022 – CSPGE**

**Protocolo:** 18.067.259-1 – 30/21-CSPGE.

**Interessado:** Terminais Aéreos de Maringá SBMG S.A.

**Assunto:** Pedido de esclarecimento – Del. 20/22-CSPGE – incidência de juros moratórios em acordo – autos 0000048-67.2016.8.16.0004.

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1155ª sessão ordinária virtual do dia 1º de setembro de 2022, por unanimidade de votos,

**DELIBEROU**

no sentido de que os **juros de mora não devem incidir**, eis que dispensados tacitamente pelo Relatório e Deliberação n. 20/2022-

CSPGE, de forma unânime. Por fim, prevalece a Deliberação n. 20/2022 com os esclarecimentos do voto.

Curitiba, em 1º de setembro de 2022.

**Hermínio Back**  
Presidente do Conselho Superior, em substituição

**Marco Aurélio Barato**  
Conselheiro-Relator

96088/2022

## Controladoria Geral do Estado

### CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO RESOLUÇÃO CGE Nº 65/2022

Designa servidora para exercer a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019; pelo inciso VI, do Anexo V da Lei Estadual nº 19.435, de 26 de março de 2018; e pelo parágrafo segundo, do art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2013; e CONSIDERANDO o Sistema de Integridade e Compliance, instituído pela Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019; CONSIDERANDO o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual, instituído pela Lei Estadual nº 19.857, de 29 de maio de 2019; CONSIDERANDO as atribuições dos Núcleos de Integridade e Compliance Setoriais, no que tange as atividades dos Agentes de Compliance, contidas no art. 24 do Anexo I do Decreto Estadual nº 2.741, de 19 de setembro de 2019; e CONSIDERANDO a necessidade de adequação à Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DANIELLE CRISTINI MARTINS, RG nº 6.457.248-2, para exercer a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial junto à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de agosto de 2022, ficando revogada a Resolução CGE nº 31/2022.

Curitiba, 01 de setembro de 2022.  
**RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA**  
Controlador-Geral do Estado

96718/2022

## Secretaria da Administração e da Previdência

### DESPACHO Nº: 1746/2022

Protocolo nº: 16.130.211-2

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON/SEAP

Assunto: Procedimento licitatório - PE nº 749/2022 - Homologação

Data: 02/09/2022

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 749/2022, tipo menor preço, composto por 03 (três) lotes, visando a aquisição de **ESTAÇÃO DE TRABALHO E SOFTWARE**, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 989/1018 - mov. 328), a fim de atender as necessidades da Escola de Gestão do Paraná - EGP, desta Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

2. A empresa declarada vencedora se encontra relacionada abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ Nº	LOTES
MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA.	66.582.784/0001-11	02 e 03
Fracassado	-	01

3. O valor total arrematado no procedimento importa em **R\$ 7.643,00** (sete mil, seiscentos e quarenta e três reais), obtendo-se o desconto de 11,47% sobre o preço máximo fixado para a disputa, descontados os valores atribuídos ao lote fracassado.

4. Considerando a Informação nº 273/2022 - AT/SEAP da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 1624/1626a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, e com fundamento no artigo 1º, § 5º, do Decreto Estadual 4.189/2016, **ADJUDICO E HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliente que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal - CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

**Elisandro Pires Frigo**  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

96813/2022

### RESOLUÇÃO SEAP Nº 15.455/2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e demais legislações pertinentes,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Resolução SEAP nº 1.873, de 11 de abril de 2019, visando a substituição dos componentes do Grupo de Trabalho/Comitê Gestor – Folha de Pagamento Integrada instituído pelo Decreto nº 932, de 27 de março de 2019, conforme indicações realizadas através do protocolo 18.905.595-1:

ÓRGÃO	NOME	RG
SEAP	Elizabeth Zink de Oliveira Tavares	1.226.257-4
	Helena Theresinha Kovalski	7.796.818-0
	Rosângela de Souza Mem Antoniacomi	4.638.568-3
CASA CIVIL	Caio Cesar Zerbato	8.556.486-2
	Jessé Adelino Salvador – Membro Suplente	8.485.832-3
SEFA	Silvia Neide Braulio Patak	5.735.485-2
	Taiza Oliveira Lopes – Membro Suplente	6.813.457-9
SEPL	Ricardo Fernandes Bezerra	766.026-0
	Neli Pereira da Rocha – Membro Suplente	7.729.287-0
SETI	Michel Jorge Samaha	3.472.077-0
	Osmar Ambrósio de Souza – Membro Suplente	1.179.488-2
CELEPAR	Jones Luiz Schiffi	2.111.855-9
UEL	Wanderson Lesniewski da Silveira	4.806.128-1
	Ailton Sérgio Bonifácio – Membro Suplente	8.586.150-6
UEM	Rosana Aparecida Gonçalves Lopes da Silva	4.390.029-3
	Wilder Ribeiro de Moraes – Membro Suplente	4.631.391-7
UEPG	Joel de Oliveira Correa Junior	8.382.916-8
	Edson Luiz Batista Maia – Membro Suplente	5.099.745-5
UNICENTRO	Robson Paulo Ribeiro Ferras	8.006.333-4
	João Carlos Nascimento – Membro Suplente	3.450.643-4
UNIOESTE	Alessandra Silva Barros	5.921.818-2
	Joseane Rodrigues da Silva Nobre	9.472.148-2
IAT	Dalton Mesquita	12.904.200-1
	Oscar de Souza Brito	3.438.553-0
IDR	José Antonio Mileo	1.288.690-0
	Eduardo Dias Dornellas – Membro Suplente	12.579.716-4
COHAPAR	Suzana Marie Lino de Oliveira	6.740.000-3
	Liege Rodrigues Carneiro	9.645.251-9

**Parágrafo único.** Será responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho, a Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, Sra. Luciana Carla da Silva Azevedo, RG 9.659.695-2.

Art. 2º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022

**Elisandro Pires Frigo**  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

96250/2022

## EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISÃO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 15465 02/09/2022

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
194152299	LENIR MARIA LORENZETT TAVARES	43620304	1	DETRAN	
194202946	DAISA SEBASTIANA PEREIRA	39648890	1	EMBAP	
194054971	JOZICLER DE FATIMA CIONEK	39941546	1	SEED	
193986900	LEONISSE ANA PERIN DONDE	71684539	1	SEED	
193459366	LORENZINA CAVALHEIRO	51555953	1	SEED	
194165978	MARGARETE ZAZULA	49417110	1	SEED	
193641075	MARIA DE LOURDES CASADO NEVES	11298079	1	SEED	

96013/2022

## RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15447

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: OLAVO MARTINS AYRES ORGAO: UEPG  
R.G.: 006480.355-7 CARGO: PROF ENS SUPER LF: 01

TIPO: Aposentadoria Voluntária - Pontos

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----  
Art. 4º, incisos I a V da EC 45/2019.

Lei 11713/97 e Lei 19594/18, art. 5  
Lei 11713/97, art. 16, c/c Lei 14825/05, art. 3º  
Lei 6174/70, art. 170 e 171

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 9855,93 (NOVE MIL, OITOCENTOS E CINCOENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS)  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 39.099/22  
CALCULOS A FL. 124-PRPREV.- FF -. PROTOCOLO N.18.974.876-0

NOME: JAQUELINE APARECIDA ROSAS ORGAO: UEPG  
R.G.: 004252.702-5 CARGO: AGENTE UNIVERS LF: 01

TIPO: Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----  
Artigo 3º, incisos I, II, III, § Único da EC 47/05.

Lei 11713/97, art. 30

Lei 6174/70, art. 170

Lei 10692/93, art. 13

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 6949,34 (SEIS MIL, NOVECIENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 39.121/22  
CALCULOS A FL. 57-PRPREV.- FF -. PROTOCOLO N.19.291.435-3

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

## RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15448

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: RUI MANUEL DE SOUSA SEQUEIRA ANTUNES DE ALMEIDA ORGAO: UNIOESTE  
R.G.: 001450.818-0 CARGO: PROF ENS SUPER\* LF: 01

TIPO: Aposentadoria Voluntária

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----  
Art. 35, §1º, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/2019.

Art. 10 EC 45/19 c/c art. 26, §§ 1º e 2º da EC 103/19  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 9069,53 (NOVE MIL, SESSENTA E NOVE REAIS

E CINCOENTA E TRES CENTAVOS)  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 38.927/22  
CALCULOS A FL. 163-PRPREV.- FF -. PROTOCOLO N.18.759.770-6

NOME: EVA LUCIA FERREIRA DE MATOS  
R.G.: 005797.774-4 CARGO: AGENTE UNIVERS

ORGAO: UNIOESTE  
LF: 02

TIPO: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----  
Artigo 6º, incisos I, II, III e IV da EC 41/03, c/c com o  
artigo 2º da EC nº 47/05.

Lei 11713/97, art. 30

Lei 6174/70, art. 170

Lei 15050/06, art. 29, c/c Lei 17382/12, art. 13  
Lei nº10692/93, art.13, c/c Lei 17382/12, art 13, IV, §5º

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 6801,67 (SEIS MIL, OITOCENTOS E UM REAIS  
E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 39.125/22  
CALCULOS A FL. 51-PRPREV.- FF -. PROTOCOLO N.19.150.290-6

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

96012/2022

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15436

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS  
ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000  
E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM  
ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS  
SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARIA CRISTINA QUINT

ORGAO: SEED

R.G.: 05.249.401-0 CARGO: Professor  
Professor

LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda  
Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da  
Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional  
nº 47/05.

LC 103/04, art.23

LC 103/04, art.25, inc. I a X, § ún, EC 19/98

LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º

LC 103/04, art.22, § 3º

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.846/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 12.421,85 (Doze Mil,  
Quatrocentos e Vinte e Um Reais e Oitenta e Cinco Centavos)

CALCULOS A FL. 50-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.331.408-2

NOME: FATIMA MARIA GONÇALVES NUNES DA SILVA

ORGAO: SEED

R.G.: 02.095.512-0 CARGO: Agente Educacional I

LF: 2

TIPO: Art. 35 EC .

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1º, inciso III da CE, com redação dada pela EC  
45/19 e art. 13 da LC 233/21

Art. 15 da LC 233/21

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.840/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 1.458,16 (Um Mil,  
Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais e Dezesesseis Centavos)

CALCULOS A FL. 56-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 19.370.807-2

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15437

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS  
ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000  
E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM  
ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS  
SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARILENA GUBERT MATTANA

ORGAO: SEED

R.G.: 03.007.375-4 CARGO: Professor  
Professor

LF: 2

TIPO: Art. 4º EC 45/19 .

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4º, §4º, incisos I a III e §5º, §6º inc. I e §7º, inc.

I, da EC-PR nº 45/2019  
LC 103/04, art.23  
LC 103/04, art.25, inc. I a X, § ún, EC 19/98  
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º  
LC 103/04, art.22, § 3º  
LC 103/04, ART.29, § 2º  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.853/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 3.583,01 (Três Mil, Quinhentos e Oitenta e Três Reais e Um Centavo)  
CALCULOS A FL. 51-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.267.655-0

NOME: DIRCEU DE SOUZA PINHEIRO ORGAO: FUNSAUDE  
R.G.: 03.423.516-3 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE EXECUCAO LF: 1  
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.  
Lei 18136/14, art. 4º, inc. I  
Lei 6174/70, art.170 e 171  
Lei 6174/70, art.170 e 171  
Lei 18136/14, art. 4º, § 3º  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.843/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 10.798,52 (Dez Mil, Setecentos e Noventa e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)  
CALCULOS A FL. 31-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.290.099-9

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15438

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62, DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: SANDRA APARECIDA LOPES BARBON LEWIS ORGAO: EMBAP  
R.G.: 03.527.745-5 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1  
Professor Adjunto

TIPO: Art. 5º EC 45/19.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5º, incisos I a IV, §2º, inc. I e §3º, inc. I da EC-PR nº 45/2019.  
Lei 11713/97, art.3º, §4º, c/c L.14825/05, art.2º  
Lei 6174/70, art.170 e 171  
Lei 6174/70, art.170 e 171  
Lei 11713/97, art.16, c/c Lei 14825/05, art.3º  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.864/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 11.308,30 (Onze Mil, Trezentos e Oito Reais e Trinta Centavos)  
CALCULOS A FL. 30-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.143.851-5

NOME: ROSIANE RACIOP ORGAO: SEED  
R.G.: 04.610.499-4 CARGO: Professor LF: 91  
Professor

TIPO: Art. 5º EC 45/19.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5º, incisos I a IV e §1º, §2º, inc. II e §3º, inc. II da EC-PR nº 45/2019.  
Art. 5º, §2º, inciso II da EC 45/2019.  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.861/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 3.960,79 (Três Mil, Novecentos e Sessenta Reais e Setenta e Nove Centavos)  
CALCULOS A FL. 102-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 19.162.140-9

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15439

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62, DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JOSE FRANCISCO DOS SANTOS SILVEIRA ORGAO: SEED  
R.G.: 06.433.741-6 CARGO: Professor LF: 2  
Professor

TIPO: Art. 5º EC 45/19.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5º, incisos I a IV, §2º, inc. I e §3º, inc. I da EC-PR nº 45/2019.

LC 103/04, art.23  
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98  
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún  
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º  
LC 103/04, art.22, § 3º  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.855/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 14.923,26(Quatorze Mil, Novecentos e Vinte e Três Reais e Vinte e Seis Centavos)  
CALCULOS A FL. 35-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.371.050-6

NOME: AUGUSTA FARIAS ALIONCO ORGAO: SEED  
R.G.: 000871.585-8 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.  
A partir de 27/05/2022.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1º, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8º, com a redação dada pela Emenda Constitucional. Nº 41/03.  
Art.40, §§ 3º e 17º, da Const.Federal  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.866/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 1.364,00(Um Mil, Trezentos e Sessenta e Quatro Reais)  
CALCULOS A FL. 35-PRPREV. Prop. 14/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 19.069.099-7

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15440

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62, DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARILU MATTEI MARTINS ORGAO: FUNSAUDE  
R.G.: 03.157.878-7 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1  
FISIOTERAPEUTA

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.  
Lei 18136/14, art. 4º, inc. I  
Lei 6174/70, art.170 e 171  
Lei 6174/70, art.170 e 171  
Lei 18136/14, art. 4º, § 3º  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.837/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 18.979,94(Dezoito Mil, Novecentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Quatro Centavos)  
CALCULOS A FL. 51-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.239.105-9

NOME: TANIA MARIA DINIZ ZANETTI ORGAO: SEED  
R.G.: 01.706.308-1 CARGO: Professor LF: 91  
Professor

TIPO: Art. 35 CE.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1º, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9º do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21  
Art. 15 da LC 233/21  
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.869/22  
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 3.830,76(Três Mil, Oitocentos e Trinta Reais e Setenta e Seis Centavos)  
CALCULOS A FL. 145-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 18.645.865-6

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15441

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62, DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JERONIMO DA SILVEIRA ORGAO: FUNSAUDE  
R.G.: 03.601.019-3 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE FUNDAMENTAL LF: 1  
AUXILIAR DE MANUTENCAO

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.



Lei 18136/14, art. 4º, inc. I  
 Lei 10692/93, art.13, c/c art.30, da Lei 13666/02  
 Lei 6174/70, art.170 e 171  
 Lei 6174/70, art.170 e 171  
 Lei 18136/14, art. 4º, § 3º  
 ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.848/22  
 VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 6.776,42(Seis Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais e Quarenta e Dois Centavos)  
 CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.269.947-9

NOME: SONIA REGINA WEBER RIBAS ORGAO: FUNSAUDE  
 R.G.: 06.382.847-5 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 3  
 MEDICO  
 TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.  
 ----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.  
 Lei 18136/14, art. 4º, inc. I  
 Lei 6174/70, art.170 e 171  
 Lei 6174/70, art.170 e 171  
 Lei 18136/14, art. 4º, § 3º  
 ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.849/22  
 VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 19.444,26(Dezenove Mil, Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)  
 CALCULOS A FL. 40-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.139.021-0

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
 SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
 DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15442

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LET-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ROSELI DE SOUZA PEREIRA VIZZOTTO ORGAO: SEED  
 R.G.: 03.296.034-0 CARGO: Professor LF: 2  
 Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.  
 ----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05.  
 LC 103/04, art.23  
 LC 103/04,art.25,inc.I a X,\$ ún, EC 19/98  
 LC 103/04, art.22, § 3º  
 ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.857/22  
 VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 6.364,28(Seis Mil, Trezentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte e Oito Centavos)  
 CALCULOS A FL. 66-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.305.485-4

NOME: ADRIANA DE CAMPOS ALVES ORGAO: SEED  
 R.G.: 05.041.312-8 CARGO: Professor LF: 2  
 Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.  
 ----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05.  
 LC 103/04, art.23  
 LC 103/04,art.25,inc.I a X,\$ ún, EC 19/98  
 LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º  
 LC 103/04, art.22, § 3º  
 LC 103/04, ART.29, § 2º  
 ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.851/22  
 VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 10.919,30(Dez Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Trinta Centavos)  
 CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.180.262-4

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
 SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15443

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA PARANAPREVIDÊNCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARCIO MIRANDA

ORGAO: IDR

R.G.: 01.052.500-4 CARGO: Pesquisador

LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3º, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05.

Lei 15179, art.27, inc.I

Lei 15179/06, art.27, II e L.6174/70, art.170/171

Lei 15179/06, art.27, II e L. 6174/70, art.170/171

Lei 11864/97 e art.13, Lei 10692/93

ATO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.841/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 33.700,67 (Trinta e Três Mil e Setecentos Reais e Sessenta e Sete Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.

CÁLCULOS A FL. 38-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.324.568-4

NOME: MARILDA KINDZIERA

ORGAO: SEED

R.G.: 04.727.809-0 CARGO: Professor

LF: 2

Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05.

LC 103/04, art.23

LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún, EC 19/98

LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º

LC 103/04, art.22, § 3º

ATO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.839/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 6.549,78 (Seis Mil, Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Setenta e Oito Centavos)

CÁLCULOS A FL. 42-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.340.695-5

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO

SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

96015/2022

RESOLUÇÃO DE APOSENTADORIA N. 15444

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA PARANAPREVIDÊNCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: EDUARDO RIBEIRO DA SILVA

ORGAO: SESP

R.G.: 05.366.860-7 CARGO: Policial Penal

LF: 1

TIPO: Art. 6º EC 45/19 .

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6º, §2º, §3º, inc. I, §4º, inc. I e §6º da EC-PR 45/2019.

LC 245/22, arts. 11 e 15

ATO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.859/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 15.700,00 (Quinze Mil e Setecentos Reais)

CÁLCULOS A FL. 41-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.302.030-5

NOME: ARLETE MARI NAVARRO MORENO

ORGAO: SEED

R.G.: 03.438.609-9 CARGO: Professor

LF: 1

Professor

TIPO: Art. 5º EC 45/19 .

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5º, incisos I a IV, §2º, inc. II e §3º, inc. II da EC-PR nº 45/2019.

Art. 5º, §2º, inciso II da EC 45/2019.

ATO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO-PRPREV N. 130.860/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 5.397,88 (Cinco Mil, Trezentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos)

CÁLCULOS A FL. 51-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 19.322.738-4

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E  
DA PREVIDENCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15445

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANDREA APARECIDA INACIO DA SILVA

ORGAO: SEED

R.G.: 04.902.199-2 CARGO: Professor

LF: 3

Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05.

LC 103/04, art.23

LC 103/04, art.25, inc. I a X, § ún, EC 19/98

LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.871/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 6.659,71 (Seis Mil, Seiscentos e Cinquenta e Nove Reais e Setenta e Um Centavos)

CALCULOS A FL. 52-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.355.258-7

NOME: IVANI SUELI DE LIMA

ORGAO: SEED

R.G.: 03.854.794-1 CARGO: Agente Educacional I

LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Inciso I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, e o Artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 47/05.

LC nº 123/08, art.22

LC nº 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.842/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 4.331,02 (Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Um Reais e Dois Centavos)

CALCULOS A FL. 23-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 19.354.678-1

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA

96011/2022

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 15446

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANDERSEN LARA DA PAZ

ORGAO: SESP

R.G.: 04.087.419-4 CARGO: Policial Penal

LF: 3

TIPO: Art. 6º EC 45/19 .

----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6º, §2º, §3º, inc. I, §4º, inc. I e §6º da EC-PR 45/2019.

LC 245/22, arts. 11 e 15

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 130.818/22

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R\$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais)

CALCULOS A FL. 28-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 19.332.983-7

CURITIBA, 1 DE SETEMBRO DE 2022

ELISANDRO PIRES FRIGO  
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA

96010/2022

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 15458 02/09/2022

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGÃO
DILEA BLANCO DA SILVA	78398809	1	NAB	19.399.415-6	31/08/2022	FUNSAUDE

96014/2022

**Resolução SEAP nº. 15467**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

**R E S O L V E:**

Transferir para a Reforma, por implemento de idade, os Policiais Militares constantes da relação em anexo, de acordo com o artigo 154, parágrafo 2º, artigo 163, incisos I e II, artigo 169 e artigo 170, alínea "A", da Lei nº 1943/54.

Curitiba, 02 de setembro de 2022

Elisandro Pires Frigo  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 15467**

Período de Referência - De: 01-08-2022 Até: 31-08-2022

NOME	CARGO	RG	UF	IDADE	DATA DE NASCIMENTO	DATA PARA REFORMA
ADAULIRIO ROSARIO DOS SANTOS	Cabo	41774126	PR	56	13/08/1966	13/08/2022
ADILSON JOSE DE SOUZA	Cabo	40427171	PR	56	14/08/1966	14/08/2022
ALCEDIR MONTEIRO GODOY	Cabo	41681446	PR	56	18/08/1966	18/08/2022
AMARILDO DONIZETE CARDOSO DA COSTA	2º. Sargento	39437813	PR	58	30/08/1964	30/08/2022
AMAURI CARPES	Soldado 1ª. Classe	51318250	PR	55	06/08/1967	06/08/2022
ANTONIO BAENA ARANA	Cabo	44522632	PR	56	27/08/1966	27/08/2022
ANTONIO CARLOS MARTINS	Cabo	45252191	PR	56	02/08/1966	02/08/2022
ANTONIO CARLOS TORRES	Cabo	42457345	PR	56	28/08/1966	28/08/2022
APARECIDO MOTA	Soldado 1ª. Classe	42804118	PR	55	14/08/1967	14/08/2022
AUGUSTO AGENOR MARCHIORI	Soldado 1ª. Classe	41968397	PR	55	19/08/1967	19/08/2022
CARLITO VANDERLEI COVALSKI	2º. Sargento	39375842	PR	58	18/08/1964	18/08/2022
CARLOS ADAO BACCIN	Cabo	45858804	PR	56	18/08/1966	18/08/2022
CARLOS ALBERTO FERNANDES	Subtenente	39535890	PR	58	25/08/1964	25/08/2022
CARLOS GOMES	3º. Sargento	14454896	PR	58	10/08/1964	10/08/2022
CARLOS VENICI MARCONDES	1º. Sargento	43266667	PR	58	27/08/1964	27/08/2022
CILSO JUSTINO COSTA	Cabo	43664964	PR	56	09/08/1966	09/08/2022
CLAUDIA APARECIDA PAES	3º. Sargento	39563886	PR	58	29/08/1964	29/08/2022
DANIEL CORREIA DE MELLO	Cabo	44484617	PR	56	11/08/1966	11/08/2022
EDILSON CARLOS DE ALMEIDA	Cabo	47878357	PR	56	15/08/1966	15/08/2022
EZEQUIEL APARECIDO QUERINO	Cabo	41720638	PR	56	13/08/1966	13/08/2022
EZEQUIEL CORREA DOS SANTOS	1º. Sargento	42282944	PR	58	29/08/1964	29/08/2022
GENESIO FENATO	2º. Sargento	39378060	PR	58	30/08/1964	30/08/2022
GILBERTO PIZZI ELIZEU	Cabo	43754912	PR	56	12/08/1966	12/08/2022
GILSON LUIS TEIXEIRA	Cabo	44472520	PR	56	16/08/1966	16/08/2022
HELIO FRANCISCO GOMES	Subtenente	57647264	PR	58	06/08/1964	06/08/2022
ILDO SANTIAGO MATIAS SCHMITZ	3º. Sargento	34514690	PR	58	29/08/1964	29/08/2022
ITO DARI RANNOV	Soldado 1ª. Classe	44365782	PR	55	30/08/1967	30/08/2022
IVETE MARIA SCARAVONATTI	2º. Sargento	35921338	PR	58	14/08/1964	14/08/2022
JEFERSON EVALDO LICADIEDOFF	Soldado 1ª. Classe	37348600	PR	55	30/08/1967	30/08/2022
JORGE LUIZ ALVES RODRIGUES	Cabo	14307036	PR	56	10/08/1966	10/08/2022
JOSE APARECIDO DA CRUZ	3º. Sargento	40902120	PR	58	13/08/1964	13/08/2022
JOSE GILBERTO SANTANA BRAGA	1º. Sargento	38954806	PR	58	15/08/1964	15/08/2022
JOSE OSMARI DA SILVA	3º. Sargento	37050067	PR	58	24/08/1964	24/08/2022
JOSE ROBERTO PEREIRA	3º. Sargento	41039981	PR	58	21/08/1964	21/08/2022
JOSNEI ALVES DE LIMA	Cabo	42104116	PR	56	28/08/1966	28/08/2022

JULIO CESAR DIAS RIBEIRO	3º. Sargento	36121580	PR	58	06/08/1964	06/08/2022
LAUDENIR MORAIS PEREIRA	Cabo	45816699	PR	56	14/08/1966	14/08/2022
LEONEL LEANDRO DA SILVA	3º. Sargento	32546170	PR	58	12/08/1964	12/08/2022
LOURIVAL SOARES DA SILVA JUNIOR	Cabo	44105756	PR	56	05/08/1966	05/08/2022
LUIZ CARLOS REZENDE	3º. Sargento	37808270	PR	58	04/08/1964	04/08/2022
LUIZ WALUS	2º. Tenente	39674254	PR	58	17/08/1964	17/08/2022
MARCIAL MARQUES	Cabo	37775932	PR	56	21/08/1966	21/08/2022
MARCO ANTONIO KINCZEL	1º. Sargento	39669560	PR	58	30/08/1964	30/08/2022
MARCOS BITTENCOURT BARBOSA	Subtenente	36188391	PR	58	02/08/1964	02/08/2022
MARIO BERNARDO DE SOUZA	Cabo	39428164	PR	56	02/08/1966	02/08/2022
MARIO SERGIO ANTONIO DA SILVA	Soldado 1ª. Classe	40477586	PR	55	09/08/1967	09/08/2022
NELSON DA COSTA JUNIOR	Cabo	43501151	PR	56	04/08/1966	04/08/2022
NEODI LUIZ	Cabo	41471670	PR	56	18/08/1966	18/08/2022
NERI CESAR DE FREITAS	1º. Sargento	41253550	PR	58	23/08/1964	23/08/2022
NEVITON DE OLIVEIRA SOUZA	Cabo	43498819	PR	56	14/08/1966	14/08/2022
NILSON DONIZETI SILVA DE OLIVEIRA	Cabo	44211270	PR	56	19/08/1966	19/08/2022
PAULINO KOCHOLIK	Cabo	42058360	PR	56	25/08/1966	25/08/2022
PAULO DOMINGUES CARDOSO	Capitão	33241577	PR	60	08/08/1962	08/08/2022
PAULO SERGIO MONTEIRO DA ROSA	Cabo	42880388	PR	56	22/08/1966	22/08/2022
PEDRO CESAR BECKER	Cabo	41880864	PR	56	12/08/1966	12/08/2022
RENATO BOCHENEK	3º. Sargento	31735718	PR	58	25/08/1964	25/08/2022
ROBERTO LUIS SUEKI	Cabo	43016512	PR	56	05/08/1966	05/08/2022
ROBSON RISONI	Cabo	38846787	PR	56	13/08/1966	13/08/2022
ROMILDO BERTON FILHO	3º. Sargento	39626152	PR	58	29/08/1964	29/08/2022
ROSDANIEL JOSE VIEIRA DOS SANTOS	Cabo	41047496	PR	56	16/08/1966	16/08/2022
SANDRO LUIS PIRES	Cabo	42133469	PR	56	30/08/1966	30/08/2022
SERGIO APARECIDO VALENTIM	3º. Sargento	38937421	PR	58	05/08/1964	05/08/2022
SERGIO NOVELI	Soldado 1ª. Classe	39794675	PR	55	05/08/1967	05/08/2022
TEREZINHA TOMAZIN WENNINGKAMP	Cabo	44959178	PR	56	23/08/1966	23/08/2022
VALDEMIR DIB	Cabo	46210883	PR	56	02/08/1966	02/08/2022
VALDIR LOPES DOS SANTOS	2º. Sargento	38452142	PR	58	16/08/1964	16/08/2022
VALDIR PAULO BORRE	Subtenente	39494132	PR	58	29/08/1964	29/08/2022
VALTERMIR LUIZ VALCZAK	Subtenente	36567082	PR	58	27/08/1964	27/08/2022
VITOR HUGO GONCALVES RODRIGUES	Cabo	57940867	PR	56	06/08/1966	06/08/2022
WALTER TAKASAKI COSTA	Cabo	12564201	PR	56	21/08/1966	21/08/2022
WILSON MARCOS PETERS	Cabo	42133361	PR	56	13/08/1966	13/08/2022

96269/2022

**Resolução SEAP nº 15.429/2022**

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13 da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador, de 29 de agosto de 2022 (protocolo nº 18.492.927-9/22), o contido na Lei 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE e o disposto no Protocolo nº 19.425.991-3.

**RESOLVE:**

Art. 1º **Promover**, na forma do artigo 10 da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002 e Resoluções nº 10.364, de 06 de abril de 2010 e nº 2.238, de 24 de agosto de 2011, atendido o critério de **PROMOÇÃO POR MERECIMENTO** estabelecido no Decreto nº 1.982, de 24 de dezembro de 2007, para o cargo de Agente Profissional e Decreto nº 3.739, de 12 de novembro de 2008 e Decreto nº 5.016, de 01 de julho de 2009, para os cargos de Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º **Promover**, na forma do artigo 10 da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002 e Resoluções nº 10.364, de 06 de abril de 2010 e nº 2.238, de 24 de agosto de 2011, atendido o critério de **PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE** estabelecido no Decreto nº 1.982, de 24 de dezembro de 2007, para o cargo de Agente Profissional e Decreto nº 3.739, de 12 de novembro de 2008 e Decreto nº 5.016, de 01 de julho de 2009, para os cargos de Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, de acordo com o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º **Conceder** aos servidores estáveis, ativos, regidos pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, do Quadro Próprio do Poder Executivo –

QPPE, em 1 (uma) ou 2 (duas) Referências salariais a título de **PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO**, na forma dos incisos do parágrafo 3º do artigo 9º da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 4º **Determinar** o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 31 de agosto de 2022.

**Elisandro Pires Frigo**  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**RESOLUÇÃO - SEAP 15.429/2022**  
**ANEXO I**  
**PROMOÇÃO POR MERECIMENTO**

Nome	RG	LF	Quadro	Órgão	Cargo	De		Para	
						CI	Ref.	CI	Ref.
Dora Silva Hackenberg	3.272.158-3	4	QPPE	SEAP	AP	II	3	I	I
Goretti Brotto Simonetto	1.910.271-8	1	QPPE	SEAP	AP	III	6	II	1

**RESOLUÇÃO - SEAP 15.429/2022**  
**ANEXO II**  
**PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE**

Nome	RG	LF	Quadro	Órgão	Cargo	De		Para	
						CI	Ref.	CI	Ref.
Andre Luiz Cordeiro Zaramella	4.575.650-5	1	QPPE	SEAP	AE	III	8	II	1
Ivone Catarina Rolinsk	6.304.879-8	1	QPPE	SEAP	AE	III	10	II	1
Silmara de Lima Matioski	4.426.243-6	1	QPPE	SEAP	AE	III	10	II	1
Talita Selis Arantes	9.600.929-1	2	QPPE	SEAP	AP	III	4	II	1

**RESOLUÇÃO - SEAP 15.429/2022**  
**ANEXO III**  
**PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO**

Nome	RG	LF	Quadro	Órgão	Cargo	De		Para	
						CI	Ref.	CI	Ref.
Elias Ferreira da Silva	9.103.002-0	1	QPPE	SEAP	AE	II	3	II	5
Marceli Cordeiro	6.773.801-2	1	QPPE	SEAP	AE	II	3	II	5
Maria de Lourdes Corrêa Miiller	4.063.033-3	1	QPPE	SEAP	AE	II	1	II	3
Neuza Maria Wilcek	4.148.729-1	1	QPPE	SEAP	AE	II	3	II	5
Soraia Moraes de Carvalho	5.560.470-3	3	QPPE	SEAP	AE	I	4	I	6
José Ribeiro Dos Santos Filho	1.971.326-1	1	QPPE	SEAP	AO	I	10	I	12
Valdir Luiz De Andrade	3.802.416-7	1	QPPE	SEAP	AO	I	10	I	12

96413/2022

**Resolução SEAP nº. 15.420/2022**

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019 e pelo Decreto nº 3.888 de 21 de janeiro de 2020, e considerando o ofício da Procuradoria Geral do Estado contido no protocolado nº 19.402.584-0, que trata do cumprimento da decisão proferida nos autos nº 0035837-05.2021.8.16.0182,

**RESOLVE**

**Art. 1º Retificar**, o Anexo Único da Resolução nº9.557, de 16 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.812, de 17 de novembro de 2020, na parte que concedeu Progressão, pelo critério de Titulação, a servidora Agente de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
					CL	REF	CL	REF	
SESP	AO	ADRIANA ALVES GIMENES DA SILVA	64987755	1	II	01	II	03	12/02/2022

**Art. 2º** Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022

**Elisandro Pires Frigo**  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

96077/2022



## Resolução SEAP nº. 15.466/2022

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019 e pelo Decreto nº 3.888 de 21 de janeiro de 2020, e considerando o ofício nº 1314/2022 contido no protocolado nº 19.433.785-0, que trata do cumprimento da decisão proferida nos autos nº 0053051-77.2019.8.16.0182,

## RESOLVE

**Art. 1º Retificar**, o Anexo Único da Resolução nº 1.238, de 23 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.445, de 06 de maio de 2015, na parte que concedeu Progressão, em 1 (uma) referência salarial, pelo critério de Antiguidade, ao servidor Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
IPEM	AE	ARNOLDO RODRIGUES DA ROSA	67357531	1	CL	REF	CL	REF	01/11/2014
					I	08	I	09	

**Art. 2º Retificar**, o Anexo Único da Resolução nº 3.352, de 09 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.575, de 13 de novembro de 2015, na parte que concedeu Progressão, pelo critério de Titulação, ao servidor Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
IPEM	AE	ARNOLDO RODRIGUES DA ROSA	667357531	1	CL	REF	CL	REF	03/11/2014
					I	09	I	11	

**Art. 3º** Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022

**Elisandro Pires Frigo**  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

96429/2022

## Resolução SEAP nº. 15.468/2022

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019 e pelo Decreto nº 3.888 de 21 de janeiro de 2020, e considerando o Ofício nº 1279/2022 contido no protocolado nº 19.414.103-3, que trata do cumprimento da decisão proferida nos autos nº 0007932-30.2018.8.16.0182,

## RESOLVE

**Art. 1º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 8.301, de 19 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 9.869, de 20 de janeiro de 2017, na parte que concedeu Promoção por Merecimento, aos servidores Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
CGE	AE	ANDRESSA MULLER GONÇALVES	69114032	1	CL	REF	CL	REF	22/10/2014
					III	08	II	01	
SEJUF	AE	FERNANDO MIRANDA	71619290	1	III	06	II	01	10/02/2016
IAT	AE	JAIR PELUTTI	37875414	1	III	06	II	01	03/02/2016
IAT	AE	JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	78364750	1	III	06	II	01	27/01/2016
IAT	AE	RHAEL DE CAMPOS SAPORITI	86838974	1	III	04	II	01	29/01/2016

**Art. 2º Retificar**, o Anexo Único da Resolução nº 2.471, de 13 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.519, de 20 de agosto de 2015, na parte que concedeu Promoção por Merecimento, a servidora, Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
PGE	AE	LUANA RUMIATO	13653046	1	CL	REF	CL	REF	24/10/2014
					II	07	I	01	

**Art. 3º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 10.651, de 01 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 10.022, de 04 de setembro de 2017, na parte que concedeu Promoção Por Merecimento, ao servidor Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
DER	AP	THIAGO HENRIK PAULINO SILVA E MOREIRA	53096662	1	CL	REF	CL	REF	05/01/2017
					III	01	II	01	

**Art. 4º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 1.241, de 23 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.445, de 06 de novembro de 2015, na parte que concedeu Progressão, em duas referências salariais pelo critério de Titulação, as servidoras Agente de apoio e Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
IAT	AO	CELINA NUNES DE LARA	11805876	1	CL	REF	CL	REF	19/07/2013
					I	07	I	09	
IAT	AP	ROSANGELA DINIZ CHUBAK	35152105	1	I	01	I	03	28/10/2014

**Art. 5º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 8.302, de 19 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 9.869, de 20 de janeiro de 2017, na parte que concedeu Progressão, em duas referências salariais pelo critério de Titulação, aos servidores Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
SEJUF	AE	FERNANDO MIRANDA	71619290	1	CL	REF	CL	REF	05/04/2016
					II	01	II	03	
IAT	AE	JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	78364750	1	II	01	II	03	27/01/2016
IAT	AE	RHAEL DE CAMPOS SAPORITI	86838974	1	II	01	II	03	29/01/2016

**Art. 6º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 2.694, de 27 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.530, de 04 de setembro de 2015, na parte que concedeu Progressão, em duas referências salariais pelo critério de Titulação, a servidora Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
CGE	AE	ANDRESSA MULLER GONÇALVE	69114032	1	CL	REF	CL	REF	22/10/2014
					III	05	III	07	

**Art. 7º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 2.472, de 13 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.519, de 20 de agosto de 2015, na parte que concedeu Progressão, em duas referências salariais pelo critério de Titulação, a servidora Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
PGE	AE	LUANA RUMIATO	13653046	1	CL	REF	CL	REF	15/12/2014
					I	01	I	03	

**Art. 8º Retificar** o Anexo Único da Resolução nº 10.653, de 01 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 10.022, de 04 de setembro de 2017, na parte que concedeu Progressão em duas referências salariais pelo critério de Titulação, ao servidor Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
DER	AP	THIAGO HENRIK PAULINO SILVA E MOREIRA	53096662	1	CL	REF	CL	REF	05/01/2017
					II	01	II	03	

**Art. 9º** Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 10º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022

Elisandro Pires Frigo  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

96901/2022

#### RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/ PRPREV nº 003/2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA e o DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAPREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no artigo 19 da Lei nº 19.848/2019, na Constituição Estadual, art. 124, considerando a necessidade de responderem aos autos do Acórdão nº 613/2020 – Tribunal Pleno referentes ao Relatório de Auditoria da 5ª Inspeção de Controle Externo, quanto ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, que contém 16 (dezesseis) Achados. Sendo que, 10 (dez) resultaram na instauração de processo de Tomada de Contas Extraordinária nº 766883/19.

**Considerando** que, foi instituído Grupo de Trabalho por meio da Resolução Conjunta SEAP/PRPREV nº 14382/2022 – alterado pela Resolução Conjunta SEAP/PRPREV n. 002/2022, para formulação de plano de trabalho estruturado, com ações de supervisão das atividades do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e consequentemente a emissão de Orientação Normativa ou outros documentos

**RESOLVEM RETIFICAR** o artigo 2º tanto da Resolução SEAP/PRPREV nº 14382/2022 quanto da Resolução nº 002/2022, da seguinte forma:

**Art. 1º** Onde se lê Helena Theresinha Kovalski RG n. 4.821.258-1, leia-se Helena Theresinha Kovalski RG 7.796.818-0.

**Art. 2º** Os demais artigos permanecem inalterados.

**Art. 3º** Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 31 de agosto de 2022.

Elisandro Pires Frigo  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Felipe José Vidigal dos Santos  
Diretor Presidente da ParanaPrevidência

96264/2022

## Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

### RESOLUÇÃO Nº 101, de 2 de setembro de 2022.

*Divulga preços médios para milho e leite-cota.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas cláusulas 4 e 5 do Convênio SEAB/SEFA/BANESTADO-EMATER-PR,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Divulgar os preços médios recebidos pelos produtores de milho e leite-cota, referentes ao mês de **agosto de 2022**, fixados em R\$ 75,33 (setenta e cinco reais e trinta e três centavos), por 60 quilogramas de milho, e R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos), por litro de leite-cota.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.Publique-se.  
Cumpra-se.

Norberto Anacleto Ortigara.

96219/2022

### RESOLUÇÃO Nº 102, de 2 de setembro de 2022.

*Divulga o preço médio mensal do leite UHT.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Divulgar o preço médio de comercialização do Leite UHT (UHT-longa vida), no âmbito do mercado atacadista do Estado do Paraná, para o mês de **agosto de 2022**, conforme aferido para o leite longa vida integral em R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos) por litro.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

.Publique-se.  
Cumpra-se.

Norberto Anacleto Ortigara.

96220/2022

### RESOLUÇÃO Nº 103, de 2 de setembro de 2022.

*Designa servidora para substituir a Chefe do Núcleo Regional de Pato Branco, durante saldo de férias.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Designar a servidora **Mirian Piacessi**, RG nº 7.311.665-1, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Núcleo Regional de Pato Branco, durante 13 (treze) dias, no período de 12/09/2022 a 24/09/2022, referente o saldo de férias do exercício de 2020, da titular **Leunira Viganio Tesser**.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação, e não acarreta ônus adicionais, em conformidade à determinação do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal, nos termos do Ofício Circular CEE/CC 001/2014.

.Publique-se.  
Cumpra-se.

Norberto Anacleto Ortigara.

96535/2022

## ADAPAR

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO  
ABASTECIMENTO  
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR  
GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO - GAT

A Gerência de Sanidade Vegetal, informa que foi autuado:

ANTONIO DE SOUZA - CPF: 190.621.339-91, Município de TOLEDO - PR, por infringir o Regulamento da Lei Federal nº 7802 de 11.07.89, Art. 14º, alínea b, e Resolução SEIN 22 de 05/07/1985, item 7 – Auto de Infração 83081.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

ALESSANDRO CASAGRANDE  
Gerente de Apoio Técnico

96396/2022

## Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior

### UEM

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. Julio César Damasceno, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tornam públicas as Portarias de averbação de tempo de contribuição datadas de 01/09/2022, conforme abaixo:

#### PORTARIA Nº. 777/2022-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023060.1.00664/21-6, datada de 15/11/2021, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;

Considerando a Certidão de Tempo de Serviço Militar nº 580 – PRM 05/002 APU-PR, datada de 11 de janeiro de 2022, expedida pelo Exército Brasileiro;

considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) ERASMO LEITE CAVALCANTE, portador(a) da RG nº. 4.981.582-4/PR, no cargo de Agente Universitário Operacional, na função de Agente de Segurança Interna, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
Exército Brasileiro	01/03/1993 a 01/03/1997	04	00	01
INSS	14/08/1997 a 16/12/1997	00	04	03
<b>TOTAL</b>		<b>04</b>	<b>04</b>	<b>04</b>

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as demais disposições em contrário.

#### PORTARIA Nº. 778/2022-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14021060.1.00034/20-8, datada de 15/12/2020, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;

considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Determinar, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129 da Lei nº. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) LUCIA OSANA ZOLIN, portador(a) da RG nº. 3.515.133-8/PR, no cargo de Professor de Ensino Superior, na função de Professor Associado, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte	10/08/1988 a 31/12/1988	00	04	21
Universidade Estadual de Maringá	21/09/1989 a 10/11/1989	00	01	20
<b>TOTAL</b>		<b>00</b>	<b>06</b>	<b>11</b>

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as demais disposições em contrário.

#### PORTARIA Nº. 779/2022-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023050.1.00087/08-1, datada de 13/08/2019, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;

considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Determinar, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129 da Lei nº. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) SHIRLEY TERESINHA DE VARGAS CARDOSO, portador(a) da RG nº. 779.913-6/PR, no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na função de Médico, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
Universidade Estadual de Maringá	26/03/1993 a 12/10/1997	04	06	17
<b>TOTAL</b>		<b>04</b>	<b>06</b>	<b>17</b>

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as demais disposições em contrário.

## PORTARIA Nº. 780/2022-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023050.1.00391/14-7, datada de 31/10/2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;

considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

## R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) LINDINALVA LOUZADA, portador(a) da RG nº. 807.435-6/PR, no cargo de Agente Universitário Operacional, na função de Auxiliar Operacional, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	16/06/1977 a 16/05/1979	01	11	01
INSS	15/10/1982 a 22/11/1982	00	01	08
INSS	11/09/1987 a 19/07/1988	00	10	09
INSS	20/09/1988 a 17/07/1993	04	09	28
INSS	02/01/1995 a 06/01/1996	01	00	05
INSS	01/10/1997 a 08/04/1999	01	06	08
INSS	01/06/2001 a 15/01/2002	00	07	15
TOTAL		10	10	14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as demais disposições em contrário.

95512/2022

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:

## R E S O L V E

Tornar pública a Portaria nº 620/PRH, de 26 de agosto de 2022, que **ALTERA** o Regime de Trabalho do(a) servidor(a) **AMANDA REGINA NICHÍ DE SA**, lotado(a) no(a) Departamento de Ciências Básicas da Saúde, função de Professor Adjunto, de 40 para 20 horas semanais. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de julho de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Tornar pública a Portaria nº 638/PRH, de 01 de setembro de 2022, que **ATRIBUI** a **Gratificação de Atividade de Saúde (GAS)**, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Data
DAVI RODRIGUES DOS SANTOS	CCA	47570697	PR	AUXILIAR OPERACIONAL	A partir de 26/07/2022
LICIANE APARECIDA RUBINT	CTC	68435340	PR	AUXILIAR OPERACIONAL	01/08/2022 a 31/10/2022
LUCIMARA LOURENCO DE JESUS	DAL	108756861	PR	AUXILIAR OPERACIONAL	A partir de 15/06/2022
VALDIR BENEDITO DA SILVA	VIG	59651200	PR	AGENTE DE SEGURANCA INTERNA	25/07/2022 a 23/08/2022

Tornar pública a Portaria nº 639/PRH, de 01 de setembro de 2022, que **ATRIBUI** a **Gratificação de Segurança Patrimonial (GSP)**, ao servidor abaixo relacionado, a saber:

Nome	Lotação	RG	Função	A partir de
VALDIR BENEDITO DA SILVA	VIG	59651200/PR	AGENTE DE SEGURANCA INTERNA	25/07/2022 a 23/08/2022

Tornar pública a Portaria nº 640/PRH, de 02 de setembro de 2022, que **ATRIBUI** o **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**, aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	RG	Função	Período
ADEMIR ROSA	ALC	53104886/PR	TECNICO DE MANUTENCAO	25/06/2022 a 24/06/2024
ALEXANDRE SILVA DO NASCIMENTO	INT	99917520/PR	TECNICO EM ENFERMAGEM	12/07/2022 a 11/07/2024
ORLANDO RODRIGUES MEIRA	ALC	64142747/PR	TECNICO DE MANUTENCAO	24/06/2022 a 24/06/2024

Tornar pública a Portaria nº 641/PRH, de 02 de setembro de 2022, que **ATRIBUI** o **Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%)**, aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	RG	Função	Período
IARA SESCON NOGUEIRA	DEN	93851684/PR	PROF.ADJUNTO	18/07/2022 a 20/04/2023

Tornar pública a Portaria nº 642/PRH, de 02 de setembro de 2022, que **ATRIBUI** o **Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%)**, sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	RG	Função	Data
EDLEUZA TOMAZINI DE SOUZA	COZ	42197696/PR	AUXILIAR OPERACIONAL	20/07/2022 a 19/07/2024
MARCIO ANDRE SARACENI MARTINEZ	CCA	77473033/PR	AUXILIAR OPERACIONAL	20/05/2022 a 19/05/2024

Tornar pública a Portaria nº 644/PRH, de 02 de setembro de 2022, que **ATRIBUI** o **Adicional de Insalubridade GRAU MÁXIMO (40%)**, sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	RG	Função	Data
MARIA ELENA DE ALENCAR AMARAL	COZ	44752247/PR	AUXILIAR DE LABORATORIO	13/07/2022 a 12/07/2024

Tornar pública a Portaria 714/GRE, de 25 de agosto de 2022, que **EXONERA** o agente universitário **MATHEUS TEIXEIRA** do cargo de Assessor Especial para atuar na produção de catálogos, revistas, folders e materiais de divulgação institucional; redator e revisor de textos, roteiros, matérias e notas para a ASC. Esta portaria gera efeitos a partir de 25/08/2022, revogadas as disposições em contrário.

Tornar pública a Resolução nº111/CI-CCH, de 30 de agosto de 2022, que **APROVA** a solicitação de Licença Sabática da servidora docente **CRISTIANE CARNEIRO CAPRISTANO**, lotada no Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias (DTL), no período de **01 de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023**.

Tornar pública a Resolução nº 118/CI-CCH, de 30 de agosto de 2022, que **APROVA** a solicitação de Licença Sabática da servidora docente **LEONOR DIAS PAINI**, lotada no Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP), no período de **03 de setembro de 2022 a 02 de fevereiro de 2023**.

96151/2022

## UNIOESTE

**Natureza:** Convênio de Cooperação. **Partes:** Unioeste e King Abdullah University of Science and Technology **Objeto:** Cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre os partícipes, visando o desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica e o intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos, tecnológicos e de pesquisa e o estabelecimento de mecanismos para sua realização. **Data da Assinatura:** 28/08/2022 **Vigência:** 31/07/2025

96803/2022

Secretaria da Comunicação  
Social e da Cultura

## RESOLUÇÃO Nº 116/2022 – SECC

**Súmula:** Substituição de servidores no âmbito da Comissão Especial para fins de análise e tramitação de processos, com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura Nº 8.313/91, que instituiu o PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA – PRONAC.

O Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura, no uso das atribuições legais, e considerando o Artigo 11º da Lei Estadual nº 17.043, de 30 de dezembro de 2011,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Alterar a composição Comissão Especial para fins de análise e tramitação de processos, com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura Nº 8.313/91, que instituiu o PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA – PRONAC, conforme segue:

I – Substituir a servidora FRANCIELE DOS SANTOS BERNABE FERNANDES – RG 10.585.497-8, pelo servidor JOÃO MARCOS DE ALMEIDA, RG 7.244.459-0.

II – Substituir, a servidora GEORGIA GRAICHEN BUENO GUTERRES – RG 7.273.821-7, pela servidora LUCIA HELENA DE AZEVEDO KREFETA, RG 4.755.679-1.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

João Evaristo Debiasi  
Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura  
96900/2022

## Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

### RESOLUÇÃO Nº 012/2022/SEDU-DELEGAÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESAS

**Súmula:** Dispõe sobre a designação de servidor para substituir o Diretor Geral desta SEDU, durante o período de férias, delega função de Ordenador de Despesas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas/SEDU e dá outras providências.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, no uso da atribuição que lhe confere do art. 4º, incisos IV e VI, da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e considerando:

- a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle orçamentário;

- o art. 4º do Decreto Estadual nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que dispõe:

**I** - Unidade Orçamentária: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo Órgão Orçamentário, que têm dotações consignadas individualmente no Orçamento Anual do Estado do Paraná, cujo titular é o responsável pela Unidade;

**II** - Ordenador de Despesas: agente da administração investido legalmente na competência para assumir obrigações em nome da entidade governamental, a quem cabe a responsabilidade de execução de despesas do Órgão/Unidade sob sua gestão;

- a Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;

- a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

#### RESOLVE,

**Art. 1º** - Designar o servidor VALDOMIRO HRYSAY, RG 7.333.013-0, CPF: 038.834.6299-93, para substituir o Diretor Geral desta SEDU e delegar a atribuição de Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas/SEDU, durante o período de 02/09/2022 a 30/09/2022, referente às férias do Diretor Geral desta SEDU.

**Art. 2º** - A delegação é feita sem prejuízo das demais atribuições da função, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional;

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

#### PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Curitiba, 01 de setembro de 2022.

AUGUSTINHO ZUCCHI  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas/SEDU

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO**

96524/2022

## PRED

### PORTARIA Nº 102/2022

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-SEDU, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012, alterada pela Lei 19.848 de 03/05/2019, e inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Autorizar o pedido do Presidente da Comissão, designado pela Portaria nº 36/2022, para prorrogação por mais 60 dias para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final dos achados sobre o protocolo nº 18.772.240-3.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

DAN FELIPE ROCHA DRUMMOND AYUB  
Diretor Geral  
Em exercício  
Paraná Edificações

96163/2022

### PORTARIA Nº 103/2022

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012, alterada pela Lei 19.848 de 03/05/2019, e inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Nomear Comissão Processante para Apuração de Responsabilidade – PAAR, com a finalidade de verificar as irregularidades apontadas pela fiscal do Contrato Projeto CA-0738/2021, cujo objeto se refere a “Reparos de Pintura no Quartel Geral da Polícia Militar, no município de Curitiba”, conforme relata o fiscal da obra através da informação nº 287/2022 anexa ao protocolo nº 19.163.401-2, uma vez que há indícios que a empresa MTECH EDIFICAÇÕES EIRELE-ME, não cumpriu integralmente com o previsto nas cláusulas do contrato pactuado.

**Art. 2º** A comissão será composta por servidores do Quadro de Pessoal da Paraná Edificações, sendo o primeiro nominado Presidente e os demais Membros, conforme segue:

RG	NOME
140511587	SUELY XAVIER LISBOA
9352384	CARLOS ALBERTO RIBAS
137196255	PAULO FERREIRA BENENCASE

**Art. 3º** Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

**Art. 4º** O prazo para que a Comissão conclua seus trabalhos e apresente o relatório final é de 60 dias, a contar da data da publicação deste Ato.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

DAN FELIPE ROCHA DRUMMOND AYUB  
Diretor Geral  
Em exercício  
Paraná Edificações

96165/2022

### PORTARIA Nº 104/2022

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012 alterada pela Lei 19.848 de 03/05/2019,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o servidor Roberto Pilotto, RG nº 7697309 como Gestor de Contrato nº 2205/2022 GMS. Licitação: PE 1235/2021. Protocolo: 17.012.552-5 cujo objeto se refere a contratação de empresa especializada para a execução dos



serviços de engenharia de reparos no Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo, sita à Rua Francisco Braga, nº 344, Centro, no município da Lapa, Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de setembro de 2022.

**DAN FELIPE ROCHA DRUMMON AYUB**  
Diretor Geral, em exercício  
Paraná Edificações

96168/2022

**PORTARIA Nº 105/2022**

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012, alterada pela Lei 19.848 de 03/05/2019, e inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir o Presidente da Comissão de PAAR, instaurada pela Portaria nº 96/2022, pelo servidor AFONSO CASSIO DA ROCHA, RG nº 84024619.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de setembro de 2022.

**DAN FELIPE ROCHA DRUMMON AYUB**  
Diretor Geral, em exercício  
Paraná Edificações

96172/2022

**PORTARIA Nº 106/2022**

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012, alterada pela Lei 19.848 de 03/05/2019, e inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Comissão Processante para Apuração de Responsabilidade – PAAR, com a finalidade de verificar as irregularidades apontadas pela fiscal do Contrato Projeto CA-3616-2021, cujo objeto se refere a “REPAROS NO 7º ANDAR DA SEDE DO DER”, informação nº 282/2022-RL/PRED anexa ao protocolo nº 19.356.875-0, uma vez que há indícios que a empresa AGILE - AGILE CONSTRUTORA EIRELI, não cumpriu integralmente com o previsto nas cláusulas do contrato pactuado.

Art. 2º A comissão será composta por servidores do Quadro de Pessoal da Paraná Edificações, sendo o primeiro nominado Presidente e os demais Membros, conforme segue:

RG	NOME
60748209	FABIO BAHOL OLIVEIRA
51097483	FLAVIO FORMAGIO FONSECA
21160091	JOAO CANDIDO SALDANHA BORSATO

Art.3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º O prazo para que a Comissão conclua seus trabalhos e apresente o relatório final é de 60 dias, a contar da data da publicação deste Ato.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

**DAN FELIPE ROCHA DRUMMOND AYUB**  
Diretor Geral  
Em exercício  
Paraná Edificações

96171/2022

## Secretaria da Educação e do Esporte

### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

#### PORTARIA Nº 27/2022 - CEP

Aprova o Plano de Trabalho Anual do Agente de Compliance do Colégio Estadual do Paraná – CEP para o ano de 2022.

A DIRETORIA GERAL DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 19.848/2019, Regimento Interno desta Instituição de Ensino e considerando o disposto no art. 24, XIII e XV, do Regulamento da Controladoria Geral do Estado – CGE (anexo ao Decreto nº 2.741/2019), bem como a Instrução Normativa nº 04/2022 – CGE, pelo presente ato,

**RESOLVE**

**Art.1º** Aprovar o Plano de Trabalho Anual do Agente de Compliance do Colégio Estadual do Paraná – CEP para o ano 2022, anexo a esta Portaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Cumpra-se e publique-se.

Curitiba 02 de setembro de 2022.

Laureci Schmitz  
Diretora Geral

Decreto 6705/2021 - DOE 27/01/2021  
Colégio Estadual do Paraná

Anexo I  
Plano de Trabalho Anual  
Agente de Integridade e Compliance  
Gislaine Cristina A. Silva

#### 1. Introdução:

Em atendimento a Resolução CGE nº 55/2021, que institui a elaboração do Plano de Trabalho Anual para os agentes de NICS, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pela Controladoria Geral do Estado do Paraná – CGE, foi preparado o presente Plano de Trabalho para o Agente de Compliance – NICS Colégio Estadual do Paraná.

Considerando que, de acordo o artigo 2º, inciso VII da Resolução CGE nº 55/2021, Plano de Trabalho “é a ferramenta utilizada para alcançar os objetivos /propósitos do órgão ou entidade, através da organização e sistematização das informações relevantes”, cabe aos agentes setoriais definirem seus campos de atuação para o exercício de 2022, de maneira que fortaleça as coordenadorias da Controladoria Geral do Estado do Paraná – CGE e os pilares do Programa de Integridade e Compliance<sup>1</sup>.

#### 1.1. Colégio Estadual do Paraná - CEP

O Colégio Estadual do Paraná (CEP) é um Órgão de Regime Especial, vinculado à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), com relativa autonomia administrativa e financeira. Considerado o maior e o mais antigo colégio público do Estado tem como principal serviço a oferta de uma educação de excelência, pública, gratuita, da Educação Básica.

No primeiro quadrimestre do ano de 2022, atende cerca de 3.518 estudantes matriculados no ensino regular e em atividades complementares que, somados a outros 555 matriculados somente em atividades complementares, totalizam 4.073 estudantes, divididos em três turnos.

Tendo como referência os princípios e os fins da Educação, estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB -Lei Nº

<sup>1</sup> Suporte da alta administração, avaliação de riscos, código de ética e conduta, controles internos, transparência, treinamento e comunicação, canais de denúncias, investigações internas, due diligence, auditoria e monitoramento



9.394/96), o CEP estrutura o seu atendimento no Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio Regular e Educação Profissional, nas formas Integrada e Subsequente de nível médio, bem como as atividades complementares artístico-culturais e esportivas.

O Regimento Escolar Interno do CEP, é o documento oficial que estabelece e formaliza a Estrutura Organizacional do Colégio e informa as atribuições e as competências das áreas administrativas.

O CEP, tombado<sup>2</sup> desde 1994, conta com uma área total de 40.000m<sup>2</sup> e uma área construída de 20.000 m<sup>2</sup>. A edificação principal comporta 47 salas de aula com 54 metros quadrados cada. Conta com 4 Laboratórios de Informática, Laboratório de Prótese Dentária, Laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática e Línguas, salas especiais para a Escolinha de Arte e para o Centro de Línguas, Auditório, Salão Nobre, salas ambiente para projeções, Sala de Professores, sala para funcionários, almoxarifado, cantina, refeitório, pátios cobertos, banheiros, além da ala administrativa. No complexo esportivo há ginásio coberto, salas de musculação e ginástica rítmica, vestiários, piscinas, campo de futebol, quadras poliesportivas e pista de atletismo. Também compõem a estrutura do Colégio o planetário, museu Guido Straube, amplo jardim, o Canteiro de Obras, localizado no Bairro de Santa Felicidade, com 7.928 m<sup>2</sup>, utilizado nas aulas práticas do curso Técnico em Edificações e o Observatório Astronômico Professor Doutor Leonel Moro, no Município de Campo Magro.

## 2. Objetivos

Estruturar o planejamento de trabalho anual, a ser conduzido pelo agente de compliance nessa entidade, com vistas a atender às exigências legais, à cultura organizacional e às metodologias desenvolvidas pela CGE, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de riscos, auxiliar na gestão do órgão ou entidade e disseminar a cultura de ética e integridade.

<sup>2</sup> Colégio Estadual do Paraná – tombado pela Inscrição Tombo 118 – II, Processo Número 03/93, data da inscrição: 10 de março de 1994, Livro Tombo Histórico.

## 3. Legislação

Legislação	Súmula	Observações
Constituição Federal <a href="#">CF</a>	-	<b>Art. 74</b> – Finalidades do sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União.
Constituição Estadual do Paraná <a href="#">CE</a>	-	<b>Art. 78</b> – Finalidades do sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado do Paraná.
Lei Estadual 6.174/1970 <a href="#">L 6.174/70</a>  Lei Estadual 17.745/2013 <a href="#">L 17.745/13</a>	Estatuto do Servidor Público do Paraná  Cria a Controladoria-Geral do Estado.	<b>Art. 6º</b> – finalidades da CGE/PR.
Lei Estadual 19.848/2019 <a href="#">L 19.848/19</a>	Dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.	<b>Art. 2º</b> – Composição do Poder Executivo. <b>Art. 4º</b> – Competências dos Secretários de Estado. <b>Art. 8º</b> – Órgãos essenciais da Governadoria. <b>Art. 13</b> – Composição básica e finalidades da CGE.

		Anexo III – Estrutura organizacional da CGE.
Lei Estadual 19.857/2019 <a href="#">L 19.857/19</a>	Institui o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual e dá outras providências.	<b>Art. 2º</b> – Objetivos do Programa. <b>Art. 3º</b> – Deveres do Órgão.
Decreto Estadual 2902/2019 <a href="#">L 19.857/19</a>	Regulamenta o Programa de Integridade e Compliance.	<b>Art. 3º</b> – Competência do Programa. <b>Art. 4º</b> – Pilares do Programa. <b>Art. 6º</b> – Das diretrizes. <b>Art. 13º</b> – Das atividades do agente. <b>Cap III</b> – Das competências estruturais.
Resolução nº55/2021 <a href="#">Res 55/21</a>	Especifica a composição, as diretrizes e as competências institucionais dos NICS	

## 4. Metodologia

O Núcleo de Integridade e Compliance Setorial – NICS faz parte da estrutura administrativa de cada instituição, atuando em nível sistêmico, cujas atribuições descritas nos incisos I a XXXVII do art. 24 do Decreto Estadual 2.741, 19 de setembro de 2019, devem ser atendidas pelos agentes setoriais, constando em seu plano de trabalho, o objeto de trabalho, o objetivo a ser atingido, o tempo necessário para a execução, eventuais recursos financeiros a ser despendido e quais as atividades serão realizadas no presente exercício.

Em conformidade com as exigências exaradas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) por meio da Instrução Normativa nº 04/2022, este Agente de Compliance apresenta o seu Plano de Trabalho Anual no âmbito do Colégio Estadual do Paraná para o exercício de 2022, a ser validado pela Coordenadoria de Integridade e Compliance.

O referido Plano de Trabalho Anual definirá, mas não limitará, as linhas de atuação do Agente de Compliance, além daquelas já tratadas pela Coordenadoria de Integridade e Compliance da Controladoria Geral do Estado – CIC/CGE, em observância aos princípios da administração pública com as leis e normas vigentes, seguindo as diretrizes da metodologia desenvolvida pela CIC/CGE, a qual se utiliza dos preceitos das 3 linhas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA e da ferramenta de gestão 5W2H, a qual possibilita um planejamento claro e eficiente das atividades.

O Plano de Trabalho Anual deverá ser encaminhado, por e-protocolo, à Coordenadoria de Integridade e Compliance – CIC/CGE para validação da proposta.

Além disso, ao final da primeira quinzena de julho e de dezembro o Agente de Compliance deverá encaminhar um Relatório Parcial e Anual, respectivamente, à CIC/CGE com o objetivo de demonstrar o seu desempenho na execução das atividades propostas no plano.

**A atuação deste NICS se dará no âmbito da 2ª linha, com foco na gestão de risco da entidade, gerando evidências para subsidiar a alta gestão na tomada de decisões, ao controle interno, na identificação de falhas do processo, e à propagação da cultura da integridade.**

Cabe destacar que, por se tratar de um planejamento, as atividades e os períodos de execução podem sofrer ajustes, bem como serem demandadas atividades não contempladas no plano.

## 5. Atividades e Cronograma:

O cronograma do Agente de Compliance será executado

5.2.4 Cronograma de Execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Atividade – 2.1	Implementação do Programa de Compliance Fase Operacional. Coleta de dados da Instituição.											
Processo	Solicitar aos Agentes do Controle Interno e de Ouvidoria do NICS, e os Formulários de Controle Interno com as respostas e as ouvidoras registradas no Sistema Sigo, sem registrar os dados de quem as realizou; analisar os registros que ocorrerem nas urnas físicas e as entrevistas do compliance do CEP com os servidores para levantamento de riscos e vulnerabilidades.											
Motivação	Lei 19857/2019 – Decreto 2902/2019											
Prazos	Julho a setembro de 2022											
Investimento	45 horas trabalhadas											

5.2.5 Cronograma de Execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Atividade – 2.2	<b>Implementação do Programa de Compliance Fase Operacional.</b> Análise das informações coletadas e identificação dos riscos											
Processo	Análise das informações coletadas para identificação dos riscos e vulnerabilidades apontadas no CEP.											
Motivação	Lei 19857/2019 – Decreto 2902/2019											
Prazos	Julho a setembro de 2022											
Investimento	10 horas											

5.2.6 Cronograma de Execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Atividade – 2.3	<b>Implementação do Programa de Compliance Fase Operacional.</b> Registro dos riscos no Sistema E-CGE											
Processo	Avaliar os riscos de forma quantitativa, a probabilidade de ocorrerem e o impacto que podem causar no CEP acessar e registrar os riscos no sistema E-CGE para gerar a Matriz de Risco.											
Motivação	Lei 19857/2019 – Decreto 2902/2019											
Prazos	Outubro 2022											
Investimento	08 horas											

5.2.6 Cronograma de Execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Atividade – 2.4	<b>Implementação do Programa de Compliance Fase Operacional.</b> Entrevista com a autoridade máxima da Instituição											
Processo	Entrevista com a autoridade máxima do CEP para apresentação da Lista Geral de Riscos e para possíveis novas avaliações de impacto.											
Motivação	Lei 19857/2019 – Decreto 2902/2019											
Prazos	1ª quinzena de outubro de 2022											
Investimento	1 hora trabalhada											

5.2.7 Cronograma de Execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Atividade – 2.5	<b>Implementação do Programa de Compliance Fase Operacional.</b> Elaboração do Plano de Integridade											
Processo	Reunir os riscos mapeados e as respectivas ações de mitigação											
Motivação	Lei 19857/2019 – Decreto 2902/2019											
Prazos	Outubro de 2022											
Investimento	20 horas											

5.2.8 Cronograma de Execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Atividade – 3.1	<b>Implementação do Programa de Compliance Fase de Aprovação.</b> Entrega do Plano de Integridade à autoridade máxima para aprovação											
Processo	Reunir para entregar o plano à autoridade máxima da instituição que terá o prazo de 10 dias, a partir da reunião para avaliar o Plano de Integridade											
Motivação	Lei 19857/2019 – Decreto 2902/2019											
Prazos	Entre novembro e dezembro de 2022											
Investimento	2 horas											

## 6. Considerações Finais

Este documento contempla as ações do Agente de Compliance do CEP para o exercício de 2022. Ressalte-se, contudo, que o planejamento pode sofrer alterações em decorrência de novas demandas, devendo ser incluídas neste plano a fim de promover adequado controle e transparência às atividades desenvolvidas por esta Pasta.

96201/2022

## PORTARIA Nº 05/2022

**Súmula:** *Instauração de Sindicância QPM.*

O CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE TELÊMACO BORBA, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 1437 de 23 de maio de 2019, Lei nº 6.174 de 20 de novembro de 1970 ; Lei nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no Protocolado nº **19.385.835-0**,

### R E S O L V E

**Art. 1º** - Designar os servidores: **Lucélia Maria Souza de Oliveira**, R.G. 4.232.912-6, professora pedagoga QPM, **Josiane Chagas Ruivo**, R.G. nº 4.233.158-9, professora QPM e **Tatiane Machado de Almeida**, R.G. nº 5.917.156-9, professora QPM, todos em exercício no NRE de Telêmaco Borba, para sob a presidência da primeira, proceder **SINDICÂNCIA**, no Colégio Estadual Cívico Militar São Pedro – Ensino Fundamental e Médio, município de Telêmaco Borba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba para apurar supostas irregulares.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Telêmaco Borba, 05 de setembro de 2022.

SUELI APARECIDA MARTINS

**CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE TELÊMACO BORBA**

Decreto n.º1437/2019

96412/2022

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ  
CÂMARA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL  
7ª (SÉTIMA) ORDINÁRIA  
15 A 19 DE AGOSTO 2022  
EMENTÁRIO

01. PARECER CEE/CEIF Nº 371/22

APROVADO EM 15/08/22

Proc.: 6705/19, 4033/17

Prot.: 16.114.636-6, 14.905.408-1

Int.: Escola Municipal Professor Parigot de Souza – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Mun.: Francisco Beltrão

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino, para a oferta da Educação Básica, da renovação de autorização para o funcionamento da Educação Infantil e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer e Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto dos relatores por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao espaço específico do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

02. PARECER CEE/CEIF Nº 372/22

APROVADO EM 15/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.929.806-8, 17.997.172-0

Int.: Escola Estadual do Campo Rui Barbosa – Ensino Fundamental

Mun.: Marfrigópolis

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, atualizados e ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

03. PARECER CEE/CEIF Nº 373/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.968.948-2, 17.697.514-8

Int.: Escola Estadual do Campo – Ensino Fundamental

Mun.: Francisco Beltrão

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

04. PARECER CEE/CEIF Nº 374/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.543.974-0, 16.559.980-2

Int.: Escola Estadual do Campo Barão do Rio Branco – Ensino Fundamental

Mun.: Pranchita

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, atualizados e ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

05. PARECER CEE/CEIF N.º 375/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 16.695.029-5

Int.: Escola Estadual do Campo Rui Barbosa – Ensino Fundamental

Mun.: Capanema

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, atualizados e ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

06. PARECER CEE/CEIF N.º 376/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 17.525.045-0, 17.727.986-2

Int.: Escola Estadual do Campo Bela Vista do Piquiri – Ensino Fundamental

Mun.: Campina da Lagoa

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina e Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto das reladoras por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências e atendimento às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

07. PARECER CEE/CEIF N.º 377/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 17.510.362-7, 17.520.074-6

Int.: Escola Estadual do Campo Lagoa Verde - Ensino Fundamental

Mun.: Quitandinha

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências e ao espaço adequado para a quadra esportiva. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

08. PARECER CEE/CEIF N.º 378/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 17.784.998-7, 18.560.690-2

Int.: Escola Estadual Inácio Schelbauer – Ensino Fundamental

Mun.: Rio Negro

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas e Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto das reladoras por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

09. PARECER CEE/CEIF N.º 379/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 18.279.926-2

Int.: Escola Estadual do Campo de Ouro Preto – Ensino Fundamental

Mun.: Toledo

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em

especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, atualizados e ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

10. PARECER CEE/CEIF N.º 380/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 18.260.290-6

Int.: Escola Estadual do Campo de Iolópolis – Ensino Fundamental

Mun.: São Jorge do Oeste

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Básica.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao espaço específico do Laboratório de Ciências e às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

11. PARECER CEE/CEIF N.º 381/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 18.020.623-0

Int.: Escola Nossa Senhora de Fátima – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Mun.: Mamborê

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

12. PARECER CEE/CEIF N.º 382/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 17.051.917-5, 17.133.181-1

Int.: Escola Estadual do Campo Irmão Miguel – Ensino Fundamental

Mun.: Planalto

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências e atendimento às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

13. PARECER CEE/CEIF N.º 383/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 16.701.174-8

Int.: Escola Estadual Professor Antônio Bitonti – Ensino Fundamental

Mun.: Sertaneja

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Básica.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial às normas de acessibilidade, a Licença Sanitária e o Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, atualizados e ao espaço específico do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

14. PARECER CEE/CEIF N.º 384/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo n.º 17.159.301-8, 17.463.071-2

Int.: Escola Estadual do Campo São Roque – Ensino Fundamental

Mun.: Barracão

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios. A mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

15. PARECER CEE/CEIF N.º 385/22

APROVADO EM 16/08/22



Proc.: E-Protocolo nº 18.200.973-3

Int.: Escola Adventista Vista Alegre – Educação Infantil e Ensino Fundamental  
Mun.: Curitiba

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica, do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e de regularização dos atos escolares praticados antes da publicação do ato autorizatório.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, atualizados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios. Adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes.

16. PARECER CEE/CEIF Nº 386/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.925.781-7, 17.284.593-2

Int.: Escola Estadual do Campo de Água Boa Vista – Ensino Fundamental  
Mun.: Ampére

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures e Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto das reladoras por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências e à acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

17. PARECER CEE/CEIF Nº 387/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.893.813-6, 17.424.623-8

Int.: Escola Estadual do Campo Dom Pedro I – Ensino Fundamental  
Mun.: Iporã

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures e Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto das reladoras por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

18. PARECER CEE/CEIF Nº 388/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.699.359-8, 17.765.057-9

Int.: Escola Estadual do Campo Anunciação – Ensino Fundamental  
Mun.: Santa Izabel do Oeste

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à Licença Sanitária, à acessibilidade e ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

19. PARECER CEE/CEIF Nº 389/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.373.068-1

Int.: Escola Estadual do Campo Professora Maria Cristina Diniz Cunha – Ensino Fundamental  
Mun.: Terra Roxa

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Básica

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao espaço específico do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

20. PARECER CEE/CEIF Nº 390/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.146.720-9, 17.446.882-6

Int.: Escola Estadual do Campo Padre Anchieta - Ensino Fundamental  
Mun.: Barracão

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica e

de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à Licença Sanitária, à acessibilidade, ao Laboratório de Ciências e Biblioteca. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

21. PARECER CEE/CEIF Nº 391/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.287.625-9

Int.: Escola Estadual do Campo José Biesdorf – Ensino Fundamental  
Mun.: Santa Helena

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Básica.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial à Licença Sanitária e o Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, atualizados e ao espaço específico do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

22. PARECER CEE/CEIF Nº 392/22

APROVADO EM 16/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.682.158-2

Int.: Escola Estadual Padre Manuel da Nóbrega – Ensino Fundamental  
Mun.: Cornélio Procopio

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

23. PARECER CEE/CEIF Nº 393/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.675.294-7

Int.: Colégio Estadual Cívico - Militar João Cavalli da Costa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional  
Mun.: Palmital

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino, para a oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

24. PARECER CEE/CEIF Nº 394/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.696.481-4, 17.741.006-3

Int.: Escola Estadual do Campo Duque de Caxias – Ensino Fundamental  
Mun.: Salgado Filho

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial às normas de acessibilidade, ao funcionamento do Laboratório de Ciências, e docentes habilitados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

25. PARECER CEE/CEIF Nº 395/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.666.956-1, 17.173.894-6

Int.: Escola Estadual do Campo Rui Barbosa – Ensino Fundamental  
Mun.: Santo Antônio do Sudoeste

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao funcionamento do Laboratório de Ciências e ao docente da disciplina de Geografia. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

ções dos atos regulatórios.

26. PARECER CEE/CEIF Nº 396/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.658.618-6

Int.: Escola Estadual do Campo Professora Júlia Folda – Ensino Fundamental

Mun.: Marquinho

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao funcionamento do Laboratório de Ciências, e docentes habilitados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

27. PARECER CEE/CEIF Nº 397/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.612.581-2, 17.675.838-4

Int.: Escola Estadual Santa Cruz – Ensino Fundamental

Mun.: Capanema

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas e Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto das reladoras por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao funcionamento do Laboratório de Ciências, à manutenção da Licença Sanitária, atualizada. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

28. PARECER CEE/CEIF Nº 398/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: On Line nº 2507/17, 528/17

Prot.: 15.290.750-8, 16.107.313-0

Int.: Escola Estadual do Campo José de Anchieta – Ensino Fundamental

Mun.: São João

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

29. PARECER CEE/CEIF Nº 399/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: On Line nº 398/19

Prot.: 15.595.286-5

Int.: Escola Municipal do Campo de Barra Vermelha – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Mun.: Prudentópolis

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

30. PARECER CEE/CEIF Nº 400/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.210.346-2

Int.: Escola Estadual Santa Terezinha – Ensino Fundamental

Mun.: Palotina

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para oferta da Educação Básica e renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial aos Laboratórios de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

31. PARECER CEE/CEIF Nº 401/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: On Line nº 5112/19

Prot.: 15.884.420-6

Int.: Escola Sebastião Malaquias Gomes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial

Mun.: Rio Negro

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica, de renovação da autorização para o funcionamento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios. Adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes.

32. PARECER CEE/CEIF Nº 402/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: On Line nº 6385/19

Prot.: 16.114.150-0

Int.: Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Ruth

Mun.: Lapa

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica e da renovação de autorização para o funcionamento da Educação Infantil.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das exigências constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e nº 02/2014, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

33. PARECER CEE/CEIF Nº 403/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: On Line nº 2139/19

Prot.: 16.056.231-5

Int.: Escola Rural Municipal Dom Pedro II – Ensino Fundamental

Mun.: Cambé

Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento da Educação Infantil e regularização dos atos escolares praticados antes da publicação do ato autorizatório.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte deverá adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que em decorrência da autorização para o funcionamento da Educação Infantil, passa a denominar-se: Escola Rural Municipal Dom Pedro II – Educação Infantil e Ensino Fundamental. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR Nº 03/13, respeitando o devido cumprimento das normas e prazos estabelecidos, quando solicitar a renovação dos atos regulatórios.

34. PARECER CEE/CEIF Nº 404/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: On Line nº 534/19

Prot.: 16.108.793-9

Int.: Escola Megumi - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Mun.: Londrina

Ass.: Pedido de renovação da autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios. Adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes.

35. PARECER CEE/CEIF Nº 405/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.477.841-8

Int.: Escola Adventista Araucária – Educação Infantil Ensino Fundamental

Mun.: Araucária

Ass.: Pedido de reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR nº 03/2013, nas futuras solicitações dos atos oficiais, para o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos.



36. PARECER CEE/CEIF Nº 406/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.021.490-9

Int.: Escola Tradição do Saber – Ensino Fundamental

Mun.: Piraquara

Ass.: Pedido de reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

37. PARECER CEE/CEIF Nº 407/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.261.190-5

Int.: Colégio Estadual Padre Jerônimo Omuna – Ensino Médio, Normal e Profissional

Mun.: São Sebastião da Amoreira

Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, com especial atenção à renovação da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade.

38. PARECER CEE/CEIF Nº 408/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.460.265-6

Int.: Colégio Estadual Doutor Chafic Cury – Ensino Fundamental – Médio e Normal

Mun.: Rio Azul

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

39. PARECER CEE/CEIF Nº 409/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.792.268-4

Int.: Escola Crescer - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Mun.: Pato Branco

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, atualizados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

40. PARECER CEE/CEIF Nº 410/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.753.968-6

Int.: Escola de Tapejara – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Mun.: Tapejara

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, atualizados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

41. PARECER CEE/CEIF Nº 411/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.350.829-8

Int.: Escola Estadual do Campo Novo Três Passos – Ensino Fundamental

Mun.: Marechal Cândido Rondon

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em

especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

42. PARECER CEE/CEIF Nº 412/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.718.025-4

Int.: Escola Estadual Campinas Belas – Ensino Fundamental

Mun.: Reserva

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências, às normas de acessibilidade e garantir docente com habilitação específica em Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

43. PARECER CEE/CEIF Nº 413/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.694.774-8

Int.: Escola Estadual do Campo Aurélio Piloto – Ensino Fundamental

Mun.: Missal

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

44. PARECER CEE/CEIF Nº 414/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo 18.139.363-7

Int.: Colégio Estadual do Campo Germano Stédile – Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Dois Vizinhos

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

45. PARECER CEE/CEIF Nº 415/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.237.508-0

Int.: Escola Estadual Presidente Artur da Costa e Silva – Ensino Fundamental

Mun.: Floresta

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

46. PARECER CEE/CEIF Nº 416/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.257.000-1

Int.: Colégio Estadual Professora Izabel Fonseca Siqueira – Ensino Fundamental, Médio e Profissional

Mun.: Reserva do Iguaçu

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

47. PARECER CEE/CEIF Nº 417/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.356.226-6

Int.: Colégio Estadual Cívico – Militar Professor Darcy José Costa – Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Campo Mourão

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, reitera-se à Secretaria de

Estado da Educação e do Esporte de que qualquer alteração na denominação da instituição de ensino ou de alteração de qualquer condição aprovada em atos regulatórios anteriores deve cumprir os dispositivos da Deliberação CEE/PR n.º 03/13, Capítulo III, a que se refere, da Mantenedora e da Instituição de Ensino. Retoma-se também, que conforme a Lei Estadual n.º 20.338, de 06 de outubro de 2020, no seu artigo 5º, inciso XI, a elaboração da Proposta Pedagógica da instituição, o seu Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno, devem respeitar a legislação específica. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

**48. PARECER CEE/CEIF Nº 418/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.488.992-7

Int.: Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola – Ensino Fundamental, Médio e Normal

Mun.: Fênix

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**49. PARECER CEE/CEIF Nº 419/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.502.254-4

Int.: Colégio Estadual do Campo Sebastião Estevam da Costa – Ensino Fundamental

Mun.: Rio Bonito do Iguaçu

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**50. PARECER CEE/CEIF Nº 420/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.508.965-7

Int.: Colégio Estadual São Judas Tadeu – Ensino Fundamental, Médio e Profissional

Mun.: Quinta do Sol

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**51. PARECER CEE/CEIF Nº 421/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.628.132-2

Int.: Colégio Estadual Vila Industrial – Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Laranjeiras do Sul

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**52. PARECER CEE/CEIF Nº 422/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.646.746-9

Int.: Escola Estadual do Campo Castelo Branco – Ensino Fundamental

Mun.: Capanema

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em

especial ao pleno funcionamento do Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**53. PARECER CEE/CEIF Nº 423/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.676.888-4

Int.: Colégio Estadual Santa Maria – Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Ponta Grossa

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**54. PARECER CEE/CEIF Nº 424/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.393.592-9

Int.: Colégio Sigma – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Campo Mourão

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

**55. PARECER CEE/CEIF Nº 425/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.237.042-2

Int.: Colégio Estadual Vinicius de Moraes – Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Campo Mourão

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

**56. PARECER CEE/CEIF Nº 426/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.158.245-8

Int.: Colégio Estadual Gelvira Corrêa Pacheco – Ensino Fundamental Médio

Mun.: Curitiba

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências e docente habitado. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**57. PARECER CEE/CEIF Nº 427/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.690.989-7

Int.: Escola Estadual do Campo Professor Jamil Aparecida Bonacin – Ensino Fundamental

Mun.: São João do Ivaí

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial à quadra de esportes e ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

**58. PARECER CEE/CEIF Nº 428/22**

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.315.918-6

Int.: Colégio Integração – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Assis Chateaubriand

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios, em especial ao Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

59. PARECER CEE/CEIF Nº 429/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.053.034-7

Int.: Escola Estadual Eurides Cavalcanti Tenório – Ensino Fundamental  
Mun.: Cruzeiro do Sul

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

60. PARECER CEE/CEIF Nº 430/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.439.915-6

Int.: Colégio Estadual do Campo Brasília Antunes da Silva – Ensino Fundamental, Médio e Profissional  
Mun.: Ponta Grossa

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à manutenção do Termo de Cessão de Uso, atualizado, e docente habilitado. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

61. PARECER CEE/CEIF Nº 431/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.475.175-7

Int.: Escola Estadual do Campo Benjamin Constant – Ensino Fundamental  
Mun.: Icaraima

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, em especial à acessibilidade e ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

62. PARECER CEE/CEIF Nº 432/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.502.711-2

Int.: Colégio Estadual 29 de Novembro – Ensino Fundamental e Médio  
Mun.: Araruna

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

63. PARECER CEE/CEIF Nº 433/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 19.352.062-6

Int.: Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP  
Mun.: Curitiba

Ass.: Proposta Pedagógica Curricular dos Municípios do Oeste do Paraná

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade.

64. PARECER CEE/CEIF Nº 434/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.042.457-1

Int.: Escola Estadual do Campo Regente Feijó – Ensino Fundamental  
Mun.: Verê

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao funcionamento dos Laboratórios de Ciências e Informática. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

65. PARECER CEE/CEIF Nº 435/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.746.568-2

Int.: Escola Estadual do Campo Planaltina – Ensino Fundamental

Mun.: Guaraniaçu

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial às normas de acessibilidade, ao funcionamento do Laboratório de Ciências e à quadra esportiva. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

66. PARECER CEE/CEIF Nº 436/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.468.006-0

Int.: Escola Estadual do Campo de Paraíso do Sul – Ensino Fundamental  
Mun.: Barbosa Ferraz

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Marise Ritzman Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à manutenção da Licença Sanitária, atualizada e ao funcionamento do laboratório de Ciências.

67. PARECER CEE/CEIF Nº 437/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.593.785-4

Int.: Escola Estadual do Campo Humberto de Alencar Castelo Branco – Ensino Fundamental  
Mun.: Jandaia do Sul

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

68. PARECER CEE/CEIF Nº 438/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: Protocolo nº 17.463.477-7

Int.: Colégio Estadual Olívio Belich – Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Porto Amazonas

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

69. PARECER CEE/CEIF Nº 439/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 16.530.932-4

Int.: Escola Estadual do Campo Professor Walerian Wrosz – Ensino Fundamental  
Mun.: Assaí

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao funcionamento dos Laboratórios de Ciências e Informática, às normas de acessibilidade, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

70. PARECER CEE/CEIF Nº 440/22  
APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.093.678-7

Int.: Escola Estadual do Campo Santa Catarina de Alexandria – Ensino Fundamental  
Mun.: Prudentópolis

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos

## Finais

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 71. PARECER CEE/CEIF Nº 441/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.193.353-6

Int.: Escola Estadual Alberto Kurcheidt – Ensino Fundamental

Mun.: Reserva

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 72. PARECER CEE/CEIF Nº 442/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.262.494-2

Int.: Colégio Estadual Alberto de Carvalho – Ensino Fundamental, Médio e Profissional

Mun.: Prudentópolis

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 73. PARECER CEE/CEIF Nº 443/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.678.112-2

Int.: Escola Estadual do Campo Antônio Francisco Lisboa – Ensino Fundamental

Mun.: Capanema

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Marise Ritzmann Loures

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao pleno funcionamento do laboratório de Ciências e manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, atualizados. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 74. PARECER CEE/CEIF Nº 444/22

APROVADO EM 18/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 17.136.965-7

Int.: Escola Estadual Maria Loiola Guimarães – Ensino Fundamental

Mun.: Ortigueira

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao Laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 75. PARECER CEE/CEIF Nº 445/22

APROVADO EM 19/08/22

Proc.: On Line n.º 1457/19

Prot.: 16.061.635-0

Int.: Colégio Villasboas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Mun.: Londrina

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano.

Rel.: Mário Cândido de Athayde Júnior

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 76. PARECER CEE/CEIF Nº 446/22

APROVADO EM 19/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 14.204.597-4

Int.: Escola Estadual Indígena Jykre Tãg – Educação Infantil e Ensino Funda-

mental.

Mun.: Chopinzinho

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – 1º ao 9º Ano.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial à infraestrutura, ao laboratório de Ciências e de Informática, à habilitação dos docentes e às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 77. PARECER CEE/CEIF Nº 447/22

APROVADO EM 19/08/22

Proc.: E-Protocolo nº 18.218.991-0

Int.: Colégio Estadual Cívico - Militar Vereador Heitor Rocha Kramer

Mun.: Guarapuava

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Ozélia de Fátima Nesi Lavina

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos. Reitera-se à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, de que qualquer alteração na denominação da instituição de ensino ou de alteração de qualquer condição aprovada em atos regulatórios anteriores deve cumprir os dispositivos da Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, Capítulo III, a que se refere, da Mantenedora e da Instituição de Ensino. Retoma-se também, que conforme a Lei Estadual n.º 20.338, de 06 de outubro de 2020, no seu artigo 5º, inciso XI, a elaboração da Proposta Pedagógica da instituição, o seu Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno, devem respeitar a legislação específica. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações de renovação do credenciamento, para a oferta da Educação Básica, e de renovação do reconhecimento dos cursos.

## 78. PARECER CEE/CEIF Nº 448/22

APROVADO EM 19/08/22

Proc.: On Line n.º 1670/17

Prot.: 15.290.260-3

Int.: Escola Estadual Cecília Meireles – Ensino Fundamental

Mun.: Bandeirantes

Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Rel.: Marise Ritzmann Lourdes

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao laboratório de Ciências. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 79. PARECER CEE/CEIF Nº 449/22

APROVADO EM 19/08/22

Proc.: On Line n.º 4949/19

Int.: Escola Professora Nilda Simioni Rodrigues – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial

Mun.: Jaquapitã

Ass.: Pedido de renovação da autorização para o funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – na modalidade Educação de Jovens e adultos, presencial.

Rel.: Flávio Vendelino Scherer

Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade, a mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, nas futuras solicitações dos atos regulatórios.

## 80. PARECER CEE/CEIF Nº 450/22

APROVADO EM 19/08/22

Proc.: On Line n.º 1101/17, 1481/18

Int.: Escola Estadual do Campo Dois Irmãos - Ensino Fundamental

Mun.: São João

Ass.: Pedido de renovação do credenciamento para oferta da Educação Básica e de renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental - Anos Finais.

Rel.: Clemencia Maria Ferreira Ribas

Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade, a mantenedora deverá assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e dos seus cursos, em especial ao laboratório de Ciências e às normas de acessibilidade. A instituição de ensino deverá atender ao contido na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em relação às normas e prazos, quando das futuras solicitações dos atos regulatórios.

João Carlos Gomes

Presidente do CEE/PR

Decreto nº 7124/2021



## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED

## EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED

**PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROFESSORES E PEDAGOGOS DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO (QPM) PARA ATUAÇÃO COMO PROFESSOR FORMADOR OU PEDAGOGO FORMADOR NO GRUPO DE ESTUDOS FORMADORES EM AÇÃO.**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais, com base na Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, na Resolução n.º 4.817 – GS/SEED, de 13 de outubro de 2021, alterada pela Resolução n.º 4.918, de 19 de agosto de 2022, e considerando a necessidade de ofertar formação para os professores e pedagogos da rede estadual de ensino, visando à atuação como Professor Formador e Pedagogo Formador no Grupo de Estudos Formadores em Ação,

**RESOLVE**

tornar público o presente Edital que regulamenta o Processo Interno de Seleção para Professor Formador e Pedagogo Formador do Quadro Próprio do Magistério – QPM da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, para suprir, substituir e compor cadastro de reserva, a fim de atuar no Grupo de Estudos Formadores em Ação.

**1. Das Disposições Preliminares**

1.1 A seleção de que trata o presente Edital tem por objetivo suprir, substituir e compor cadastro de reserva de profissionais aptos a atuarem como Professor Formador e Pedagogo Formador no Grupo de Estudos Formadores em Ação.

1.1.1 Neste processo de seleção serão disponibilizadas inicialmente 250 vagas.

1.1.2 O Grupo de Estudos Formadores em Ação será realizado no formato de formação continuada não presencial.

1.2 O processo de seleção classificará professores e pedagogos para efeito de distribuição de aulas, a fim de atuarem no Grupo de Estudos Formadores em Ação.

1.3 Serão abertas vagas nas seguintes disciplinas de inscrição: Arte, Biologia, Cidadania e Civismo, Ciências, Educação Especial, Educação Financeira, Educação Física, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Ensino Religioso, Filosofia, Física, Formação de Docentes, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Mais Aprendizagem (PMA), Matemática, Pensamento Computacional, Projeto de Vida, Química, Robótica, Sociologia e Pedagogia.

1.4 A carga horária prevista para essa função está contemplada na jornada de trabalho, sendo:

a) para Professor Formador a carga horária será de 8 horas-aula semanais e 2 horas-atividade;

b) para Pedagogo Formador e Professor Formador de Educação Especial, com um cargo de 20 horas, a carga horária será de 8 horas-aula semanais e 2 horas-atividade ou de 15 horas-aula semanais e 5 horas-atividade;

c) para Pedagogo Formador e Professor Formador de Educação Especial com um cargo de 40 horas ou dois cargos de 20 horas, a carga horária prevista é de 15 horas-aula semanais e 5 horas-atividade.

1.5 A carga horária semanal poderá ser cumprida em local de livre escolha, apropriado para a realização das atividades concernentes à função de Professor Formador e Pedagogo Formador.

1.6 Para atuar nas funções previstas no presente Edital, não haverá remuneração especial e/ou adicional.

1.7 A participação neste Processo de Seleção não implica a obrigatoriedade de chamamento e suprimento, ficando reservado à SEED o direito de proceder aos chamamentos em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final e ao prazo de validade deste Edital.

1.7.1 As vagas serão disponibilizadas no momento de cada chamamento, podendo ser abertas novas demandas durante a vigência do Edital.

1.8 Os candidatos classificados em número excedente às vagas ofertadas permanecerão na lista de classificação para preenchimento de vagas abertas e/ou substituições durante a vigência do Edital, que se encerra ano letivo de 2023, prorrogável até 2024, de acordo com item 13.7.

1.9 Será admitida impugnação a este Edital no prazo de 2 dias úteis, a contar do dia útil imediato à data de publicação oficial.

1.9.1 A impugnação deverá ser elaborada por escrito, devidamente fundamentada, até as 17h do último dia do prazo, e protocolada no Núcleo Regional de Educação – NRE ao qual o requerente está vinculado, tendo a SEED 3 (três) dias úteis para emitir a resposta.

1.10 Compete ao Núcleo Formadores em Ação da SEED tornar pública a abertura de inscrições e o resultado da seleção no endereço eletrônico:

[http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao) e no Diário Oficial do Estado.

1.11 O Professor Formador e o Pedagogo Formador poderão ser desligados a qualquer tempo, caso haja descumprimento das atribuições descritas no item 6 deste Edital.

1.12 O Professor Formador e o Pedagogo Formador receberão certificação como docentes, em decorrência do exercício dessa função, considerando os eventos registrados no Sistema de Capacitação dos Profissionais da Educação (Sicape).

1.13 Ao realizar a inscrição, o candidato manifesta sua concordância com todos os termos deste Edital, sobre o qual não poderá alegar desconhecimento.

**2. Dos Requisitos**

2.1 Ser Professor do Quadro Próprio do Magistério (QPM) nas instituições de ensino da rede estadual.

2.2 Ser Pedagogo do Quadro Próprio do Magistério (QPM) nas instituições de ensino da rede estadual.

2.3 Ser Professor do Quadro Próprio do Magistério (QPM) de Educação Especial, que esteja atuando em docência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), nas instituições de ensino da rede estadual.

2.4 Conhecer a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os documentos orientadores da rede de ensino do Estado do Paraná (Currículo da Rede Estadual Paranaense, Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica e Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná).

2.5 Para os professores inscritos na Educação Especial, além do conhecimento solicitado no item 2.4, é necessário conhecer os documentos orientadores da rede de ensino do Estado do Paraná na perspectiva inclusiva, bem como a caracterização e organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

2.6 Não ter sido condenado em processo administrativo apenas com suspensão nos últimos 5 anos.

2.7 Não ter sido desligado da função de Professor Formador ou Pedagogo Formador por descumprimento das atribuições em editais anteriores (01/2020; 12/2020; 03/2021; 11/2021; 26/2021, 31/2021 e 36/2021 – DG/SEED).

2.8 O Pedagogo detentor de dois cargos efetivos, sendo um de Pedagogo e outro da disciplina da Matriz Curricular, somente poderá se inscrever na disciplina da Matriz Curricular.

2.9 O Professor inscrito na disciplina Educação Especial detentor de dois cargos efetivos, sendo um da Educação Especial e outro da disciplina da Matriz Curricular, somente poderá se inscrever na disciplina da Matriz Curricular.

2.10 O Professor detentor de dois cargos efetivos, sendo um como Pedagogo ou Professor de Educação Especial, e outro da disciplina da Matriz Curricular, suprido como diretor, diretor auxiliar ou assistente de município em um dos cargos, somente poderá se inscrever na disciplina da Matriz Curricular.

2.11 No caso de o candidato estar suprido na função de diretor, diretor auxiliar ou assistente de município no cargo da disciplina da Matriz Curricular, não poderá realizar a troca de Linha Funcional (LF), ficando impedido de participar deste processo.

2.12 O Professor suprido no cargo de diretor, diretor auxiliar ou assistente de município, detentor de dois cargos efetivos como Pedagogo ou como Professor de Educação Especial, não poderá participar do processo seletivo, mesmo que esteja suprido na função diretor, diretor auxiliar ou assistente de município em apenas um dos cargos.

2.13 Não poderá participar deste processo seletivo:

a) o Pedagogo, o Professor da Educação Especial e o Professor suprido no cargo de diretor, diretor auxiliar ou assistente de município com redução de carga horária, nos termos do Decreto n.º 3.003, de 8 de dezembro de 2015;

b) o Professor ou Pedagogo ocupante de cargo comissionado, função de gestão pública, ou exercer a função de diretor, diretor auxiliar ou assistente de município detentor de apenas um cargo efetivo de 20h;

c) o Professor e o Pedagogo readaptado definitivamente de função, e o Professor e Pedagogo com gratificação intramuros – GRAIM;

d) o Professor ou o Pedagogo exercendo o cargo de diretor, diretor auxiliar ou assistente de município suprido com 40h na função;

e) o Professor ou o Pedagogo que esteja atuando, no momento da inscrição, nas escolas do Programa Paraná Integral.

**3. Das Inscrições**

3.1 O candidato poderá efetuar até duas inscrições, de acordo com sua disciplina de concurso.

3.2 Somente poderão se inscrever para Educação Financeira, Cidadania e Civismo, Ensino Religioso, Projeto de Vida, Mais Aprendizagem (PMA) e Robótica os candidatos que estejam atuando nessas disciplinas no período da inscrição, ou que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação, como Professor Formador, no tema correspondente, em 2022, até o período das inscrições.

3.2.1 Somente poderão se inscrever para Formação de Docentes os Professores e Pedagogos que possuem concurso na área de Formação de Docentes e Pedagogos que estejam atuando em sala de aula nessa área no período das inscrições.

3.2.2 Somente poderão se inscrever para Pedagogia os candidatos que estejam atuando na equipe pedagógica das instituições de ensino da rede estadual no período das inscrições.

3.2.3 Somente poderão se inscrever para Educação Especial os candidatos que estejam atuando no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) nas instituições de ensino da rede estadual no período das inscrições.

3.2.4 Somente poderão se inscrever para Educação Profissional os candidatos que estejam atuando no ensino profissionalizante em disciplinas técnicas nas instituições de ensino da rede estadual no período das inscrições.

**3.2.5** Somente poderão se inscrever para Pensamento Computacional os candidatos que estejam atuando nessa disciplina, ou no Edutech, no período das inscrições, ou que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação, como Professor Formador, no tema correspondente, em 2022, até o período das inscrições.

**3.2.6** Somente poderão se inscrever para Educação de Jovens e Adultos (EJA) os candidatos que tenham atuado nessa modalidade no ano de 2022, ou que estejam lotados nos Centros Estaduais de Educação Básica Para Jovens e Adultos (CEEBJA).

**3.3** As inscrições deverão ser realizadas via formulário *on-line*, disponível em: <https://forms.gle/tVuzFKbRSyJAq7Zu7>, de acordo com o cronograma contido no item 12.

**3.4** Ao efetuar a inscrição, o candidato declara não possuir penalidades administrativas (Anexo IV); cede gratuitamente os direitos autorais (Anexo V); autoriza o uso de imagem, áudio e vídeo (Anexo VI); e consente o uso dos dados pessoais (Anexo VII).

**3.5** O candidato é responsável pelas informações declaradas no cadastro de inscrição e pelas consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, cível e criminal.

**3.6** A realização da inscrição pelo candidato implicará o conhecimento das instruções e a aceitação das condições do Processo de Seleção estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais avisos, retificações e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

**3.7** O candidato deverá produzir um vídeo conforme descrito nos itens 3.7.1 e 3.7.2 e anexá-lo em seção específica do formulário de inscrição.

**3.7.1** O vídeo deverá ter duração mínima de 8 e máxima de 12 minutos, abordando o uso de metodologias ativas e recursos digitais/didáticos, a partir de uma aula da sua disciplina/função, conforme descritivo apresentado no Anexo I, sendo desconsiderados quaisquer conteúdos exibidos a partir do 12º minuto de gravação, bem como arquivo com duração inferior a 8 minutos.

**3.7.2** A postagem do vídeo deverá ser feita conforme segue:

I. O vídeo deverá ser postado na nuvem de modo que permita o compartilhamento por meio de *link* (*YouTube*, *Google Drive*, *Dropbox*, entre outros) em formato que possibilite a visualização da equipe de avaliação e que resguarde os direitos de imagem do candidato (no *YouTube* pode-se utilizar o formato "não listado");

II. o *link* do vídeo deverá ser inserido no mesmo formulário de inscrição, em campo específico disponibilizado para esse fim;

III. o candidato deverá assegurar a disponibilidade do vídeo durante todo o período de validade do certame;

IV. as informações e orientações para a produção do vídeo estão disponíveis no Anexo I deste Edital.

**3.8** Ao final da inscrição será enviado o comprovante para o e-mail @escola em que o candidato estiver logado no momento da inscrição.

**3.8.1** Caso a inscrição não tenha sido efetuada corretamente, o candidato deverá fazer uma nova inscrição dentro do período estabelecido.

**3.9** Caso o candidato realize mais de duas inscrições, serão consideradas como válidas as últimas inscrições realizadas em disciplinas diferentes.

**3.10** Serão desclassificados os candidatos que não preencherem o campo específico para envio do vídeo, conforme item 3.7.

#### 4. Do Processo de Seleção

**4.1** O Processo de Seleção será composto por três etapas: requisitos da inscrição, vídeo e experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação.

**4.2. Primeira etapa:** O não atendimento dos requisitos estabelecidos nos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16, 3.1, 3.2 deste Edital possui caráter eliminatório.

**4.3 Segunda etapa:** A produção do vídeo possui caráter classificatório e eliminatório e terá pontuação máxima de 50 pontos.

**4.3.1** Não serão avaliados os vídeos dos candidatos que não tiveram sua inscrição homologada na primeira etapa.

**4.3.2** Será desclassificado do processo de seleção o candidato que não alcançar a pontuação mínima de 30 pontos no vídeo.

**4.3.3** Os critérios para análise do vídeo estão disponíveis no item 5 do Anexo I deste Edital.

**4.3.4** A análise do vídeo fica restrita às comissões avaliadoras do NRE e da SEED, não havendo divulgação para terceiros.

**4.3.5** Não será analisada a experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação do candidato que não atingir a pontuação mínima na apresentação do vídeo.

**4.4 Terceira etapa:** A experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação terá caráter classificatório com pontuação máxima de 50 pontos.

**4.4.1** A comprovação de experiência será verificada por meio da consulta aos sistemas de certificação, considerando os dois primeiros trimestres do ano de 2022, conforme tabela de pontuação no Anexo II.

#### 5. Das Vagas e Distribuição de Aulas

**5.1** Somente serão chamados os professores e pedagogos classificados no Processo de Seleção em número necessário para suprir e/ou substituir a carga horária aberta em cada chamamento, por ordem de classificação.

**5.1.1** Os professores e pedagogos classificados em número excedente às vagas ofertadas permanecerão na lista de classificação para preenchimento de vagas futuras ou substituições, se necessário, dentro da validade da seleção, conforme item 1.7.

**5.2** A oferta inicial de vagas acontecerá na distribuição de aulas para o ano letivo de 2023 conforme cronograma contido no item 12.

**5.2.1** Poderão ser ofertadas novas vagas para Formadores no decorrer do ano letivo a depender da quantidade de professores e pedagogos cursistas interessados no ingresso ao Grupo de Estudos Formadores em Ação.

**5.3** Ainda que o professor ou o pedagogo tenha efetuado duas inscrições em disciplinas distintas, a carga horária será distribuída conforme descrito nos itens 1.4, 5.4, 5.5 e 5.6.

**5.4** Serão distribuídas para os Professores 8 horas-aula e 2 horas-atividade para a realização das atribuições do Professor Formador descritas no item 6.

**5.5** Será atribuído ao Professor Formador 3 turmas com 2 horas-aula semanais para cada turma, totalizando 6 horas-aula semanais, acrescidas de 2 horas-aula semanais a serem desenvolvidas obrigatoriamente em atividades com NRE e SEED, e 2 horas-atividade.

**5.6** Será atribuído ao Pedagogo Formador e Professor Formador inscrito na disciplina Educação Especial com um cargo efetivo de 40 horas ou dois cargos efetivos de 20 horas na mesma disciplina de concurso, 6 turmas com 2 horas-aula semanais para cada turma, totalizando 12 horas-aula semanais, acrescidas de 3 horas-aula semanais a serem desenvolvidas obrigatoriamente em atividades com NRE e SEED, e 5 horas-atividade.

**5.7** Ao pedagogo detentor de apenas um cargo de 20 horas, as aulas serão atribuídas em forma de aulas extraordinárias, podendo assumir 3 turmas de 2 horas-aula semanais para cada turma, totalizando 6 horas-aula semanais, acrescidas de 2 horas-aula semanais que serão desenvolvidas obrigatoriamente em atividades com NRE e SEED, e 2 horas-atividade; ou 6 turmas de 2 horas-aula semanais para cada turma, totalizando 12 horas-aula semanais, acrescidas de 3 horas-aula semanais a serem desenvolvidas obrigatoriamente em atividades juntamente com o NRE e a SEED, e 5 horas-atividade, considerando a existência de vagas.

**5.8** Ao professor efetivo da Educação Especial, detentor de apenas um cargo de 20 horas, as aulas serão atribuídas em forma de aulas extraordinárias, podendo o Professor Formador assumir 3 turmas de 2 horas-aula semanais para cada turma, totalizando 6 horas-aula semanais, acrescidas de 2 horas-aula semanais a serem desenvolvidas obrigatoriamente em atividades com o NRE e a SEED, e 2 horas-atividade, ou 6 turmas de 2 horas-aula semanais para cada turma, totalizando 12 horas-aula semanais, acrescidas de 3 horas-aula semanais, a serem desenvolvidas obrigatoriamente em atividades com o NRE e a SEED, e 5 horas-atividade, considerando a existência de vagas.

**5.9** No início de cada trimestre, a SEED disponibilizará os temas, vinculados às disciplinas de inscrição, que serão abordados nos Grupos de Estudos.

**5.10** Os temas previstos para o primeiro trimestre estão disponíveis no Anexo III, sujeitos a alteração.

**5.11** Na distribuição de aulas o Pedagogo Formador e o Professor Formador deverão escolher apenas um tema.

**5.12** O horário das aulas, bem como das reuniões com o NRE e a SEED, será definido pela SEED, sujeito a alteração a qualquer tempo.

**5.13** Os professores deverão escolher o tema, o dia e o horário de sua preferência durante a distribuição de aulas, condicionados à existência de turmas/vagas, respeitando a ordem de classificação.

**5.13.1** Poderá ocorrer trocas de temas de acordo com a necessidade da Escola de Formação Continuada Formadores em Ação, em comum acordo com o Formador.

**5.14** Não serão atribuídas aulas aos professores e pedagogos que estiverem em licenças concedidas e/ou afastados temporariamente de função no momento da distribuição de aulas, mantendo-se a sua classificação.

**5.15** As aulas em caráter de substituição decorrente de afastamentos serão atribuídas somente aos professores e pedagogos classificados com carga horária disponível, mantendo-se sua classificação.

**5.15.1** Os professores e pedagogos que já atuam como Formadores e que possuem carga horária disponível poderão assumir aulas de substituição como aulas extraordinárias, aumentando sua carga horária como Formadores.

**5.16** Com exceção do Pedagogo e do Professor da Educação Especial, com apenas um cargo de 20 horas, os demais professores e pedagogos terão aulas atribuídas no cargo efetivo.

#### 6. Das atribuições do Professor Formador e do Pedagogo Formador

**6.1** Formar os professores e pedagogos cursistas para o alcance dos objetivos educacionais da instituição de ensino e do processo de ensino-aprendizagem.

**6.2** Realizar atividades de suporte pedagógico e orientação educacional com os professores e pedagogos cursistas visando ao desenvolvimento profissional.

**6.3** Cumprir a carga horária estabelecida no item 1.4.

**6.4** Participar de reuniões semanais com a SEED e o NRE para orientações e encaminhamentos dos materiais, roteiros de formação e demais ações, em horário pré-agendado, de forma presencial ou *on-line*.

**6.4.1** Nas reuniões *on-line*, os Formadores deverão estar com suas câmeras abertas, visando à plena identificação e participação.

**6.5** Participar de formações com a SEED e o NRE quando solicitado, em horário pré-agendado, de forma presencial ou *on-line*.

**6.5.1** Nas formações *on-line*, os Formadores deverão estar com suas câmeras abertas, visando à plena identificação e participação.

**6.6** Orientar os cursistas sobre a dinâmica do Grupo de Estudos e acompanhar o desenvolvimento das atividades na sua turma, bem como auxiliá-los



quanto à utilização da credencial institucional @escola para acesso às salas virtuais, reuniões *on-line* e outras ferramentas concernentes à atuação do Professor e do Pedagogo Formador.

**6.7** Responder às solicitações dos cursistas e emitir *feedback* das atividades dentro do horário de trabalho, incluindo-se as horas atividades semanais, estipuladas em horários pré-definidos com o Tutor de Formação do NRE.

**6.8** Mediar didática e pedagogicamente as atividades, tendo como referência o conteúdo específico dos roteiros da formação, bem como orientar e avaliar as atividades propostas, conforme orientações encaminhadas pela coordenação do Grupo de Estudos Formadores em Ação.

**6.9** Acompanhar e registrar a frequência e a avaliação dos cursistas no Livro de Registro e Chamada Online (LRCO) dentro do prazo estabelecido.

**6.10** Registrar nas salas do *Google Classroom* as agendas de trabalho, o acompanhamento das atividades e os *links* das reuniões a serem realizadas com os professores cursistas, bem como suas respectivas gravações, mantendo o ambiente virtual organizado e atualizado.

**6.11** Realizar ações de engajamento e busca ativa, a fim de garantir o desenvolvimento das atividades dos cursistas na Plataforma *Google Classroom* ou em outra plataforma indicada pela SEED.

**6.12** Responder e atender às solicitações dos Tutores de Formação do NRE e SEED dentro do prazo estabelecido.

**6.13** Zelar pelo cumprimento da Lei Federal n.º 9.610/1998 – Lei de Direitos Autorais, e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

**6.14** Informar, no prazo de até 24 horas, o Tutor de Formação do NRE sobre qualquer afastamento legalmente concedido durante o período em que estiver atuando na função.

## 7. Das Comissões

### 7.1 Da Comissão dos Núcleos Regionais de Educação

Caberá a cada Núcleo Regional de Educação (NRE) formar uma comissão composta por técnicos do NRE, sendo: um Tutor de Formação, um técnico de Educação Especial, um técnico do Edutech, um técnico do Novo Ensino Médio (NEM), um técnico do Programa Mais Aprendizagem (PMA), um técnico de cada uma das áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, um pedagogo, além de um representante do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH e um Coordenador Pedagógico, nomeados por Ato Administrativo emitido pela Chefia do NRE para atuarem no acompanhamento e na orientação do processo, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

- responsabilizar-se pelo processo de divulgação do Edital em sua região;
- analisar e atribuir pontuação nas etapas da seleção indicadas neste Edital;
- receber e responder os recursos interpostos nos prazos estabelecidos;
- dar ciência dos pareceres finais dos recursos aos interessados;
- tornar público o cronograma de convocação para a distribuição das aulas do Grupo de Estudos Formadores em Ação no site do NRE, na seção 'Avisos';
- acompanhar o processo de distribuição das aulas em apoio ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH do NRE.

### 7.2 Da Comissão Especial da SEED

A organização do Processo de Seleção caberá à Diretoria de Educação – DEDUC, que instituirá uma Comissão composta por três representantes do Núcleo Formadores em Ação, um representante do Departamento de Acompanhamento Pedagógico, um representante do Departamento de Educação Inclusiva, um representante do Departamento de Programas para a Educação Básica, um representante do Departamento de Educação Profissional, um representante do Departamento de Desenvolvimento Curricular e um representante do Grupo de Recursos Humanos Setorial, nomeados por ato administrativo emitido pela Diretoria-Geral para atuarem no acompanhamento e na orientação do processo com as seguintes atribuições:

- responsabilizar-se por todo o Processo de Seleção de Pedagogos e Professores Formadores, acompanhando as fases do certame;
- conferir os dados inseridos no formulário pelos candidatos e homologar as inscrições;
- tornar pública a abertura de inscrições, por meio de Edital a ser divulgado no endereço eletrônico [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao) e publicado no Diário Oficial do Estado;
- tornar pública a Lista de Candidatos Classificados em todas as etapas do processo seletivo no endereço eletrônico [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao);
- tornar público o Resultado Final de Classificação do Processo de Seleção no endereço eletrônico [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao) e no Diário Oficial, após a análise dos recursos;
- tornar público o cronograma de convocação para a distribuição das aulas do Grupo de Estudos Formadores em Ação no endereço eletrônico [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao).

## 8. Dos Recursos

**8.1** Os candidatos poderão interpor recurso em relação às seguintes etapas: homologação das inscrições, análise do vídeo, experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação e classificação provisória.

**8.2** O candidato poderá interpor recurso, no prazo estabelecido no item 12, após a divulgação dos resultados de cada etapa, por meio de formulário *on-line* no endereço eletrônico: <https://forms.gle/mtMrHjsma5uehLry9>.

**8.3** Os recursos previstos no item 8.2 serão analisados pelas Comissões do NRE e/ou SEED, formalmente designadas de acordo com este Edital, no prazo estabelecido no item 12.

**8.4** Não caberá pedido de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso.

## 9. Da Classificação

**9.1** De acordo com o estabelecido no item 4, a classificação final será baseada na pontuação final calculada da seguinte forma:

PF = PV + PE, em que:

PF = Pontuação Final (valor 0 a 100 pontos);

PV = Pontuação obtida no vídeo (valor de 0 a 50 pontos);

PE = Pontuação obtida pelo tempo de experiência/atuação no Grupo de Estudos (valor de 0 a 50 pontos).

**9.2** Será desclassificado do processo de seleção o professor e pedagogo que:

- obtiver nota inferior a 30 pontos no vídeo;
- não atender aos requisitos estabelecidos nos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16, 3.1 e 3.2 deste Edital.

**9.3** Em caso de empate na classificação, os critérios para desempate observarão a seguinte ordem:

- maior pontuação obtida na experiência como Professor ou Pedagogo Formador no Grupo de Estudos Formadores em Ação;
- maior pontuação obtida no vídeo;
- maior idade.

### 10. Do Resultado Final

**10.1** O resultado final será publicado em três listas: por disciplina de inscrição, por eixo tecnológico da Educação Profissional e classificação geral, ordenadas de acordo com os valores decrescentes das pontuações finais, no endereço eletrônico [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao), no site do NRE, na seção 'Avisos' e no Diário Oficial do Estado.

**10.2** Somente após a homologação do resultado final os candidatos estarão aptos a serem convocados para a distribuição de aulas.

### 11. Do fim de lista, desistência e exclusão do candidato

**11.1** Perderá a colocação original de classificação e será remetido para o fim da respectiva lista de classificados o candidato que não possuir disponibilidade de dias e horários nas vagas ofertadas ou que não participar da distribuição de aulas.

**11.2** O candidato remetido para fim de lista poderá ser reconvocado, após todos os demais classificados da respectiva lista terem sido convocados.

**11.3** O candidato que constar na lista de classificação final desta seleção será considerado desistente se, em fim de lista, não comparecer quando reconvocado, ou quando assinar Declaração de Desistência – Anexo VIII, a qual deverá ser encaminhada ao Tutor de Formação do NRE.

**11.4** O candidato será excluído deste Processo de Seleção se comprovada ilegalidade nas informações prestadas no ato da inscrição ou declaração falsa ou inexistente, não sendo permitido o seu retorno, sem prejuízo da apuração administrativa e, por conseguinte, o encaminhamento às providências cabíveis cíveis e criminais.

**11.5** Poderão ser excluídos do Processo de Seleção o Professor Formador e o Pedagogo Formador que não participarem e/ou concluírem a formação proposta pela SEED.

**11.6** Poderá ser fechada a turma do Professor Formador e do Pedagogo Formador que apresentar perda de 30% ou mais de professores cursistas.

**11.7** Poderão ser excluídos do Processo de Seleção o Professor Formador e o Pedagogo Formador que não estiverem desempenhando sua função e desenvolvendo seu trabalho de acordo com as atribuições do item 6 deste Edital.

**11.8** A exclusão do Professor Formador e do Pedagogo Formador do Processo de Seleção será precedida de comunicação que apresente a motivação e a fundamentação para essa exclusão, possibilitando a esses profissionais a oportunidade de se manifestarem.

**11.9** Em caso de fechamento de turmas, os professores e pedagogos efetivos que assumiram aulas do Grupo de Estudos Formadores em Ação poderão completar a carga horária na instituição de ensino de lotação, assumindo aulas e/ou funções na disciplina de concurso e, na falta destas, na segunda habilitação, anteriormente atribuídas em caráter definitivo a professores e pedagogos contratados em Regime Especial (CRES), respeitando a ordem inversa da classificação gerada pela atribuição de aulas/funções, de acordo com os critérios regulamentados em Resolução de distribuição de aulas/função vigente.

**11.9.1** Não havendo aulas e/ou funções na disciplina de concurso ou na segunda habilitação atribuídas em caráter definitivo a professor contratado em Regime Especial (CRES), na instituição de ensino de lotação, o professor ou o pedagogo poderá assumir aulas/funções na disciplina de concurso e, na falta destas, na segunda habilitação, em instituição de ensino vinculada ao Núcleo Regional de Educação, anteriormente atribuídas em caráter definitivo a

professor contratado em Regime Especial (CRES), respeitando a ordem inversa da classificação gerada pela atribuição de aulas/funções, de acordo com os critérios regulamentados em Resolução de distribuição de aulas/função vigente.

## 12. Do cronograma

Este processo seletivo obedecerá ao seguinte cronograma:

Ação	Período de realização
Período de inscrições	12/09/2022 a 04/10/2022
Homologação provisória das inscrições	10/10/2022
Período de apresentação de recursos contra a homologação das inscrições	12/10/2022
Homologação final das inscrições	18/10/2022
Resultado provisório da análise do vídeo e da experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação	07/11/2022
Período de apresentação de recursos do resultado da análise do vídeo e da experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação	08/11/2022
Resultado final da análise do vídeo e da experiência no Grupo de Estudos Formadores em Ação	21/11/2022
Divulgação da classificação provisória	21/11/2022
Período de apresentação de recursos contra a classificação provisória	22/11/2022
Divulgação da classificação final	28/11/2022
Publicação do cronograma de convocação para a distribuição de aulas	28/11/2022

## 13. Das disposições finais

**13.1** A participação dos candidatos no Processo de Seleção não implica a obrigatoriedade de chamamento, ocorrendo apenas expectativa de convocação e realização das atividades pertinentes ao Grupo de Estudos Formadores em Ação.

**13.2** Fica reservado à Diretoria de Educação – DEDUC o direito de proceder ao chamamento, em número que atenda ao interesse e às necessidades da administração, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final e ao prazo de vigência deste Edital.

**13.3** A SEED não se responsabiliza por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica, falhas de sistemas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados do equipamento utilizado pelo candidato ao sistema de inscrição.

**13.4** É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Processo de Seleção divulgados no endereço eletrônico [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao) e no site do NRE, na seção 'Avisos'.

**13.5** Os professores e pedagogos selecionados por força deste Edital não perderão a sua lotação.

**13.6** O cronograma de convocação para a distribuição das aulas do Grupo de Estudos Formadores em Ação será disponibilizado no endereço eletrônico: [http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores\\_acao](http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br/formadores_acao) e no site do NRE, na seção 'Avisos'.

**13.7** O presente Edital é válido para o ano de 2023, com possibilidade de prorrogação para o ano de 2024.

**13.8** Caso haja abertura/criação de novos temas durante sua vigência, serão utilizadas as listas de classificação deste Edital.

**13.9** Caso não haja inscritos em número suficiente em um dos temas, poderão ser convocados professores e pedagogos classificados em outras disciplinas de inscrição, de acordo com os critérios definidos pela SEED.

**13.10** Quanto ao tratamento dos dados pessoais, será obedecida a legislação atinente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal n.º 13.709/2018).

**13.11** Os casos omissos serão decididos à luz do exposto na legislação de regência, de modo que, apenas em caráter residual, poderão ser resolvidos pelo Núcleo Formadores em Ação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinícius Mendonça Neiva  
Diretor-Geral

## ANEXO I DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED

### ORIENTAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DO VÍDEO DE SELEÇÃO DE PROFESSOR E PEDAGOGO FORMADOR PARA O GRUPO DE ESTUDO FORMADORES EM AÇÃO

**1. Orientação Pedagógica para Professores inscritos nas disciplinas de Arte, Biologia, Cidadania e Cívismo, Ciências, Educação Financeira, Educação Física, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Ensino Religioso, Filosofia, Física, Formação de Docentes, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Mais Aprendizagem (PMA), Matemática, Pensamento Computacional, Projeto de Vida, Química, Robótica e Sociologia.**

O contexto de formação do Grupo de Estudo Formadores em Ação tem como objetivo "Ressignificar as práticas pedagógicas curriculares, por meio do uso de diferentes recursos, bem como levar os cursistas à reflexão e à prática de metodologias ativas". Desta forma, planejar é uma ação imprescindível na rotina docente. Por meio do planejamento, o trabalho docente é organizado, direcionando o processo de ensino-aprendizagem, considerando o que ensinar (conteúdo), para quem (estudantes) e para que (objetivos de aprendizagem), além do como ensinar (encaminhamentos metodológicos) e acompanhar todo esse processo (avaliação).

Na produção do vídeo, o candidato **discorrerá sobre uma reunião do Grupo de Estudos a ser realizada com os cursistas**. A reunião deverá contemplar um tema/aula, uma metodologia ativa e recursos digitais e/ou analógicos. O candidato deve explicar como faria essa abordagem do conteúdo a fim de garantir uma reunião interativa e concernente à metodologia escolhida, favorecendo a formação significativa dos professores cursistas.

Seu vídeo deve conter:

**a) Momento de Acolhimento:** O acolhimento deve prever a recepção dos cursistas, bem como fazer uma introdução e sensibilização ao tema que será trabalhado na formação, deve ser estruturado de modo que esteja de acordo com o restante da reunião e que traga reflexões sobre a temática.

**b) Plano de aula:** O candidato poderá utilizar o material disponível no Módulo Planejamento do Livro Registro de Classe Online – LRCO 1.º ou 2.º trimestre, ou um plano de aula de sua preferência, trazendo a temática da referida aula.

**c) Metodologia ativa:** O candidato deve escolher uma metodologia ativa que será utilizada para o desenvolvimento do tema/aula escolhido, visando à participação ativa dos cursistas no contexto de sua aprendizagem, assim como a percepção do professor formador como facilitador efetivo do conhecimento, contextualizando o que está sendo abordado.

**d) Recursos digitais e/ou analógicos:** Um recurso digital ou analógico que poderá ser utilizado para trabalhar com o conteúdo apontado no tema/aula escolhido.

**e) Estratégia de interação entre os participantes:** Propor, ao longo do vídeo, estratégias que servirão de incentivo para engajamento dos cursistas, motivando-os a compartilhar suas práticas e experiências, bem como engajar e resgatar o professor cursista, caso ele não esteja realizando atividades e não esteja participando de maneira colaborativa no grupo.

## 2. Orientação Pedagógica para Professores inscritos na disciplina Educação Especial

O contexto de formação do Grupo de Estudos Formadores em Ação tem como objetivo "O Atendimento Educacional Especializado e o Trabalho Colaborativo para a inclusão dos estudantes". As políticas da Educação Especial na perspectiva inclusiva, a compreensão das funções de cada docente para a efetivação de suportes e apoios tanto pedagógicos quanto funcionais, a orientação das práticas de ensino para a acessibilidade curricular e o desenvolvimento de habilidades essenciais nos estudantes são conhecimentos que serão discutidos e estudados no Grupo de Estudos, bem como a compreensão de que é necessário um trabalho colaborativo entre toda a comunidade escolar para a promoção do potencial de aprendizagem dos estudantes da Educação Especial.

Na produção do vídeo, o candidato discorrerá sobre:

**a) Momento de Acolhimento:** O acolhimento deve prever a recepção dos cursistas, preparar a audiência para o tema que será proposto durante esse encontro, buscando estabelecer vínculo entre o formador e o cursista.

**b) Abordagem do Tema do Atendimento Educacional Especializado. O seu vídeo deve contemplar:**

- A organização do Atendimento Educacional Especializado na rede estadual do Paraná e a perspectiva inclusiva, com ênfase na atuação do professor quanto às práticas pedagógicas inclusivas.

- A discussão sobre como o trabalho docente deve ser desenvolvido a partir das adequações curriculares.

- Apresentação das ações necessárias para o encaminhamento de um trabalho colaborativo na escola, pensando na dimensão do atendimento aos estudantes.

**c) A perspectiva para ser um Professor Formador:**

- Quais serão as estratégias para incentivar professores e cursistas a compartilhar saberes e aceitar as contribuições dos demais colegas do Grupo de Estudos?

- Quais estratégias serão utilizadas para estimular, engajar e resgatar o professor cursista, caso ele não esteja realizando atividades e não esteja participando de maneira colaborativa no grupo?

### 3. Orientação Pedagógica para Professores Pedagogos

O contexto da formação do Grupo de Estudo Formadores em Ação com os pedagogos tem como objetivo ressignificar as práticas pedagógicas, por meio do uso de diferentes recursos tecnológicos, bem como levar os cursistas à reflexão sobre sua atuação profissional, com foco no fortalecimento da identidade profissional e no desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria do ensino e da aprendizagem escolar. A organização do trabalho pedagógico, de tempos e espaços, é imprescindível na rotina do pedagogo, para que o pedagogo possa acompanhar e desenvolver ações que apoiem o processo de ensino e aprendizagem.

Para o pedagogo será solicitado a elaboração de um vídeo sobre a sua atuação como formador no Grupo de Estudos, demonstrando através de suas experiências, como atuaria com os demais pedagogos, por meio de ações, exemplos de implementação, engajando e inspirando os cursistas. Desse modo, deverá explicar como desenvolveria esta ação com foco na formação continuada em serviço do pedagogo. O vídeo deve contemplar as etapas de trabalho, os procedimentos e os recursos utilizados.

Na produção do vídeo, o candidato deve discorrer sobre o seu modo de conduzir uma reunião dos formadores junto aos cursistas. A reunião deverá contemplar um tema relacionado à atuação do pedagogo como membro da equipe gestora da instituição escolar. Exemplo: Acompanhamento da hora-atividade, Observação de Sala de Aula, Organização do Conselho de Classe etc.

Para isso, ele deverá apresentar os seguintes pontos:

**a) Estratégias de acolhimento aos cursistas,** indicando o que pretende desenvolver ao longo do encontro.

**b) Exemplos oriundos da própria experiência,** a fim de engajar os cursistas sobre a importância e a necessidade de discutir com o grupo possibilidades de implementação das ações em sua realidade escolar.

**c) Boa comunicação:** tom de voz adequado, objetividade e clareza na exposição das ideias e nos questionamentos realizados aos cursistas.

**d) Diretividade nos comandos da mão na massa,** destacando: tempo, etapas e formas de socialização.

### 4. Orientação Técnica

Quanto à produção do vídeo, é preciso estar atento para os seguintes itens:

**a) Tempo** – o vídeo deverá ter no mínimo 8 minutos e no máximo 12 minutos. É imprescindível respeitar os limites de tempo.

**b) Planejamento sobre o que vai falar no vídeo** – escrever um roteiro que contemple os itens abordados na orientação pedagógica e que seja factível no tempo estimado.

**c) Local de gravação** – para gravar o vídeo, procurar um local que ofereça conforto visual ao espectador, bem iluminado, sem vento para evitar interferência na captação do som.

**d) Enquadramento:** utilizar o Plano Médio (PM) – mostra meio objeto, ou seja, a pessoa da cintura para cima. Procurar estar em um lugar sem muita decoração (evitando assim distrações e ou interferências visuais).

**e) Compartilhamento do vídeo** – o vídeo deverá ser compartilhado via [link](#) do YouTube, Drive ou outra plataforma de compartilhamento, desde que permita a visualização pela equipe avaliadora. Para enviar o vídeo para o YouTube, o candidato poderá se orientar pelo tutorial disponível neste endereço: <https://drive.google.com/file/d/1PcAomPDwLMx0dRgmwq-BNFCGdWZtkAK2/view>.

**f) Tutorial** – Caso não tenha um canal do YouTube e precise criá-lo, o candidato poderá consultar o tutorial disponível neste endereço: <https://drive.google.com/file/d/1yZAA5826gaodMoCXIW7FYuVWaaAlm8m/view>.

**g) Entrega do vídeo** – o [link](#) do vídeo deverá ser compartilhado no momento da inscrição, indicando o [link](#) no local específico dentro do formulário. O candidato deverá assegurar a disponibilidade do vídeo durante todo o período de validade do certame.

### 5. Critérios de avaliação do vídeo elaborado pelos candidatos

**a) Critérios para avaliação do vídeo do Professor Formador para todos as disciplinas de inscrição, exceto Educação Especial e Pedagogia:**

- Atendimento às orientações técnicas da produção do vídeo (4 pontos);
- Articulação do plano de aula utilizado com a temática, recursos e metodologias ativas (10 pontos);
- Demonstração de conhecimento de recursos tecnológicos e/ou analógicos (8 pontos);
- Demonstração de conhecimento em metodologias ativas (8 pontos);
- Apresentação de estratégias de interação e engajamento (10 pontos);
- Desenvoltura, articulação e clareza das ideias apresentadas (10 pontos).

**b) Critérios para avaliação do vídeo do Professor Formador inscrito na disciplina Educação Especial:**

- Atendimento às orientações técnicas da produção do vídeo (4 pontos);
- Demonstra criatividade e engajamento no acolhimento (12 pontos);
- Demonstra conhecimento do atendimento educacional especializado e da importância do trabalho colaborativo (12 pontos);
- Apresenta estratégias de incentivo à participação, interação, engajamento e resgate dos cursistas (12 pontos);
- Desenvoltura, articulação e clareza das ideias apresentadas (10 pontos).

**c) Critérios para avaliação do vídeo do Pedagogo Formador:**

- Atendimento às orientações técnicas da produção do vídeo (4 pontos);
- Apresentação de estratégias de acolhimento (10 pontos);
- Apresentação de estratégias de engajamento que propiciem participação ativa do cursista em todo o encontro (12 pontos);
- Utilização de uma boa comunicação: tom de voz adequado, objetividade e clareza na exposição das ideias e nos questionamentos realizados aos cursistas (12 pontos);
- Diretividade e clareza nos comandos apresentados nas atividades a serem realizadas (12 pontos).

### ANEXO II DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED EXPERIÊNCIA NO GRUPO DE ESTUDOS FORMADORES EM AÇÃO REQUISITOS CLASSIFICATÓRIOS

EXPERIÊNCIA NO GRUPO DE ESTUDOS	CÁLCULO DE PONTOS	LIMITE DE PONTOS
Atuação certificada em 2022 no Grupo de Estudos Formadores em Ação como Professor ou Pedagogo Formador	20 pontos a cada certificação	40 pontos
Atuação certificada em 2022 no Grupo de Estudos Formadores em Ação como Professor ou	10 pontos a cada 40h	20 pontos

Pedagogo Cursista		
TOTAL MÁXIMO =		50 pontos

**ANEXO III DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED**  
**PREVISÃO DE TEMAS QUE SERÃO ABORDADOS NOS GRUPOS DE ESTUDOS NO 1.º TRIMESTRE E REQUISITOS PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS**

Tema	Atribuição de aulas para as seguintes disciplinas de inscrição	Listagem de classificação (em ordem de prioridade)
Acompanhamento da hora-atividade e observação de sala de aula	Pedagogia	Lista de classificação de Pedagogia
Aprendizagem Ativa	Todas as disciplinas de inscrição, exceto Pedagogia e Educação Especial	Lista de classificação geral
Avaliação para a Aprendizagem	Todas as disciplinas de inscrição, exceto Pedagogia e Educação Especial	Lista de classificação geral
Gestão de Sala de Aula	Todas as disciplinas de inscrição, exceto Pedagogia e Educação Especial	Lista de classificação geral
Gestão Pedagógica (Pedagogo Formador)	Pedagogia	Lista de classificação de Pedagogia
Recursos Educacionais Digitais (RED)	Todas as disciplinas de inscrição, exceto Pedagogia e Educação Especial	Lista de classificação geral
Arte – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Arte	Lista de classificação de Arte
Biologia	Biologia	Lista de classificação de Biologia
Cidadania e Civismo	Cidadania e Civismo e Filosofia	1.º - Lista de classificação de Cidadania e Civismo 2.º - Lista de classificação de Filosofia
Ciências	Ciências	Lista de classificação de Ciências
Educação Especial	Educação Especial	Lista de classificação de Educação Especial
Educação Financeira	Educação Financeira	Lista de classificação de Educação Financeira
Educação Física – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Educação Física	Lista de classificação de Educação Física
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Lista de classificação de Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Educação Profissional	Educação Profissional	Lista de classificação de Educação Profissional
Ensino Religioso	Ensino Religioso	Lista de classificação de Ensino Religioso
Filosofia	Filosofia	Lista de classificação de Filosofia
Física	Física	Lista de classificação de Física
Formação de Docentes	Formação de Docentes	Lista de classificação de Formação de Docentes
Geografia – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Geografia	Lista de classificação de Geografia
História – Ensino Fundamental e Ensino Médio	História	Lista de classificação de História
Língua Espanhola	Língua Espanhola	Lista de classificação de Língua Espanhola
Língua Inglesa – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Língua Inglesa	Lista de classificação de Língua Inglesa
Língua Portuguesa – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Língua Portuguesa	Lista de classificação de Língua Portuguesa
Mais Aprendizagem (PMA) Leitura, Interpretação e Escrita	Mais Aprendizagem (PMA)	Lista de classificação de Mais Aprendizagem (PMA)

Mais Aprendizagem (PMA) Resolução de Problemas	Mais Aprendizagem (PMA)	Lista de classificação de Mais Aprendizagem (PMA)
Matemática – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Matemática	Lista de classificação de Matemática
Pensamento Computacional	Pensamento Computacional	Lista de classificação de Pensamento Computacional
Programação – Ensino Fundamental e Ensino Médio	Pensamento Computacional	Lista de classificação de Pensamento Computacional
Projeto de Vida	Projeto de Vida	Lista de classificação de Projeto de Vida
Química	Química	Lista de classificação de Química
Robótica	Robótica	Lista de classificação de Robótica
Sociologia	Sociologia	Lista de classificação de Sociologia

**ANEXO IV DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED  
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, em atendimento aos itens 2.13 e 3.4, do Edital n.º 7/2022 – DG/SEED e para todos os efeitos legais, DECLARO não haver sofrido no exercício profissional ou de qualquer função pública, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de suspensão, demissão ou cassação, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2022.  
(Local) (data)

Assinatura do(a) declarante

**ANEXO V DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED  
TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS AUTORAIS**

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Autorais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de dezembro de 1998, eu \_\_\_\_\_, (nome completo e por extenso do(a) autor(a)), CPF n.º \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, denominado CEDENTE, autorizo a cessão e transferência de direitos autorais a partir desta data e isento de qualquer ônus, do material produzido durante o processo seletivo, bem como do material produzido ao longo do Grupo de Estudos, para a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, denominada CESSIONÁRIA, como justo e acordado, na melhor forma de direito, conforme segue:

O CEDENTE, cede, a título gratuito e universal, à CESSIONÁRIA todos os direitos patrimoniais da obra, objeto deste Termo, como exemplificativamente os direitos de reprodução, impressão, publicação e distribuição para fins específicos, educativos, técnicos e culturais, nos termos da Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da Constituição Federal de 1988, sem que isso implique qualquer ônus à CESSIONÁRIA.

A CESSIONÁRIA fica autorizada pelo CEDENTE a publicar a obra autoral especificada supra em mídia impressa, que se fizer necessária para sua divulgação, bem como utilizá-la para fins específicos, educativos, técnicos e culturais.

A CESSIONÁRIA garante a indicação de autoria em todas as publicações em que a obra em pauta for veiculada, bem como se compromete a respeitar todos os direitos morais do autor, nos termos da Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da Constituição Federal de 1988.

Os direitos autorais patrimoniais referentes ao objeto do presente Termo são cedidos sem qualquer ônus para a CESSIONÁRIA.

O CEDENTE isenta a CESSIONÁRIA, pelo prazo de 10 (dez) anos, de qualquer pagamento relativo à cessão de direitos autorais e patrimoniais inerentes ao trabalho técnico objeto do presente Termo.

O presente instrumento vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de sua assinatura. O cedente se reserva o direito de prorrogar o presente, nos termos da Lei n.º 9.610/98 e suas eventuais alterações.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2022.  
(Local) (data)

Assinatura do(a) cedente

**ANEXO VI DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED  
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, ÁUDIO E VÍDEO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, e CEP \_\_\_\_\_,

AUTORIZO o uso de imagem, voz, nome, trabalhos e depoimentos pessoais em formato de material audiovisual (fotos, filmes e/ou áudios) enviada à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, sem finalidade comercial, com o fim específico de publicação de conteúdo pedagógico, sem qualquer ônus para a instituição e em caráter definitivo.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) homepage; (II) cartazes; (III) divulgação em geral e canais de YouTube.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2022.  
(Local) (data)

Assinatura do declarante

Obs.: Cada pessoa que aparecer na filmagem deverá assinar um termo como este.

**ANEXO VII DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED  
DECLARAÇÃO DE USO DE DADOS PESSOAIS**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro que fui orientado(a) de forma clara sobre o tratamento de dados pessoais pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, conforme as seguintes disposições:

Em observância à Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normativas aplicáveis sobre proteção de dados pessoais, manifesto que estou ciente que a SEED realizará o tratamento de meus dados pessoais para as finalidades e de acordo com as condições aqui estabelecidas.

**Finalidades do tratamento**



Estou ciente que os meus dados pessoais poderão ser utilizados pela SEED para:

1. Conferência do perfil funcional do candidato e cumprimento dos pré-requisitos previstos no Edital;
2. Verificação da existência de afastamentos;
3. Organização e alocação no Ambiente de Aprendizagem Virtual – AVA.

#### Especificação e Tratamento de Dados Pessoais

Abaixo, apresentamos as informações pessoais coletadas pela SEED e respectivas finalidades:

- CPF e RG: utilizados para conferência do perfil funcional do candidato e cumprimento dos pré-requisitos previstos no Edital e verificação de afastamentos;
- Nome: utilizado para conferência do perfil funcional do candidato e cumprimento dos pré-requisitos previstos no Edital e verificação de afastamentos;
- Telefone: utilizado para contatar o candidato sobre o processo de seleção;
- E-mail: utilizado para organização e alocação no Google Classroom e informativos sobre a seleção e formação.

#### Canal de Atendimento

Estou ciente que posso utilizar o canal de atendimento à LGPD da SEED, por meio do endereço eletrônico [lucianaortiz@educacao.pr.gov.br](mailto:lucianaortiz@educacao.pr.gov.br) ou website <https://www.educacao.pr.gov.br/Nics-Seed>, para tirar dúvidas e/ou realizar solicitações relacionadas ao tratamento dos meus dados pessoais.

Por fim, declaro ter lido e concordado com os presentes termos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.  
(Local) (data)

Assinatura do(a) declarante

#### ANEXO VIII DO EDITAL N.º 7/2022 – DG/SEED DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), RG n.º \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, servidor(a) público(a), declaro que desisto do Processo Seletivo para atuar como Professor Formador ou Pedagogo Formador no Grupo de Estudos Formadores em Ação, referente ao Edital n.º 7/2022 – DG/SEED, no qual fui aprovado(a).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.  
(Local) (data)

Assinatura do(a) Professor(a) ou Pedagogo(a)

Telefone para contato: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

96947/2022

#### RESOLUÇÃO N.º 5447/2022 - GS/SEED

**Súmula:** Substitui membros de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, considerando o contido no Protocolado N.º 17.467.801-4,

#### R E S O L V E

**Art. 1º – DESIGNAR** Eliane D Avila RG/PR 8.938.189-4, Evane Petla Mendes Dias RG/PR 3.031.794-7 e André Cândido Delavy RG/PR 9.057.413-2, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, em substituição aos servidores Rosana Alves Nobre, RG n.º 8.569.560-6, Mildredes Ester Przybic, RG n.º 4.713.105-7 e Alessandra Fábio Alves dos Santos, RG n.º 5.733.712-6, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Loanda-Pr, designados pela Resolução n.º 5120/2022 – GS/SEED de 25 de agosto de 2022, publicada em Diário oficial do Estado n.º 11247, sendo a substituição necessária em razão do demandas dos servidores.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 - GS/SEED**

**Delegação de Competência de Diretor-Geral**

96408/2022

#### RESOLUÇÃO N.º 5449/2022 - GS/SEED

**Súmula:** Rescisão Contrato pelo Regime Especial, via Processo Seletivo Simplificado - PSS

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, considerando o contido no Protocolado n.º 18.407.597-0, Autos n.º 026/2022.

#### R E S O L V E:

**Art. 1º – RESCINDIR** o contrato por prazo determinado celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná e o servidor **Rodrigo da Silva Velozo**, RG n.º 9.373.986-8, contratado por Processo Seletivo Simplificado – PSS, em exercício no Colégio Estadual Professor José Guimarães; Colégio Estadual Professora Luiza Ross; Colégio Estadual Máximo Atilio Asinelli e Colégio Estadual Professora Lara Bergmann – EFM, no município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba, com fulcro no Artigo 17, inciso III, da Lei Complementar n.º 108 de 18 de maio de 2005, c/c Artigo 279, inciso IV, V, VI, XII, da Lei n.º 6.174 de 20 de novembro de 1970, c/c cláusula sétima, cláusula oitava e cláusula nona do Contrato de Trabalho; por ser agente infracionário do Artigo 7º, incisos V, VI, VII e XII, da Lei Complementar n.º 07 de 22 de dezembro de 1976, Artigo 6º, inciso I, da Lei n.º 20.656/2021.

**Art. 2º** - O presentes Autos foi objeto do Processo de Sindicância nos Colégios supracitados, ambos no município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.

**Art. 3º** Publique-se e intime-se pessoalmente o funcionário, ficando a defensora dativa, Sra. Andrea Regina Zampier – RG n.º 4.819.584-9, intimada da presente Resolução a partir de sua publicação em Diário Oficial.

**Art. 4º** - Após, ao GRHS para providências.

**Art. 5º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 - GS/SEED**

**Delegação de Competência de Diretor-Geral**

96411/2022

#### RESOLUÇÃO N.º 5458/2022 - GS/SEED

**Súmula:** Rescisão Contrato pelo Regime Especial, via Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, considerando o contido no Protocolado n.º 18.857.154-9, Autos n.º 048/2022.

#### R E S O L V E:

**Art. 1º – RESCINDIR** o contrato por prazo determinado celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná e o servidor **Edmilson José da Silva**, RG n.º 6.284.017-0/P, contratado por Processo Seletivo Simplificado – PSS, em exercício no CE – Professor João Loyola – EFM, no município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba, com fulcro no Artigo 17, inciso III, da Lei Complementar n.º 108 de 18 de maio de 2005, c/c Artigo 279, inciso III, IV, V, alínea “d”, VI, VII, XIV, da Lei n.º 6.174 de 20 de novembro de 1970, c/c cláusula sétima, com a cláusula nona do Contrato de Trabalho; por ser agente infracionário do Artigo 7º, incisos V, VI, VII e XII, da Lei Complementar n.º 07 de 22 de dezembro de 1976, Artigo 6º, inciso I, da Lei n.º 20.656/2021.

**Art. 2º** - O presentes Autos foi objeto do Processo de Sindicância no Colégio Estadual Professor João Loyola – EFM, município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.

**Art. 3º** Publique-se e intime-se pessoalmente o funcionário, ficando os advogados de defesa, Dr. Rene Pelepiu – OAB/PR n.º 32.416, Dr. Agnaldo Ferreira dos Santos – OAB/PR n.º 59.405, Dra. Jucely Antoniazzi – OAB/PR n.º 70.934, Dra. Paula Ceolin Viana – OAB/PR n.º 81.090, Dr. Germano Augusto Pereira Sureck – OAB/PR n.º 86.419, Dr. Gabriel Basso de Figueiredo – OAB/PR n.º 85.932, Dra. Marina Brisolara Koloszwa – OAB/PR n.º 91.956 e Dra. Erica Fernanda da Motta – OAB/PR n.º 84.283, intimados da presente Resolução a partir de sua publicação em Diário Oficial.

**Art. 4º** - Após, ao GRHS para providências.

**Art. 5º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 - GS/SEED**

**Delegação de Competência de Diretor-Geral**

96430/2022



**RESOLUÇÃO N.º 5459/2022 - GS/SEED****Súmula:** *Instauração Sindicância PSS.*

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 6.174, de 20 de novembro de 1970, pelo art.6º, inciso 4º, da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, e pelo Decreto n.º 8.1987 de 02 de agosto de 2021, considerando o contido no Protocolado n.º 19.096.114-1

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** Designar **Roseli Botelho Perandrê**, RG N.º 5.691.462-5, **José Ricardo Matussi**, RG: 4.997.974-6, **Fernanda Gorri Pareja Cardoso**, RG n.º 4.361.617, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Goioerê, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância para apurar supostos indícios de irregularidades atribuídas à conduta da Servidora **Sandracina Aparecida de Mello Chagas, portadora do RG n.º 6.862.934-9**, Professora da disciplina de Matemática, Sob o regime Jurídico do PSS, em exercício no Colégio Estadual Cívico Militar “29 de Abril” – Ensino Fundamental e Médio, Município de Guaratuba, Estado do Paraná, Jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, supostamente descumpriu seus deveres como professora na Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Estado do Paraná, quanto: discricção, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir; observância das normas legais e regulamentares; exceto quando manifestamente ilegais; Assim agindo, em tese infringiu o Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná- Lei 6.174 de 1970, Art. 279, incisos III, V, Art. 289. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeito a uma das sanções administrativas previstas no Art.291, incisos I, II, III, VI, c/c o Art.293, incisos I ao V, da Lei n.º 6.174 de 1970 – Estatuto do Servidor Público, no Artigo 17, inciso III, da Lei n.º 108/2005, inclusive à rescisão contratual, conforme estabelecida na Cláusula Nona, incisos I ao V do seu Contrato de Trabalho.

**Art. 2.º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinícius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED****Delegação de Competência ao Diretor-Geral****96433/2022****RESOLUÇÃO N.º 5460/2022 - GS/SEED****Súmula:** *Afastamento cautelar.*

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, considerando o contido no Protocolado n.º 19.365.210-7 e anexo

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - DETERMINAR** o afastamento cautelar, por 30 (trinta) dias contínuos, com fulcro no Art. 103, da Lei Estadual 20.656, de 03 de agosto de 2021, a partir de **05/09/2022**, o servidor **Gerson Alves**, RG n.º 4.026.881-2, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 1, lotado no Colégio Estadual de Vila Ajambi – E.F.M e em exercício de suas atribuições funcionais no Colégio Estadual Cecília Meireles - E.F.M E Prof., localizado no município de Bandeirantes-PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procopio-PR, para que o mesmo não venha a influenciar na apuração das irregularidades.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinícius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED****Delegação de Competência de Diretor-Geral****96435/2022****RESOLUÇÃO N.º 5461/2022 - GS/SEED****Súmula:** *Afastamento cautelar.*

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, considerando o contido no Protocolado n.º 19.038.826-3

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - DETERMINAR** o afastamento cautelar, por 30 (trinta) dias contínuos, com fulcro no Art. 103, da Lei Estadual 20.656, de 03 de agosto de 2021, a partir de 05/09/2022, o servidor **Adriano Pires Klagenberg**, RG n.º 5.002.920-4, servidor QPM, LF 56, lotado e em exercício no Colégio Estadual Faxinal da Boa Vista, município de Turvo - PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, para que o mesmo não venha a influenciar na apuração das irregularidades.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinícius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED****Delegação de Competência de Diretor-Geral****96437/2022****RESOLUÇÃO N.º 5462/2022 - GS/SEED****Súmula:** *Afastamento cautelar.*

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678

- GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, considerando o contido no Protocolado n.º 19.038.826-3

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - DETERMINAR** o afastamento cautelar, por 30 (trinta) dias contínuos, com fulcro no Art. 103, da Lei Estadual 20.656, de 03 de agosto de 2021, a partir de 05/09/2022, a servidora **Daniela Aschi Pires Klagenberg**, RG n.º 6.503.883-8, servidora QPM, LF 01, lotada e em exercício no Estadual Faxinal da Boa Vista, município de Turvo - PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, para que a mesma não venha a influenciar na apuração das irregularidades.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinícius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED****Delegação de Competência de Diretor-Geral****96439/2022****RESOLUÇÃO N.º 5463/2022 – GS/SEED****Súmula:** *Instauração de Processo Administrativo Disciplinar*

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021 e considerando o contido no Protocolado n.º 18.731.448-8

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** – Designar Beatriz Pereira Téles Aguilera, RG n.º 6.099.267-3, Fabíola Cristina de Lima Ikegami, RG n.º 7.330.619-1 e Rejane Fadel Olivetti Vincenzi, RG. n.º 5.736.795-4, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ibaiti para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidade funcional notificadas no protocolo em epígrafe, atribuídas à conduta do servidor **Antônio Carlos da Conceição Marques**, portador do RG n.º 4.194.962-7, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM com lotação e exercício no Colégio Estadual Leônicio Correia, no município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba, que agiu, em tese, em descumprimento aos deveres de **urbanidade e observância das normas legais e regulamentares, além de, em tese, praticar ofensa física em serviço, contra servidor ou particular**. Assim, supostamente descumprindo os deveres previstos na Lei n.º 6.174/70, artigo 279, incisos III e VI, artigo 293, inciso V, alínea “d”. Estando, portanto, se assim configurado, sujeito às penalidades previstas nos arts. 291, inciso VI e 293, inciso V, da Lei n.º 6.174/70 – Estatuto do Servidor Público do Paraná.

**Art. 2º** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinícius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED****Delegação de Competência de Diretor-Geral****96445/2022****SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED****RESOLUÇÃO N.º 4.673/2022 – GS/SEED**

**Súmula:** Regulamenta a cessão de servidores da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte para atuarem nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, Centros de Atendimento Educacional Especializado e Escolas para Surdos e/ou Cegos.

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais e considerando:

- a Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- a Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências;
- a Lei Federal n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3.º do art. 98 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;
- a Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- a Lei Complementar Estadual n.º 103, de 15 de março de 2004, que institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências;
- a Lei Estadual n.º 17.656, de 12 de agosto de 2013, que institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial, denominado TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO;
- a Lei Estadual n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná;
- a Lei Complementar Estadual n.º 206, de 20 de dezembro de 2017, que regulamenta a cessão de servidores da Secretaria de Estado da Educação, prevista no art. 43 da Constituição Estadual, para as entidades privadas sem fins lucrativos,

que ofertam educação básica na modalidade de educação especial;  
- o Decreto Estadual n.º 3.513, de 18 de fevereiro de 2016, que regulamenta a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;  
- o Decreto Estadual n.º 3.594, de 6 de dezembro de 2019, que regulamenta a cessão de servidores da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, prevista na Lei Estadual n.º 17.656/2013, e na Lei Complementar n.º 206/2017;  
- a Deliberação n.º 02/2016 do Conselho Estadual de Educação – CEE/PR, que dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná; e o contido no Protocolado n.º 19.150.066-0,

#### RESOLVE:

**Art. 1.º** Regularizar a cessão de servidores da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, por meio de Acordos de Cooperação a serem formalizados com Organizações da Sociedade Civil privadas sem fins lucrativos, para atuarem nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, Centros de Atendimento Educacional Especializado e Escolas para Surdos e/ou Cegos.

**Art. 2.º** A cessão de servidores da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte prevista na Lei Estadual n.º 17.656, de 2013, e na Lei Complementar Estadual n.º 206, de 2017, consiste no ato do Titular da Pasta que autoriza o servidor a exercer suas funções fora da unidade de lotação, em instituições especificadas no art. 1.º do Decreto n.º 3.594, de 2019.

**Art. 3.º** A formalização das parcerias de que trata esta Resolução, quando visar à cedência de pessoal para a realização de atividades laborais nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, nos Centros de Atendimento Educacional Especializado e nas Escolas para Surdos e/ou Cegos, será efetivada por meio de Acordos de Cooperação, em consonância com a Lei Federal n.º 13.019, de 2014.

**Art. 4.º** O número de profissionais necessários para atendimento aos estudantes matriculados em cada uma das instituições parceiras seguirá o disposto no art. 7.º da Resolução SEED n.º 2.960, de 2022, que alterou dispositivos da Resolução SEED n.º 2.055, de 2021, consoante o inciso IV, art. 2.º do Decreto Estadual n.º 3.594, de 2019.

**Art. 5.º** A cessão de servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte para prestarem serviços nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, nos Centros de Atendimento Educacional Especializado e nas Escolas para Surdos e/ou Cegos, mantidos por entidades privadas sem fins lucrativos, em conformidade com a legislação regente, será efetivada por ato do Titular da Pasta, que autorizará o servidor a exercer suas funções fora da unidade de lotação.

**§ 1.º** Conforme o Decreto Estadual n.º 3.594, de 2019, a cessão dos servidores prevista no *caput* deste artigo ocorrerá sem que haja suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a origem ou prejuízo de sua lotação, sendo mantidas todas as vantagens do cargo efetivo.

**§ 2.º** A SEED emitirá Instrução Normativa sobre os procedimentos de efetivação dos Acordos de Cooperação para a cessão dos servidores às entidades parceiras e normatizará os critérios não contemplados no Decreto n.º 3.594, de 2019, considerando a legislação vigente.

**§ 3.º** As funções a serem desenvolvidas pelos servidores cedidos deverão constar no Plano de Trabalho dos Acordos de Cooperação, permanecendo os agentes públicos submetidos à gestão estadual.

**Art. 6.º** A cessão poderá ser encerrada a qualquer tempo, por ato unilateral do cedente, do cessionário ou do servidor cedido, mediante comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias da notificação, o servidor deverá se apresentar no Núcleo Regional de Educação de lotação.

**Art. 7.º** A cessão de servidores terá vigência conforme o estabelecido no Acordo de Cooperação e ficará condicionada à comprovação de interesse exclusivo do serviço e à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como à existência de vagas previamente estabelecidas no acordo.

**Art. 8.º** Compete à entidade privada sem fins lucrativos o controle sobre frequência, pontualidade e cumprimento da carga horária a que o servidor cedido estiver subordinado, por força da legislação da categoria profissional a que pertença.

**Art. 9.º** A movimentação funcional de profissionais entre as instituições parceiras deverá ocorrer apenas uma vez durante o ano letivo considerando o trabalho pedagógico a ser realizado com os estudantes com deficiências, deficiências múltiplas e transtornos globais do desenvolvimento.

**Art. 10** Conforme o Decreto n.º 3.594, de 2019, não poderão ser cedidos:

I - os profissionais temporários contratados por meio de Regime Especial – CRES;  
II - os servidores efetivos que estiverem respondendo a processo administrativo disciplinar;

III - os servidores em estágio probatório.

**Art. 11** Quanto à formação para atuar nas instituições objeto desta Resolução, o professor deverá estar habilitado para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial:

I - em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a Educação Infantil ou para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

II - em cursos de pós-graduação específicos para a Educação Especial;

III - em programas de complementação pedagógica para a Educação Especial.

**§ 1.º** Será admitida a formação de professores para a Educação Especial em curso normal ou equivalente em nível médio, de forma conjugada ou não com a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

**§ 2.º** Os professores que desejarem atuar na disciplina de Educação Física deverão apresentar também comprovante de habilitação na referida disciplina.

**Art. 12** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

**Art. 13** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de agosto de 2022.

Renato Feder  
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

96116/2022

#### RESOLUÇÃO N.º 4.649/2022 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998 e 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação,

#### RESOLVE

Art. 1º Alterar a denominação do Colégio Estadual Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rio Parapanema, 580, do Município e NRE de Apucarana, para Colégio Estadual Cívico-Militar Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, a partir do início do ano de 2022.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2041/2018, de 09/05/2018 e Parecer n.º 1311/2018 – CEF/SEED, com vigência até 15/02/2028.

§ 2º A alteração da denominação da instituição de ensino está amparada na Lei Estadual n.º 20.338/2020, de 06 de outubro de 2020, nos Decretos Federais n.º 10.004, de 05/09/2019 e n.º 10.195, de 30/12/2019, Portaria n.º 925 de 24/11/2021 e no art. 28 da Deliberação n.º 03/2013 – CEE/PR.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com os atos regulatórios citados no § 1º do art. 1º.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED  
Delegação de Competência ao Diretor-Geral  
República por ter saído com incorreção

#### RESOLUÇÃO N.º 4.680/2022 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais e considerando: a Lei n.º 9394/1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 1026/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Doutor Prudente de Moraes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Sete de Setembro, 543, do Município de Paçandu, NRE de Maringá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1138/2019, de 27/03/2019 e Parecer n.º 1276/2019 – CEF/SEED, com vigência até 05/03/2027.

§ 2º A autorização para funcionamento é por 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2021.

Vinicius Mendonça Neiva  
Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED  
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

#### RESOLUÇÃO N.º 4.681/2022 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 875/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

#### RESOLVE:

Art. 1º Cessar definitivamente, as atividades escolares relativas a 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Pedro dos Santos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Angelo Milani, s/n, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4719/2020, de 02/12/2020 e Parecer n.º 2471/2020 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2023.

§ 2º As atividades citadas encerraram-se em 31/12/2020, motivadas pela falta de demanda.

§ 3º A Resolução n.º 183/2012, de 16/01/2012, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino citada no caput do art. 1º e fica revogada a partir de 01/01/2021.

§ 4º O último prazo de renovação da autorização para funcionamento, ocorreu pela Resolução n.º 1133/2017, de 28/03/2017 e Parecer n.º 286/2016 – DEE/SEED,

com vigência até 31/12/2020.

§ 5º O restabelecimento das atividades cessadas fica condicionado a novo ato de autorização para funcionamento e a novo relatório pormenorizado, preceituado na legislação vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.682/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 1016/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora de Fátima – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Estrada Principal, s/n, do Município de Boa Ventura de São Roque, NRE de Pitanga.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1126/2021, de 15/03/2021 e Parecer n.º 28/2021 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A autorização para funcionamento é por 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.684/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUE/SEED e o Parecer n.º 900/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Judith Marli Portelinha Guariente – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, 285, do Município de Barracão, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2042/2020, de 28/05/2020 e Parecer n.º 99/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 3362/2014, de 10/07/2014, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1133/2017, de 28/03/2017, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.685/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, e o Parecer n.º 350/2022 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Chateaubriandense – Ensino Médio, Normal e Profissional, situado na Rua

Estados Unidos, 170, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2937/2017, de 10/07/2017 e Parecer n.º 1793/2017 – CEF/SEED, com vigência até 13/06/2027.

§ 2º A Resolução n.º 250/1985, de 17/01/1985, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 124/1987, de 14/01/1987 e o Parecer n.º 414/1986 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 51/2018, de 04/01/2018 e Parecer n.º 627/2017 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2021.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 a 31/12/2026.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.686/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2298/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar até o final do ano de 2025, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Pio XII – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Paraná, 171, do Município de Barra do Jacaré, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4734/2021, de 06/10/2021 e Parecer n.º 2888/2021 – CEF/SEED, com vigência até 26/10/2025.

§ 2º A Resolução n.º 1862/1995, de 09/05/1995, autorizou o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4151/2018, de 03/09/2018 e Parecer n.º 2968/2018 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, com vigência até 31/12/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.689/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 918/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Cessar definitivamente, as atividades escolares relativas a 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Camila Polga – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua João Scalón, s/n, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1045/2021, de 10/03/2021 e Parecer n.º 16/2021 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º As atividades citadas encerraram-se em 31/12/2020, motivadas pela falta de demanda.

§ 3º A Resolução n.º 2734/2010, de 23/05/2010, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino citada no caput do art. 1º e fica revogada a partir de 01/01/2021.

§ 4º O último prazo de renovação da autorização para funcionamento, ocorreu pela Resolução n.º 1133/2017, de 28/03/2017 e Parecer n.º 286/2016 – DEE/SEED, com vigência até 31/12/2020.

§ 5º O restabelecimento das atividades cessadas fica condicionado a novo ato de autorização para funcionamento e a novo relatório pormenorizado, preceituado na legislação vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**



**RESOLUÇÃO N.º 4.690/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 356/2022 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Professora Maria das Graças Cavalcanti Di Mario – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Atanásio Moreira Sobrinho, s/n, do Município de Imbaú, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4456/2016, de 06/10/2016 e Parecer n.º 2628/2016 – CEF/SEED, com vigência até 23/11/2027.

§ 2º A Resolução n.º 6980/2012, de 21/11/2012 e o Parecer n.º 4111/2012 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 5721/2014, de 29/10/2014 e o Parecer n.º 737/2014 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no *caput* do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1814/2017, de 26/04/2017 e Parecer n.º 112/2017 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2021.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 a 31/12/2026.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.691/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUE/SEED e o Parecer n.º 940/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Professora Maria das Graças Cavalcanti Di Mario – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Atanásio Moreira Sobrinho, s/n, do Município de Imbaú, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4456/2016, de 06/10/2016 e Parecer n.º 2628/2016 – CEF/SEED, com vigência até 23/11/2027.

§ 2º A Resolução n.º 3801/2017, de 15/08/2017, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no *caput* do art. 1º, com vigência até 04/09/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/09/2027.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.692/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 128/2022 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Jandira Ferreira Rosas – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Vereador Ladislau Mainardes Rosa, s/n, do Município de Curitiba, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3822/2018, de 13/08/2018 e Parecer n.º 2658/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 01/01/2021 a 31/12/2024.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino citada no *caput* do artigo.

§ 1º A Resolução n.º 2706/1999, de 02/07/1999 e o Parecer n.º 1767/1999 – CEE/PR, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 1194/2003, de 11/04/2003 e o Parecer n.º 164/2003 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no *caput* do art. 2º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4714/2019, de 12/12/2019 e Parecer n.º 420/2019 – CEE/PR, com vigência até 10/07/2021.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida no período de 11/07/2021 até 31/12/2024.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento e do reconhecimento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminarem os prazos concedidos.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**95937/2022**

**RESOLUÇÃO N.º 4.693/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer n.º 128/2022 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Colégio Estadual Jandira Ferreira Rosas – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Vereador Ladislau Mainardes Rosa, s/n, do Município de Curitiba, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4692/2022, de 05/08/2022 e Parecer n.º 128/2022 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º O Ensino Fundamental – Fase II e o Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, foram autorizados a funcionar pela Resolução n.º 6525/2012, de 25/10/2012.

§ 3º O Ensino Fundamental – Fase II, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, foi reconhecido pela Resolução n.º 2907/2015, de 17/09/2015. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4612/2018, de 01/10/2018, com vigência até 31/12/2020.

§ 4º O Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, foi reconhecido pela Resolução n.º 2036/2015, de 21/07/2015. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4059/2019, de 21/10/2019, com vigência até 31/12/2020.

§ 5º A renovação do reconhecimento dos referidos ensinos é concedida no período de 01/01/2021 a 31/12/2024.

§ 6º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 7º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.694/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer n.º 118/2022 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professora Ronilce Aparecida Gallo Mainardes – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Presidente Kennedy, 900, do Município e NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4202/2022, de 25/07/2022 e Parecer n.º 118/2022 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º O Ensino Fundamental – Fase II e o Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, foram autorizados a funcionar e reconhecidos pela Resolução n.º 3846/2006, de 09/08/2006.

§ 3º O último prazo da renovação do reconhecimento dos referidos ensinos foi concedido pela Resolução n.º 5659/2013, de 04/12/2013 e Parecer n.º 45/2013 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento dos referidos ensinos é concedida no período de 01/01/2018, excepcionalmente, até 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 6º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção

deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.  
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.695/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 5678/2021 – GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUEDE/SEED e o Parecer n.º 1000/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Manuel Bandeira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Florianópolis, 6085, do Município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 990/2018, de 13/03/2018 e Parecer n.º 680/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/10/2027.

§ 2º A Resolução n.º 4426/2012, de 18/07/2012, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 6062/2017, de 22/11/2017, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.696/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 353/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Cruzeiro do Oeste – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Santos Dumont, 317, Alto da Glória, no Município de Cruzeiro do Oeste, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 176/2018, de 15/01/2018 e Parecer n.º 66/2018 – CEF/SEED, com vigência até 24/04/2028.

§ 2º O Decreto n.º 2789, de 04/01/1977, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 1062/1984, de 27/03/1984, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 2032/2019, de 29/05/2019 e Parecer n.º 93/2019 – CEE/PR, com vigência até 02/02/2022.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 03/02/2022 a 02/02/2027.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 02/02/2027.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.697/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 355/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Presidente Getúlio Vargas – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Sete de Setembro, s/n, do Município de Ivaté, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5727/2017, de 06/11/2017 e Parecer n.º 3530/2017 – CEF/SEED, com vigência até 09/10/2027.

§ 2º A Resolução n.º 2610/1981, de 18/11/1981, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 8132/1984, de 10/12/1984, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4626/2018, de 02/10/2018 Parecer n.º 199/2018 – CEE/PR, com vigência até 28/06/2022.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 29/06/2022 a 28/06/2027.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 28/06/2027.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.698/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 326/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Estadual Agostinho Stefanello – Ensino Fundamental, situada na Rua Estados Unidos, 2533, no Município de Alto Paraná, NRE de Paranavai.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, pela Resolução n.º 497/2019, de 07/02/2019 e Parecer n.º 490/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 01/01/2021 a 31/12/2024.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.699/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 356/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1160, do Município de Tamboara, NRE de Paranavai.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 708/2017, de 07/03/2017 e Parecer n.º 623/2017 – CEF/SEED, com vigência até 06/11/2027.

§ 2º O Decreto n.º 1423, de 07/11/1979, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 2801/1981, de 30/11/1981, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4344/2017, de 05/09/2017 e Parecer n.º 229/2017 – CEE/PR, com vigência até 23/04/2022.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 24/04/2022 a 23/04/2027.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 23/04/2027.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.700/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de

dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, e o Parecer n.º 359/2022 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Monsenhor Eduardo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Ubirajara Araújo, 28, do Município de Palmas, NRE de Pato Branco. § 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4644/2021, de 01/10/2021 e Parecer n.º 269/2021 – CEE/PR, com vigência até 19/07/2028.

§ 2º A Resolução n.º 5498/2013, de 26/11/2013 e o Parecer n.º 2173/2013 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 3529/2017, de 07/08/2017 e o Parecer n.º 351/2017 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2021 a 31/12/2025.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025. § 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.712/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 996/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (um) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Pedro Fecchio – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Egydio Antônio Gorla, 696, do Município de São Tomé, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4665/2013, de 16/10/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 940/2019, de 12/03/2019 e Parecer n.º 1027/2019 – CEF/SEED, com vigência até 11/11/2023.

§ 2º A autorização para funcionamento é por 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.713/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 5678/2021 – GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 975/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da surdez, das instituições de ensino da Rede Pública Municipal, pertencentes aos Municípios jurisdicionados ao NRE de Cianorte.

§ 1º As Resoluções que concederam a autorização para funcionamento da referida modalidade de atendimento estão descritas na relação anexa.

§ 2º A renovação da autorização para funcionamento é concedida de 01/01/2021 a 31/12/2025.

§ 3º Os representantes legais das mantenedoras das instituições de ensino deverão solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º, do art. 1º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou das instituições de ensino, os representantes legais das mantenedoras deverão oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

95938/2022

**RESOLUÇÃO N.º 4.715/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2301/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Professora Vanda Hessel – Ensino Fundamental, situada na Rua Barão do Rio Branco, 805, do Município de Rio Azul, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3551/2016, de 26/08/2016 e Parecer n.º 1907/2016 – CEF/SEED, com vigência até 17/04/2024.

§ 2º A Resolução n.º 5291/2007, de 27/12/2007 e o Parecer n.º 3450/2007 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3551/2016, de 26/08/2016 e Parecer n.º 1907/2016 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.717/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2302/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2024, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Affonso Brattis, situado na Rua Alaor Diniz Medeiros, 830, do Município de Luiziana, NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 803/2018, de 05/03/2018 e Parecer n.º 603/2018 – CEF/SEED, com vigência até 06/06/2027.

§ 2º A Resolução n.º 2310/2003, de 08/08/2003 e o Parecer n.º 1995/2003 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 803/2018, de 05/03/2018 e Parecer n.º 603/2018 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.718/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUEDE/SEED e o Parecer n.º 921/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Camila Polga – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua João Scaloni, s/n, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1045/2021, de 10/03/2021 e Parecer n.º 16/2021 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.



§ 2º A Resolução n.º 2734/2010, de 23/05/2010, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1133/2017, de 28/03/2017, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.719/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 925/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Cessar definitivamente, as atividades escolares relativas a 01 (uma) Classe Especial, área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Judith Marli Portelinha Guariente – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, 285, do Município de Barracão, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2042/2020, de 28/05/2020 e Parecer n.º 99/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º As atividades citadas encerraram-se em 31/12/2020, motivadas pela falta de demanda.

§ 3º A Resolução n.º 1072/1990, de 24/04/1990, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino citada no caput do art. 1º e fica revogada a partir de 01/01/2021.

§ 4º O último prazo de renovação da autorização para funcionamento, ocorreu pela Resolução n.º 1128/2017, de 28/03/2017 e Parecer n.º 280/2016 – DEE/SEED, com vigência até 31/12/2020.

§ 5º O restabelecimento das atividades cessadas fica condicionado a novo ato de autorização para funcionamento e a novo relatório pormenorizado, preceituado na legislação vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.720/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2303/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Professora Marta Pereira da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Santa Cândida, 89, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6505/2017, de 14/12/2017 e Parecer n.º 4039/2017 – CEF/SEED, com vigência até 06/02/2027.

§ 2º A Resolução n.º 3081/2008, de 08/07/2008 e o Parecer n.º 2280/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 6505/2017, de 14/12/2017 e Parecer n.º 4039/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.722/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 268/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Estrela Guia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua José Trevisan, 672, no Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Sociedade Educacional SSJ Ltda., e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1253/2022, de 23/03/2022 e Parecer n.º 888/2022 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 2754/2010, de 24/06/2010, autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) citado no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 2457/2016, de 20/06/2016 e Parecer n.º 1313/2016 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A Resolução n.º 5673/2016, de 19/12/2016 e Parecer n.º 3398/2016 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) citado no caput do art. 1º, com vigência até 31/12/2020.

§ 4º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2017 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2021 até 31/12/2025.

§ 5º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento do referido curso, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.723/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2304/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2024, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal do Campo Professora Paulina Urbanik Stabach – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida José Mosson, s/n, do Município de Contenda, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2884/2016, de 27/07/2016 e Parecer n.º 1578/2016 – CEF/SEED, com vigência até 16/08/2021.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.724/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2305/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2024, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo Professora Paulina Urbanik Stabach – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida José Mosson, s/n, do Município de Contenda, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4723/2022, de 08/08/2022 e Parecer n.º 2304/2022 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 2885/2016, de 27/07/2016 e o Parecer n.º 1579/2016 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, com vigência até 16/08/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

95942/2022

**RESOLUÇÃO N.º 4.726/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 370/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Trajano Ehrlke Pires – Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade Alves Cardoso, s/n, no Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4604/2022, de 03/08/2022 e Parecer n.º 307/2022 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 5477/1986, de 17/12/1986, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 4026/1990, de 27/12/1990 e Parecer n.º 165/1990 – DEPG/SEED, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 308/2020, de 23/01/2020 e Parecer n.º 417/2019 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2021.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida no período de 01/01/2022 a 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.727/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 348/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar Manoel Antonio da Cunha – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua João Cândido Ferreira, 608, no Município de Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2965/2017, de 11/07/2017 e Parecer n.º 1832/2017 – CEF/SEED, com vigência até 26/09/2027.

§ 2º O Decreto n.º 6267, de 07/02/1979, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 3757/1981, de 30/12/1981, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 33/2017, de 13/01/2017 e Parecer n.º 319/2016 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2021.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 a 31/12/2026.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.728/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 09/2002, 03/2013 e 02/2014, e 12/2021 e o Parecer n.º 369/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Reserva Indígena Santa Rosa do Ocoy, do Município de São Miguel do Iguaçu, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2821/2016, de 25/07/2016 e Parecer n.º 1567/2016 – CEF/SEED, com vigência até 13/04/2027.

§ 2º A Resolução n.º 3053/2009, de 11/09/2009 e o Parecer n.º 2135/2009 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3283/2016, de 18/08/2016 e Parecer n.º 1744/2016 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 03 (três) a 05 (cinco) anos, com vigência até 31/12/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.729/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUEDE/SEED e o Parecer n.º 974/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Rita de Cássia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Professora Nilza Macena Bezerra, 614, do Município de Luiziana, NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1357/2022, de 28/03/2022 e Parecer n.º 961/2022 – CEF/SEED, com vigência até 10/09/2027.

§ 2º A Resolução n.º 4966/2013, de 04/11/2013, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1263/2017, de 29/03/2017, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.731/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUEDE/SEED e o Parecer n.º 1023/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 02 (duas) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Centro de educação Básica para Jovens e Adultos Professora Geni Sampaio Lemos – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Professor Rodrigo Otávio, 15, do Município e NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1760/2020, de 18/05/2020 e Parecer n.º 121/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A Resolução n.º 1530/2012, de 07/03/2012, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1639/2016, de 18/04/2016, com vigência até 28/03/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 28/03/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva  
**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.732/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 342/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua São Vicente de Paulo, 76, no Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6116/2017, de 28/11/2017 e Parecer n.º 3768/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2022.

§ 2º A Resolução n.º 6117/2017, de 28/11/2017 e Parecer n.º 3769/2017 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do curso citado no caput do art. 1º, com vigência até 08/12/2021.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 08/12/2017 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 09/12/2021 até 08/12/2026.

§ 4º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento do referido curso, 180 (cento e oitenta) dias antes de 08/12/2026.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.733/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 358/2022 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Lucy Requião de Melo e Silva – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Videira, 315, no Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 631/2020, de 05/03/2020 e Parecer n.º 18/2020 – CEE/PR, com vigência até 01/08/2029.

§ 2º A Resolução n.º 490/2006, de 20/02/2006, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 4007/2015, de 10/12/2015 e Parecer n.º 510/2015 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3140/2017, de 19/07/2017 e Parecer n.º 324/2017 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2021.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2022 a 31/12/2026.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.734/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 361/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Dr. Bayard Osna – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Rio Santana, 459, no Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3674/2016, de 31/08/2016 e Parecer n.º 2023/2016 – CEF/SEED, com vigência até 05/09/2026.

§ 2º A Resolução n.º 1268/1994, de 04/03/1994, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 2035/2000, de 12/06/2000 e Parecer n.º 239/2000 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 5362/2016, de 01/12/2016 e Parecer n.º 295/2016 – CEE/PR, com vigência até 12/06/2020.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 13/06/2020 a 12/06/2025.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 12/06/2025.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.735/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 349/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Maria Vidal Novaes – Ensino Fundamental, situada na Rua Santa Rita, 333, no Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6094/2017, de 23/11/2017 e Parecer n.º 3757/2017 – CEF/SEED, com vigência até 23/11/2022.

§ 2º A Resolução n.º 218/1990, de 24/01/1990, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 3691/1992, de 28/10/1992 e Parecer n.º 66/1992 – DEPG/SEED, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 6095/2017, de 23/11/2017 e Parecer n.º 320/2017 – CEE/PR, com vigência até 14/06/2020.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida no período de 15/06/2020 a 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.736/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, e o Parecer n.º 364/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Passos Firms – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Garibaldi, 1411, no Município de Matelândia, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Cooperativa de Pais Passos Firms e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1740/2019, de 08/05/2019 e Parecer n.º 1865/2019 – CEF/SEED, com vigência até 21/02/2029.

§ 2º A Resolução n.º 1964/2009, de 17/06/2009 e Parecer n.º 1372/2009 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 3850/1999, de 04/10/1999, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 150/2017, de 18/01/2017 e Parecer n.º 366/2016 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2020.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2021 a 31/12/2025.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

96414/2022

**RESOLUÇÃO N.º 4.737/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho



Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 794/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual do Campo Tancredo Neves – Ensino Fundamental, situada na Rua Antonio Follmann, 200, do Município de Missal, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2825/2016, de 25/07/2016 e Parecer n.º 1564/2016 – CEF/SEED, com vigência até 12/03/2027.

§ 2º A Resolução n.º 5706/2016, de 20/12/2016, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º, com vigência até 23/12/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 23/12/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.738/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 1048/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, das instituições de ensino da Rede Pública Municipal, pertencentes aos Municípios jurisdicionados ao NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º As Resoluções que concederam a autorização para funcionamento da referida modalidade de atendimento estão descritas na relação anexa.

§ 2º O prazo da renovação da autorização para funcionamento é concedido até o final do ano de 2025.

§ 3º Os representantes legais das mantenedoras das instituições de ensino deverão solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º, do art. 1º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou das instituições de ensino, os representantes legais das mantenedoras deverão oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.739/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014 e 12/2021 todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2307/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2028, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Colibri – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nagib Daher, 812, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Danis Educação Infantil Ltda. – ME e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 78/2014, de 20/01/2014 e Parecer n.º 29/2014 – CEF/SEED, com vigência até 03/02/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.

Art. 2º Renovar, até o final do ano de 2024, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais).

§ 1º A Educação Infantil foi autorizada a funcionar pela Resolução n.º 78/2014, de 20/01/2014 e Parecer n.º 29/2014 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, com vigência até 03/02/2017.

§ 2º O Ensino Fundamental (anos iniciais) foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 5619/2014, de 28/10/2014 e Parecer n.º 1533/2014 – CEF/SEED,

com vigência até 11/11/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.741/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2310/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Rural Municipal Padre Guilherme – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município de Arapuã, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3452/2020, de 27/08/2020 e Parecer n.º 265/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 749/2008, de 27/02/2008 e o Parecer n.º 188/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3452/2020, de 27/08/2020 e Parecer n.º 265/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Alterar a denominação da Escola Rural Municipal Padre Guilherme – Educação Infantil e Ensino Fundamental, para: Escola Municipal Rural Padre Guilherme – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.742/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, as Resoluções n.º 4459/2011 e n.º 2308/2014 – SUED/SEED e o Parecer n.º 1029/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência visual, no Colégio Estadual Cívico-Militar Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Ivaí, 442, do Município de Mamborê, NRE de Campo Mourão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1752/2022, de 11/04/2022 e Parecer n.º 1130/2022 – CEF/SEED, com vigência até 27/08/2032.

§ 2º A Resolução n.º 1781/2017, de 25/04/2017, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º, com vigência até 25/05/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 25/05/2027.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.743/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de

dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 344/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Bela Vista – Ensino Fundamental, situada na Rua Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 79, do Município e NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3378/2022, de 13/06/2022 e Parecer n.º 1880/2022 – CEF/SEED, com vigência até 10/09/2027.

§ 2º A Resolução n.º 171/1992, de 21/01/1992, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 1472/1995, de 17/04/1995 e o Parecer n.º 29/1995 – DEPG/SEED, reconheceram o ensino citado no *caput* do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 5933/2017, de 14/11/2017 e Parecer n.º 382/2017 – CEE/PR, com vigência até 29/06/2020.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida no período de 30/06/2020 a 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento do referido ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.744/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer n.º 117/2022 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação,

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Ortigueira – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Brasil, 618, do Município de Ortigueira, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4201/2022, de 25/07/2022 e Parecer n.º 117/2022 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º O Ensino Fundamental – Fase II e o Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, foram autorizados a funcionar e reconhecidos pela Resolução n.º 3847/2006, de 09/08/2006.

§ 3º O último prazo da renovação do reconhecimento dos referidos ensinos foi concedido pela Resolução n.º 4408/2019, de 20/11/2019 e Parecer n.º 229/2019 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2020.

§ 4º A renovação do reconhecimento dos referidos ensinos é concedida no período de 01/01/2021 a 31/12/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

§ 6º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.746/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 1041/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual do Campo de Rio do Ouro – Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade Rio do Ouro, do Município e NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1757/2021, de 22/04/2021 e Parecer n.º 66/2021 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A Resolução n.º 2383/2005, de 01/09/2005, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no *caput* do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 2456/2017, de 08/06/2017, com vigência até 31/12/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.747/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 969/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Santa Bárbara – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 951, do Município de Bituruna, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3505/2017, de 03/08/2017 e Parecer n.º 2200/2017 – CEF/SEED, com vigência até 22/03/2027.

§ 2º A Resolução n.º 255/2006, de 08/02/2006, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no *caput* do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 317/2016, de 11/02/2016, com vigência até 31/12/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.748/2022 – GS/SEED**

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021 todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2312/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio São Miguel – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Prefeito José Mário Junqueira, 234, do Município de Bandeirantes, NRE de Cornélio Procopio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Colégio S.M.B – Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio S/S Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4845/2017, de 21/09/2017 e Parecer n.º 2950/2017 – CEF/SEED, com vigência até 17/07/2022.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 17/07/2032.

Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil.

§ 1º A Resolução n.º 5050/1984, de 29/06/1984, autorizou o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4041/2019, de 18/10/2019 e Parecer n.º 4355/2019 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, com vigência até 31/12/2022.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

96416/2022

**RESOLUÇÃO N.º 4.749/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 319/2022 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Estadual do Campo de Esquina Gaúcha – Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, 758, do Município de Pérola do Oeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2201/2018, de 15/05/2018 e Parecer n.º 1438/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida no período de 01/01/2020 a 31/12/2024.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino citada no caput do artigo.

§ 1º A Resolução n.º 8298/1984, de 14/12/1984 autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 1816/1994, de 30/03/1994 reconheceu o ensino citado no caput do art. 2º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 5047/2013, de 06/11/2013 e Parecer n.º 112/2013 – CEE/PR, com vigência até 13/12/2017.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida, excepcionalmente, no período de 14/12/2017 até 31/12/2024.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento e do reconhecimento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**

**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.750/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 1039/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, das instituições de ensino da Rede Pública Municipal, pertencentes aos Municípios jurisdicionados ao NRE de Irati.

§ 1º As Resoluções que concederam a autorização para funcionamento da referida modalidade de atendimento estão descritas na relação anexa.

§ 2º O prazo da renovação da autorização para funcionamento é concedido até o final do ano de 2025.

§ 3º Os representantes legais das mantenedoras das instituições de ensino deverão solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º, do art. 1º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou das instituições de ensino, os representantes legais das mantenedoras deverão oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**

**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.752/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 1071/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Maestro Bento Mossurunga – Ensino Fundamental e Médio,

situado na Avenida Aldo Vergani, 1004, do Município e NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3049/2022, de 01/06/2022 e Parecer n.º 195/2022 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A Resolução n.º 4397/2010, de 05/10/2010, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4700/2016, de 24/10/2016, com vigência até 01/07/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/07/2026.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**

**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.753/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2317/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual do Campo Irmã Clara – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Sílvio Sebben, s/n, no Município de Bituruna, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4810/2018, de 10/10/2018 e Parecer n.º 3475/2018 – CEF/SEED, com vigência até 01/02/2023.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/02/2033.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**

**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.757/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 962/2022, do Departamento de Educação Inclusiva,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal São João Batista de La Salle – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Projetada, s/n, do Município de Verê, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3041/2021, de 13/07/2021 e Parecer n.º 1839/2021 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º As Resoluções n.º 3716/1999, de 23/09/1999 e 500/2010, de 05/02/2010, autorizaram o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1133/2017, de 28/03/2017, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**

**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.758/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso



de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021 todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2318/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal João Batista de Melo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Professora Valdete Kovalski de Araújo, 540, do Município de São Jorge do Patrocínio, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3991/2018, de 23/08/2018 e Parecer n.º 2835/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/10/2022.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/10/2032.

Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais).

§ 1º A Resolução n.º 1764/2008, de 30/04/2008 e o Parecer n.º 1334/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3991/2018, de 23/08/2018 e Parecer n.º 2835/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2022.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.759/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2319/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2025, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo de São Pedro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de São Pedro, do Município de Prudentópolis, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3610/2019, de 19/09/2019 e Parecer n.º 265/2019 – CEE/PR, com vigência até 12/07/2029.

§ 2º A Resolução n.º 5004/2014, de 15/09/2014 e o Parecer n.º 1337/2014 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 658/2019, de 18/02/2019 e Parecer n.º 696/2019 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, com vigência até 24/09/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.760/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2320/2022, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar até o final do ano de 2025, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Pio XII – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Paraná, 171, do

Município de Barra do Jacaré, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4734/2021, de 06/10/2021 e Parecer n.º 2888/2021 – CEF/SEED, com vigência até 26/10/2025.

§ 2º O Ensino Fundamental foi autorizada a funcionar pela Resolução n.º 4464/2008, de 24/09/2008 e Parecer n.º 2915/2008 – CEF/SEED. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4601/2018, de 01/10/2018 e Parecer n.º 3283/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**RESOLUÇÃO N.º 4.761/2022 – GS/SEED**

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 534/2022, da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, por mais 04 (quatro) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Professora Violeta de Mattos Silveira Rampazzo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Agenor Terassi, 650, do Município de Bela Vista do Paraíso, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4261/2019, de 11/11/2019, Parecer n.º 4701/2019 CEF/SEED, com vigência até 29/05/2028.

§ 2º A Resolução n.º 789/2011, de 28/02/2011, autorizou o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no *caput* do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3728/2018, de 07/08/2018, com vigência até 20/06/2021.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 20/06/2025.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 – GS/SEED**  
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**96418/2022**

**RESOLUÇÃO N.º 5479/2022 - GS/SEED**

**Súmula:** *Afastamento cautelar.*

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 5.678 - GS/SEED, de 26 de novembro de 2021, pela Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, considerando o contido no Protocolado nº **19.318.135-0**

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - DETERMINAR** o afastamento cautelar, por 30 (trinta) dias contínuos, com fulcro no Art. 103, da Lei Estadual 20.656, de 03 de agosto de 2021, a partir de 05/09/2022, a servidora **Ignês Amorim Figueiredo, portador RG: 10.275.436-0**, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01 e LF 02, Pedagoga, em exercício no Colégio Estadual Senador Correia, no município de Ponta Grossa, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Ponta Grossa, para que o mesmo não venha a influenciar na apuração das irregularidades.

**Art. 2º -** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Vinicius Mendonça Neiva

**Resolução n.º 5.678/2021 - GS/SEED**  
**Delegação de Competência de Diretor-Geral**

**96931/2022**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437686 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690

Nome do Município: CURITIBA

Código do Estabelecimento: 13635

Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EXITUM

Nome do Curso: Curso: TEC.TRANS.IMOBIL.A DISTANCIA - 550

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
TÂNIA MARA DE SOUZA OLIVEIRA	47051738PR	9159	06901363D019	32	06/07/2022	2022

CURITIBA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): ENAIAD HOSTERT  
KAZNOK

Nº Ato do(a) Secretário(a): 001/2021 - 14/12/2021

Nome do(a) Diretor(a): LUIS ALBERTO GALAN  
NUNEZ FILHO

Nº Ato do(a) Diretor(a): 002/2017 - 08/01/2018

96265/2022

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437722 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1380

Nome do Município: LONDRINA

Código do Estabelecimento: 10

Nome do Estabelecimento: VICENTE RIJO, C E-EF M PROFIS

Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - 906

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ANIELLE KETERLY FERNANDES	103759501PR	2324	13800001D005	65	22/08/2022	2022
ARIANE AGOSTINI GIANETTI	103163471PR	2325	13800001D005	65	22/08/2022	2022
FLÁVIA TATIANE TIMÓTEO HISNAUER	136211617PR	2326	13800001D005	65	22/08/2022	2022
GABRIEL FELIX DA SILVA	147373600PR	2327	13800001D005	66	22/08/2022	2022
HELOISA NOVAIS NOLASCO	136651471PR	2328	13800001D005	66	22/08/2022	2022
IGOR FELIPE GALDINO DOS SANTOS	131596030PR	2329	13800001D005	66	22/08/2022	2022
INGRID CAROLINE SILVA GOMES	125280773PR	2330	13800001D005	66	22/08/2022	2022
JEAN CARLOS DI ANGELO BRITO	69007767PR	2331	13800001D005	66	22/08/2022	2022
LORENA BUENO SCHIAVONI	149057641PR	2332	13800001D005	67	22/08/2022	2022
LUCIANA LECIA	69399967PR	2333	13800001D005	67	22/08/2022	2022
MARIA LUIZA ALVES BURANEL	141092006PR	2334	13800001D005	67	22/08/2022	2022
RAFAEL FERREIRA DE ARAUJO	83406895PR	2335	13800001D005	67	22/08/2022	2022
SILVANA SALOMON TOMAZELA MARUYAMA	84770663PR	2336	13800001D005	67	22/08/2022	2022
TAINARA CAROLINE ABREU DE AGUIAR	131190794PR	2337	13800001D005	68	22/08/2022	2022
SEGANTIN						
PRISCILA DE SOUZA	104113168PR	2338	13800001D005	68	22/08/2022	2022

LONDRINA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): FRANCISCO CARLOS  
MONTEIRO ORTIZ

Nº Ato do(a) Secretário(a): RES.03157/19 - 22/08/2019

Nome do(a) Diretor(a): MARIA BEATRIZ  
BERNARDY MARTINEZ

Nº Ato do(a) Diretor(a): RES 03364/2021 - 12/08/2021

96606/2022

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437719 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 850

Nome do Município: FRANCISCO BELTRAO

Código do Estabelecimento: 12

Nome do Estabelecimento: MARIO DE ANDRADE, C E-EF M N PROF

Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - 906

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
EDUARDO PORTELLA MACEDO	108474963PR	2171	08500001D005	34	13/07/2022	2022

FRANCISCO BELTRAO, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): JOZI DALMOLIN  
Nº Ato do(a) Secretário(a): 3865/19 - 23/10/2019

Nome do(a) Diretor(a): MARCOS ANTONIO BEVILAQUA  
Nº Ato do(a) Diretor(a): RES.Nº 3364/2021 - 12/08/2021

96577/2022

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437720 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1380  
Nome do Município: LONDRINA  
Código do Estabelecimento: 168  
Nome do Estabelecimento: POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS  
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM EDIFICAÇÕES - 921

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ANTONIO DOS ANJOS ALVES	140441783PR	2295	13800016D005	59	02/09/2022	2020
OSMAR JULIAO CORGOZINHO	2706838MG	2296	13800016D005	59	02/09/2022	2020
EDI DE CASTRO BENICIO	83584017PR	2297	13800016D005	60	02/09/2022	2020

LONDRINA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): TEREZA RUFINO DA SILVA  
Nº Ato do(a) Secretário(a): 1507/2014 - 20/10/2014

Nome do(a) Diretor(a): ANTONIO CARLOS DE CAMARGO  
Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 04/03/2016

96589/2022

Relação de Registro de CERTIFICADOS Nº 437723 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690  
Nome do Município: CURITIBA  
Código do Estabelecimento: 96  
Nome do Estabelecimento: GUIDO STRAUBE, C E PROF-EF M PROFIS  
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 1230

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ROSANA DE JESUS SOUZA BONETE	77122869PR	1246	06900009C013	35	02/09/2022	2018

CURITIBA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): SIDNEI BORGES  
Nº Ato do(a) Secretário(a): 3086/2019 - 09/12/2019

Nome do(a) Diretor(a): ANGELA MARA LINO  
Nº Ato do(a) Diretor(a): 3364/2021 - 12/08/2021

96613/2022

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437721 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1380  
Nome do Município: LONDRINA  
Código do Estabelecimento: 168  
Nome do Estabelecimento: POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS  
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - 539

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
---------------	----	---------	-------	-------	-------------	-----------

DANIELA COSTA SANTOS SOUSA	140362247PR	2282	13800016D005	57	02/09/2022	2021
ANA CLAUDIA TEIXEIRA	129152184PR	2283	13800016D005	57	02/09/2022	2022
CLAUDEMIR TIBURCIO RAMOS ESCANDOLA	125688705PR	2284	13800016D005	57	02/09/2022	2022
CARLOS ALEXANDRE PENNA ALVES	44749432PR	2285	13800016D005	57	02/09/2022	2022
CRISTIANE GOMES JORGE	2755086PI	2286	13800016D005	57	02/09/2022	2022
FRANCIELLE DA SILVA JULIO	97761663PR	2287	13800016D005	58	02/09/2022	2022
JOSEANE DE AGUIAR SILVEIRA MASSONI	86755610PR	2288	13800016D005	58	02/09/2022	2022
LUIZ ANTONIO CUNHA	43314866PR	2289	13800016D005	58	02/09/2022	2022
MARIA EDUARDA LIMA DO PRADO	145614317PR	2290	13800016D005	58	02/09/2022	2022
RAQUEL DA SILVA DOS SANTOS	100506491PR	2291	13800016D005	58	02/09/2022	2022
SAYRA BEATRIZ MURARI FIDÉLIS SILVA	130974899PR	2292	13800016D005	59	02/09/2022	2022
TATIANE DA SILVA	80516770PR	2293	13800016D005	59	02/09/2022	2022
WILMA CAROLINA CORREA BARBOSA	125585710PR	2294	13800016D005	59	02/09/2022	2022

LONDRINA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): TEREZA RUFINO DA SILVA

Nº Ato do(a) Secretário(a): 1507/2014 - 20/10/2014

Nome do(a) Diretor(a): ANTONIO CARLOS DE CAMARGO

Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 04/03/2016

96600/2022

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437732 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690

Nome do Município: CURITIBA

Código do Estabelecimento: 223

Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA

Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - 969

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
GABRIELLY ALVES NOGUEIRA	130500234PR	8167	06900022D017	34	30/08/2022	2020
PÉROLA BEATRIZ DIAS DA SILVA	127967199PR	8170	06900022D017	34	30/08/2022	2021

CURITIBA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): MIRIA ROSA BOIKO MALISAK

Nº Ato do(a) Secretário(a): RES. 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): ANDREY KLEBER MIGLIORINI

Nº Ato do(a) Diretor(a): RES.3364/2021 - 12/08/2021

96888/2022

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 437733 - 05/09/2022

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690

Nome do Município: CURITIBA

Código do Estabelecimento: 53

Nome do Estabelecimento: JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS

Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA - 1228

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ANDRELINO SIMIÃO DA SILVA NETO	7408153PR	719	06900005D002	44	11/08/2021	2020
CLAIRA LACERDA	21541729PR	723	06900005D002	45	13/08/2021	2020
LIDIANE SOARES DA SILVA	6748564PR	735	06900005D002	47	16/08/2021	2020
LÍLIAN BARBARA DE ALBUQUERQUE SARMENTO	7480395PR	736	06900005D002	47	16/08/2021	2020
JOSINEI DE SOUSA	128100776PR	738	06900005D002	48	25/08/2021	2018
MIRIAN ALVES DE OLIVEIRA	87695506PR	854	06900005D002	71	03/11/2021	2019
JOSIANE DOS SANTOS CRUZ	111316279PR	856	06900005D002	71	26/01/2022	2018

CURITIBA, 5 de Setembro de 2022.

Nome do(a) Secretário(a): FABRICIO ROSA ROSSETO

Nº Ato do(a) Secretário(a): 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): CRISTIANO ANDRE GONÇALVES

Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 24/03/2016

96894/2022

## FUNDEPAR

## PORTARIA N.º 334/2022 – FUNDEPAR

O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 7.228 de 31 de março de 2021 e, nos termos Lei Estadual n.º 15.608/2007,

## RESOLVE

**Art. 1º.** Designar a servidora Karina Ayumi Tanno, RG.: 8.859.217-4, para responder interinamente pela Ouvidoria e Transparência a partir de 05 de setembro de 2022, em virtude do período de licença médica da Agente de Ouvidoria e Transparência do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, Juliete Gonsales Schramm, RG.: 7.577.872-7.

**Art. 2º.** Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**Marcelo Pimentel Bueno**  
Diretor-Presidente FUNDEPAR  
Decreto nº 7.228/2021

96481/2022

## PORTARIA N.º 335/2022 – FUNDEPAR

O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 7.228 de 31 de março de 2021 e, nos termos Lei Estadual n.º 15.608/2007,

## RESOLVE

**Art. 1º.** Designar a servidora Mariana Julia Lopes Ramos Torres, RG 7.309.064-4, CPF 032.990.569-48 para responder interinamente pelo Departamento de Engenharia e Projetos no período de 12/09/2022 a 29/09/2022, durante a fruição de férias do servidor Célio José Gonçalves Watter.

**Art. 2º.** Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**Marcelo Pimentel Bueno**  
Diretor-Presidente FUNDEPAR  
Decreto nº 7.228/2021

96491/2022

## Secretaria da Fazenda

## PORTARIA Nº 74/2022 – SEFA/DG

Fixar a lotação do servidor Rodrigo Miscchiatti Monteiro.

A Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 4º, da Resolução n. 1183, de 12 de novembro de 2020, que acresce o inciso XII do artigo 17º da Resolução SEFA nº 1132 de 28 de julho de 2017, bem como o contido no Protocolo nº 19.352.792-2

## RESOLVE

**Art. 1º.** Fixar lotação do servidor **Rodrigo Miscchiatti Monteiro**, RG nº 12.893.902-4, no Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo - NATA desta Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de 1 de setembro de 2022.

Publique-se.  
Anote-se.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**Marcia Cristina Rebonato Do Valle**  
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda

96154/2022

## PORTARIA Nº 190 DTE/SEFA, de 01 de setembro de 2022.

O DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1º da Resolução SEFA nº 745, de 06 de agosto de 2019,

## R E S O L V E:

**Art. 1º.** Ajustar as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado para a execução das despesas no mês de setembro de 2022, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 01 de setembro de 2022.

**Marcos Buarque Montenegro**  
Diretor do Tesouro Estadual

Página 1 de 11  
Nº controle: 22001921

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DO TESOUREO DO ESTADO - DTE  
Cancela Cota

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 190

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 01300							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		2.028,64	154.573,54	146,90		156.749,08	22002118
101			51.971,33	329,41		52.300,74	22002118
125				282,40		282,40	22002118
147				53.189,93		53.189,93	22002118
						<b>262.522,15</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 01330							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			295.780,13			295.780,13	22002118
						<b>295.780,13</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 01333							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo





ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 03900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.898.931,85	62.299,93	2.792.760,68		4.753.992,46	22002118
101		1.691.395,41	4.691,79	334.693,54		2.030.780,74	22002118
						<b>6.784.773,20</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 03968

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			400,88			400,88	22002118
						<b>400,88</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04100

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.583.334,38	3.202.549,88	1.792.056,89		9.577.941,15	22002118
147				1.177.405,25		1.177.405,25	22002118
						<b>10.755.346,40</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04130

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		147.408,06		10.202,17		157.610,23	22002118
						<b>157.610,23</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04133

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			21.479,92	5.193.465,69		5.214.945,61	22002118
101				31.796,20		31.796,20	22002118
						<b>5.246.741,81</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04134

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		8.740,51	222.478,84	218.318,57		449.537,92	22002118
101			210,00			210,00	22002118
						<b>449.747,92</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04500

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		333,33	105.006,23	53.574,62		158.914,18	22002118
						<b>158.914,18</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04530

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		824,35	709.724,97	174.118,29		884.667,61	22002118
101		60.625,00				60.625,00	22002118
125				253.021,05		253.021,05	22002118
						<b>1.198.313,66</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04531

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		35.659,99	538.398,82	272,10		574.330,91	22002118
101		6.075,02	23,02	13.842,44		19.940,48	22002118
						<b>594.271,39</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04532

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		117.470,32	754.776,62	626.972,02		1.499.218,96	22002118
101		11.671,00	9.919,56			21.590,56	22002118
						<b>1.520.809,52</b>	

ÓRGÃO

UNIDADE CONTÁBIL 04533

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.753,11	39.612,74	15.134,80		56.500,65	22002118
101		1.812,50	10.057,17	10.359,13		22.228,80	22002118
						<b>78.729,45</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04534

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
-------	---------	--------------------------------	--------------------------	--------------------	-------------------	-------	-------------------

100	22.177,12	111.657,99	39.638,29	173.473,40	22002118
101	127.123,00	3.900,00		131.023,00	22002118
				<b>304.496,40</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04546

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		11.951,91	440.630,73	267.017,55		719.600,19	22002118
101		76.551,01		177,77		76.728,78	22002118
						<b>796.328,97</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04548

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.741,64	39.632,67	182.427,58		223.801,89	22002118
101		22.354,02		750,20		23.104,22	22002118
						<b>246.906,11</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04560

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100				375.295,35		375.295,35	22002118
						<b>375.295,35</b>	

ÓRGÃO

Página 7 de 11

UNIDADE CONTÁBIL 04570

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			36.830,78	219.467,74		256.298,52	22002118
101			196,31	194.490,11		194.686,42	22002118
						<b>450.984,94</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04760

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		248.851,89	1.773.829,66	3.048.987,54		5.071.669,09	22002118
						<b>5.071.669,09</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			384.828,15	153.522,35		538.350,50	22002118
101		148.044,82		15.414,00		163.458,82	22002118
						<b>701.809,32</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04967

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101				648.713,20		648.713,20	22002118
						<b>648.713,20</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05100

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		2.589,29	310.882,18	4.390.806,01		4.704.277,48	22002118
101		22.000,42	8.247,86	1.260.098,64		1.290.346,92	22002118
						<b>5.994.624,40</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05131

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.463,31	196.085,57	178.892,99		379.441,87	22002118
101			13,33	231.956,78		231.970,11	22002118
						<b>611.411,98</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05132

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		18.820,64	67.152,04	154.100,52		240.073,20	22002118
101		196,04	546,58	273.041,97		273.784,59	22002118
						<b>513.857,79</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05134

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		13.598,26	58.009,42	230.714,96		302.322,64	22002118
101			1.518,98	238.943,66		240.462,64	22002118
						<b>542.785,28</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 06500

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		19.828,17	3.013.770,35	6.030.764,31		9.064.362,83	22002118
101				1.156.136,07		1.156.136,07	22002118
125				22.954,21		22.954,21	22002118
147				1.101.333,44		1.101.333,44	22002118
						<b>11.344.786,55</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06530

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		121,48	353.669,14	280,05		354.070,67	22002118
101			20.525,33	666,67		21.192,00	22002118
						<b>375.262,67</b>	

Página 9 de 11

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06533

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			14.600,00			14.600,00	22002118
						<b>14.600,00</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06700

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.030,33	3.454,57	3.979.423,27		3.983.908,17	22002118
101				267.857,58		267.857,58	22002118
125				203.322,65		203.322,65	22002118
147				1.894.321,50		1.894.321,50	22002118
						<b>6.349.409,90</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06731

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		524,38	3.725,00	23.668,83		27.918,21	22002118
101				121.169,17		121.169,17	22002118
147		2.440,00		2.704.196,93		2.706.636,93	22002118
						<b>2.855.724,31</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06733

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.153,48	53.074,41	82.881,25		137.109,14	22002118
147				33.488,00		33.488,00	22002118
						<b>170.597,14</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06774

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.956,41	7.166,91	149.882,22		162.005,54	22002118
101			7.133,33			7.133,33	22002118
						<b>169.138,87</b>	

Página 10 de 11

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		600,00	3.377,13	9.776,14		13.753,27	22002118
						<b>13.753,27</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06931

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			812.859,70	718.924,20		1.531.783,90	22002118
101			33.333,33	29.419,49		62.752,82	22002118
147				22.642,01		22.642,01	22002118
						<b>1.617.178,73</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 06934

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.013,18	72.498,52	100,00		76.611,70	22002118
147			13.144,38	142.671,20		155.815,58	22002118
						<b>232.427,28</b>	

 ÓRGÃO  
 UNIDADE CONTÁBIL 07700

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		3.479,81	7.621,90	11.676,91		22.778,62	22002118
101		3.481,55	1.461,26	385.914,93		390.857,74	22002118
125				50.004,85		50.004,85	22002118
147				9.489,57		9.489,57	22002118
						<b>473.130,78</b>	

ÓRGÃO

UNIDADE CONTÁBIL 07730

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		52.055,36	542.256,69	3.320.473,00		3.914.785,05	22002118
101			512.178,76	3.463.620,92		3.975.799,68	22002118
147			821.130,87	6.818.782,86		7.639.913,73	22002118
						<b>15.530.498,46</b>	
						<b>90.707.203,03</b>	

96099/2022

**PORTARIA Nº 191 DTE/SEFA, de 01 de setembro de 2022**

O DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1º da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de setembro de 2022, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna “ODC ESPECIAL” desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3º Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna “ODC - SERVIÇOS” desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies “2”, “3”, e “4”, com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna “Demais Espécies” desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 01 de setembro de 2022.

**Marcos Buarque Montenegro**  
Diretor do Tesouro Estadual

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DO TESOUREO DO ESTADO - DTE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 191

Nº controle: 22001922

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01300

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		20.609,31	251.689,55	481.618,74		753.917,60	22002121
101			49.608,99	3.646,29		53.255,28	22002121
125				258,80		258,80	22002121
147				111.579,54		111.579,54	22002121
						<b>919.011,22</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01330

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			269.526,99			269.526,99	22002121
						<b>269.526,99</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01333

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			9.521,56			9.521,56	22002121
						<b>9.521,56</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01400

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		20.906,24	47.605,94	166.744,99		235.257,17	22002121
101				315.955,43		315.955,43	22002121
147				271.153,05		271.153,05	22002121
						<b>822.365,65</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01500

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		15.576,70	19.408,15	572.917,38		607.902,23	22002121
101		165.627,28		141.607,67		307.234,95	22002121
						<b>915.137,18</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01600

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		6.185,77	48.391,94	80.792,24		135.369,95	22002121
101			762,07			762,07	22002121
						<b>136.132,02</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01700

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			1.847,88	7.004,69		8.852,57	22002121
101			4.774,32	7.254,99		12.029,31	22002121
						<b>20.881,88</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 01900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		9.230,70		6.890.754,43		6.899.985,13	22002121
147		23.533,73		1.008,54		24.542,27	22002121
						<b>6.924.527,40</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 02300

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		5.586,51	22.926,22	279.159,79		307.672,52	22002121
101		11.092,30		256.251,67		267.343,97	22002121
						<b>575.016,49</b>	

ÓRGÃO

Página 3 de 11

UNIDADE CONTÁBIL 02330

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		10.828,42	88.589,78	29.526,22		128.944,42	22002121
						<b>128.944,42</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 02700

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		5.586.767,46	1.878.838,80	7.580.599,34		15.046.205,60	22002121
101			978.616,79	1.595.315,34		2.573.932,13	22002121
147				263.420,00		263.420,00	22002121
						<b>17.883.557,73</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 02900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		9.135,46	1.936.017,36	904.805,83		2.849.958,65	22002121
101				15.007,00		15.007,00	22002121
						<b>2.864.965,65</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 02930

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			464.784,35	392.120,96		856.905,31	22002121
101		31.043,91	1.172.886,16	931.905,44		2.135.835,51	22002121
						<b>2.992.740,82</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 02935

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100				37.139,21		37.139,21	22002121
						<b>37.139,21</b>	

ÓRGÃO

Página 4 de 11

UNIDADE CONTÁBIL 03900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.640.659,43	829,48	19.298.413,95		23.939.902,86	22002121
101		1.665.000,47	7.274,71	2.853.482,61		4.525.757,79	22002121
125				114,50		114,50	22002121
						<b>28.465.775,15</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 03968

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			374,14			374,14	22002121
						<b>374,14</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04100

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		44.940.675,62	3.508.445,71	19.612.162,23		68.061.283,56	22002121





ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04560

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100				176.837,73		176.837,73	22002121
						<b>176.837,73</b>	

Página 7 de 11

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04570

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			5.863,69	218.457,06		224.320,75	22002121
101			156,94	189.786,48		189.943,42	22002121
						<b>414.264,17</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04760

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		5.160.977,78	5.990.568,01	205.286.923,00		216.438.468,79	22002121
						<b>216.438.468,79</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04900

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		82.118,61	808.781,04	869.257,55		1.760.157,20	22002121
101		198.343,10		171.793,00		370.136,10	22002121
						<b>2.130.293,30</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 04967

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101				583.841,88		583.841,88	22002121
						<b>583.841,88</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05100

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		6.080,84	298.154,66	4.472.504,77		4.776.740,27	22002121
101		13.220,00	35.865,26	1.649.152,09		1.698.237,35	22002121
						<b>6.474.977,62</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05131

Página 8 de 11

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		5.677,22	23.735,90	182.369,19		211.782,31	22002121
101			6,67	25.197,75		25.204,42	22002121
						<b>236.986,73</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05132

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		25.556,52	57.940,41	176.842,13		260.339,06	22002121
101		500,00	2.613,85	265.739,56		268.853,41	22002121
						<b>529.192,47</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 05134

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		19.061,12	82.178,73	370.397,89		471.637,74	22002121
101			15.464,65	251.725,53		267.190,18	22002121
						<b>738.827,92</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 06500

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		30.336,14	550.001,06	6.833.508,06		7.413.845,26	22002121
101			193.556,71	1.103.584,45		1.297.141,16	22002121
125				21.041,32		21.041,32	22002121
147				1.046.266,73		1.046.266,73	22002121
						<b>9.778.294,47</b>	

ÓRGÃO  
UNIDADE CONTÁBIL 06530

Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		10.856,32	505.771,88	1.656.766,52		2.173.394,72	22002121
101			10.262,67	1.954,33		12.217,00	22002121
						<b>2.185.611,72</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06533							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			7.300,00			7.300,00	22002121
						<b>7.300,00</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06700							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.611,30	3.698,88	3.782.030,38		3.787.340,56	22002121
101				2.310.289,44		2.310.289,44	22002121
125				194.482,54		194.482,54	22002121
147				2.231.903,85		2.231.903,85	22002121
						<b>8.524.016,39</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06731							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		658,33	5.870,96	15.658.292,45		15.664.821,74	22002121
101				93.830,83		93.830,83	22002121
147		1.220,00		3.347.665,39		3.348.885,39	22002121
						<b>19.107.537,96</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06733							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			10.149,14	47.863,84		58.012,98	22002121
101				32.500,00		32.500,00	22002121
147				2.466,67		2.466,67	22002121
						<b>92.979,65</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06774							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		1.589,89	5.125,21	218.748,10		225.463,20	22002121
101			3.566,67			3.566,67	22002121
						<b>229.029,87</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06900							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		9.804,71	28.249,28	524.432,89		562.486,88	22002121
						<b>562.486,88</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06931							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100			989.852,85	2.109.531,64		3.099.384,49	22002121
101			16.666,67	572.213,50		588.880,17	22002121
125				13.205,82		13.205,82	22002121
						<b>3.701.470,48</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06934							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.348,05	27.422,52	75.552,22		107.322,79	22002121
147			8.762,87	125.373,45		134.136,32	22002121
						<b>241.459,11</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 07700							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		4.350,15	12.913,90	755.212,35		772.476,40	22002121
101		3.260,06	99,63	1.763.452,69		1.766.812,38	22002121
125				1.266.404,08		1.266.404,08	22002121
147				783.615,90		783.615,90	22002121
						<b>4.589.308,76</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 07730							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100		100.891,19	54.691,14	19.905.630,20		20.061.212,53	22002121
101			469.497,19			469.497,19	22002121
147			1.432.771,57	13.631.396,79		15.064.168,36	22002121
						<b>35.594.878,08</b>	
						<b>467.370.436,10</b>	

## PORTARIA Nº 192 DTE/SEFA, de 01 de setembro de 2022.

O DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1º da Resolução SEFA nº 745, de 06 de agosto de 2019,

## R E S O L V E:

Art. 1º. Ajustar as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado para a execução das despesas no mês de setembro de 2022, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 01 de setembro de 2022.

**Marcos Buarque Montenegro**  
Diretor do Tesouro Estadual

Página 1 de 2  
Nº controle: 22001929

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DO TESOUREO DO ESTADO - DTE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 192

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 01500							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101		5.000,00				5.000,00	22002128
						<b>5.000,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 02930							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100					43.788,00	43.788,00	22002128
						<b>43.788,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 03900							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
148				198.448,88		198.448,88	22002128
						<b>198.448,88</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04100							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
145	16.830.000,00					16.830.000,00	22002128
						<b>16.830.000,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04530							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101		42.000,00				42.000,00	22002128
						<b>42.000,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04534							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100				100.000,00		100.000,00	22002128
						<b>100.000,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04900							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
102				800.000,00		800.000,00	22002128
						<b>800.000,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04966							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
150				1.000.000,00		1.000.000,00	22002128
						<b>1.000.000,00</b>	
ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 07700							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
148				2.140.000,00		2.140.000,00	22002128
						<b>2.140.000,00</b>	
						<b>21.159.236,88</b>	

PORTARIA Nº 193 DTE/SEFA, de 02 de setembro de 2022.

O DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1º da Resolução SEFA nº 745, de 06 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Ajustar as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado para a execução das despesas no mês de setembro de 2022, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 02 de setembro de 2022.

Marcos Buarque Montenegro  
Diretor do Tesouro Estadual

Página 1 de 2  
Nº controle: 22001940

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DO TESOUREO DO ESTADO - DTE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 193

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 03900							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101			15.000,00			15.000,00	22002140
142				198.448,88		198.448,88	22002140
						<b>213.448,88</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04100							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100					10.000.000,00	10.000.000,00	22002140
						<b>10.000.000,00</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04133							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
116				10.000.000,00		10.000.000,00	22002140
						<b>10.000.000,00</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04534							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
100					100.000,00	100.000,00	22002140
						<b>100.000,00</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 04900							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
142				200.000,00		200.000,00	22002140
						<b>200.000,00</b>	

Página 2 de 2

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 06733							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
147				10.000,00		10.000,00	22002140
						<b>10.000,00</b>	

ÓRGÃO UNIDADE CONTÁBIL 07730							
Fonte	Pessoal	ODC Especial Auxílios e etc	ODC Especial Serviços	Demais Espécies	Restos a Pagar	Total	N. do Processo
101				2.000.000,00		2.000.000,00	22002140
120				15.000.000,00		15.000.000,00	22002140
142				5.000.000,00		5.000.000,00	22002140
						<b>22.000.000,00</b>	
						<b>42.523.448,88</b>	

96102/2022

PORTARIA Nº 247/2022/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002154/DOE/SEFA,

R E S O L V E

a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 11.369.993,00 (onze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com os Anexos II e IV desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

Página 1 de 4  
Nº controle: 22001947

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 247

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO						
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID	44905100	142	15	L	11.369.993,00	22002154
TOTAL						11.369.993,00	
TOTAL						11.369.993,00	

Página 2 de 4  
Nº controle: 22001947

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO II  
ANEXO À PORTARIA Nº 247

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	AlO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
280	Curitiba					
00000011	Construir a Sede do BPEC	142	15	L	3.500.000,00	22002154
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
474	Londrina					
00000003	Construir a Delegacia Padrão III de Londrina	142	15	L	2.642.694,00	22002154
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
510	Maringá					
00000009	Construir Delegacia de Maringá	142	15	L	500.000,00	22002154
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
782	São José dos Pinhais					
00000002	Construir o Batalhão de Operações Especiais - BOPE	142	15	L	4.000.000,00	22002154
00000014	Reformar o Bloco II da APMG no município de São José dos Pinhais	142	15	L	727.299,00	22002154
TOTAL					11.369.993,00	
TOTAL					11.369.993,00	

Página 3 de 4  
Nº controle: 22001947

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO III  
ANEXO À PORTARIA Nº 247

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO						
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID	44905100	142	15	L	11.369.993,00	22002154
					TOTAL	11.369.993,00	
					TOTAL	11.369.993,00	

Página 4 de 4  
Nº controle: 22001947

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Redução de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO IV  
ANEXO À PORTARIA Nº 247

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
00000001	Realizar obras de Construção para o Paraná Seguro-BID	142	15	L	11.369.993,00	22002154
					TOTAL	11.369.993,00
					TOTAL	11.369.993,00

96268/2022

#### PORTARIA Nº 248/2022/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002132 DOE/SEFA,

#### R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 248

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
27	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
02700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
2702	DIRETORIA GERAL						
6014	GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	33903300	100	01	L	20.000,00	22002132
		44909300	108	01	L	20.000,00	22002132
					<b>TOTAL</b>	<b>40.000,00</b>	
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA UEL						
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL						
6116	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UEL	33903900	250	95	L	285.000,00	22002132
					<b>TOTAL</b>	<b>285.000,00</b>	
					<b>TOTAL</b>	<b>325.000,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO II  
ANEXO À PORTARIA Nº 248

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
27	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
02700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
2702	DIRETORIA GERAL						
6014	GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	33903000	100	01	L	20.000,00	22002132
		44905200	108	01	L	20.000,00	22002132
					<b>TOTAL</b>	<b>40.000,00</b>	
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA UEL						
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL						
6116	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UEL	33903100	250	95	L	15.000,00	22002132
		33903700	250	95	L	100.000,00	22002132
		33905900	250	95	L	150.000,00	22002132
		33906200	250	95	L	20.000,00	22002132
					<b>TOTAL</b>	<b>285.000,00</b>	
					<b>TOTAL</b>	<b>325.000,00</b>	

96273/2022

PORTARIA Nº 249/2022/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002129/DOE/SEFA,

R E S O L V E

a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 347.965,00 (trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e cinco reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com o Anexo II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**

Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 249

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE						
4101	GABINETE DO SECRETÁRIO						
6371	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL	33901400	100	01	L	30.000,00	22002129
		33903100	100	01	L	138.240,00	22002129
6372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO	33901400	100	01	L	60.000,00	22002129
		33903100	100	01	L	92.160,00	22002129
6470	GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES	44905100	116	10	L	27.565,00	22002129
					<b>TOTAL</b>	<b>347.965,00</b>	
					<b>TOTAL</b>	<b>347.965,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO II  
ANEXO À PORTARIA Nº 249

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE					
4101	GABINETE DO SECRETÁRIO					
6470	GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES					
360	Guarapuava					
00000011	Ampliar o Centro Estadual de Educação Profissional Francisco Carneiro Martins, no município de Guarapuava	116	10	L	27.565,00	22002129
					<b>TOTAL</b>	<b>27.565,00</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>27.565,00</b>



Página 3 de 3  
 N° controle: 22001930

 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
 Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

 ANEXO III  
 ANEXO À PORTARIA N° 249

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE					
4101	GABINETE DO SECRETÁRIO					
6371	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL	33903000 100	01	L	138.240,00	22002129
		33904800 100	01	L	30.000,00	22002129
6372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO	33903000 100	01	L	92.160,00	22002129
		33904800 100	01	L	60.000,00	22002129
6470	GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES	44909300 116	10	L	27.565,00	22002129
<b>TOTAL</b>					<b>347.965,00</b>	
<b>TOTAL</b>					<b>347.965,00</b>	

96274/2022

**PORTARIA N° 250/2022/DOE/SEFA**

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002125 DOE/SEFA,

**R E S O L V E**

- a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 65.815,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e quinze reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;
- b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com os Anexos II e IV desta portaria.

Publique-se.

Anotar-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
 Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

 Página 1 de 4  
 N° controle: 22001926

 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
 Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

 ANEXO I  
 ANEXO À PORTARIA N° 250

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03966	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ						
3966	FUNESP						
5068	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA - FUNESP	44905100	113	01	L	65.815,00	22002125
					TOTAL	65.815,00	
					TOTAL	65.815,00	

 Página 2 de 4  
 N° controle: 22001926

 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
 Acréscimo de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

 ANEXO II  
 ANEXO À PORTARIA N° 250

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03966	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ					
3966	FUNESP					
5068	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA - FUNESP					
330	Foz do Iguaçu					
00000028	Construir a Cadeia Pública de Foz do Iguaçu	113	01	L	65.815,00	22002125
<b>TOTAL</b>					<b>65.815,00</b>	
<b>TOTAL</b>					<b>65.815,00</b>	

 Página 3 de 4  
 N° controle: 22001926

 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
 Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

 ANEXO III  
 ANEXO À PORTARIA N° 250

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03966	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ					
3966	FUNESP					
5068	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA - FUNESP	44905100 113	01	L	65.815,00	22002125
<b>TOTAL</b>					<b>65.815,00</b>	
<b>TOTAL</b>					<b>65.815,00</b>	

 Página 4 de 4  
 N° controle: 22001926

 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
 Redução de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

 ANEXO IV  
 ANEXO À PORTARIA N° 250

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03966	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ					
3966	FUNESP					
5068	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA - FUNESP					
00000001	Realizar obras de reformas de edificações	113	01	L	65.815,00	22002125
<b>TOTAL</b>					<b>65.815,00</b>	
<b>TOTAL</b>					<b>65.815,00</b>	

96275/2022

## PORTARIA Nº 251/2022/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002126 DOE/SEFA,

## R E S O L V E

- a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 6.078.827,00 (seis milhões, setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;
- b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com o Anexo II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

Página 1 de 3

Nº controle: 22001928

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 251

Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3917	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN						
6383	GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	33909300	100	01	L	4.697.000,00	22002126
TOTAL						4.697.000,00	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3921	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ						
6497	AÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	33904000	100	01	L	630.000,00	22002126
TOTAL						630.000,00	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03968	FUNDO PENITENCIARIO FUPEN						
3968	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN						
6385	AÇÕES DO FUPEN	33904000	281	95	L	180.000,00	22002126
		44904000	281	95	L	421.000,00	22002126
TOTAL						601.000,00	
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA . UNIOESTE						
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE						
6078	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	33901800	262	95	L	107.500,00	22002126
6128	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNIOESTE	44905100	250	95	L	40.940,00	22002126
TOTAL						148.440,00	
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA UNESPAR						
4546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR						
6131	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNESPAR	33909200	100	01	L	2.387,00	22002126
TOTAL						2.387,00	
TOTAL						6.078.827,00	

Página 2 de 3

Nº controle: 22001928

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO II  
ANEXO À PORTARIA Nº 251

Acréscimo de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI					
04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA . UNIOESTE					
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE					
6128	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNIOESTE					
334	Francisco Beltrão					
00000024	Construir Ambulatório Médico e Clínica de Nutrição do Campus Francisco Beltrão	250	95	L	40.940,00	22002126
TOTAL					40.940,00	
TOTAL					40.940,00	

Página 3 de 3

Nº controle: 22001928

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO III  
ANEXO À PORTARIA Nº 251

Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Fonte		Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3917	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN						
6383	GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	33504100	100	01	L	1.297.000,00	22002126
		33901800	100	01	L	1.200.000,00	22002126
		33903000	100	01	L	1.000.000,00	22002126
		33903900	100	01	L	200.000,00	22002126
		33909200	100	01	L	1.000.000,00	22002126
					TOTAL	4.697.000,00	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3921	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ						
6497	AÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	33903000	100	01	L	630.000,00	22002126
					TOTAL	630.000,00	
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
03968	FUNDO PENITENCIARIO FUPEN						
3968	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN						
6385	AÇÕES DO FUPEN	33903900	281	95	L	180.000,00	22002126
		44905200	281	95	L	421.000,00	22002126
					TOTAL	601.000,00	
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA . UNIOESTE						
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE						

6078	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	33903000	262	95	L	107.500,00	22002126
6128	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNIOESTE	44905200	250	95	L	40.940,00	22002126
<b>TOTAL</b>						<b>148.440,00</b>	
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI						
04546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR						
4546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR						
6131	GESTÃO DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS - UNESPAR	33903600	100	01	L	2.387,00	22002126
<b>TOTAL</b>						<b>2.387,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>6.078.827,00</b>	

**96276/2022****PORTARIA Nº 252/2022/DOE/SEFA**

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002110 DOE/SEFA,

**R E S O L V E**

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 4.650.000,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA	ANEXO I	Nº controle: 22001914
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE	ANEXO À PORTARIA Nº 252	
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS		

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
29	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA						
02930	RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ						
2930	RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ						
6052	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	31901300	101	01	L	150.000,00	22002110
		31901600	101	01	L	4.500.000,00	22002110
<b>TOTAL</b>						<b>4.650.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>4.650.000,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA	ANEXO II	Nº controle: 22001914
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE	ANEXO À PORTARIA Nº 252	
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS		

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
29	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA						
02930	RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ						
2930	RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ						
6052	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	31901100	101	01	L	4.650.000,00	22002110
<b>TOTAL</b>						<b>4.650.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>4.650.000,00</b>	

**96278/2022****PORTARIA Nº 253/2022/DOE/SEFA**

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002105/DOE/SEFA,

**R E S O L V E**

a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com o Anexo III desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA	ANEXO I	Nº controle: 22001909
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE	ANEXO À PORTARIA Nº 253	
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS		

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO						
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLE						
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA						
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	44905200	150	01	L	1.200.000,00	22002105
<b>TOTAL</b>						<b>1.200.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>1.200.000,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA	ANEXO II	Página 2 de 4
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE	ANEXO À PORTARIA Nº 253	Nº controle: 22001909
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS		

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO						
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLE						
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA						
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	44905100	150	01	L	1.200.000,00	22002105
<b>TOTAL</b>						<b>1.200.000,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>1.200.000,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Redução de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO III  
ANEXO À PORTARIA Nº 253

Página 3 de 4  
Nº controle: 22001909

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
138	Arapongas					
00000009	Construir Conselho Tutelar de Arapongas	150	01	L	40.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
244	Cianorte					
00000008	Construir Conselho Tutelar de Cianorte	150	01	L	50.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
250	Colombo					
00000038	Construir Conselho Tutelar de Colombo	150	01	L	40.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
280	Curitiba					
00000007	Construir Conselho Tutelar de Curitiba	150	01	L	50.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
330	Foz do Iguaçu					
00000047	Ampliar, reformar e reparar o centro de socioeducação de Foz do Iguaçu	150	01	L	590.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
360	Guarapuava					
00000036	Construir Conselho Tutelar de Guarapuava II	150	01	L	40.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
372	Ibiporã					
00000043	Construir Conselho Tutelar de Ibiporã	150	01	L	150.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
474	Londrina					
00000044	Construir Conselho Tutelar de Londrina	150	01	L	150.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
584	Palmas					
00000013	Construir Conselho Tutelar de Palmas	150	01	L	50.000,00	22002105
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E A ADOLE					
4966	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
6417	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
628	Pitanga					
00000037	Construir Conselho Tutelar de Pitanga	150	01	L	40.000,00	22002105
TOTAL					1.200.000,00	
TOTAL					1.200.000,00	

Página 4 de 4

96282/2022

#### PORTARIA Nº 254/2022/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002103 DOE/SEFA,

#### R E S O L V E

- a) ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 1.018.290,00 (um milhão, dezoito mil, duzentos e noventa reais), de acordo com os Anexos I e III desta portaria;
- b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o detalhamento de obras, de acordo com os Anexos II e IV desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 02 de setembro de 2022.

**Marcia Cristina Rebonato do Valle**  
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

Página 1 de 4  
Nº controle: 22001907

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À PORTARIA Nº 254

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS						
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR						
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR						
5006	HABITAÇÃO URBANA	44905100	102	01	L	1.018.290,00	22002103

TOTAL 1.018.290,00

TOTAL 1.018.290,00

Página 2 de 4  
Nº controle: 22001907SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Acréscimo de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPSANEXO II  
ANEXO À PORTARIA Nº 254

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
194	Califórnia					
00000017	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Califórnia	102	01	L	734.539,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
656	Prudentópolis					
00000081	VIABILIZAR EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS - 40 UH	102	01	L	9.960,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
674	Rancho Alegre					
00000060	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Rancho Alegre	102	01	L	252.957,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
686	Ribeirão Claro					
00000061	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Ribeirão Claro	102	01	L	20.834,00	22002103
					<b>TOTAL</b>	<b>1.018.290,00</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>1.018.290,00</b>

Página 3 de 4  
Nº controle: 22001907SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPSANEXO III  
ANEXO À PORTARIA Nº 254

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA	44905100 102	01	L	1.018.290,00	22002103
					<b>TOTAL</b>	<b>1.018.290,00</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>1.018.290,00</b>

Página 4 de 4  
Nº controle: 22001907SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Redução de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPSANEXO IV  
ANEXO À PORTARIA Nº 254

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
392	Iporã					
00000039	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Iporã	102	01	L	113.000,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
396	Irati					
00000071	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Irati	102	01	L	9.960,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
438	Jardim Alegre					
00000046	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Jardim Alegre - Contrato nº 6943/2020	102	01	L	100.234,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
648	Prado Ferreira					
00000049	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Prado Ferreira	102	01	L	252.922,00	22002103
67	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PUBLICAS					
06774	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR					
6774	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR					
5006	HABITAÇÃO URBANA					
824	Telêmaco Borba					
00000033	Viabilizar Empreendimentos Habitacionais no município de Telêmaco Borba	102	01	L	542.174,00	22002103
					<b>TOTAL</b>	<b>1.018.290,00</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>1.018.290,00</b>

96285/2022

## PORTARIA Nº 255/2022/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 22002102 DOE/SEFA,

## RESOLVE

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 49.000,00



96183/2022

**RESOLUÇÃO Nº 963/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº19.405.238-3,

**RESOLVE:**

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 2  
Nº controle: 22001950

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 963

ÓRGÃO	19	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	UNIDADE CONTÁBIL	01960	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR						
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
1960	106				102.000,00					102.000,00	22002147
										<b>102.000,00</b>	
										<b>102.000,00</b>	

Página 2 de 2  
Nº controle: 22001950

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Cancela Cota

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 963

ÓRGÃO	19	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	UNIDADE CONTÁBIL	01960	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR						
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
1960	106				102.000,00					102.000,00	22002147
										<b>102.000,00</b>	
										<b>102.000,00</b>	

**96186/2022**

**RESOLUÇÃO Nº 964/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.868.107-7,

**RESOLVE:**

a) estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 16.897.098,00 (dezesseis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, noventa e oito reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cotas orçamentárias, no valor de R\$ 16.897.098,00 (dezesseis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, noventa e oito reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 2  
Nº controle: 22001956

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 964

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100		16.236.013,00							16.236.013,00	22002163
	155		661.085,00							661.085,00	22002163
										<b>16.897.098,00</b>	
										<b>16.897.098,00</b>	

Página 2 de 2  
Nº controle: 22001956

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Cancela Cota

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 964

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100								16.236.013,00	16.236.013,00	22002163
	155								661.085,00	661.085,00	22002163
										<b>16.897.098,00</b>	
										<b>16.897.098,00</b>	

**96180/2022**

**RESOLUÇÃO Nº 965/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.868.107-7,

**RESOLVE:**

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 6.828.902,00 (seis milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e dois reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 6.828.902,00 (seis milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e dois reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 2

Nº controle: 22001943

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 965

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100		6.828.902,00							6.828.902,00	22002145
										6.828.902,00	
										6.828.902,00	

Página 2 de 2

Nº controle: 22001943

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Cancela Cota

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 965

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100					6.828.902,00				6.828.902,00	22002145
										6.828.902,00	
										6.828.902,00	

**96106/2022****RESOLUÇÃO Nº 966/2022 - SEFA/GS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.868.107-7,

**RESOLVE:**

a) estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cotas orçamentárias, no valor de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 2 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 2

Nº controle: 22001946

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 966

ÓRGÃO 31 ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA											
UNIDADE CONTÁBIL 03100 ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA											
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Divida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Divida	Total	N. do Processo
3101	100		45.000.000,00							45.000.000,00	22002150
	147		10.000.000,00							10.000.000,00	22002150
										<b>55.000.000,00</b>	
										<b>55.000.000,00</b>	

Página 2 de 2

Nº controle: 22001946

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Cancela Cota

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 966

ÓRGÃO		ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL		ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100								45.000.000,00	45.000.000,00	22002150
	147								10.000.000,00	10.000.000,00	22002150
										55.000.000,00	
										55.000.000,00	

**96113/2022**

**RESOLUÇÃO Nº 967/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 19.360.048-4,

**RESOLVE:**

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 1.166.058,00 (um milhão, cento e sessenta e seis mil e cinquenta e oito reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 1

Nº controle: 22001952

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 967

Estabelece Cota

ÓRGÃO		29	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA									
UNIDADE CONTÁBIL		02930	RECEITA ESTADUAL DO PARANA									
Unidade Fonte			Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da DÍvida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
2930	101				1.166.058,00						1.166.058,00	22002149
											1.166.058,00	
											1.166.058,00	

**96178/2022****RESOLUÇÃO Nº 968/2022 - SEFA/GS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.868.107-7,

**RESOLVE:**

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 248.546.200,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 2 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 1

Nº controle: 22001955

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 968

Estabelece Cota

ÓRGÃO		31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL		03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
Unidade Fonte			Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Divida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Divida	Total	N. do Processo
3101	100				237.785.070,00	5.000.000,00					242.785.070,00	22002161
	101					574.000,00					574.000,00	22002161
	105					5.185.000,00					5.185.000,00	22002161
	163					2.130,00					2.130,00	22002161
											<b>248.546.200,00</b>	
											<b>248.546.200,00</b>	

**96374/2022****RESOLUÇÃO Nº 969/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.868.107-7,

**RESOLVE:**

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 99.797.748,00 (noventa e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 99.797.748,00 (noventa e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 2

Nº controle: 22001954

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 969

Estabelece Cota

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100			99.797.748,00						99.797.748,00	22002160
										99.797.748,00	
										99.797.748,00	

Página 2 de 2

Nº controle: 22001954

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 969

Cancela Cota

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3101	100							99.797.748,00		99.797.748,00	22002160
										99.797.748,00	
										99.797.748,00	

96175/2022

#### RESOLUÇÃO Nº 970/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.416.065-0,

RESOLVE:

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 1  
Nº controle: 22001953

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 970

ÓRGÃO	45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA,TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI									
UNIDADE CONTÁBIL	04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA UEL									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
4530 100							75.000,00			75.000,00	22002152
										75.000,00	
										75.000,00	

96174/2022

#### RESOLUÇÃO Nº 971/2022 SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 19.388.716-3 e nº 19.403.973-5

RESOLVE:

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), nos Órgãos, nas Unidades Orçamentárias, nos grupos de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 1  
Nº controle: 22001948

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 971

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE									
UNIDADE CONTÁBIL	04133	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL.FUNDEPAR									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
4133	100						470.000,00			470.000,00	22002156
										470.000,00	

ÓRGÃO	65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO									
UNIDADE CONTÁBIL	06500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
6502	101			50.000,00			100.000,00			150.000,00	22002156
										150.000,00	
										620.000,00	

96173/2022

#### RESOLUÇÃO Nº 972/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 22002134/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 18.557.598-5,

RESOLVE:

a) descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 44.509.161,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e nove mil, cento e sessenta e um reais), de acordo com o Anexo I desta resolução;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o Detalhamento de Obras, de acordo com o Anexo II desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 3  
Nº controle: 22001933

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 972

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo ALO Fonte	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					



03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA						
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO						
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID	44905100	142	15	P	44.509.161,00	22002134
<b>TOTAL</b>						<b>44.509.161,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>44.509.161,00</b>	

Página 2 de 3

Nº controle: 22001933

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 972

Descontingenciamento de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
00000001	Realizar obras de Construção para o Paraná Seguro-BID	142	15	P	15.343.855,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
230	Cascavel					
00000004	Construir a Delegacia Padrão III de Cascavel	142	15	P	900.000,00	22002134
00000010	Construir a Sede do 5CRPM	142	15	P	2.500.000,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
250	Colombo					
00000013	Construir o Corpo de Bombeiros de Colombo	142	15	P	500.000,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
280	Curitiba					
00000007	Reformar e Ampliar o 13º Batalhão da PMPR	142	15	P	1.300.000,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
330	Foz do Iguaçu					
00000005	Construir o 9º Grupamento de Bombeiros	142	15	P	4.650.000,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
344	Guaíra					
00000012	Construir Delegacia Padrão II de Guaíra	142	15	P	1.658.000,00	22002134
						Página 3 de 3
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
474	Londrina					
00000003	Construir a Delegacia Padrão III de Londrina	142	15	P	2.207.306,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
498	Marechal Cândido Rondon					
00000006	Construir o Batalhão de Fronteira - BPFron	142	15	P	4.000.000,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
510	Maringá					
00000009	Construir Delegacia de Maringá	142	15	P	2.150.000,00	22002134
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA					
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
5089	INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO - BID					
782	São José dos Pinhais					
00000002	Construir o Batalhão de Operações Especiais - BOPE	142	15	P	5.000.000,00	22002134
00000008	Construir Delegacia de São José dos Pinhais	142	15	P	300.000,00	22002134
00000014	Reformar o Bloco II da APMG no município de São José dos Pinhais	142	15	P	4.000.000,00	22002134
<b>TOTAL</b>						<b>44.509.161,00</b>
<b>TOTAL</b>						<b>44.509.161,00</b>

96111/2022

## RESOLUÇÃO Nº 973/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 18.557.598-5,

## RESOLVE:

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 44.509.161,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e nove mil, cento e sessenta e um reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
 Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 973

Página 1 de 1  
Nº controle: 22001944

Estabelece Cota

ÓRGÃO	39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA									
UNIDADE CONTÁBIL	03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3901	142						44.509.161,00			44.509.161,00	22002146
										44.509.161,00	
										44.509.161,00	

96108/2022

### RESOLUÇÃO Nº 974/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 22002138/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 19.394.617-8,

RESOLVE:

a) descontinuar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 7.927.095,00 (sete milhões, novecentos e vinte e sete mil, noventa e cinco reais), de acordo com o Anexo I desta resolução;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o Detalhamento de Obras, de acordo com o Anexo II desta resolução.  
Curitiba, 02 de setembro de 2022.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 974

Página 1 de 2  
Nº controle: 22001936

Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
77	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA						
07700	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA						
7704	DEPARTAMENTO DE FOMENTO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA						
6386	FOMENTO RODOVIÁRIO	44905100	148	09	P	7.927.095,00	22002138
						<b>TOTAL</b>	<b>7.927.095,00</b>
						<b>TOTAL</b>	<b>7.927.095,00</b>

Página 2 de 2  
Nº controle: 22001936

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 974

Descontingenciamento de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
77	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA					
07700	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA					
7704	DEPARTAMENTO DE FOMENTO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
6386	FOMENTO RODOVIÁRIO					
330	Foz do Iguaçu					
00000002	Construir acesso entre a ponte internacional e a BR-277	148	09	P	6.611.444,00	22002138
00000003	Duplicar e manter segmento da BR 469/PR na Rodovia das Cataratas. Segmento KM12,7 - KM 21,4, no município de Foz do Iguaçu	148	09	P	1.315.651,00	22002138
					<b>TOTAL</b>	<b>7.927.095,00</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>7.927.095,00</b>

96140/2022

### RESOLUÇÃO Nº 975/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 19.394.617-8,

RESOLVE:

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 7.927.095,00 (sete milhões, novecentos e vinte e sete mil, noventa e cinco reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.  
**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 975

Página 1 de 1  
Nº controle: 22001945

Estabelece Cota

ÓRGÃO	77	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA									
UNIDADE CONTÁBIL	07700	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
7704	148						7.927.095,00			7.927.095,00	22002151
										7.927.095,00	
										7.927.095,00	

96087/2022

**RESOLUÇÃO Nº 976/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 22002122/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 19.427.745-8,

**RESOLVE:**

Ajustar a disponibilidade do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), de acordo com os Anexos I e II desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 976

Nº controle: 22001923

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ . UNIOESTE						
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE						
6078	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	33901400	262	95	P	5.000,00	22002122
		33903300	262	95	P	19.500,00	22002122
<b>TOTAL</b>						<b>24.500,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>24.500,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Contingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 976

Nº controle: 22001923

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI						
04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ . UNIOESTE						
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE						
6078	GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	33903000	262	95	P	24.500,00	22002122
<b>TOTAL</b>						<b>24.500,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>24.500,00</b>	

**96084/2022****RESOLUÇÃO Nº 977/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 maio de 2019, e Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 22002139/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 19.416.459-9,

**RESOLVE:**

Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 51.576,00 (cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais), de acordo com o Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 977

Nº controle: 22001937

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04967	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL . FEAS						
4967	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FEAS						
6420	GESTÃO DO SUAS	33903600	281	95	P	30.480,00	22002139
		33903900	281	95	P	15.000,00	22002139
		33904700	281	95	P	6.096,00	22002139
<b>TOTAL</b>						<b>51.576,00</b>	
<b>TOTAL</b>						<b>51.576,00</b>	

**96083/2022****RESOLUÇÃO Nº 978/2022 - SEFA/GS DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 19.416.459-9,

**RESOLVE:**

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 51.576,00 (cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE  
Estabelece Cota

ANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 978

Página 1 de 1

Nº controle: 22001949

Órgão	Unidade Contábil	Unidade Fonte	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
49	04967											
		4967	281								51.576,00	22002159
											<b>51.576,00</b>	
											<b>51.576,00</b>	

**96139/2022**

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 981

Cancela Cota

ÓRGÃO	41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE									
UNIDADE CONTÁBIL	04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
4101 100					90.000,00					90.000,00	22002131
										<b>90.000,00</b>	
										<b>90.000,00</b>	

96224/2022

**RESOLUÇÃO Nº 982/2022 - SEFA/GS DE 05 DE SETEMBRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 19.425.745-7,

**RESOLVE:**

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO I  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 982

Estabelece Cota

ÓRGÃO	45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI									
UNIDADE CONTÁBIL	04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA UEL									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
4530 250				150.000,00						150.000,00	22002165
										<b>150.000,00</b>	
										<b>150.000,00</b>	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOEANEXO II  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 982

Cancela Cota

ÓRGÃO	45	SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR . SETI									
UNIDADE CONTÁBIL	04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA UEL									
Unidade Fonte		Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
4530 250					150.000,00					150.000,00	22002165
										<b>150.000,00</b>	
										<b>150.000,00</b>	

96405/2022

**RESOLUÇÃO SEFA Nº 960, DE 01 DE SETEMBRO DE 2022**

Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar os documentos necessários à efetivação de contratações de consultoria e de desenvolvimento de plataforma multicanal, para dar suporte à modernização dos modelos de gestão de ações fiscais, de recuperação de créditos tributários e de serviços oferecidos ao contribuinte.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, bem como ao contido no Protocolo nº 19.432.067-1,

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** Constituir Grupo de Trabalho - GT destinado a elaborar os documentos necessários à efetivação da contratação de consultoria e de desenvolvimento de plataforma multicanal, para dar suporte à modernização dos modelos de gestão de ações fiscais, de recuperação de créditos tributários e de serviços oferecidos ao contribuinte que estão sendo desenvolvidos no âmbito do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO II/BRXL1039.

**Art. 2.º** O Grupo de Trabalho de que trata o art. 1º será integrado pelos seguintes servidores, sob a coordenação do primeiro:

I - Marco Antônio Mazza Canedo Dos Santos - RG 10.967.338-2;

II - Rafael Hammerschmidt Estrugala - RG 7.736.435-8;

III - Marcio Luis Trentin - RG 6.326.992-1;

IV - Miriam de Athayde Burger - RG 1.976.780-9;



V - Michele Frizzo Enriquez - 7.751.808-8;

VI - Davidson Benjamim Lessa Mendes - 7.751.808-8;

VII - Soraya Guerra - RG 13.169.002-9;

VIII - Tercio Rhodes Magalhaes Silva - RG 13.932.470-6;

**Art. 3.º** O Grupo de Trabalho deverá elaborar, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias contínuos, contados da publicação desta Resolução, relatório conclusivo sobre a viabilidade técnica da contratação de que trata o *caput* do art. 1º, dispondo, dentre outros, sobre os seguintes aspectos:

I - necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - requisitos da contratação;

III - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

IV - análise da modalidade de contratação para a prestação de serviços;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - elaboração de Termo de Referência, contendo as regras para a contratação do serviço, em especial os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades dos contratantes em relação ao acordo firmado, bem como penalidades em caso de descumprimento das obrigações.

**Art. 4.º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de setembro de 2022

**Renê de Oliveira Garcia Junior**  
Secretário de Estado da Fazenda

96095/2022

**Cancelamento de matéria**

\*Cancelamentos podem ser solicitados até às 15h, do dia útil anterior a data da publicação.  
Para agilizar o processo de cancelamento das matérias, poderá ser solicitado via WhatsApp pelo número **41 | 99108-6040** ou pelo e-mail: **dioe@ccivil.pr.gov.br**.

\*Não é possível fazer cancelamento dos PARTICULARES.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

Diário OFICIAL Paraná  
Comércio, Indústria e Serviços

PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

Imprensa Oficial

## Secretaria da Saúde

### PORTARIA FUNEAS N.º 431 – 31 DE AGOSTO DE 2022.

**Súmula:** Instaura procedimento administrativo preliminar para verificação dos fatos contidos no protocolado n.º 19.354.687-0.

**O Diretor Administrativo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 12.093 de 03 de setembro de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022 e pela Portaria FUNEAS n.º 417 de 18 de agosto de 2022;**

Considerando o disposto no artigo 1.º do Anexo I da Resolução FUNEAS n.º 035/2019 de 11 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

**Art. 1.º** Instaurar sindicância para apurar irregularidades no Hospital Regional do Litoral (HRL), componente do Protocolo 19.354.687-0.

**Art. 2.º** Designar para compor a comissão de sindicância os seguintes agentes públicos:

**Presidente:** RAFAEL COELHO TOSTA, RG n.º 12.778.180-0/PR.

**Membros:** FERNANDA FERREIRA MONTEIRO, RG n.º 10.454.300-6/PR e SANDRA ALVES MEIRA DAS NEVES, RG n.º 10.605.978-0/PR.

**Art. 3.º** A sindicância deverá ser iniciada dentro do prazo de três dias, contados da publicação deste ato e deverá estar concluída, a partir do seu início, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, por motivo justificado.

**Art. 4.º** Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado que configure o fato, indicando o seguinte:

I - se o fato é irregular ou não;

II - caso seja, quais os dispositivos legais supostamente violados e se há presunção de autoria.

**Parágrafo único.** O relatório não deverá propor qualquer medida, excetuada a abertura de processo administrativo disciplinar, limitando-se a responder os quesitos mencionados nos incisos I e II.

**Art. 5.º** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

CURITIBA-PR, 31 DE AGOSTO DE 2022.

(assinado digitalmente)  
Valmir Alberto Thomé  
Diretor Administrativo

(assinado digitalmente)  
Hélcio dos Santos  
Diretor Financeiro  
96909/2022

### PORTARIA FUNEAS N.º 432 – 31 DE AGOSTO DE 2022.

**Súmula:** Instaura procedimento administrativo preliminar para verificação dos fatos contidos no protocolado n.º 16.485.276-8.

**O Diretor Administrativo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 12.093 de 03 de setembro de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022 e pela Portaria FUNEAS n.º 417 de 18 de agosto de 2022;**

Considerando o disposto no artigo 1.º do Anexo I da Resolução FUNEAS n.º 035/2019 de 11 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

**Art. 1.º** Instaurar sindicância para apurar irregularidades na Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, componente do Protocolo 16.485.276-8.

**Art. 2.º** Designar para compor a comissão de sindicância os seguintes agentes públicos:

**Presidente:** MARCOS HENRIQUE MIRANDA, RG n.º 6.176.168-3/PR.

**Membros:** TAMARA KIOKA DA SILVEIRA, RG n.º 8.243.469-0/PR e MARTHA MARIA DE OLIVEIRA PEGORARO, RG n.º 6.150.477-0/PR.

**Art. 3.º** A sindicância deverá ser iniciada dentro do prazo de três dias, contados da

publicação deste ato e deverá estar concluída, a partir do seu início, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, por motivo justificado.

**Art. 4.º** Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado que configure o fato, indicando o seguinte:

I - se o fato é irregular ou não;

II - caso seja, quais os dispositivos legais supostamente violados e se há presunção de autoria.

**Parágrafo único.** O relatório não deverá propor qualquer medida, excetuada a abertura de processo administrativo disciplinar, limitando-se a responder os quesitos mencionados nos incisos I e II.

**Art. 5.º** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

CURITIBA-PR, 31 DE AGOSTO DE 2022.

(assinado digitalmente)  
Valmir Alberto Thomé  
Diretor Administrativo

(assinado digitalmente)  
Hélcio dos Santos  
Diretor Financeiro  
96911/2022

### PORTARIA FUNEAS N.º 434 – 01 DE SETEMBRO DE 2022

**Súmula:** Designa servidor para ocupar interinamente cargo em comissão.

**O Diretor Administrativo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 12.093 de 03 de setembro de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022 e pela Portaria FUNEAS n.º 417 de 18 de agosto de 2022;**

Considerando que ainda não houve nomeação de um Diretor Geral de Unidade Educacional, para atuar no âmbito do FUNEAS; Considerando a necessidade de profissional para responder pela Diretoria Geral;

RESOLVE:

**Art. 1.º** Designar SOLANGE ROTHBARTH BARA, RG n.º 12.854.710-0/PR, para exercer interinamente a função de Diretora Geral de Unidade Educacional junto à Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), a partir de 05 de Setembro de 2022.

**Art. 2.º** Durante o exercício do cargo interino, o substituto fará jus a remuneração correspondente a do substituído.

**Art. 3.º** Por ocasião da nomeação definitiva de Diretor Geral de Unidade Educacional, o substituto retornará à sua função, voltando a auferir os vencimentos correspondentes a função anterior, na forma do art. 450 da CLT e Súmula 159 do TST.

**Art. 4.º** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

CURITIBA - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2022.

Valmir Alberto Thomé  
Diretor Administrativo

Hélcio dos Santos  
Diretor Financeiro  
96104/2022

### PORTARIA FUNEAS N.º 435 – 01 DE SETEMBRO DE 2022

**Súmula:** Designa servidor para exercer função de confiança, com base na estrutura organizacional prevista na Resolução FUNEAS n.º 6/2022 de 30 de março de 2022. **O Diretor Administrativo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 12.093 de 03 de setembro de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022 e pela Portaria FUNEAS n.º 417 de 18 de agosto de 2022;**

RESOLVE:

**Art. 1.º** Designar DANIELE LUCIO SILVA, RG n.º 9.820.100-9/PR, para exercer a função de Diretora Geral de Unidade Porte III, junto ao Hospital Regional de Ivaiporã (HRI), a partir de 5 de Setembro de 2022, ficando em consequência destituída da função de Gerente, junto à Gerência Administrativa de Unidade (GAM).

**Art. 2.º** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

CURITIBA - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2022.

Valmir Alberto Thomé  
Diretor Administrativo

Hélcio dos Santos  
Diretor Financeiro  
96105/2022

### PORTARIA FUNEAS N.º 436 – 02 DE SETEMBRO DE 2022

**Súmula:** Nomeia servidor para exercer cargo em comissão, com base na estrutura

organizacional prevista na Resolução FUNEAS n.º 5 de 30 de março de 2022.

**O Diretor Administrativo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 12.093 de 03 de setembro de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022 e pela Portaria FUNEAS n.º 417 de 18 de agosto de 2022;**

**RESOLVE:**

**Art. 1.º Nomear** RICARDO JOSÉ MARQUES CASSOLI, RG n.º 6.317.127-1/PR, para ocupar o cargo de Diretor Técnico de Unidade Porte III junto Hospital Regional do Centro-Oeste (HRCO), a partir de 06 de setembro de 2022.

**Art. 2.º** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

CURITIBA - PR, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

Valmir Alberto Thomé  
Diretor Administrativo

Hélcio dos Santos  
Diretor Financeiro  
96109/2022

**EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDOR**  
Processo Administrativo Disciplinar nº 18.334.840-0

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde do Paraná, o Sr. Cesar Augusto Neves Luiz, por meio da Resolução SESA nº 0358/2022, publicada no Diário Oficial do Paraná nº 47563/2022 de 13 de junho de 2022, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 27, inciso V, e 29 da Lei 20.656/2021. CITA, pelo presente edital, o servidor **Rogério Pivato Mendes, RG nº 5563221-9**, Promotor de Saúde Fundamental, na função de motorista, lotado no Hospital Regional de Guaraqueçaba, junto à 1ª Regional de Saúde em Guaraqueçaba, por **ABANDONO DE CARGO**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, comparecer no Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, na 2ª Regional de Saúde, em Piraquara, localizado na Avenida Brasília, nº 1115 Jardim Esmeralda, a fim de apresentar defesa no processo nº 18.334.840-0 a que responde, sob pena de revelia.

Piraquara, 25 de agosto de 2022.

(assinado eletronicamente)

Marcos Paulo Colla – RG nº 6.027.042-2  
Presidente da Comissão Processante

94370/2022

**PORTARIA FUNEAS N.º 433 – 31 DE AGOSTO DE 2022**

**Súmula:** Prorrogação de prazo para conclusão do processo administrativo contido no protocolado n.º 19.257.980-5.

**O Diretor Administrativo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 12.093 de 03 de setembro de 2014, pelo Decreto Estadual n.º 10.373 de 25 de fevereiro de 2022 e pela Portaria FUNEAS n.º 417 de 18 de agosto de 2022;**

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** Com fulcro no § 2.º, IV do art. 8.º da Portaria FUNEAS n.º 24 de 5 de fevereiro de 2021, **fica prorrogado** por mais 15 (quinze) dias úteis o prazo para conclusão do administrativo que apura irregularidades do fornecedor, componente do Protocolo 19.257.980-5.

**Art. 2.º** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

CURITIBA - PR, 31 DE AGOSTO DE 2022.

(assinado digitalmente)  
Valmir Alberto Thomé  
Diretor Administrativo

(assinado digitalmente)  
Hélcio dos Santos  
Diretor Financeiro  
96916/2022

## Secretaria da Justiça, Família e Trabalho

**DESPACHO SECRETARIAL nº 639/2022 - SEJUF**  
**Referente ao Protocolo nº 19.295.517-3 e**

**18.858.753-4 apenso.**

No uso das atribuições legais que me são conferidas pela Lei Estadual nº 20.656/2021 e Decreto Estadual nº 10.679/2022 e considerando o contido no relatório apresentado pela Comissão de Sindicância, designada pela Resolução nº 254/2022 – SEJUF publicada no DIOE nº 11.231 de 03 de agosto de 2022, com fulcro na Lei Estadual nº 6.174, de 20 de novembro de 1970, **RESOLVO:**

Acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante, bem como a Informação Técnica nº 1155/2022 – SEJUF/AT (fls.195-199.

Mov.91) e **DETERMINAR** que seja instaurado Processo Administrativo Disciplinar, eis que, da análise dos documentos constantes nos autos, é possível verificar que as denúncias apontadas foram parcialmente confirmadas quanto à apresentação de indícios de irregularidades cometidas por servidores da Casa de Semiliberdade de Cascavel, no que se refere aos fatos noticiados e apurados nos Protocolos 19.295.517-3 e 18.858.753-4 apenso.  
Publique-se.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Rogério Carboni

**Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho**

96409/2022

**DESPACHO SECRETARIAL nº 640/2022 - SEJUF**  
**Referente ao Protocolo nº 19.363.799-0**

- I. **AUTORIZO**, com base no inciso VI, do artigo 4º da Lei nº 19.848/2019, nos artigos 108, § 3º, II, artigo 112, § 12 e, artigo 113 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2007, assim como, o disposto no inciso XI do artigo 40 e no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, e com fundamento na solicitação da locadora (f. 02. Mov. 02), no Resultado da Correção pelo IGP-M/FGV (f. 24. Mov. 13), nos Despachos nº 2145/2022 e 2146/2022 do Grupo Administrativo Setorial – GAS (fls. 27-28. Mov. 16-17), bem como na Informação Técnica nº 1084/2022 – SEJUF/AT (fls. 39-44. Mov. 26), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, **a formalização do Termo de Aposilamento ao Contrato Administrativo nº 041/2019**, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e a locadora Karita Yulimi Kondo Sasaki, CPF nº 048.128.239-43, para instalação da Agência do Trabalhador de Altônia, e tendo em vista a disponibilidade de recursos orçamentários (fls. 29-34. Mov. 18-22), **a realização da despesa no valor total de até R\$ 347,25 (trezentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, referente à aplicação do índice percentual IGP-M/FGV de 10,076790 %. Assim, o valor mensal de R\$ 2.297,37 (dois mil e duzentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos) para R\$ 2.528,87 (dois mil e quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos) a partir de 17/08/2022.
- II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do GAS/SEJUF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.
- III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.
- IV. **À SEJUF/GAS** para providências.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Rogério Carboni

**Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho**

96651/2022

**DESPACHO SECRETARIAL nº 641/2022 - SEJUF**  
**Referente ao Protocolo nº 19.144.514-7**

- I. **AUTORIZO** com base no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 19.848/2019, com fundamento no Memorando nº 60/2022 - Escritório Regional de Cianorte/SEJUF (f. 03. Mov. 03), no Despacho nº 1533/2022 (fls. 62. Mov. 31), no Recibo de Indenização (f. 77. Mov. 45), Despacho nº 1977/2022-GAS/SEJUF (fls. 86-87. Mov. 54) e Lista de Verificação (f. 88. Mov. 55), do Grupo Administrativo Setorial - GAS/SEJUF, bem como na Informação nº 951/2022 da Assessoria Técnica - AT/SEJUF (fls. 98-102. Mov. 58) que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento por meio de indenização, **reconheço o dever de pagar**, em favor de **Vitor Manoel Alcobia Leitão, CPF nº 497.614.479-87 e Maria Inês Feroldi Leitão, CPF nº 577.010.919-04, a título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira Informação nº 1203/2022 – GOFS/SEJUF (fls. 63-66. Mov. 32-34), **a realização da despesa no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)**, referente a Indenização de aluguel do imóvel que abriga a Agência do Trabalhador de Cidade Gaúcha, pelo período de 15 de abril de 2022 a 14 de julho de 2022.
- II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do GAS/SEJUF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o GAS/SEJUF deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e



CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.

III. **DETERMINO** à Chefia do Escritório Regional de Cianorte, a tomada de providências imediatas para nova locação, tratada no Protocolo nº 17.611.975-6.

IV. **DETERMINO** o envio do Protocolo nº 19.144.514-7 para a Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.

V. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Rogério Carboni

**Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho**

96670/2022

#### RESOLUÇÃO Nº 335/2022 – SEJUF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 da Lei Estadual nº 19.848 de 3 de maio de 2019, regulamentado pelo Decreto nº 1416 de 23 de maio de 2019, nomeado pelo Decreto nº 10.679/2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Definir a abrangência de atendimento dos Escritórios Regionais de Foz do Iguaçu, Toledo e Pitanga, os quais terão como atribuição

primordial a atuação nas políticas públicas de Justiça, Cidadania, Desenvolvimento Social e Trabalho, conforme segue:

I. O Escritório Regional de Foz do Iguaçu atenderá os municípios de Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu.

II. O Escritório Regional de Pitanga atenderá os municípios de Laranjal, Palmital, Mato Rico, Boa Ventura do São Roque, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Cândido de Abreu, Nova Tebas e Manoel Ribas.

III. O Escritório Regional de Toledo atenderá os municípios de Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Tupãssi e Terra Roxa.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Curitiba, 01 de setembro de 2022

Rogério Carboni

**Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho**

95861/2022

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF  
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 7º andar – Palácio das Araucárias  
CEP 80530-915 – Curitiba – Paraná

**Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR**

**Reunião Extraordinária de Junho de 2022**

Aos oito dias do ano de dois mil e vinte e dois, às 13 horas e 35 minutos, foi iniciada a conferência dos presentes na reunião ordinária do CEAS/PR realizada em caráter híbrido. Estavam presentes os conselheiros da sociedade civil, no segmento dos usuários: Carlos da Silva, Alexan Carlos Goes, Cleny Thomas Maciel e Ademir José Santos. Segmento das entidades Trabalhadores do Setor: Adrianis Galdino da Silva Júnior, Andressa Pires Martins, Caroline Dambrós Marçal, Rennan Ferreira, Jesiely Aparecida Pereira Lima e Mariza de Lourdes Novi Vieira. Segmento das entidades prestadoras de serviço: Jocélia Pires Lopes, Karina Keli dos Santos Valim, Neli Tereza Pomagerski Pivatto. E os seguintes conselheiros governamentais: Larissa Marsolik, Magali Socher Luiz, Paula Cristina Calsavara, Patrícia Cavichiolo Tortato, Neuseli Bertola, Bruna Ottobelli, Manoel Tadeu Barcelos, Maiara de Almeida Abreu, Isabel Cristina Modesto da Silva, Delvana Lúcia de Oliveira, Rosineide Frez, Porcina Elizabeth de Oliveira Souto, Dulce Darolt, Lucimeri Sampaio Bezerra, Thiago de Angelis. Também registrou-se a presença dos seguintes convidados: Keity Cruz (MPPR), Gabriela Ferreira (MPPR), Everton (Nossa Gente PR), Tamara (Nossa Gente Paraná), Michele (Nossa Gente Paraná). Após a verificação do quórum, deu-se início a abertura da Plenária com o vice-presidente Renann Ferreira saudando à todos, e justificando a ausência da presidente Larissa Marsolik, sendo assim, Renann fez uma leitura da pauta juntamente perguntando se algum dos presentes tinha algo a adicionar na pauta, ninguém se manifestou. Adrianis Júnior pediu a palavra e solicitou que constasse na ata os votos de pêsames de todos os presentes na reunião para a conselheira Vandete, que perdeu a irmã e não pode comparecer na reunião. Andressa pediu a palavra e questionou quando seria dado as boas vindas aos novos conselheiros, ato que foi feito logo em seguida. A palavra foi passada a Paula para a apresentação do programa nossa gente Paraná. Paula fez a abertura do programa nossa gente Paraná, passando a palavra a Tamara (Atual coordenadora do programa). Tamara assume a palavra saudando a todos os presentes e se apresentando, Tamara faz a leitura do 1. explica as mudanças que teve no Programa Nossa Paraná no ano de 2019 que foi alterado o nome de Família Paranaense, hoje chamado Programa Nossa Gente, seguiu dizendo que ele é a Estratégia de enfrentamento à pobreza e superação das vulnerabilidades sociais no Paraná, através de ações intersetoriais que visam o protagonismo da família, promovendo seu desenvolvimento e autonomia, gerando melhoria em suas condições de vida. Em ela faz a leitura do 2. que contou a origem do programa com os slides mostrando o impacto positivo deste mesmo programa no estado do Paraná com gráficos explicando a situação de extrema pobreza e áreas favelizadas. Tamara também leu o 3. que são os objetivos políticos do programa, sendo eles: Fortalecer o trabalho em rede, Fomentar a integração de sociais diversas, Fomentar a Busca Ativa, o Cadastro e o Acompanhamento de Famílias vulneráveis, Fortalecer o trabalho do SUAS. Paula assume o andar da reunião explicando o 4. MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO sendo elas: Renda Nossa Gente Paraná, Transferência direta às famílias, independente de adesão do município, local de ação, 399 (todo o Estado), Prioritários - Com indicadores de alta vulnerabilidade concentrada e valor do conforme cálculos do IVF- PR local de ação: 156, Adesão Espontânea - Aderiram espontaneamente ao Programa, independentemente de seus indicadores sociais, com o objetivo de utilizar a metodologia. Adesão à metodologia do Programa, local de ação, 207 e AFAI - Municípios que possuem famílias com adolescentes internados por medidas socioeducativas, Adesão aos editais do CEDCA local de ação, 185. Após essas informações foi mostrado um mapa gráfico 4.1 com a abrangência do programa no estado do Paraná e logo após foi reforçado o público alvo deste programa 5., sendo eles Famílias em situação de alta vulnerabilidade social, selecionadas por meio do Índice de Vulnerabilidade das Famílias - IVF-PR. 5.1 VULNERABILIDADE SOCIAL Paula fez a leitura do gráfico explicando quais são as condições em que se aplica as políticas, que são elas Pobreza e extrema pobreza, Desemprego, Dificuldade de acesso a direitos, Limitações na inserção social, Violência e violações de direitos humanos, Exclusão social e estigmas. 5.1.1 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS, Paula faz a leitura desde ponto ressaltando a extração de informações a partir do Cadastro Único, com um outro componente sendo o acesso ao trabalho e renda, onde diz as informações de renda e escolaridade da família, somando esses componentes chegamos ao índice de vulnerabilidade que vai de 0.0 a 1.0 no ponto 5.1.2 explica a APLICAÇÃO DO IVF/PR, que Quanto mais próximo de 1, maior o IVF-PR, O cálculo habilita os 25% das famílias mais vulneráveis no município para inclusão no Programa. As famílias com maior IVF são convidadas e entrar no Programa. 5.2 ONDE VISUALIZO AS FAMÍLIAS EM ALTA VULNERABILIDADE?, Paula explica o exemplo dado pelo slide com uma imagem do sistema, dizendo que o técnico tem acesso a esse sistema de todas as famílias do município, todas as famílias são pontuadas de acordo com sua vulnerabilidade, sendo divididas as famílias com seus níveis de pontuação, Tamara complementa falando que todos os técnicos de outras políticas tem acessibilidade com este sistema. 5.3 DIAGNÓSTICO FAMILIAR, Paula explica quais são os fatores analisados as potencialidades de vulnerabilidade das famílias, que são: Direito das Crianças e Adolescentes, Documentação civil básica, Condições do domicílio, Condições de saúde, Segurança alimentar, Trabalho e renda, Vínculos comunitários e familiares, Violência e direitos humanos, a análise é feita nestes pontos, para começar com um plano de ação. 6. ARRANJO DE GESTÃO, Paula segue dizendo que o plano de ação será construído colaborativamente da família e os profissionais envolvidos, que são eles: Comitê local - são os que estão mais próximos as famílias fazendo o acompanhamento, Comitês municipais - é o que da suporte as equipes que fazem o acompanhamento das famílias cada município com suas secretarias tem sua forma de agir, Comitês regionais - é a representação estadual e a unidade gestora estadual - o que da suporte ao desenvolvimento do programa. 6.1 COMPETÊNCIAS Paula fez a leitura destes pontos: UNIDADE GESTORA ESTADUAL suas atribuições são, Definição de estratégias e ações de âmbito estadual Planejamento, monitoramento e avaliação do Programa, coordenação é, Secretaria de Justiça, Família e Trabalho e é Composta por 19 Secretarias e Empresas do Estado. COMITÊS REGIONAIS suas atribuições são, Definição de estratégias e ações de âmbito regional Suporte aos municípios, sua coordenação é Escritório Regional da SEJUF e sua composição é Secretarias e Órgãos do Estado com atuação descentralizada. COMITÊS REGIONAIS suas atribuições são, Definição de estratégias e ações de âmbito regional Suporte aos municípios sua coordenação é Escritório Regional da SEJUF e sua composição é Secretarias e Órgãos do Estado com atuação descentralizada. COMITÊS MUNICIPAIS suas atribuições são Gerenciamento do desenvolvimento do Programa no município Suporte aos Comitês Locais Compartilhamento com a gestão e instâncias de controle social sua coordenação é Órgão Gestor da Assistência Social e sua composição é Órgãos Gestores: Assistência Social • Saúde • Educação • Trabalho • Habitação • Agricultura • outros. COMITÊS LOCAIS suas atribuições são Atendimento intersetorial às famílias do território sua coordenação é Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). e sua composição é CRAS • CREAS/Equipe PSE • Unidade Básica de Saúde • Equipamentos da educação pública • Agência do Trabalhador • Extensionista Emater • outros. 6.2 INTERSETORIALIDADE Paula descreve o gráfico que mostra o que Está entre os princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social. 7. OPERACIONALIZAÇÃO, continua explicando junto aos slides, como funciona a operacionalização e o Sistema informatizado de gestão do acompanhamento familiar e que Inclui toda operacionalização documental, cadastramento, planejamento de ações, monitoramento de resultados, controle de inclusões e desligamentos também Fornece indicadores

de aderência municipal e Agendamento e registro de reuniões. 7.1 METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO Paula explica o gráfico falando o passo a passo para uma família ser ajudada, que são eles: 1 diagnóstico, 2 planejamento, 3 execução e 4 graduação. 7.1.1 CONDIÇÕES MÍNIMAS Paula faz a leitura do destas condições: Todas as crianças e adolescentes com certidão de nascimento, Todas as gestantes em acompanhamento pré-natal, Todas as pessoas maiores de 14 anos com RG, Membros familiares com hipertensão e diabetes acompanhados pela UBS, Superação da situação de trabalho infantil, Acesso a água potável, Todas as crianças e adolescentes (6 a 14 anos) frequentando a escola, Renda per capita acima de R\$ 105,00, Vacinação de todas as crianças de até 1 ano de idade. Alexan (conselheiro) faz as seguintes perguntas a Paula, onde extrema pobreza se encaixa no programa?, de onde vem a fonte do recurso?, pra que é o recurso do BID?. Paula responde que com relação ao BID mais tarde na apresentação será falado sobre, com relação a extrema pobreza, a renda é pontuada como uma das características que está lá no cadastro único, e que vem em uma dimensão de trabalho e renda, todas as famílias que estão em pobreza ou extrema pobreza tem uma pontuação maior nesse quesito, mas para a seleção das famílias usamos essa dimensão maior que é a de vulnerabilidade social onde não há um recorte de renda, pois ela tem outras dimensões muito mais prioritárias do que a renda ou ao contrario no programa ela será incluída com situação de renda ela compõem esse índice de vulnerabilidade. 7.2 EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA Paula continua e lê que dentro dos sistemas tem os seguintes eixos: saúde, educação, trabalho e renda, assistência social, segurança alimentar, habitação juntamente com o Planejamento de ações a serem desenvolvidas pelos técnicos se processam nos 6 eixos. 7.3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA Paula fez esta leitura citando os seguintes pontos: Acompanhamento direto das famílias mais vulneráveis por 2 anos; Realizado de modo intersectorial; Com a oferta de serviços integrados, planejados de acordo com as necessidades da família e Toma-se a família como agente ativo na política pública. 8. FOMENTO Paula começa a falar sobre os fundos de financiamento do programa mas libera para pergunta dos conselheiros, Andressa fez uma pergunta que será respondida mais no final da apresentação, Renann está com a palavra e irá realizar três perguntas, a primeira é se o material da apresentação será liberado para o conhecimento dos conselheiros, Paula responde rapidamente que será liberado sim. A segunda pergunta se o BID é um fundo perdido ou é só um empréstimo do governo do estado, e ele também completou perguntando se a fórmula com que é feito o calculo será liberado para o conhecimento do Renann. Paula responde a terceira pergunta feita por Renann dizendo que tem uma nota tecnica que está no site da SEJUF, e que ela vai enviar o link para o Renann. Paula complementa dizendo que o financiamento é um contrato de empréstimo e que foi assinado em 2014 e continua em andamento com previsão em dezembro de 2023. Tamara está com a palavra e explica sobre o BID, dizendo que ele foi um parceiro desde o começo, pois ele já tinha um conhecimento em atendimento nessa logica de acompanhamento familiar, continuou dizendo que não é uma parceria só de empréstimo e sim também de apoio técnico, temos também recurso do tesouro que cofinancia renda do nossa gente Paraná, essa transferência de renda complementar para as famílias em extrema pobreza que são pagas com o recurso do tesouro de arrecadação do estado e a partir de 2014 passamos a contar com o financiamento internacional do BID na ordem de 60.000.000,00 de dólares, já foi executado 92% desse recurso do financiamento nos projetos que serão mencionados ao andar da reunião. 8.1 CONTRATO BID, o contrato com o BID foi assinado em 06 de agosto de 2014 o contrato é o 3129/OC-BR, temos também os Aditivos do Contrato: 1ª alteração: março de 2019 (prazo, componentes e indicadores); 2ª alteração: dezembro de 2019 (denominação do executor); 3ª alteração: dezembro de 2020: (prazo e remanejamento de valores); 4ª alteração: agosto de 2021: (prazo, remanejamento e supressão de valores de contrapartida) 5ª alteração solicitada: agosto de 2022 (prazo), temos também o Prazo de execução: ago.2014 a ago.2022 (dez.2023). 8.1.1 OBJETIVO E COMPONENTES, Tamara continua lendo e comentando que o objetivo é Promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias que residem em territórios de maior concentração de pobreza, mediante a articulação de políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo, e seus componentes são: Promoção da autonomia das Famílias em Situação de Vulnerabilidade, Melhoria Integrada de Bairros e Fortalecimento Institucional. Andressa pergunta se parte do investimento de 60.000.000,00 ajudou com o projeto chamado comida boa, Tamara respondeu que 26.000.000,00 de reais dos 60 milhões de dolares foi para o comida boa. 8.1.2 COMPONENTES E AÇÕES, Tamara fez a leitura dos seguintes componentes e suas ações, Promoção da Autonomia das Famílias, suas ações são: Modelo de Acompanhamento Familiar, Cofinanciamento dos serviços da política de assistência social com Incentivos e AFAL, Ações de inclusão sócio econômica com Qualificação profissional, Renda Agricultor e Inclusão Produtiva Solidária, Transferência de renda juntamente com Renda Nossa Gente e Energia Solidária. Melhoria Integrada de Bairros, suas ações são: Requalificação Urbana com aluguel Social, Redução do Déficit Habitacional, Programa Caixa d'Água Boa, Construção de CRAS e CREAS. Fortalecimento Institucional suas ações são: Sistema de Acompanhamento das Famílias, Monitoramento e Avaliação de Impacto e Capacitação, divulgação e elaboração de material gráfico. Renann faz uma pergunta com relação ao funcionamento do caixa da água, Tamara responde que mesmo depois das obras ainda é feito um acompanhamento com as famílias. Adrianis faz uma pergunta que é, qual é a contra partida do estado do Paraná com o financiamento do BID hoje, tínhamos um contrato com eles em agosto de do ano passado que foi prorrogado pra quanto mais de contrato nós teremos com o BID e qual a contra partida do estado? Tamara responde dizendo que a contra partida do estado foi de 40% do financiamento, o BID entrou com 60M de dólares e o estado entrou com 40M de dólares, e continuou dizendo que já executou 98% e já pagou essa contra partida, a gente tem pouco de recurso de contra partida ainda para apresentar, o investimento do BID foi focado nos 156 municípios, o contrato foi estendido até dezembro de 2023 lembrando que há pouco recurso disponível, e o recurso disponível está finalizando as obras de qualificação urbana. Alexan faz a pergunta pergunto qual é a secretaria que faz o empréstimo geral. Tamara responde que é a SEJUF que faz o empréstimo e recebe o mesmo, complementa que o governador quem assina o contrato, mas é a SEJUF que coordena, mas o gerenciamento do dinheiro difere um pouco para cada um. Paula assume a voz e diz que agora ira começar divulgar as ações programas e projetos que foram financiados com recurso do BID 9. ACOMPANHAMENTO FAMILIAR Paula diz que o Acompanhamento Familiar foi embasado em muito processo de formação da equipe. 9.1 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: ALCANCE Paula comenta sobre o gráfico que demonstra desde o inicio do programa que oficialmente ele foi iniciado no estado em 2012 e dessa época até 2021 foram 69.000 famílias incluídas e mais de 32.000 famílias desligadas ao longo do desenvolvimento do programa. 10. INCENTIVO NOSSA GENTE Paula fez a leitura e comento um pouco sobre Repasse aos municípios para apoio às ações da Assistência Social. A ideia é fortalecer os serviços da política de assistência social, pode ter o uso no CRAS para fortalecer a proteção social básica e em todos os serviços da proteção especial ou implantar os serviços que ainda não se tem e teve inicio em 2013, seu Público: municípios prioritários e municípios de adesão espontânea, que executam o Programa Nossa Gente Paraná; seu Objetivo: Aprimorar o atendimento dos serviços tipificados: PSB, PSE, Aprimoramento da Gestão e Benefícios Eventuais. O montante deliberado: R\$ 57.423.740,00 e o Montante repassado: R\$ 48.118.078,20. 10.1 INCENTIVO Equipamentos CRAS/CREAS, Paula comenta que teve Inicio em 2018; o Público: municípios que receberam a construção de CRAS e/ou CREAS, e municípios que tiveram construção de CRAS e/ou CREAS construídos com recursos do (FEAS) e foram considerados contrapartida do BID. O Objetivo: adquirir equipamentos (mobiliário, computadores, material de consumo, etc.) visando a melhoria do trabalho das equipes nestas unidades e do atendimento ofertado às famílias. E o Montante deliberado: R\$ 3.500.000,00 e o Montante repassado: R\$ 2.300.000,00. 10.2 INCENTIVO COVID-19, Paula diz que em 2020 eles tinham o incentivo de fazer o incentivo 7, mas que com a chegada da pandemia foi pedido uma anuência ao banco que o mesmo recurso poderia ser direcionado ao auxilio dos municípios no atendimento das famílias devido a pandemia e o banco autorizou o repasse para os 399 municípios do estado e o Montante deliberado: R\$ 12.000.000,00 e também o Montante repassado: R\$ 11.975.000,00. 11. RENDA AGRICULTOR FAMILIAR, Everton se apresenta e começa a explicar um pouco sobre o renda agricultor e será um Apoio financeiro e serviços de assistência técnica e extensão rural a famílias do campo. O Renda agricultor realiza o Apoio financeiro e serviços de assistência técnica e extensão rural a famílias do campo e que o mesmo fruto de uma parceria entre SEAB e IDR-Paraná, iniciando-se m 2015. O público alvo são famílias rurais em situação de vulnerabilidade social. Cada família recebe recurso de até R\$ 3.000,00 e acompanhamento técnico de extensionista rural. O Renda agricultor familiar tem o objetivo de Apoiar a produção para autoconsumo, melhorias no saneamento básico e atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas e o Montante repassado: R\$ 18.000.000,00 – 6.900 famílias. 12. INCLUSÃO PRODUTIVA SOLIDÁRIA consiste em Apoio a grupos de famílias rurais com projetos de produção coletiva teve Inicio em 2021 seu Objetivo: Apoiar projetos coletivos de geração de renda agrícolas ou não-agrícolas. Seu Público: para grupos de famílias rurais em situação de vulnerabilidade social. Cada família recebe recurso de até R\$ 4.000,00 e o grupo recebe acompanhamento técnico de extensionista rural. Alexan pergunta se o estudo do solo esta atrelado nesse programa, Everton responde que quando é feito o diagnostico da família já é avaliado todas as condições de solo e climaticamente o que é próprio ou não para ser plantado no local e que a família recebe o recurso juntamente com as sementes. 13. CAIXA D'ÁGUA BOA Everton continua a explicar que esse projeto que entra no eixo de habitação que é uma parceria com a Sanepar que teve Inicio em 2017, seu Público: famílias em situação de vulnerabilidade social que não possuem caixa d'água. Seu Objetivo: Garantir o acesso a água potável às famílias em situação de vulnerabilidade social. E teve um Montante total repassado: R\$ 5.500.000,00 – 5.500 Famílias CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS FAMÍLIAS são eles Residir em município que possua contrato de concessão ou programa vigente com a Sanepar; Residir em domicílio abastecido pela Sanepar e que não possua caixa d'água; Estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e encontrar-se em situação de vulnerabilidade social conforme Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVFPR); e Possuir renda familiar de até meio salário mínimo nacional por pessoa. (vale a renda que está na Folha-Resumo do Cadastro Único). Histórico: Everton continuou dizendo que começou em 2017 Fase I (piloto) em 09 municípios com 500 famílias já na fase II em 2019/2020 foram 70 municípios e 1.700 famílias e na fase III em 2020/2021 foram 64 municípios e 1.800 famílias e em 2022 Fase IV foram 53 municípios e 1.500 famílias. Conselheiros Alexan e Carlos perguntaram se esse projeto pretende se expandir e chegar aos 399 municípios e a população indígena que se habita distante de alguns municípios. Everton responde dizendo que os 156 municípios que receberam o programa são os municípios que estão dentro do recurso do BID e que nos anos passados foram feitos estudos sobre os municípios com maiores índices de vulnerabilidade e como não teve recurso para todos os 399 municípios, foram priorizados esses com os maiores índices de vulnerabilidade. Ademir pergunta se o IDR abrange o estado do Paraná como um todo, Everton responde que sim. 14. RENDA NOSSA GENTE Michele assume a reunião e explica como funciona as transferências de renda, sendo o primeiro deles o nossa gente Paraná que ela vem como uma complementação ao programa do auxilio Brasil, e que essa transferência de renda não é exclusiva para as famílias incluídas no programa nossa gente Paraná, diz também quem o governo federal complementaria a renda das famílias até R\$ 105,00 e o governo do estado com R\$ 115,00. 15. PETR: Recursos BID, Michele faz a leitura que diz que BID autorizou utilização de R\$ 26 milhões para repasse de benefício emergencial para atendimento às consequências da pandemia e foram 151 mil famílias atendidas entre dez/21 e maio/22. 15. PETR: Prioridades foram 89.993 famílias de todos os municípios do Paraná foram selecionadas, sendo elas, Famílias Indígenas, Famílias Quilombolas, Famílias com Pessoas Resgatadas de Trabalho Escravo, Famílias com Catadores de Material Reciclável, Famílias com Crianças de 0 a 6 anos, Famílias com menor renda per capita e Em caso de empate, são priorizadas as famílias cadastradas há mais tempo no CadÚnico e o informativo de que Por questão de operacionalização financeira, não

foram disponibilizados cartões às famílias do CadÚnico em que não consta o Responsável Familiar, e para os quais não havia CPF válido. 16. Energia Solidária. Minchele continua, agora dizendo sobre o energia solidária, que ele é o Complemento da Tarifa Social de Energia Elétrica, teve início em 2003 (antigo Luz Fraterna) com a parceria da Companhia de energia elétrica do PR, seu público é Consumidor Comum: Renda familiar per capita até 1/2 salário mínimo, beneficiadas com o Tarifa Social de Energia Elétrica e com consumo de energia elétrica de até 150 kWh - Isenta a fatura de energia tem a derivação também do Consumidor Especial: Ser usuário de equipamentos eletrodomésticos e renda familiar per capita até 3 salários mínimos - Estado paga o consumo até 400 kWh e seu montante repassado nos anos de 2019-2021 foi no valor de R\$ 134.040.955,92 para um total de 439.457 famílias. 17. REQUALIFICAÇÃO URBANA Patrícia se apresenta a todos e começa a falar sobre a Situação das Obras das Unidades Habitacionais e cita alguns locais e a quantidade de unidades por local, começando com Rebouças (53 UH), Cantagalo (119 UH), Prudentópolis (89 UH) e completou dizendo que Visitas técnicas estão sendo realizadas a estes municípios para verificar a situação pós-ocupacional das obras e dos beneficiários. E diz também que a moradia entra nesse projeto pois é algo com alta importância, uma boa casa é benéfico pra família e que muda tudo na vida de uma família, com melhoras em saúde física, segurança alimentar, saúde mental, aprendizado e vários outros aspectos da família acabam melhorando com uma moradia. Continua dizendo sobre as obras que ainda faltam entregar sendo uma delas em Wenceslau Braz (a entregar 97 UH - 91 em finalização no território original e 6 a construir em nova área): • Reunião com grupos de famílias estão sendo realizadas para tratar de temas que antecedem o retorno às casas, e outra em Imbituva (a entregar 177 UH - sendo 80 a construir em nova área): • Acompanhamento intensivo da UGP junto aos entes contratados. • Em andamento Plano de Comunicação com os beneficiários: emissão de informativos, reuniões com as famílias, canal Fale Conosco. • Visitas técnicas mensais ao território. 17.1 REDUÇÃO DE DÉFICIT HABITACIONAL, uma ação que antecipa a necessidade dos municípios, que com o tempo se eles não previrem a habitação do interesse social nesses municípios, o mercado imobiliário acaba afastando as famílias da possibilidade de conseguir a sua casa própria. 17.2 Situação das Obras das Unidades Habitacionais, Patrícia ainda comenta que é feito um acompanhamento com a família antes e depois de ser entregue a residência com o foco social e ambiental. 17.3 REQUALIFICAÇÃO URBANA ALUGUEL SOCIAL, Everton comenta que O Aluguel Social é previsto na Lei nº 17.734/2013 como um benefício assistencial, que tem por objetivo a transferência de recursos para famílias que necessitam se retirar temporariamente de sua moradia em função da intervenção habitacional a ser implantada por órgão e/ou instituição integrante da estrutura administrativa do poder Executivo Estadual e recebem o benefício enquanto aguardam a conclusão de sua moradia definitiva. O valor do benefício do aluguel social é definido em conformidade com estudo técnico e das condições de mercado realizado pela COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná e hoje está definido em R\$ 600,00. O valor é transferido diretamente para a conta corrente do responsável familiar de acordo com o CadÚnico. Localidades atendidas: Cantagalo - 106 famílias Imbituva - 171 famílias Prudentópolis - 85 famílias Rebouças - 52 famílias Wenceslau Braz - 89 famílias Total: 503 famílias Valor mensal por família - R\$ 600,00 Montante repassado até 2021: R\$ 6.952.800,00 No momento: 233 em atendimento Valor mensal: R\$ 139.800,00. 18. RECOMEÇA PARANÁ, Técnica Josiane se apresenta a todos e começa a falar sobre a Qualificação profissional voltada ao público empreendedor em situação de vulnerabilidade, que prevê o repasse de Bolsa incentivo no valor de R\$ 900,00 com a contrapartida da conclusão de curso de qualificação do empreendedor ofertado pelo Sebrae. Juntamente com os gráficos explicando MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS com as metas e o valor de R\$ 900.000,00 e o gráfico de MUNICÍPIOS ADESÃO com meta de 3.500 e valor de R\$ 3.150.000,00. 19. CAPACITAÇÕES E EVENTOS, Tamara retorna e explica a Previsão de Ciclo de capacitações regionais entre junho e agosto de 2022 em andamento. 20. AVANÇO FINANCEIRO, Tamara comenta que neste slide tem os valores de quanto foi executado e o que ainda se encontra disponível juntamente com o Percentual do Saldo BID comprometido. AVANÇO FINANCEIRO, Valor executado, por ano do pagamento - Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana Família Paranaense o gráfico mostra desde o ano de 2013 até 2022. 21. FUNDOS ESTADUAIS: FEAS, Tamara diz sobre os recursos que foram retirados dos fundos estaduais, junto com o: ano deliberado, incentivo, valor total repassado por incentivo, valor deliberado e percentagem de execução. 21.1 FUNDOS ESTADUAIS: FIA, Tamara fez uma breve leitura sobre o Objetivo: estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação e semiliberdade. E o Valor do recurso = R\$ 36.000,00 até R\$ 372.000,00, falou de como funciona a Forma do repasse = convênio e fundo a fundo com o Montante deliberado: R\$ 20.517.390,00 e por fim o Montante repassado: R\$ 14.184.677,30 22. FUNDOS ESTADUAIS: articulações do Programa finalizadas, Tamara fez a leitura mostrando os projetos complementares que são eles: • Brincadeiras na Comunidade - SEDS; • Lazer no Paraná - 2014/2015 SEET; • Agentes de Leitura do Paraná - SEEC; • Adolescentes Protagonistas - SEED; • Oficinas da Família - SEDS. 23. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Tamara diz que o programa é monitorado pelo tribunal de contas, e o BID incrementou um pouco que ele fomenta o monitoramento contínuo juntamente com metas que a maioria dessas já estão compridas 23. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Tamara fala um pouco sobre BASE Informação ✓ Preenchida corretamente ✓ Atualizada Instrumentos: Sistema Informatizado do Programa • Diagnóstico • Plano de Ação Cadastro Único. 23. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Tamara explica o passo a passo do monitoramento, que são eles: Avaliação Análise que utiliza-se de métodos formais de pesquisas • Avaliação Intermediária • Avaliação de Impacto (duas etapas) • Avaliação Final > Qualitativa > Alcance dos objetivos > Alternativas para aprimoramento > Sustentabilidade Monitoramento e Avaliação Processos complementares 23. Resultados ao longo dos anos: Tamara explica os gráficos dizendo que o número de famílias em vulnerabilidade esta diminuindo nos anos de 2013 a 2019 teve essa diminutiva considerável na media de famílias, também complementa dizendo que as famílias que foram acompanhadas, no começo do programa as famílias tinham sua pontuação a 0,46 e ao final do mesmo, tiveram uma redução para 0,36. 23. Avaliação de Impacto, Tamara falou que O Programa melhorou em 3,2% a vulnerabilidade das famílias em acompanhamento familiar. Dentre os componentes do Índice de Vulnerabilidade, as condições de escolaridades foram as que mais se destacaram com melhoria de 4,8%, seguida da adequação do domicílio com melhoria de 3,7%, do acesso ao trabalho e renda com melhoria de 2,7%, e do perfil e composição familiar com melhoria de 1,1%. Alexan solicitou uma nota técnica sobre o recomeça Paraná, solicitou para que seja enviado para todos os ERs. Presidente Larissa felicita os participantes que se pronunciaram e falaram sobre o nossa gente Paraná, dizendo que o mesmo já foi amplamente discutido e pensado, complementa dizendo que o mesmo foi premiado, continua explicando aos conselheiros da sociedade civil sobre o como foi feito o passo a passo até chegar no momento de ser discutido, e continua dizendo que todos as deliberações, transparências e todas as pautas da política de assistência social da dimensão da assistência social vem para o conselho seja pra conhecimento, informação ou aprovação e deliberação. E continua parabenizando a equipe que rege o programa nossa gente Paraná. Vice-presidente Renann felicita os envolvidos no programa, continua dizendo que ira acontecer o último ponto de pauta que quem ira realizar será a Thamiris com a leitura de recomposição das comissões. A mesma mostra a deliberação 053/2022 que é um apanhado atualizado da composição do Biênio 2021 - 2023 completa dizendo que o arquivo estará disponível no site para melhor acesso a consultas. Adrianis se pronuncia sobre o desligamento do antigo conselheiro titular Edson, dizendo que é automático, a suplente de Edson assumiria seu lugar como titular. Larissa consta que o renunciamento de Edson foi acolhido na data, e continua dizendo que a comissão eleitoral é somente organizada a partir da demanda e que na possível próxima reunião ordinária seja colocado a eleição. Andressa se manifesta via chat perguntando se os cartões corporativos dos novos conselheiros será solicitado na sequência, Thamiris responde dizendo que sim. Larissa deseja parabenizar a secretaria executiva pelo histórico da apresentação registrada de cada decreto, agradece também a participação de Thamiris que juntamente com a casa civil trabalharam para a reunião que está acontecendo. Na sequência, Thamiris exhibe uma minuta de deliberação para ser analisada que ira conter a recomposição das comissões, começando fazendo a leitura dos anexos tendo alternância na suplente de Adrianis, substituindo Maysa por Adriana. Renann assume a reunião e agradece a todos os participantes assim encerrando a reunião. A presente Ata foi lavrada pela equipe da secretaria executiva do CEAS/PR.

96896/2022

## Secretaria da Segurança Pública

### NÚMERO DE PORTARIA DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO POLICIAL

PORTARIA	PROTOCOLO CORREGEDORIA DISCIPLINAR	PROTOCOLO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL	PROCEDIMENTO	DELEGADO DE POLÍCIA DESIGNADO PARA A PRESIDÊNCIA
034/2022	341/2021	---	SINDICÂNCIA	ELMANO RODRIGUES CIRIACO
050/2022	264/2022	---	INQUÉRITO POLICIAL	FÁBIO MACHADO DOS SANTOS

95261/2022

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: PORTARIA N. 147 DE 02/09/2022 ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA RETIFICAR A PORTARIA N. 114 DE 18/07/2022 DE LICENÇA ESPECIAL DE IVONEI OSCAR DA SILVA, R.G. 41204559, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES: FRUIÇÃO PERÍODO AQUISITIVO 1/8/2022 A 6/9/2022 12/8/1994 A 11/8/1999

96182/2022



**ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL  
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS**

O CHEFE DO GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 19, da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016, NOTIFICA:

Senhor Edson Faustino dos Santos, RG 7.855.365-0, que foi ocupante da função de Guarda Temporário Prisional, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos, sito a Rua Maria Petroski, 3312 – Bacacheri – 82600-730 – Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o art. 2º do Decreto nº 5.492 de 10 de novembro de 2016, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Caio Vinicius Pivovarsky,  
Chefe do GARH/DEPPEN.

**96277/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.080.275-2**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 7º, incisos V e VI, do Decreto Estadual nº. 7.303/2021, e com base na Informação nº. 2621/2022-AT/SESP, a contratação das empresas **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.593.430/0001-50, e **SILVIO VIGIDO ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.276.825/0001-03, visando a aquisição de equipamentos e acessórios médico-hospitalares, em utilização à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 1238/2021 – CGOV/DAD/SESA, para atender as necessidades do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, no valor total de **R\$30.564,00 (trinta mil e quinhentos e sessenta e quatro reais)**, sendo **R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)** junto à empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** e **R\$ 8.064,00 (oito mil e sessenta e quatro reais)** junto à empresa **SILVIO VIGIDO ME**, nos termos da Minuta do Contrato anexada às fls. 249/258 e 259/268.;

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

**III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, 02 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022-SESP.

**96185/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.186.010-1**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 7º, incisos V e VI, do Decreto Estadual nº. 7.303/2021, e com base na Informação nº. 2878/2022-AT/SESP, a contratação da empresa **N. R. ALIMENTOS – EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.424.367/0001-14, visando a aquisição de Hortifrutgranjeiros, para atender as necessidades da 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Loanda - 3ª CIPM, em utilização à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 1168/2021 – DECON/SEAP, no valor total de **R\$ 80.942,40 (oitenta mil, novecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)** nos termos da Minuta do Contrato anexada às fls.129/144;

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

**III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, 02 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022-SESP.

**96136/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.361.703-4**

**I. AUTORIZO**, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 2904/2022-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº. 0749/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a sociedade empresária **ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 84.998.921/0001-85, que tem por objeto a prestação de serviços de esgotamento de caixas de gordura para atender as necessidades da Academia Policial Militar do Guatupê, visando a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, a partir de **a partir de 21/10/2022 até 20/10/2023**, mantendo-se o valor total atual do contrato de **R\$ 5.447,40 (cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)**, nos termos da minuta de fls. 93/94;

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária;

**III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 5 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Resolução nº 199/2022-SESP.

**96922/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.351.818-4**

**I. AUTORIZO** com fundamento no artigo 112, § 6, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e nos termos da Informação nº 2899/2022-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo – visando a realocação de 01 (um) posto de servente de limpeza, 40 (quarenta) horas semanais, com adicional de risco, da Divisão de Infraestrutura do Departamento de Polícia Civil para a Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC), Núcleo de Curitiba/PR e substituição de fiscal do contrato – relativamente ao Contrato Administrativo nº 670/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a sociedade empresária **R.C.A PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 69.207.850/0001-61, tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza conservação e asseio, para atender às necessidades do Departamento da Polícia Civil (DPC), mantido o valor mensal do contrato em **R\$ 113.073,79 (cento e treze mil, setenta e três reais e setenta e nove centavos)**, conforme minuta de fls. 246/247.

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

**III. PUBLIQUE-SE** no prazo legal.

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 2 de setembro de 2022

**FRANCISCO JOSÉ BATISTA DA COSTA**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022-SESP.

**96149/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.371.300-9**

**I. AUTORIZO** com fundamento no artigo 112, §12º, da Lei Estadual nº. 15.608/2007 e nos termos da Cota Administrativa nº. 1452/2022 – AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº. 612/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 04.970.088/0001-25, cujo objeto é prestação de serviços continuados de assistente administrativo para atender as necessidades do Departamento da Polícia Civil – DPC, visando o reajustamento do valor do

contrato, no percentual de **17,84% (dezessete inteiros e oitenta quatro centésimos por cento)**, a partir de **01/08/2022**, conforme Aviso nº 14/2022 – DOS/SEAP (fls. 11/14), sendo que, o valor mensal do reajuste corresponde a **R\$ 42.221,64 (quarenta e dois mil duzentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos)**, resultando em um novo **valor mensal de R\$ 278.890,34 (duzentos e setenta e oito mil e oitocentos e noventa reais e trinta e quatro centavos)**, conforme Minuta do Primeiro Termo de Apostilamento de Reajuste do Valor Mensal, juntado às fls. 77/78;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. **PUBLIQUE-SE** no prazo legal;

IV. **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 2 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa.**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022 – SESP.

**96176/2022**

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 18.722.374-1

I. Trata-se de Recurso Administrativo, nominado como “Reconsideração de Ato”, interposto pelo SD. QPM 1-0 ALLYSON COSTA DE OLIVEIRA, RG sob o nº 10.564.628-3, por intermédio de seu procurador, nos termos da Lei Estadual nº 1.943/1954, a fim de solicitar reanálise sobre indeferimento de concessão de “Medalha de Humanidade”, após decisão do Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná na Solução de Requerimento nº 021/2022.

II. Considerando a falta de requisito prévio de admissibilidade, por carência de cabimento da peça, dada a apresentação do recurso a esta autoridade, que não detém atribuição sobre assuntos de pessoal da Polícia Militar do Paraná, conforme o art. 4º, incisos V e XXIV, do Anexo ao Decreto Estadual nº 7.339/2010, combinado com o art. 3º da Lei Estadual nº 16.575/2010.

III. Considerando, também, a fundamentação jurídica trazida na Cota Administrativa nº 1475/2022-AT/SESP, as quais adoto na íntegra como razões de decidir.

IV. **NÃO CONHEÇO** do Recurso apresentado.

V. **PUBLIQUE-SE**.

VI. **ENCAMINHE-SE** à Assessoria Militar, com vistas à Polícia Militar do Paraná, para intimação do procurador do interessado e demais providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, 02 de setembro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,  
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**96146/2022**

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 19.408.012-3

I. **AUTORIZO**, nos termos do parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189/2016 e com base na Informação nº 2895/2022 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio a ser celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado Segurança - SESP, com interveniência do Departamento de Polícia Penal- DEPPEN, através do ESCRITÓRIO SOCIAL DE CASCAVEL – ES / DEPPEN e de outro lado a empresa S DIAS IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o nº 36.104.684/0001- 19, tendo por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao meio social, de conformidade com o disposto no artigo 28 e seguinte da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, devendo os mesmos atuarem nas dependências da Conveniada ou em locais determinados pela empresa e previamente informados ao ESCRITÓRIO SOCIAL DE CASCAVEL – ES / DEPPEN, na execução dos serviços de: Trabalho de refrigeração (consertos), mecânica, elétrica, entre outros implementos rodoviários além de serviços gerais, pelo prazo de 60 (sessenta) meses a partir da publicação, sem repasse de recursos entre as partes e com obrigações delimitadas, conforme Termo de Minuta (fls. 03/10) e o Plano de Trabalho respectivo (fls. 11/13);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. **PUBLIQUE-SE**, no prazo legal;

IV. **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 02 de setembro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,  
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**96138/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.232.830-6**

I. **AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea “j”, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 2902/2022 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, visando a aquisição de Gêneros de Alimentação, para atender a demanda do Corpo de Bombeiros das Cidades de Campo Largo e Almirante Tamandaré, sendo o valor máximo para a licitação estimado em **R\$ 352.405,85 (trezentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme Termo de Referência de fls.77/100 e Minuta do Edital de fls. 103/154;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. **PUBLIQUE-SE**;

IV. **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.

Curitiba-Paraná, 05 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022-SESP.

**96259/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.284.680-3**

I. **AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea “j”, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 2811/2022 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, visando a aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros, no município de Piên/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega parcelada, sendo o valor máximo para a licitação estimado em **R\$ 74.435,15 (setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quinze centavos)**, conforme Termo de Referência (178/198) e Minuta do Edital (fls. 168/211);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. **PUBLIQUE-SE**;

IV. **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.

Curitiba-Paraná, 2 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022-SESP.

**96118/2022**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº 19.362.745-5**

I. **AUTORIZO** com fundamento no artigo 112, §12º, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e nos termos da Cota Administrativa nº. 1472/2022 – AT/SESP, a celebração do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 610/2022**, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a sociedade empresária **DELTALIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **01.129.629/0001-07** – prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação, com respectivos insumos, para atender as necessidades do Departamento da Polícia Civil no interior do Estado – visando a repactuação do valor do contrato, no percentual de **13,08% (vinte inteiros e cinquenta e um centésimo por cento)**, a partir de **25/07/2022**, consoante Aviso nº 12/2022 – DOS/SEAP (fls. 12/15), o que corresponde ao valor mensal de reajuste no importe de **R\$ 7.472,88 (sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, resultando

em um novo valor mensal de **R\$ 64.604,99 (sessenta e quatro mil, seiscentos e quatro reais e noventa e nove centavos)** e correspondendo ao reajuste global de **R\$ 89.674,56 (oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento de Reajuste do Valor Mensal, apresentado às fls. 77/78.

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

**III. PUBLIQUE-SE** no prazo legal;

**IV. ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 2 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022 – SESP.

**96107/2022**

#### **GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

##### **Protocolo nº 19.187.699-7**

**I. AUTORIZO**, nos termos do artigo 7º, incisos V e VI, do Decreto Estadual nº 7.303/2021, e com base na Informação nº 2875/2022-AT/SESP, a contratação da empresa **N. R. ALIMENTOS – EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.424.367/0001-14, visando a aquisição de Hortifrutigranjeiros, para atender as necessidades do 8º Batalhão de Polícia Militar de Paranavai – 8º BPM, em utilização a Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 1168/2021 – DECON/SEAP, no valor total de **R\$ 122.789,80 (cento e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)**, nos termos da Minuta do Contrato anexada às fls.127/142;

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

**III. PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, 02 de setembro de 2022

**Francisco José Batista da Costa**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Resolução nº 199/2022-SESP

**95759/2022**

#### **GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

##### **Protocolo nº 19.112.849-4**

**I. RECONHEÇO E INDENIZO** o débito em favor da empresa **KS Licitações Comércio de Alimentos LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.108.812/0001-50, no valor de **R\$ 4.505,76 (quatro mil, quinhentos e cinco reais e setenta e seis centavos)**, referente ao fornecimento de água mineral à Regional de Guarapuava – Contrato nº 244/2020, com base na Informação nº 2702/2022 AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

**III.** Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa.

**IV. ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais

Curitiba-Paraná, 2 de setembro de 2022.

**Francisco José Batista da Costa,**

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 199/2022 – SESP.

**95625/2022**

#### **RESOLUÇÃO Nº 277/2022**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e tendo em vista a determinação do Art. 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e Art. 30, § 3º da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2.007,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor abaixo para exercer a função de Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, visando à realização de procedimentos licitatórios em prol desta Secretaria e de todas as unidades da SESP.

SESP	
NOME	RG
Renato Francisco Pereira – Pregoeiro/Equipe de Apoio	10.296.786-0
Francieli Del Mouro Zacharias - Equipe de Apoio	13.232.230-9

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,  
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**96141/2022**

#### **RESOLUÇÃO Nº 278/2022**

Substituição de Membro da Comissão de PAAR/SESP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, incisos II e VII, da Lei Estadual 19.848, de 03 de maio de 2019, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 10.854, de 27 de abril de 2022 e conforme protocolo nº 19.034.263-8.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Substituir, nos termos do § 2º, do art. 133, da Lei Estadual nº 20.656/2021, o Presidente da Comissão de PAAR/SESP nº 021/2022/SESP, instaurado através da Resolução nº 129/2022, de 30 de maio de 2022, publicada em DOE nº 11.188, de 01 de junho de 2022, em razão da impossibilidade de presidir em Processos Administrativos devido ao art. 16 da Resolução CGE 55 de 10 de novembro de 2021, sendo o servidor substituído o Delegado de Polícia – 1ª Classe – Gil Rocha Tesserolli, RG 3.929.891-0, indicando como substituto o Papiloscopista – Guilherme Baptista Neiva de Lima, RG 8.061.754-2.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,  
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**96329/2022**

#### **RESOLUÇÃO Nº 279/2022**

Designa a Comissão Permanente de Licitação.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 90 da Constituição Estadual, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 20 de maio 2019, Decreto Estadual nº 5887, de 20 de dezembro de 2005, Decreto Estadual nº 10.854, de 27 de abril de 2022, tendo em vista a determinação do Art. 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Art. 30, § 3º da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, e considerando o contido no protocolo nº 19.438.666-4,

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação da SESP.

Presidente: Tatiana Vieira Perly Serbena, RG 5.912.567-2/SSPR;

Membro: Marcelo José Francez, RG. 5.250.954-8/SSPR;

Membro: Renato Francisco Pereira, RG 10.296.786-0/SSPR;

Suplente: Elton Santos Guimarães, RG 14.150.518-1/SSPR;

Suplente: Francieli Del Mouro Zacharias - Equipe de Apoio, RG 13.232.230-9/SSPR;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução de nº 088/2021.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,  
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**96885/2022**

## RESOLUÇÃO Nº 280/2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII, da Lei Estadual 19.848, de 03 de maio de 2019, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 10.854, de 27 de abril de 2022 e conforme protocolo nº 18.961.572-8.

## RESOLVE:

Art. 1º. Substituir secretário de Comissão de PAAR/SESP nº 017/2022, instaurado através da Resolução nº 095/2022, de 06 de maio de 2022, publicada em DOE nº 11.175 de 13 de maio de 2022, sendo este o servidor secretário Cb. QPM 1-0 Sérgio Soares dos Santos, RG 7.315.326-3, pelo 1º Sgt. QPM 1-0 Jonivaldo Rota, RG 6.155.949-3.

Art. 2º. Substituir vogal de Comissão de PAAR/SESP nº 017/2022, instaurado através da Resolução nº 095/2022, de 06 de maio de 2022, publicada em DOE nº 11.175 de 13 de maio de 2022, sendo este o servidor membro 3º Sgt. QPM 1-0 Cleverson Betiatio, RG 9.900.509-2, pelo 2º Sgt. QPM 1-0 Marcos Menin, RG 9.102.189-7.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de setembro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,  
Secretário de Estado da Segurança Pública.

96882/2022

## DEPPEN

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 489 – DRH, 01 DE SETEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.357.974-4,

## RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por permuta e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, os servidores, **Paulo Roberto Lorenz**, RG 6.594.512-6, e **Vianei Domingos Benka**, RG 6.987.772-9, ocupantes do cargo Policial Penal, lotados na Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro – Unidade de Progressão e na Cadeia Pública de Marechal Cândido Rondon, respectivamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Oswaldo Messias Machado  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96246/2022

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 490 – DRH, 01 DE SETEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 18.784.879-2,

## RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração penitenciária e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPPEN, o servidor **Renato Baldo Rodrigues**, RG 7.327.665-9, ocupante do cargo Policial Penal da Penitenciária Estadual de Londrina II para a Divisão de Operações de Segurança – Setor de Operações de Especiais – Base Física de Londrina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Oswaldo Messias Machado  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96248/2022

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 492 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 19.418.972-9,

## RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, a pedido e por interesse da Administração Penitenciária e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, a servidora **Maria Cristina Kotvisky**, RG 4.410.217-0, ocupante do cargo Agente Profissional e função Assistente Social, da Colônia Penal Agroindustrial do Paraná para a Casa de Custódia de São José dos Pinhais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Oswaldo Messias Machado  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96251/2022

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 493 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.234.937-0,

## RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, a pedido e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, o servidor **Alex Sander Foss**, RG 6.858.565-1, ocupante do cargo Policial Penal da Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro – Unidade de Progressão para Cadeia Pública de Corbélia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Oswaldo Messias Machado  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96253/2022

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 494 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.420.620-8,

## RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, a pedido e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, o servidor **Silvio Kungel Knopp**, RG 10.392.770-6, ocupante do cargo Policial Penal da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu para Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu IV.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Oswaldo Messias Machado  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96255/2022

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 495 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.420.129-0,



## RESOLVE:

**Art.1º. Realocar**, por interesse da administração e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, a servidora **Helena Maria Almeida**, RG 12.567.047-4, ocupante do cargo Policial Penal da Cadeia Pública Laudemir Neves para Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

**Oswaldo Messias Machado**  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96260/2022

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**

PORTARIA Nº 496 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.419.489-7,

## RESOLVE:

**Art.1º. Realocar**, a pedido e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, a servidora **Josiane Aires**, RG 7.515.977-3, ocupante do cargo Policial Penal da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu para Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu IV.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

**Oswaldo Messias Machado**  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96262/2022

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**

PORTARIA Nº 497 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.431.390-0,

## RESOLVE:

**Art.1º. Realocar**, por interesse da administração e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, o servidor **Alexandre Silva Pantoja**, RG 5.921.010-6, ocupante do cargo Policial Penal do Patronato Penitenciário de Londrina para Casa de Custódia de Londrina.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

**Oswaldo Messias Machado**  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96263/2022

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**

PORTARIA Nº 498 – DRH, 02 DE SETEMBRO DE 2022.

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 19.404.668-5,

## RESOLVE:

**Art.1º. Realocar**, por interesse da administração e “*ad referendum*” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, o servidor **Valdenir Pires Zampieri**, RG 8.117.707-4, ocupante do cargo Policial Penal do Patronato Penitenciário de Londrina para Penitenciária Estadual de Londrina II.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

**Oswaldo Messias Machado**  
Diretor Geral da Polícia Penal.

96266/2022

## Secretaria de Infraestrutura e Logística

### DER

## PORTARIA Nº 335/2022-DER

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000, RESOLVE: Designar como representantes do empregador e empregados, os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, na **Superintendência Regional Noroeste – Maringá**, conforme determina a Portaria N.º 3214/78, e NR 5, ambas do Ministério do Trabalho, no período de **22/08/2022 a 21/08/2023**.

REPRESENTANTE DO EMPREGADOR	Danilo Costa Lages	RG. 13.719.624-7
REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS	Benedito Aparecido Ferreira	RG. 5.955.288-0
SECRETÁRIA	Ivete Aparecida Vieira Lautenschlager	RG. 3.536.221-5

**Representantes do Empregador**  
**Membros Titulares**

Danilo Costa Lages	RG. 13.719.624-7
Adilson José Balan	RG. 4.029.374-4
Yvone da Silva Andrade	RG. 832.502-2

**Representantes do Empregador**  
**Membros Suplentes**

Claudia Roberta Santos Werneck	RG. 3.848.939-9
Lucineia Rodrigues	RG. 4.509.699-8

**Representantes dos Empregados**  
**Membros Titulares**

Benedito Aparecido Ferreira	RG. 5.955.288-0
Jéssica Mayumi Kumasaka	RG. 8.786.347-6
Ricardo da Silva Leite	RG. 3.957.611-2

**Representantes dos Empregados**  
**Membros Suplentes**

Ivete Aparecida Vieira Lautenschlager	RG. 3.536.221-5
Sara Mônica Pitot de Soriano	RG. 7.833.354-5

Curitiba, 02 de setembro de 2022.

(assinado eletronicamente)

Alexandre Castro Fernandes,  
Diretor-Geral do DER/PR.

96238/2022

## PORTARIA Nº 345/2022-DER

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE: designar como Agente da Autoridade de Trânsito deste Departamento de Estradas de Rodagem, ao Policial Militar Rodoviário abaixo nominado, em virtude de ter sido designado a Assessoria Militar do DER/PR.

Graduação	Nome	RG
CB. QPMG 1-0 RR	MARCIO ADRIANO DOS SANTOS	5.620.893-3

Curitiba, 29 de agosto de 2022.

(assinado eletronicamente)

Alexandre Castro Fernandes,  
Diretor-Geral do DER/PR.

96241/2022

## Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 57875 com validade até 02/09/2024, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereço: TRECHOS RURAIS - LINHA FELIZ E LINHA GOLONDRINA Bairro: ZONA RURAL Cep: 85988000 Município: Entre Rios do Oeste no município de Entre Rios do Oeste/PR.

96194/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 57870 com validade até 02/09/2023, para Parcelamento de solo urbano para fins comerciais a ser implantada na Endereço:condomínio do Lote Urbano nº 01-16-REM, Quadra 125 em 33 lotes urbanos Bairro:JG SÃO JORGE Cep:87705390 Município:Paranavai no município de Paranavai/PR.

96197/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECICLA UBIRATA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 279238 com validade até 02/09/2024, para Tratamento, armazenamento temporário e disposição final de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na ESTRADA TUPÃ KM 02, 02 no município de Ubitatã/PR.

96069/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FIACAO DE SEDA BRATAC S.A., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 279313 com validade até 05/09/2027, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de insumos agropecuários, exceto agrotóxicos a ser implantada na Avenida Presidente Kennedy, 1113 no município de Barbosa Ferraz/PR.

96212/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE PALOTINA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 27874 com validade até 02/09/2024, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereço:PR 364 KM579 - KM580/700M Bairro:RODOVIA Cep:85950000 Município:Palotina no município de Palotina/PR.

96195/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADENÍZIO FELIX DE FIQUEIREDO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 57869 com validade até 02/09/2024, para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada na Endereço:SÍTIO SÃO MIGUEL Bairro:BR 369 KM 95 Cep:86300000 Município:Cornélio Procópio no município de Cornélio Procópio/PR.

96196/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADILSON LUIZ RAIMONDI, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 279399 com validade até 03/09/2028, para Agropecuária - Bovinocultura de leite instalada na LINHA SÃO MATEUS, S/N no município de Marneleiro/PR.

96199/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA, a Licença de Operação - LO nº 279332 com validade até 02/09/2026, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Estrada Municipal Sengés/Barra, km 0,5, s/n no município de Sengés/PR.

96125/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESAO E COMPROMISSO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ÉDIO PASCOAL, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 279494 com validade até 05/09/2025, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Fazenda 3 Bocas, s/n no município de Marilândia do Sul/PR.

96920/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESAO E COMPROMISSO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TIAGO PHILIPSKI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 279412 com validade até 05/09/2025, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Rua Herculano de Freitas, SN no município de Ponta Grossa/PR.

96217/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESAO E COMPROMISSO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ÉDIO PASCOAL, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 279491 com validade até 05/09/2025, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Fazenda 3 Bocas, s/n no município de Marilândia do Sul/PR.

96917/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESAO E COMPROMISSO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ÉDIO PASCOAL, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 279492 com validade até 05/09/2025, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na FAZENDA PASCOAL, S/N no município de Marilândia do Sul/PR.

96918/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESAO E COMPROMISSO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ÉDIO PASCOAL, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 279493 com validade até 05/09/2025, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na Fazenda 3 Bocas, s/n no município de Marilândia do Sul/PR.

96919/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALTACIR PERES RISSATO, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 278516 com validade até 05/09/2024, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Rodovia PR-561 - Lote 140-A-1, no município de Paranavai/PR.

96819/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NEUSA RABELO HENKES, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 279414-R1 com validade até 05/09/2028, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LOTE RURAL NÚMERO 124 DA GLEBA 08 - DOM ARMANDO, 124 no município de Missal/PR.

96226/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIZA TREVISOL, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 279398-R1 com validade até 03/09/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na IZA-CUE, LR 92-A-1, GL. 11, COL. PINDORAMA, S/N no município de Cafelândia/PR.

96198/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 279312-R2 com validade até 02/09/2028, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na Rodovia PR 239 Km 1,5, sn no município de Campina da Lagoa/PR.

96152/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRANSFEPAJE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 279325-R1 com validade até 02/09/2027, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Avenida Nilson Gottlieb, 2505 no município de Foz do Iguaçu/PR.

96144/2022

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO  
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à K.F.K. TELEMACHO BORBA POSTO E CONVENIENCIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 188427-R2 com validade até 12/08/2023, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida Samuel Klabin, 658 no município de Telêmaco Borba/PR.

96145/2022

Portaria nº 11520/2022/OD-GOUT. Prot. 18.809.453-8. Captação subterrânea. Outorgado(s) BMG FOODS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CPF/CNPJ 10.989.834/0005-59. Piquiri. Coordenadas UTM 7.341.326,00 N 223.627,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 20:00 horas/dia 15 dias/mês. Município Iporã. Esta portaria revoga a portaria nº 10114/2022/OP-GOUT.

96798/2022

Portaria nº 11505/2022/OD-GOUT. Prot. 18.813.094-1. Captação subterrânea. Outorgado(s) Vapza Alimentos S/A - CPF/CNPJ 00.186.720/0002-74. Tibagi. Coordenadas UTM 7.258.594,71 N 598.463,15 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza, Combate a incêndio. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 16:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Castro. Esta portaria revoga a portaria nº 813/2021.

96098/2022

Portaria nº 11512/2022/OP-GOUT. Prot. 19.128.164-0. Retificação. Outorgado(s) Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - CPF/CNPJ 76.669.324/0001-89. Córrego Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.357.059,07 N 480.785,76 E. Validade 2 anos. Finalidade Recuperar o Terreno Marginal. Município Mauá da Serra.

96123/2022

Portaria nº 11508/2022/OD-GOUT. Prot. 18.813.098-4. Captação subterrânea. Outorgado(s) NIGUIYAKA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - CPF/CNPJ 04.754.812/0001-83. Tibagi. Coordenadas UTM 7.424.879,64 N 476.894,28 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 05:22 horas/dia 31 dias/mês. Município Londrina. Esta portaria revoga a portaria nº 2658/2019.

96097/2022



Portaria nº 11502/2022/OD-GOUT. Prot. 18.807.141-4. Captação subterrânea. Outorgado(s) JAGUAFRANGOS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 85.090.033/0004-75. Pirapó. Coordenadas UTM 7.443.878,41 N 447.367,95 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 3.55 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Jaguapitã.

96090/2022

Portaria nº 11506/2022/OD-GOUT. Prot. 18.807.146-5. Captação subterrânea. Outorgado(s) USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE BOM SUCESSO LTDA - CPF/CNPJ 08.290.831/0001-57. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.113.886,01 N 318.489,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Bom Sucesso do Sul.

96089/2022

Portaria nº 11507/2022/OD-GOUT. Prot. 18.813.095-0. Captação subterrânea. Outorgado(s) Lar Cooperativa Agroindustrial - CPF/CNPJ 77.752.293/0127-90. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.237.807,00 N 776.953,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 04:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Santa Helena.

96129/2022

Portaria nº 11514/2022/OP-GOUT. Prot. 17.693.107-8. Captação superficial. Outorgado(s) GRAMEIRA E FLORICULTURA SANTA HELENA LTDA - CPF/CNPJ 06.278.471/0001-42. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.263.599,00 N 228.972,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 03:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

96189/2022

PARECER NEGATIVO nº 10095/2022/PN-GOUT. Protocolo 17.811.182-5. Indefere o requerimento de outorga de direito para Captação superficial de Ederson Antonio Packer - CPF/CNPJ 675.516.709-63. Rio São Pedro. Coordenadas UTM 7.315.509,00 N 228.040,00 E. Município Palotina. Motivo: Usuário desistiu do uso do recurso hídrico. Esta portaria revoga a portaria nº 3855/2019.

96190/2022

Portaria nº 11516/2022/OP-GOUT. Prot. 18.140.770-0. Captação superficial. Outorgado(s) CARLOS JOSÉ SOBOTKA - CPF/CNPJ 587.066.239-72. Rio Imbituva. Tibagi. Coordenadas UTM 7.172.314,46 N 551.340,67 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 80.00 m³/h 05:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Fernandes Pinheiro.

96191/2022

Portaria nº 11515/2022/OP-GOUT. Prot. 18.157.560-3. Captação superficial. Outorgado(s) Claudenir Aparecido Petita - CPF/CNPJ 598.988.449-49. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.381.645,09 N 349.236,76 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 44.00 m³/h 16:19 horas/dia 5 dias/mês. Município Jussara.

96192/2022

Portaria nº 11517/2022/OP-GOUT. Prot. 18.253.565-6. Captação superficial. Outorgado(s) LUCIANO PACHER NETO - CPF/CNPJ 039.334.559-95. Córrego Caracol. Ivaí. Coordenadas UTM 7.432.473,16 N 268.277,22 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 89.33 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Santa Isabel do Ivaí.

96193/2022

Portaria nº 11510/2022/OD-GOUT. Prot. 18.809.423-6. Captação subterrânea. Outorgado(s) BMG FOODS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CPF/CNPJ 10.989.834/0005-59. Piquiri. Coordenadas UTM 7.341.356,00 N 223.572,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 10:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Iporã. Esta portaria revoga a portaria nº 10113/2022/OP-GOUT.

96792/2022

PARECER NEGATIVO nº 10096/2022/PN-GOUT. Protocolo 18.370.191-6. Indefere o requerimento de outorga prévia para Captação superficial de JOSE GILBERTO PRATINHA - CPF/CNPJ 109.535.888-07. Ribeirão Paranavai. Coordenadas UTM 7.448.641,76 N 344.073,20 E. Município Paranavai. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

96793/2022

Portaria nº 11518/2022/OP-GOUT. Prot. 18.480.586-3. Captação superficial. Outorgado(s) GILSON LUIZ PACHECO - CPF/CNPJ 031.444.999-00. Rio Guaçu. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.298.969,00 N 792.369,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 24.00 m³/h 14:09 horas/dia 30 dias/mês. Município Mercedes.

96794/2022

Portaria nº 11521/2022/OD-GOUT. Prot. 18.809.507-0. Captação subterrânea. Outorgado(s) BMG FOODS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CPF/CNPJ 10.989.834/0005-59. Piquiri. Coordenadas UTM 7.341.141,00 N 223.798,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 17.00 m³/h 20:00 horas/dia 15 dias/mês. Município Iporã. Esta portaria revoga a portaria nº 10115/2022/OP-GOUT.

96795/2022

Portaria nº 11519/2022/OD-GOUT. Prot. 18.564.374-3. Captação superficial. Outorgado(s) Lianir Adesio de Faveri - CPF/CNPJ 022.113.199-04. Córrego Pacu. Pirapó. Coordenadas UTM 7.400.631,00 N 452.396,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 31.87 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Apucarana. Esta portaria revoga a portaria nº 0092/2003-DRH.

96796/2022

Portaria nº 11509/2022/OD-GOUT. Prot. 18.807.656-4. Captação subterrânea. Outorgado(s) BMG FOODS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CPF/CNPJ 10.989.834/0005-59. Piquiri. Coordenadas UTM 7.341.326,00 N 223.627,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 7.00 m³/h 03:10 horas/dia 30 dias/mês. Município Iporã. Esta portaria revoga a portaria nº 10112/2022/OP-GOUT.

96797/2022

Portaria nº 11522/2022/OD-GOUT. Prot. 18.809.543-7. Captação subterrânea. Outorgado(s) BMG FOODS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CPF/CNPJ 10.989.834/0005-59. Piquiri. Coordenadas UTM 7.341.368,00 N 223.723,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Iporã. Esta portaria revoga a portaria nº 10116/2022/OP-GOUT.

96799/2022

Portaria nº 11489/2022/OP-GOUT. Prot. 18.818.498-7. Captação subterrânea. Outorgado(s) José Elcio Pego Barbosa - CPF/CNPJ 468.584.909-49. Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7.453.500,22 N 370.568,62 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 22.00 m³/h 21:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Alto Paraná.

96800/2022

O INSTITUTO ÁGUA E TERRA torna público que foram outorgados os usuários abaixo relacionados:

Portaria nº 1079/2022 GOUT. Prot. 17.204.081-0. Outorgado Vaccinar Industria e Comércio Ltda. CPF/CNPJ 21.820.014/0018-70. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7258719N 227081E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 1,10 m³/h. Município Toledo.

Portaria nº 1157/2022 GOUT. Prot. 16.417.375-5. Outorgado Aldo Vendramin. CPF/CNPJ 360.019.029-68. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7242760N 557487E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,00 m³/h. Município Tibagi.

Portaria nº 1158/2022 GOUT. Prot. 16.417.424-7. Outorgado Mark Allen Harvey. CPF/CNPJ 922.704.927-49. Manancial Poço 03. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7268886N 603193E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,20 m³/h. Município Castro.

Portaria nº 1159/2022 GOUT. Prot. 16.399.442-9. Outorgado Ines Gulak Motter. CPF/CNPJ 029.417.389-75. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7291387N 279399E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 7,00 m³/h. Município Nova Aurora.

Portaria nº 1160/2022 GOUT. Prot. 16.347.031-4. Outorgado Jan Willem Salomons. CPF/CNPJ 000.574.479-26. Manancial Poço 01. Bacia Cinzas. Coordenadas UTM 7329250N 615485E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 10,00 m³/h. Município Arapoti.

Portaria nº 1161/2022 GOUT. Prot. 17.141.900-0. Outorgado Luciano Moreira Silveira. CPF/CNPJ 033.749.229-88. Manancial Poço 01. Bacia Cinzas. Coordenadas UTM 7400379N 604797E (22). Validade 1 (um) ano. Vazão outorgada 10,00 m³/h. Município Joaquim Távora.

Portaria nº 1162/2022 GOUT. Prot. 16.423.171-2. Outorgado Gonçalves David Braz. CPF/CNPJ 766.510.889-04. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7239444N 208142E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 3,90 m³/h. Município São Pedro do Iguaçu.

Portaria nº 1163/2022 GOUT. Prot. 17.178.471-9. Outorgado Adox Incorporação de Empreendimento Imobiliários - Eireli. CPF/CNPJ 27.163.064/0001-60. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7417552N 492832E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 2,20 m³/h. Município Londrina.

Portaria nº 1164/2022 GOUT. Prot. 16.421.553-9. Outorgado Rafael Alexandre Malinowski. CPF/CNPJ 003.712.069-79. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7188382N 698507E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 3,00 m³/h. Município Quatro Barras.

Portaria nº 1165/2022 GOUT. Prot. 16.423.293-0. Outorgado Pedro Cavallini. CPF/CNPJ 086.713.629-49. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7318338N 239168E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 14,40 m³/h. Município Brasilândia do Sul.

Portaria nº 1166/2022 GOUT. Prot. 16.424.127-0. Outorgado Octávio Luis Nishida Mayrink Goes. CPF/CNPJ 857.155.229-00. Manancial Poço 02. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7358384N 376971E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 10,00 m³/h. Município Quinta do Sol.

Portaria nº 1167/2022 GOUT. Prot. 16.425.234-5. Outorgado Mariza Osorio 05921898996. CPF/CNPJ 31.537.564/0001-91. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7353462N 461849E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 7,00 m³/h. Município Faxinal.

Portaria nº 1168/2022 GOUT. Prot. 16.425.368-6. Outorgado Eliane Sprigico Soares Favaro. CPF/CNPJ 719.257.599-20. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7397020N 428634E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 6,00 m³/h. Município Mandaguari.

Portaria nº 1169/2022 GOUT. Prot. 16.425.481-0. Outorgado José Osmar Michelin. CPF/CNPJ 163.417.249-34. Manancial Poço 01. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7396132N 450003E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Apucarana.

Portaria nº 1170/2022 GOUT. Prot. 16.425.519-0. Outorgado Candido Takashiba e Outros. CPF/CNPJ 513.255.199-87. Outros: Romilda Aparecida Takashiba – CPF: 597.588.219-20. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7289062N 304459E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 12,30 m³/h. Município Ubitatã.

Portaria nº 1171/2022 GOUT. Prot. 16.425.631-6. Outorgado Planalto Produtos de Borracha S/A. CPF/CNPJ 76.486.554/0001-02. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7181340N 670086E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 2,50 m³/h. Município Curitiba.

Portaria nº 1172/2022 GOUT. Prot. 16.500.228-8. Outorgado JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S/A. CPF/CNPJ 00.489.050/0001-84. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7183041N 665182E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Curitiba.

Portaria nº 1173/2022 GOUT. Prot. 16.425.640-5. Outorgado Rui Soares da Silva. CPF/CNPJ 460.837.589-04. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7387655N 390958E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 6,80 m³/h. Município Floresta.

Portaria nº 1174/2022 GOUT. Prot. 16.425.669-3. Outorgado Francisco Alves Xavier. CPF/CNPJ 188.944.539-87. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7393033N 396548E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 6,50 m³/h. Município Floresta.

Portaria nº 1175/2022 GOUT. Prot. 16.434.507-6. Outorgado José Edmir Miro Gaspar Falkembach. CPF/CNPJ 176.219.259-49. Manancial Poço 02. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7417948N 377406E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 18,00 m³/h. Município São Jorge do Ivaí.

Portaria nº 1176/2022 GOUT. Prot. 16.409.143-0. Outorgado Lorenzetti Florestal. CPF/CNPJ 05.931.579/0001-20. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7210078N 595361E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,57 m³/h. Município Ponta Grossa.

Portaria nº 1177/2022 GOUT. Prot. 16.435.135-1. Outorgado Felipe Augusto Vilela Gaudencio. CPF/CNPJ 018.824.539-13. Manancial Poço 01. Bacia Cinzas. Coordenadas UTM 7367433N 560264E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,60 m³/h. Município Figueira.

Portaria nº 1178/2022 GOUT. Prot. 17.151.412-6. Outorgado Santos Andirá Indústria de Móveis Ltda. CPF/CNPJ 75.205.831/0001-07. Manancial Poço 01. Bacia Cinzas. Coordenadas UTM 7449408N 579318E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Andirá.

Portaria nº 1179/2022 GOUT. Prot. 15.702.695-0. Outorgado Luleana Alimentos Eireli - Em Recuperação Judicial. CPF/CNPJ 09.409.625/0001-86. Manancial Poço FL-01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7453119N 302114E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 71,00 m³/h. Município Planaltina do Paraná.

Portaria nº 1180/2022 GOUT. Prot. 17.145.024-1. Outorgado Gazin Agropecuária Ltda. CPF/CNPJ 07.812.531/0001-28. Curso d'água. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7413656N 265340E (22). Validade 2 (dois) anos. Finalidade: Barragem. Vazão mín. de jusante: 300,00 L/s. Área do reservatório: 30500,00 m². Área do disp.extravasor: 0,07 m². Volume armazenado: 90000,00 m³. Município Douradina.

Portaria nº 1181/2022 GOUT. Prot. 16.437.434-3. Outorgado Sadipe Serviços Auxiliares de Distribuição de Petróleo Ltda. CPF/CNPJ 00.711.620/0001-39. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7170565N 663585E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Araucária.

Portaria nº 1182/2022 GOUT. Prot. 16.448.654-0. Outorgado Marcia Ritter. CPF/CNPJ 931.015.629-53. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7280453N 783344E (21). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 10,00 m³/h. Município Marechal Cândido Rondon.

Portaria nº 1183/2022 GOUT. Prot. 16.449.596-5. Outorgado João Minoru Izumi. CPF/CNPJ 010.402.519-00. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7370517N 264920E (22). Validade 1 (um) ano. Vazão outorgada 1,50 m³/h. Município Umuarama.

Portaria nº 1184/2022 GOUT. Prot. 16.451.910-4. Outorgado Maringá Clube. CPF/CNPJ 79.145.132/0001-61. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7408297N 404549E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Maringá.

Portaria nº 1185/2022 GOUT. Prot. 16.420.335-2. Outorgado Luiz Carlos Werner Ribas. CPF/CNPJ 440.894.909-44. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7145918N 606144E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 8,00 m³/h. Município Lapa.

Portaria nº 1186/2022 GOUT. Prot. 17.106.834-7. Outorgado Orfimar Comércio de Carnes Ltda. CPF/CNPJ 82.421.421/0001-50. Corpo Hídrico Receptor Rio Vitorino. Finalidade: Diluição. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7127899N 321501E (22). Vazão máx. efluente 4,5 m³/h. Vazão máx. p/ diluição 49,5 m³/h. Validade 3 (três) anos. Obs: “A Licença Ambiental do empreendimento deverá ser adequada quanto ao destino final dos efluentes, e deverá observar os parâmetros outorgados na Portaria de Outorga.” Município Itapejara do Oeste.

Portaria nº 1187/2022 GOUT. Prot. 16.218.465-2. Outorgado Jose Luiz Ferreira. CPF/CNPJ 547.083.899-49. Manancial Poço 01. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7410898N 415533E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,00 m³/h. Município Sarandi.

Portaria nº 1188/2022 GOUT. Prot. 13.423.050-9. Outorgado Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alvorada do Sul. CPF/CNPJ 78.009.149/0001-29. Manancial Poço 04. Bacia Paranapanema 3. Coordenadas UTM 7480064N 476190E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 71,00 m³/h. Município Alvorada do Sul.

Portaria nº 1189/2022 GOUT. Prot. 16.441.915-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 32. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7392409N 449955E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 50,00 m³/h. Município Apucarana.

Portaria nº 1190/2022 GOUT. Prot. 16.423.472-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 05. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7274288N 263483E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 50,00 m³/h. Município Cafelândia.

Portaria nº 1191/2022 GOUT. Prot. 16.339.267-4. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 02. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7400717N 486817E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 25,00 m³/h. Município Londrina.

Portaria nº 1192/2022 GOUT. Prot. 16.074.340-9. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ. Manancial Poço 02. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7366353N 264158E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 52,00 m³/h. Município Umuarama.

Portaria nº 1193/2022 GOUT. Prot. 16.233.926-5. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 06. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7365167N 224685E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 35,00 m³/h. Município Pérola.

Portaria nº 1194/2022 GOUT. Prot. 16.160.880-7. Outorgado Valdir Paini e Outros. CPF/CNPJ 340.993.289-53. Outros: Maximino Martini – CPF: 335.727.550-34, Alberto Stringhini CPF: 020.721.889-15. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7147032N 289656E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 1,90 m³/h. Município Dois Vizinhos.

Portaria nº 1195/2022 GOUT. Prot. 16.261.874-1. Outorgado Dieter Brehopl. CPF/CNPJ 032.886.419-68. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7139330N 624380E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 6,00 m³/h. Município Lapa.

Portaria nº 1196/2022 GOUT. Prot. 16.265.894-8. Outorgado Sonia Mainardes Ribeiro. CPF/CNPJ 023.218.569-71. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7258269N 600190E (22). Validade 1 (um) ano. Vazão outorgada 2,00 m³/h. Município Castro.

Portaria nº 1197/2022 GOUT. Prot. 16.267.291-6. Outorgado Edson Vieira e Outros. CPF/CNPJ 480.283.209-53. Outros: Nicéia Santos de Lima Vieira CPF: 480.283.209-53. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7413554N 380672E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 7,00 m³/h. Município Ourizona.

Portaria nº 1198/2022 GOUT. Prot. 16.267.383-1. Outorgado Antonio Roberto Nogueira. CPF/CNPJ 470.248.959-34. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7408868N 403796E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 10,00 m³/h. Município Maringá.

Portaria nº 1199/2022 GOUT. Prot. 16.270.265-3. Outorgado Devanir Martins. CPF/CNPJ 005.990.409-71. Manancial Poço 01. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7421932N 458798E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 4,50 m³/h. Município Rolândia.

Portaria nº 1200/2022 GOUT. Prot. 16.285.562-0. Outorgado Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa. CPF/CNPJ 80.224.348/0030-36. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7233331N 517341E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Ivaí.

Portaria nº 1201/2022 GOUT. Prot. 16.286.840-3. Outorgado Laerte Paschoalotto. CPF/CNPJ 436.033.439-72. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7397058N 430985E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Mandaguari.

Portaria nº 1202/2022 GOUT. Prot. 16.214.399-9. Outorgado Transporte Coletivo Gloria Ltda. CPF/CNPJ 76.491.109/0004-83. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7188040N 672897E (22). Validade 1 (um) ano. Vazão outorgada 4,00 m³/h. Município Curitiba.

Portaria nº 1203/2022 GOUT. Prot. 16.288.709-2. Outorgado Mariza Aparecida Borges Queiroz. CPF/CNPJ 819.744.429-34. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7444994N 245661E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 4,50 m³/h. Município Querência do Norte.

Portaria nº 1204/2022 GOUT. Prot. 16.290.370-5. Outorgado Inês Del Cielo Enz. CPF/CNPJ 029.067.229-52. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7402527N 392105E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 1,80 m³/h. Município Maringá.

Portaria nº 1205/2022 GOUT. Prot. 16.290.713-1. Outorgado Emilio Monteiro. CPF/CNPJ 436.036.109-20. Manancial Poço 01. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7403967N 434535E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 6,00 m³/h. Município Mandaguari.

Portaria nº 1206/2022 GOUT. Prot. 16.294.037-6. Outorgado Auto Posto Br Gregarianin Ltda. CPF/CNPJ 21.563.534/0001-04. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 2. Coordenadas UTM 7397415N 221454E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 3,00 m³/h. Município Alto Paraíso.

Portaria nº 1207/2022 GOUT. Prot. 16.307.623-3. Outorgado Ambiental Sul Brasil - Central Regional de Tratamento de Resíduos. CPF/CNPJ 08.738.827/0001-09. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7401653N 409930E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 6,00 m³/h. Município Sarandi.

Portaria nº 1208/2022 GOUT. Prot. 16.307.796-5. Outorgado Antonio Sertorio Filho. CPF/CNPJ 734.859.269-49. Manancial Poço 01. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7400248N 434993E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 3,00 m³/h. Município Mandaguari.

Portaria nº 1209/2022 GOUT. Prot. 16.313.521-3. Outorgado Junior Souza Carneiro. CPF/CNPJ 079.087.919-05. Manancial Poço 01. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7255634N 635657E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 1,50 m³/h. Município Castro.

Portaria nº 1210/2022 GOUT. Prot. 16.313.616-3. Outorgado Clodoaldo Rogério Baqueta. CPF/CNPJ 028.167.069-23. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7256971N 412050E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 3,20 m³/h. Município Pitanga.

Portaria nº 1211/2022 GOUT. Prot. 16.314.386-0. Outorgado Lenir Zanette Ferrari. CPF/CNPJ 496.977.659-87. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7401002N 389309E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 1,00 m³/h. Município Paiçandu.

Portaria nº 1212/2022 GOUT. Prot. 16.315.711-0. Outorgado Valdemir Andriolli & Cia Ltda. CPF/CNPJ 03.095.864/0001-22. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7451123N 496128E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Sertãoópolis.

Portaria nº 1213/2022 GOUT. Prot. 16.331.648-0. Outorgado Associação da Imaculada Virgem Maria. CPF/CNPJ 80.637.838/0012-82. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7227121N 576637E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 1,50 m³/h. Município Ponta Grossa.

Portaria nº 1214/2022 GOUT. Prot. 16.335.338-5. Outorgado Joelcio de Antoni Compensados. CPF/CNPJ 21.213.983/0001-14. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7211368N 536496E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 1,50 m³/h. Município Imbituva.

Portaria nº 1215/2022 GOUT. Prot. 16.753.537-2. Outorgado M. Murari & Cia Ltda. CPF/CNPJ 02.604.042/0001-67. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7417807N 461358E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 2,20 m³/h. Município Rolândia.

Portaria nº 1216/2022 GOUT. Prot. 16.339.236-4. Outorgado JI Comércio de Combustíveis Ltda - ME. CPF/CNPJ 13.774.167/0001-51. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7240166N 589937E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 1,50 m³/h. Município Carambei.

Portaria nº 1217/2022 GOUT. Prot. 16.677.668-6. Outorgado Coopavel Cooperativa Agroindustrial. CPF/CNPJ 76.098.219/0047-10. Manancial Poço 27. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7235806N 259759E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 34,00 m³/h. Município Cascavel.

Portaria nº 1218/2022 GOUT. Prot. 16.921.572-3. Outorgado Associação dos Açougueiros de Cianorte - ASAC. CPF/CNPJ 72.428.311/0001-67. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7379547N 336949E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Cianorte.

Portaria nº 1219/2022 GOUT. Prot. 17.071.216-1. Outorgado Condomínio Edifício Igapó. CPF/CNPJ 78.974.573/0001-03. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7421948N 483286E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 2,50 m³/h. Município Londrina.

Portaria nº 1220/2022 GOUT. Prot. 17.148.283-6. Outorgado Produtos Alimentícios Arapongas S/A - Prodasa. CPF/CNPJ 75.404.814/0003-52. Manancial Poço 02. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7412713N 456731E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 8,00 m³/h. Município Arapongas.

Portaria nº 1221/2022 GOUT. Prot. 17.185.784-8. Outorgado Helisul Tâxi Aéreo Ltda. CPF/CNPJ 75.543.611/0001-85. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7165188N 751621E (21). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 2,50 m³/h. Município Foz do Iguaçu.

Portaria nº 1222/2022 GOUT. Prot. 17.347.504-7. Outorgado Terminais Aéreos de Maringá - SBMG S/A. CPF/CNPJ 03.869.208/0001-30. Manancial Poço 02. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7402905N 396395E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 7,00 m³/h. Município Maringá.

Portaria nº 1223/2022 GOUT. Prot. 16.722.506-3. Outorgado Rafitec S/A Indústria e Comércio de Sacarias. CPF/CNPJ 00.763.251/0004-70. Corpo Hídrico Receptor Arroio do Andrade. Finalidade: Diluição. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7174350N 667875E (22). Vazão máx. efluente 1,1 m³/h. Vazão máx. p/ diluição 4,4 m³/h. Validade 6 (seis) anos. Município Curitiba.

Portaria nº 1224/2022 GOUT. Prot. 16.170.548-9. Outorgado Condomínio Palladium Shopping Center Curitiba. CPF/CNPJ 14.119.157/0001-45. Manancial Poço 02. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7181015N 671769E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,50 m³/h. Município Curitiba.

Portaria nº 1225/2022 GOUT. Prot. 17.397.118-4. Outorgado Berneck S/A. Painéis e Serrados. CPF/CNPJ 81.905.176/0001-94. Manancial Poço 2. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7173902N 663660E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 6,00 m³/h. Município Araucária.

Portaria nº 1226/2022 GOUT. Prot. 16.425.355-4. Outorgado Maria Claudete Casas. CPF/CNPJ 687.611.639-53. Manancial Poço 01. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7397516N 433578E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 10,00 m³/h. Município Mandaguari.

Portaria nº 1227/2022 GOUT. Prot. 16.425.559-0. Outorgado Simão Oenning . CPF/CNPJ 335.441.909-15. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7281513N 265859E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Nova Aurora.

Portaria nº 1228/2022 GOUT. Prot. 16.439.892-7. Outorgado João Batista Testi. CPF/CNPJ 525.272.049-53. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 2. Coordenadas UTM 7396320N 229217E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 2,00 m³/h. Município Umuarama.

Portaria nº 1229/2022 GOUT. Prot. 16.451.741-1. Outorgado Marcia Junqueira Afonso. CPF/CNPJ 570.747.129-49. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 1. Coordenadas UTM 7464438N 268540E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,10 m³/h. Município Loanda.

Portaria nº 1230/2022 GOUT. Prot. 16.535.786-8. Outorgado Leonardo Alexandre Czuczman. CPF/CNPJ 024.638.599-54. Manancial Poço 01 profundo. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7281552N 325293E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,80 m³/h. Município Campina da Lagoa.

Portaria nº 1231/2022 GOUT. Prot. 16.461.162-0. Outorgado Jaime Bahu. CPF/CNPJ 570.705.559-20. Manancial Poço 01. Bacia Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7470769N 279929E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 9,00 m³/h. Município Loanda.

Portaria nº 1232/2022 GOUT. Prot. 16.668.561-3. Outorgado Ricardo Rinaldo Biersteker e Outros. CPF/CNPJ 233.244.909-44. Outros: Alexandra Biersteker Machado - CPF: 044.397.119-60. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7238718N 594037E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 4,00 m³/h. Município Carambei.

Portaria nº 1233/2022 GOUT. Prot. 16.459.766-0. Outorgado Abatedouro Coroaes Ltda. CPF/CNPJ 75.729.038/0001-07. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7410421N 398214E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 19,78 m³/h. Município Maringá.

Portaria nº 1234/2022 GOUT. Prot. 16.459.772-5. Outorgado Ricardo Shiguero Murakami. CPF/CNPJ 021.489.539-40. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7369497N 265764E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 2,00 m³/h. Município Umuarama.

Portaria nº 1235/2022 GOUT. Prot. 16.463.220-2. Outorgado Lazaro Leite de Oliveira. CPF/CNPJ 187.720.059-04. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7429801N 492577E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,20 m³/h. Município Ibiporã.

Portaria nº 1236/2022 GOUT. Prot. 17.189.434-4. Outorgado Ademir Edir Wulff e Outros. CPF/CNPJ 554.654.639-53. Outros: Ademir Ereno Wulff - CPF: 368.607.359-53. Manancial Poço 01. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7261571N 208733E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 7,00 m³/h. Município Toledo.

Portaria nº 1237/2022 GOUT. Prot. 15.957.527-6. Outorgado Suelen Felipe. CPF/CNPJ 041.848.869-06. Manancial Poço 02. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7437737N 366142E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 8,50 m³/h. Município Alto Paraná.



Portaria nº 1238/2022 GOUT. Prot. 18.105.192-2. Outorgado Reginato Pericles Baggio. CPF/CNPJ 506.586.979-00. Manancial Poço RP-01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7413210N 351811E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 25,00 m³/h. Município São Carlos do Ivaí.

Portaria nº 1239/2022 GOUT. Prot. 15.491.134-0. Outorgado Orfimar Comércio de Carnes Ltda. CPF/CNPJ 82.421.421/0001-50. Manancial Córrego Sem Nome. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7127060N 319514E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 3,00 m³/h. Município Itapejara do Oeste.

Portaria nº 1240/2022 GOUT. Prot. 15.478.457-8. Outorgado Edson Xavier Ribeiro. CPF/CNPJ 713.398.929-87. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7387333N 258782E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Umuarama.

Portaria nº 1241/2022 GOUT. Prot. 14.577.335-0. Outorgado Anaor Divino de Paula Teixeira e Outros. CPF/CNPJ 204.528.299-68. Outros: Anaor de Oliveira Teixeira – CPF: 342.229.518-62. Manancial Córrego do Tigre. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7297051N 268638E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 6,18 m³/h. Município Formosa do Oeste.

Portaria nº 1242/2022 GOUT. Prot. 14.577.335-0. Outorgado Anaor Divino de Paula Teixeira e Outros. CPF/CNPJ 204.528.299-68. Outros: Anaor de Oliveira Teixeira – CPF: 342.229.518-62. Manancial Córrego sem nome. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7297101N 269013E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 11,83 m³/h. Município Formosa do Oeste.

Portaria nº 1243/2022 GOUT. Prot. 15.093.116-9. Outorgado Laticínio Simionato Ltda. CPF/CNPJ 84.907.344/0001-79. Manancial Poço 02. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7371645N 352223E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 12,00 m³/h. Município Terra Boa.

Portaria nº 1244/2022 GOUT. Prot. 16.353.988-8. Outorgado James Fernando de Moraes e Outros. CPF/CNPJ 451.271.159-72. Outros: Nilson Varlei Vicentin - CPF: 603.437.709-97. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7271657N 259666E (22). Validade até 16/09/2025. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Cafelândia.

Portaria nº 1245/2022 GOUT. Prot. 15.106.718-2. Outorgado Coopavel Cooperativa Agroindustrial. CPF/CNPJ 76.098.219/0004-80. Manancial Poço 02. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7234563N 264888E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 13,00 m³/h. Município Cascavel.

Portaria nº 1246/2022 GOUT. Prot. 14.505.624-1. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Corpo Hídrico Receptor Córrego Três Barras. Finalidade: Diluição. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7185747N 281127E (22). Vazão máx. efluente 46,2 m³/h. Vazão máx. p/ diluição 5,13 m³/h. Validade 6 (seis) anos. Obs: “Conforme o Art. 25º, IV, § 2º do Decreto Estadual 9957/2014, a renovação desta outorga está condicionada ao cumprimento das seguintes metas progressivas intermediárias: apresentação de nova alternativa de lançamento de efluentes para atendimento ao enquadramento. As metas progressivas foram consideradas como intermediárias pois ao final do prazo de vigência de outorga ainda não atenderão integralmente ao enquadramento”. Município Três Barras do Paraná.

Portaria nº 1247/2022 GOUT. Prot. 16.395.566-0. Outorgado Eletriger Geração de Energia Ltda - CGH Pitanga I. CPF/CNPJ 26.175.090/0001-45. Curso d'água Rio Pitanga. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7265280N 443197E (22). Validade 2 (dois) anos. Finalidade: Aproveitamento hidrelétrico. Vazão assegurada: 2500,00 L/s. Vazão máx. engolimento : 8300,00 L/s. Vazão do vertedouro: 24,00 L/s. Vazão mín. de jusante: 657,00 L/s. Município Pitanga.

Portaria nº 1248/2022 GOUT. Prot. 16.588.590-2. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 03. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7374230N 469005E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 15,00 m³/h. Município Marilândia do Sul.

Portaria nº 1249/2022 GOUT. Prot. 16.587.377-7. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 04. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7203616N 573780E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 20,00 m³/h. Município Ponta Grossa.

Portaria nº 1250/2022 GOUT. Prot. 16.453.791-9. Outorgado Circuibrás Ind. Com. de Circuitos Imp. Profissionais Ltda. CPF/CNPJ 79.077.343/0001-04. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7173743N 664242E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 16,20 m³/h. Município Araucária.

Portaria nº 1251/2022 GOUT. Protocolo 18.805.414-5, Revoga a portaria nº 1684/2019 – DPCA. TORC Terraplanagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda. CNPJ/CPF 17.216.052/0011-74. Manancial: Rio Paissandu. Motivo: Desistência do outorgado. Município Paçandu.

Portaria nº 1252/2022 GOUT. Prot. 15.181.324-0. Outorgado Luis Carlos Becker. CPF/CNPJ 042.030.359-61. Manancial Córrego Sem Nome. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7271232N 198228E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 23,01 m³/h. Município Quatro Pontes.

Portaria nº 1253/2022 GOUT. Prot. 16.005.464-6. Outorgado Milton Moraes Vissovat. CPF/CNPJ 562.589.179-68. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7363166N 252798E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 4,00 m³/h. Município Umuarama.

Portaria nº 1254/2022 GOUT. Prot. 16.097.832-5. Outorgado Seara Alimentos Ltda. CPF/CNPJ 02.914.460/0304-91. Manancial Poço 07. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7443516N 447076E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 20,00 m³/h. Fica revogada a Portaria nº 705/2019 – DPCA. Município Jaguapitã.

Portaria nº 1255/2022 GOUT. Prot. 16.384.529-6. Outorgado Aparecido Vieira de Andrade. CPF/CNPJ 332.064.149-20. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7281576N 322850E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 12,00 m³/h. Município Campina da Lagoa.

Portaria nº 1256/2022 GOUT. Prot. 16.356.981-7. Outorgado Maria Bernadete Pinto Lima Graziano. CPF/CNPJ 822.228.609-97. Manancial Poço 01. Bacia Cinzas. Coordenadas UTM 7439926N 567806E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 23,00 m³/h. Município Bandeirantes.

Portaria nº 1257/2022 GOUT. Prot. 16.494.133-7. Outorgado Leonice Friedrich. CPF/CNPJ 787.277.669-34. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7302356N 221040E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 11,20 m³/h. Município Palotina.

Portaria nº 1258/2022 GOUT. Prot. 11.300.367-7. Outorgado Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. CPF/CNPJ 85.448.116/0001-40. Manancial Poço 01. Bacia Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7505801N 393390E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 12,00 m³/h. Município Jardim Olinda.

Portaria nº 1259/2022 GOUT. Prot. 15.317.212-9. Outorgado Prefeitura Municipal de Pato Bragado. CPF/CNPJ 95.719.472/0001-05. Manancial Poço 03. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7274255N 781737E (21). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 32,00 m³/h. Município Pato Bragado.

Portaria nº 1260/2022 GOUT. Prot. 16.099.892-0. Outorgado Serviço de Água e Esgoto de Marialva. CPF/CNPJ 12.605.449/0001-62. Manancial Poço 18. Bacia Pirapó. Coordenadas UTM 7400745N 420724E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 15,00 m³/h. Município Marialva.

Portaria nº 1261/2022 GOUT. Prot. 17.644.110-0. Outorgado Castrolanda - Cooperativa Agroindustrial Ltda. CPF/CNPJ 76.108.349/0017-70. Corpo Hídrico Receptor Rio Pirai. Finalidade: Diluição. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7269296N 600079E (22). Vazão máx. efluente 220 m³/h. Vazão máx. p/ diluição 1100 m³/h. Validade 2 (dois) anos. Fica revogada a Portaria nº 98/2021 – GOUT. Município Castro.

Portaria nº 1262/2022 GOUT. Prot. 15.530.212-7. Outorgado Lactobom - Industria e Comercio de Prod. de Leite Bombardelli Ltda. CPF/CNPJ 72.207.574/0004-99. Manancial Poço 03. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7216626N 590929E (22). Validade 1 (um) ano. Vazão outorgada 7,50 m³/h. Município Ponta Grossa.

Portaria nº 1263/2022 GOUT. Prot. 16.210.884-0. Outorgado Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae. CPF/CNPJ 74.015.611/0001-40. Manancial Poço 01. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7342612N 281366E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 27,00 m³/h. Município Mariluz.

Portaria nº 1264/2022 GOUT. Prot. 16.937.171-7. Outorgado Companhia De Saneamento Do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 02. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7195081N 662152E (22). Validade 2 (dois) anos. Nível dinâmico máximo: 15m. Vazão outorgada 8,00 m³/h. Município Campo Magro.

Portaria nº 1265/2022 GOUT. Prot. 16.618.346-4. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço E01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7388593N 345232E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 5,00 m³/h. Município Cianorte.

Portaria nº 1266/2022 GOUT. Prot. 16.618.311-1. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 01. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7389263N 345089E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 25,00 m³/h. Município Cianorte.

Portaria nº 1267/2022 GOUT. Prot. 16.398.669-8. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 06. Bacia Piquiri. Coordenadas UTM 7258199N 266450E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 15,00 m³/h. Município Corbélia.

Portaria nº 1268/2022 GOUT. Prot. 16.422.630-1. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço PE11. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7213199N 670608E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 50,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 10m. Município Rio Branco do Sul.

Portaria nº 1269/2022 GOUT. Prot. 16.422.659-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 13. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7213624N 671192E (22). Validade 2 (dois) anos. Vazão outorgada 90,00 m³/h. Nível Dinâmico Máximo: 15m. Município Rio Branco do Sul.

Portaria nº 1270/2022 GOUT. Prot. 16.621.802-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 01. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7355961N 542445E (22). Validade 1 (um) ano. Vazão outorgada 25,00 m³/h. Município Sapopema.

Portaria nº 1271/2022 DRH. Prot. 16.824.994-2. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7120241N 225368E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 13,00 m³/h. Município Pranchita.

Portaria nº 1272/2022 DRH. Prot. 16.764.225-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 03. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7119586N 226889E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 45,00 m³/h. Município Pranchita.

Portaria nº 1082/2022 GOUT. Prot. 16.091.602-8. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Corpo Hídrico Receptor Córrego Bezerra. Finalidade: Diluição. Bacia Paraná 3. Coordenadas UTM 7239806N 247166E (22). Vazão máx. efluente 336,81 m³/h. Vazão máx. p/ diluição 230,44 m³/h. Validade 2 (dois) anos. Obs: Conforme o art. 25, IV, parágrafo 2º do Decreto Estadual 9957/2014, a renovação desta Outorga está condicionada ao cumprimento da seguinte meta progressiva intermediária: captação de recursos para implantação da ETE Noroeste. A execução da nova ETE deverá ocorrer até 31/12/2028 e a operação até 31/12/2029. Município Cascavel. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1106/2022 GOUT. Prot. 17.347.770-8. Outorgado Mecano Fabril Eireli. CPF/CNPJ 60.586.534/0004-16. Curso d'água B09. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7411901N 540872E (22). Validade 1 (um) ano. Finalidade: Barragem. Vazão mín. de jusante : 45,19 L/s. Área do reservatório: 23087,00 m². Volume armazenado: 15278,46 m³. Fica revogada a Portaria nº 912/2022 – GOUT. Obs: A outorga de direito só será concedida se o vertedor atender à vazão máxima de projeto. Município Nova Fátima. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1107/2022 GOUT. Prot. 17.347.770-8. Outorgado Mecano Fabril Eireli. CPF/CNPJ 60.586.534/0004-16. Curso d'água B11. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7412379N 542427E (22). Validade 1 (um) ano. Finalidade: Barragem. Vazão mín. de jusante : 7,81 L/s. Área do reservatório: 17843,00 m². Volume armazenado: 23790,67 m³. Fica revogada a Portaria nº 916/2022 – GOUT. Obs: A outorga de direito só será concedida se o vertedor atender à vazão máxima de projeto. Município Nova Fátima. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1108/2022 GOUT. Prot. 17.347.770-8. Outorgado Mecano Fabril Eireli. CPF/CNPJ 60.586.534/0004-16. Curso d'água B14. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7408776N 541754E (22). Validade 1 (um) ano. Finalidade: Barragem. Fica revogada a Portaria nº 922/2022 – GOUT. Vazão mín. de jusante: 93,75 L/s. Área do reservatório: 37737,00 m². Área do disp.extravaso: 0,28 m². Volume armazenado: 16956,49 m³. Obs: A outorga de direito só será concedida se o vertedor atender à vazão máxima de projeto. Município Nova Fátima. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1109/2022 GOUT. Prot. 17.347.770-8. Outorgado Mecano Fabril Eireli. CPF/CNPJ 60.586.534/0004-16. Curso d'água B18. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7406514N 542022E (22). Validade 1 (um) ano. Finalidade: Barragem. Vazão mín. de jusante : 8,44 L/s. Área do reservatório: 12122,00 m². Área do disp.extravaso: 0,28 m². Volume armazenado: 8302,22 m³. Fica revogada a Portaria nº 922/2022 – GOUT. Obs: A outorga de direito só será concedida se o vertedor atender à vazão máxima de projeto. Município Nova Fátima. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1110/2022 GOUT. Prot. 17.347.770-8. Outorgado Mecano Fabril Eireli. CPF/CNPJ 60.586.534/0004-16. Curso d'água B19. Bacia Tibagi. Coordenadas UTM 7407156N 542147E (22). Validade 1 (um) ano. Finalidade: Barragem. Vazão mín. de jusante : 49,00 L/s. Área do reservatório: 49207,00 m². Área do disp.extravaso: 0,28 m². Volume armazenado: 26199,99 m³. Fica revogada a Portaria nº 923/2022 – GOUT. Obs: A outorga de direito só será concedida se o vertedor atender à vazão máxima de projeto. Município Nova Fátima. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1112/2022 GOUT. Prot. 16.629.421-5. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 01. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7202548N 681865E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 180,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 8,0 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1113/2022 GOUT. Prot. 16.745.310-4. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 01. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7202877N 679703E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 50,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 44,0 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1114/2022 GOUT. Prot. 16.745.318-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 03. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7202383N 679663E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 80,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 45,0 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1115/2022 GOUT. Prot. 16.745.329-5. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 16. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7201855N 679575E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 40,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 15,0 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1116/2022 GOUT. Prot. 16.745.403-8. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 12. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7202677N 681009E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 65,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 25,5 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1117/2022 GOUT. Prot. 16.745.408-9. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 15. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7203221N 682405E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 40,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 5,0 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1118/2022 GOUT. Prot. 16.745.450-0. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 05. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7204728N 686042E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 160,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 12,0 m. Município Colombo. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1121/2022 GOUT. Prot. 17.011.561-9. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 03. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7193343N 656167E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 55,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 10,0 m. Município Campo Magro. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1122/2022 GOUT. Prot. 16.744.902-6. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 20. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7199505N 671627E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 72,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 10,0 m. Município Almirante Tamandaré. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1123/2022 GOUT. Prot. 17.110.446-7. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 05. Bacia Iguaçu. Coordenadas UTM 7197565N 669092E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 130,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 9,0 m. Município Almirante Tamandaré. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1124/2022 GOUT. Prot. 16.299.741-6. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 11. Bacia Ribeira. Coordenadas UTM 7209726N 669272E (22). Validade até 05/03/2023. Vazão outorgada 50,00 m³/h. Nível dinâmico máximo: 13,0 m. Município Rio Branco do Sul. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Portaria nº 1127/2022 GOUT. Prot. 10.997.561-3. Outorgado Companhia de Saneamento do Paraná. CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Manancial Poço 08. Bacia Ivaí. Coordenadas UTM 7411855N 300862E (22). Validade 3 (três) anos. Vazão outorgada 12,00 m³/h. Município Cidade Gaúcha. Reproduzida por ter sido publicada com incorreção.

Parecer Negativo nº 37/2022-GOUT, Protocolo 15.481.388-8. Indefere o pedido de outorga de Ronaldo Michelin. CNPJ/CPF: 894.987.049-53. Manancial: Rio Encantado. Coordenadas UTM: 7293144 N 237435 E, fuso 22. Município Palotina. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 38/2022-GOUT, Protocolo 15.481.388-8. Indefere o pedido de outorga de Ronaldo Michelin. CNPJ/CPF: 894.987.049-53. Manancial: Córrego Pagem. Coordenadas UTM: 7293144 N 237435 E, fuso 22. Município Palotina. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 39/2022 - GOUT, Protocolo 13.346.845-5. Indefere o pedido de outorga de Vili Bley e Outros. CNPJ/CPF: 191.469.229-20. Outros: Alex Sandro Pereira – CPF: 035.949.319-00. Manancial: Mina 01. Coordenadas UTM: 7268913 N 792238 E, fuso 22. Município Marechal Candido Rondon. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 40/2022 - GOUT, Protocolo 13.346.845-5. Indefere o pedido de outorga de Vili Bley e Outros. CNPJ/CPF: 191.469.229-20. Outros: Alex Sandro Pereira – CPF: 035.949.319-00. Manancial: Mina 02. Coordenadas UTM: 7268705 N 792422 E, fuso 22. Município Marechal Candido Rondon. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 41/2022 - GOUT, Protocolo 13.346.845-5. Indefere o pedido de outorga de Vili Bley e Outros. CNPJ/CPF: 191.469.229-20. Outros: Alex Sandro Pereira – CPF: 035.949.319-00. Manancial: Córrego sem nome. Coordenadas UTM: 7268729 N 791923 E, fuso 22. Município Marechal Candido Rondon. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 42/2022 – GOUT, Protocolo 15.984.990-2. Indefere o pedido de outorga de Pedro Vieira da Silva. CNPJ/CPF: 513.035.319-68. Manancial: Córrego sem nome. Coordenadas UTM: 7334891 N 199029 E, fuso 22. Município Francisco Alves. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 43/2022 - GOUT, Protocolo 15.984.990-2. Indefere o pedido de outorga de Pedro Vieira da Silva. CNPJ/CPF: 513.035.319-68. Manancial: Mina 01. Coordenadas UTM: 7335163 N 198613 E, fuso 22. Município Francisco Alves. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

Parecer Negativo nº 44/2022 - GOUT, Protocolo 15.181.324-0. Indefere o pedido de outorga de Luiz Carlos Becker. CNPJ/CPF: 042.030.359-61. Manancial: Mina 01. Coordenadas UTM: 7271268 N 198215 E, fuso 22. Município Quatro Pontes. Motivo: A vazão solicitada excede a vazão outorgável para uma mina.



## Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ  
CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 08/2022

A RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, ATRAVÉS DA INSPETORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO, DE ACORDO COM A PORTARIA N. 117/97 - CRE, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 181 A 183, 186 E 191, DO REGULAMENTO DO ICMS, APROVADO PELO DECRETO N. 7.871 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017, COMUNICA QUE OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS FORAM:

REINICIADOS/REATIVADOS

NO CADASTRO DO ICMS, E DECLARA, A TERCEIROS, QUE PODERÃO SER CONSTITUÍDOS OS CRÉDITOS FISCAIS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS, A PARTIR DO MÊS ESPECIFICADO PELOS CONTRIBUINTES.

NOME EMPRESARIAL – CAD/ICMS – MÊS/ANO DA NOVA SITUAÇÃO

A F DOS SANTOS & D A G DOS SANTOS LTDA - 90431441-27 - 08/2022 - A KREIN - METALURGICA ME - 90666340-67 - 06/2022 - A L KLEIN SERVICOS DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTORE - 90485083-72 - 08/2022 - A L SANTOS CORDEIRO - REPRESENTACAO COMERCIAL - 90780313-92 - 06/2022 - A R COMERCIO DE MAQUINAS E ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS EI - 90921872-14 - 08/2022 - A. A. DE MACEDO & CIA LTDA - ME - 90740830-29 - 07/2022 - A. F. PINTO - JARDINAGEM E SERVICOS - ME - 90766362-03 - 08/2022 - A. M. K TRANSPORTE LTDA - ME - 90710727-27 - 01/2022 - A2E SOLUCOES EM TECNOLOGIA DE ALIMENTOS LTDA - 90883333-38 - 07/2022 - ABEM LOGISTA E TRANSPORTE LTDA - 90710837-61 - 08/2022 - ADILSON PASIEKA - INDUSTRIA METALURGICA - 90787627-61 - 04/2021 - ADRIANA ALVES DE MACEDO - ELETRONICOS - ME - 90663844-43 - 08/2022 - ADRIANO ANDRE ZACARIAS - 90203418-80 - 08/2022 - AEROClima REFRIGERACAO E AR CONDICIONADO EIRELI - 90858904-14 - 08/2022 - AGRICOLA BIOBRAS FILTROS E EQUIPAMENTOS EIRELI - 90843910-40 - 08/2022 - AGROPECUARIA 3J LTDA - 90923891-94 - 08/2022 - AGROPESCA IGUAÇU LTDA - 90558952-09 - 08/2022 - ALADDIN ESFIRRARIA LTDA - 90925044-73 - 07/2022 - ALAN CRISTIAN DIAS ME - 90766491-00 - 07/2022 - ALBENI FERREIRA DA SILVA - USINAGEM - 90793558-25 - 07/2022 - ALD DISTRIBUIDORA E REPRESENTACAO HOSPITALAR LTDA - 90923361-55 - 08/2022 - ALEXANDRE DOS SANTOS RIBEIRO - 90851716-47 - 08/2022 - ALFAOMEGA REFRIGERACAO LTDA - 90572519-02 - 08/2022 - ALLINFER ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - 90922915-42 - 08/2022 - ALMI LOGISTICA LTDA - 90925381-06 - 07/2022 - ALTA MONTANHA COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - 90890794-94 - 07/2022 - ALUMICENTER IND E COM DE ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA - 90170956-49 - 08/2022 - ALVARO PRAXEDES DE CARVALHO - 11805264-19 - 06/2022 - AMANDA BABYS COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA - 90490659-03 - 08/2022 - AMANDA DINIZ DA SILVA RETIFICA E USINAGEM DE PEÇA - 90807922-10 - 08/2022 - AMANDA DOS SANTOS MARESKI - 90778242-59 - 06/2022 - AMERIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90925589-99 - 08/2022 - AMI SERVICOS E REFEICOES LTDA - 90934384-40 - 08/2022 - ANDERSON THIAGO DE PADUA BARROS - 90865973-20 - 07/2022 - ANESIO ANTONIO DE OLIVEIRA & CIA LTDA - 90813642-03 - 08/2022 - ANJO DA MADRUGADA TRANSPORTES LTDA - 90736464-02 - 08/2022 - ANNIE GABRIELLI DA SILVA FERREIRA - HORTIFRUTIGRANJEIRO - 90789016-30 - 08/2022 - ANTARES EMPREENDIMENTOS SPE LTDA - 90948875-31 - 08/2022 - ANTONIO APARECIDO GENERO - 90824241-61 - 08/2022 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP - 09905703-37 - 06/2022 - ARABRAS INTERNATIONAL TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO L - 90409573-72 - 07/2022 - ARANCAR VEICULOS LTDA - 90899173-76 - 08/2022 - ARCA BEACH SPORTS LTDA - 90880154-76 - 08/2022 - ARCADIA - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90787159-25 - 06/2022 - ARCANJOS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - 90927399-42 - 08/2022 - ARGUELHO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - 90812640-80 - 08/2022 - AROMA CHA BRASIL LTDA - 90634124-70 - 08/2022 - ASI REPRESENTACAO COMERCIAL EIRELI - 90873702-48 - 08/2022 - ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS AUTOMO - 90845258-52 - 08/2022 - ASSOCIACAO DOS CURTIDORES ARTESANAIS DE PELE DE PEIXE - 90474978-81 - 08/2022 - ATK SOLUCOES EIRELI - 90902717-90 - 08/2022 - ATM HOME AUTOMACAO RESIDENCIAL E COMERCIAL LTDA - 90949437-09 - 08/2022 - AUTO PECAS SO VOLKS EIRELI - 80105912-02 - 08/2022 - AUTO POSTO RIO NEGRO LTDA - 90859596-35 - 08/2022 - AUTO POSTO VISTA ALEGRE LTDA - 90949947-02 - 07/2022 - AUTO POSTO ZANLORENZI FAZENDINHA LTDA - 90862622-20 - 08/2022 - AUTOCRED MULTIMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90861812-20 - 08/2022 - AVA PARTICIPACOES LTDA - 90920708-80 - 08/2022 - AVE LATINA TURISMO LTDA - 90320689-68 - 08/2022 - AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA - 90933682-12 - 07/2022 - AZIZA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - 90898648-25 - 07/2022 - AZM PAP PR TELECOMUNICACOES LTDA - 90794371-20 - 08/2022 - B & C GAMES LTDA - ME - 90720850-83 - 08/2022 - BAR ALVORADA LTDA - ME - 90496945-10 - 08/2022 - BARAN BAR E LANCHONETE LTDA - 90446262-49 - 08/2022 - BATOM COSMETICOS LTDA - 90820561-89 - 07/2022 - BDN TRADE LIMITADA - 90864856-02 - 08/2022 - BEEFTUCA REFEICOES COLETIVAS E SERVICOS DE ALIMENTACAO - 10191564-66 - 08/2022 - BELEZA RARA - CENTRO DE ESTETICA LTDA - 90922665-13 - 08/2022 - BERT ENERGIAS RENOVAVEIS DO BRASIL LTDA - 90915377-85 - 08/2022 - BIAGRO COMERCIO E DISTRIBUICAO DE INSUMOS AGROPECUARIOS - 90933694-56 - 07/2022 - BIT INDUSTRIA E TRANSPORTE DE CAL LTDA ME - 90586045-31 - 08/2022 - BM MULTIMARCAS LTDA - 90876878-70 - 08/2022 - BOTTEGA INCORPORADORA DE BENS LTDA - 90948572-09 - 05/2022 - BR PORTO COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - 90902264-92 - 08/2022 - BRASIL SOCCER LOCAÇÃO E COM DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA - 90161302-89 - 07/2022 - BRASIL SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE COSMETICO - 90803547-00 - 01/2021 - BRITO & BRITO INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90847943-22 - 08/2022 - BRSZ BRITAGEM E MINERACAO S/A - 90819653-80 - 08/2022 - BUSQUET & CIA LTDA - 41001999-00 - 07/2022 - C A B ALIMENTOS EIRELI - ME - 90695884-81 - 08/2022 - C A FERRAZ DE OLIVEIRA RASTREAMENTO DE VEICULOS - 90786169-43 - 08/2022 - C A POCAS JUNIOR MINI MERCADO ME - 90668016-56 - 07/2022 - C H ANDRADE IDIOMAS - 90760806-98 - 08/2022 - CACHOEIRA DA PRATA LTDA - 90779853-41 - 08/2022 - CADEIA DE HOTEIS ASSOCIADOS LTDA - 90856990-30 - 08/2022 - CADEIA DE HOTEIS ASSOCIADOS LTDA - 90862467-05 - 08/2022 - CARLOS A UBALDINO COSMETICOS LTDA - 90911795-01 - 03/2022 - CARLOS FITZ - 90561401-04 - 07/2022 - CAROLINE MALAQUIAS DA ROSA - 90953331-73 - 08/2022 - CENTRAL DE COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CENTRO N - 90928313-26 - 07/2022 - CENTRAL PISOS LTDA - 90523339-43 - 07/2022 - CENTRO DE TREINAMENTO DANIEL CRUZ LTDA - 90917959-97 - 08/2022 - CERROMAD COMERCIO E TRATAMENTO DE MADEIRAS LTDA - 90896274-59 - 07/2022 - CERVEJARIA CACIQUE EIRELI - 90822933-93 - 08/2022 - CERVEJARIA HRX LTDA - 90668076-97 - 08/2022 - CERVEJARIA SCHOLER S BIER LTDA - 09909923-20 - 04/2022 - CESAR JUNIOR RODRIGUES DE OLIVEIRA - 90818390-82 - 06/2022 - CGV PARTICIPACOES SOCIAIS LTDA - 90918722-23 - 08/2022 - CHICONES LANCHES E REFEICOES LTDA - 90934994-06 - 08/2022 - CIMFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - 90920045-86 - 08/2022 - CLINICA MENZI LTDA - 90949948-85 - 08/2022 - CM KOPENSKI ALIMENTOS LTDA - 90915981-48 - 08/2022 - COCAMAR MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - 90742483-97 - 07/2022 - COMERCIAL ANICESKI LTDA - 90512988-00 - 08/2022 - COMERCIAL DESTRO LTDA - 90929247-66 - 08/2022 - COMERCIAL PAVELSKI LTDA - 90846927-59 - 08/2022 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MORRO VERMELHO LTDA - 90905083-90 - 07/2022 - COMERCIO DE EMBALAGENS KASSUYA LTDA - 90833494-90 - 08/2022 - CONCEICAO COUNTRY CONFECÇÕES LTDA - 90923226-00 - 08/2022 - CONSTRUTORA JF LTDA - 90704994-92 - 07/2022 - CONSTRUTORA MULTIOBRAS LTDA - 90935164-24 - 08/2022 - CONTROLE GOV SISTEMAS LTDA - 90878157-03 - 06/2022 - COOP AGROP FAM CONSTR CAMINHO DES REG SUSTENT COOPERTE - 90459241-20 - 06/2022 - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ADRIANOPOLIS - 90925138-98 - 08/2022 - COOPERATIVA TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DOS CATADORES DE - 90900469-15 - 08/2022 - COOPERGADO COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA EPP - 90754175-40 - 08/2022 - COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS S.A. - 09902983-86 - 07/2022 - COSTA SUL PESCADOS S/A - 90869879-77 - 08/2022 - COTTON ON DO BRASIL COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA - 09909938-07 - 03/2022 - CRIARTE PINHAIS - COOPERATIVA DE CRIACOES ARTESANAIS DE - 90682787-56 - 08/2022 - CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PA - 90881726-52 - 07/2022 - CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PA - 90879887-21 - 07/2022 - CWB BRANDS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - ME - 90596312-06 - 08/2022 - CWB BRANDS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - ME - 90749182-01 - 08/2022 - D OLIVETTO PIZZARIA LTDA - 90935077-86 - 07/2022 - D YOUSSEF LTDA - 90929555-64 - 08/2022 - D' STYLL MOVEIS PLANEJADOS LTDA - 90518905-04 - 06/2022 - D. CRISTINA FILIPAK - COMERCIO DE RACOES - 90481562-47 - 07/2022 - D. HENNIPMAN FILHO EIRELI - 9077520-04 - 08/2022 - DAITECH INDUSTRIA ELETRONICA EIRELI - 90317516-80 - 07/2022 - DALLAGNOL & DALLAGNOL LTDA - 90905941-06 - 08/2022 - DAMTECH MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E INDUS - 90737442-42 - 08/2022 - DANIEL BARBOSA DE SOUZA - 90720952-08 - 08/2022 - DANIEL FERNANDO FERREIRA RESTAURANTE - EIRELI - 90639655-69 - 08/2022 - DANIEL FURUIE - 90718365-30 - 08/2022 - DARPES ENERGY TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE LTDA - 90282697-11 - 07/2022 - DCM 8 COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA ME - 90751516-80 - 08/2022 - DEBOLETA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA - 90835644-63 - 08/2022 - DELA MORE COMERCIO E CONFECÇÕES BAURU LTDA - 90926013-20 - 07/2022 - DELIVERY GAS COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA EPP - 90906536-41 - 06/2022 - DELLU CALCADOS E CONFECÇÕES LTDA - 90315326-10 - 07/2022 - DIGITAL WORLD SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - 90929846-61 - 08/2022 - DILL CONSTRUCOES LTDA - 90931223-02 - 08/2022 - DILZA CAMPOS ELEUTERIO DE OLIVEIRA - 11600181-07 - 07/2022 - DIPAVEL REPRESENTACAO COMERCIAL E RENOVADORA DE VEICULO - 90918299-99 - 08/2022 - DIVINO SONO COMERCIO EIRELI - 90744972-65 - 06/2022 - DOC NATUR IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME - 90924666-01 - 08/2022 - DOCERIA & CONFEITARIA DAS FATIMAS LTDA - 90621931-04 - 08/2022 - DOM MIGUEL DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA - 90877621-62 - 08/2022 - DOM SMITH BARBER STILYST LTDA - 90922635-06 - 08/2022 - DONI CONSTRUCAO CIVIL LTDA - 90677714-24 - 07/2022 - DUBOSK CONFECÇÕES LTDA - 90410795-65 - 06/2022 - DUO TECH BRASIL EIRELI - 09909609-84 - 06/2022 - DUTY DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTD - 90618926-70 - 07/2022 - E EXPERT DISTRIBUIDORA E NEGOCIOS LTDA - 90379031-80 - 08/2022 - E K SAKIYAMA TRANSPORTES RODOVIARIOS - 90856932-60 - 08/2022 - E MACHADO FERREIRA CONSTRUCOES E INCORPORACOES SPE LTDA - 90894778-99 - 07/2022 - E P WOYCIECHOWSKI AUTO CENTER - 90929036-88 - 07/2022 - E S COMERCIO E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA - 90888031-56 - 08/2022 - EAGRO PECAS LTDA - 90774589-96 - 07/2022 - EBS X LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - 90896113-74 -

08/2022 - ECJ AGROPECUARIA LTDA - 90775989-09 - 08/2022 - EDICLEIA RODRIGUES DO NASCIMENTO - ME - 90755163-60 - 07/2022 - EDMILSON G DOS ANJOS ME - 90227020-57 - 08/2022 - EDTO ENNERGY PROJECT LTDA - 90902236-39 - 08/2022 - EGS CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - 90927014-65 - 08/2022 - ELTON JULIANO REPARACAO AUTOMOTIVA EIRELI - 90455262-30 - 07/2022 - ELTON ROGERIO OGG BRAZIL MANIAC GARAGE - 90901371-20 - 07/2022 - EMERSON ALVINO FONTANA REPRESENTACAO - 90873273-18 - 07/2022 - ENERCO ENERGIA E COOPERACAO LTDA - 90934446-87 - 02/2022 - EPC MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - EPP - 90718429-30 - 08/2022 - EPP EMPRESA PARANAENSE DE PARTICIPACOES SA - 90439537-42 - 08/2022 - ERLON FERREIRA - ME - 90690335-01 - 08/2022 - ERONDINA RODRIGUES ALVES - MERCARIA - 20901055-00 - 08/2022 - ESSENCIAL PARANA PRODUTOS DE CONCRETO E MADEIRA LTDA - 90954720-25 - 07/2022 - ESTEVAM E PELANDA LTDA - 90793125-06 - 08/2022 - ESTOFADOS ANDRADE EIRELI - 90928342-60 - 08/2022 - EURO IMPORT COM E SERVICOS LTDA - 90692002-62 - 08/2022 - EVANIZE APARECIDA LIPSKI MORO - 90817456-90 - 08/2022 - EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A - 90939713-85 - 08/2022 - F. VAZ - INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI - 90666164-09 - 06/2022 - F.A.SPORTS LTDA - 90648652-07 - 08/2022 - FABIO LUIZ MORI - 90369818-70 - 06/2022 - FABRICIO FRANCO PICCININI - 90942648-01 - 07/2022 - FARID - CONVENIENCIA EIRELI - 90926957-16 - 07/2022 - FASHION PARTY INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - 90780068-78 - 08/2022 - FATIMA ABOLADDARA DABAJE - 90955413-61 - 07/2022 - FAZENDA DO SOL IMOVEIS LTDA - ME - 90717781-58 - 08/2022 - FER SANCHEZ COMERCIO DE PRODUTOS FOTOGRAFICOS LTDA - 90833957-69 - 08/2022 - FERNANDA BRAGA BARBOSA EIRELI - 90902518-45 - 07/2022 - FERNANDA SHOPP COMERCIAL LTDA - 90955357-10 - 08/2022 - FERTISOLOAGRO INSUMOS AGRICOLAS E REPRESENTACOES COMERC - 90789300-60 - 07/2022 - FHARMADENT COMERCIO E SERVICOS LTDA - 90759003-81 - 08/2022 - FIG LANCHES LTDA - 90868482-68 - 08/2022 - FISICA COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA - 90934981-83 - 08/2022 - FK SOLUCAO EM LOGISTICA LTDA - 90955939-14 - 07/2022 - FL COMERCIO EQUIPAMENTOS E MANUTENCAO DE PISCINAS LTDA - 90666610-30 - 08/2022 - FONDUE IN BOX ALIMENTOS LTDA - 90905718-31 - 08/2022 - FORT ACO METALURGICA E MANUTENCAO INDUSTRIAL EIRELI - M - 90680139-65 - 08/2022 - FOX TREILERS DO BRASIL EIRELI - ME - 90731096-52 - 08/2022 - FRANCISCA FERNANDES DA SILVA - 90658307-09 - 08/2022 - FRANCISCO V.S. MONTEIRO - ME - 90715481-52 - 08/2022 - G.AASTRISSI MANUTENCOES E INSTALACOES - 90951623-44 - 08/2022 - G.W. VANZETTO COMERCIO DE LIVROS LTDA - 90951811-36 - 08/2022 - G2 MADEIREIRA EIRELI - 90702430-05 - 08/2022 - G9 SOLUCOES LTDA - 90927207-61 - 07/2022 - GALDINO LIMA MOIZES INSTALACOES FOTOVOLTAICAS E PROJETO - 90846655-14 - 08/2022 - GALI E ROSAR PINTURAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME - 90706770-05 - 06/2022 - GARDEN FLOW PEST CONTROL SANITIZATION LTDA - 90897495-62 - 08/2022 - GBL COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - 90812829-08 - 08/2022 - GEOVANE KULPE ME - 90870054-69 - 07/2022 - GERAL LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - 90683857-57 - 08/2022 - GERALDO GERONIMO - VEICULOS - 90919219-68 - 08/2022 - GERMANO PEREIRA DE MORAIS - ME - 90711416-30 - 08/2022 - GILBERTO NUNES - 90938708-64 - 08/2022 - GLOBAL CONSULTORIA, CURSOS E TREINAMENTOS LTDA - 90421494-94 - 08/2022 - GOLD & SILVER SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA - 90417118-22 - 08/2022 - GOMES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - 90937062-07 - 08/2022 - GOURMETT ALLEGRO COMERCIO DE REFEICOES LTDA - 90342365-07 - 08/2022 - GRANDE VALLE S/A - 09909932-11 - 08/2022 - GRANFINALE - 90805944-18 - 08/2022 - GRB & RCS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90902746-24 - 08/2022 - GROW UP SOLUCOES ENERGETICAS LTDA - 90933614-71 - 08/2022 - GSP PARTICIPACOES S/A - 90920899-80 - 08/2022 - GT BRASIL COMERCIO DE SEMI NOVOS LTDA ME - 90644003-28 - 08/2022 - GURGEL MOTORES LTDA - 90933725-97 - 08/2022 - GUSTAVO DOS SANTOS GOMES DE OLIVEIRA OFICINA ME - 90636141-89 - 07/2022 - GUZZO AGRONEGOCIOS LTDA - 90923620-75 - 08/2022 - H.ACE- IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90893959-06 - 07/2022 - H7 VEICULOS LTDA - 90842965-60 - 08/2022 - HARRIS COMUNICACOES E PARTICIPACOES DO BRASIL LTDA - 90672229-19 - 08/2022 - HBE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90831886-23 - 08/2022 - HEAVEN FOODS BRAZIL SA - 90684823-61 - 07/2022 - HEAVEN FOODS BRAZIL SA - 90791973-08 - 08/2022 - HOLIDAY FOOD AND BEER LTDA - 90931265-53 - 08/2022 - IGUACU OUTLET COMERCIO DO VESTUARIO E CALCADOS LTDA - 90930651-55 - 07/2022 - ILHA GRANDE ASSOCIACAO ALTONIENSE DE CATADORES - 90933951-04 - 07/2022 - IMOVELAR INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA - EPP - 90733601-85 - 07/2022 - IMPACTNET INSTALADORA DE EQUIPAMENTOS COMERCIAO LTDA - 90818647-88 - 08/2022 - IMPACTNET INSTALADORA DE EQUIPAMENTOS COMUNICACAO LTDA - 90816586-14 - 08/2022 - IND. COM. DE SORVETES DANICE LTDA - 90468434-17 - 06/2022 - INDUSBACK COMERCIO, LOGISTICA E SERVICOS LTDA - 90932523-46 - 08/2022 - INDUSTRIA DE MOVEIS NS DO CARMO LTDA - 10801073-89 - 08/2022 - INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES RADOM LTDA - 90797866-48 - 08/2022 - INDUSTRIAL PAULIN LTDA - 90640497-44 - 07/2022 - INFINITY RACING LTDA - 90894522-09 - 07/2022 - INFOLID COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI - 90933142-01 - 08/2022 - INFRA-LOG TRANSPORTES LTDA - 90933505-18 - 08/2022 - INGA TRACTOR COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA - 90771908-10 - 08/2022 - INOVA PELE ESTETICA LTDA - 90914040-41 - 08/2022 - INSTITUTO DA PALAVRA - 90911028-94 - 06/2022 - INSTITUTO DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA - 90860781-36 - 07/2022 - INTERCARGAS EXPORTACAO LTDA - 90921628-15 - 08/2022 - IRENE CIUS - TRANSPORTES - ME - 90758217-59 - 08/2022 - IRMAOS FERREIRA ACABAMENTOS LTDA - 90823233-06 - 07/2022 - ITAIPU TRAVEL LTDA - 90799655-77 - 07/2022 - ITALFOOD COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 90786419-72 - 08/2022 - ITAPEMA COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICOS LTDA - 90271164-31 - 07/2022 - IVONETE DA SILVA - FARMACIA - ME - 90731601-78 - 08/2022 - IZETE DO ROCIO SINGER BARBOSA UNIFORMES PROFISSIONAIS - 90503501-07 - 07/2022 - J A GARCEZ MONTAGEM E CONSTRUCAO - 90903892-86 - 07/2022 - J A QUEVEDO E-COMMERCE LTDA - 90913240-13 - 08/2022 - J C GOMES DOS SANTOS - GAS - 90486398-09 - 08/2022 - J C PRESOTTO LTDA - 90929026-06 - 08/2022 - J DE SOUZA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90935260-63 - 08/2022 - J DELEFRATI TRANSPORTES LTDA - 90328448-01 - 08/2022 - J. ELIBERTO AMARANTE - COMERCIO DE CARRETAS E REBOQUES - 90737224-35 - 08/2022 - J. P. SOFIENTINI GANDRA - HOTEL - 90841228-12 - 08/2022 - J. V. REFRIGERACAO LTDA - 90934995-89 - 08/2022 - J.C. ROMERO & BARBO LTDA - 90790640-06 - 06/2022 - JA TEM ATACADISTA LTDA - 90958157-55 - 08/2022 - JACKSON FRANCISCO TOTI ME - 90546710-72 - 08/2022 - JAINE KIARA BUENO - 90955284-20 - 08/2022 - JANDREI BARUFFI - 90847529-13 - 05/2022 - JANE SILVANA GREIPEL EIRELI - 90871053-31 - 07/2022 - JAPONES TERRAPLENAGEM - EIRELI - 90829709-13 - 08/2022 - JEAFRAN TRANSPORTES LTDA - 20111917-06 - 08/2022 - JOAO CHIRNEV - ARTES - 90282349-26 - 07/2022 - JOAO ILDAIR BASTOS - 90878666-18 - 08/2022 - JOAO PAULO BERBERT - 90639729-30 - 09/2021 - JOMIN RABELLO EIRELI - 90904185-61 - 08/2022 - JONATHAS DE AZEVEDO LIMA - 90515190-83 - 08/2022 - JOOS MOLAS TECNICAS DO BRASIL LTDA - 90180664-05 - 08/2022 - JOSE FABIANO DA ROCHA - 90892004-04 - 08/2022 - JOSE MARTINS SAPIO - 90933028-90 - 08/2022 - JR FUNILARIA LTDA - 90842872-26 - 08/2022 - JRN SOLUCOES FINANCEIRAS LTDA - 90925352-71 - 08/2022 - JUCILAINE FUMANERI PINHEIRO - ME - 90670069-73 - 08/2022 - JULIANA ALVES & CIA LTDA - 90852308-30 - 08/2022 - JURANDIR CARLOS DE GOUVEIA JUNIOR - 90737047-04 - 08/2022 - K. PORCIONATO AQUECEDORES ME - 90655692-88 - 08/2022 - KASAI ADMINISTRACAO E SERVICOS AGRICOLAS LTDA - 90827629-97 - 08/2022 - KAROLI ALIMENTOS LTDA - 90692023-97 - 06/2022 - KAROLINY VICTORIA DE ANDRADE BONFIM COMERCIO DE GAS E - 90919411-36 - 08/2022 - KIOSHI EMPREENDIMENTOS LTDA - 90920518-27 - 07/2022 - KIRSTEN REFRIGERACAO EIRELI - 90657147-17 - 08/2022 - KOUBE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIRELI - 90870565-35 - 08/2022 - KOZAK VEICULOS LTDA - 90713932-80 - 08/2022 - L R MIRANDA PRE MOLDADOS - ME - 90632668-06 - 08/2022 - L H C - BIJUTERIAS - 90744987-41 - 06/2022 - L. M. GONCALVES - ME - 90747270-15 - 07/2022 - L. Z. NUZDA - MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EPP - 90706188-40 - 08/2022 - L.ROCIO DA CRUZ DE PAIVA & CIA LTDA - 90652252-79 - 07/2022 - LA BELLE CENTRE COSMETIQUES LTDA - 90464186-35 - 08/2022 - LANCHONETE E RESTAURANTE TOA TOA LTDA ME - 90652101-66 - 08/2022 - LANCHONETE KL E GJ LTDA - 90802760-41 - 08/2022 - LANDELAINE COMERCIO DE ARMACAO OTICO LTDA - 90825881-99 - 08/2022 - LAPIS-LAZULI CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA - 90805387-71 - 08/2022 - LC ESCRITORIO DE ARTES LTDA - 90865993-73 - 08/2022 - LEAL SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - 90932518-89 - 08/2022 - LEANDRA MARA CAMARGO - ME - 90763955-08 - 08/2022 - LEONELO E GONCALVES SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - 90811025-00 - 08/2022 - LEPREVOST ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - 90895262-61 - 08/2022 - LIKA INDUSTRIA E COMERCIO DE RACAO ANIMAL LTDA - 90848478-92 - 08/2022 - LIKE ENTRETENIMENTO EIRELI - ME - 90701121-64 - 08/2022 - LIMPE BEM COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTD - 90679041-65 - 07/2022 - LIRIO DO VALE INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA - 90689646-09 - 08/2022 - LMIOTO MONTAGENS INDUSTRIAIS EIRELI - 90834960-18 - 08/2022 - LOCACAO IRMAOS ANDRADE LTDA - 90618356-09 - 08/2022 - LOCEPER TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - 10303247-45 - 08/2022 - LOG FUEL TRANSPORTES LTDA - 90893841-06 - 08/2022 - LOGBR MAIS LOGISTICA EM TRANSPORTE LTDA - 90911513-21 - 08/2022 - LOJA BAHIA LTDA - 90781770-95 - 08/2022 - LOPES COMERCIO E INDUSTRIA DE EPS LTDA - ME - 90727107-27 - 08/2022 - LOURES, PIEKARZEWICZ, RIBEIRO LTDA - 90934023-30 - 07/2022 - LTR TRANSPORTES EIRELI - 90893688-44 - 05/2022 - LUCINEIA BARBOSA SIQUEIRA ZAMBONIN - 90509833-04 - 08/2022 - LUHE PELLANDA DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA - 90866554-60 - 08/2022 - LUIZ FERNANDO DE LIMA LANCHONETE-ME - 90579916-98 - 08/2022 - LUPPI AGROPECUARIA LTDA - 90714852-15 - 08/2022 - LUZI COMERCIO DE BEBIDAS EIRELI - 90667071-29 - 08/2022 - LYRYUS COMERCIAL LTDA - 90450191-33 - 08/2022 - M B DISTRIBUIDORA GRAFICA LTDA - 10161550-27 - 08/2022 - M M FURTADO - VESTUARIO - ME - 90705353-91 - 06/2022 - M S ALCARRIA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - 90908934-48 - 08/2022 - M&G COMERCIO DE ACESSORIOS EIRELI - 90839359-76 - 08/2022 - M. C. BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA - 90793627-91 - 08/2022 - M.B. COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90718798-50 - 08/2022 - MACIEL & FRAGOSO LTDA - ME - 90178223-70 - 08/2022 - MADEIRA & ARTE - MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - 90786718-80 - 07/2022 - MADEPRO GESTAO IMOBILIARIA LTDA - 90842173-68 - 08/2022 - MAGAZINE LUIZA S/A - 90787713-29 - 08/2022 - MAGNA BANHEIRAS LTDA - 90933361-08 - 08/2022 - MAISLOG - AGENCIA DE CARGAS LTDA - ME - 90754335-89 - 08/2022 - MARCENARIA ART MOVEIS LTDA - 90785445-00 - 08/2022 - MARCIO MARIA BATISTA SOARES - 90818509-90 - 08/2022 - MARCIO N. HAMADA COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS - EIRE - 90811794-81 - 06/2022 - MARCIO NISHIYAMA - LANCHONETE - ME - 90622387-28 - 07/2022 - MARCIO ROBERTO CAMARGO - 90954753-93 - 07/2022 - MARCOS ANTONIO DA SILVA - HIDRAULICOS-ME - 90931876-92 - 08/2022 - MARCOS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI - 90868314-54 - 08/2022 - MARIA BENEDITA DA SILVA BAMVAKIADIS - 90514329-80 - 08/2022 - MARIA DE FATIMA VEIGA - TRANSPORTE DE CARGAS - EIRELI - 90792897-76 - 08/2022 - MARIA EDUARDA ROSSETTO GONCALVES - LATICINIOS - 90933764-01 - 08/2022 - MARIANO ANGEL MANZONI - 90377211-55 - 07/2022 - MARILEIA MADALENA PRESTES & CIA LTDA - 90473342-30 - 08/2022 - MARILTO MARCO BRANTES MATERIAIS PARA CONSTRUCOES EM GER - 90585158-65 - 08/2022 - MARINGA RACING COMPETICOES E EVENTOS LTDA - 90840027-52 - 08/2022 - MARISA LOJAS S.A. - 09909071-53 - 08/2022 - MARLON VINICIUS TRANSPORTES LTDA - 90894188-84 - 08/2022 - MARMOVEL MARMORES LTDA - 90857749-37 - 08/2022 - MAROTTA TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI - 90703651-00 - 08/2022 - MARP INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90604034-46 - 08/2022 - MARTINS & NEGRAO LTDA - 90804597-15 - 06/2022 - MASTER CARRETAS E REBOQUES LTDA - 90934492-12 - 08/2022 - MASTERPIECE COMERCIO DE DECORACOES LTDA - 90874033-59 - 07/2022 - MATERIAIS DE CONSTRUCAO CAMPO DO TENENTE LTDA



- 90907533-52 - 08/2022 - MAYARA GONCALVES NOVACOSKI - 90684794-92 - 07/2022 - MC MONTREAL MOTORES LTDA ME - 90414373-13 - 08/2022 - MC3 MANDATO TRANSPORTES LTDA - 90879826-00 - 08/2022 - MD BELLAL HOSSAIN - 90927382-02 - 06/2022 - MDC BIKE SHOP LTDA - 90927620-90 - 08/2022 - MEDME LABORATORIO LTDA - 90906792-84 - 08/2022 - MELLO & CUSTODIO CENTRO DE REPARACAO AUTOMOTIVA LTDA - 90703366-07 - 07/2022 - MELVILLE AUTOMOVEIS LIMITADA - 90859251-45 - 07/2022 - MENDES & VIEIRA LTDA - 90800942-88 - 07/2022 - MERCADO E PANIFICADORA C.G.E. EIRELI - 90872492-52 - 07/2022 - MERCADO E PANIFICADORA OLIVEIRA LTDA - 90934114-01 - 08/2022 - METAL MIX COMERCIO DE FERRO E ACO EIRELI - ME - 90759685-04 - 08/2022 - METALURGICA SANTOS CORNELIO PROCOPIO LTDA - 90904879-62 - 02/2022 - MGPARTS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PECAS E COMPONENTES - 90930141-60 - 08/2022 - MICHEL FACAS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME - 90758643-00 - 08/2022 - MILCHESKY E MILCHESKY LTDA - 90916278-57 - 08/2022 - MJL DINIZ COMERCIO DE PNEUS LTDA - 90546862-66 - 07/2022 - MK - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - 90634927-25 - 06/2022 - MMC AUTO POSTO LTDA - 90953323-63 - 06/2022 - MONTEIRO & PALU COMERCIAL LTDA - ME - 90772094-22 - 06/2022 - MOVIO & MOVIO LTDA - 90227012-47 - 07/2022 - MR SANTOS PRESENTES LTDA - 90568730-12 - 08/2022 - MRI INCORPORADORA LTDA - 90928552-68 - 08/2022 - MTB - INCORPORADORA COMERCIO E SERVICOS LTDA - 90881714-19 - 08/2022 - MUGELLO MOTOS MULTIMARCAS LTDA - 90732741-81 - 08/2022 - MUNDO DESIGN COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - 90427520-42 - 07/2022 - MUNHOZ CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - 90914926-68 - 08/2022 - MURREN SCHILTHORN PARTICIPACOES LTDA - 90879609-83 - 08/2022 - MUSH FOODS ALIMENTOS LTDA - 90916024-39 - 08/2022 - N L PEREIRA LTDA - 90931467-40 - 07/2022 - NARDELLI E CIA LTDA - ME - 90733646-87 - 08/2022 - NELBE CANECA JORGE ALIMENTOS - 90801782-01 - 08/2022 - NEO PARK HOTEL LTDA - 90882631-00 - 08/2022 - NESTLE STORES LTDA - 09909772-83 - 02/2022 - NEW CORRETORA DE SEGUROS LTDA - 90927927-54 - 08/2022 - NILSON IRINEU NOVAK - 32700213-94 - 08/2022 - NOTRIA INDUSTRIA E COMERCIO DE FILTROS LTDA - 09905666-58 - 08/2022 - NOVA PET COMERCIAL LTDA - 90370822-09 - 06/2022 - O POJADOURO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90772517-50 - 08/2022 - OBS SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - 90921393-25 - 08/2022 - ODILON BECK CARPES - 90470392-39 - 07/2022 - OLIVEIRA E ROSSETTI SUPERMERCADO LTDA - 90786721-85 - 08/2022 - ONLY SPIRIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - 90935258-49 - 08/2022 - ORTRANS TRANSPORTE RODOVIARIOS - EIRELI - 90755900-99 - 03/2022 - OSMAR FILBIDO DE ANDRADE EIRELI - 90753915-68 - 07/2022 - OTICA MARIN COMERCIO DE PRODUTOS OPTICO LTDA - 90808973-13 - 08/2022 - OXITEC S AMBIENTAL LTDA - 90905637-31 - 08/2022 - PAIOL DA LUZ ILUMINACAO TECNICA PARA EVENTOS LTDA - 90384282-22 - 08/2022 - PAIVA & BEDIN LTDA - 90851326-68 - 08/2022 - PALACIO PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA - 90231493-86 - 08/2022 - PAMELA PRADO SILVA-ME - 90669281-33 - 07/2022 - PANIFICADORA SABOR MAIS LTDA - 90934553-79 - 07/2022 - PARCEL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PORTUARIOS LTDA - 90904221-60 - 07/2022 - PASTELARIA CERESA LTDA - 90931003-25 - 08/2022 - PATRICIA DEMARCHE - ME - 90706832-34 - 06/2022 - PAULO AMILCAR JAKUBIU - 90894535-23 - 07/2022 - PAULO ROBERTO RUAS - IMPERMEABILIZACOES ME - 90581974-72 - 07/2022 - PAULO ROGERIO DE CAMARGO CONSTRUCOES - EIRELI - 90687029-06 - 07/2022 - PENACHIOLI & SANTOS LTDA ME - 90679219-22 - 08/2022 - PEQUENA CENTRAL HIDRELETRICA BOA VISTA ENERGETICA SPE L - 90924152-92 - 05/2022 - PEREIRA E OLIVEIRA FARMACIA LTDA - ME - 90615832-94 - 08/2022 - PESCADOS VITORIA LTDA - 90861071-79 - 08/2022 - PHARMA BESS COMERCIO LTDA - 90933582-50 - 08/2022 - PICCELL ACESSORIOS E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI - 90775729-34 - 07/2022 - PITLAK & CIA. LTDA - 90817760-64 - 08/2022 - PIZZA DELIVERY MONKEY LTDA - 90924770-50 - 08/2022 - PLASTPINE INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA PLASTICA LTDA - 90923380-18 - 08/2022 - PONTO NAUTICO MOTORES DE POPA LTDA - 90789602-10 - 06/2022 - PORTELLA COMERCIO DE ACO LTDA - 90887105-73 - 08/2022 - POSTER COMERCIO LTDA - 90961292-60 - 08/2022 - POSTO CEL DOMINGOS SOARES LTDA - ME - 90907098-84 - 07/2022 - PR IND. COM. MARMORES E GRANITOS LTDA - 90804631-51 - 08/2022 - PRATICA ATACADISTA LTDA - 90958233-40 - 08/2022 - PRECISA HOLDING LTDA - 90957414-50 - 07/2022 - PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 90662235-12 - 07/2022 - PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 90771195-12 - 08/2022 - PRISMA ENGENHARIA ELETRICA LTDA - 11806606-54 - 08/2022 - PRO SOLUS DO BRASIL S/A - 90955199-43 - 08/2022 - PROFILLS BRASIL INDUSTRIA E FABRICACAO LTDA - 90914944-40 - 08/2022 - PROJECT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - 90831160-45 - 07/2022 - PROMIG - MATERIAL PARA SOLDA E CORTE LTDA - 90932906-04 - 07/2022 - PRTS HOLDING S/A - 90921723-73 - 07/2022 - R & A SERRALHERIA EIRELI - 90791162-43 - 08/2022 - R & B IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - 90905189-49 - 03/2022 - R DA SILVA APARELHO MEDICINAL - ME - 90734968-34 - 08/2022 - R L CENTRO DE IDIOMAS LTDA ME - 90604601-64 - 07/2022 - R M V BRANDALIZE COMERCIO - 90930525-09 - 08/2022 - R S DE CASTRO R S DE CASTRO - RAINHA DA MASSA - 90921535-81 - 07/2022 - R V DE OLIVEIRA CONFECCOES ME - 90857015-49 - 08/2022 - R VIARO FILHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90924675-00 - 08/2022 - R. A. GONCALVES FARIA - PRODUTOS AUTOMOTIVOS - 90887711-06 - 08/2022 - R. E. DOS SANTOS - ARMARINHOS LTDA. ME - 90297195-59 - 08/2022 - R. H. BARBOSA - IMPORTADORA LTDA - 90936354-31 - 07/2022 - R. L. RIES DISTRIBUIDORA - 90891907-60 - 08/2022 - RA MAQ - COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA - 90810312-20 - 08/2022 - RAFAEL ROBERTO BERGER DE OLIVEIRA - 90852150-16 - 08/2022 - RDLK TRANSPORTES MINAS LTDA - 90862037-20 - 08/2022 - REAL BAR LTDA - 90932158-15 - 08/2022 - REGINALDO ADRIANO CONSTANTINO DE OLIVEIRA - 90629205-02 - 08/2022 - RENATO NUNES TRANSVOLUME - 90874482-98 - 08/2022 - RENATO SIQUEIRA MAZURA EIRELI - ME - 90745115-19 - 08/2022 - RES GREEN INNOVATION INOVA SIMPLES - 90954871-38 - 08/2022 - REVITTA INDUSTRIA E METALURGICA LTDA - 90923954-02 - 08/2022 - RIAMI BISTRO EIRELI - 90816622-12 - 08/2022 - RIO VERDE AGRO PASTORIL S.A - 90956736-08 - 07/2022 - RM PAINES VISUAIS LTDA - 90580394-86 - 07/2022 - ROBERTO CARLOS LIMA LTDA - 90933040-87 - 08/2022 - RODOSOUZA TRANSPORTES LTDA - 90622620-09 - 08/2022 - RODOVIARIO HIDROMIX TRANSPORTES - EIRELI - 90609756-79 - 08/2022 - RODRIGO NEUMANN - ME - 90930451-20 - 08/2022 - RODRIGUES INTERMEDIACAO LTDA ME - 90672597-58 - 08/2022 - ROGERIO TRATORES LTDA - 90827164-56 - 07/2022 - ROMA PAPEIS E DESCARTAVEIS LTDA - 90955503-52 - 07/2022 - ROSANE LARA DOS SANTOS FRANCA COMERCIO DE ALIMENTOS - M - 90738167-66 - 08/2022 - ROSANGELA FERREIRA DE ALMEIDA - ME - 90861911-02 - 08/2022 - ROSELI PEREIRA E SILVA - 90234272-97 - 08/2022 - RTA ROTA SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANCA LTDA - 90867462-60 - 08/2022 - S S A MARANGONI & CIA LTDA - 90683459-68 - 08/2022 - S.A. CASA DO SUSHI LONDRINA LTDA - 90885179-00 - 07/2022 - S.S. DE BARROS ESPORTES - 90901861-72 - 07/2022 - SACOLAO E ACOUGUE BARBOSA LTDA - 90909692-82 - 08/2022 - SALLA MIDIA VISUAL LTDA - 90947045-50 - 07/2022 - SALVADOR CALHAS LTDA - 90486945-75 - 08/2022 - SANDRA MARIA DE SA LIMA - ME - 90387807-08 - 08/2022 - SANDRO DELGOBO CONSTRUCAO CIVIL EIRELI - 90902929-59 - 07/2022 - SANEFLEX COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - 90925196-67 - 07/2022 - SARTORI - INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90749822-01 - 08/2022 - SCROCK PISOS DE MADEIRA LTDA - 90565722-41 - 08/2022 - SEMENTES TERRA RICA LTDA - 90494511-02 - 08/2022 - SERAFIM INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA - 90935185-59 - 08/2022 - SERBAI TURISMO LTDA - 90926216-07 - 08/2022 - SERRA VERDE VIII ENERGETICA S/A - 90862826-80 - 08/2022 - SERVAM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90123542-20 - 07/2022 - SETE COPAS COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90956550-22 - 07/2022 - SEVEN COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 90934449-20 - 08/2022 - SIBELIUS RAMOS DIAMANTINO LTDA - 90933529-95 - 07/2022 - SIDNEI ALESSI - 90711136-95 - 08/2022 - SIDNEI DE OLIVEIRA LOURO - ME - 90905621-74 - 08/2022 - SILVANIR APARECIDO NETO - 90921835-70 - 07/2022 - SILVIA DORING ACESSORIOS DE MODA LTDA - 90858847-91 - 06/2022 - SILVIA DORING ACESSORIOS DE MODA LTDA - 90850520-44 - 06/2022 - SILVIA DORING ACESSORIOS DE MODA LTDA - 90738698-86 - 06/2022 - SILVIO LUIZ CASSIANO - 90932359-21 - 08/2022 - SINALSUL EQUIPAMENTOS E SINALIZACAO LTDA - 90748996-57 - 07/2022 - SKROCH & REIS LTDA - 90274754-07 - 06/2022 - SO INOX COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E APARELHOS D - 90839201-97 - 08/2022 - SOCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - 90884688-53 - 08/2022 - SOL VEICULOS LTDA - 90234897-18 - 08/2022 - SOLAR VWE COMERCIAL LTDA ME - 90748403-34 - 08/2022 - SOLAR VWE COMERCIAL LTDA ME - 90680471-93 - 06/2022 - SOLIDEZ ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA - 90921454-81 - 08/2022 - SOLUCAO NETWORK PROVEDOR EIRELI - 90775429-46 - 08/2022 - SOMBRA METAIS USINAGEM E ESTAMPARIA LTDA - 90528826-10 - 07/2022 - SONIA GAS LTDA - 90903218-00 - 07/2022 - SONIA REGINA MOREIRA - ME - 90451829-80 - 08/2022 - SONORA FEIRA E EVENTOS LTDA - 90849446-69 - 07/2022 - SOUTH WIND INDUSTRIA METALURGICA LTDA - ME - 90394730-60 - 08/2022 - SPECIALIZED BRASIL COMERCIO DE BICICLETAS LTDA - 09910155-58 - 07/2022 - SPINE CARE PRODUTOS MEDICOS LTDA - 90920731-20 - 08/2022 - SPI MOVEIS LTDA - 90909925-00 - 08/2022 - SQUADRIAR SOLUCOES EM VIDRO E ALUMINIO LTDA - 90834402-25 - 07/2022 - STERICARE ESTERILIZACAO INDUSTRIAL E SERVICOS TECNICOS - 90924935-01 - 08/2022 - STM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - 90865977-53 - 07/2022 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 90506795-83 - 08/2022 - STUDIO DE BELEZA SOUZA DIAS LTDA - 90927150-91 - 06/2022 - SULFER COMERCIO DE COMPONENTES PARA MOVEIS LTDA - 90933450-00 - 08/2022 - SUPER SAFETY INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 90911624-47 - 08/2022 - SUPERMERCADO DA PRACA DE COLOMBO LTDA - 90919537-38 - 08/2022 - SUPERMERCADOS IRANI LTDA - 90939182-20 - 08/2022 - T.C. ABDALLAH TERRAPLENAGEM LTDA - 90923648-76 - 08/2022 - T.R. ALMEIDA COMERCIO DO VESTUARIO EIRELI - 90628514-20 - 08/2022 - TAFTE - ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES SOCIETARI - 90656514-56 - 07/2022 - TAHIS REGIANE BARROS DECORACOES - 90806908-08 - 08/2022 - TATIANE NEUMANN - 90928740-50 - 08/2022 - TAXON MOVEIS EIRELI - 90792746-63 - 07/2022 - TECNOLOGISTICA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE CALCADOS E B - 09908892-36 - 06/2022 - TECWELT - PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA - 90858266-78 - 08/2022 - TEIXEIRA SORVETES LTDA - 90926231-38 - 06/2022 - THEVALEN FOREST LTDA - 90893435-07 - 08/2022 - THIAGO DE S. DOS S. CASTRO LTDA - 90933911-17 - 08/2022 - THIAGO LUIZ XAVIER GLASER - 90795205-32 - 06/2022 - TITANIUM MULTIMARCAS COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - 90896236-23 - 07/2022 - TO GO MARIALVA COMERCIO DE ALIMENTOS CONGELADOS LTDA - 90951965-91 - 08/2022 - TOP FLEX COLCHOES LTDA - 90929042-26 - 07/2022 - TOTAL E-COMMERCE INFORMATICA LTDA - 90633181-05 - 06/2022 - TRANSPORTADORA EDUARDO SIMAO EIRELI - 90801348-40 - 08/2022 - TRANSPORTADORA NOVAK RUCHINSKI LTDA - 90933953-76 - 02/2022 - TRANSPORTADORA TLX LTDA - 90619324-85 - 08/2022 - TRANSPORTES CASSARO LTDA ME - 90553285-50 - 06/2022 - TRANSPORTES FERNANDES RIBAS LTDA - 90444669-69 - 07/2022 - TRENTIN CONSTRUTORA & INCORPORADORA EIRELI - 90930963-87 - 07/2022 - TREVISAN PROJETOS E OBRAS LTDA - 90921008-95 - 05/2022 - TRIPlice TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90854022-07 - 08/2022 - TRUCK TOUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - 90927691-83 - 07/2022 - TSA - TRANSPORTADORA SENHORA APARECIDA EIRELI - 90829951-50 - 07/2022 - TUDO MAIS ATACADISTA LTDA - 90958154-02 - 08/2022 - TWO CATZ LTDA - 90929719-26 - 08/2022 - UBERLANDIA ENCOMENDAS CARGAS E TURISMO LTDA - 90930768-66 - 07/2022 - UNIQUE SANDALS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CAL - 90721569-59 - 07/2022 - UP REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - 90875170-10 - 06/2022 - V FLORIANO TRANSPORTES EIRELI - 90920064-49 - 07/2022 - V L DA SILVA - 90911294-07 - 08/2022 - V LOCATELLI MENDES LTDA - 90897048-95 - 07/2022 - VALDAC LTDA - 10182400-48 - 04/2022 - VALLORE COMERCIO AGRICOLA E EXPORTACAO LTDA - 90914746-86 - 08/2022 - VATH CAR - MARTELINHO DE OURO EIRELI - 90788621-20 - 06/2022 - VEG EXPERT SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO LTDA - 90951986-16 - 08/2022 - VEKKA COMERCIO

INTERNACIONAL LTDA - 90881519-06 - 08/2022 - VENDA MAIS VEICULOS LTDA - 90904309-36 - 08/2022 - VERMUDT E VERMUDT LTDA - 90921409-27 - 08/2022 - VIANA EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS LTDA - 90779203-04 - 07/2022 - VIDI & VIDI LTDA - 90239677-20 - 08/2022 - VIENA REFEICOES INDUSTRIAIS E BUFFET LTDA - 60121397-46 - 08/2022 - VIP CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI - 90894905-69 - 08/2022 - VMA COMERCIO EIRELI - 90458054-65 - 07/2022 - VPLAC MOVEIS DE MADEIRA LTDA - 90854212-60 - 08/2022 - W DA SILVA AUTOCENTER LTDA - 90934782-39 - 08/2022 - W J BRUNHEROTTO GAS E DISTRIBUIDORA - 90296408-80 - 08/2022 - W TRADING SOLUTIONS EIRELI - 90775557-62 - 07/2022 - W., G. SOUZA E CIA LTDA - 90834813-39 - 08/2022 - W.P FARMA - EIRELI - ME - 90350510-98 - 08/2022 - WAGNER CASTRO JORDAO - J TRANSPORTES - 90869654-93 - 08/2022 - WAGNER CLAUMANN DA SILVA - 90912195-70 - 08/2022 - WALKER COMERCIO DE VEICULOS NOVOS E USADOS - EIRELI - 90815795-87 - 07/2022 - WALTER POSS PIZZARIA - 90612543-98 - 08/2022 - WERLANG TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90933436-51 - 07/2022 - WILSO ANTONIO DA SILVA - 90344425-81 - 08/2022 - WMM TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELI - 90936449-37 - 08/2022 - X ARMAS - COMERCIO DE ARMAS LTDA - 90936666-63 - 08/2022 - X TREME COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - 90820388-73 - 08/2022 - XIMENA MARIA CECILIA LARENAS LEON - 90855738-77 - 07/2022 - YAH TELECOMUNICACOES LTDA - 90761857-91 - 08/2022 - YAH TELECOMUNICACOES LTDA - 90749592-26 - 08/2022 - ZACA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - 90933528-04 - 08/2022 - ZAHA REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90925730-17 - 08/2022 - ZAHARA COSMETICOS LTDA - 09909792-27 - 07/2022 - ZINCAGEM BANDEIRANTES LTDA - 70114752-93 - 08/2022 - ZK ASSIS CONSTRUCOES LTDA - 90921248-08 - 05/2022 - ZTOMI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90800834-05 - 08/2022.

#### PARALISADOS

TEMPORARIAMENTE NO CADASTRO DO ICMS, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MÊS ESPECIFICADO, E DECLARA, A TERCEIROS, CONSTITUIREM CRÉDITOS FISCAIS INDEVIDOS OS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS DESTES ESTABELECIMENTOS.

#### NOME EMPRESARIAL – CAD/ICMS – MÊS/ANO DA NOVA SITUAÇÃO

CAVERNA DO DRAGAO PIZZARIA LTDA - 90933148-05 - 09/2022 - DB IMPORTACAO & EXPORTACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTD - 90866136-27 - 08/2022 - DIOMACH INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTD - 90914930-44 - 09/2022 - ENERGETICA PATO BRANCO LTDA - 90905570-90 - 09/2022 - FASTPOWER ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA - 90879535-02 - 08/2022 - GRAOS DE MINAS COMERCIO DE GRAOS LTDA - 90925967-34 - 09/2022 - HANOI ASSESSORIA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - 90871788-00 - 08/2022 - ICARAIMA I LTDA - 90937952-00 - 09/2022 - ICARAIMA II LTDA - 90944136-61 - 09/2022 - ICARAIMA III LTDA - 90938076-66 - 09/2022 - K2 COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 90908256-04 - 09/2022 - NACIONAL EXPRESSO LTDA - 60120095-32 - 09/2022 - PARQUE SOLAR ARUNA SA - 90941677-92 - 09/2022 - RUBEL PISOS E AMBIENTES LTDA - 90936981-90 - 09/2022.

#### BAIXADOS

NO CADASTRO DO ICMS, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MÊS ESPECIFICADO, E DECLARA, A TERCEIROS, CONSTITUIREM CRÉDITOS FISCAIS INDEVIDOS OS DESTACADOS EM DOCUMENTOS FISCAIS DESTES ESTABELECIMENTOS.

#### NOME EMPRESARIAL – CAD/ICMS – MÊS/ANO DA NOVA SITUAÇÃO

A A MALACHIAS & CIA LTDA ME - 90347184-04 - 09/2022 - A CARVALHO LIMA ME - 90734432-00 - 08/2022 - A G O EMPREENDIMENTOS LTDA - 90315570-19 - 09/2022 - A LIGA MULTIMARCAS LTDA - 90869914-94 - 09/2022 - A M CABRAL LTDA - 90904614-91 - 09/2022 - A M FERREIRA - 90462130-73 - 08/2022 - A O BORDIGNON - ME - 90383647-47 - 09/2022 - A R DA COSTA JUNIOR - 90939615-84 - 09/2022 - ABRANTES SOUZA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90893051-76 - 09/2022 - ABRANTES SOUZA COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - 90827531-49 - 09/2022 - ACADEMIA DE TENIS VIRMOND LTDA - ME - 90663558-50 - 09/2022 - ADAO JESUEL DA SILVA ME - 90772847-18 - 09/2022 - ADEGA CARDOSO PASA COMERCIO DE VINHOS LTDA - 90854203-70 - 09/2022 - ADILSON FULANETTO CAR - 90871183-10 - 09/2022 - ADRIANA SILVERO SEGOVIA ROCKEMBACH - 90143915-06 - 09/2022 - AGILE DISTRIBUIDORA LTDA - 09906151-01 - 09/2022 - AGILECARE SERVICOS ONLINE E SOFTWARE LTDA - 90923172-82 - 09/2022 - AGP CONSTRUTORA LTDA - 90923866-83 - 09/2022 - AGRICOLA ANDREIS ASSIS LTDA - 90778305-77 - 09/2022 - AGROMISA AGRICOLA SANTA MIRNA LTDA - 90927455-94 - 09/2022 - AGROPECUARIA CURITIBANOS LTDA - 90961840-15 - 09/2022 - AGROPECUARIA LONDRINA LTDA - 90924823-05 - 08/2022 - AGROPECUARIA SAMAMBAIA LTDA - 90457076-17 - 09/2022 - AJCR COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI - ME - 90725958-71 - 09/2022 - AKANNI INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO INFANTIL LTDA - 90762167-78 - 09/2022 - AL MUCCHA - INSTITUTO DE BELEZA EIRELI - 90857091-08 - 09/2022 - ALARMES LONDRINA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA - 90843728-43 - 09/2022 - ALCIONE BARBOSA LEVANDOSKI & CIA LTDA ME - 90599027-65 - 09/2022 - ALESSANDRO PEREIRA - ENVASAMENTO - 90865905-89 - 08/2022 - ALEXSANDRO HENRIQUE ALVES - INFORMATICA - 90382886-25 - 09/2022 - ALL IN SHOP ELETROELETRONICOS LTDA - 09909236-04 - 09/2022 - ALMIR R DA SILVA COMERCIO DE ACESSORIOS PAR CELULARES - 90642376-64 - 09/2022 - ALTAIR L ZATERA ME - 90603094-23 - 09/2022 - ALTAIR L ZATERA ME - 90660584-81 - 09/2022 - ALTO DA GLORIA CONVENIENCIAS LTDA - 90914915-05 - 09/2022 - ALURIAX TECNOLOGIA LTDA - 90925342-08 - 09/2022 - AMANDA WIESENHUTTER - LOJA AGROPECUARIA - 90747478-06 - 09/2022 - AMAURI DO CARMO FRANCELINO & CIA LTDA ME - 90274235-20 - 09/2022 - ANCELMO LUIZ BERTUZZI - 90129709-67 - 09/2022 - ANDREA DE MENDONCA CICERO AM2 CONFECCOES - 90827108-49 - 09/2022 - ANDREA DE OLIVEIRA LANCHES - 90929267-00 - 09/2022 - ANTONIO CORDEIRO DE LIMA TRANSPORTES - ME - 90698877-13 - 09/2022 - ANTONIO DE PAULA SOUZA FABRICA DE MOVEIS - 90825681-63 - 09/2022 - API ARQUITETURA E PLANEJAMENTO DE INTERIORES LTDA - 10158574-35 - 09/2022 - ARMARINHOS MANIZA LTDA ME - 70113150-91 - 09/2022 - ARRUDA PRODUCOES, EVENTOS E VIAGENS LTDA - 90911193-55 - 09/2022 - AUTO MECANICA MR LTDA - 90959659-94 - 09/2022 - AUTO POSTO LARA LTDA - 90912994-00 - 09/2022 - AUTO POSTO LOMBA LTDA - 90922556-60 - 09/2022 - B L CUCCHI E CIA LTDA - ME - 90459766-00 - 09/2022 - BALSANN PRODUTOS PARA TANATOPRAXIA E ARTIGOS FUNERARIOS - 90778567-03 - 09/2022 - BELLA LUNA - COMERCIO DE LINGERIE EIRELI - 90636995-83 - 09/2022 - BELLY LUSTRES INDUSTRIA LTDA - 90623566-82 - 09/2022 - BEST REPAIR SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - 90832764-09 - 09/2022 - BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA - 90960888-06 - 09/2022 - BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA - 90954287-19 - 09/2022 - BIOPET PRODUTOS PARA ANIMAIS LTDA - 09906733-06 - 09/2022 - BOOMERANG TECNOLOGIA LTDA - 90888199-07 - 09/2022 - BRASCAS INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA - 90925332-28 - 09/2022 - C CAMILO EIRELI - 90519217-52 - 09/2022 - C FERNANDES & G FERNANDES CONFECCOES LTDA - 90531603-68 - 09/2022 - C L MALUCELLI & CIA LTDA - 13400486-08 - 09/2022 - C L MALUCELLI & CIA LTDA - 90862983-30 - 09/2022 - CADIE FOMENTO LTDA - 90953945-55 - 09/2022 - CALLA STORE LTDA - 90890798-18 - 09/2022 - CAMBEJAX COMERCIO DE BATERIAS LTDA - 61103359-10 - 08/2022 - CANINDE COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS EIRELI - 90783992-33 - 09/2022 - CANIZARES TRANSPORTADORA LTDA - 90920159-44 - 09/2022 - CAP DEVILLE ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES LTDA - 90914438-88 - 09/2022 - CAP DEVILLE ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES LTDA - 90914436-16 - 09/2022 - CARDILSON COMBUSTIVEIS LTDA - 90913521-49 - 09/2022 - CARDILSON COMBUSTIVEIS LTDA - 90920159-44 - 09/2022 - CARLOS A DE OLIVEIRA GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 90365155-51 - 09/2022 - CARLOS REINALDO BUSATTO - 90925677-18 - 09/2022 - CASA DE CARNE E MERCEARIA FOGO DE CHAO LTDA ME - 90578910-49 - 09/2022 - CASA KONDER COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA - 90945380-14 - 09/2022 - CASA PERFEITA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS MOBILIARIOS - 90825348-54 - 09/2022 - CDL - ENGENHARIA EIRELI - 90957660-10 - 09/2022 - CELSO GOLTZ DE OLIVEIRA ME - 90582362-06 - 09/2022 - CERVEJARIA WALHALLA EIRELI ME - 90847063-00 - 09/2022 - CGH PIRAI DO SUL ENERGETICA LTDA - 90933885-90 - 09/2022 - CHIMICHURRI - SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL E ALIMENTA - 90952153-08 - 09/2022 - CIA DO CAFE LTDA ME - 90503921-01 - 09/2022 - CICERO BARBOSA DE LIMA - BEBIDAS - 90436382-00 - 09/2022 - CLAIR MANTEUFEL ZACOMELLI - 90370103-05 - 09/2022 - CLAUDIA SOLANGE BERALDI - 90817972-23 - 09/2022 - CLAUDINEI DOS SANTOS PADILHA VENDAS LTDA - 90798621-74 - 09/2022 - CLAUDIO LORENZZATTO - 90188548-61 - 09/2022 - CLEBER G MOREL ELETRONICOS EIRELI - 90897812-96 - 09/2022 - CLEUCI SILVA PRESTES GAYER - 90891827-40 - 09/2022 - CLODOALDO SAGAI DOS SANTOS MONTAGENS E TRANSPORTES - 90895853-57 - 09/2022 - COLLI & BAU ACADEMIA DIGITAL LTDA - 90905369-20 - 09/2022 - COLLI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - 90960752-32 - 09/2022 - COLLINS FACILITIES EVENTOS EIRELI - 90961715-41 - 09/2022 - COMERCIAL RUBE LTDA - 90527113-01 - 09/2022 - COMERCIO DE CONFECCOES E FACCAO LEUGI LTDA - 90864740-82 - 09/2022 - COMERCIO DE MADEIRAS VCB LTDA - 90630345-06 - 09/2022 - CONCEITUAL MARMORES E GRANITOS LTDA - 90715268-50 - 09/2022 - CONECT SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA - 90927431-17 - 09/2022 - CONFECCOES DREIB LTDA - 90264970-08 - 09/2022 - CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL LTDA - 90935268-10 - 09/2022 - CONSORCIO TAMBORIL - 90777112-17 - 09/2022 - CONSTRUTEC CONSTRUTORA ESPECIALIZADA EM CONSTRUCAO CIVI - 90864619-32 - 09/2022 - CONSTRUTORA CENTRO SUL LTDA - 90940981-03 - 09/2022 - COSTA E SILVA INTERMEDIACOES E NEGOCIOS EIRELI - 90901665-70 - 09/2022 - COUTINHO COMERCIO DE GLP LTDA - 90500309-78 - 09/2022 - CPA ARMAZENS GERAIS LTDA - 90954285-57 - 09/2022 - CREDELIM CAFETERIA, RESTAURANTE E Pousada LTDA - 90895705-97 - 09/2022 - CREDELIM CAFETERIA, RESTAURANTE E Pousada LTDA - 90896451-98 - 09/2022 - CUISINE DUE CHEF LTDA - 90602372-52 - 09/2022 - CVSULL TRANSPORTES LTDA - 90611123-30 - 09/2022 - D A M FIORESE PNEUS AGRICOLAS - 90820330-57 - 09/2022 - D C MOCELIN & CIA LTDA - 11400226-71 - 08/2022 - D CAPRI LOOK LTDA - 90942838-65 - 09/2022 - D M MIRANDA & CIA LTDA - 90592238-68 - 09/2022 - D M MIRANDA & CIA LTDA - 90651539-36 - 09/2022 - D V DALZOTO NEIVERTH - 90184844-01 - 08/2022 - D. B. CARDOSO - 90909714-22 - 09/2022 - D. B. CARDOSO - 90911064-58 - 09/2022 - D. C. COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - 90885645-77 - 09/2022 - D. R. DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI - 90782729-18 - 09/2022 - DESTAK DESIGNER CONSTRUTORA LTDA - 90743037-54 - 08/2022 - DETZEL LOCACAO E SERVICOS PARA EMPRESAS LTDA - 90958232-60 - 09/2022 - DHOS ESCOLA DE TECNOLOGIA E CIENCIA LTDA - 90890769-83 - 09/2022 - DIMACHI COMERCIO DE MAQUINAS LIMITADA - 90602802-63 - 09/2022 - DINEI DE ALMEIDA - 90844028-58 - 09/2022 - DIPETRA DISTRIBUIDORA DE PECAS PARA TRATORES LTDA - 10135374-50 - 08/2022 - DISTRIBUIDORA DE SORVETES ZACCHI LTDA - 90268149-33 - 09/2022 - DOUGLAS TOMACHESKI - 90832020-49 - 09/2022 - DROGARIA VERA CRUZ LTDA - 09910125-32 - 09/2022 - E DE L RIBEIRO BUSSOLO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS - 90680353-49 - 09/2022 - E



MEIRA - 90927115-09 - 09/2022 - E. C. DUMPIERRE & CIA. LTDA - ME - 90616369-16 - 09/2022 - EDERSON DA ROSA & CIA LTDA - 90948755-25 - 09/2022 - EDILEUSA DA ROSA FERREIRA - 90560285-33 - 09/2022 - EDIMARA BRANDEIRO - RESTAURANTE - 90724754-69 - 09/2022 - EDITORA LICEU LTDA - 90960877-53 - 09/2022 - EDIVAN HENRIQUE BENELI GAS - 90399317-00 - 09/2022 - EDU ART COLOR LTDA-ME - 90645477-79 - 09/2022 - EFJ MANUTENCOES INDUSTRIAIS EIRELI - 90800390-07 - 09/2022 - ELIAS SABINO & CIA LTDA - 90620277-86 - 09/2022 - ELITE - COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO LTDA - 90834503-79 - 09/2022 - ELYETE DOEHNERT SOUZA - 90409629-61 - 08/2022 - EMPREPAR EMPREENDIMENTOS LTDA - 90635552-39 - 09/2022 - ENCANAVEL INSTALADORA HIDRAULICA LTDA - 90210510-79 - 08/2022 - ENGENHARIA CONSULTIVA ABSAN LTDA - 90957177-45 - 09/2022 - ENGEVIDAL PLANEJAMENTO E EXECUCAO DE OBRAS EIRELI - 90950957-28 - 08/2022 - ESFERA INFORMATICA LTDA - 90931231-04 - 09/2022 - EUROSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - 90688617-02 - 09/2022 - EXPAND COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - 90564779-23 - 09/2022 - EXPRESSO AZUL LTDA - 90961970-01 - 09/2022 - F C GUERRERO COMERCIO DE PNEUMATICOS - 90871154-85 - 09/2022 - F. A. JIANELO - ME - 90659354-89 - 09/2022 - F. BALESTRERI - ME - 90717956-72 - 09/2022 - F. DOS SANTOS PEREIRA - EVENTOS EIRELI - 90769928-59 - 09/2022 - F.NASCIMENTO CARNEIRO MONTAGEM DE MOVEIS - 90776807-45 - 09/2022 - FABIANO PEREIRA - PNEUS - ME - 90772198-19 - 09/2022 - FABIANO PRADO - 90761906-04 - 09/2022 - FAOS COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS LTDA - 90962111-95 - 09/2022 - FASL ESQUADRIAS E ESTRUTURAS METALICAS LTDA - 90857829-56 - 09/2022 - FERINHA FABRICACAO DE FRALDAS DESCARTAVEIS E PRODUTOS H - 09906593-11 - 09/2022 - FIBERCOMPANY TELECOM LTDA - 90902759-49 - 09/2022 - FISCHER COLHEITAS E TRANSPORTES LTDA - ME - 90675524-63 - 09/2022 - FLEURS INTERNATIONAL PARTICIPACOES LTDA - 90959640-84 - 09/2022 - FLORIANO LIVROS EIRELI-ME - 90738957-04 - 09/2022 - FOCO ETK LTDA - 90843544-38 - 09/2022 - FRANCISCO ALDO AMORIM TRANSPORTES ME - 90516694-84 - 09/2022 - FRANCISCO BATISTA FILHO & CIA LTDA - 90253757-07 - 09/2022 - FULL CONNECTION SERVICES LTDA - 90888040-47 - 09/2022 - FUNDAÇÃO JOAO PAULO II - 09908077-95 - 09/2022 - G C DOS SANTOS PADILHA - CALHAS ME - 90645245-66 - 09/2022 - G M M - LOGISTICA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - 90551129-72 - 09/2022 - GS PIMENTEL LTDA - 90959884-20 - 09/2022 - GALANTE & SOUZA LTDA - 90802484-20 - 09/2022 - GALLI COMERCIO DE ARGILA LTDA - 90509714-89 - 09/2022 - GARCIA & SCHULTZ LTDA - 90259080-39 - 08/2022 - GAVEC DO BRASIL S/A - 90671586-41 - 08/2022 - GCODE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - 90931140-32 - 09/2022 - GE COQUETEIS LTDA - 90958443-48 - 09/2022 - GE COQUETEIS LTDA - 90958442-67 - 09/2022 - GENTIL NASCIMENTO TRANSPORTES LTDA - ME - 90632359-19 - 09/2022 - GIL TADEU CRISTANI - 90391515-34 - 08/2022 - GIRCE CESCA SUPERMERCADO - ME - 90688316-33 - 09/2022 - GOBETTI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90790030-40 - 09/2022 - GOMES & FREDERICO LTDA - ME - 90708914-22 - 09/2022 - GSS EMPREENDIMENTOS ALIMENTICIOS EIRELI - 90799483-03 - 09/2022 - GUSTAVO MILTON DE ALMEIDA - 90692271-10 - 09/2022 - HAIFA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO EIRELI - 90793659-79 - 09/2022 - HAIFA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO EIRELI - 90793576-07 - 09/2022 - HAIFA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO EIRELI - 90793592-27 - 09/2022 - HAIFA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO EIRELI - 90793134-05 - 09/2022 - HAJAK REDE SOCIAL EIRELI - ME - 90623759-89 - 09/2022 - HAMILTON CESAR PINTO - 90195597-23 - 08/2022 - HAUCK & OLIVEIRA DISTRIBUIDORA LTDA - 90912305-40 - 09/2022 - HBR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90952489-07 - 09/2022 - HG GLASSES COMERCIO DE PRODUTOS OPTICOS LTDA - 90839045-82 - 09/2022 - HIROKI COMERCIO DE SORVETES LTDA - ME - 60117590-82 - 09/2022 - HIROKI COMERCIO DE SORVETES LTDA - ME - 90920384-80 - 09/2022 - HOUSING INTERIORES DECORACOES LTDA - 20202590-03 - 09/2022 - HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A - 90647410-79 - 08/2022 - HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A - 90643335-40 - 08/2022 - HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A - 90644312-07 - 08/2022 - I K INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA - 90859725-77 - 09/2022 - I M ALCAZAR CARNES NOBRES EIRELI - ME - 90703670-73 - 09/2022 - I Q OLIVEIRA TRANSPORTES - 90144712-83 - 09/2022 - IMPACTO COMERCIO ATACADISTA EIRELI - 09907701-82 - 09/2022 - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS CAMPESTRE LTDA - 90510285-00 - 09/2022 - INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNE E EMBUTIDOS TAQUARAL LTDA - 90677870-02 - 09/2022 - INSTITUTO EUCLIDES DA CUNHA LTDA - 90636010-10 - 09/2022 - INVICTUS COMERCIAL LTDA - ME - 90835681-08 - 09/2022 - IP PHONE TELECOM LTDA - 90214365-31 - 09/2022 - IRON INFINITY ACADEMIA LTDA - ME - 90958121-44 - 09/2022 - IRON JOSE GEWEHR NETTO - ME - 90717991-55 - 09/2022 - ISABELA THALITA GONCALVES DA SILVA - 90939154-77 - 09/2022 - ISOLDE RUTKE KEHL - 90105933-09 - 09/2022 - IT CEM POR CEM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTD - 09905833-15 - 09/2022 - IT CEM POR CEM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTD - 09907828-65 - 09/2022 - IVO PRECHLAK & CIA LTDA ME - 90594513-05 - 08/2022 - J B ESTEVES LTDA - 90956252-04 - 09/2022 - J C PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 60501243-45 - 08/2022 - J CANTERO SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA - 90927390-04 - 09/2022 - J FERNANDES TRANSPORTADORA ME - 90951782-67 - 09/2022 - J H RIBEIRO PERFUMARIA E VESTUARIO - ME - 90381107-29 - 09/2022 - J R DE SOUZA ALIMENTOS EIRELI - 90842858-78 - 09/2022 - J T RIBAS PAVIMENTACAO LTDA - 90958231-89 - 09/2022 - J V P MACHADO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME - 90719618-66 - 09/2022 - J. APOLAR DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - 90929823-75 - 09/2022 - JANGAL COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90808408-00 - 09/2022 - JARDEL JACUMASSO - 90717878-15 - 09/2022 - JERRY WANDERLEY SOCOLOVSKI - 90322203-44 - 08/2022 - JMR EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - 90396404-97 - 09/2022 - JMT PRODUCOES DE AUDIO LTDA - 90940899-70 - 09/2022 - JOAO DA SILVA TRANSPORTES - ME - 90708152-46 - 09/2022 - JOAO GABRIEL ANUTO SILVA - 90792262-60 - 09/2022 - JOELMA APARECIDA DE SOUZA DIAS - COMERCIO EM GERAL - 90791939-06 - 09/2022 - JOHNNY MOTORCYCLES INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PARA M - 90787558-03 - 09/2022 - JONSI JOSE BARCAROL - 90508968-43 - 09/2022 - JOSE CARLOS ANTONIETE & CIA LTDA - 90173373-24 - 09/2022 - JOSE CARLOS DE MELLO - METALURGICA - 90497626-12 - 09/2022 - JOSE IRINEU WOLLNER - 90378726-09 - 09/2022 - JR KUHN COMERCIO DE BIJUTERIAS ME - 90693780-88 - 09/2022 - JULIANO BATISTA DE SOUZA - 90792403-35 - 09/2022 - K KAWAI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES - 90814325-60 - 09/2022 - KELY CRISTINA POSSETTE - 90401945-30 - 09/2022 - KENDRA DA SILVA 81299257968 - 90818879-90 - 09/2022 - KERLIN MODAS LTDA - 90192413-91 - 09/2022 - KS SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA ME - 90705092-00 - 09/2022 - L A FULANETTO GOMES ME - 90757088-63 - 09/2022 - L CEZAR TOSHIIHKO AOKI ME - 90588598-74 - 09/2022 - L E G CENTRO ESPECIALIZADO EM TERAPIAS ESTETICAS LTDA - 90734169-03 - 09/2022 - L H KAYSER & CIA LTDA - 90778368-50 - 09/2022 - L. MARQUETTI PEREIRA APOIO ADMINISTRATIVO - 90820805-60 - 09/2022 - L.F. RODRIGUES PRODUTOS TEXTEIS ME - 90229399-01 - 08/2022 - L.F.FLORIANO-ME - 90707497-82 - 09/2022 - LAERCE DOS SANTOS TRANSPORTES & TURISMO LTDA - 90876928-73 - 09/2022 - LANCHONETE E RESTAURANTE LAGOA SECA LTDA - 90199703-93 - 09/2022 - LASKOS & CIA LTDA - 42209206-45 - 09/2022 - LAUDELINO J DA SILVA E CIA LTDA - ME - 90562971-94 - 09/2022 - LEBRAO SERVICOS COMBINADOS LTDA - 90793729-16 - 09/2022 - LEMES & SANTOS LTDA - 10131609-25 - 08/2022 - LEYDY M. STRAITENBERGER - FRUTARIA DA FAMILIA - 90897687-88 - 09/2022 - LIFE HOTEL LTDA - 90314674-51 - 09/2022 - LIMPELUX SERVICOS TEMPORARIOS LTDA - 90948559-23 - 09/2022 - LIODETE GURESKI CIT LTDA - 90962547-57 - 09/2022 - LIZIANE BOBICA TRANSPORTES EIRELI - 90758056-30 - 09/2022 - LJ GESTAO DE MARKETING LTDA - 90960634-98 - 09/2022 - LMF RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA - 90936983-52 - 09/2022 - LN PANAMERICANA FLORESTAL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES - 90747922-67 - 09/2022 - LOLO BABY E KIDS COMERCIO E REPRESENTACAO DE ROUPAS E A - 90792003-84 - 09/2022 - LUANA CRISTINA TREVISIO EIRELI - 90476744-14 - 09/2022 - LUANN ARTIGOS DE JOALHERIA LTDA - 90543387-30 - 09/2022 - LUCAS RIBEIRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS - 90777167-90 - 09/2022 - LURAL EMPREENDIMENTOS LTDA - 90930813-55 - 09/2022 - LUXURIA CONFECCOES LTDA - 90445022-72 - 09/2022 - M H NASCIMENTO - MERCADO - 90666666-94 - 09/2022 - M D I - COMERCIO DE PECAS LTDA - 90934775-00 - 09/2022 - M H C BELOTO MODAS E ACESSORIOS - 90471132-26 - 09/2022 - M. MANTOVANI & CIA LTDA - ME - 10197634-35 - 09/2022 - M.B. COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90922811-56 - 09/2022 - MADHELO CONSTRUCOES LTDA - 90931165-90 - 09/2022 - MADIA - ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - 90962576-91 - 09/2022 - MAESTRELHI DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA - 90879560-13 - 09/2022 - MAFRAS PRATOS PRONTOS E MARMITEX LTDA ME - 90625131-09 - 09/2022 - MAG METAL LTDA - 90944497-71 - 09/2022 - MAHGE COMERCIO DE PRODUTOS PARA MARCENARIA LTDA - 90384513-99 - 09/2022 - MAIA E GOMES - COMERCIO DE QUADROS LTDA - 90813941-02 - 09/2022 - MANA CONSTRUTORA, INCORPORADORA E VENDAS LTDA - 90940932-25 - 09/2022 - MANA DO BRASIL ALIMENTACAO CORPORATIVA LTDA - 90728235-05 - 08/2022 - MANA DO BRASIL ALIMENTACAO CORPORATIVA LTDA - 90957840-00 - 09/2022 - MANA DO BRASIL ALIMENTACAO CORPORATIVA LTDA - 90770056-90 - 08/2022 - MANA DO BRASIL ALIMENTACAO CORPORATIVA LTDA - 90949924-08 - 08/2022 - MARAZUL ALIMENTOS EIRELI ME - 90310735-93 - 09/2022 - MARCIO CANDIOTTO - PANIFICADORA - ME - 90470544-67 - 09/2022 - MARIA CRISTINA BEN CONSULTORIA AGRICOLA E AGRONOMICA - 90834072-87 - 09/2022 - MARIA MADALENA CELLARIUS - 13700139-06 - 08/2022 - MARIO DRUCZ - 12400132-38 - 08/2022 - MARLENE M LISTON & CIA LTDA - 90962229-87 - 09/2022 - MARMOL MARIALVA MOVEIS LTDA - 90947985-12 - 09/2022 - MARTA SINPHORIANO MOURA-ME - 90608694-88 - 09/2022 - MB - PROMOCOES LTDA - ME - 90729887-68 - 09/2022 - MECA - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90224568-54 - 09/2022 - MEDITON FARMACEUTICA LTDA - ME - 90885147-15 - 09/2022 - MERCADO DO AMARELO LTDA - ME - 90518946-82 - 09/2022 - MERCADO SANTA HELENA LTDA - 90599438-79 - 09/2022 - MERLIN, SARTORETTO & CIA LTDA - 90957448-07 - 09/2022 - METALURGICA MONTANHEIRO LTDA - 90316915-05 - 09/2022 - MICHEL MAGALHAES SOARES - 90470981-62 - 09/2022 - MIGLIORINI PUBLICIDADE LTDA - 90929122-45 - 09/2022 - MILTON RODRIGUES ME - 90640455-95 - 08/2022 - MIMO DOS PETS COMERCIO E SERVICOS PARA ANIMAIS EIRELI - 90754027-80 - 09/2022 - MIRIAM LIDIA HIRT - 90340508-29 - 09/2022 - MOCHI PROJETOS TELECOM LTDA - 90949695-03 - 09/2022 - MOTORVAN COMERCIO DE PECAS E UTENSILIOS DOMESTICOS LTDA - 90925153-27 - 09/2022 - MOVELINK COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - 90914991-66 - 09/2022 - MUNIZ DISTRIBUIDORA LTDA - 90751702-00 - 09/2022 - NACIONAL MOTOS LTDA - 90441595-27 - 09/2022 - NAGIB DOS SANTOS FERREIRA - 52600232-60 - 09/2022 - NELSON FERRARI EIRELI - 90839099-75 - 09/2022 - NEUSA MARIA VILAS BOAS FAVERO - 90798807-41 - 09/2022 - NILSO JOSE DO ROSARIO - ME - 90770271-54 - 08/2022 - NORBERTO RIBEIRO - ME - 90709254-24 - 09/2022 - NORTEL SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - 09903602-86 - 09/2022 - NUTRIVILLE RESTAURANTE LTDA - 90730150-89 - 08/2022 - NUTRIVILLE RESTAURANTE LTDA - 90514790-06 - 08/2022 - NUTRIVILLE RESTAURANTE LTDA - 90715883-75 - 08/2022 - NUTRIVILLE RESTAURANTE LTDA - 90646760-72 - 08/2022 - O M F COSMETICOS LTDA - 90625619-36 - 09/2022 - OISER PEREIRA DE SOUZA-CONFECCOES - 90786545-29 - 09/2022 - OLINDA MEURER E CIA LTDA - ME - 90304666-05 - 09/2022 - OLIVEIRA & OLIVEIRA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - 90864173-64 - 09/2022 - OLIVEIRA LOGISTICA LTDA - 90949542-39 - 09/2022 - ONOFRE DE OLIVEIRA MATIAS - TRANSPORTES - 90893276-50 - 09/2022 - PADARIA CANTINHO DO PAO LTDA - 90932817-96 - 09/2022 - PADARIA E PANIFICADORA RECHEIO LTDA ME - 90715918-30 - 09/2022 - PANIFICADORA ADARA CARDONA LTDA - 90907623-43 - 09/2022 - PAPA TUDO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E - 90888429-92 - 09/2022 - PARANAVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA - 90666158-60 - 09/2022 - PARQUE NOVA IPORA LTDA - 90933605-80 - 09/2022 - PATRICIA APARECIDA DALL AGNOL - 90956681-91 - 09/2022 - PAULA FRANCIELI



GUIZELINI BATISTA 04483779931 - 09057952-07 - 09/2022 - PAULO CESAR ROSA BUENO - 90347748-27 - 09/2022 - PAULO SERGIO BILESKI ENGENHARIA - 90959590-80 - 09/2022 - PEDRO AFONSO LUCCA LAFRAIA - 90814001-02 - 09/2022 - PEGORARO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90568559-79 - 09/2022 - PEIXARIA CRUZEIRO EIRELI ME - 10184331-99 - 09/2022 - PESQUE-PAGUE RECANTO DAS ARARAS LTDA ME - 90550508-45 - 09/2022 - PETISCO DA SIL EIRELI - 90905638-12 - 09/2022 - PISOTEC-PISOS INDUSTRIAIS LTDA - ME - 90954669-98 - 09/2022 - PIZZARIA LIMA & SANTOS LTDA ME - 90646589-29 - 09/2022 - PODOLAK SERVICOS DE SANEAMENTO LTDA - 90960742-60 - 09/2022 - PONTO CAFE LTDA ME - 90290680-00 - 09/2022 - POSSAMAI SORVETERIA LTDA - 90645456-44 - 09/2022 - POSTO PUPPI LTDA - 10303312-88 - 09/2022 - PRALE TRANSPORTES LTDA - 90443302-00 - 09/2022 - PRESTADORA DE SERVICO LIMPATO LTDA - 90958745-06 - 09/2022 - PROSPECTA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA - 90946884-15 - 09/2022 - PURA PRODUTOS ORGANICOS LTDA - ME - 90772291-05 - 09/2022 - R A SANTOS GUILHERME - MATERIAIS DE CONSTRUCAO - 90326145-55 - 09/2022 - R. DOS SANTOS FELISBERTO DE LARA - INSTALACOES - 90879763-91 - 09/2022 - R.J. MAGALHAES E CIA LTDA - 90915570-34 - 09/2022 - R2 VET LTDA ME - 90637227-47 - 09/2022 - RAIZEN PARAGUACU LTDA - 90726673-76 - 09/2022 - RAMTEC COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 90225309-22 - 09/2022 - RAPHAEL BASTOS DEPAOLI TRANSPORTES - 90838165-35 - 09/2022 - RAVENA PESQUISA ENERGETICA LTDA - 90958090-03 - 09/2022 - REAL GRILL RESTAURANTE LTDA - ME - 90962402-92 - 09/2022 - REDE PUPPI DE POSTOS LTDA - 10300387-34 - 09/2022 - REISDOERFER & REISDOERFER LTDA - 90945915-00 - 09/2022 - RENAM MARTINS MARCELINO ME - 90703961-70 - 09/2022 - RENAN LUIZ IKIER PIEKARSKI LTDA - 90846904-62 - 09/2022 - RENOVACAR AUTO SERVICE LTDA - 90959949-00 - 09/2022 - RESTAURANTE E LANCHONETE TICI LTDA - 90329130-30 - 08/2022 - RESTAURANTE SABORES DA ROCA LTDA - 90610981-67 - 09/2022 - RGDS IMOVEIS TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - 90791211-66 - 09/2022 - RITA DE CASSIA KLEMEZ - 90594754-09 - 08/2022 - RM GESTAO POSTOS LTDA - 90944097-10 - 09/2022 - ROBSON CAVALAR SANCHES - VEICULOS - 90830708-94 - 09/2022 - ROCHA FORTE GESSO DRYWAL LTDA - ME - 90497453-60 - 09/2022 - RODOPONTUAL TRANSPORTES LTDA - 90934631-26 - 09/2022 - ROMINA RIOS - FOTOGRAFIA E MARKETING - 90915681-50 - 09/2022 - ROSELI MODESTO DA SILVA DE OLIVEIRA - 90702198-05 - 09/2022 - ROSENI CRISPIM - 90857176-23 - 09/2022 - ROTEPLAN - SERVICOS LTDA - 90927536-94 - 09/2022 - S.A. ZANETTI TRANSPORTADORA EIRELI - 90640412-55 - 09/2022 - SALVA CAR REMOQUES DE VEICULOS LTDA - 90323291-92 - 09/2022 - SAMARA FARMA LTDA - 90483532-39 - 09/2022 - SAMUEL DOS SANTOS - KSM - ME - 90650470-79 - 09/2022 - SANTANA & BARATO LTDA - 90103680-20 - 08/2022 - SAO BENTO ENERGIA SOLAR SPE LTDA - 90936216-43 - 09/2022 - SARTORI - PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS E MAQUINAS L - 90881841-54 - 08/2022 - SB CREDITO SECURITIZADORA S/A - 90926607-69 - 09/2022 - SDL ALIMENTOS LTDA - 90853798-09 - 09/2022 - SERRA OLIVEIRA E PEDRINI LTDA - 90488790-01 - 09/2022 - SHAMA MOVEIS PLANEJADOS E VIDROS TEMPERADOS EIRELI - 90851373-84 - 09/2022 - SHEILA MARTINS DE OLIVEIRA - COMERCIAL - 90518851-87 - 08/2022 - SHEKINAH PANIFICADORA LTDA - 90473032-70 - 09/2022 - SHEN - COMERCIO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA - 90324194-26 - 09/2022 - SILAS ROQUE - 90697612-99 - 09/2022 - SILVA & GONSALVES MOVEIS E COLCHOES LTDA - ME - 90673964-02 - 09/2022 - SINDICATO DOS SERVIDORES PUB MUN DE CHOPINZINHO - SISMU - 90405197-74 - 09/2022 - SMAGON INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES MECANICOS LT - 90671685-23 - 09/2022 - SMART SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - 90790335-42 - 09/2022 - SOCIEDADE MEDICA E HOSPITALAR MAE DE DEUS LTDA - 90921786-57 - 09/2022 - SOL EXPOENTE PARTICIPACOES LTDA - 90958975-49 - 09/2022 - SOUZA & CRISTOVAO LTDA - 90311391-01 - 09/2022 - SP EMPREENDIMENTOS LTDA - 90928038-96 - 09/2022 - STENIO GARCIA MOREIRA ENXOVAIS - ME - 90758307-40 - 09/2022 - STUDIO FIORELLA MOVEIS EIRELI-ME - 90715214-67 - 09/2022 - SULMAX EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE JOALHERIA LTDA - 90915470-71 - 09/2022 - SUPER MAX - COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - 90893789-98 - 09/2022 - SYMEL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90881571-81 - 09/2022 - T C O DA SILVA CONFECÇÕES ME - 90742149-05 - 09/2022 - T W CONFECÇÕES LTDA - 10190978-69 - 09/2022 - T&M COSMETICOS LTDA - ME - 90704714-82 - 09/2022 - TA NA MAO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - 90928203-91 - 09/2022 - TALENCCE CB MODA E DECORACAO - EIRELI - ME - 90625454-93 - 09/2022 - TANIA APARECIDA DE AGUIAR SEBBEN - 90343598-46 - 09/2022 - TANIA MARA SCHOLZ & CIA LTDA - 31400092-79 - 09/2022 - TAPECARIA E ESTOFADOS O ARTESAO LTDA - 90917037-07 - 09/2022 - THOMACHESKI & THOMACHESKI LTDA - 90465624-00 - 09/2022 - TMFF COMERCIO DE BEBIDAS EIRELI - 90800224-57 - 09/2022 - TN PACK COMERCIO DE TAMPAS PLASTICAS LTDA - 90342614-47 - 09/2022 - TRADE TIME SOFTWARE LTDA - 90892673-04 - 09/2022 - TRANSGORAS LOCACOES E TURISMO LTDA ME - 90662259-90 - 09/2022 - TRANSPORTADORA VILLAGGIO LTDA - 90473095-54 - 08/2022 - TRANSPORTES RAMOS & FILHOS TRANSPORTES EXPRESS LTDA - 90814692-18 - 09/2022 - TREXCON CURSOS, TREINAMENTOS E SERVICOS LTDA - 90938940-20 - 09/2022 - TROPICAL LONDRINA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90421353-53 - 09/2022 - TRUKAO COMERCIO DE MOLAS E CARRETAS LTDA - 70112825-76 - 09/2022 - TULUM COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - 90793000-95 - 09/2022 - TWI CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - 90914058-70 - 09/2022 - UNICA PHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E NUTRICIONAIS LTDA - 90871353-20 - 09/2022 - UNILEVER BRASIL GELADOS DO NORDESTE S/A - 09906150-20 - 09/2022 - V A AGROPECUARIA LTDA - 90956898-65 - 09/2022 - V S AYOUB CONSTRUTORA LTDA - 90902832-91 - 09/2022 - VALDECI APARECIDO DE SOUZA ME - 90686777-07 - 09/2022 - VALDECIR ASSIS CORREIA - 90239986-00 - 09/2022 - VALDECIR VIEIRA DA SILVA - 61900081-16 - 08/2022 - VALTER SANTOS - PANIFICADORA - 90673962-32 - 08/2022 - VANGUARDA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA M - 90502203-27 - 09/2022 - VICENZA SERVICOS LTDA - 90937758-70 - 08/2022 - VIJU ADMINISTRADORA E CORRETAGEM DE BENS LTDA - 90945205-81 - 09/2022 - VIRO FRANCISCO SCHOFFEN ME - 90506409-62 - 09/2022 - VOLTARELLI & FURINI LTDA - 90368069-55 - 09/2022 - WERGNEAUD MACHADO - PET SHOP - 90454004-81 - 08/2022 - WILKE & WILKE LTDA - 90517506-80 - 09/2022 - WROBEL & CIA LTDA - 10103848-30 - 08/2022 - WSO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - 90958862-61 - 09/2022 - XSB ESPORTES LTDA - 90615566-45 - 09/2022 - YOUR GIFT COMERCIO ELETRONICO EIRELI - 09907743-31 - 09/2022 - ZANETTI TRANSPORTES EIRELI - ME - 90762389-09 - 09/2022.

**CANCELADOS**

NO CADASTRO DO ICMS, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MÊS ESPECIFICADO, E DECLARA, A TERCEIROS, QUE OS DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS POR ESSES ESTABELECIMENTOS SÃO DECLARADOS INIDÔNEOS, SENDO INDEVIDOS TODOS OS CREDITOS DE ICMS NELES DESTACADOS, A PARTIR DO CANCELAMENTO.

**NOME EMPRESARIAL – CAD/ICMS – MÊS/ANO DA NOVA SITUAÇÃO**

06.261.145 ADENIR DA SILVA - 90944364-40 - 08/2022 - 2 MV PECUARIA, SILVICULTURA, VENDA DE CARVAO E PINUS LT - 90481310-90 - 08/2022 - 2S AGROINDUSTRIAL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90842885-40 - 08/2022 - 45.772.148 LTDA - 90939313-24 - 08/2022 - 77 COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90935557-56 - 08/2022 - A & D VIAGENS E TURISMO LTDA - 90914269-59 - 08/2022 - A & G GASTRONOMIA LTDA - 90689713-03 - 08/2022 - A A DE SOUSA EVANGELISTA - TRANSPORTES - 90531152-22 - 08/2022 - A C P DO NASCIMENTO CONFECÇÕES - 90270395-00 - 08/2022 - A C T MACHADO - 90485253-82 - 08/2022 - A CENTRAL MULTIMARCAS EIRELI - 90828837-86 - 08/2022 - A D M COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90939081-87 - 08/2022 - A R COM DE MOZER MADEIRA LTDA - 90823369-71 - 08/2022 - A RUBIO BRUNO MARQUIORI - 90778721-48 - 08/2022 - A. A. LOPES & CIA LTDA - ME - 90390338-41 - 08/2022 - A. C. F. LUIZ NETTO LTDA - 90936298-90 - 08/2022 - A. CASAGRANDE LTDA - 90936946-08 - 08/2022 - A. FERREIRA COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - 90688841-68 - 08/2022 - A. VENZEL CALCADOS EIRELI - ME - 90375801-52 - 08/2022 - A.G. FERREIRA COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA - 90935819-19 - 08/2022 - AB COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME - 90711769-30 - 08/2022 - AB ONORATO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - 90936720-43 - 08/2022 - ABDALLAH ABBAS MOHAMMED CEF E ARABE - 90940008-20 - 08/2022 - ABISYSYSTEM ELEVADORES LTDA - 90707672-50 - 08/2022 - ABRASIL MARINGA COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS EIRELI - 90763226-16 - 08/2022 - AC CAPELETTI LTDA - 90903403-50 - 08/2022 - ACADEMIA BLZ ESCOLA PROFISSIONAL DE CABELEIREIROS EIREL - 90840745-83 - 08/2022 - ACCO E ACCO LTDA - 90921303-79 - 08/2022 - ACCUARELLA ECOWAVE - MINIMERCADO LTDA - 90938398-60 - 08/2022 - ACD BRASIL REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90939671-91 - 08/2022 - ACEF MARMORES & GRANITOS LTDA - 90501262-23 - 08/2022 - ACONCHEGOS BAR LTDA - 90957586-97 - 07/2022 - ACTROS TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - 90664686-20 - 08/2022 - ADEGA CONVENIENCIA EIRELI - 90938011-10 - 08/2022 - ADEMAR GONCALVES DA SILVA JUNIOR - 90302601-44 - 08/2022 - ADEMIR DOS SANTOS FERREIRA ZAKA AUTO ELETRICA - 90935875-26 - 08/2022 - ADRIANA DE ABREU E DIAS - OTICA RAZAO - 90780572-78 - 08/2022 - ADRIANA JOSE ALVES MARIANO - 90846215-76 - 08/2022 - ADRIANO EMANUEL CARNEIRO - ME - 90718571-04 - 08/2022 - ADS - MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - 90325080-11 - 08/2022 - AELSON SANTOS SILVA - ME - 90753267-40 - 08/2022 - AEX ALIMENTA COMERCIO DE REFEICOES E SERVICOS LTDA - 90768917-42 - 08/2022 - AGENCIA CIRCUS LTDA - 90939171-78 - 08/2022 - AGIL LAVA-CAR E LANCHONETE LTDA - 90940394-41 - 08/2022 - AGNALDO DE BIAGIO - 90913797-72 - 08/2022 - AGOSTINHO FIORESE & FILHOS LTDA - 90612474-21 - 08/2022 - AGRICOLA C R K LTDA - 90921816-07 - 08/2022 - AGRO SCHERPINSKI LTDA - 90917971-83 - 08/2022 - AGRONORTE IMP E EXP DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - 90701133-06 - 08/2022 - AGRONORTE IMP E EXP DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - 90959108-20 - 08/2022 - AGROPECUARIA ASTECA LTDA - 90922555-89 - 08/2022 - AGROPECUARIA FIORENTINA LTDA - 90936175-30 - 08/2022 - AGUIAR ASSESSORIA CONSULTORIA E CORRETORA EIRELI - 90935619-93 - 08/2022 - AGUIAR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - 90766023-09 - 08/2022 - AIRES E CARVALHO CAFETERIA LTDA - 90938259-90 - 08/2022 - AJ COMERCIO E LOCAAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - 90785125-79 - 08/2022 - AJIOPAY SOLUCOES FINANCEIRAS LTDA - 90869501-19 - 08/2022 - AJS AGRICOLA LTDA - 90887249-57 - 08/2022 - AJS REPRESENTACOES, COMERCIO E MANUTENCAO SOLAR LTDA - 90936395-00 - 08/2022 - ALANA BEATRIZ FABRICACAO E COMERCIO DE BOLACHAS LTDA - 90503334-40 - 08/2022 - ALCI CORREA BORGES VEICULOS ME - 90403554-88 - 08/2022 - ALCIDES S MEDEIROS - ME - 90226669-05 - 08/2022 - ALDES - ALIMENTOS DESIDRATADOS LTDA - 90164013-04 - 08/2022 - ALDICEIA LEDER DE OLIVEIRA BRAINE - ME - 90732370-65 - 08/2022 - ALESSANDRA MARANGON CONFECÇÕES EIRELI - 90853572-36 - 08/2022 - ALEX SANDRO RAMOS TRANSPORTES ME - 90823220-83 - 08/2022 - ALEXANDRE THIESEN - ME - 90737223-54 - 08/2022 - ALEXSANDRE TADEU SFORZA - 90490196-26 - 08/2022 - ALICE KELEY DA SILVA LIMA - PRODUTOS NATURAIS - 90775548-71 - 08/2022 - ALINE PORTES MACHADO - EIRELI - ME - 90650643-21 - 08/2022 - ALLYSON IVAN SIQUEIRA - 90724179-30 - 08/2022 - ALP CEREAIS - COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO E EXPORTA - 90842402-62 - 08/2022 - ALPHA SECURITY IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ELETRONICOS E - 90938052-99 - 08/2022 - AM/PM COMESTIVEIS LTDA - 90903652-63 - 08/2022 - AM/PM COMESTIVEIS LTDA - 90903656-97 - 08/2022 - AM/PM COMESTIVEIS LTDA - 90903658-59 - 08/2022 - AM/PM COMESTIVEIS LTDA - 90903659-30 - 08/2022 - AM/PM COMESTIVEIS LTDA - 90908145-99 - 08/2022 -

AMALLU MODAS LTDA - 90860880-18 - 08/2022 - AMARO INCORPORADORA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTD - 90874396-20 - 08/2022 - AMAZONIA DO BRASIL MERCANTIL DE MADEIRAS LTDA - 90939005-26 - 08/2022 - AMEPAR ENGENHARIA LTDA - 90938824-47 - 08/2022 - AMERICA TELECOMUNICACOES LTDA ME - 90752877-44 - 08/2022 - AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - 90939076-10 - 08/2022 - AMERICAN LIFE ESPORTE LTDA - 90936365-94 - 08/2022 - AMIFEC ALIMENTOS LTDA - 90846507-54 - 08/2022 - AMIGO CAO RACOES LTDA - 90301114-91 - 08/2022 - ANA MARCIA MAINARDOS VENANTE LTDA - 90925739-55 - 08/2022 - ANA PAULA ANGELI - ME - 90689139-58 - 08/2022 - ANA PAULA MACHADO COUTO AUTO CENTER - ME - 90549170-98 - 08/2022 - ANDERSON LUCIO VERENKA MATERIAIS ELETRICOS - 90594959-49 - 08/2022 - ANDERSON RODRIGO GRIZON - 90934296-10 - 08/2022 - ANDRE L DA SILVA COMERCIO DE VEICULO LTDA - 90955610-44 - 07/2022 - ANEXO ATACADISTA LTDA - 90958159-17 - 08/2022 - ANGEL SERVICES GESTAO DE MAO DE OBRA LTDA - 90906392-23 - 08/2022 - ANGRY DISTRIBUIDORA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90937472-30 - 08/2022 - ANGULO INCORPORADORA LTDA - 90801245-35 - 08/2022 - ANNA PAOLA BALDASSARI - 90898125-15 - 08/2022 - AP MERCADO LTDA - 90952869-06 - 06/2022 - APARECIDO TAMEIRAO CONFECOES - 90939712-02 - 08/2022 - AQUA-FOZ AQUARIO DE FOZ DO IGUAU S/A - 90900376-81 - 08/2022 - ARCHIMEDES PAULINO - 90937577-07 - 08/2022 - ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS SA - 90789528-97 - 08/2022 - ARENA DFC SPORTS LTDA - 90937611-43 - 08/2022 - ARI ANDERSON PEDROSO - PADARIA - EIRELI - 90829079-87 - 08/2022 - ARION CAMARGO CHIMANSKI - 90725238-89 - 08/2022 - ARNALDO CARLOS MIQUELIN ME - 90658105-11 - 08/2022 - ARQUI E ART PAPELARIA LTDA - 90142078-53 - 08/2022 - ARTE NOVA-INDUSTRIA & COMERCIO DE LUSTRES LTDA - 90626231-25 - 08/2022 - ARTEMIO BANACZESKI & CIA LTDA - 90262215-25 - 08/2022 - ARTEZAN COM. E IND. DE ARTEFATOS LTDA - 90939554-28 - 08/2022 - ARTSTONE DO BRASIL LTDA - 90209946-89 - 08/2022 - ARTUR PONTEL - 90704527-71 - 08/2022 - ASAP LOG - LOGISTICA E SOLUCOES LTDA - 90935501-00 - 08/2022 - ASER INOX COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS EM INOX, MAQU - 90792186-74 - 08/2022 - ASSOCIACAO DOS ARTESAOES DE CAPANEMA PARANA - 90670125-15 - 08/2022 - ASSOCIACAO DOS CATAADORES DE RESIDUOS RECICLAVEIS E/OU R - 90654479-21 - 08/2022 - ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE LEITE DE PINHAO - APLEPI - 90790647-74 - 08/2022 - ATACADAO PET DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PET EIRELI - 90926371-98 - 08/2022 - ATENAS DECK BAR LTDA - 90939505-40 - 08/2022 - ATITUDE ATIVIDADES FISICAS LTDA ME - 90675074-09 - 08/2022 - ATLANTICA INFORMACOES CADASTRAIS LTDA - 90939279-98 - 08/2022 - ATRACAO FITNESS LTDA - 90939676-04 - 08/2022 - ATTHOS COMEX ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA - 90909478-07 - 08/2022 - ATUACAO COMERCIAL LTDA - ME - 90258693-86 - 08/2022 - AUTO MECANICA CAUS LTDA - 41008271-37 - 08/2022 - AUTO POSTO BJM LTDA - 90551321-40 - 08/2022 - AUTO POSTO LEMOS MAIA LTDA - 62702782-62 - 08/2022 - AUTO POSTO PALMAS LTDA - 90887428-58 - 08/2022 - AUTO POSTO SEGURO LTDA - 90768120-36 - 08/2022 - AUTOPLOTER CARS LTDA - 90938832-57 - 08/2022 - AVILA CLUBE DE TIRO E ESCOLA DE TIRO LTDA - 90836763-42 - 08/2022 - AZIZAH BRAND LTDA - 90872324-49 - 08/2022 - B & C MIDIA DIGITAL LTDA - ME - 90671004-81 - 08/2022 - B.M. MINERACAO EIRELI - 90939242-04 - 08/2022 - B2 AMBIENTAL LTDA - 90920402-05 - 08/2022 - B2 MILK REPRESENTACOES E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - 90936973-80 - 08/2022 - B2M EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90847839-83 - 08/2022 - BALANCS CANADA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - 90168762-56 - 08/2022 - BARION INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A - 90935529-00 - 08/2022 - BARRETO E RIBAS DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA - 90939509-73 - 08/2022 - BARRETO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - 90938132-08 - 08/2022 - BATERIAS CURITIBA - COMERCIO DE ACUMULADORES LTDDA - 90547145-70 - 08/2022 - BBA BENEFICIOS LTDA - 90931320-14 - 08/2022 - BBA INDUSTRIA QUIMICA LTDA - 90845154-66 - 08/2022 - BBM LOGISTICA S.A - 90618480-00 - 08/2022 - BEATRIZ DA SILVA SILVEIRA DE SOUZA - 90957205-33 - 07/2022 - BEATRYS DA SILVA SOUZA ME - 90577735-18 - 08/2022 - BEAUTY HEMP SKIN COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90933716-04 - 08/2022 - BEE DELIVERY FOZ DO IGUAU LTDA - 90886891-91 - 08/2022 - BELA ART MARMORARIA LTDA - 90938744-28 - 08/2022 - BELA PRETA ON-LINE LTDA - 90938106-16 - 08/2022 - BELSATE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - 90936036-61 - 08/2022 - BELTRAO COM ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90948879-65 - 08/2022 - BEN HUR RONCHIM VIEIRA - 90595012-64 - 08/2022 - BERNARDO & CIA LTDA - 90937367-00 - 08/2022 - BF TABACARIA DISTRIBUIDORA LTDA - 90885652-04 - 08/2022 - BIEGER CONVENIENCIA LTDA - 90835461-39 - 08/2022 - BILLIE GIN COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90939944-07 - 08/2022 - BILLYBOY MOVEIS E BRINQUEDOS LTDA - 90536443-06 - 08/2022 - BIO C COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO E - 90906202-04 - 08/2022 - BIO-SANO INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACOS LTDA - ME - 90744185-78 - 08/2022 - BIOMA INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - 90938343-96 - 08/2022 - BIOMETA COM DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - 90190799-42 - 08/2022 - BIOSEV S A - 90334765-12 - 08/2022 - BLADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA - 90246946-04 - 08/2022 - BLESSED ATACADO LTDA - 90957549-42 - 07/2022 - BOBROFF TRANSPORTES LTDA - 90936611-90 - 08/2022 - BOLACHAS VOVO ELZA LTDA - 90659954-65 - 08/2022 - BOMFIMGAZ COMERCIO DE GAS LTDA - 90935930-97 - 08/2022 - BONNA PIZZA EXPRESS LTDA - 90935842-68 - 08/2022 - BONTORIN INCORPORACAO DE MOVEIS LTDA - 90938239-47 - 08/2022 - BORGES & RUMOR IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - 90667104-21 - 08/2022 - BOTICARIO PRODUTOS DE BELEZA LTDA - 90938021-92 - 08/2022 - BR COMERCIAL LTDA - 90938548-26 - 08/2022 - BRASAO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME - 90556313-09 - 08/2022 - BRASFOOD LABORATORIOS SA - 10128307-06 - 08/2022 - BRASIL EQUIPAMENTOS COMERCIO E IMPORTACAO EIRELI - 90362617-89 - 08/2022 - BRASIL FORTE COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90885976-61 - 08/2022 - BRASMOVE TRANSPORTE LOGISTICA E SERVICOS LTDA - 90938497-41 - 08/2022 - BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI - 90938631-40 - 08/2022 - BREXO DO BEBE CONFECOES INFANTIS LTDA - 90369906-08 - 08/2022 - BRITO TRANSPORTES LTDA - 90732755-87 - 08/2022 - BTT ATACADISTA DE SUPLEMENTOS LTDA - 90935566-47 - 08/2022 - BY BEAGLE LONDRINA COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 90882495-40 - 08/2022 - BY BEAGLE LONDRINA COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 90877278-47 - 08/2022 - C A BERNARDINO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90955046-79 - 08/2022 - C E DE OLIVEIRA- TRANSPORTES - 90937432-42 - 08/2022 - C L R COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90439346-08 - 08/2022 - C N S COMERCIO DE CEREIAS LTDA - 90611413-56 - 08/2022 - C R S S - INVESTIMENTOS LTDA - 90919522-51 - 08/2022 - C V SORZANO - 90939847-97 - 08/2022 - C VIAL INDUSTRIA E SERVICOS EM METAIS LTDA - 90936565-10 - 08/2022 - C. VITORINO- TRANSPORTES - ME - 90781332-09 - 08/2022 - C.L LOCACOES LTDA - 90939951-36 - 08/2022 - C.R.GONCALVES - 90957322-05 - 07/2022 - CAIPIRAO HORTIFRUTS EIRELI - 90927713-23 - 08/2022 - CALDEIRAO SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - 90377941-10 - 08/2022 - CAMPOS GERAIS EDUCACAO LTDA - 90937453-77 - 08/2022 - CANDIOTTO E STORTI EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS LT - 90938569-50 - 08/2022 - CANNECT COMERCIO E SERVICOS LTDA - 90937781-19 - 08/2022 - CANOINHAS ADMINISTRACAO DE REFORESTAMENTO LTDA - 90797832-07 - 08/2022 - CANUNS CONCEPT LOUNGE LTDA - 90939107-50 - 08/2022 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CURITIBA LTDA - 90888494-90 - 08/2022 - CAPITAL PARTNERS DISTRIBUICAO DE PECAS E ACESSORIOS LTD - 90938960-73 - 08/2022 - CAQUI COM TEMPERO RESTAURANTE LTDA - 90939753-72 - 08/2022 - CARAVELHA LTDA - 90936294-66 - 08/2022 - CARLOS ALBERTO SCHUTZ & CIA LTDA - 90837209-37 - 08/2022 - CARLOS EDUARDO BENGOSI JUNIOR - 90745048-14 - 08/2022 - CARLOS HENRIQUE DA SILVA - 90935721-70 - 08/2022 - CARLOS MIGUEL DALZOTTO & CIA LTDA - 20115671-88 - 08/2022 - CAROLINE CRENSKI HARMONIZACAO OROFACIAL E ODONTOLOGIA E - 90938244-04 - 08/2022 - CAROLINE DE PADUA MARRESE SCARPELLINI SERVICOS DE AR CO - 90833962-26 - 08/2022 - CAROLINE DOS SANTOS PORTELLA EIRELI - 90781990-64 - 08/2022 - CARTHAGO TRADE IMPORT E EXPORT DE EQUIPAMENTOS ELETRON - 90856043-49 - 08/2022 - CARVALHO CONSTRUCOES CIVIS LTDA - 90936560-05 - 08/2022 - CASA DO MDF SAO LOURENCO COMERCIO DE MATERIAIS PARA MOV - 90936093-50 - 08/2022 - CASIRAGHI & BIEZUS LTDA - ME - 90279770-03 - 08/2022 - CASSIANO MURILLO ZANETTI - 90388666-88 - 08/2022 - CASTEMAQ COMERCIO DE MAQUINAS REGISTRADORAS LTDA - 10166546-19 - 08/2022 - CATORE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 90823632-78 - 08/2022 - CAVALIERI E GOBETTI LTDA - 90819469-11 - 08/2022 - CB COMERCIAL LTDA - 90848467-30 - 08/2022 - CBM AMBIENTES PLANEJADOS LTDA - 90839939-09 - 08/2022 - CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA - 90333620-02 - 08/2022 - CECATTO COMERCIO DE EMBALAGENS E TRANSPORTES LTDA - 90723402-96 - 08/2022 - CELETI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90756709-55 - 08/2022 - CELIO PROCOPIUK & CIA LTDA - ME - 90736332-54 - 08/2022 - CELMO NUNES BATISTA - 90537888-04 - 08/2022 - CENI COMERCIO DE LANCHES LTDA - 90938206-89 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA I SPE LTDA - 90930090-85 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA II SPE LTDA - 90930084-37 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA III SPE LTDA - 90931647-22 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA IV SPE LTDA - 90930085-18 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA IX SPE LTDA - 90930087-80 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA V SPE LTDA - 90930203-05 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA VI SPE LTDA - 90930092-47 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA VII SPE LTDA - 90930091-66 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA VIII SPE LTDA - 90932365-70 - 08/2022 - CENTRAL FOTOVOLTAICA COBRA X SPE LTDA - 90930202-16 - 08/2022 - CENTRO AUTOMOTIVO UNIDOS LTDA ME - 90573864-09 - 08/2022 - CENTRO CIVICO CURSOS DE IDIOMAS LTDA ME - 90711714-66 - 08/2022 - CENTRO DE ESTETICA FERNANDES LTDA - 90939939-40 - 08/2022 - CENTRO DE ESTETICA LA BELLE LTDA - 90939952-17 - 08/2022 - CERVEJARIA RURAL GALO VEIO LTDA - 90940120-80 - 08/2022 - CGH MAIA ENERGIA LTDA - 90925301-21 - 08/2022 - CH MOBIL COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS EIRELI - 90791855-63 - 08/2022 - CH TELEFONIA LTDA - 90940236-00 - 08/2022 - CH TELEFONIA LTDA - 90939249-72 - 08/2022 - CHAGAS E CASARIM ENGENHARIA, ARQUITETURA E PAISAGISMO L - 90773700-45 - 08/2022 - CHIAPETTI HOTEL LTDA - EPP - 90607897-00 - 08/2022 - CHOCADEIRAS PARANA LTDA - 90832018-24 - 08/2022 - CHOPINZINHO GERADORA DE ENERGIA LTDA - 90936878-22 - 08/2022 - CHRISTIAN MATEUS SOUZA DA SILVA - MANUTENCAO COMPRESSOR - 90816220-08 - 08/2022 - CHRS CONFECOES LTDA - 90698943-37 - 08/2022 - CIA DA CARNE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90934963-00 - 08/2022 - CITRI AGROINDUSTRIAL S/A - 90755475-92 - 08/2022 - CLAILSON ALVES DOS SANTOS - 90936495-72 - 08/2022 - CLARICE T. HECK & CIA LTDA - 90723018-00 - 08/2022 - CLARINDA & CLARINDA LTDA ME - 90699741-01 - 08/2022 - CLASS DECOR MARMORARIA E MARCENARIA LTDA - 90936819-72 - 08/2022 - CLEOPATRA SEIKITI SCHEFFER VIEIRA - 90816138-66 - 08/2022 - CLERI APARECIDA PORTELA E CIA LTDA - 90940276-05 - 08/2022 - CLINICA AMOR SAUDE FOZ LTDA - 90938209-21 - 08/2022 - CLINICA DE ESTETICA VIRTUOSA CAJURU EIRELI - 90850838-61 - 08/2022 - CLINICA FEDERLE LTDA - 90938997-65 - 08/2022 - CLINICA VETERINARIA DELAY LTDA - 90937293-39 - 08/2022 - CMB CONSTRUTORA CONSTRUCAR - EIRELI - 90877437-02 - 08/2022 - COLINAS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - 90787575-04 - 08/2022 - COMERCIAL LANCARE LTDA - 90880512-78 - 08/2022 - COMERCIO DE AUTO PECAS PABLOSCAR LTDA - 90309724-89 - 08/2022 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CONCHA DE OURO LTDA - 10104962-05 - 08/2022 - COMERCIO DE GAS TRADICAO LTDA - 90936207-52 - 08/2022 - COMERCIO DE MADEIRAS ADOLFO OLIVEIRA EIRELI - 90696992-08 - 08/2022 - COMERCIO DE MADEIRAS BROTTOT LTDA - 10201834-69 - 08/2022 - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VIP LTDA - 90248904-54 - 08/2022 - COMERCIO DE PRODUTOS DE TABACARIA JP LTDA - 90939139-38 - 08/2022 - COMINTER INTERAGRICOLA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - 90866508-24 - 08/2022 - COMPENSADOS BRASIL LTDA - 90937930-02 - 08/2022 - CONCEITO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTD -



90936562-77 - 08/2022 - CONFINDUSTRA MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - 90222321-58 - 08/2022 - CONNECTNET COMERCIAL LTDA - 90224021-77 - 08/2022 - CONRADO COMERCIAL LTDA - 90936578-34 - 08/2022 - CONSTRUTERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90940371-55 - 08/2022 - CONSTRUTORA GF LTDA ME - 90936500-74 - 08/2022 - CONSTRUTORA MACKENZIE LTDA - 90940045-75 - 08/2022 - CONTABILIZEI TECNOLOGIA LTDA - 90931258-24 - 08/2022 - CONTRAVE INCORPORADORA LTDA - 90930945-03 - 08/2022 - COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLAGEM DE TEIXEIRA SOARE - 90856824-98 - 08/2022 - COOPERATIVA OTIMIZAR LOGISTICA LTDA - 90821281-98 - 08/2022 - COOPTAXI COOPERATIVA DOS TAXISTAS DE TELEMACO BORBA - 90817877-75 - 08/2022 - COPA 70 MULTIMARCAS LTDA - 90935417-04 - 08/2022 - CORNELIO DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA - 90935780-20 - 08/2022 - CP SUL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME - 90614049-77 - 08/2022 - CRIPTO BR COMERCIO DE ELETRONICOS SOCIEDADE EMPRESARIAL - 90957239-82 - 07/2022 - CRISLIAN CRISTINA MOREIRA DA COSTA - 90937667-06 - 08/2022 - CRISTAIS ENERGIA SPE LTDA - 90904414-66 - 08/2022 - CRISTIAN GONCALVES DE PAULA & CIA LTDA - 90939063-03 - 08/2022 - CRISTIANO FERREIRA DA SILVA - 90682953-32 - 08/2022 - CTM DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 90735203-01 - 08/2022 - D & J INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 61100372-26 - 08/2022 - D B CAPELEZZO COMERCIO DE BRINQUEDOS E ELETRONICOS - 90907915-21 - 08/2022 - D BATISTA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - 90940405-39 - 08/2022 - D C LOBATO - TRANSPORTES - 90819096-33 - 08/2022 - D F EMPREENDIMIENTOS LTDA - 90900224-98 - 08/2022 - D S MARIANO - VEICULOS - 90706851-05 - 08/2022 - D. F. DUTRA & CIA LTDA - 90953076-87 - 06/2022 - D.A.S SUPRIMENTOS LTDA - 90938661-66 - 08/2022 - D.B. PIGMENTACAO E COMERCIO DE TINTAS LTDA - 90936333-07 - 08/2022 - DA HORA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90607252-14 - 08/2022 - DAL BO RONCATO EMPREENDIMIENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90935733-04 - 08/2022 - DALBOSCO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - 90936401-92 - 08/2022 - DANCE SEMPRE - ESPACO CULTURAL LTDA - 90939311-62 - 08/2022 - DANIEL DOS SANTOS COMERCIO DE OCULOS LTDA - 90850745-28 - 08/2022 - DANIELA AUGUSTA MELO DA SILVA COMERCIO DE VEICULOS - 90801622-08 - 08/2022 - DANTE CLUB LIMITADA - 90936084-69 - 08/2022 - DANUSA S. DE SOUZA - FARMACIA DE MEDICAMENTOS - ME - 90726269-39 - 08/2022 - DATATEM SOLUCOES LTDA - 90937129-59 - 08/2022 - DAVI VEICULOS LTDA - 90937332-80 - 08/2022 - DAVID FRANCIS BRAZ DE PROENCA - 90940197-69 - 08/2022 - DECARLI COMERCIO DE CEREAIS LTDA - 90940104-60 - 08/2022 - DELTA IMPEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90854325-48 - 08/2022 - DENACIR PEREIRA WALTRICK BITENCOURT - ME - 90727563-95 - 08/2022 - DENISE DO AMARAL GENTILE OLIVEIRA - 90937998-92 - 08/2022 - DENTAL ART LTDA - 90935797-79 - 08/2022 - DESDOBRA SERVICOS LTDA - ME - 90530850-56 - 08/2022 - DESENVOLVIMENTO STT7 PRODUCAO E COMERCIO LTDA - 90903400-07 - 08/2022 - DETARSO SERVICOS DA CONSTRUCAO CIVIL - 90819740-28 - 08/2022 - DEVIR BUENO DE CAMARGO LANCHES - 90371521-93 - 08/2022 - DF FERRAMENTARIA FERROVIARIA LTDA - 90586185-91 - 08/2022 - DI FILETTO BOUTIQUE DE CARNES LTDA - 90857023-59 - 08/2022 - DI MATEOS TRANSPORTES LTDA - 90957334-30 - 07/2022 - DIANJO DESENVOLVIMENTO HUMANO HOLDING LTDA - 90937074-40 - 08/2022 - DIGICORTE CNC MAQUINAS LTDA ME - 90694723-43 - 08/2022 - DIOGO MAURICIO LUBENOV E CIA LTDA - 90935662-86 - 08/2022 - DIRCEU LUIZ ASSONI-COLORADO - 90267754-23 - 08/2022 - DISAPEL IMPORTADORA DISTRIBUIDORA E COMERCIO EM GERAL L - 90888026-99 - 08/2022 - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CIANORTE EIRELI - 90785607-00 - 08/2022 - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CIANORTE EIRELI - 90786687-49 - 08/2022 - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS QUITANDINHA LTDA - 90246513-87 - 08/2022 - DISTRIBUIDORA PITANGUEIRAS DE PRODUTOS AGROPECUARIOS S/ - 90936587-25 - 08/2022 - DK BIOMAS DO BRASIL PESQUISA CIENTIFICA LTDA - 90936329-20 - 08/2022 - DMW INDUSTRIA E COMERCIO DE MALAS LTDA - 90706747-58 - 08/2022 - DNAD COMERCIO DE JOIAS LTDA - 90928249-74 - 08/2022 - DOIS IRMAOS METALURGICA LTDA - 90936104-47 - 08/2022 - DOIS MARTELOS LATARIA DE AUTOMOVEIS EIRELI - 90257715-72 - 08/2022 - DOLAB LABORATORIO DE ANALISES E PESQUISAS CLINICAS LTDA - 90938453-20 - 08/2022 - DOMINANTE LOG TRANSPORTE LTDA - 90863581-71 - 08/2022 - DOUGLAS FILIPIAK - MOVEIS - 90787690-06 - 08/2022 - DOURAMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PIAS LTDA EPP - 90187860-92 - 08/2022 - DSM COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90769424-01 - 08/2022 - DURA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90937473-10 - 08/2022 - DUTRONO COSMETICOS LTDA - 90937715-30 - 08/2022 - E & S ESTETICA LTDA - 90806421-61 - 08/2022 - E A DA SILVA UTILIDADES LTDA - 90835080-40 - 08/2022 - E C GUADANHIN - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI - 90384228-87 - 08/2022 - E J S BORDIGNON CONVENIENCIA - 90940080-58 - 08/2022 - E L FRANCO & CIA LTDA - 41015298-30 - 08/2022 - E L G DE SOUZA MINIMERCADO - 90940372-36 - 08/2022 - E R F COMERCIO DE VEICULOS SEMINOVOS LTDA - 90889336-02 - 08/2022 - E S DE AZEVEDO LTDA - 90875094-24 - 08/2022 - E SANTANA DA SILVA - VELAS - 90300821-06 - 08/2022 - E U DOS SANTOS LTDA - 90939215-23 - 08/2022 - E. B. FERREIRA EIRELI ME - 90190620-39 - 08/2022 - E. J. BARROS DA SILVA EQUIPAMENTOS EIRELI - 90841574-46 - 08/2022 - EASY TRACKER TECNOLOGIA LTDA ME - 90659308-43 - 08/2022 - ECCO DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA E COSMETICOS - EIRELI - 90845830-38 - 08/2022 - ECHOS SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - ME - 90738213-36 - 08/2022 - ECO GARDEN PLANTAS ORNAMENTAIS - EIRELI - 90825530-50 - 08/2022 - ECO PLASPET RECICLAGENS LTDA - 90937153-89 - 08/2022 - ECOSOLE ENERGIA E PARTICIPACOES LTDA - 90935808-66 - 08/2022 - EDEMILSON REFUNDINI CABELEREIRO - 90372928-74 - 08/2022 - EDERSON DE OLIVEIRA CURSOS DE ESTETICA E COMERCIO LTDA - 90938860-00 - 08/2022 - EDI COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90938356-00 - 08/2022 - EDINA DA SILVA MELO DE SOUZA - SENGENS - 90874013-05 - 08/2022 - EDISON DE BASSI - 90252619-65 - 08/2022 - EDITORA WBA LTDA - 90937814-11 - 08/2022 - EDSON VENZEL CALCADOS - ME - 90435799-56 - 08/2022 - EDUARDO EMANUEL BLAGINSKI LTDA - 90786224-04 - 08/2022 - EFRAIM SUBPRODUTOS BOVINOS LTDA - 90899364-00 - 08/2022 - EGAS COMERCIO DE PECAS LTDA - 10102895-01 - 08/2022 - EKIPSUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI - 90358870-56 - 08/2022 - ELCO ENGENHARIA LTDA - 90936750-69 - 08/2022 - ELIANA DOS SANTOS RESTAURANTE - 90263423-14 - 08/2022 - ELIANE APARECIDA DA SILVA VIDROS - ME - 90554751-88 - 08/2022 - ELIDA FERNANDA MACHADO PEREIRA E SILVA - CONFECCOES - 90923814-52 - 08/2022 - ELIZANDRA KVASCHINIESKI - 90816760-00 - 08/2022 - ELLEN CHRISTIANE DOS ANJOS - 90929962-44 - 08/2022 - ELS TRANSPORTES LTDA - ME - 90723502-59 - 08/2022 - ELSI BENTO FERREIRA ME - 90633937-43 - 08/2022 - ELVVI INCORPORADORA LTDA - 90937371-96 - 08/2022 - EMILIA ROCHA LTDA - 90939289-60 - 08/2022 - EMPORIO GASTRONOMICO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - 90470368-09 - 08/2022 - EMPORIO GRAFICO SOLUCOES E ACABAMENTOS LTDA ME - 90571952-12 - 08/2022 - EMPORIO PRODUTOS PESCADOS DA AMAZONIA IMPORTACAO E EXPO - 90940462-27 - 08/2022 - EMPRESA DE TRANSPORTE PGTUR LTDA - 90938574-18 - 08/2022 - EMW TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - 90875197-30 - 08/2022 - ENERGY PR USINA DE RESIDUOS SOLIDOS LTDA - 90935487-09 - 08/2022 - ENGENHO PROGRAMACAO VISUAL LTDA - 90198673-80 - 08/2022 - ENGETEX INSPECOES LTDA - 90936896-04 - 08/2022 - EOX TECNOLOGIA LTDA - 90935873-64 - 08/2022 - ER - ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 90939206-32 - 08/2022 - ERVAS E RAIZES INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAL - 90295548-86 - 08/2022 - ESCAVA MAQUINAS, PECAS E ACESSORIOS LTDA - 90866540-64 - 08/2022 - ESPACO BARIGUI AUTOMOVEIS LTDA - 90298675-82 - 08/2022 - ESPACO BARIGUI AUTOMOVEIS LTDA - 90609713-39 - 08/2022 - ESPACO BARIGUI AUTOMOVEIS LTDA - 90780307-44 - 08/2022 - ESPACO BARIGUI AUTOMOVEIS LTDA - 90665567-59 - 08/2022 - ESPACO BARIGUI AUTOMOVEIS LTDA - 90783663-00 - 08/2022 - ESPANADA SOLUCOES FLORESTAIS - EIRELI - 90681663-62 - 08/2022 - ESTANCIA COSTA VERDE INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA - 90409242-88 - 08/2022 - ESTAR BEM COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - 90936324-16 - 08/2022 - ESTERIFLEX COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS PARA SAUDE - 90936535-02 - 08/2022 - ESTRADA IMPLIMENTOS, COMERCIO E SERVICO LTDA - 90935779-97 - 08/2022 - EUNICE VALQUIRIA GASPAR VENANCIO - 90505364-72 - 08/2022 - EUROMAX COMERCIO E IMPORTACAO DE MATERIAL MEDICO E HOSP - 90938129-02 - 08/2022 - EVANDRO JORGE FERRONATTO - 90630526-79 - 08/2022 - EVERTON ROBERTO DA SILVA LTDA - 90894860-22 - 08/2022 - EVO ENERGIA LTDA - 90955475-64 - 07/2022 - EVVO SOLUCOES E AUTOMACOES LTDA - 90945820-05 - 08/2022 - EXAL - ADMINISTRACAO DE RESTAURANTES EMPRESARIAIS E FAC - 90935846-91 - 08/2022 - EXCELLENCE TRATAMENTOS DE BELEZA LTDA - 90566201-57 - 08/2022 - EXPRESSO ITATIBA LTDA - 90369041-08 - 08/2022 - EYIN HOLDING LTDA - 90870808-35 - 08/2022 - F ALTOE TRANSPORTES LTDA - 90955485-36 - 07/2022 - F L S MAXI REFRIGERAR LTDA - 90409226-68 - 08/2022 - F NOCHI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90926712-99 - 08/2022 - FABIAN BRUNO SANTOS NASCIMENTO PANIFICADORA - 90935983-07 - 08/2022 - FABRIMAQ LTDA - 90956792-07 - 07/2022 - FACIAL ACADEMY INTERNACIONAL LTDA - 90939108-31 - 08/2022 - FACTO ALUMINIO COMERCIO E ASSESSORIA ESTRATEGICA LTDA - 90582932-77 - 08/2022 - FALCAO INDUSTRIA E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR - 90938655-18 - 08/2022 - FARMACIA E DROGARIA LARINI LTDA - 90330395-62 - 08/2022 - FATIMA EDIL DOS SANTOS SCHULZE - 90355635-87 - 08/2022 - FEIRA DO CARRO LTDA - 90939768-59 - 08/2022 - FELIPE AGUIRRA DE OLIVEIRA - 90787832-54 - 08/2022 - FELIPE AUGUSTO DE OLIVEIRA INFORMATICA - 90954375-48 - 07/2022 - FELIPE BRITO SALLIM - 90850666-90 - 08/2022 - FELIPE ZAMMAR - 90825680-82 - 08/2022 - FENISA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - 90936029-32 - 08/2022 - FENIX DISTRIBUIDORA DE AGUA E CONVENIENCIA LTDA ME - 90605357-84 - 08/2022 - FENIX SISTEMAS DE AQUECIMENTO EIRELI - 90474023-33 - 08/2022 - FERMINO FERREIRA MOTO PECAS LTDA - 90725814-98 - 08/2022 - FERNANDA GEROLIN - 90801141-49 - 08/2022 - FERNANDA MARTINS RODRIGUES - 90792890-08 - 08/2022 - FERNANDO DE SOUZA MEDINA - RACOES - 90847098-21 - 08/2022 - FERNANDO JOSE KIOTEKA ARAUCARIA ME - 90605221-00 - 08/2022 - FERREIRA & BORTOLI MOINHO LTDA - 90812137-60 - 08/2022 - FF RESTAURANTE E PETISCARIA LTDA - 90815872-53 - 08/2022 - FGR MAGAZINE COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - 90792605-22 - 08/2022 - FGS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90932123-95 - 08/2022 - FILIPAK & CASTRO MADEIRAS LTDA - 90938712-40 - 08/2022 - FINI COMERCIALIZADORA LTDA - 09908221-66 - 08/2022 - FINI COMERCIALIZADORA LTDA - 09905404-20 - 08/2022 - FINI COMERCIALIZADORA LTDA - 09904720-84 - 08/2022 - FIRENZE MOVEIS E DESIGNER LTDA - 90936133-81 - 08/2022 - FLAVIO D BUENO TORNO, CARDAN E SOLDA - 90548841-49 - 08/2022 - FLORA PRIMAVERA LTDA - 90452917-63 - 08/2022 - FLUXBEER TECNOLOGIA EM AUTOATENDIMENTO LTDA - 90859604-80 - 08/2022 - FORESTEEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90734157-70 - 08/2022 - FORTE CASAS CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - 90938179-71 - 08/2022 - FORTX SUL DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA - 90904814-17 - 08/2022 - FORTI & FORTI LTDA - 90155401-30 - 08/2022 - FORVILLE ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI - 90937932-66 - 08/2022 - FOTOFACIL ON LINE REVELACOES EIRELI - 90898942-28 - 08/2022 - FOZ OBRAS CONSTRUICOES EIRELI - ME - 90778053-86 - 08/2022 - FRANCIELLE DOS SANTOS ROSA - ARMARINHO - 90419415-85 - 08/2022 - FRANCISCO VANTROBA MERCEARIA - 90182044-92 - 08/2022 - FRANCO TUNHOLI NEGOCIOS DIGITAIS LTDA - 90956843-91 - 07/2022 - FRATELLI COMPANY PARTICIPACOES LTDA - 90930885-20 - 08/2022 - FREITAS & JANGADA LTDA - 90574114-46 - 08/2022 - FRETEFLEX LTDA - 90932047-08 - 08/2022 - FRIGORIFICO SAO MIGUEL LTDA - 42101846-49 - 08/2022 - FRISHOP COMERCIO DE CARNES E LATICINIOS LTDA - 10101917-90 - 08/2022 - FUEL TECHCNN EQUIPAMENTOS E MANUTENCAO DE BOMBAS LTDA - 90185392-49 - 08/2022 - FUNPRO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09907995-98 - 08/2022 - FUSION ESTOFADOS LTDA - 90914091-91 - 08/2022 - FUTURE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA LTDA - 90939283-74 - 08/2022 - FUZION BATERIAS AUTOMOTIVAS LTDA - 90487960-68 - 08/2022 - FWN VEICULOS LTDA - 90853146-93 - 08/2022 - FWR

TRANSPORTES EIRELI ME - 90797430-86 - 08/2022 - G M CORAL COMERCIO VAREJISTA DE PROD VETERINARIOS E AGR - 90450013-58 - 08/2022 - G R DE OLIVEIRA - CHURRASCARIA - 90787419-26 - 08/2022 - G. BATISTA DE MORAES - 90828509-34 - 08/2022 - G. S. DE SOUZA & CIA LTDA - 90936573-20 - 08/2022 - G3 ARMAZENES GERAIS LTDA - 90940239-52 - 08/2022 - G3 TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI - 90647559-82 - 08/2022 - GABRIEL GOMES ME - 90748643-57 - 08/2022 - GAGLIASTRI OBRAS DE ARTE E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP - 90772091-80 - 08/2022 - GALERIA HIT FASHION LTDA - 90939062-14 - 08/2022 - GALILEU BONETTO ALIMENTACAO LTDA ME - 90935498-61 - 08/2022 - GARDEN COMERCIO DE BEBIDAS FERMENTADAS LTDA - 90937388-34 - 08/2022 - GARRA INDUSTRIA DE MOVEIS E ACESSORIOS EM METAL EIRELI - 90163145-09 - 08/2022 - GAS E AGUA CORSINI LTDA - 90937863-08 - 08/2022 - GASTOTAL COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA - 90268801-38 - 08/2022 - GASTROPAR RESTAURANTES LTDA - 90939420-16 - 08/2022 - GATTO & MONTEIRO REVESTIMENTOS LTDA - 90455431-69 - 08/2022 - GB SYSTEM INFORMATICA EIRELI - 90346666-92 - 08/2022 - GCT CODIPEL PRODUTOS E SISTEMAS DE LIMPEZA EIRELI - 90667111-50 - 08/2022 - GEFERSON KECHVE GUNHA - 90935649-09 - 08/2022 - GEOGROUP HOLDING LTDA - 90939262-40 - 08/2022 - GEOVANE JONATHAN LIMA MOTTA LTDA - 90956129-94 - 07/2022 - GERACAO DE VALOR LTDA - 90924783-75 - 08/2022 - GERSON LUIZ WIECZOREKI - 90937652-11 - 08/2022 - GFSA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO ANIMAL LTDA - 90937080-99 - 08/2022 - GIANI IOLANDA FREIBERGER - 90453022-00 - 08/2022 - GIESE AGRONEGOCIOS LTDA - 90939052-42 - 08/2022 - GILDA A G MENEGHIN LTDA - 90935719-56 - 08/2022 - GILMAR J. BORSOI TRANSPORTES EIRELI - 90642417-77 - 08/2022 - GILMARA THAIS BERNARDI COMERCIO DE CARVAO - 90781560-98 - 08/2022 - GILSON GILBERTO LISE - 90226453-12 - 08/2022 - GL PRODUTOS GRAFICOS - EIRELI - 90833252-05 - 08/2022 - GL SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI - 90852518-37 - 08/2022 - GLAUCIO PAES E DOCES LTDA - 90936037-42 - 08/2022 - GLOBAL AQUECEDORES EIRELI - 90823915-65 - 08/2022 - GLOBALFLEX MANUTEC LTDA - 90410715-80 - 08/2022 - GLOBO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE SEGURANCA LTDA - 90956124-80 - 07/2022 - GMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA - 90838050-96 - 08/2022 - GODCENTER REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90936043-90 - 08/2022 - GOFAST TRANSPORTES EIRELI ME - 90747796-78 - 08/2022 - GOLIVE CONSULTORIA LTDA - 90925406-07 - 08/2022 - GOLIVE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - 90928171-70 - 08/2022 - GRACIE BARRA ARAUCARIA LTDA - 90940211-51 - 08/2022 - GRAFFOMAX COMERCIAL E SERVICOS LTDA ME - 90622465-85 - 08/2022 - GRM COMERCIO E INTERMEDIACOES E SERVICOS LTDA - 90935669-52 - 08/2022 - GRM PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - 90935788-88 - 08/2022 - GROUP GOAL LIFE LTDA - 90912404-21 - 08/2022 - GRX ENGENHARIA LTDA - 90936280-60 - 08/2022 - GSM SERVICOS ESPECIALIZADOS E TRANSPORTES LTDA - ME - 90767929-22 - 08/2022 - GTB EMPREENDIMENTOS S.A. - 90936591-01 - 08/2022 - GTS SERVICOS HIDRAULICOS EIRELI ME - 90725694-47 - 08/2022 - GTV BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - 90627089-70 - 08/2022 - GUARANI COLHEITA E TRANSPORTES AGRICOLAS LTDA - 90946254-13 - 08/2022 - GUARAVET FARMACIA DE MANIPULACAO VETERINARIA LTDA - 90937921-03 - 08/2022 - GUIDO DE PAULA REIMANN 02345342900 - 90877074-98 - 08/2022 - GUIMARAES COMERCIO DE PECAS - EIRELI - 70117184-55 - 08/2022 - GUSTAVO ESTEVAN LOPES COMERCIO DE EMBALAGENS - 90670516-85 - 08/2022 - GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA - 90731197-04 - 08/2022 - GW INDUSTRIA DE MAQ E EQUIP PARA TRATAMENTOS DE AGUA LT - 90458062-75 - 08/2022 - GWR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - 90831757-26 - 08/2022 - H M SUZUKI CADEIRAS ARTESANAL - 90939866-50 - 08/2022 - H.I. MOTOS LTDA - 90939834-72 - 08/2022 - HAACK JOALHEIROS LTDA - 90485341-01 - 08/2022 - HAMBURGUERIA E CHOPERIA SAN DIEGO LTDA - 90935681-49 - 08/2022 - HAPPY CO VESTUARIOS E COMETICOS ECOMMERCE EIRELI - 90897147-77 - 08/2022 - HARPJA COMERCIO DE COLCHOES LTDA - 90828793-20 - 08/2022 - HARU COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - 90936931-21 - 08/2022 - HAVANNA STORE COMERCIO DE CALCADOS E VESTUARIO LTDA - 90786464-27 - 08/2022 - HECK E REBEQUE DOCES LTDA - 90828892-02 - 08/2022 - HELENA GOULART REIS COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - 90940434-73 - 08/2022 - HELLO SOLUCOES EM IOT E ENGENHARIA LTDA - 90938856-24 - 08/2022 - HELOU SOLAR ELETRICIDADE LTDA - 90882535-71 - 08/2022 - HENRIQUE CAMPOS SOUZA TRANSPORTES - 90753436-79 - 08/2022 - HIDRA BAR LTDA - 90936227-04 - 08/2022 - HIPER DISTRIBUICAO E EXPORTACAO LTDA - 90958151-60 - 08/2022 - HMD AGROPECUARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - 90936506-60 - 08/2022 - HOME MULTILOJA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DOMESTIC - 90937916-46 - 08/2022 - HORA DO INTERVALO COMERCIO DE ALIMENTOS CURITIBA LTDA - 90939114-80 - 08/2022 - HOSHA COMERCIO DE PRODUTOS PARA AUDIO E ESPORTE LTDA - 90381274-51 - 08/2022 - HOTEL CORREA & BARBOSA LTDA ME - 90581418-41 - 08/2022 - HPOINT BRASIL HOTELS LTDA - 90918110-03 - 08/2022 - HS COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA - 90922530-20 - 08/2022 - I DA SILVA ROSA & CIA LTDA - ME - 90428875-68 - 08/2022 - I. R. DE OLIVEIRA - CONFECCOES EIRELI - 90412037-54 - 08/2022 - IDEALTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90956821-86 - 07/2022 - IDENTECH BRASIL INDUSTRIAL E COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS - 60125072-14 - 08/2022 - ILUMIFORT COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTD - 90837473-80 - 08/2022 - IMAGINE ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS LTDA - 90882392-34 - 08/2022 - IMPACTO ATACADISTA LTDA - 90958153-21 - 08/2022 - IMPERATRIZ COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS - EIREL - 90856344-18 - 08/2022 - IMPRESSORA COMERCIO DE PAPEIS LTDA - 90936696-89 - 08/2022 - INAJARA DE FARIA SANTOS - 90938684-52 - 08/2022 - INALARME IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRO - 90937279-80 - 08/2022 - INBRACELL IND BRASIL DE ACUMULADORES ELETRICOS LTDA - 90939474-09 - 08/2022 - INDUSTRIA DE PAPEL AMAZONAS LTDA - 90940274-35 - 08/2022 - INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS MAVALERIO LTDA - 09909119-32 - 08/2022 - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS VALE VERDE EIRELI - 90468814-24 - 08/2022 - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS BALTEZAN LTDA - 90172188-21 - 08/2022 - INGRID GONZALEZ DE JESUS EIRELI - 90939724-38 - 08/2022 - INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A - 90732870-89 - 08/2022 - IOLANDA MARQUES MARIANO - 41804347-42 - 08/2022 - IONE MEIRA - TRANSPORTES - 90957624-57 - 07/2022 - IP AGROPECUARIA E FLORESTAL LTDA - 90953671-59 - 07/2022 - IR FORTE SEGURANCA PRIVADA LTDA - 90839397-00 - 08/2022 - IRENE DE BAIRROS - 90392824-77 - 08/2022 - IRON - COMERCIO DE SUCATAS E FERRAGENS LTDA - 90938212-27 - 08/2022 - ISABEL GONCALVES MOVEIS LTDA - 90938734-56 - 08/2022 - IVANILDE BARBOSA - 90523133-22 - 08/2022 - IVANILDE TEREZINHA DA SILVA - 90479858-43 - 08/2022 - IVONEI S. CORTEZE & CIA. LTDA - 90604020-40 - 08/2022 - IZABEL DE O. GALVAO LTDA - 90953153-53 - 06/2022 - IZIEL ANTONIO JARDINS - 90937666-17 - 08/2022 - J A CONSTRUCOES LTDA - 90956405-05 - 07/2022 - J BAHLS CONFECCOES - ME - 90671291-10 - 08/2022 - J C P SCOPARO USINA SOLAR FOTOVOLTAICA - 90939393-09 - 08/2022 - J C PACHECO CONSTRUTORA LTDA - 90939771-54 - 08/2022 - J CEZAR IANI CORNELIO PROCOPIO - 90938240-80 - 08/2022 - J CORREIA - 90936383-76 - 08/2022 - J DA C SANTOS TURISMO VIAGENS E EVENTOS - 90935659-80 - 08/2022 - J L F MOTA JUNIOR LTDA - 90940265-44 - 08/2022 - J M DA COSTA PASSOS LTDA - 90939198-98 - 08/2022 - J M DO NASCIMENTO PONTO CERTO COMERCIO DE FERRAGENS, HI - 90939656-52 - 08/2022 - J M MELO ARMARINHOS - 90710619-54 - 08/2022 - J PEDRO DA SILVA HAMBURGERIA - 90935981-37 - 08/2022 - J S FERREIRA & CIA LTDA - 90366834-20 - 08/2022 - J T DE FARIAS LTDA - 90936482-58 - 08/2022 - J V M SOARES SERVICOS DE TERRAPLANAGEM - 90936731-04 - 08/2022 - J&S TRANSPORTES LTDA - 90886677-08 - 08/2022 - J. B. LOPES GUIMARAES - 90939622-03 - 08/2022 - J. C. GONCALVES - LOCACOES E SERVICOS - 90715932-98 - 08/2022 - J. HENRIQUE GONCALVES - 90804500-92 - 08/2022 - J. V. REFRIGERACAO LTDA - 90936657-72 - 08/2022 - J.D.B. INSTALACOES ELETRICAS LTDA - 90937246-12 - 08/2022 - J.FERNANDES COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 90864564-24 - 08/2022 - J.RODRIGUES DE SOUZA - ME - 90699492-55 - 08/2022 - JAGUALAND LOTEADORA E INCORPORADORA SPE LTDA - 90938843-00 - 08/2022 - JAOH BRASIL LTDA - 90925629-10 - 08/2022 - JAILSON MOLAO JUNIOR - 90809330-50 - 08/2022 - JAIQUES LUCIANO ROCHA - JL COMERCIAL - 90857727-21 - 08/2022 - JAY MORAES PAPELARIA - ME - 90761633-99 - 08/2022 - JBGOMES COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 90938682-90 - 08/2022 - JC LASER LOCACOES LTDA - 90930993-00 - 08/2022 - JCG RESTAURANTE LTDA - 90900052-16 - 08/2022 - JD DISTRIBUIDORA DE SOFTWARE LTDA - 90935731-42 - 08/2022 - JEFERSON L FAUSTINO MADEIRA EIRELI - ME - 90720400-63 - 08/2022 - JENUARIO CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA - 90938250-52 - 08/2022 - JHX EXPRESS TRANSPORTES RODOVIARIO EIRELI - 90935922-69 - 07/2022 - JLA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - 90892164-08 - 08/2022 - JM BARBEARIA LTDA - 90935602-45 - 08/2022 - JM CAPITAL GAS LTDA - 90936254-79 - 08/2022 - JM VEICULOS LTDA - 90936327-69 - 08/2022 - JMJR BAR E RESTAURANTE LTDA - 90938342-05 - 08/2022 - JOAN COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI EPP - 90722881-97 - 08/2022 - JOAO FELIPE COSTA - 90757338-92 - 08/2022 - JOAO GABRIEL ZIMMERMANN - 90956688-68 - 07/2022 - JOAO GONCALVES DE LIMA - ME - 90621041-01 - 08/2022 - JOAO MARCOS SCHULTZ - 90771462-42 - 08/2022 - JOAO NERY DE OLIVEIRA - 90520041-09 - 08/2022 - JOAO PEDRO & FILHOS LTDA - 32400403-35 - 08/2022 - JOAO VITOR PILATI EIRELI - 90718097-20 - 08/2022 - JOAQUIM CEZAR BRISOLA LANCHONETE LTDA - 90891493-79 - 08/2022 - JOCELI SOLANGE DE OLIVEIRA CARNEIRO - 90153466-79 - 08/2022 - JOCIEL GOMES SOARES - 90938644-65 - 08/2022 - JOEL JUNIOR DA SILVA - 90848888-15 - 08/2022 - JOLUX COMERCIO ATACADISTA DE CAMA, MESA E BANHO LTDA - 90565494-28 - 08/2022 - JORGE TENORIO DA COSTA & CIA LTDA - 90939216-04 - 08/2022 - JOSE KWON OH - 90689010-03 - 08/2022 - JOSE KWON OH - 90580737-49 - 08/2022 - JOSE MORENO & CIA LTDA - 90939294-27 - 08/2022 - JOSE NOIR PERPETUO ME - 90734775-38 - 08/2022 - JR COMERCIO DE BICICLETAS E ACESSORIOS LTDA - 09904278-87 - 08/2022 - JR IMPRESSAO LTDA - 90940392-80 - 08/2022 - JR MATERIAIS PARA IMPRESSAO LTDA - 90564458-00 - 08/2022 - JRM DESMOBILIZACAO INDUSTRIAL MARINGA PR SPE LTDA - 90935675-09 - 08/2022 - JSB PARTICIPACOES LTDA - 90938756-61 - 08/2022 - JT INTERNATIONAL DISTRIBUIDORA DE CIGARROS LTDA - 90938193-20 - 08/2022 - JULIEN OMER RAPOSO LIMITADA - 90936390-03 - 08/2022 - JULIO CESAR PEREIRA DE SOUZA ME - 90526576-84 - 08/2022 - JUNICAR VEICULOS USADOS E ESTACIONAMENTO EIRELI - 90940127-56 - 08/2022 - JUNIOR MOTOS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA - 90909851-30 - 08/2022 - K TANTO BOGUCHEVSKI TRANSPORTES - 90794356-91 - 08/2022 - K.J COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90880285-35 - 08/2022 - KAK DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA - 90938783-34 - 08/2022 - KAREN LOURENCO DE CARVALHO MORATO - ATTACK SEGURANCA - 90873119-00 - 08/2022 - KASA DA IMPRESSAO COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA - 90819283-44 - 08/2022 - KELLY DAIHANNE TURIM WUTZKE LTDA - 90834045-04 - 08/2022 - KELLY TAMIOSO DA SILVA - COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - 90952828-38 - 06/2022 - KEYTRADE FERTILIZANTES BRASIL LTDA - 90935205-37 - 08/2022 - KIM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90940079-14 - 08/2022 - KINDER PARK - PARQUE DE DIVERSOES LTDA - 10198676-48 - 08/2022 - KLEBER DE SOUZA SOARES - 90906389-28 - 08/2022 - KOMPRAKI COMERCIAL DE VESTUARIOS E ELETRONICOS LTDA - 90849793-73 - 08/2022 - KOTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 10505996-51 - 08/2022 - KRONOSPACK INDUSTRIA DE EMBALAGEM LTDA - 90784032-81 - 08/2022 - KTR - KING TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME - 90731386-79 - 08/2022 - KULCSTAR COMERCIO DE CALCADOS LTDA ME - 90248756-50 - 08/2022 - L C DA CONCEICAO MERCEARIA LTDA - 90939274-83 - 08/2022 - L D S BASTOS FLORICULTURA - 90938571-75 - 08/2022 - L HENRIQUE LEAL DE SOUZA - 90917106-73 - 08/2022 - L MATTOZO DE OLIVEIRA - 90936951-75 - 08/2022 - L TUROZZI - ME - 90758853-07 - 08/2022 - L. A. CAMARA - USINAGENS - ME - 90683401-41 - 08/2022 - L. DE OLIVEIRA RIBEIRO - 90947375-64 - 08/2022 - L. GOMES LOPES - 90805813-59 - 08/2022 - L. PACHECO TRANSPORTADORA - 90953659-62 - 07/2022 - L.C. CARRA & CIA LTDA - 90910553-65 - 08/2022 - L.K. INDUSTRIA DE DESCARTAVEIS E SERVICOS EIRELI - 90770996-51 - 08/2022 - LA MAFIA TRATTORIA LTDA - ME - 90617340-98 - 08/2022 - LAERTES LIBERALESSO - 90939385-07 - 08/2022 - LAVOURA INDUSTRIA



COMERCIO OESTE S/A - 90462315-60 - 08/2022 - LD TRANSPORTE, FRETAMENTO E TURISMO LTDA - 90937095-75 - 08/2022 - LDS INCORPORADORA LTDA ME - 90593060-54 - 08/2022 - LEAO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - 90644421-60 - 08/2022 - LEICAM SERVICOS PRESTADOS LTDA - 90804431-26 - 08/2022 - LEONICE NOBRE DE OLIVEIRA E CIA LTDA - 90935948-16 - 08/2022 - LEONILDA BALAN ME - 90666520-49 - 08/2022 - LEONILDO CARMELO BENEDITO INCORPORADORA EIRELI - 90793225-79 - 08/2022 - LEVI PAULINO DANTAS CONFECÇÕES - EIRELI - 90896675-90 - 08/2022 - LFCS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90921308-83 - 08/2022 - LFORLEPA PIZZARIA LTDA - 90937227-50 - 08/2022 - LIDER NEGOCIOS E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90928580-11 - 08/2022 - LIDIA ANDRADE DE OLIVEIRA LTDA - 90937210-01 - 08/2022 - LIFE EXTREME PRODUTOS NATURAIS E SUPLEMENTOS LTDA - 90930608-62 - 08/2022 - LIMA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - 90938306-41 - 08/2022 - LIMPEX NEW HIDRAULICA E INCORPORACAO LTDA - 90856714-53 - 08/2022 - LINDOYA INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LT - 90939354-00 - 08/2022 - LINHARES & CASTRO LTDA - 11600762-20 - 08/2022 - LISANDRA C. NASCIMENTO & CIA LTDA - 90940115-12 - 08/2022 - LOGCONDOR OPERADOR LOGISTICO LTDA - 90901472-74 - 08/2022 - LOJAS MILIUM LTDA - 09910238-10 - 08/2022 - LORAC INFSTORE LTDA - 90939220-10 - 08/2022 - LRC TRANSPORTES E LOCACOES LTDA - 90953859-98 - 07/2022 - LS COMERCIO DE CARNES LTDA - 90824917-80 - 08/2022 - LSX SERVICOS LTDA - 90938162-23 - 08/2022 - LUCAS AUGUSTO DA SILVA LTDA - 90857952-68 - 08/2022 - LUCAS LOMBARDE DIVINO ME - 90592203-38 - 08/2022 - LUCAS ROCHA FRANCEZ - 90812615-79 - 08/2022 - LUCICLIN CENTRO DE ESTETICA LTDA - 90938417-67 - 08/2022 - LUERSEN & FARIA LTDA - 90935950-30 - 08/2022 - LUIS A P GOMEZ - 90242157-22 - 08/2022 - LUIS GUILHERME LIMA SCHWIND - 90294376-50 - 08/2022 - LUIS PEREIRA DO NASCIMENTO & CIA LTDA - 90447177-16 - 08/2022 - LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOVEIS PLANEJADOS - 90807689-39 - 08/2022 - LUIZ HENRIQUE GONCALVES ANTCHESKI - MATERIAIS DE CONST - 90845306-94 - 08/2022 - LUMINI COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - 90785497-31 - 08/2022 - LUPAR TELECOMUNICACOES LTDA - 90938883-05 - 08/2022 - LUVAS YELING LTDA - 10148058-57 - 08/2022 - LYTUX SERVICOS EM TELECOMUNICACOES, REDES E TREINAMENTO - 09910206-32 - 08/2022 - M A MASSAS MARIALVA LTDA - 90939659-03 - 08/2022 - M ALBERTO - RECIMAX METAIS - EIRELI - 90609081-30 - 08/2022 - M CANUTO DA SILVA - 90939510-07 - 08/2022 - M D ARTERO - 90937803-69 - 08/2022 - M DE OLIVEIRA PEPI - 90779595-02 - 08/2022 - M J DA SILVA MJS ENGENHARIA ASSESSORIA E SOLUCOES EMPRE - 90937741-21 - 08/2022 - M J DAL POSSO PRODUTOS APICOLAS LTDA - 90879828-71 - 08/2022 - M J DE LARA NATAL - VEICULOS - ME - 90761743-23 - 08/2022 - M L GARCIA BATISTA - 90782821-23 - 08/2022 - M M PALACE HOTEL LTDA - 90935533-89 - 08/2022 - M. A. PEREIRA COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - 90739478-60 - 08/2022 - M. ALEXANDRE DO COUTO - AUTO PECAS - 90849158-04 - 08/2022 - M. SOARES BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA - 90932694-00 - 08/2022 - M.B. COMERCIO DE CALCADOS LTDA - 90635535-38 - 08/2022 - M.E. DO ROSARIO TIMOTEO - BEBIDAS - 90894948-07 - 08/2022 - M.GUEDES - ESTRUTURAS METALICAS - 90924349-12 - 08/2022 - M.PONTILI - 90842228-76 - 08/2022 - MA AGROPECUARIA LTDA - 90939410-44 - 08/2022 - MAC DISTRIBUIDORA BLU - EIRELI - 90821533-89 - 08/2022 - MACEDO & BARBOSA COMERCIO E MANUTENCAO DE FERRAMENTAS L - 90782512-44 - 08/2022 - MACHADO COMERCIO DE FRUTAS LTDA - 90936115-08 - 08/2022 - MADEIREIRA POTREIRO BONITO EIRELI - 90581836-84 - 08/2022 - MAERSK LOGISTICS & SERVICES BRASIL LTDA - 90799414-73 - 08/2022 - MAFER SUCATAS LTDA - 90948517-74 - 08/2022 - MAHER KASSAB - 90592609-84 - 08/2022 - MAICO HANZAWA-ME - 90655997-80 - 08/2022 - MAIS COMERCIO DE VESTUARIO E ACESSORIOS DECORATIVOS LTD - 90939557-70 - 08/2022 - MANIS - INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90935630-07 - 08/2022 - MAPEL PANIFICADORA LTDA - 90454018-87 - 08/2022 - MAQ E FRIO TRANSPORTES EIRELI - 90755425-23 - 08/2022 - MARATHON TRADE AGRO - DISTRIBUICAO DE MATERIA-PRIMA AGR - 90866033-11 - 08/2022 - MARCELO MACHADO TRANSPORTES - 90939257-82 - 08/2022 - MARCELO WASILEWSKI ROUPAS LTDA - 90903394-24 - 08/2022 - MARCENARIA OLIVEIRA E SILVA LTDA - 90605372-13 - 08/2022 - MARCIO ROBERTO DE SOUSA - ACOUGUE - 90434176-20 - 08/2022 - MARCO ANTONIO CAMELO VIDRACARIA - 90896511-63 - 08/2022 - MARCO AURELIO DE JESUS KEDROSKI - 90939823-10 - 08/2022 - MARCOLINO E RODRIGUES LTDA - 90107672-34 - 08/2022 - MARCOS BENEDITO FERREIRA COMERCIO DE ALIMENTOS E AGROIN - 90893966-27 - 08/2022 - MARGEM FLORESTAL LTDA - 90937127-97 - 08/2022 - MARIA APARECIDA RAIMUNDO DE CASTRO - 90864417-45 - 08/2022 - MARIA DE LOURDES LOPES - 90936230-00 - 08/2022 - MARIANA ALVES MOREIRA ESCANES - ME - 90756316-23 - 08/2022 - MARINMAZER INDUSTRIA DE CARRETAS REBOQUE LTDA - 90695385-49 - 08/2022 - MARIO EUFRASIO FRANCISCO & CIA LTDA - 90939275-64 - 08/2022 - MARISA MARTINS ARMACOLLO - PASTELARIA E LANCHONETE - EI - 90786033-70 - 08/2022 - MARMORARIA FENIX LTDA - 90777059-18 - 08/2022 - MARONEZI & CUCATO - DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA - 90937144-98 - 08/2022 - MARTA MIDORI YOSHIDA LTDA - 90929406-13 - 08/2022 - MARTEL COMERCIO DE VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA - ME - 90765531-89 - 08/2022 - MARTINEZ & MARTINEZ COMERCIAL LTDA - 90700340-07 - 08/2022 - MARUMBY AUTO SHOPPING VEICULOS MULTIMARCAS LTDA - 90935931-78 - 08/2022 - MASTER LASER EQUIPAMENTOS LTDA - 90927633-04 - 08/2022 - MASTER MODAS LTDA - 90939357-45 - 08/2022 - MATEUS GUERRA NUNES - COMERCIO DE ARTESANATOS - 90617661-00 - 08/2022 - MATEUS GUERRA NUNES - COMERCIO DE ARTESANATOS - 90731712-93 - 08/2022 - MAUA TENIS CLUBES LTDA - 90915921-07 - 08/2022 - MAURO JOSE PANDOLFO - 90179143-05 - 08/2022 - MAX FYX LTDA - 90914337-34 - 08/2022 - MBN COMERCIO DE MINERIOS EIRELI - 90744901-71 - 08/2022 - MC CURITIBA LTDA - 90939728-61 - 08/2022 - MCG CONSULTORIA LTDA - 90938061-80 - 08/2022 - MECANICA E REFORMA DE CARRETA FB LTDA - 90937534-77 - 08/2022 - MEDME GESTAO LTDA - 90912275-90 - 08/2022 - MEDME SOLUCOES LTDA - 90873245-64 - 08/2022 - MEGA-ACAO BRASIL REPRESENTACOES LTDA - 90939720-04 - 08/2022 - MENDES E MARTINS REPRESENTACOES E TRANSPORTE LTDA - 90936818-91 - 08/2022 - MERCADO BEZERRAO EIRELI ME - 90747758-42 - 08/2022 - MERCEARIA SHEYAN LTDA - 10002451-90 - 08/2022 - MERCOMIX COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - 90907342-18 - 08/2022 - METAIS REGACONI LTDA - 90937718-82 - 08/2022 - METALURGICA J K L LTDA - 90492454-72 - 08/2022 - METALURGICA PEREIRA E BIAVA LTDA - ME - 90758657-05 - 08/2022 - METALURGICA SANTA CECILIA S/A - 20102007-79 - 08/2022 - MEZZOMO & MEZZOMO LTDA - 90579566-04 - 08/2022 - MG IMPORT COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90870662-55 - 08/2022 - MGM - SERVICO DE FUNILARIA E PINTURA EIRELI - 90846444-36 - 08/2022 - MGS INDUSTRIA DE COMPENSADOS EIRELI - 90935991-09 - 08/2022 - MICHEL DE SOUZA REZENDE TRANSPORTADORA TURISTICA EIRELI - 90827140-89 - 08/2022 - MINASPETROL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90311504-15 - 08/2022 - MINERACAO RIO TIBAGI LTDA - 90882033-96 - 08/2022 - MINERADORA DE AGUAS RAINHA LTDA - 90164621-09 - 08/2022 - MINERADORA SYROS LTDA - ME - 90937528-29 - 08/2022 - MINERALIZADORA PRUDENTOPOLIS LTDA - 90834622-02 - 08/2022 - MIRAGE E CIA LTDA - 90938219-01 - 08/2022 - MIRAMPA DISTRIBUIDORA LTDA - 90936251-26 - 08/2022 - MIX TEXTIL COMERCIO DE TECIDOS LTDA - 90839147-07 - 08/2022 - ML RESTAURANTE E CONFEITARIA LTDA - ME - 90714461-55 - 08/2022 - MM MAT CONSTRUCAO LTDA - 90852415-21 - 08/2022 - MMJ COMERCIO E SERVICOS EIRELI - 90779550-00 - 08/2022 - MOBILLIER COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDA - EPP - 90732157-62 - 08/2022 - MODELAR - COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO, INTERMEDIAÇ - 90581496-64 - 08/2022 - MODULO SISTEMAS ACESSIVEIS LTDA - ME - 90937353-04 - 08/2022 - MOISES DE OLIVEIRA SILVA - 90937963-62 - 08/2022 - MONT BLANC - COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME - 90633407-04 - 08/2022 - MONTAGNER EMPREENDIMENTOS LTDA - 90936835-92 - 08/2022 - MONTANA PRE MOLDADOS LTDA - 90625317-86 - 08/2022 - MORAVIA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90936143-53 - 08/2022 - MOREPAR REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI - 90953316-34 - 06/2022 - MOURA DIAS E SANTOS TEIXEIRA - VESTUARIO LTDA - 90940007-40 - 08/2022 - MOURA DULTRA TRANSPORTES LTDA - 90936293-85 - 08/2022 - MOURAO CADEIRAS PARA ESCRITORIO LTDA - 90927395-19 - 08/2022 - MR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI - 90937424-32 - 08/2022 - MRAGI CONSTRUCOES LTDA - ME - 90742272-09 - 08/2022 - MRG - ASSESSORIA EMPRESARIAL - EIRELI - 90936155-97 - 08/2022 - MRHD ACESSORIOS PARA MOTOCICLETAS LTDA - 90706478-66 - 08/2022 - MULTI OBRAS LTDA - 90940059-70 - 08/2022 - MULTIPLICA ATACADO LTDA - 90945823-40 - 08/2022 - MUREX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE SORBET DE FRUT - 90793957-03 - 08/2022 - MURICI TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI - 90819387-30 - 08/2022 - MUSA SERVICOS DE ESTETICA E EMAGRECIMENTO LTDA - 90570597-00 - 08/2022 - MUVIER MEDICAMENTOS VETERINARIOS LTDA - 90888499-03 - 08/2022 - MV TECHNOLOGIES LTDA - 90909385-65 - 08/2022 - MY ESTHETIC FRANCHISING LTDA - 90911649-03 - 08/2022 - N A S DA SILVA HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - 90928576-35 - 08/2022 - N GALDINO JUNIOR ARMARINHOS - 90937301-83 - 08/2022 - NACIONAL ENERGY DISTRIBUIDORA DE KIT FOTOVOLTAICO LTDA - 90957086-73 - 07/2022 - NAIARA GONCALVES LOURENCO FUNILARIA - 90856332-84 - 08/2022 - NANAU VEICULOS USADOS LTDA - 90937223-26 - 08/2022 - NANOBAT COMERCIO IMPERMEABILIZANTE E BATERIA AUTOMOTIVA - 90956952-45 - 07/2022 - NATHALIA JORGE MARIANO - 90759267-71 - 08/2022 - NAYARA DE ANDRADE SILVA LTDA - 90719053-62 - 08/2022 - NECO HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - 90551578-01 - 08/2022 - NEUZA APARECIDA VENDRAMETTO GIMENES - EIRELI - 20803816-81 - 08/2022 - NEW FOOD ALIMENTOS LTDA - 90940032-50 - 08/2022 - NMC LANCHES - 90802072-36 - 08/2022 - NOAH RESTAURANT CLUB MARINGA LTDA - 90693358-69 - 08/2022 - NOBRE & DANTAS TREINAMENTOS E SERVICOS TECNICOS LTDA - 90938536-92 - 08/2022 - NOSSA FAMILIA CONSULTORIA LTDA - 90940177-15 - 08/2022 - NOSSA SENHORA DE FATIMA VEICULOS LTDA - 90939312-43 - 08/2022 - NOVA GABINETES - EIRELI - 90834870-27 - 08/2022 - NOVAZECATUR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA - 90938564-46 - 08/2022 - NOVOCENTRO VEICULOS LTDA - 90811818-93 - 08/2022 - NUFARM DO BRASIL LTDA - 90940514-92 - 08/2022 - NUTRE - COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS PARA MANIPUL - 90936597-05 - 08/2022 - NUTRIBIO COMERCIO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEG - 90780306-63 - 08/2022 - NUTRIPAR LTDA - 90464173-10 - 08/2022 - NUTRIR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90521071-88 - 08/2022 - O ALI EL SAFADI OMAR ALI EL SAFADI CELULARES - 90953112-85 - 06/2022 - OCEANFERTIL ARMAZEM AGROPECUARIO LTDA - 90881496-77 - 08/2022 - OFFER BANK SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA - 90932809-86 - 08/2022 - OLIVEIRA & SANTOS - ARQUITETURA E MOVEIS PLANEJADOS LTD - 90932714-80 - 08/2022 - OLIVEIRA DE JESUS RIBEIRO ME - 90940082-10 - 08/2022 - OLIVEIRA E ALVES DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS LTDA - 90938173-86 - 08/2022 - ON-HIGHWAY BRASIL LTDA - 90876261-45 - 08/2022 - OPIS & OPIS LTDA - 10702159-06 - 08/2022 - OPJ INFORMATICA LTDA - 90897063-24 - 08/2022 - OPTICA REDES E INTERNET LTDA - 90936129-03 - 08/2022 - ORIGEM COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90834972-51 - 08/2022 - ORIVALDO RIBEIRO LINS - ME - 90749391-10 - 08/2022 - OSVALDIR IZAIAS DOS SANTOS BEBIDAS - 90646638-41 - 08/2022 - OTICAS LEONN LTDA - 90957455-28 - 07/2022 - OTICAS VIZZIO LTDA - 90938280-78 - 08/2022 - OURIZONA COMERCIO E SERVICOS LTDA - 90885392-03 - 08/2022 - OURO FINO QUIMICA S.A. - 90956494-80 - 07/2022 - OZZI DO BRASIL LTDA - 90936162-16 - 08/2022 - P C FREITAS LTDA - 90936584-82 - 08/2022 - P H NUNHEZ & CIA LTDA - 90275686-85 - 08/2022 - P NOGUEIRA NUNES BAR E CONVENIENCIA - 90937404-99 - 08/2022 - P REBUTINI CABELAIREIRA LTDA - 90935541-99 - 08/2022 - P.B. LOPES & CIA LTDA - 90649520-10 - 08/2022 - PACHECOS PESQUE E PAGUE LTDA - 90936141-91 - 08/2022 - PAES E FILHOS LTDA - 90935685-72 - 08/2022 - PAGGO ADMINISTRADORA LTDA - 90678751-22 - 08/2022 - PAINEL SOLAR - ENERGIA SOLAR LTDA - 90936196-65 - 08/2022 - PAIXAO TRANSPORTES LTDA - 90940102-06 - 08/2022 - PAMELA DALCUCHE DE BARROS - EIRELI - ME - 90750124-86 - 08/2022 - PAMPAS COMERCIAL LTDA -



90868800-72 - 08/2022 - PANIFICADORA E CONFEITARIA DOCE VANILA EIRELI - 90826170-40 - 08/2022 - PANIFICADORA E CONFEITARIA FAMILIA PERINE LTDA - 90937363-86 - 08/2022 - PANIFICADORA MARTINS LTDA - 90790409-13 - 08/2022 - PANORAMA AGROPECUARIA E FLORESTAL LTDA - 90953678-25 - 07/2022 - PAPELARIA PONTO FINAL LTDA - 90182143-74 - 08/2022 - PARQUE ATUBA - MADEIREIRA E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - 90939302-71 - 08/2022 - PASQUALOTTO E CARLESSO LTDA - 90934116-73 - 08/2022 - PASSARINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90757847-05 - 08/2022 - PASTEU AUTO PECAS - COMERCIO DE PECAS LTDA - 90938870-82 - 08/2022 - PASTOREIRO COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA - 90936883-90 - 08/2022 - PATRICIA KLUBER PETRIGOWITSCH E CIA LTDA - 90758146-20 - 08/2022 - PAULO SERGIO NOGUEIRA SORVETERIA - ME - 90767877-67 - 08/2022 - PE VERMELHO TRANSPORTE E COMERCIO EIRELI - 90902016-60 - 08/2022 - PECA CERTA COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS EIRELI ME - 90759730-01 - 08/2022 - PEDREIRA PEROLA LTDA - 40103829-93 - 08/2022 - PEDRO ISAIR GONCALVES RESTAURANTE - 90772844-75 - 08/2022 - PENINSULA ENERGIA LTDA - 90937840-03 - 08/2022 - PEPPER SHOES CALCADOS LTDA - 90611660-06 - 08/2022 - PERSONAL PELICULAS COMERCIO E SERVICOS EIRELI - 90926491-02 - 08/2022 - PESTANA E DARIVA COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 90906843-69 - 08/2022 - PILLOWTOY LTDA - 90755784-71 - 08/2022 - PINEE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90918436-30 - 08/2022 - PIZZA & PEREIRA LTDA - 90797428-61 - 08/2022 - PIZZARIA DELLA PIZZA LTDA - ME - 90593354-02 - 08/2022 - PIZZUM ALIMENTOS LTDA - 90776695-04 - 08/2022 - PL CONSULTORIA LTDA - 90939612-31 - 08/2022 - PL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - 90546667-45 - 08/2022 - PLANTIOINVEST INVESTIMENTOS SA - 90913297-59 - 08/2022 - PLATINA COM DE EQUIP DE SEGURANCA LTDA - 90939968-84 - 08/2022 - PLUG APE LTDA - 90924776-46 - 08/2022 - POLISUL TRANSPORTES E LOGISTICA FRIGORIFICADA LTDA - 90584945-07 - 08/2022 - POMIANOSKI & POMIANOSKI LTDA - 90370500-05 - 08/2022 - POPULAR VAREJO DE VEICULOS LTDA - 90897043-80 - 08/2022 - PORTINARI - COM DE VIDROS E ESQUADRIAS LTDA - 90912277-51 - 08/2022 - POSTO FERA - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90504798-19 - 08/2022 - POSTO METROPOLE ESTADOS LTDA - 90939730-86 - 08/2022 - POSTO METROPOLE TABOAO LTDA - 90894178-02 - 08/2022 - POSTO PLANALTO & CIA LTDA - EPP - 40701037-08 - 08/2022 - POSTO QUINTA BALSA NOVA EIRELI - 90575369-07 - 08/2022 - POUSSADA VILLAGE MATERA LTDA - 90937970-91 - 08/2022 - POWER PIZZA - PIZZARIA EIRELI - 90371903-62 - 08/2022 - PRADO DE ALMEIDA & CIA LTDA - 90936616-02 - 08/2022 - PRAIAS CLUB HOSPEDAGEM E TURISMO LTDA - 90800192-35 - 08/2022 - PRATICA COMERCIO E LOCACAO DE BENS LTDA - 90807413-05 - 08/2022 - PREMIER DISTRIBUIDORA EIRELI - 90670185-56 - 08/2022 - PREMIUM MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA - 90784066-20 - 08/2022 - PRHE DO BRASIL LTDA - 90933553-15 - 08/2022 - PRO PLANTIO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS - 90647375-51 - 08/2022 - PROFISSIONALE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI - 90750085-35 - 08/2022 - PROGELAR MOVEIS LTDA - 90938614-40 - 08/2022 - PROGRILL COMERCIO DE UTENSILIOS EM METAIS E MADEIRAS LT - 90847583-69 - 08/2022 - PROSPECTO SOLAR COM. EQUIP. ELETRICOS LTDA - 90785582-18 - 08/2022 - PROTEIOS NUTRICAÇÃO FUNCIONAL LTDA - 90940099-68 - 08/2022 - PROVENCE VEICULOS S / A - 90596652-91 - 08/2022 - QUIMICPAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA - 90936071-44 - 08/2022 - QUINTAL SHANGRI-LA CHOPERIA LTDA - 90935502-82 - 08/2022 - R A LUZIA ESTOFADOS ME - 90693689-53 - 08/2022 - R B DE CARVALHO -EIRELI - 90327196-59 - 08/2022 - R E V COMERCIO DE ARTEFATOS DE ACRILICO LTDA - 90336787-35 - 08/2022 - R L BEZERRA ACOUGUE E MERCEARIA LTDA - 90924831-07 - 08/2022 - R MEDEIROS MATERIAL DIDATICO LTDA - 90938073-13 - 08/2022 - R QUATTRO COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA - 90686671-40 - 08/2022 - R R ROCHA - MADEIRAS - 90936715-86 - 08/2022 - R RUDNIE RAMOS RESTAURANTE - EPP - 90764204-64 - 08/2022 - R. C. KICHLESKI EIRELI - 90728365-85 - 08/2022 - R10 CEREAIS EIRELI - ME - 90940338-34 - 08/2022 - R2 LAB LTDA - 90936498-15 - 08/2022 - R7 COMERCIO DE VEICULOS E PECAS S.A. - 90855719-04 - 08/2022 - RADIO E TELEVISAO MODELO PAULISTA LTDA - 90465593-79 - 08/2022 - RAFAEL DE OLIVEIRA ANDRADE - 90773224-07 - 08/2022 - RAFAEL FERMIANO DOS SANTOS - 90304702-03 - 08/2022 - RAFAEL FORKEVITZ NETO - 90940246-81 - 08/2022 - RAFAEL LASSI CALDEIRA - RLC OPTICA - 90811570-89 - 08/2022 - RAFAEL LASSI CALDEIRA - RLC OPTICA - 90800132-02 - 08/2022 - RAFAEL MARCOS WACHELESKI - 90415971-91 - 08/2022 - RAM CARGAS LTDA - 90888954-17 - 08/2022 - RANCHO DA PIZZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90501787-03 - 08/2022 - RANCHO GRANDE RESTAURANTE LTDA - ME - 90935580-03 - 08/2022 - RANGEL CABINES ESPECIAIS LIMITADA - 90451925-10 - 08/2022 - RANGEL MARTINS - INFORMATICA ME - 90622567-00 - 08/2022 - RANIOSKI RODRIGUES E ASSIS VIDRACARIA LTDA ME - 90736432-17 - 08/2022 - RANKING ACESSORIOS E MANUTENCOES LTDA - 90935500-10 - 08/2022 - RAYLANE LEMES DA SILVA - 90771256-79 - 08/2022 - RCB TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90338636-30 - 08/2022 - RD COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - 90904757-76 - 08/2022 - RD TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90938663-28 - 08/2022 - REAL DISTRIBUIDOR LTDA - 90954925-65 - 08/2022 - REAL FERT AGRO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90935677-62 - 08/2022 - REBOCAR GUINCHOS LTDA - 90937717-00 - 08/2022 - RECIFE TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - 90742798-61 - 08/2022 - REDE GAS PINHAIS - EIRELI - 90939042-70 - 08/2022 - REDUTECH HIDRAULICA E SANEAMENTO EIRELI - 90401580-62 - 08/2022 - REINALDO BARBOSA SIMOES - 90937141-45 - 08/2022 - RENAN SANDRI - 90811195-86 - 08/2022 - RENASCEM PARTICIPACOES LTDA - 90938175-48 - 08/2022 - RENALTU DO BRASIL S.A. - 90785261-03 - 08/2022 - RENTALIS LOCADORA DE VEICULOS LTDA - 90788048-63 - 08/2022 - REPARADORA AUTOMOTIVA IVAI LTDA - 90566544-85 - 08/2022 - REPUBLICA TEXTIL COMERCIO DE TECIDOS LTDA - 90680928-14 - 08/2022 - RESTAURANTE CRISTO REI DE JACAREZINHO LTDA - 90936782-46 - 08/2022 - RESTAURANTE E LANCHONETE FORTALEZA LTDA - 90330876-13 - 08/2022 - RESTAURANTE MATSURI GLEBA LTDA - ME - 90671811-12 - 08/2022 - RETEC SOLUTION IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ME - 90936823-59 - 08/2022 - REVIBOMBAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INSTALACAO E MANUTE - 90938641-12 - 08/2022 - REVICAR SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME - 90684735-32 - 08/2022 - REVIPAN ALIMENTOS LTDA - 90931196-97 - 08/2022 - RGF ENERGIA RENOVAVEIS LTDA - 90939613-12 - 08/2022 - RGX LOG SUL TRANSPORTES LTDA - 90653043-06 - 08/2022 - RICARDO ELIAS DE BARROS JUNIOR - 90939033-80 - 08/2022 - RICARDO EMIDIO PEREIRA - 90912401-89 - 08/2022 - RIO COMERCIO DE MERCADORIAS CARGAS E SERVICOS LTDA - 90872374-08 - 08/2022 - RISSO PNEUS LTDA - 90352672-60 - 08/2022 - RIVELINO ISOTTON - 90661232-16 - 08/2022 - ROCHA & VASCONCELOS TELECOMUNICACOES LTDA - ME - 90769692-88 - 08/2022 - RODOAMAZONIA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA LTDA - 90936879-03 - 08/2022 - RODOLFO FLORES DA SILVA ALIMENTACAO - ME - 90592396-08 - 08/2022 - RODRIGO C PELARIM AR CONDICIONADO - 90936766-26 - 08/2022 - RODRIGO RIBEIRO COSTA - GUARDIAN MONIT. - 90956029-21 - 07/2022 - RODRIGO SANCHES BAUMEL - RECANTO DO SABIA - 90936592-92 - 08/2022 - RODRIGO SANTANA DE SOUZA & CIA LTDA - ME - 90707280-09 - 08/2022 - RODRIGO SARNEK RESTAURANTE - ME - 90426345-11 - 08/2022 - ROGERIO ALVES PIRES - 90266183-28 - 08/2022 - ROGERIO SCHEID MARTINS FERREIRA ME - 90124222-42 - 08/2022 - RONERO DE SOUZA GOMES MOVEIS E TRANSPORTES - 90772223-64 - 08/2022 - ROQUE NUNES AVALOS - 90954913-21 - 07/2022 - ROSANGELA SOARES DE GOUVEIA - 90857281-53 - 08/2022 - ROSELI APARECIDA FERREIRA DA SILVA LANCHES - ME - 90772143-45 - 08/2022 - ROTA 170 COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90883811-46 - 08/2022 - ROTTANI INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTD - 90890181-93 - 08/2022 - RR GONCALVES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA - 90591485-56 - 08/2022 - RS COMERCIO DE ACUCAR LTDA - 90681512-50 - 08/2022 - RTG TRANSPORTES LTDA - 10004684-91 - 08/2022 - RVM RESTAURANTE LTDA - ME - 90769818-14 - 08/2022 - RX TRANSPORTADORA LTDA - 90868822-88 - 08/2022 - S C DA SILVA CLIMATIZACAO - 90956450-60 - 07/2022 - S C FIRSZT ME - 90842479-41 - 08/2022 - S G SANTANA - PIZZARIA - 90724190-46 - 08/2022 - S RODRIGUES PETSHOP ME - 90745637-48 - 08/2022 - S. PIRES TRANSPORTES LTDA - 90800552-07 - 08/2022 - S.R. COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90939162-87 - 08/2022 - SAGE BRASIL INTERIORES AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO - 90936556-29 - 08/2022 - SALEM HANNA COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 90936278-46 - 08/2022 - SALES MATIAS VESTUARIO LTDA - 90937904-02 - 08/2022 - SAM LOG TRANSPORTES EIRELI ME - 90670322-06 - 08/2022 - SAMARA CAFE LTDA - 90917786-34 - 08/2022 - SAMBAQUI MOTOS LTDA - 11806488-75 - 08/2022 - SAMEC AGROPECUARIA LTDA - 90781475-01 - 08/2022 - SAMUEL SZEREMETA - 90957487-05 - 07/2022 - SANDRO MUNIZ MACHADO - 90937886-96 - 08/2022 - SANTANA & SILVA LTDA - 90937588-60 - 08/2022 - SANTIAGO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90937233-06 - 08/2022 - SANTOS & ANHAIA LTDA - 90847210-15 - 08/2022 - SANTOS E GECEHE ACADEMIA LTDA - 90912393-34 - 08/2022 - SAO JOSE - BLOCOS DE CONCRETO LTDA - 90909314-71 - 08/2022 - SAO JOSE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90929996-93 - 08/2022 - SAPORITI DO BRASIL LTDA - 90561448-78 - 08/2022 - SAS AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA - 90157256-96 - 08/2022 - SAS AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA - 90170484-89 - 08/2022 - SAURIN COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90910023-26 - 08/2022 - SAVANA PLASTIFICADOS LTDA - 90948819-24 - 08/2022 - SAVANA PNEUS LTDA - 90936326-88 - 08/2022 - SAVIC CONFECÇÕES LTDA - 90233037-25 - 08/2022 - SAVINA COMERCIO ARTIGOS VESTUARIO LTDA - 90279688-61 - 08/2022 - SBARAINI & ITAHIDES LTDA - 90936854-55 - 08/2022 - SC PEREIRA INSTALACOES ELETRICAS - 90938339-00 - 08/2022 - SCHNEIDER & SOUZA DISTRIBUIDORA LTDA ME - 90689363-03 - 08/2022 - SCOPA ESCOVAS E VASSOURAS LTDA - 90936643-77 - 08/2022 - SCORPIUS PADARIA E CONFEITARIA LTDA - 80102770-95 - 08/2022 - SEBASTIAO GILBERTO DE SOUZA CRUZ ME - 90937674-27 - 08/2022 - SENEMIX ALIMENTOS LTDA - 90956041-18 - 07/2022 - SEPSA HEALTH GESTAO EM SAUDE LTDA - 90930265-08 - 08/2022 - SEREIA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - 61102596-36 - 08/2022 - SERGIO APARECIDO SOARES 85521981934 - 90930727-98 - 08/2022 - SERGRILL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE FERRO LTD - 90531318-56 - 08/2022 - SERTANEJA DE ARMAZENS GERAIS LTDA - 90688102-02 - 08/2022 - SERVI MONITORAL LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA - 90846422-20 - 08/2022 - SERVICO DE CARDIOLOGIA E RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA DE - 90938902-02 - 08/2022 - SESTARIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90777698-00 - 08/2022 - SETE AMBIENTAL LOGISTICA REVERSA - EIRELI - 90938629-26 - 08/2022 - SETTE LOCACOES LTDA - 90939499-67 - 08/2022 - SHARK TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90850001-68 - 08/2022 - SHELFIN TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - 90938652-75 - 08/2022 - SIDINEI COMERCIO DE CELULARES E ACESSORIOS LTDA - 90825805-38 - 08/2022 - SIGA SINALIZACOES EIRELI - EPP - 90355215-82 - 08/2022 - SIGON TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME - 90609971-33 - 08/2022 - SILABRE COMERCIAL, IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA - 90938812-03 - 08/2022 - SILVA & FRANCO MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA - 90827300-17 - 08/2022 - SILVA & GONZALEZ TRANSPORTES LTDA - 90888902-96 - 08/2022 - SILVA & SANTOS SERVICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E - 90939175-00 - 08/2022 - SILVA & SILVA CONFEITOS E DOCERIA LTDA - 90705312-13 - 08/2022 - SILVA DE OLIVEIRA - ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - 90935664-48 - 08/2022 - SILVIA RIBEIRO DE FREITAS MOREIRA - 90956142-61 - 07/2022 - SILVIO CEZAR HELLMANN MARMORARIA - 90825557-70 - 08/2022 - SILVIO LUCIANO DE PAULA - ME - 90689479-33 - 08/2022 - SIMOES RODRIGUES RECICLAGEM DE PLASTICOS LTDA - 90937766-80 - 08/2022 - SIMPLE VISION DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - 90930908-50 - 08/2022 - SIN - SISTEMA DE IMPLANTE NACIONAL S.A. - 90938662-47 - 08/2022 - SISTEMA EDUCACIONAL CAMPOS GERAIS LTDA - 90807977-93 - 08/2022 - SISTEMA ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA - 90937349-28 - 08/2022 - SLM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME - 90462590-65 - 08/2022 - SOELI APARECIDA DA SILVA HUPALO - 90788910-65 - 08/2022 - SOELI MARIA MACIEL PINTO - ME - 90667144-19 - 08/2022 - SOL & AR ENERGIAS RENOVAVEIS EIRELI - 09910199-79 - 08/2022 - SOL SP EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA S.A. - 90932582-04 - 08/2022 - SOLANGE SOUZA DA SILVA - ME - 90575515-31 - 08/2022 - SOLAR BRASIL INSTALACOES E MANUTENCAO DE

FOTOVOLTAICA L - 90843934-17 - 08/2022 - SOLARES DISTRIBUIDORA DE VIDROS E ALUMINIOS EIRELI - 90871596-95 - 08/2022 - SOLARESUL ENGENHARIA E SERVICOS LTDA - 90939392-28 - 08/2022 - SOLAVOURA COMERCIO DE DEFENSIVOS E INSUMOS AGRICOLA EIR - 90791904-86 - 08/2022 - SOLUCLIMA SERVICOS DE AR CONDICIONADO EIRELI - ME - 90763762-01 - 08/2022 - SONHOS E ACAI DELICIAS LTDA - 90937342-51 - 08/2022 - SOPRANO INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS OLEODINAMICOS LTDA - 09906531-19 - 08/2022 - SORVETERIA NOVA DELLI LTDA - 90768510-15 - 08/2022 - SOUZA & BIDOIA LTDA - ME - 90735960-30 - 08/2022 - SOUZA & CABALINI LTDA - ME - 90501634-20 - 08/2022 - SOUZA & JANOSKI LTDA - ME - 90936398-52 - 08/2022 - SOUZA COMERCIO DE PNEUS E SERVICOS LTDA - 90936204-00 - 08/2022 - SPERANDIO VEICULOS LTDA - 90844388-87 - 08/2022 - STAR COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90939068-00 - 08/2022 - STEFANO ZURMANN AUTO CENTER - 90797783-86 - 08/2022 - STELLA HAIR NUTRACUTICALS STORE LTDA - 90939602-60 - 08/2022 - SUBLIME CLINICA DE ESTETICA ESPECIALIZADA LTDA - 90940204-22 - 08/2022 - SUBZERO CONVENIENCIA LTDA - 90940438-05 - 08/2022 - SUDANI PECAS E SERVICOS EIRELI - ME - 90445514-86 - 08/2022 - SUELI PEREIRA DOS SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTIC - 90938493-18 - 08/2022 - SUL MAX INDUSTRIAL EIRELI - 90600440-20 - 08/2022 - SULCRED LOCACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LT - 90866167-23 - 08/2022 - SUNDAYZ LTDA - ME - 90740625-36 - 08/2022 - SUPERMERCADOS CECILIA EIRELI - 90855452-37 - 08/2022 - SUPERMERCADOS CECILIA EIRELI - 90855449-31 - 08/2022 - SWEET CHARM CONFECCOES EIRELI - 90827010-09 - 08/2022 - T C SARAGIOTO AGRONEGOCIOS - 90936826-00 - 08/2022 - T.A.M. CARTUCHOS LTDA - 90745694-36 - 08/2022 - TAGATA AGRONEGOCIOS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA - 90889544-48 - 08/2022 - TAICIELY ROBERTA STANKIEWIES - 90558563-00 - 08/2022 - TAMY MARTINS DE SOUZA - 90424356-67 - 08/2022 - TARCISIO CLEITON FARIAS - 9093938-76 - 08/2022 - TCINOX MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - 90938379-05 - 08/2022 - TECHROAD INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA - 90936020-02 - 08/2022 - TECMAX SERVICOS MANUTENCAO E MONTAGEM INDUSTRIAL EIRELI - 90667540-46 - 08/2022 - TEHTO VERDE CONSULTORIA E COMERCIO DE PLANTAS ORNAMENTA - 90643472-57 - 08/2022 - TELE COLCHOES COMERCIO DE COLCHOES LTDA - 90281452-30 - 08/2022 - TERAMO - COMUNICACOES INTEGRADAS LTDA - 90505795-20 - 08/2022 - TEXTIL PARANAENSE LTDA - 90939765-06 - 08/2022 - TF COMERCIO DE ALIMENTOS E ARMAZENS LTDA - 90896105-64 - 08/2022 - THERMAS RECREACAO AQUATICA LTDA - ME - 90939394-90 - 08/2022 - THIAGO DA ROCHA KAVA - COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90937858-32 - 08/2022 - THIAGO VACELLA - ESTETICA - 90955776-33 - 07/2022 - THREE SOLUTIONS MANUTENCAO E INSTALACOES EIRELI - 90957578-87 - 07/2022 - TIL TRANSPORTES COLETIVOS S.A. - 90139713-98 - 08/2022 - TJ VIDROS E CALHAS LTDA - 90940254-91 - 08/2022 - TK ARTIGOS DE FESTAS LTDA - 90782596-52 - 08/2022 - TOMASSONI AMBIENTI LTDA - 90937710-25 - 08/2022 - TORRE DE BELEM DISTRIBUIDORA LTDA - 90950916-50 - 08/2022 - TOTAL PRINTT SERVICOS GRAFICOS EIRELI - ME - 90333414-20 - 08/2022 - TRANS HEMILLY TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - 90320103-74 - 08/2022 - TRANS NOVICKI LTDA - 90888928-25 - 08/2022 - TRANSFRANCA TRANSPORTES LTDA - 90940069-42 - 08/2022 - TRANSMARQUES TRANSPORTES LTDA - 90939263-20 - 08/2022 - TRANSMEGA TRANSPORTES LTDA - 90770158-14 - 08/2022 - TRANSPORTE RODOVIARIO VIEIRA LTDA ME - 90542947-75 - 08/2022 - TRANSPORTES FERREIRA COSTA LTDA - 90937213-54 - 08/2022 - TRANSPORTES GRITSCH LTDA - 90939323-04 - 08/2022 - TRANSPORTES THOMAZ LTDA - 90924644-04 - 08/2022 - TRANSPORTES TONIATO LTDA - 90687068-12 - 08/2022 - TRANSVIEIRA SERVICOS DE TRANSPORTE LTDA - 90940449-50 - 08/2022 - TRANSWAY LTDA - 90651249-10 - 08/2022 - TRATORLOJA COMERCIO DE PECAS LTDA - 90839717-78 - 08/2022 - TRESBOMM COMERCIO E EXPORTACAO DE GRAOS LTDA - 90616821-95 - 08/2022 - TROYA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90937874-52 - 08/2022 - TSG TECNOLOGIA EM SERVICOS GERAIS EIRELI - EPP - 90752027-73 - 08/2022 - TURNO INTEGRAL ALIMENTACAO ESCOLAR LTDA - 90937325-50 - 08/2022 - TW2 COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90936815-49 - 08/2022 - UFV CAMPEZATO SPE LTDA - 90957510-99 - 07/2022 - UFV SANTA MARIA SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA - 90938271-87 - 08/2022 - UMUAFER COMERCIO E TRANSPORTADORA DE SUCATAS EIRELI - 90890427-36 - 08/2022 - UNIAO BRAZ COMERCIO LTDA - 90957755-16 - 08/2022 - UNIAO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - 90950969-61 - 08/2022 - USIFRESA USINAGEM LTDA - 10195767-59 - 08/2022 - USINA BELA ENERGIA SPE LTDA - 90903096-06 - 08/2022 - USU DO BRASIL LTDA-ME - 90765905-48 - 08/2022 - V DE LARA LTDA - 90935655-57 - 08/2022 - V P DA SILVA V P DA SILVA OLARIA GUAMIRIM - 90937369-71 - 08/2022 - V P FERRI BORNIA BUENO - CONFECCOES - 90475618-06 - 08/2022 - V PAVEZI COMERCIO DE MOVEIS E ELETRO - 90938906-28 - 08/2022 - V. CAR MULTIMARCAS EIRELI - 90862698-29 - 08/2022 - V. M. N. - REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90939161-04 - 08/2022 - V. R. LAIBIDA SERVICOS VETERINARIOS LTDA - 90955878-68 - 07/2022 - V. TRINDADE DE GODOY - CELULARES - 90808135-86 - 08/2022 - V.A.P. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90722950-53 - 08/2022 - VAAPTY GESTAO DE ATIVOS LTDA - 90873824-16 - 08/2022 - VADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90923971-03 - 08/2022 - VAGNER ABREU CONSULTORIA EM VENDAS ONLINE LTDA - 90929502-52 - 08/2022 - VAGNER LUCAS DE OLIVEIRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO - 90792511-08 - 08/2022 - VALDECI PEREIRA DE OLIVEIRA MOVEIS - 90324990-04 - 08/2022 - VALDECI GARCIA DE CAMPOS DECOMAIN - 90731032-98 - 08/2022 - VALDECIR PIMENTEL E CIA LTDA - 90939367-17 - 08/2022 - VALDEIR OLIVEIRA FARIAS LTDA - 90939829-05 - 08/2022 - VALE DAS AGUAS LTDA - 90937947-42 - 08/2022 - VALE DO IVAI ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - 90922775-58 - 08/2022 - VALENCIA MADEIRAS LTDA - 90562668-09 - 08/2022 - VALMOR DA SILVA MOREIRA TRANSPORTES - 90778402-97 - 08/2022 - VANGUARD ARTIGOS DE VIAGENS LTDA - 90868848-17 - 08/2022 - VBM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90935652-04 - 08/2022 - VENILDA DE FATIMA PELLIZARI MAZZETTO - 90562238-24 - 08/2022 - VERA LUCIA OWVERBECK GRASEL - 90937895-87 - 08/2022 - VERDE AGRICOLA WM LTDA - 90927972-09 - 08/2022 - VERIDIANA ALVES DE SOUZA - PRESENTES - ME - 90643851-83 - 08/2022 - VERSORI AGRONEGOCIOS LTDA - 90938172-03 - 08/2022 - VF OUTLET EIRELI - 90699179-90 - 08/2022 - VIA S.A. - 90936947-99 - 08/2022 - VIACAO CAICARA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 90697140-29 - 08/2022 - VIACAO ITAPEMIRIM LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM REC - 10169932-35 - 08/2022 - VIAN COMBUSTIVEIS LTDA - 90940191-73 - 08/2022 - VIBRA ENERGIA S.A. - 90938739-60 - 08/2022 - VICENTIN DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA - 90955923-57 - 07/2022 - VICTOR BLEY LIPSKI DOS SANTOS - 90804078-39 - 08/2022 - VICTOR YAN RASK SILVA - 90935900-71 - 08/2022 - VIDRACARIA E FUNILARIA PERUSSULO LTDA - 10801593-46 - 08/2022 - VIEIRATUR TRANSPORTE E TURISMO EIRELI - 90938365-00 - 08/2022 - VILA LOBOS GERADORA DE ENERGIA LTDA - 90862075-56 - 08/2022 - VILELA E GABARDO CAFETERIA LTDA - 90801419-79 - 08/2022 - VIP REPAIR CENTER ASSISTENCIA TECNICA LTDA - 90869018-43 - 08/2022 - VITAL-LAR MULTICOISAS E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - 90939016-89 - 08/2022 - VITORIA SOARES CORREA 07581553957 - 90931714-27 - 08/2022 - VIVA GLOBAL CARGO, SERVICOS LOGISTICO EIRELI - 90900537-09 - 08/2022 - VIVENDA DO FRANGO LTDA - 90938782-53 - 08/2022 - VOLPATO & CARNEIRO LTDA - 90802485-01 - 08/2022 - VOTORANTIM CIMENTOS S.A. - 90925470-16 - 08/2022 - VOUSBELLE COSMETICOS PROFISSIONAIS LTDA - 90936381-04 - 08/2022 - W A DE PAULA SOLAR LTDA - 90935960-02 - 08/2022 - W CAMARGO DISTRIBUIDORA LTDA - 90945334-89 - 08/2022 - W D DE SOUZA LTDA - 90940599-81 - 08/2022 - W DE S SILVA - PRODUTOS AGROPECUARIOS - 90334569-10 - 08/2022 - W F PRODUTOS TERAPEUTICOS EIRELI ME - 90745270-08 - 08/2022 - W VIEIRA CONSTRUTORA PROJETO CONSTRUIDO - 90938020-01 - 08/2022 - W&K CONFECCOES LTDA - ME - 90695366-86 - 08/2022 - WARKEN ALVES REPRESENTACOES E LOGISTICA LTDA - 90935565-66 - 08/2022 - WAVES TECH LTDA - 90937589-40 - 08/2022 - WD - LOG LTDA - 90939309-48 - 08/2022 - WELDINGPAR COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - 90911148-09 - 08/2022 - WELINTON GOMES MANUTENCAO DE MAQUINAS AGRICOLAS - ME - 90937754-46 - 08/2022 - WELLINGTON MOURA DE SOUSA - ME - 90726584-66 - 08/2022 - WELVAART COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90850357-00 - 08/2022 - WIZBE LOCACAOES LTDA - 90780369-47 - 08/2022 - WIZBE TECNOLOGIA S/A - 90500788-22 - 08/2022 - WIZBE TECNOLOGIA S/A - 90838029-09 - 08/2022 - WILLIAN AXEL NUNES - 90809303-88 - 08/2022 - WILPLAN CONSTRUCAO & ENGENHARIA CIVIL LTDA - 90939911-49 - 08/2022 - WILSON ROCHA DE CAMARGO - DIVISORIAS ME - 90904549-59 - 08/2022 - WILZA ROCHA LEONEL EVENTOS GASTRONOMICOS ME - 90829017-84 - 08/2022 - WM COMERCIAL ATACADISTA LTDA - 90784950-38 - 08/2022 - WORKING COMERCIO E CONFECCOES LTDA - 90940541-65 - 08/2022 - WORLDSWEET DISTRIBUIDORA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 90669215-54 - 08/2022 - WOW CACAO LTDA - 90936276-84 - 08/2022 - WW ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - 90938815-56 - 08/2022 - WZ COMUNICACAO E DESIGN LTDA ME - 90738439-09 - 08/2022 - YASMIN ALEXANDRE DOS SANTOS - 90938182-77 - 08/2022 - YMIRA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - 90938484-27 - 08/2022 - YSSY TELECOMUNICACOES S.A. - 09909176-20 - 08/2022 - Z. C. LOPES - PANIFICACAO - 90658104-30 - 08/2022 - ZALDAR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90939020-65 - 08/2022 - ZANARDINI E SILVA COMERCIO E MANUTENCAO DE FERRAMENTAS - 90699334-13 - 08/2022 - ZANDONADI MOVEIS LTDA - 90684962-30 - 08/2022 - ZHOU YONGFANG - 90637148-09 - 08/2022 - ZILENY FERNANDES COMERCIO OPTICOS LTDA - 90935692-00 - 08/2022 - ZULMIRA MARTINS DE MELO - 90919687-60 - 11/2021.

#### PRÉ-CANCELADOS

NO CADASTRO DO ICMS, A PARTIR DO MÊS ESPECIFICADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 30 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 107 DE 11/01/2005, E QUE TERÃO O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL NO DIOE, PARA REGULARIZAÇÃO DO (S) MOTIVO (S) DO PRÉ-CANCELAMENTO NA AGÊNCIA DA RECEITA DO SEU DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA MENCIONADO, AS INSCRIÇÕES ESTADUAIS SERÃO CANCELADAS DE OFÍCIO.

#### NOME EMPRESARIAL – CAD/ICMS – MÊS/ANO DA NOVA SITUAÇÃO

1ONE PARTICIPACOES S/A - 90941820-82 - 04/2022 - 2 M ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - 90941372-90 - 04/2022 - 2RM COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI - 90790604-34 - 04/2022 - 3F COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90723842-34 - 04/2022 - 3M FABRICACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS EI - 90697056-23 - 08/2022 - 45.176.352 MARCIO JARDEL GEBING - 90940443-64 - 04/2022 - 45.251.749 PATRICIA FERNANDA LANGA - 90932508-07 - 04/2022 - A C BOSLOOPER IMPORTACAO E EXPORTACAO ME - 90557280-60 - 04/2022 - A C ZEPSON COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90189761-18 - 04/2022 - A D CSALA - 90928525-95 - 08/2022 - A E MALESKI ROZSA STORE LTDA - 90943845-48 - 04/2022 - A LUIZ E T RODRIGUES LTDA - 90942085-70 - 04/2022 - A M S DE ASSUNCAO LTDA - 90955454-30 - 08/2022 - A P DOS SANTOS RESTAURANTE - ME - 90483641-92 - 04/2022 - A VITALINO DA SILVA TRANSPORTES EIRELI - 90930376-15 - 04/2022 - A ZORTEA & CIA LTDA - 90311051-18 - 04/2022 - A&C&T SERT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - 90941670-16 - 04/2022 - A. E. ORTIZ SCHMIDT - ESTETICA - 90940822-90 - 04/2022 - A. K. CAMILO DOS SANTOS - 90813775-26 - 04/2022 - A. MEAURIO - ME - 90663226-85 - 04/2022 - A.E.X LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI - 90826778-84 - 04/2022 - A.E.X LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI - 90832082-41 - 04/2022 - A.J.S. PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - 90942351-19 - 04/2022 - A.L CARDOSO - ELETRONICA - ME -



90693312-86 - 04/2022 - A.P.R.A - ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE RANCHO AL - 90863915-43 - 04/2022 - A.S DA SILVA PRODUTOS METALURGICOS - 90697458-46 - 04/2022 - AAG INVESTIMENTOS LTDA - 90944189-73 - 04/2022 - ABASE IMOVEIS LTDA - 90937211-92 - 04/2022 - ABBO IMPORTADORA DE VINHOS LTDA - 90943889-69 - 04/2022 - ABELHA URBANA COMERCIO DE PRODUTOS SUSTENTAVEIS LTDA - 90692691-14 - 04/2022 - ABSOLUTE CAR - COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90886082-99 - 04/2022 - ABSOLUTO SERVICOS INTEGRADOS EIRELI - 90749103-08 - 04/2022 - ACCO - ASSOC DOS COMERCIANTES DE AGROQUIMICOS COSTA OES - 90266644-89 - 04/2022 - ACESSE TRANSPORTES LTDA - 90939634-47 - 04/2022 - ACIR CORDEIRO DOS SANTOS CARVAO - 90640555-58 - 04/2022 - ACOS CASCABEL COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA ME - 90746920-41 - 04/2022 - ACRS DISTRIBUIDORA LTDA - 90942364-33 - 04/2022 - ADEGA DA HORA EIRELI - 90674600-03 - 04/2022 - ADEMILSON CORREA - 90435442-22 - 04/2022 - ADIDAS DO BRASIL LTDA - 90943832-23 - 04/2022 - ADILSON HANCZ LOURENCO - 90334331-12 - 04/2022 - ADLER COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA - 90651077-48 - 04/2022 - ADRIANA CLAUDIA AMADEI - 90517027-91 - 04/2022 - ADRIANO LIMA DE PAULA - 90909827-00 - 04/2022 - ADSB COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90681340-88 - 04/2022 - ADSB COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90864438-70 - 04/2022 - AEX EMPREENDIMENTOS LTDA - 90932689-35 - 04/2022 - AGENCIA DE CORREIO FRANQUEADA SANTA QUITERIA LTDA - EPP - 90608308-67 - 04/2022 - AGF NETO LTDA - 90943393-21 - 04/2022 - AGICOMP FORMAS E COMPENSADOS - EIRELI - 90806774-61 - 04/2022 - AGRANDA DISTRIBUICAO E EXPORTACAO DE SEMENTES LTDA - 90874118-82 - 04/2022 - AGRICOLA SUL LTDA - 90868443-51 - 04/2022 - AGRIPARANA COMERCIO DE TRATORES LTDA - 90506912-81 - 04/2022 - AGRO IMPORTACAO E EXPORTACAO INCOMATTI LTDA - 90884092-53 - 04/2022 - AGRO MANDIOCARA LTDA - 90915041-86 - 04/2022 - AGRO SANTA CRUZ LTDA - 90919545-48 - 04/2022 - AGROMARCHI COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - 90942170-56 - 04/2022 - AGROPECUARIA AGRO CAMPO LTDA - 90944023-84 - 04/2022 - AGROPECUARIA BORGER DE GEUS LTDA - 90934406-90 - 04/2022 - AGROPECUARIA BUSTELO LTDA - 90942687-18 - 04/2022 - AGROPECUARIA CAMPO ALTO LTDA - 90910338-09 - 04/2022 - AGROPECUARIA COUTINHO LTDA - 90813389-70 - 04/2022 - AGROPECUARIA FRIGO GIL LTDA - 70116751-10 - 04/2022 - AGROPECUARIA LOMBARDI LTDA - 90942607-33 - 04/2022 - AGROPECUARIA SAO MANOEL LTDA - 90808409-82 - 04/2022 - AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - 10006829-06 - 04/2022 - AGY AGROFLORESTAL LTDA - 90940926-87 - 04/2022 - AIZAWA DISTRIBUIDORA - LTDA - 90863496-95 - 04/2022 - AJOTAVE LIMITADA - 90942864-57 - 04/2022 - ALCEU JORGE OSOSKI - 90107353-83 - 08/2022 - ALCIDE ALVES FRANCO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE - 90734037-63 - 04/2022 - ALE-ATELIE - COMERCIO E MARCENARIA LTDA - 90864123-03 - 04/2022 - ALESSANDRO FORNARI HORTIFRUTIGRANJEIROS - EIRELI - 90846333-10 - 04/2022 - ALESSANDRO LIMA RIBEIRO ERVA MATE - 90919032-00 - 08/2022 - ALEX DE CAMPOS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - 90926320-48 - 04/2022 - ALEXANDRE MENDES DA SILVA TRANSPORTE - 90812318-23 - 04/2022 - ALFA PRODUCOES E EVENTOS EIRELI ME - 90829798-99 - 04/2022 - ALGAS BRASIL LTDA - 90943135-27 - 04/2022 - ALIANCA ATACADISTA LTDA - 09901976-01 - 04/2022 - ALIMENTOS MARIO FRANCA LUZ - EIRELI - ME - 90692130-89 - 04/2022 - ALINE MIAN GONCALVES - 90693945-20 - 08/2022 - ALISON DA SILVA FANTACHOLE - ACAI TROPICAL MARINGA - 90776289-05 - 04/2022 - ALISON LUAN DE LIMA ROSA - 90941758-92 - 04/2022 - ALSUELI DOS ANJOS CAMARGO - 90908100-97 - 04/2022 - AMALLU MODAS LTDA - 90860762-73 - 04/2022 - AMANTES DE CUTELARIA LTDA - 90938019-78 - 08/2022 - AMBIENTAL ENTULHOS LTDA - ME - 90727864-64 - 04/2022 - AMERICANAS S.A. - 90895952-39 - 04/2022 - AMF COMERCIO DE VIDROS LTDA ME - 90595538-17 - 04/2022 - AMORA VAREJO DE COSMETICOS E AROMATIZANTES LTDA - 90942590-50 - 04/2022 - AMPLITUS COMERCIAL LTDA - 90940938-10 - 04/2022 - AMR INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, LTDA - 90938994-12 - 04/2022 - AMS - MIL TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - 90712639-05 - 04/2022 - ANA B R TERRA - 90943071-28 - 04/2022 - ANA D DE C PAES BAR E WHISKERIA - 90943263-43 - 04/2022 - ANDERSON PEDROSO DE OLIVEIRA ME - 90749839-50 - 08/2022 - ANDORINHA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A - 90940976-46 - 04/2022 - ANDRE AUGUSTO ORLANDI MANUTENCAO E COMERCIO DE PECAS - 90941134-39 - 04/2022 - ANDRE JULIANO VIEIRA - 90637968-64 - 04/2022 - ANGELA CARLA PELISSARI ME - 90566249-00 - 04/2022 - ANGELA M BARAUSSE PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA - 90702527-64 - 04/2022 - ANGIOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 90860967-03 - 04/2022 - ANGRA INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE MADEIRA LTDA - 90942003-23 - 04/2022 - ANJOOS SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - 90942617-05 - 04/2022 - ANNE MARGARETH HONORATO DE CARVALHO - 90840795-42 - 04/2022 - ANTALUM COMERCIO DE ALUMINIO LTDA - 90215214-82 - 08/2022 - ANTONIO DOS SANTOS ANJOS BAR E SINUCA - 90462443-86 - 04/2022 - ANTONIO FRANZONI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90893454-70 - 04/2022 - ANTONIO ITAMAR PIZZATTO - 90285965-93 - 08/2022 - APARECIDO FERNANDES - 90941774-02 - 04/2022 - APE ELEVADORES LTDA - 10107497-82 - 04/2022 - APICE CAMBIOS E TURISMO S.A. - 90940396-03 - 04/2022 - ARENA BEACH LTDA - 90942659-64 - 04/2022 - ARI NELSON BERTOLETTI TRANSPORTES - 90917694-81 - 08/2022 - ARIONE RODRIGUES BRANCO - 90531325-85 - 08/2022 - AROMA PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - 90913281-91 - 04/2022 - ARTESTOJO INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTESANATOS LTDA - 10186694-78 - 04/2022 - ASEYORI INDUSTRIAIS - EIRELI - 90765169-09 - 04/2022 - ASSOC DOS DISTRIB DE INSUMOS AGRICOLA DO VALE DO PIQUIR - 90308842-70 - 04/2022 - ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS - ECO - 90905998-41 - 04/2022 - ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS ITAQUI - 90881517-36 - 04/2022 - ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS VALE V - 90831575-82 - 04/2022 - ASSOCIACAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE FOZ DO JORDAO - A - 90851865-98 - 04/2022 - ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DE MARMELEIRO DE BAIXO - 90533198-12 - 04/2022 - ASSOCIACAO DOS RECICLADORES DE TAPEJARA - ARETAP - 90932190-55 - 04/2022 - ASSOCIACAO NORTE NOROESTE PARANAENSE DOS FRUTICULTORES - 90191844-95 - 04/2022 - ATACADO DE BEBIDAS DI ZANELLA LTDA - 90176533-23 - 04/2022 - ATACAREJO VILA BELA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LT - 90804081-34 - 04/2022 - ATUAL COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA - 90794582-09 - 04/2022 - AUQ & MIAUQ AVIARIO LTDA - 90553814-42 - 04/2022 - AUTO MECANICA ITUPAVA LTDA - 10128078-01 - 04/2022 - AUTO MECANICA VOLMER LTDA ME - 90605544-95 - 04/2022 - AUTO POSTO BORBA GATO LTDA - 90103505-97 - 04/2022 - AUTO POSTO ENTRE RIOS DO OESTE LTDA - 90800772-78 - 04/2022 - AUTO POSTO INGLATERRA EIRELI - 90832165-03 - 04/2022 - AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA - 90941788-08 - 04/2022 - AUTONOMIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90840370-33 - 04/2022 - AVALON TAXI AEREO LTDA - 90280730-60 - 04/2022 - AVOX STANDS LTDA - ME - 90604864-73 - 04/2022 - AWADA CONFECCOES LTDA - 90942272-80 - 04/2022 - AYRES E OLIVEIRA LTDA - 90940877-64 - 04/2022 - AZEVEDO BENTO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA - 11807375-41 - 04/2022 - AZULES GNV COMBUSTIVEIS LTDA - 90943777-62 - 04/2022 - AZZINE REPRESENTACAO COMERCIAL E ENGENHARIA LTDA - 90951760-51 - 08/2022 - B A DOLCI CORNA - COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA - 90942069-50 - 04/2022 - B18 DISTRIBUIDORA LTDA - 90940552-18 - 04/2022 - BACCO SPIRIT DESTILARIA LTDA - 90845506-10 - 04/2022 - BADAN ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - 09908910-52 - 04/2022 - BALLAO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90943352-53 - 04/2022 - BARBOSA & BARBOSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90561447-97 - 04/2022 - BARROCA SALAO E ESTETICA LTDA - 90942503-47 - 04/2022 - BBX ECOLOGY METAL LTDA - 90917910-61 - 04/2022 - BEDROCK IMOVEIS LTDA - 90922163-38 - 04/2022 - BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRIC - 90942038-53 - 04/2022 - BELTRAO PRIME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90943462-98 - 04/2022 - BERNARDELLI E MULLER AUTOMOVEIS LTDA - 90813097-92 - 04/2022 - BERTOLDO & OLIVEIRA LTDA - 90800920-72 - 04/2022 - BERTON COMERCIO ATACADISTA LTDA - 90942586-74 - 04/2022 - BETHANIA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90601429-79 - 04/2022 - BETRA AUTO PECAS LTDA - 10802278-72 - 04/2022 - BF DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA - 90943418-14 - 04/2022 - BG7 COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - 90864206-67 - 04/2022 - BG7 COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - 90866324-19 - 04/2022 - BIERHAUS CHOPERIA LTDA - 90942781-95 - 04/2022 - BIESEK AGRONEGOCIO LTDA - 90894915-30 - 04/2022 - BIKE ALLA CARTE LTDA - ME - 90702652-38 - 04/2022 - BJ CONSTRUTORA LTDA - 90904556-88 - 04/2022 - BJM COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90927539-37 - 04/2022 - BLACK COOPER COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CON - 90937046-97 - 04/2022 - BLD LOGISTICA LTDA - 90939543-75 - 04/2022 - BLESTLAND COMERCIO DE ROUPAS EIRELI - 90863010-64 - 04/2022 - BLIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90505810-01 - 04/2022 - BLIND LTDA - 90942726-69 - 04/2022 - BLUE FIBRAS EIRELI - 90747222-18 - 04/2022 - BM SOLAR ENERGY LTDA - 90894527-13 - 04/2022 - BMG TRANSPORTES NACIONAL E INTERNACIONAL LTDA - 90941621-38 - 04/2022 - BOCCHI AGRONEGOCIOS & CIA LTDA - 90931938-20 - 04/2022 - BORBA E BORBA COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME - 90652415-50 - 04/2022 - BOREX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 09902836-05 - 04/2022 - BOX 26 - NUTRICAO ANIMAL - EIRELI - 90151246-92 - 08/2022 - BR MOTOS - COMERCIO DE MOTOCICLETAS E PECAS LTDA - 90944066-14 - 04/2022 - BRAS BLEND AMBIENTAL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 90943976-07 - 04/2022 - BRASGRAMA IND E COM DE GRAMADOS SINT. E TELAS DE ARAMES - 90314488-21 - 04/2022 - BRASILUX COMUNICACAO E SINALIZACAO VISUAL LTDA - 90927291-22 - 04/2022 - BRASPAR FATHER ETERNAL TRADING LTDA - 90864231-78 - 04/2022 - BRAVA FERTILIZANTES LTDA - 90942667-74 - 04/2022 - BRAVA NORTE AGRICOLA LTDA - 90943378-92 - 04/2022 - BRAZIL PINE INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA - 90915340-93 - 08/2022 - BRITAS COLINENSE LTDA - ME - 90899584-80 - 04/2022 - BRUNO AMODIO COMFECCOES LTDA - 90942502-66 - 04/2022 - BRUNO HONORATO VIRMOND GASTRONOMIA - 90941858-55 - 04/2022 - BRUNO ROMEU GOMES PEREIRA LTDA - 90897668-15 - 08/2022 - BRUTON MADEIRAS LTDA - 90925368-39 - 08/2022 - BS EMPREITEIRA FLORESTAL LTDA - 90943562-50 - 04/2022 - BTD DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA - 90941308-72 - 04/2022 - BTG SOLUTIONS LTDA - 90943983-36 - 04/2022 - BUENO MARQUES CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - 90944157-96 - 04/2022 - BUSATTO MOTORS LTDA - 90941345-17 - 04/2022 - BUSSADORI, GARCIA & CIA LTDA - 90273141-52 - 04/2022 - BUSSADORI, GARCIA & CIA LTDA - 90914228-80 - 04/2022 - BYD DO BRASIL LTDA - 90942108-09 - 04/2022 - C A BARBOZA - COMERCIO - 90944498-52 - 04/2022 - C B GONCALVES IND E COM DE CONFECCOES ME - 90550562-90 - 04/2022 - C D DE SOUSA - 90942303-11 - 04/2022 - C L GARCIA COMERCIO DE CONFECCOES - 90507711-29 - 08/2022 - C M S LIMA AGROPECUARIA LTDA - 90941365-60 - 04/2022 - C R PRESTES - ME - 90736623-51 - 08/2022 - C-BRANA CONSULTORIA E SOLUCOES TECNICAS LTDA - 90941580-25 - 04/2022 - C. BACH-IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI - 90682424-84 - 04/2022 - C. CAPOBIANCO SANTORO - LANCHONETE - 90794067-56 - 04/2022 - C. F. MITTELSTEDT LTDA - 90912249-06 - 04/2022 - C.O. TRADE & INTERNATIONAL BUSINESS LTDA - 90941463-61 - 04/2022 - C.X COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90942045-82 - 04/2022 - CACILDA DELGADO CREVONIS - 90226428-01 - 04/2022 - CADORE NOBRE - COMERCIO DE VESTUARIO INFANTIL LTDA - 90797474-05 - 04/2022 - CAFREITAS COMERCIO LTDA - 90944155-24 - 04/2022 - CAICARA BRAZIL LTDA - 90943334-71 - 04/2022 - CAM INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90943927-29 - 04/2022 - CAMP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 90848077-50 - 04/2022 - CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A - 90940977-27 - 04/2022 - CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVAVEIS S.A - 90941096-79 - 04/2022 - CAMPOS & DIAS LTDA - 90764770-67 - 04/2022 - CAMPOS ENERGIA LTDA - 90904141-40 - 04/2022 - CANCAO MADEIRAS LTDA - 90846825-24 - 04/2022 - CANDEIAS ESPORTE LAZER E RECREACAO -

13701115-84 - 04/2022 - CANTELLI E CANTELLI LTDA - 90943331-29 - 04/2022 - CAO EXEMPLAR ADESTRAMENTO LTDA. - 90942614-62 - 04/2022 - CAPITAL COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - 90419447-62 - 04/2022 - CAPITAL MR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90890083-92 - 04/2022 - CARANGA COMERCIO DE VEICULOS USADOS LTDA - 90875324-00 - 04/2022 - CARDOSO INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA - 90941496-20 - 04/2022 - CARDOSO SERVICOS GERAIS LTDA - 90937729-35 - 08/2022 - CARGO POLO COMERCIO, LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI - 90942002-42 - 04/2022 - CARGOBR TRANSPORTES EIRELI - 90896294-00 - 04/2022 - CARLA E. SCHERER AGROPECUARIA S/A. - 90940973-01 - 04/2022 - CARLA ESTRAMBEK NATAL CABRAL - 90882277-32 - 08/2022 - CARLOS ALBERTO ANDRES - 09904138-27 - 04/2022 - CARLOS ALEXANDRE ZEPSON - SEMINOVOS - 90802933-02 - 04/2022 - CARLOS FERNANDO MULLER PESSOA LTDA - 90943748-28 - 04/2022 - CARLOS NUNES BORRACHA - 90898961-90 - 04/2022 - CARMEL TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS E COMERCIO DE - 90774466-37 - 04/2022 - CAROLINA BANDER MOVELARIA EIRELI - ME - 90765044-80 - 04/2022 - CAROLINE SOUZA PONTES CAMARGO 04446587935 - 90830493-48 - 04/2022 - CARRA & SOUZA LTDA - 90907320-02 - 04/2022 - CARRESUL INDUSTRIA E COMERCIO DE REBOQUES - EIRELI - EP - 90304224-97 - 08/2022 - CASA DE CARNES BOM PRECO LTDA - ME - 90541748-77 - 04/2022 - CASA DE CARNES GUIDOLIN LTDA - 90942049-06 - 04/2022 - CASA FLORA LTDA - 90379963-32 - 04/2022 - CASA MARIA BONITA LTDA - 90925578-36 - 04/2022 - CASA REAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90382612-63 - 04/2022 - CASE ONE ASSESSORIA E COBRANCA E TRANSPORTES EIRELI ME - 90727488-80 - 04/2022 - CASF INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90295985-81 - 04/2022 - CASSIO GUILHERME MEIRA SILVA EIRELI - EPP - 90763347-03 - 04/2022 - CASTRO & JARDIM LTDA - 90925636-40 - 04/2022 - CASTRO COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA - 90855138-90 - 04/2022 - CASTURINA DE SOUZA LOGISTICA DE TRANSPORTES E AGENCIAME - 90808400-44 - 04/2022 - CATALOG - COOPERATIVA DE CATADORES E LOGISTICA REVERSA - 90934592-85 - 04/2022 - CAVAGNARI COMERCIO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA - 20115542-80 - 04/2022 - CBB VEICULOS LTDA - 90942574-30 - 04/2022 - CCR ENGENHARIA LTDA - 90830137-42 - 04/2022 - CDM PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - 90790813-50 - 04/2022 - CEBAL AGRO COMERCIO DE CEREAIS LTDA - 90790836-47 - 04/2022 - CEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS LTDA - 90940955-11 - 04/2022 - CELARI REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA. - 90863800-02 - 04/2022 - CELIO CAITANO JUNIOR - 90814403-17 - 04/2022 - CELIO DOS SANTOS VIDRACARIA - 90470764-36 - 04/2022 - CENTRO DE BELEZA IAN - EIRELI - ME - 90679877-88 - 04/2022 - CENTRO DE RECICLAGEM JOAO EDSON LTDA - 90890954-22 - 04/2022 - CERAMICA SAO MIGUEL EIRELI ME - 90710320-08 - 04/2022 - CERRO BRANCO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL LTDA - 90732057-08 - 04/2022 - CERVEJARIA 04 BODES LTDA - 90932474-23 - 04/2022 - CERVEJARIA JRJ LTDA - 90905156-80 - 08/2022 - CESCAR VEICULOS LTDA - 90863172-20 - 04/2022 - CESNIK ENGENHARIA LTDA - 90882815-16 - 04/2022 - CGH ESPINGARDA GERACAO DE ENERGIA LTDA - 90857013-87 - 04/2022 - CGH FAROL DE SANTA MARTA ENERGETICA SPE LTDA - 90869156-31 - 04/2022 - CHIARARIA GESTAO DE PARTICIPACOES ADMINISTRATIVAS LTDA - 90924208-81 - 04/2022 - CHOCOLIVE COMERCIO VAREJISTA DE CHOCOLATES LTDA - ME - 90772767-07 - 04/2022 - CHOPERIA HOLANDESA LTDA - 90942705-34 - 04/2022 - CIA BEAL DE ALIMENTOS - 90944244-34 - 04/2022 - CIENCIA ENGENHARIA EIRELI - 90926144-90 - 04/2022 - CIRCULO PERFEITO COMERCIO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE LT - 90361932-52 - 04/2022 - CIRIO DE SOUZA PIRES - UTILIDADE DOMESTICA - 90864986-90 - 08/2022 - CLACUCIA CRISTINA MECANICA E AUTO PECAS EIRELI - ME - 90721219-00 - 04/2022 - CLAUDIA PRADO - 90943276-68 - 04/2022 - CLAUDIO DOBIS BEZERRA ME - 90558592-45 - 04/2022 - CLAUDIO RIBEIRO SUPERMERCADOS LTDA - 90943409-23 - 04/2022 - CLAW MAN LOGISTICA LTDA - 90911198-60 - 04/2022 - CLEMENTE ANTONIETTO & CIA LTDA - 90941590-05 - 04/2022 - CLEONICE DUMKE - 90546735-20 - 04/2022 - CLEVERTON VINICIUS DICK TURISMO - 90943341-09 - 04/2022 - CLIMA IDIOMAS LTDA - 90474694-03 - 04/2022 - CLINICA DE ESTETICA VIRTUOSA SITIO CERCADO LTDA - 90856942-32 - 04/2022 - CLINICA ESSENCIAL FISIOTERAPIA E BEM ESTAR LTDA - 90943326-61 - 04/2022 - CLINICA MEDICA BRUNO DE PAULA C. SIQUEIRA - EIRELI - 90931288-40 - 04/2022 - CLORINDO DE SOUZA DECORACOES - 90218685-98 - 04/2022 - CNIT - CONSULTORIA EM NEGOCIOS DE INOVACAO TECNOLOGICA - 90944094-78 - 04/2022 - COLEGIO DOM BOSCO LTDA - 90786268-25 - 04/2022 - COMERCIAL AGRICOLA LOVATO LTDA - 90610805-43 - 04/2022 - COMERCIAL AGRO JC E TRANSPORTE LTDA - 90942005-95 - 04/2022 - COMERCIAL ELETRO INDUSTRIAR LTDA - 20106512-74 - 04/2022 - COMERCIAL FRESCALE LTDA - 90935055-70 - 04/2022 - COMERCIO DE ALIMENTOS ALBERGONI LTDA - 90836541-01 - 04/2022 - COMERCIO DE GAS VITENCOURT LTDA - 90890665-97 - 04/2022 - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO CAMBIRA LTDA - 90809460-39 - 04/2022 - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VICOZA LTDA-ME - 90434441-98 - 08/2022 - COMERCIO DE UTILIDADES PASCOALOTTO LTDA - ME - 90764342-52 - 04/2022 - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO ESTEVAO LTDA - 90949916-06 - 08/2022 - COMIZAK DISTRIBUIDORA DE MIUDEZAS EIRELI - 90530829-79 - 04/2022 - COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90940975-65 - 04/2022 - COMPLEXO TANQUE NOVO ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941573-04 - 04/2022 - COMPLEXO TURISTICO NHUNDIAQUARA LTDA - 90293592-42 - 04/2022 - CONCEPT PIZZA BAR LTDA - 90838471-71 - 08/2022 - CONCILIAR SOLUCOES INFORMATICA EIRELI - 90778744-34 - 04/2022 - CONFEITAR COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 90819371-73 - 04/2022 - CONSTRUBEM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90854461-74 - 04/2022 - CONSTRUBREVE - EMPREENDIMENTOS LTDA - 90267917-04 - 04/2022 - CONSTRUCAL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90814192-02 - 04/2022 - CONSTRUCAO SILVA & FREITAS LTDA - 90766906-82 - 04/2022 - CONSTRUTORA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO CARVALHO LTDA - 90941312-59 - 04/2022 - CONSTRUTORA FRADAM EIRELI - 90838540-38 - 04/2022 - CONSTRUTORA FS EIRELI - EPP - 90916908-93 - 04/2022 - CONSTRUTORA GUARAITUBA LTDA - 90538197-00 - 04/2022 - CONSTRUTORA PRUMADA LTDA - 90918813-03 - 04/2022 - CONSTRUTORA SILVA E SAMPAIO LTDA - ME - 90762121-95 - 04/2022 - CONUSI ASSESSORIA E COMERCIO LTDA. - ME - 90712977-29 - 04/2022 - COOLTEC REFRIGERACAO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME - 90733415-55 - 04/2022 - COOP ESC DOS ALUN CENTRO EST DE ED PROF OLEGARIO MACEDO - 20202192-14 - 04/2022 - COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE ADAMANTINA - 90942199-38 - 04/2022 - COOPERATIVA DE PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DA REFORMA AG - 90943402-57 - 04/2022 - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ERVAMATE DE SAO MATEUS DO - 90907561-06 - 04/2022 - COOPERGAS COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA - 90932498-09 - 04/2022 - COOPERMOTA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - 90943696-62 - 04/2022 - COPETROL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 90652297-70 - 04/2022 - CORAL COMERCIO E SERVICOS LTDA - 90942397-00 - 04/2022 - CORREA D' AQUINO & MENDES D' AQUINO LTDA - 90607074-02 - 04/2022 - CORSI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90772532-43 - 04/2022 - COSTA E GOMES DANCETERIA LTDA - 90943399-17 - 04/2022 - CPTR - COMPANHIA PARANAENSE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS - 90944410-10 - 04/2022 - CRESTINA BUGINSKI SKEZOSKI - 90551610-86 - 08/2022 - CRETA CEREALISTA LTDA - 90948642-48 - 08/2022 - CRL INDUPAR INSTALACOES ELETRICAS E MANUTENCOES DE TRAN - 90941847-00 - 04/2022 - CSN - COOPERATIVA SOL NASCENTE - 90940896-27 - 04/2022 - CSR BAR E LANCHONETE LTDA - 90941101-70 - 04/2022 - CWB COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI - ME - 90380027-56 - 04/2022 - CWB STEEL COMERCIO DE METAIS LTDA - 90878650-50 - 04/2022 - CWG RESTAURANTE LTDA - 90934353-43 - 08/2022 - D BIANCHINI COMERCIO DE FERTILIZANTES ME - 90569574-61 - 04/2022 - D FELIX DE REZENDE SORVETES - 90775602-51 - 04/2022 - D G COMERCIO ELETRONICO LTDA - 90632991-35 - 04/2022 - D M O INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90940710-94 - 04/2022 - D N R DE OLIVEIRA & CIA LTDA - 90775912-11 - 04/2022 - D T G DA SILVA INTELIGENCIA AMBIENTAL - 90885802-62 - 04/2022 - D VIP DISTRIBUIDORA G6 LTDA - 90778604-84 - 08/2022 - D. B. DE JESUS DECORACOES - EPP - 90716466-77 - 04/2022 - D. M. SILVA & CIA LTDA - 90887940-68 - 04/2022 - D. SOARES DOMINGUES PRODUTOS ALIMENTICIOS - 90872102-08 - 08/2022 - D.L SANTOS DA CRUZ - 90944293-12 - 04/2022 - D.S.S ACOS INDUSTRIAIS LTDA - 90935535-40 - 04/2022 - D.S.S ACOS INDUSTRIAIS LTDA - 90893835-68 - 04/2022 - D2A DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90944462-41 - 04/2022 - DALFERTIL COM E REPRES DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 90329465-58 - 04/2022 - DALL IUMINI DECORACOES - EIRELI - EPP - 90362442-64 - 04/2022 - DANACOR TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA - 90594614-59 - 04/2022 - DANIEL BELENTANI BRAIDO - 90288201-40 - 04/2022 - DANUBIO - MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90941494-68 - 04/2022 - DAY COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS ELETRONICOS LTDA - 90889519-37 - 04/2022 - DCX SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - 90842078-00 - 04/2022 - DE POLLI & BURANELO LTDA - 90633896-30 - 04/2022 - DE SOUZA, KEMPA E DE SOUZA - COMERCIO DE PECAS AUTOMOTI - 90790102-59 - 04/2022 - DEBORAH DE SOUZA MIRANDA - 90671718-26 - 04/2022 - DECATEC LTDA - 90941118-19 - 04/2022 - DECORA PLACAS LTDA - 90939040-09 - 04/2022 - DELTA C INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA - 90854018-20 - 04/2022 - DELTA COMERCIO ATACADISTA LTDA - 90941524-18 - 04/2022 - DEMETER DO BRASIL EQUIPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS COM. IMP - 90944508-69 - 04/2022 - DFN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - 90941834-88 - 04/2022 - DI CASA DECORACOES MOVEIS E ESTOFADOS LTDA - 90782948-06 - 04/2022 - DIAS & CASTELLUCCI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90944184-69 - 04/2022 - DIEGO BOMBONATO FARMACIA EIRELI - 90799653-05 - 04/2022 - DINA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - 90835809-06 - 04/2022 - DINORA DE SOUZA MAFRA EVENTOS EIRELI - 90854156-19 - 04/2022 - DIRCELENI IRINEU - 90107415-10 - 08/2022 - DIRCEU VALTER CORREIA - MONTAGEM DE AROS - 90689442-41 - 08/2022 - DIRECAO CERTA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 20114258-04 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS PRIME LTDA - 90943316-90 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA JWJ LTDA - 90943621-45 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES KENNEDY LTDA - 90635752-64 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VANADIO 10 LTDA - 90579030-71 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA E LOGISTICA MICHELS LTDA - 90941516-08 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA FRANCA LTDA - 90943015-10 - 04/2022 - DISTRIBUIDORA PAIXAO LTDA - 90949805-82 - 08/2022 - DOLCE PUNTO CONFECCOES LTDA - 90266813-64 - 04/2022 - DOMINUS QUIMICA LTDA - 90838752-05 - 04/2022 - DON VICTOR ESFIFARIA LTDA - 90942042-30 - 04/2022 - DOSSO & ORTIZ LTDA - 90666496-84 - 04/2022 - DP COMERCIO ATACADISTA DE COGUMELOS LTDA - 90580673-40 - 04/2022 - DR INDUSTRIA DE ALIMENTOS E COMERCIO EIRELI - 90867958-06 - 08/2022 - DRENACON - DRENAGENS, CONSERVACAO E MANUTENCAO DE RODOV - 90942183-70 - 04/2022 - DROGARIA CENTRO LTDA - 90222129-80 - 04/2022 - DROGARIA POPULAR DE MARIALVA LTDA - 90941873-94 - 04/2022 - DS COMERCIO DE PNEUS LTDA - 90941538-13 - 04/2022 - DSK COMERCIO LTDA - 90902977-56 - 04/2022 - E 10 MARKETING PROMOCIONAL LTDA - 90940840-72 - 04/2022 - E B FERNANDES COMERCIO DE VESTUARIO - 90943077-13 - 04/2022 - E BITENCOURT TRANSPORTES EIRELI - 90783870-65 - 08/2022 - E C GRIGOLLI - 90944280-06 - 04/2022 - E DE O MACIEL COMERCIO DE CONFECCOES - 90942381-34 - 04/2022 - E J E TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90862841-19 - 04/2022 - E K NEPOMOCENO - ME - 90560694-85 - 04/2022 - E L W - TRANSPORTE DE SUCATA LTDA - 90933161-74 - 04/2022 - E M DA SILVA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA - 90904682-32 - 08/2022 - E M GLASSER - 90943319-32 - 04/2022 - E ROCHA JUNIOR & ROCHA LTDA - 90557555-47 - 04/2022 - E S MENDES MANUTENCAO - 90691496-40 - 04/2022 - E S S COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - 90502240-71 - 04/2022 - E&D SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - 90782107-26 - 04/2022 - E. A. G. DO BRASIL FABRICA E PRODUTOS DE METAIS LTDA - 90943635-40 - 04/2022 - E. D. S. RESTAURANTE GOSTOSO SABOR LTDA - 90942774-66 - 04/2022 - E. HOTELARIA E TURISMO LTDA - 90942908-02 - 04/2022 - E.J.A DE LOS SANTOS - PLANEJADOS ME - 90807752-00 - 08/2022 - E.J.B. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90943397-55 - 04/2022 - E.M.I BORGES LTDA - 90293159-70 - 04/2022



- ECOMMERCE COMERCIAL LTDA - 90924068-97 - 04/2022 - ECOMMERCE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA - 90899380-20 - 04/2022 - EDFLEX-INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90637026-30 - 04/2022 - EDIFICAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90719323-35 - 04/2022 - EDSON LUIZ FABIANE - 90103990-90 - 04/2022 - EDVINO DZURCOSKI - 90349566-90 - 04/2022 - EDWARD ANTONI LOJ - 90591565-75 - 04/2022 - EIGHTS INVESTIMENTO E CONSULTORIA LTDA - 90940660-90 - 04/2022 - EL & CO. PROMOCAO DE VENDAS LTDA - 90938034-07 - 08/2022 - EL TOMCZYK COMERCIO E TRANSPORTES DE MADEIRAS LTDA - 90934760-23 - 08/2022 - ELETROFRIGOR PECAS LTDA - 09909603-99 - 04/2022 - ELIEL GOMES SILVA SCHEMIKO AMARAL - HIGH NANO DIGITAL - 90822779-40 - 04/2022 - ELITE GARCENSE TRANSPORTES EIRELI - ME - 90939551-85 - 04/2022 - EMBAIXADA TRANSPORTES E COMERCIO LTDA - 90941396-67 - 04/2022 - EMBALAGENS VENEZA LTDA EPP - 90780576-00 - 08/2022 - EMBALAGENS VENEZA LTDA EPP - 70116056-85 - 08/2022 - EMPORIO IGUASSU LTDA - 90943640-08 - 04/2022 - ENGELMAC MONTAGEM DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA - 41805440-92 - 04/2022 - EQUIPAX EQUIPAMENTOS PARA SAUDE LTDA - 90886811-07 - 04/2022 - EREDIA MAQUINAS LTDA - 90942656-11 - 04/2022 - ERIVELTON FELISBINO ROCHA TRANSPORTES LTDA - 90944102-12 - 04/2022 - ERMENSON L CARDOSO - 90931979-06 - 04/2022 - ESCOTILHA GARAGEM NAUTICA LTDA - 90894084-98 - 04/2022 - ESENSE TECNOLOGIA LTDA - 90941920-45 - 04/2022 - ESPECIALISTA - PRODUTOS PARA LABORATORIO S/A - 09905873-02 - 04/2022 - ESQUINA MUSIC BAR LTDA - 90935224-08 - 04/2022 - ESSENCE BUSINESS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE - 90843809-43 - 04/2022 - ESSENE COMERCIO INTERNACIONAL LTDA - 90170821-56 - 04/2022 - ESSER MENEGAZZO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90781138-79 - 04/2022 - ESTACAO PRAIA MARINGA LTDA - 90943721-08 - 04/2022 - ESTEVES INSUMOS AGRICOLAS EIRELI - 90660112-56 - 04/2022 - ESTOFADOS SILVA LTDA - 90941770-89 - 04/2022 - EURISKO CAFETERIA LTDA - 90916568-73 - 04/2022 - EUROFER FERRO E ACO LTDA - ME - 90765104-55 - 04/2022 - EVEREST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO E HOSPI - 90850037-79 - 04/2022 - EVOLUCAO E PROSPERIDADE COMERCIO LTDA - 90908009-62 - 04/2022 - EXPRESSO SANCHEZ MONTENEGRO TRANSPORTES LTDA - 90944270-26 - 04/2022 - EXX CONFECCOES LTDA - 90572129-15 - 04/2022 - F 2 G PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - 90844585-60 - 04/2022 - F CASTRO DE OLIVEIRA - INFORMATICA ME - 90559515-67 - 04/2022 - F K MARTINS & CIA LTDA - 90503075-20 - 04/2022 - F L SMANIOTTO JUNIOR ELETRONICOS - 90943192-15 - 04/2022 - F PECHEBOVICZ - 90724822-44 - 04/2022 - F. GUIDELLI MECANICA - ME - 90713703-10 - 08/2022 - F.A. AMARAL - TRANSPORTES - 90748949-30 - 08/2022 - F.S.A. COMERCIAL HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA ME - 90750296-13 - 04/2022 - F3 MOTORS COMPANY COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90940629-31 - 04/2022 - FABIANO BARBOSA - 90941707-42 - 04/2022 - FABIO LUIZ MINGORI - 90747284-10 - 04/2022 - FABIO NEVES DOS SANTOS - 90307753-06 - 04/2022 - FABIO RENATO MACHADO LTDA - 90837547-50 - 08/2022 - FABRICA DE CAMAS 4 PONTES LTDA - 90941713-90 - 04/2022 - FABRICA DE LATICINIO KINATURAL LTDA - ME - 09908280-16 - 04/2022 - FABRICA DE LATICINIO KINATURAL LTDA - ME - 09909140-10 - 04/2022 - FABRICIO E REZENDE LTDA - ME - 80900754-55 - 04/2022 - FANCHIN, FANCHIN & CIA LTDA - 20102945-79 - 04/2022 - FARMACIA SANTA REGINA LTDA - 90407068-84 - 04/2022 - FARMAVET BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - 90921424-66 - 04/2022 - FASS IMPORTACOES LTDA - 90882103-33 - 04/2022 - FAVA UNIFORMES - EIRELI ME - 90219763-07 - 04/2022 - FAZENDAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS - 90782414-43 - 04/2022 - FB DECORACOES EIRELI - 90784796-95 - 04/2022 - FCJ TRANSPORTES LTDA ME - 90941746-59 - 04/2022 - FDAI COMERCIO DE GAS LTDA - 90942113-68 - 04/2022 - FELDHAUS & ORCHEL COMERCIO DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA - 90453437-47 - 04/2022 - FENIX REPRESENTACAO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - 90448700-77 - 04/2022 - FERGATTI COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - 90942897-15 - 04/2022 - FERNANDO & GUILHERME TRANSPORTES LTDA EPP - 90560763-41 - 04/2022 - FERNANDO M. SCHERER AGROPECUARIA S/A - 90940856-30 - 04/2022 - FERNANDO MORES -TRANSPORTES - 90811760-32 - 04/2022 - FERNANDO TAKEO BRAGA - 90941925-50 - 04/2022 - FERTITEC FERTILIZANTES LTDA - 90445471-01 - 04/2022 - FERTITEX AGRO - FERTILIZANTES E PRODUTOS AGROPECUARIOS - 90427228-01 - 04/2022 - FG MONTANARI CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LT - 90922337-71 - 04/2022 - FGC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA - 90900465-91 - 08/2022 - FIAMETTI ENERGIA SOLAR LTDA - 90943183-24 - 04/2022 - FIO TOP NAVALHAS ROTATIVAS LTDA - 90941068-15 - 04/2022 - FIRMA LTDA - 90914626-70 - 04/2022 - FIVE ADMINISTRADORA LTDA - 90921507-28 - 04/2022 - FLAVIO CASA PIZZARIA LTDA - 90877531-71 - 04/2022 - FLAVIO GARCIA NUTRICO E TREINAMENTO - 90941972-76 - 04/2022 - FLM INFORMATICA - EIRELI - 90306989-99 - 04/2022 - FLOMAR COMERCIALIZACAO E SERVICOS LTDA - 90941228-53 - 04/2022 - FLORENCIO INDUSTRIA DE PANEIS LTDA - 90912237-64 - 04/2022 - FLORENCIO INDUSTRIA DE PANEIS LTDA - 90924257-60 - 04/2022 - FLORIDA LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA - 90882533-00 - 04/2022 - FLUID POWER - PROJETOS SERVICOS E TREINAMENTO LTDA - 09902458-51 - 04/2022 - FM TRANSPORTADORA LDN LTDA - 90751330-03 - 04/2022 - FMG MARMORES E GRANITOS EIRELI - 90856574-69 - 04/2022 - FMH CONFECCOES LTDA - 90775585-16 - 04/2022 - FORTECOM COMERCIAL LTDA ME - 90642603-05 - 04/2022 - FOXWATER PR SERVICOS EM TRATAMENTO DE AGUA, EFLUENTES E - 90848224-74 - 04/2022 - FR METAIS SERRALHERIA LTDA - 90796434-56 - 04/2022 - FRANCIELI ROCHA SERVICOS AUTOMOTIVOS - 90805482-20 - 04/2022 - FRANCISMEIRY PSZYBYLSKI BUENO ACRILICOS LTDA - 90501790-09 - 04/2022 - FRANCO & SANTOS METALURGICA LTDA ME - 90711057-57 - 04/2022 - FREITAS EMPREENDIMENTOS, TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - 90909349-00 - 04/2022 - FRONTEIRA COMERCIAL LTDA - 90940648-02 - 04/2022 - FROZI GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 90943546-30 - 04/2022 - FRUBANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA - 90929395-26 - 04/2022 - FRZ COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA EIRELI - 90702297-89 - 04/2022 - FTL SCRAP COMERCIO DE SUCATAS METALICAS LTDA - 90609420-70 - 04/2022 - FUNDICAO FUNPAMA LTDA - EPP - 90944100-50 - 04/2022 - FUNERARIA PONTAGROSSENSE EIRELI - 90943357-68 - 04/2022 - FUNERARIA PONTAGROSSENSE EIRELI - 90943359-20 - 04/2022 - G CARLOTTO LTDA - 90924801-91 - 08/2022 - G DAS GRACAS GONSALVES COMERCIO DE INSUMOS LTDA - 90989896-10 - 04/2022 - G DE S MACHADO COMERCIO DE VINHOS - 90922172-29 - 04/2022 - G F S ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA - 90943269-39 - 04/2022 - G GLASENAPP - ME - 90605527-94 - 08/2022 - G T S COMERCIO DE INSUMOS PARA AGRICULTURA LTDA - 90869571-21 - 04/2022 - G.T. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - 09904016-59 - 04/2022 - G8 VEICULOS LTDA - 90943446-78 - 04/2022 - GA COMERCIO E ABATE DE AVES LTDA - 90808457-80 - 04/2022 - GABRIELA DE JESUS GARCIA - ALINHAMENTOS - ME - 90689926-45 - 04/2022 - GALLIOLOG TRANSPORTES LTDA - 90723182-82 - 04/2022 - GAM COMERCIO DE CALCADOS LTDA - 09908606-88 - 04/2022 - GAMAGA REPRESENTACOES E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA ME - 90773260-62 - 04/2022 - GARAGEM DOS AMORTECEDORES NOVOS E RECONDICIONADOS LTDA - 90871385-07 - 04/2022 - GARANTE DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS ALIMENT - 90943978-79 - 04/2022 - GARANTE DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS ALIMENT - 90944223-00 - 04/2022 - GARCIA PORTELA LTDA - 90942637-59 - 04/2022 - GC LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - 90890487-77 - 04/2022 - GDL COLCHOES LTDA - 90942249-31 - 04/2022 - GE PIOVEZANA COSMETICOS LTDA - 90931519-06 - 04/2022 - GELATO FABRICA E COMERCIO DE GELO LTDA - 90940622-65 - 04/2022 - GENERAL ENGINEERING S.A - 90936403-54 - 04/2022 - GENERAL TECH LTDA - 90901795-59 - 08/2022 - GERALDO PAULO MARTINS BRAGA - TRANSPORTES EIRELI - 9074973-80 - 04/2022 - GGC COMPENSADOS LTDA - 90924853-12 - 08/2022 - GGCOMBRA - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - 90390018-00 - 04/2022 - GHRAU TRANSPORTES EIRELI - 90681661-09 - 04/2022 - GHS TERRAPLANAGEM LTDA ME - 90593811-88 - 04/2022 - GILBERTO APARECIDO VILLA DE CARVALHO - 90529226-98 - 04/2022 - GILSON DIAS FERREIRA COMERCIO DE MADEIRAS - EIRELI - 90943459-92 - 04/2022 - GIOCONDO ANGELO ALBERTON - 33600071-88 - 04/2022 - GIOVANNE DANIEL KLESZCZ - 90943342-81 - 04/2022 - GL-DISPONTE DISTRIBUIDORA DE PECAS PONTE LTDA - 42207521-65 - 04/2022 - GLOBAL COMERCIO DE MADEIRAS E PALLETS LTDA - 90848917-94 - 08/2022 - GLOBAL SOURCE PECAS AUTOMOTIVAS EIRELI - 09909680-20 - 04/2022 - GOLD COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90940741-90 - 04/2022 - GOLD FISCH COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCAO - 90828656-13 - 04/2022 - GOMES FABRICACAO DE GESSO LTDA - 90877551-15 - 08/2022 - GOUV COMERCIO VAREJISTA DE VEICULOS EIRELI - ME - 90349316-04 - 04/2022 - GPS TEC SISTEMAS ELETRONICOS DE SEGURANCA LTDA - 90943001-15 - 04/2022 - GR INVESTIMENTOS LIMITADA - 90893255-25 - 04/2022 - GR LOPES SUPERMERCADO - EIRELI - 90620210-79 - 04/2022 - GRACIANO PASTORIO ONETTA SERVICOS DE SOLDA - 90943902-70 - 04/2022 - GRAL LTDA - 90935866-35 - 04/2022 - GRANO REAL COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90767869-57 - 04/2022 - GREENTECH TECNOLOGIA LTDA - 90797755-22 - 04/2022 - GROWTH DIGITAL MARKETING LTDA - 90773858-24 - 04/2022 - GRUP ARENDT LTDA - 90917876-25 - 08/2022 - GSN GLOBAL SECURITY NETWORK COM DE EQUIP ELETRONICOS LT - 90122087-55 - 04/2022 - GSP LOG TRANSPORTES LTDA - 90940669-29 - 04/2022 - GTS COMERCIO, MANUTENCAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONAD - 90944297-46 - 04/2022 - GUARA EXTINTORES LTDA - 90447212-33 - 04/2022 - GUARAMI REPRESENTACAO E COMERCIO LTDA - 90951841-51 - 08/2022 - GUERRA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - 90941751-16 - 04/2022 - GUILHERME GAMES DE PAULA - ME - 90763387-09 - 04/2022 - GUSTAVO GAMA MONTEIRO FILHO - 90591150-38 - 04/2022 - GW PLANEJADOS LTDA - 90943306-18 - 04/2022 - H LORENZ SERVICOS OPERACIONAIS LTDA - 90930403-22 - 04/2022 - H M C DA SILVA E CIA LTDA - ME - 90609950-09 - 08/2022 - H. MIORIM BAZAN - 90839323-65 - 04/2022 - H. WANDERLEY & CIA LTDA - 90306070-04 - 04/2022 - HALAN SANTOS GREMSKI 08970035940 - 90931963-30 - 04/2022 - HALSA BIOTECNOLOGIA NUTRICO E SAUDE ANIMAL LTDA - 90903621-67 - 04/2022 - HAMILTON RECHE NEVES - 90533963-02 - 04/2022 - HANDOVER TECNOLOGIA LTDA - 90944439-00 - 04/2022 - HC TRUST LTDA - 90941514-46 - 04/2022 - HELENA VACCARI - 90306190-10 - 08/2022 - HELIO ANTONIO APARECIDO DELGADO ME - 90643364-84 - 04/2022 - HELIX ADMINISTRACAO DE ATIVOS E PARTICIPACOES SOCIETARI - 90817850-55 - 04/2022 - HELTON CANEDO BARBOSA & CIA LTDA - 90687148-31 - 05/2022 - HERBONATURAL DO BRASIL LTDA - 90278234-64 - 04/2022 - HERCULES DOUGLAS DA SILVA - 90507791-03 - 04/2022 - HERICK DOUGLAS SANTIAGO ME - 90940654-42 - 04/2022 - HF FOOD&BREW ALIMENTOS LTDA - ME - 90944365-21 - 04/2022 - HI - TOP COMERCIO DE ACESSORIOS EIRELI - ME - 90335528-04 - 08/2022 - HIDRAULICA REQUENA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90940649-85 - 04/2022 - HIPER FISIO COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA - 90745877-60 - 04/2022 - HK LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - 90882730-92 - 04/2022 - HOLISTIX BRASIL ECOMMERCE LTDA - 09909987-95 - 04/2022 - HP DA SILVA EMPREENDIMENTOS DIGITAIS LTDA - 90937661-02 - 04/2022 - HTA - ENGENHARIA APLICADA LTDA - 90270776-06 - 04/2022 - HU JIAWEN - 90931267-15 - 04/2022 - HUK COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90941948-46 - 04/2022 - I DE CARVALHO LTDA - 90943490-41 - 04/2022 - I R BRAVATTI COMERCIO DE FRUTAS - 90940729-02 - 04/2022 - I. RIEDI & CIA LTDA - 90253695-70 - 04/2022 - ICE BOX DO BRASIL EIRELI ME - 90706561-80 - 04/2022 - ICO - INCORPORADORA, CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA - 90944173-06 - 04/2022 - IGOR SCHOTT - 90860318-49 - 04/2022 - ILONE RENATE HARDT & CIA LTDA - 90615997-00 - 04/2022 - INCOMATTI BIOMASSA LTDA - 90756256-58 - 04/2022 - INCORPATOS EMPREENDIMENTOS LTDA - 90633681-29 - 04/2022 - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIOS OSTAPECHEM LTDA - 90941963-85 - 04/2022 - INDUSTRIA METALURGICA ABLASS EIRELI - EPP - 10507156-60 - 08/2022 - INFLUX ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO S/A - 90940915-24 - 04/2022 - INGRESSO NACIONAL OESTE E SUDOESTE LTDA - 90943411-48 - 04/2022 - INSTALO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - 10196999-15 - 04/2022 - INSTITUTO ATUACAO - 90751637-78 - 04/2022 - INSTITUTO



CONSTRUINDO UM LUGAR SEGURO - 90903382-90 - 04/2022 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANA - IAPAR-EM - 90859818-00 - 04/2022 - INSTITUTO MESTRE DE MUSICA E TECNOLOGIA - 90864092-64 - 04/2022 - INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQU - 90903599-64 - 04/2022 - INSTITUTO PRO CIDADANIA DE CURITIBA - 10196396-96 - 04/2022 - INTERNATIONAL ENTERPRISE SOURCING BRASIL LTDA - 90576350-42 - 04/2022 - IOLANDA GORETE DOS SANTOS POLHMANN - 90941170-00 - 04/2022 - IPGBRASIL - INSTITUTO DE POS-GRADUACAO DO BRASIL - 90942785-19 - 04/2022 - IRC REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90585240-07 - 04/2022 - IRMAOS LINERO LTDA - 10107909-01 - 04/2022 - ISABELA MILENA SANTOS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS - 90885607-41 - 04/2022 - ISAC BERNAL DE ALMEIDA - 90798301-32 - 04/2022 - ISIDORO KERNESKI - 90326701-10 - 04/2022 - ITACI INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSA LTDA - 90523576-13 - 04/2022 - ITAMAR ANGELO SUZIN ME - 90652351-50 - 04/2022 - IVAN RODOLFO GRELA - ME - 90742883-48 - 04/2022 - IVANILDE DE ABREU - 90150931-00 - 04/2022 - IVANKI CAFE BISTRO LTDA - 90824491-56 - 04/2022 - IVANKI CAFE BISTRO LTDA - 90762584-20 - 04/2022 - IVETE DOS SANTOS LANCHONETE - 90379154-30 - 04/2022 - IVO ROMANO MATERIAIS DE CONSTRUCAO - ME - 90726276-68 - 04/2022 - J A G - SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - 90692387-40 - 04/2022 - J A PEREIRA DECORACOES - 90429572-80 - 04/2022 - J A SANTOS CAMPOS & CIA LTDA - 90720662-91 - 04/2022 - J B IMPORTACAO LTDA - ME - 90602840-99 - 04/2022 - J BARONI E PRESTES LTDA - 90943685-00 - 04/2022 - J C AUTO POSTO - COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTD - 90854089-14 - 08/2022 - J C FERNANDES HOFFMANN - 90785705-01 - 04/2022 - J DE F KALINOWSKI DA SILVA COMERCIO DE UTILIDADES E VES - 90942758-46 - 04/2022 - J DE MATOS NETO CONFEITOS - 90941470-90 - 04/2022 - J H DE OLIVEIRA E SILVA COMERCIO DE PESCADOS E FRUTOS D - 90869880-00 - 04/2022 - J H PEGO ENXOVAIS - 90525926-12 - 04/2022 - J H S SANTOS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - 90917024-92 - 04/2022 - J M LOCACAO E LOGISTICA DE JUIZ DE FORA LTDA EPP - 90438264-73 - 04/2022 - J P MACHADO VIAGENS E TURISMO - 90934258-95 - 04/2022 - J R PEPECE - 90328398-08 - 04/2022 - J S TRANSPORTES E TURISMO LTDA - 90943555-21 - 04/2022 - J SEVERINO - EIRELI - 90906806-14 - 04/2022 - J V GONCALVES - 90941144-00 - 04/2022 - J. C. CAMILO - MOVEIS - ME - 90569228-38 - 04/2022 - J. E. SEMENTES LTDA - 90892481-99 - 04/2022 - J. FEDRIZZI RIBEIRO - EIRELI - 90891576-30 - 04/2022 - J. LUIS JURKEWICZ - ALIMENTOS - ME - 90655508-54 - 04/2022 - J. M INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 90932320-78 - 08/2022 - J. R. MIKULIS RESTAURANTE LTDA - 90614519-75 - 04/2022 - J. RODRIGUES DE ARAUJO FILHO - MADEIRAS - ME - 90768790-25 - 04/2022 - J.F. ARCANJO SUPERMERCADOS EIRELI - ME - 90767036-87 - 08/2022 - J.FRESSATO REPARADORA DE VEICULOS EIRELI ME - 90714515-82 - 04/2022 - J.GARCIA TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 90875979-60 - 04/2022 - J.K. USINAGEM DE PRECISAO LTDA - ME - 90391865-91 - 04/2022 - JAGUA FERTIL LTDA - 90935928-72 - 04/2022 - JAIR MORAES FRANCO - 51501194-31 - 08/2022 - JB SERVICE REPRESENTACOES E COMERCIO LTDA - 90934908-75 - 04/2022 - JBLD LTDA - 90942527-14 - 04/2022 - JCB FLORESTAL EIRELI - 90775694-70 - 04/2022 - JEFERSON LUIZ TIBURSKI - 90940964-02 - 04/2022 - JEFFERSON JESUS DA SILVA CONFECCOES - 90810071-92 - 04/2022 - JHOQMA CONFECCOES LTDA - 90379183-74 - 04/2022 - JJ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA - 90892658-75 - 08/2022 - JM VEICULOS COMERCIO E MANUTENCAO DE CARROS E LAVACAO L - 90941936-02 - 04/2022 - JMA MOVEIS LTDA - 90860167-00 - 04/2022 - JOAO APARECIDO BARBOSA - 20115440-56 - 04/2022 - JOAO EUGENIO DE FARIAS - 90525725-06 - 04/2022 - JOAO FRANCISCO LAINES FILHO - 90795132-42 - 04/2022 - JOAO LUIZ DE ASSUNCAO E CIA LTDA - 90357201-94 - 04/2022 - JOCASSIA APARECIDA KOHLER - 90837118-65 - 08/2022 - JOCELAINE BATISTA CORREIA ARREBOLA - 90864494-87 - 08/2022 - JONAS GONCALVES DE MENEZES - EIRELI - ME - 90769423-20 - 04/2022 - JORGE PERES - 11600147-05 - 04/2022 - JOSE DIVONEI DE SOUZA METALURGICA - 90431914-78 - 04/2022 - JOSE MILTON COSTA FILHO - ME - 90409914-73 - 04/2022 - JOSE ODAIR GRACIOTO - 90365911-42 - 04/2022 - JOSE ROBERTO SCOPARO ME - 90362777-82 - 04/2022 - JOSE WILSON DOS SANTOS - 90941044-48 - 04/2022 - JOSELIA CRONTHAL - 90832827-27 - 04/2022 - JOSIELE A PADILHA CONVENIENCIA - 90942790-86 - 04/2022 - JOSLEI DE ANDRADE CATERENCIUC LTDA - 90941700-76 - 04/2022 - JP VIDRACARIA E ESQUADRIAS DE ALUMINIO EIRELI - 90776904-65 - 04/2022 - JPC COMERCIO DE CAMINHOES LTDA - 90826768-02 - 04/2022 - JPFE MODAS LTDA - 90942641-35 - 04/2022 - JULIANA VEIGA GRACIA MUNDIM - 90770662-14 - 04/2022 - JULIANO DA SILVA RODRIGUES RIBEIRO LOJA DE DEPARTAMENTO - 90836926-23 - 08/2022 - JULIANO GAUDEDA FAGAN COMERCIO DE BICICLETAS - 90796289-02 - 04/2022 - JULIO CESAR TADAO KOBE - ME - 90729414-51 - 04/2022 - K F MOBILI MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - 90535936-39 - 04/2022 - K. MOCELIN & CIA LTDA - 90861152-79 - 04/2022 - K.C. COMPONENTES METALICOS LTDA - 90761573-13 - 04/2022 - KA PALLETES EIRELI - 90857610-10 - 08/2022 - KAIZEN CASA DE AUTOPECAS EIRELI - 09910305-14 - 04/2022 - KAMALEAO COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90100543-51 - 04/2022 - KANGU TRANSPORTES LTDA - 90927494-09 - 04/2022 - KAPPAMEC COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MANUFATURADOS - 90888365-93 - 08/2022 - KAROLINA SELBMANN COMERCIO DE VEICULOS - EIRELI - 90784737-35 - 04/2022 - KEPT EXPORT CONSULTORIA EMPRESARIAL EM COMERCIO EXTERIO - 90801289-56 - 04/2022 - KEYLA DE FATIMA MORITZ MAYER - 90395053-60 - 04/2022 - KF COMERCIO DE BEBIDAS E SALGADOS LTDA - 90931276-06 - 04/2022 - KG COMERCIO DE RESIDUOS E TRANSPORTES EIRELI - 90811032-30 - 04/2022 - KING OFFAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90675631-55 - 04/2022 - KMAPEC INDUSTRIA E COMERCIO DE METAL LTDA - 90522854-42 - 04/2022 - KONEI VENEER TRADING LTDA - 90941177-79 - 04/2022 - KOPPAR RECICLAGEM DE METAIS LTDA - 90879834-10 - 04/2022 - KPS INDUSTRIAL LTDA - 90547673-47 - 08/2022 - KRYPTO ATACADISTA LTDA - 90943887-05 - 04/2022 - KUCHLA & KUCHLA LTDA - ME - 90397118-58 - 04/2022 - L E IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA - 90462787-95 - 04/2022 - L F DA SILVA CONSTRUCAO CIVIL - 90942771-13 - 04/2022 - L F DE JAIME PRODUTOS PARA PETSHOP - 90697745-10 - 04/2022 - L F PINHEIRO DE SOUZA INFORMATICA - 90944397-09 - 04/2022 - L J GONCALVES AGROPECUARIA LTDA - 90908156-41 - 04/2022 - L R WOLSKI - MADEIRAS - 90696872-00 - 04/2022 - L RICARDO BERNARDES CONFECCOES - 90943955-80 - 04/2022 - L S DOS SANTOS SANTANA PADARIA E CONFEITARIA - ME - 90673596-20 - 04/2022 - L Z CHAQUIME COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS - 90941929-83 - 04/2022 - L. ANTUNES TRANSPORTES LTDA - 90371378-01 - 04/2022 - L. C. DE LIMA - ARTIGOS DO VESTUARIO - ME - 90699430-52 - 08/2022 - L. FERNANDO BISCOLA - ME - 90674851-70 - 04/2022 - L. T. NOX ESTAMPARIA LTDA - 90798410-96 - 08/2022 - L.A.S.J. ROSALINSKI COMERCIO DE ALIMENTOS - ME - 90648874-48 - 04/2022 - L.C. OLIVEIRA - SERRALHERIA - 90730187-70 - 04/2022 - L.C.Y COMERCIO DE UTILIDADES LTDA - 90872806-80 - 04/2022 - L.S.G. COMERCIO DE PECAS EIRELI - 90821132-47 - 08/2022 - LA PETIT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA ME - 90728743-20 - 04/2022 - LAGOA DO BARRO IX ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941220-04 - 04/2022 - LAGOA DO BARRO V ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941169-69 - 04/2022 - LAGOA DO BARRO VI ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941168-88 - 04/2022 - LAGOA DO BARRO X ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941221-87 - 04/2022 - LANGON COSMETICOS LTDA - EPP - 90285649-85 - 04/2022 - LATIN OIL DO BRASIL LTDA - 90943207-36 - 04/2022 - LAUDINEA FERREIRA - 90837792-30 - 04/2022 - LAVANDERIA ALIANCA LTDA - 90667652-42 - 04/2022 - LC TREINAMENTOS MASTER LTDA - 90942197-76 - 04/2022 - LDDS SERVICOS DE APOIO EMPRESARIAL LTDA - 90328183-98 - 04/2022 - LE CULTIVE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90275178-51 - 04/2022 - LEA PAPEIS LTDA - 90943201-40 - 04/2022 - LEANDRO BELI LTDA - 90942769-07 - 04/2022 - LEANDRO PENTEADO DOCE SABOR GASTRONOMIA LTDA - 90559999-26 - 04/2022 - LEANDRO RIBEIRO & CIA LTDA - ME - 90241270-09 - 04/2022 - LEILA DO ROCIO CIRILLO - METALURGICA - 90790956-53 - 04/2022 - LENDRO CHAIA TELEFONIA - 90891342-66 - 04/2022 - LEOCADIO FERNANDES TRANSPORTES - 90583244-15 - 04/2022 - LEOMAR CHIARELLO - ME - 90665613-29 - 04/2022 - LEONEL MOREIRA SOUZA - 90801445-60 - 04/2022 - LERIANE SOARES BOESE CONFECCOES - 90942703-72 - 04/2022 - LETOAH INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90761065-90 - 04/2022 - LG - COMERCIO DE ACESSORIOS LTDA - 90939579-86 - 04/2022 - LHT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - 90942618-96 - 04/2022 - LIBERTY SERVICE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA - 90939657-33 - 04/2022 - LICITAPAR LTDA ME - 90685059-14 - 04/2022 - LINEAR SOLUCOES INTELIGENTES EM ENGENHARIA E CONSTRUCOE - 90772158-21 - 08/2022 - LISBOA VIDROS LTDA - 90854835-33 - 08/2022 - LIVIA SERATO P DA SILVA - 90941131-96 - 04/2022 - LIVIA SERATO P DA SILVA - 90941368-03 - 04/2022 - LNV ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - 90943178-67 - 04/2022 - LOJAS TEM LTDA - 90584182-31 - 04/2022 - LONDRIFLEET LOCADORA DE VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTO - 90688512-35 - 04/2022 - LOREGIAN MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - EPP - 90552466-69 - 04/2022 - LORENA SCARANTE FOGGIATTO - 90944011-40 - 04/2022 - LOUIS DREYFUS COMPANY TRANSPORTES LTDA - 90830757-72 - 04/2022 - LOURDES BENTO DA SILVA - AGROPECUARIA - 90395828-61 - 04/2022 - LOUTECH - INDUSTRIA E TRANSPORTES LTDA - ME - 90646828-03 - 04/2022 - LOWE CONSTRUCAO CIVIL LTDA - 90944501-92 - 04/2022 - LSA COMERCIO DE CALCADOS LTDA - 90379260-40 - 08/2022 - LUAN FELIPE BUENO CESAR - 90814147-40 - 04/2022 - LUCAS GABRIEL DE LARA DA SILVA - 90942172-18 - 04/2022 - LUCIANA GUERRA PEREIRA - 90756457-64 - 04/2022 - LUCY ANTUNES DE SOUZA - 90337670-88 - 04/2022 - LUIZ FRANCISCO MUNIZ FERNANDES - ME - 90752453-16 - 04/2022 - LUK - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS - EIRELI - 90645667-22 - 04/2022 - LUPUS AGROPECUARIA LTDA - 90403352-90 - 04/2022 - LUZ & REIS - CONFECCAO LTDA - 90873802-00 - 08/2022 - LUZZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ILUMINACAO E DECORACAO LT - 90754560-15 - 04/2022 - M A ALMEIDA DISTRIBUIDORA & TRANSPORTES EIRELI - 90325396-77 - 04/2022 - M A DA SILVA REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - 90943566-84 - 04/2022 - M A DE OLIVEIRA MACIEL PRESTADORA DE SERVICOS - 90932260-00 - 04/2022 - M A LOCACAO DE MAQUINA DE JUKEBOX LTDA - 90630418-04 - 04/2022 - M B PACHECO FUNILARIA - ME - 90705054-84 - 04/2022 - M C PERRI ACESSORIOS - 90943073-90 - 04/2022 - M F EMPREITEIRA LTDA - 90929094-57 - 04/2022 - M J R COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90583167-49 - 04/2022 - M J R VIANA & J W R VIANA LTDA - 90256911-10 - 04/2022 - M N FERREIRA LTDA - 90944393-85 - 04/2022 - M N T AUTOMACAO COMERCIAL LTDA - 90160652-82 - 04/2022 - M P DOS SANTOS ALIMENTOS LTDA - 90944464-03 - 04/2022 - M R B FERNANDES - EVENTOS - 90942565-40 - 04/2022 - M. A. F. SILVESTER VIEIRA - ME - 90721716-72 - 04/2022 - M. A. M. ZANELATTO COMERCIO LTDA - 90736194-21 - 08/2022 - M. C. COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - 90943018-63 - 04/2022 - M. CRISTINA ZAMPOLI - 90942631-63 - 04/2022 - M. G. REPRESENTACAO COMERCIAL - IMPORTACAO E EXPORTACAO - 90942275-23 - 04/2022 - M.F.P. CURY - VIA PORTO COMERCIO DE GAS - 90750840-45 - 04/2022 - M.H.DE ANDRADE & SANTOS LTDA - 90275212-98 - 04/2022 - M.Q.B.AGROPECUARIA LTDA - 90941392-33 - 04/2022 - M2E TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - 90814746-45 - 04/2022 - MADAME H COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - 90940844-04 - 04/2022 - MADECORT INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTAS EIRELI - E - 10001851-98 - 04/2022 - MADEIRA M2 LTDA - 90944279-64 - 04/2022 - MADEIREIRA LONDRINORTE LTDA - 90942417-80 - 04/2022 - MADU SERVICOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - 90813063-43 - 04/2022 - MADU SERVICOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - 90848674-94 - 04/2022 - MADU SERVICOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - 90854450-11 - 04/2022 - MADU SERVICOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - 90858121-03 - 04/2022 - MAFRANN PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA - 90933395-49 - 04/2022 - MAFRISE CONFECCOES LTDA - 90637517-63 - 08/2022 - MAGALU LOG SERVICOS LOGISTICOS LTDA - 90873845-40 - 04/2022 - MAGALU LOG SERVICOS LOGISTICOS LTDA - 90941872-03 - 04/2022 - MAGLI REPARADORA DE VEICULOS LTDA - EPP - 90529271-42 - 04/2022 - MAGNATA TRANSPORTES LTDA - 90249661-08 - 04/2022 - MAGNO E TIARA CARVALHO NETO - VESTUARIO LTDA - 90941188-21 - 04/2022 - MAGNUM COMERCIAL LTDA - 90941882-85 - 04/2022 - MAGU DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - 90853727-07 - 04/2022 - MAHAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90833572-47 - 04/2022 - MAKEPOWER DO BRASIL IMPORTACAO,

EXPORTACAO E DISTRIBUIC - 90941343-55 - 04/2022 - MALIS PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA - 90879897-01 - 08/2022 - MALTA FOZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LIMITADA - 90941861-50 - 04/2022 - MAPE CONVENIENCIA E TABACARIA LTDA - 90941881-02 - 04/2022 - MARACAVEL LONDRINA CAMINHOS - EIRELI - 90642555-65 - 04/2022 - MARBO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90944024-65 - 04/2022 - MARCA INDUSTRIA DE ERVA MATE LTDA - 90943715-60 - 04/2022 - MARCAL COMERCIO DE SUCATAS LTDA - 90944340-73 - 04/2022 - MARCHETTI REPRESENTACAO COMERCIAL EIRELI - 90848332-47 - 04/2022 - MARCIA CRISTINA OLIVEIRA ARAUJO - ME - 90637511-78 - 04/2022 - MARCIO AURELIO DE MATTOS - 90842321-62 - 04/2022 - MARCIO HENRIQUE DOS SANTOS LTDA - 90942095-41 - 04/2022 - MARCOS FAGUNDES - TRANSPORTES - 90941163-73 - 04/2022 - MARI LUCI RIBEIRO DOS SANTOS ME - 90721547-43 - 04/2022 - MARIA APARECIDA MATEUS - 90668367-94 - 04/2022 - MARIA DEDINHO BORASCHI - 90505947-58 - 04/2022 - MARIA VITORIA DOS SANTOS - 90862327-47 - 04/2022 - MARILENE STEINBACH - 90507485-77 - 04/2022 - MARINA LAZARIN MILKEVICZ - 90940979-99 - 04/2022 - MARIO DOS SANTOS SILVESTRE - 90654076-28 - 04/2022 - MARISTELA SIMOES DE OLIVEIRA - 90648637-78 - 08/2022 - MARIZETE MARIA BERNARDI-PRESENTES - 90441098-56 - 04/2022 - MARLON SOUZA DO NASCIMENTO - 90562552-70 - 04/2022 - MARLOS FREDERICO KOPP PANIFICADORA - 90827646-98 - 04/2022 - MARQUES PISCINAS LTDA - 90941805-43 - 04/2022 - MARTINI MEAT S/A. ARMAZENIS GERAIS - 90943720-27 - 04/2022 - MATRIAGRO LTDA - 90847539-95 - 04/2022 - MAX COMPANY LTDA - ME - 90616384-55 - 04/2022 - MAXIMUS COMERCIO E INTERMEDIACAO LTDA - 90941933-60 - 04/2022 - MCL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 90943874-82 - 04/2022 - MECANICA AZEVEDO LTDA - 90943371-16 - 04/2022 - MEGA BIKE INDUSTRIA E COMERCIO DE BICICLETAS LTDA - 90747297-35 - 04/2022 - MEGA BURGUER LTDA - 90944044-09 - 04/2022 - MEGA.COM - COMUNICACAO VISUAL EIRELI - 90793017-33 - 04/2022 - MEGAFORMATO COMUNICACAO VISUAL LTDA - 90714182-91 - 04/2022 - MEIA VIDA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS - 90941465-23 - 04/2022 - MELISSA MOTTA SUPERMERCADO LTDA - 90778966-75 - 04/2022 - MENESES COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA - 90942011-33 - 04/2022 - MERCADO IMPERIO LTDA ME - 90608741-39 - 04/2022 - MERCADO PERSA MOVEIS E VESTUARIOS LTDA - 90626291-66 - 04/2022 - MERCADO TOSTA - LTDA - 90511736-08 - 04/2022 - MERCADO VAREJAO DA DUQUE EIRELI - 90859046-52 - 04/2022 - MERCEARIA E PANIFICADORA PORTO DOS PADRES LTDA - ME - 90665605-19 - 04/2022 - METALARTE ARTEFATOS ESTAMPADOS EM METAL LTDA - 90944211-76 - 04/2022 - METALLI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90895625-78 - 04/2022 - MG COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90942830-08 - 04/2022 - MGM - PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA - 09904286-97 - 04/2022 - MGM M ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 90938033-26 - 04/2022 - MICHEL ROBERTO DE FREITAS LTDA - 90884639-75 - 08/2022 - MICHELL JOSE RUBIA OLIVEIRA - 90942929-37 - 04/2022 - MICRO DO BRASIL LTDA - 90666897-16 - 04/2022 - MIGUEL SOARES - SUPERMERCADO - 90941970-04 - 04/2022 - MINERACAO RIO GUAPORE LTDA - 90942304-00 - 04/2022 - MINERACAO VULCANO LTDA - 90732115-03 - 08/2022 - MINERADORA LIMOEIRO - EIRELI - 90668838-73 - 04/2022 - MINEWEB TREINAMENTOS E PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA - 90774000-50 - 08/2022 - MINI MERCADO CAVALCANTE - EIRELI - 90794503-05 - 04/2022 - MITSURU TAKAHASHI - 52600611-96 - 04/2022 - MIXTEL DISTRIBUIDORA LTDA - 90620025-20 - 04/2022 - MIYASAKI & MIYASAKI JUNIOR LTDA - 90830239-77 - 04/2022 - MJF PARTICIPACOES SOCIETARIAS E AGROPECUARIA S/A - 90922965-01 - 04/2022 - MM RESTAURANTE LTDA-ME - 90595472-56 - 08/2022 - MOACIR FERREIRA DA SILVA ME - 90620878-43 - 04/2022 - MOINHO CARLOS GUTH S/A - 90941159-97 - 04/2022 - MONIA D. S. FEIER - VIDRACARIA - ME - 90735472-50 - 04/2022 - MORAES & RIBEIRO LTDA - ME - 90670373-48 - 04/2022 - MORAN ELETRO LTDA - 90942302-30 - 04/2022 - MORETTI MATERIAIS DE CONSTRUCAO, MARMORES E GRANITOS LT - 90944384-94 - 04/2022 - MOROTECH COMERCIO DE MATERIAIS PARA INFORMATICA EIRELI - 90546899-58 - 04/2022 - MORRINHOS ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941099-11 - 04/2022 - MOTO IMPACTO - 90452888-94 - 04/2022 - MOTOBATT BRASIL LTDA - 90942582-40 - 04/2022 - MR AR CONDICIONADO LTDA - 90754581-40 - 04/2022 - MR VAREJO LTDA - 90888619-46 - 04/2022 - MR-CAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - 90932114-02 - 04/2022 - MRC COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - 90943776-81 - 04/2022 - MS COMERCIO DE AUTO E MOTO PECAS LTDA - 90943594-38 - 04/2022 - MSC - TECNOLOGIA INDUSTRIAL EIRELI - 90436945-42 - 04/2022 - MT SUL AR CONDICIONADO PARA VEICULOS LTDA - 90943766-00 - 04/2022 - MUNDO MAR COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90875723-80 - 04/2022 - N B DA SILVA - 90941113-04 - 04/2022 - N C B COMERCIO DE HORTIFRUTIS EIRELI - ME - 90154364-06 - 04/2022 - N C MAZZI - 90585329-56 - 04/2022 - N MOCCI - CONVENIENCIA MAANAIM - 90652294-28 - 04/2022 - N Z LANCHONETE RESTAURANTE E PETISCARIA LTDA - 90891400-70 - 04/2022 - N4Y IMPO E EXPO LTDA - 90943920-52 - 04/2022 - NAAN ALIMENTOS EIRELI - 90761583-95 - 04/2022 - NAPSS - SERVICOS DE EDUCACAO E SAUDE LTDA - 90942493-30 - 04/2022 - NATALIA FOGAGNOLI DIONISIO - 90648875-29 - 04/2022 - NATALICIO SOARES - 90874550-73 - 08/2022 - NAVE DEL MARE IMPORTADORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90940580-71 - 04/2022 - NELCI DA APARECIDA LEAL NAVARETE - 90604038-70 - 04/2022 - NELSON RAITZ - 90478994-16 - 04/2022 - NEOGRID ENERGIA SOLAR RIBEIRO EIRELI - 90944137-42 - 04/2022 - NEUSTADTER E CIA LTDA - 90774306-33 - 04/2022 - NEVES NASCIMENTO & FERREIRA LTDA - 90404121-12 - 04/2022 - NEW PARTS USINAGEM PRECISAO LTDA - 90913525-72 - 04/2022 - NEWBAT BATERIAS LTDA ME - 90653488-69 - 04/2022 - NEXT EXPRESS TRANSPORTES LTDA - 90942514-08 - 04/2022 - NEXT MED S/A - 90941335-45 - 04/2022 - NG EMPREENDIMENTOS LTDA - 90768043-60 - 04/2022 - NILSON ALFREDO CRUZ REPRESENTACAO COMERCIAL - 90941955-75 - 04/2022 - NINJA PARTS COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS AU - 09910303-52 - 04/2022 - NOBYLLE ADMINISTRACAO LTDA - 90692415-38 - 04/2022 - NOGUEIRA DISTRIBUIDORA DE TABACO EIRELI - 90830881-65 - 04/2022 - NORBERTO BISEWSKI EIRELI - 90527516-05 - 04/2022 - NORD BRANDING LTDA - 90944234-62 - 04/2022 - NOVA FORMA FUNDICAO EIRELI - 90697229-86 - 08/2022 - NOVA HISTORIA EDITORA E GESTAO CULTURAL LTDA - 90927064-24 - 04/2022 - NOVACIDADE CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - 90942994-35 - 04/2022 - NOVO HORIZONTE ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA - 90841158-75 - 04/2022 - NRL GERACAO DE ENERGIA SOLAR LTDA - 90910774-15 - 04/2022 - NTB CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - 90942040-78 - 04/2022 - NUCLEOTEC DISTRIBUIDORA DE MOVEIS EIRELI - ME - 90369521-88 - 04/2022 - NUNES E BRUSTLIN ESTETICA LTDA - 90913519-24 - 04/2022 - NUTRIN VET NUTRICAO CLINICA E VETERINARIA LTDA - 90941596-92 - 04/2022 - NUXS NUTRACEUTICOS EIRELI I - 90902112-07 - 04/2022 - NYDIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TELEINFORMATICA LTDA - 90560529-14 - 08/2022 - NYTRON INTERNACIONAL LTDA - 09904659-75 - 04/2022 - OBF COMERCIO E ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - 90942794-00 - 04/2022 - OBRAS CASTILHO LTDA ME - 90657146-36 - 08/2022 - OILY BRASIL LTDA - 90863129-37 - 04/2022 - OISAN VAZ ENGENHARIA - EIRELI - 90944541-80 - 04/2022 - OLINI COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME - 90700455-48 - 04/2022 - OLIVEIRA E LIMA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90816910-77 - 04/2022 - OLIVEIRA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90942385-68 - 04/2022 - OLIVIA AMELIA TAVARES ME - 90944282-60 - 04/2022 - OLOFSFORS LTDA - 90941889-51 - 04/2022 - ONEEIGHTY INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA - 90937389-15 - 04/2022 - ONICA SOLUCOES EM SERVICOS LTDA - 90863759-39 - 08/2022 - OPEN AUTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME - 90613448-93 - 04/2022 - ORBANK SOLUCOES EM PAGAMENTO LTDA - 90902512-50 - 04/2022 - ORGANOSAFRA LTDA - 90423507-50 - 04/2022 - ORGANOSAFRA LTDA - 90875903-61 - 04/2022 - ORLANDO BARBOSA - SERVICOS TERRAPLANAGEM - 90936031-57 - 04/2022 - ORTHOSPLEN SERVICOS DE ORTOPEDIA E NEUROLOGIA ESPECIALI - 90943301-03 - 04/2022 - OSCAR CALCADOS LTDA - 09907220-21 - 04/2022 - OTILIA PLENS DE SOUZA - 90570636-50 - 04/2022 - P A F SOUZA INFORMATICA LTDA - 90941214-58 - 04/2022 - P L DO PRADO COMERCIO REPRESENTACOES - 90942096-22 - 04/2022 - P. E. C. B. C. - ACADEMIA LTDA - 90943707-50 - 04/2022 - PADUANO E SERRAO COMERCIO DE CARNES LTDA - 90940845-87 - 04/2022 - PAIDEGUA SUPERMERCADOS LTDA - 90941213-77 - 04/2022 - PAJEANA MODAS LTDA - 90777110-55 - 04/2022 - PANIFICADORA & CONFEITARIA CAFE CREMOSO LTDA ME - 90551831-36 - 04/2022 - PANIFICADORA ARTE E TRIGO LTDA - 90941984-00 - 04/2022 - PANIFICADORA IRMAOS TERAJIMA LTDA - 90932051-86 - 04/2022 - PANTANAL IMPORTADORA LTDA - 90897975-32 - 04/2022 - PAPEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MANUFATURADOS - 90895922-13 - 04/2022 - PARK DO CHURRASCO LTDA - 90944196-00 - 04/2022 - PASSARIN BEACHWEAR EIRELI ME - 90669903-60 - 04/2022 - PATITUCCI CONSTRUCOES LTDA - 90739982-60 - 04/2022 - PATRICIA ALBORGUERTI FABRI EUGENIO - 90905447-88 - 04/2022 - PAULO FRANCISCO DE PAULA VENTANIA LTDA - 90940764-87 - 04/2022 - PAVINATTO & GOUVEA LTDA - 90584353-22 - 04/2022 - PAZ CONSTRUCOES CIVIS LTDA - 10105507-81 - 04/2022 - PC1 COMPONENTES ELETRONICOS EIRELI - ME - 90303944-26 - 04/2022 - PECSUI MAX LTDA - 90932354-17 - 08/2022 - PEDRAS LAZAROTTO LTDA - 90941888-70 - 04/2022 - PEDRO CORDEIRO - ME - 90316664-97 - 04/2022 - PEIXE AGROPASTORIL LTDA - 90944339-30 - 04/2022 - PERFITASSI INDUSTRIA DE PERFIS DE ACO LTDA - 90598037-83 - 04/2022 - PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - 90452602-99 - 04/2022 - PHARMADELLE FORMULAS LTDA - 90882745-79 - 04/2022 - PHARMADELLE FORMULAS LTDA - 90925779-42 - 04/2022 - PHM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS UNIPessoal LTDA - 90901927-33 - 04/2022 - PHOODS INDUSTRIA DE ALIMENTOS EIRELI - 90549449-07 - 04/2022 - PICOLLI MULTIMARCAS LTDA - 90941688-45 - 04/2022 - PINHAL & GILAVERT LTDA - ME - 90345677-91 - 04/2022 - PINHAL & GILAVERT LTDA ME - 90553664-86 - 04/2022 - PIOMIX CONSTRUTORA EIRELI - 90733471-62 - 04/2022 - PIRATAS LANCHES ASSADOS E PETISCOS LTDA - 90832873-62 - 04/2022 - PIRIH ENGENHARIA CIVIL LTDA - 90112183-40 - 08/2022 - PIXELS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA - 90927407-97 - 08/2022 - PLACOSUL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90318546-50 - 04/2022 - PLASTICOS MUNDIAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS - 90741912-63 - 08/2022 - PNEUS E RODAS BORGES MATOS LTDA - ME - 90615756-07 - 04/2022 - PNEUTRUCK COMERCIO DE PNEUS E LONAS LTDA - 90897455-75 - 04/2022 - POIARES PRIME MECANICA LANTERNAGEM COMERCIO LTDA - ME - 90733945-94 - 04/2022 - POLLAR INDUSTRIAL LTDA - 90886097-75 - 04/2022 - POLLYANA INDUSTRIA E COMERCIO DE MANGUEIRAS EIRELI - 90345765-10 - 08/2022 - POLYVOX TECNOLOGIA DIGITAL LTDA - 90706357-79 - 04/2022 - POSONIC DO BRASIL LTDA - 90616226-13 - 04/2022 - POSTO DE GASOLINA DOIS IRMAOS STRAUB LTDA - 13800007-99 - 04/2022 - POTENCIAL MARCENARIA INTELIGENTE LTDA - ME - 90717324-09 - 04/2022 - POWERMAQ COMERCIO DE PRODUTOS DE FERRAGENS LTDA - 90944504-35 - 04/2022 - PREMIER COMERCIO ATACADISTA LTDA - 90941094-07 - 04/2022 - PREMIUM COMERCIO UTILIDADES E VARIEDADES LTDA - 90943445-97 - 04/2022 - PREST-SERV JUNDIAI TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - 90261863-55 - 04/2022 - PRIME DB REPRESENTACOES LTDA - 90943128-06 - 04/2022 - PROMISSAO AGROPECUARIA EIRELI - 90741595-30 - 04/2022 - PROSPER IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90916407-99 - 04/2022 - PROVENT DO BRASIL METALURGICA LTDA - 90942673-12 - 04/2022 - PROVOLTAIC DISTRIBUICAO DE ENERGIA SOLAR LTDA - 90927189-45 - 08/2022 - PRSUL ALIMENTOS EIRELI EPP - 90599669-09 - 04/2022 - PUBLITECH COMUNICACAO E MARKETING LTDA - 90941991-39 - 04/2022 - QUALISOPRO SOLUCOES EM PLASTICO LTDA - 90942881-58 - 04/2022 - QUALITY FLEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA - 90903594-50 - 08/2022 - QUESLI GAILO RIBEIRO SALDANHA - 90934643-60 - 04/2022 - R A KMITA E CIA LTDA - 90533579-00 - 04/2022 - R C FERREIRA - CONFECCOES - 90364825-21 - 04/2022 - R DAS NEVES URTADO - CONFECCOES - 90798227-09 - 04/2022 - R M THIEDEMANN ME - 90719433-70 - 04/2022 - R Q VIAGENS LTDA - 90943163-80 - 04/2022 - R V B BARROSO FRANCO - 90944221-48 - 04/2022 - R. D. AZEREDO DE ALMEIDA - RESTAURANTE - 90808779-83 - 08/2022 - R. J. GAZOLLA LTDA - 90867000-07 - 04/2022 - R.F. COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90924550-81 - 04/2022 - R2 COMERCIO E INTERMEDIACAO DE



VEICULOS LTDA - 90844407-84 - 04/2022 - RAFAEL ABUCARUB - VEICULOS USADOS - 90832190-14 - 04/2022 - RAFAEL REFRIGERACAO LTDA - 90775792-70 - 04/2022 - RAMEDLAW RESIDUOS DE MADEIRAS LTDA - 90578034-41 - 04/2022 - RAMOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA - 90944019-06 - 04/2022 - RAMPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS E EMBALAGENS - 90943892-64 - 04/2022 - RAPINA DISTRIBUIDORA LTDA - 90958883-96 - 08/2022 - RBM - RECUPERADORA BRASILEIRA DE METAIS LTDA - 90757709-09 - 04/2022 - RCMS SERVICOS LTDA - 90903019-66 - 04/2022 - RCW ALIMENTOS LIMITADA - 90787837-69 - 04/2022 - REAL TELHAS INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI - 90697176-30 - 08/2022 - REAL VIDA PRODUTOS NATURAIS EIRELI - 90941397-48 - 04/2022 - REALIZA LOCADORA DE VEICULOS LTDA - 90923093-44 - 04/2022 - REATO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90198888-91 - 04/2022 - RECANTO RODRIGUES MAIA LTDA - 90944485-38 - 04/2022 - RECOOPERA - REDE DE COOPERATIVA E ASSOCIACOES DE CATADO - 90933049-15 - 04/2022 - RED ACADEMIAS LTDA - 90914500-78 - 04/2022 - REDE FAS DE BAR LTDA - 90941175-07 - 04/2022 - REDIVIX TRANSPORTES LTDA - 90756168-29 - 04/2022 - REGATTIERI ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - 90912584-79 - 04/2022 - REGINALDO ALEXANDRE DA SILVA LTDA - 90938064-22 - 04/2022 - RELIMP LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - EPP - 90817195-08 - 04/2022 - RENAN PASCOAL ALVES - ME - 90760970-78 - 04/2022 - RENATO DOS SANTOS LOPES - ME - 90835908-98 - 04/2022 - RESOLUT COMUNICACAO VISUAL LTDA - 90940893-84 - 04/2022 - RESTAURANTE BELLA VISTA LTDA - 90266526-90 - 04/2022 - RESTAURANTE COMIDA BOA EIRELI - 90666337-61 - 04/2022 - RESTAURANTE IMPERADOR DOS CAMAROEES DE FOZ DO IGUAÇU LTD - 90800018-83 - 04/2022 - RESTAURANTE PELANDA LTDA - 90929029-59 - 04/2022 - RESTAURANTE QUINELLAND LTDA - 90566952-46 - 04/2022 - RESULTADO PRATICO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E - 90887554-02 - 04/2022 - RETIFICA DE MOTORES W N LTDA - 90905786-82 - 04/2022 - RGPL COMERCIO DE CEREAIS LTDA - 90813451-60 - 04/2022 - RICARDO DINIZ FORNASIERI - 90411962-86 - 04/2022 - RIESA AGROPASTORIL E PARTICIPACOES SOCIAIS LTDA - 90942704-53 - 04/2022 - RIO DAS COBRAS FLORESTAL LTDA - 90943544-79 - 04/2022 - RJ PET 26 PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - 90301884-43 - 08/2022 - RJT MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA - 90927209-23 - 08/2022 - RK TECNOLOGIA COMERCIAL INDUSTRIAL E PUBLICA LTDA - 90815539-44 - 04/2022 - RKE - IMPLANTACAO DE REDES TUBULARES LTDA - 90941864-01 - 04/2022 - ROBSON CATTI DE CAMARGO PISCINAS - 90826654-44 - 04/2022 - ROCCOVIA PERFUMARIA LTDA - 90916221-11 - 04/2022 - ROCHA COMERCIO DE COLCHOES LTDA - 90850461-50 - 04/2022 - ROCHA PNEUS E RECAPAGENS LTDA - 90808419-54 - 04/2022 - RODOBRAS FOODS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 9082865-60 - 04/2022 - RODOFERA TRANSPORTES LTDA - ME - 90752398-55 - 04/2022 - RODOJUNIOR TRANSPORTES LTDA - 90941108-47 - 04/2022 - RODOPARTS AUTO PECAS LTDA - 90492088-60 - 04/2022 - RODOSMAR TRANSPORTES EIRELI - 90341387-50 - 04/2022 - RODRIGO AUGUSTO DEMARCO CORREA RAMOS VEICULOS - 90785178-80 - 04/2022 - RODRIGO PEREIRA CORREA COMERCIO DE CARVAO ME - 90746517-95 - 04/2022 - RODRILOG LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI ME - 90847795-28 - 04/2022 - RONAN A R DE MELO COMERCIO E TRANSPORTES - 90940962-40 - 04/2022 - ROSANA APARECIDA PASSONI DE OLIVEIRA - 90864586-30 - 04/2022 - ROSENILDO MENDES CONSTRUCOES LTDA - 90936968-13 - 04/2022 - ROSILENE DELMIRO DA SILVA - 90942655-30 - 04/2022 - ROTA 86 COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90942578-64 - 04/2022 - ROTOBEC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90498419-11 - 04/2022 - ROTTAS 8 CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE EMPREENDIMENTOS - 90930365-62 - 04/2022 - RP IMPORT CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - 90943053-46 - 04/2022 - RRT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90943699-05 - 04/2022 - RSN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90689544-76 - 08/2022 - RT FAST FOOD SERVICE LTDA - 90910191-30 - 08/2022 - RT TRANSPORTES LTDA - 90942558-10 - 04/2022 - RUBENS MORENO DE OLIVEIRA - 51000380-23 - 04/2022 - RUMM EDITORA AUDIOVISUAL LTDA - 90893915-87 - 04/2022 - S A TONON - 90409429-36 - 08/2022 - S ANDREIA FRANCO LTDA - 90657882-49 - 04/2022 - S DA S ALENCAR BAR E LANCHONETE - 90940708-70 - 04/2022 - S DE ALMEIDA BUENO - 90942723-16 - 04/2022 - S DE SOUZA TRANSPORTE DE CARGAS - 90931091-10 - 04/2022 - S T S INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA - 90194222-64 - 04/2022 - S. I. SCHENFELD - REPRESENTACAO COMERCIAL EIRELI - 90811528-77 - 04/2022 - S.S.E. FAVERO VESTUARIO LTDA - 90686771-03 - 04/2022 - SABANCO TRANSPORTE LTDA - 90734372-34 - 04/2022 - SAKAKI SUCOS E DELICIAS LTDA - 90296673-03 - 04/2022 - SAGAX COMERCIO E ALUGUEL DE BALANCIM LTDA - 90579335-74 - 04/2022 - SAGU TITO - INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90886185-02 - 04/2022 - SAHEL AUOTMACAO EM MAQUINAS ESPECIAIS LTDA-ME - 90839255-80 - 04/2022 - SALINI ABRAHAO ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - 90943813-60 - 04/2022 - SALOMAO MONTAGENS E COBERTURAS LTDA - 90943809-84 - 04/2022 - SALUTARIS ORGANICOS LTDA - 90931299-00 - 04/2022 - SAMPAIO SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - 90762000-06 - 08/2022 - SAMUKA MOTORS LTDA - 90667456-40 - 04/2022 - SANDRA CRISTINA DE ALMEIDA ME - 90752702-64 - 08/2022 - SANDRA SATORATO SENA - SERRALHERIA LTDA - ME - 90391102-69 - 04/2022 - SANDRO DO VALE PADILHA - 90607554-74 - 04/2022 - SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS L - 90892067-80 - 04/2022 - SANTA MARIA AGROPECUARIA LTDA - 73300068-67 - 04/2022 - SANTANA FALCAO VESTUARIO LTDA - 90941085-16 - 04/2022 - SANY CARLA DA SILVA DERIO - 90942031-87 - 04/2022 - SAO GENARO COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - 90124057-47 - 04/2022 - SARNIK REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 90944528-02 - 04/2022 - SAYLUS COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ALIMENTICI - 90941004-50 - 04/2022 - SCHOELER SUINOS LTDA - 90885358-01 - 04/2022 - SCORTGEL COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - 09910267-54 - 04/2022 - SCUR E SILVA COMERCIO DE DOCES E SALGADOS LTDA - 90941799-60 - 04/2022 - SEBASTIAO DE OLIVEIRA - AUTOMOVEIS - 90857199-10 - 04/2022 - SELECTA COMERCIAL EIRELI - ME - 90604254-15 - 04/2022 - SELETO COMERCIO DE RECICLAVEIS LTDA - 90943913-23 - 04/2022 - SEMENTES GUERRA LTDA - 90124070-14 - 04/2022 - SEPAC SERRADOS E PASTA DE CELULOSE LTDA - 90944152-81 - 04/2022 - SERGIO SILVERIO - 90913139-17 - 04/2022 - SERRA NORTE COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI - EPP - 90319126-09 - 04/2022 - SERRALHERIA E DISTRIBUIDORA MIG LTDA - 90942455-05 - 04/2022 - SERTAO ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941492-04 - 04/2022 - SERTAO TRANSPORTE DE CARGAS - EIRELI - 90818986-82 - 04/2022 - SERVICAR LTDA - 90942221-30 - 04/2022 - SERVOPA S/A COMERCIO E INDUSTRIA - 90309777-90 - 04/2022 - SHALOM COFFEE LTDA - 90523457-98 - 04/2022 - SHNEIDER E ANDRADE ENTRETENIMENTO LTDA - 90942016-48 - 04/2022 - SICOR - INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - 90811299-72 - 08/2022 - SIDICAR VEICULOS LTDA - 90932959-08 - 04/2022 - SILMARA DE FATIMA MILEK - CALCADOS - 90514129-55 - 08/2022 - SILVA GAS EIRELI - 90941584-59 - 04/2022 - SILVESTRE RICARDO & CIA. LTDA - 90710603-97 - 04/2022 - SILVESTRE TRANSPORTE DE CARGAS SECAS LTDA - 90944021-12 - 04/2022 - SILVIA DORING ACESSORIOS DE MODA LTDA - 90839157-89 - 04/2022 - SILVIO JOHANN - 90432172-99 - 04/2022 - SIMMEN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90938068-56 - 04/2022 - SIMONE DA SILVA DE JESUS - 90942155-17 - 04/2022 - SIMONE FERREIRA DE SOUZA CARVALHO - 90355383-96 - 04/2022 - SIMONE LUDVISNKI ME - 90689497-15 - 04/2022 - SJ HZMANN COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA - 90932129-80 - 04/2022 - SMART TRAFFIC TECNOLOGIA LTDA - 90937796-03 - 04/2022 - SMS TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - 90864073-00 - 04/2022 - SOARES & COLMAN TELECOM LTDA - 90881039-28 - 04/2022 - SOBERANO TRANSPORTE LTDA - 90870216-69 - 04/2022 - SOLANGE A M BRUNHARI - 90430710-65 - 08/2022 - SOLANGE GONCALVES ME - 90604482-02 - 04/2022 - SOLAR COMERCIO DAS BATIDAS LTDA - 10185820-03 - 04/2022 - SOLARBOX DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS LTDA - 90944261-35 - 04/2022 - SOLUMAX SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA - 90264824-00 - 04/2022 - SOMAX AGRO DO BRASIL LTDA - 90941238-25 - 04/2022 - SORVETERIA MEGAFIVE LTDA ME - 90707896-52 - 04/2022 - SOSCHINSKE & CIA LTDA - 90494330-40 - 04/2022 - SOTEICA IDEAS & TECHNOLOGY LTDA - 90884534-06 - 04/2022 - SOUZA & SANTOS MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - 90780473-96 - 08/2022 - SOUZA LIMA TRANSPORTES LTDA - 90845213-50 - 04/2022 - SPACE BUSSINESS LOCAAO DE ESPACOS E SERVIOS ADMINSTR - 90849318-42 - 04/2022 - SPE FVPR 2 LTDA - 90943747-47 - 04/2022 - SPE FVPR 3 LTDA - 90943830-61 - 04/2022 - SPE FVPR 4 LTDA - 90944064-52 - 04/2022 - SPE FVPR 5 LTDA - 90944404-72 - 04/2022 - SPE FVPR 6 LTDA - 90943780-68 - 04/2022 - SPEED CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - 90943755-57 - 04/2022 - SPEEDTEC DRYWALL LTDA - 90941699-06 - 04/2022 - SQUADRILHA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA ME - 90515603-93 - 04/2022 - SSTP INVESTIMENTOS LTDA - 90671453-10 - 04/2022 - STADLER COMERCIO DE FIXADORES LTDA - 90433383-20 - 04/2022 - STILUS VEICULOS LTDA - 90290924-91 - 04/2022 - STONE COMERCIAL LTDA - 90940578-57 - 04/2022 - STRASSE RECICLAGEM DE PNEUS LTDA - 90738843-38 - 04/2022 - SUL BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA - 90844538-43 - 04/2022 - SUPERIOR TRANSPORTES LOCAAO E LOGISTICA LTDA - 90850322-80 - 04/2022 - SUPERMERCADO O COSTELAO LTDA - 90942205-10 - 04/2022 - SUPERMERCADO PAULISTA LTDA - 90887319-02 - 04/2022 - SUPERMERCADO PAULISTA LTDA - 90649555-40 - 04/2022 - SUPERMERCADO PAULISTA LTDA - 90731594-04 - 04/2022 - SUPERMERCADO VILAGGE PAULISTA LTDA - 90943110-79 - 04/2022 - SUPERMERCADOS PAULISTA EXPRESS - EIRELI - 90799251-92 - 04/2022 - SUPERMERCADOS TISSI LTDA - 90805046-05 - 04/2022 - SUSTAIN CONSTRUCOES INTELIGENTES LTDA - 90474615-00 - 04/2022 - SVE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - 90607822-85 - 04/2022 - SWISTUR PASSAGENS E TURISMO LTDA - 90432742-50 - 04/2022 - T & A AGRICOLA TECNOLOGIA AVANCADA EM INSUMOS AGRICOLA - 90846660-81 - 04/2022 - T J TEIXEIRA COMERCIO, REPRESENTACAO - 90940550-56 - 04/2022 - T LAWRENZ GALARDA SERVICOS DE APOIO AS EMPRESAS - 90881975-66 - 04/2022 - T. DA S. LIMA - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - 90943240-57 - 04/2022 - TABACOS IMBITUVA LTDA - 90930737-60 - 04/2022 - TABORDA WITASIAK GAS LTDA - 90942223-00 - 04/2022 - TAKE COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90943692-39 - 04/2022 - TALISMA ENERGIA LTDA - 90904136-83 - 04/2022 - TAM LINHAS AEREAS S/A - 90941060-68 - 04/2022 - TANQUE NOVO VII ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941807-05 - 04/2022 - TATIANE FATIMA LOPES DE MEIRA - 90735233-19 - 04/2022 - TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA - 90846608-06 - 08/2022 - TEAM FOUR LOJA VIRTUAL - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS - 90766742-10 - 04/2022 - TECNO RECYCLING INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PLAST - 90712540-86 - 04/2022 - TEDS BEER X COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90880999-80 - 04/2022 - TEIMOSA KIDS COMERCIO DE ROUPAS INFANTIS LTDA - 90601048-80 - 04/2022 - TEODORO DA SILVA GONZAGA SERVICOS DE INSTALACAO EM MARM - 90943048-89 - 04/2022 - TERRA TRADING LTDA - 90942990-01 - 04/2022 - TH TRANSPORTADORA LTDA - 90944062-90 - 04/2022 - THOR IMPLEMENTOS EIRELI - 90770359-20 - 04/2022 - THS AGRO & BUSINESS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90930147-55 - 04/2022 - TIMBER IX PARTICIPACOES S.A. - 90937032-91 - 04/2022 - TIMBER IX PARTICIPACOES S.A. - 90873755-50 - 04/2022 - TIPLER COMERCIO DE PRODUTOS PARA RECAPAGEM LTDA - 09904809-31 - 04/2022 - TMS COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA - 90579327-64 - 04/2022 - TOMATE PURO SUL LTDA - ME - 90769542-56 - 04/2022 - TOPGRAN MARMORES E GRANITOS LTDA - 90258994-55 - 04/2022 - TORALES BENITEZ HORTIFRUTIGRANJEIROS EIRELI - 90878640-89 - 04/2022 - TORNEARIA PARANA DE MANDAGUARI LTDA - 90404614-07 - 04/2022 - TOTAL SERVICE CARGO LTDA - 90907141-01 - 04/2022 - TOV CLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI - 90828100-45 - 04/2022 - TRADELINE IMPORTACAO E COMERCIO LTDA - EPP - 90485170-10 - 04/2022 - TRAMAFLEX COMERCIO E INDUSTRIA DE FIBRAS LTDA - 90508517-42 - 04/2022 - TRANS ALEXANDRE TRANSPORTES LTDA - 90749814-00 - 04/2022 - TRANS PREMIUM TRANSPORTE LTDA - EPP - 90745204-29 - 08/2022 - TRANS VALACHINSKI TRANSPORTES LTDA ME - 90666565-40 - 04/2022 - TRANSBRITTO EXPRESS LTDA - 90942057-16 - 04/2022 - TRANSCOLD ARMAZEN GERAL E LOGISTICA EIRELI - 90675725-70 - 04/2022 - TRANSDALLARIVA TRANSPORTES LTDA - ME - 90710244-04 - 04/2022 -

TRANSPORTADORA ADUBO LTDA - 90526759-09 - 04/2022 - TRANSPORTADORA AQUARIUN EIRELI - 90474214-78 - 04/2022 - TRANSPORTADORA CONFIANCA LTDA - 90919848-89 - 04/2022 - TRANSPORTADORA LABUTA EIRELI - 90807848-96 - 04/2022 - TRANSPORTADORA NOVA TRES BARRAS LTDA - 90944499-33 - 04/2022 - TRANSPORTADORA PIRANI LTDA - 90812970-93 - 08/2022 - TRANSPORTADORA REGINA LTDA - 90936988-67 - 04/2022 - TRANSPORTES GEDEON EIRELI - ME - 90405376-75 - 04/2022 - TRANSPORTES RODOVIARIOS BRASILIA EIRELI - EPP - 70200610-43 - 04/2022 - TRANSPORTES RODOVIARIOS T T R LTDA - 90152799-71 - 04/2022 - TRANSPORTES TREZE TILIAS LTDA - 90804908-09 - 04/2022 - TRANSVIAS TRANSPORTE LTDA - ME - 90753214-38 - 04/2022 - TRES IRMAOS INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA - 90710065-03 - 04/2022 - TRIUNFAR ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - 90888827-81 - 04/2022 - TRUCK MAIS CAMINHOS E UTILITARIOS LTDA - 90935387-46 - 04/2022 - TRUST COMPANY INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - 90943303-87 - 04/2022 - TUCUNDUVA & CARVALHO MOTTA LTDA - 90901635-55 - 04/2022 - TURMINHA PARAISO ENTRETENIMENTO LTDA - 90941450-47 - 04/2022 - TUZCA TRANSPORTES LTDA - 90574299-06 - 04/2022 - TWM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90941509-89 - 04/2022 - U.R. BARBOSA LTDA - 90912056-00 - 04/2022 - UNIMPEX COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - 90942788-61 - 04/2022 - UNIVERSIDADE LIVRE DA CULTURA - 90539038-40 - 04/2022 - UP DECORACOES CRIATIVA LTDA ME - 90762464-13 - 08/2022 - USICAMPO INDUSTRIA METALURGICA LTDA - ME - 90449438-05 - 08/2022 - USINA HIDRELETRICA SANTA TEREZA LTDA - 90943485-84 - 04/2022 - USINA HIDRELETRICA UNIAO LTDA - 90943486-65 - 04/2022 - USINA SOLAR PLATAO INVESTIMENTOS SPE 2 LTDA - 90942153-55 - 04/2022 - USINA SOLAR PLATAO INVESTIMENTOS SPE 3 LTDA - 90940830-09 - 04/2022 - USINA SOLAR PLATAO INVESTIMENTOS SPE 4 LTDA - 90940778-82 - 04/2022 - USINA WEIDMANN SPE LTDA - 90944037-80 - 04/2022 - USINEGRI USINAGEM DE PECAS LTDA - ME - 90530947-13 - 04/2022 - V A ANGELO TRANSPORTES LTDA - 90943664-85 - 04/2022 - V A SALOMAO - 90935620-27 - 08/2022 - V CORREIA - 90944001-79 - 04/2022 - V H ENDRES - PECAS AUTOMOTIVAS - 90453508-75 - 04/2022 - V. A. SILVA ALIMENTOS ME - 90750636-33 - 04/2022 - V.B.S. COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90941979-42 - 04/2022 - V.T.F. DISTRIBUIDORA DE PECAS EIRELI - 90728431-07 - 04/2022 - VABEJO - IND COM DE FARINHA DE MANDIOCA LTDA - 90412473-79 - 04/2022 - VALDECI VERGINACI - ME - 90552548-40 - 08/2022 - VALDECIR INEZ DA CRUZ - ARTIGOS DOMESTICOS - 90837131-32 - 08/2022 - VALE DOS REPTEIS ACESSORIOS E ANIMAIS LTDA - 90940092-91 - 08/2022 - VALEN SERVICOS EIRELI - 90876125-19 - 04/2022 - VANDERLEI DE LIMA NERIS - 90892311-13 - 04/2022 - VANESSA MARQUES DE ARAUJO - 90775017-51 - 04/2022 - VARLI CARLA DOS SANTOS EIRELI - 90943119-07 - 04/2022 - VENDAS BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO - 90740363-73 - 04/2022 - VENTOS DOS GUARAS I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. - 90941537-32 - 04/2022 - VERDE SUL FOLHAS LTDA - 90959903-28 - 08/2022 - VERITAS COMUNICACAO E MARKETING LTDA - 90944260-54 - 04/2022 - VERO S.A. - 90939975-03 - 04/2022 - VERSATIL PROTEGE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - 90941586-10 - 04/2022 - VESSONI COMERCIO DE CARNES EIRELI - 90651961-55 - 04/2022 - VIANA MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - 90941061-49 - 04/2022 - VICENTE HELDER ARRAIS DE CARVALHO - 90737144-16 - 04/2022 - VIDRACARIA SANTA CATARINA LTDA - ME - 90277655-96 - 08/2022 - VIDRACARIA TOMACHEWSKI LTDA - 90440944-84 - 04/2022 - VIGRAN INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - 90941071-10 - 04/2022 - VILLA PACK COMERCIO DE PRODUTOS PARA HIGIENE EIRELI - 90943676-19 - 04/2022 - VISOFIX COM IMP EXP PROD PARA SAUDE LTDA - 90820337-23 - 04/2022 - VIVIANE WERLE DAL PAI EIRELI - 90885151-00 - 08/2022 - VJAUS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - 90822111-76 - 08/2022 - VN DISTRIBUICAO DE VIDROS LTDA - 90751456-05 - 04/2022 - VOLTEON ENERGIA SPE LTDA - 90942564-69 - 04/2022 - VON GRAFFEN E CREVELLONI LTDA - 90577484-08 - 04/2022 - VOUPER COMERCIO DE PECAS LTDA - 90941971-95 - 04/2022 - VPS EMPREENDIMENTOS LTDA - 90930810-02 - 04/2022 - VUICK MO PARA EVENTOS LTDA - 10150393-33 - 04/2022 - W DE FREITAS CAVICHIOLI - 90924430-75 - 04/2022 - W L BERTAZZO COMERCIO DE CEREAIS - 90911744-53 - 04/2022 - W SARAIVA JUNIOR LTDA - 90932643-52 - 04/2022 - W.S FERTILIZANTES LTDA - 90940885-74 - 04/2022 - WALL COMERCIO DE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - 90941817-87 - 04/2022 - WATERPIPE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - 90930809-79 - 04/2022 - WEBBY TELECOM LTDA - 90937746-36 - 04/2022 - WEIPT BRASIL LTDA - 90682027-76 - 04/2022 - WELINGTON FELIPE GONCALVES TRANSPORTES - 90820841-23 - 04/2022 - WELINGTON VOLTOLINI LTDA - 90949938-03 - 08/2022 - WILSON KREDENS PAWLASKI DA PAZ - 90902306-86 - 04/2022 - WN INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA - 90404093-24 - 04/2022 - WOLA INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES ESPECIAIS LTDA - 90841496-99 - 04/2022 - XINDE - COMERCIO ATACADISTA DE SUBPRODUTOS BOVINOS LTDA - 90843296-70 - 04/2022 - YAH CAFE EIRELI - 90862178-61 - 04/2022 - YASUKO HIGUCHI ME - 90431790-01 - 04/2022 - YAZAKI DO BRASIL LTDA - 90944428-40 - 04/2022 - YAZAKI DO BRASIL LTDA - 90944429-20 - 04/2022 - YOSHIHIRO & ARMANDO LTDA - 62803388-91 - 04/2022 - YOUNITI.Y ESTRATEGIAS DE INVESTIMENTOS LTDA - 90942377-58 - 04/2022 - ZADEIR FERREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA - 90940866-01 - 04/2022 - ZAIT INDUSTRIA TEXTIL LTDA - 90924762-40 - 04/2022 - ZANCHET PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - 90937864-80 - 04/2022 - ZANELATO E PARUCCI LTDA - 90942463-15 - 04/2022 - ZILLI MAQUINAS AGRICOLA LTDA - 90941093-26 - 04/2022.

CURITIBA, 05 DE SETEMBRO DE 2022.

SUZANE A. GAMBETTA DOBJENSKI  
COORDENADORA DE ARRECAÇÃO  
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

96440/2022

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

A T O N. 009/2022

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, USANDO  
DAS ATRIBUIÇÕES

QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO N. 88/2005-SEFA,  
RESOLVE:

DECLARAR INIDONEOS

OS DOCUMENTOS FISCAIS ABAIXO DISCRIMINADOS, NÃO  
PRODUZINDO

NENHUM EFEITO A FAVOR DE TERCEIROS OU DO DETENTOR E  
NÃO SERVINDO,

PORTANTO, PARA ACOBERTAR TRANSITO DE MERCADORIAS:

KM 02 FRARON

Município / UF : PATO BRANCO - PR

CNAEF : 4683-4/00 - COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADU

Socio Cadastrado : NEDIO TONUS CPF: 438109000-44

FERNANDO ALAN TONUS CPF: 030665349-44

JULINHO TONUS CPF: 285487019-00

GELSON CORREA CPF: 569083699-00

MARELI LINCK NEITZKE CPF: 539497730-53

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----  
Motivo----

53593219 11/08/2022 A 267296 A 267296 59011222-91 Inutilizado

Nome Empresarial : A M DOS REIS SERVICOS AUTOMOTIVOS

CNPJ : 09409366/0001-93 CADICMS/PR: 90438906-43

Periodo Atividade: Data Inicio: 05/2008 - Encerramento:

Endereco : RUA GUAIRA, 3244

JARDIM LA SALLE

Município / UF : TOLEDO - PR

Nome Empresarial : COOPERATIVA AGROPECUARIA TRADICAO

CNPJ : 05528196/0001-05 CADICMS/PR: 90275878-09

Periodo Atividade: Data Inicio: 04/2003 - Encerramento:

Endereco : RUA VIA DO CONHECIMENTO, 1911

CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E  
ACESSORIOS NOVOS PA

Socio Cadastrado : ADRIANO MUCELLINI DOS REIS CPF:  
038289389-14

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----  
Motivo----

53594290 28/08/2022 D 1185 A 1250 55848262-86 Inutilizado

Nome Empresarial : COOPERATIVA AGROPECUARIA TRADICAO

CNPJ : 05528196/0018-53 CADICMS/PR: 90753721-80

Periodo Atividade: Data Inicio: 06/2017 - Encerramento:

Endereco : ROD PR 459 KM 1,5, SN

ZONA RURAL

Município / UF : MANGUEIRINHA - PR

CNAEF : 4632-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE CEREALIS E  
LEGUMINOSAS BEN

Socio Cadastrado : NEDIO TONUS CPF: 438109000-44

FERNANDO ALAN TONUS CPF: 030665349-44

JULINHO TONUS CPF: 285487019-00

GELSON CORREA CPF: 569083699-00

MARELI LINCK NEITZKE CPF: 539497730-53

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----  
Motivo----

53592247 03/08/2022 A 272267 A 272267 59011222-91 Inutilizado

53592247 03/08/2022 A 272268 A 272268 59011222-91 Inutilizado

53592247 03/08/2022 A 272271 A 272271 59011222-91 Inutilizado

53592247 03/08/2022 A 272325 A 272325 59011222-91 Inutilizado

53592247 03/08/2022 A 272333 A 272333 59011222-91 Inutilizado

FIM

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON

Diretor da Receita Estadual do Parana

96225/2022

#### NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 51/2022

*Altera a Norma de Procedimento Fiscal nº 68, de 27 de julho de 2012.*

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ - REPR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do caput do art. 9º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e considerando o disposto no art. 63 do Subanexo I do Anexo III do Regulamento do ICMS, resolve:

**Art. 1º** Fica acrescentado o item 3-A à Norma de Procedimento Fiscal nº 68, de 27 de julho de 2012:

“3-A. Exceto nos casos de contingência com uso de Formulário de Segurança ou quando solicitado pelo tomador, o Documento Auxiliar do CT-e - DACTE, nas prestações de serviço intermunicipais, dentro do estado do Paraná, poderá, de forma alternativa à impressão em papel, ser apresentado em meio eletrônico, seguindo a disposição gráfica especificada no Manual de Orientação do Contribuinte - MOC, desde que tenha sido emitido o MDF-e.”

**Art. 2º.** Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 2 de setembro de 2022.

Roberto Zaninelli Covelo Tizon  
DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL

96547/2022

## Autarquias

### AGEPAR

#### PORTARIA Nº 62, de 31 de agosto de 2022

**Estabelecer e regulamentar o expediente, o controle de jornada de trabalho diário dos servidores, a utilização do Sistema de Ponto Eletrônico e as férias dos servidores lotados na Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná – Agepar**

O Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Complementar nº 222, de 5 de maio de 2020, em especial a competência para exercer o “comando hierárquico sobre o pessoal, estrutura organizacional e funcionamento” da Agepar (art. 29 § 2º) e conforme instrução contida no Protocolo nº 17.382.003-8,

#### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA AGEPAR

**Art. 1º** O horário de funcionamento da Agepar está compreendido entre às 07h30 (sete e meia) e as 19h00 (dezenove horas), sendo, para o atendimento do público externo, das 08h30min (oito horas e trinta minutos) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 18h (dezoito horas).

**Parágrafo único.** Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da Agepar, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto, não admitam paralisação, adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos - RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso - RPS, na forma da Lei Complementar nº 190, de 2 de setembro de 2015.

#### CAPÍTULO II DA JORNADA DE TRABALHO

#### Seção I Das Regras Gerais da Jornada de Trabalho

**Art. 2º** A jornada de trabalho na Agepar será de 8h (oito horas) diárias, até o limite de 40h (quarenta horas) semanais.

**§1º** A contagem da jornada de trabalho somente ocorre a partir do início do horário de funcionamento da Agência.

**§2º** A prestação de serviços externos, reuniões, cursos ou eventos previamente autorizados e viagens a serviço da Agepar serão considerados como jornada regular.

**Art. 3º** O horário convencional de jornada dos servidores é das 8h30min (oito horas e trinta minutos) às 12h00 (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 18h00 (dezoito horas).

**§1º** As solicitações para realização de jornadas especiais deverão ser justificadas e direcionadas, por meio de protocolo específico, à chefia imediata do servidor, que comunicará a autorização de jornada em horário diferenciado à Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF.

**§2º** Considera-se jornada especial aquela realizada, em caráter permanente, com variação igual ou superior a 1h (uma hora) em relação aos horários de ingresso e de saída previstos na jornada convencional a que se refere o caput, observando-se, em todos os casos, as 8h (oito horas) diárias e 40h (quarenta horas) semanais.

**§3º** As variações fracionárias nos horários de ingresso e saída previstos na jornada convencional serão, conforme o caso, ajustadas com a chefia imediata e/ou Diretoria.

**Art. 4º** O servidor ocupante de Cargo em Comissão - CC ou designado para o exercício de Função de Gestão Pública - FGP submete-se ao regime de dedicação integral e poderá ser convocado além da jornada regular de trabalho, na hipótese em que o interesse da Administração assim o exigir.

#### Seção II Dos Regimes Diferenciados de Trabalho

**Art. 5º** Poderá ser adotado o Regime de Trabalho em Turnos - RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso - RPS, na forma e hipóteses previstas na Lei Complementar nº 190, de 2 de setembro de 2015.

#### Seção III Do Intervalo de Refeição

**Art. 6º** O Intervalo de Refeição é obrigatório aos servidores que se submeterem à jornada presencial de 8h (oito horas) diárias, sendo de,



no mínimo, 1h (uma hora) e de, no máximo, 2h (duas horas), a ser fruído, preferencialmente, a partir das 12h00 (doze horas).

**Parágrafo único.** O Intervalo de Refeição não será considerado no cômputo das horas da jornada de trabalho do servidor, sendo vedado o seu fracionamento.

### Seção IV Do Registro de Frequência

**Art. 7º** O registro de frequência é obrigatório a todos os servidores efetivos e comissionados da Agepar, bem como estagiários, e será efetuado por meio eletrônico, com senha pessoal e intransferível, no Sistema Ponto Eletrônico – SPE.

**Parágrafo único.** O registro de frequência deve ser realizado no início do expediente, no horário de saída e retorno do intervalo e ao final da jornada de trabalho.

**Art. 8º** O servidor deverá preencher o campo “justificativa” do SPE nas seguintes hipóteses:

I - ausência ocorrida por motivo de saúde;

II – ausência do registro em razão de prestação de serviços externos, reuniões e viagens;

III – ausência em razão de participação em cursos ou eventos, previamente autorizados, que impossibilitem o registro da frequência diária;

IV - ausência do registro de frequência por problemas técnicos no equipamento;

V - ausência do registro de frequência por esquecimento.

**Art. 9º** As ausências ocorridas por motivos de saúde serão justificadas por meio de atestado ou declaração de comparecimento, emitida por profissional de saúde competente.

**§1º** As justificativas de que trata o caput deverão ser registradas no Sistema de Ponto Eletrônico no campo próprio, anexando-se a documentação comprobatória no sistema, no prazo permitido pelo mesmo.

**§2º** Para as ausências por motivo de saúde, devidamente documentadas, quando excedentes a três dias, serão adotadas as normas estabelecidas pela Divisão de Perícia Médica (DPM) da Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

**Art. 10.** A ausência de registro da frequência ocasionada por serviços externos, reuniões, viagens e outros deverão ser justificadas pelo servidor no sistema, e ratificadas pela chefia imediata na folha de frequência.

**Art. 11.** As justificativas apresentadas no sistema por motivo de viagem devem conter a indicação do número da Solicitação de Viagem gerado pela Central de Viagens.

**Art. 12.** As justificativas que excederem o quantitativo passível de registro no SPE deverão ser encaminhadas, via eProtocolo, para anuência da chefia imediata e à Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF.

**Art. 13.** Serão também consideradas ausências justificadas, sem necessidade de compensação, as hipóteses de afastamento legalmente previstas no art. 128 da Lei nº 6174/1970.

**Art. 14.** As ausências que não se enquadrem nas previsões do art. 8º serão lançadas como falta no controle eletrônico de frequência, ressalvada a hipótese de compensação, desde que apresentada justificativa idônea acolhida pela chefia imediata e/ou pelo Diretor.

**Art. 15.** A Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF fiscalizará permanentemente os registros de frequência para evitar que haja trabalho realizado em jornada que exceda a carga horária diária e semanal de atividades do servidor, ressalvas as hipóteses de compensação de jornada ou pagamento de gratificação pelo serviço extraordinário, na forma da Lei Complementar n.º 190, de 2 de setembro de 2015.

**Art. 16.** Compete à chefia imediata o controle da frequência e da jornada de trabalho dos servidores lotados nas Diretorias e Coordenadorias pelas quais é responsável devendo encaminhar o espelho mensal de frequência à Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF.

**§1º** As informações apresentadas à unidade de recursos humanos, correspondentes às anotações, faltas, descontos e justificativas

incluídas nos espelhos mensais de frequência são de inteira responsabilidade da chefia imediata.

**§2º** É responsabilidade do servidor comunicar imediatamente à chefia imediata qualquer problema no registro da frequência, para que possam ser adotadas as providências necessárias.

**Art. 17.** O Diretor-Presidente e os demais Diretores da Agepar ficam dispensados do registro de frequência em razão das peculiaridades inerentes às atividades desenvolvidas.

**§1º** O Diretor-Presidente, em caráter excepcional, poderá dispensar outros servidores de efetuar o registro de frequência, caso a natureza das atividades desempenhadas impossibilite o controle da jornada.

**§2º** Para fins da dispensa a que se refere o §1º, o servidor deverá apresentar solicitação e justificativa, via eProtocolo, e encaminhá-la ao Gabinete do Diretor-Presidente para autorização.

**§3º** A dispensa do registro de frequência não exime o servidor do cumprimento da carga horária obrigatória de 40h (quarenta horas) semanais.

**Art. 18.** Poderá responder de forma administrativa, civil e penal o servidor que:

I - causar danos ou fraudar as informações do Sistema Ponto Eletrônico;

II - ceder sua senha a outrem;

III - registrar frequência de outro servidor.

### Seção V Do Banco de Horas

**Art. 19.** Aplica-se o banco de horas disposto no art. 30 da Lei Complementar nº 190/2015 para os servidores de carreira da Agepar.

**§1º** As horas não trabalhadas sem justificativa bem como as que excedam a carga horária diária de 8 (oito) horas serão compensadas no mês de sua ocorrência.

**§2º** A compensação da jornada não excederá a duas horas diárias e não poderá ser realizada em período noturno, compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia até as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

**§3º** O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar quinze dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a um ano, não podendo os saldos não fruídos serem levados à conta dos anos subsequentes.

**§4º** As horas excedentes à carga horária não compensadas não ensejarão direito à remuneração extraordinária ou quaisquer ônus à Administração Pública.

### Seção VI Da Gratificação pelo Serviço Extraordinário

**Art. 20.** Será concedida Gratificação pelo Serviço Extraordinário, na forma prevista na Lei Complementar n.º 190, de 2 de fevereiro de 2015, ao servidor escalado pela Administração a permanecer no trabalho além de seu horário normal, no limite de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) da remuneração mensal do servidor, com os seguintes percentuais:

I - acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal por ocasião da prestação de serviços em dias úteis;

II - acréscimo de 100% (cem por cento) do valor da hora normal por ocasião da prestação de serviços em domingos e feriados;

III - o servidor submetido ao RTT não tem direito à percepção do adicional da hora normal, quando escalado nos domingos e feriados, salvo se extrapolar sua jornada.

### Seção VII Da Dispensa do Registro para Frequência a Atividades de Capacitação

**Art. 21.** Será concedida dispensa do registro do expediente mediante apresentação de comprovante de inscrição ou equivalente, pelo tempo necessário, à frequência de servidor a cursos de pós-graduação (*latu ou stricto sensu*), a aulas, eventos de capacitação ou compromissos acadêmicos, relacionados às áreas de atuação da Agepar, sem prejuízo da licença prevista no art. 251, caput, da Lei Estadual n.º 6174/1970.

**§ 1º** Para fins de comprovação da frequência e do aproveitamento da atividade realizada pelo servidor, deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF cópia do diploma ou certificado de conclusão.

§ 2º O servidor deverá compatibilizar a participação nas atividades de que trata o caput deste artigo com o exercício das atividades que habitualmente desempenha no cargo que ocupa.

### CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

**Art. 22.** O servidor lotado na Agepar terá direito a fruir férias pelo período de trinta dias consecutivos a cada ano de efetivo exercício, contando os sábados, domingos e feriados.

**Parágrafo único.** É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

**Art. 23.** A aquisição do direito às férias somente se perfaz após o primeiro ano de efetivo exercício funcional, observando-se a data de ingresso como marco inicial, inclusive para fins de indenização de férias.

§1º Não há direito às férias integrais ou proporcionais antes do primeiro ano de exercício funcional.

§2º O direito de férias do servidor efetivo nomeado para exercício de cargo em comissão acompanha o período aquisitivo referente ao cargo efetivo.

**Art. 24.** Caberá a cada Diretor organizar escalas de férias de seus servidores, atendidas as necessidades de serviço.

**Art. 25.** O requerimento de férias deverá ser feito mediante o preenchimento, pelo servidor, do formulário constante no Anexo I e posterior encaminhamento, via eProtocolo, para a chefia imediata.

§1º O servidor poderá recusar o recebimento de protocolos nos três dias úteis que antecedem o início do período de fruição das suas férias.

§2º No dia imediatamente anterior ao início da fruição das suas férias o servidor deverá estar em dia com o serviço, não podendo constar em sua carga pendências de protocolos.

§3º Os trabalhos ou demandas pendentes de conclusão pelo servidor antes do início das suas férias deverão ser informadas à respectiva chefia imediata e/ou Diretor para ciência e eventual redistribuição.

**Art. 26.** Encaminhado o requerimento pelo servidor, a chefia imediata deverá preencher o formulário constante no Anexo II e o encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF.

**Art. 27.** Após o início da fruição, as férias não serão interrompidas por motivo de licença ou afastamento, exceto no caso de retorno às atividades por necessidade imperiosa de serviço devidamente justificada pela chefia imediata.

§1º As férias somente poderão ser suspensas uma única vez para cada exercício e o período não poderá ser inferior a dez dias ou superior a vinte dias.

§2º O requerimento de suspensão ou interrupção das férias deverá ser feito mediante o preenchimento do formulário constante no Anexo III.

§3º O saldo de férias decorrentes do fracionamento previsto no caput deverá constar obrigatoriamente no sistema de gerenciamento de recursos humanos.

**Art. 28.** As férias prescrevem em dois anos contados a partir do primeiro dia do ano seguinte em que as férias deixaram de ser usufruídas pelo servidor.

**Parágrafo único.** Prescreve no mesmo prazo os saldos de férias não usufruídos.

**Art. 29.** O servidor terá suspenso o seu período aquisitivo de férias, reiniciando a contagem quando do retorno ao exercício do cargo, aproveitando-se o período de exercício anterior, nos seguintes casos:

I – licenciar-se para tratamento de saúde em pessoa da família, por período superior a noventa dias, consecutivos ou não, compreendido no período de 24 (vinte e quatro) meses;

II – for suspenso das atividades por pena disciplinar;

III – afastar-se em licença remuneratória para fins de aposentadoria;

IV – prisão preventiva.

**Art. 30.** O servidor exonerado, aposentado ou demitido faz jus ao pagamento de indenização pelo período de férias vencidas e não usufruídas, bem como à indenização proporcional referente ao período incompleto ou em que as férias foram usufruídas de forma parcial.

§1º O cálculo da indenização será feito na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício ou fração superior a quatorze dias, tendo por base o mês em que ocorrer a vacância, acrescido do terço constitucional correspondente.

§2º Desde que não prescritos, deverão ser indenizados os saldos de férias decorrentes de período regularmente interrompido/suspenso por necessidade de serviço e que não foram usufruídos pelo servidor.

### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 31.** Enquanto autorizado o exercício de teletrabalho no âmbito da Agepar, o servidor que estiver exclusivamente em regime de teletrabalho ficará dispensado do registro de frequência nesse período e deverá apresentar o formulário de metas constante no Anexo IV.

§1º O servidor que estiver em regime híbrido, alternando trabalho presencial e teletrabalho, deverá registrar a frequência no sistema eletrônico de ponto sempre que estiver realizando suas atividades na forma presencial.

§2º O período de atividades em teletrabalho não deverá ser inserido no campo de Justificativa do SPE.

**Art. 32.** Esta Portaria observará o disposto na Lei Complementar n.º 190, de 2 de setembro de 2015 e na Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná).

**Art. 33.** Após a implantação do Sistema Ponto Eletrônico – SPE, pelo prazo de sessenta dias, também serão considerados os registros entregues em folha de ponto manual.

**Art. 34.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2022.

**Art. 35.** Revoga-se a Portaria n.º 15/2017 – Agepar.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)  
Reinhold Stephanes  
Diretor-Presidente

### ANEXOS I, II, III e IV DA PORTARIA Nº 62, de 31 de agosto de 2022

Anexos da PORTARIA Nº 62, de 31 de agosto de 2022. **ANEXOS I, II, III e IV:** a serem visualizados no site da Agepar na aba Leis e Atos - Portarias - 2022 – Portaria nº 062/2022 - Estabelecer e regulamentar o expediente, o controle de jornada de trabalho diário dos servidores, a utilização do Sistema de Ponto Eletrônico e as férias dos servidores lotados na Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná – Agepar.

96207/2022

### PORTARIA Nº 063/2022-AGEPAR

**Declara estabilidade de servidor diante do Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho no Estágio Probatório da Agepar**

**O DIRETOR-PRESIDENTE** da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar nº 222, de 05 de maio de 2020, e o art. 24, incisos II e III, do anexo 243247\_63255 do Decreto Estadual nº 6.265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar), e

Considerando o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal e art. 36, § 4º, da Constituição Estadual, que tratam da aquisição de estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, mediante avaliação especial de desempenho;

Considerando o disposto na Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando a Resolução Conjunta Agepar/Seap nº 1/2020, que institui a Avaliação Especial de Desempenho para aquisição de estabilidade; e

Considerando o contido no protocolado nº 17.651.720-4 que trata da avaliação especial de desempenho do estágio probatório da servidora Caroline Niehues Zardo Pelandre,

### RESOLVE:

**Art. 1º Declarar** a estabilidade, a partir de 01 de novembro de 2022, da servidora **Caroline Niehues Zardo Pelandre**, RG nº 15.176.048-1/PR, nomeada para o cargo de Especialista em Regulação, diante da apresentação de resultado de servidora APTA para o exercício do cargo,

no Relatório de Avaliação nº 44/2022, elaborado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho no Estágio Probatório da Agepar

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba/PR, 02 de setembro de 2022.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)  
Reinhold Stephanes  
Diretor-Presidente

96876/2022

#### PORTARIA Nº 064/2022-AGEPAR

Designa servidores para elaborar diretrizes de plano de contas das empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico, bem como plano de ação para a implementação da contabilidade regulatória de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso das atribuições legais previstas no art. 29, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 222, de 5 de maio de 2020, e no art. 24, incisos II e III do Regulamento da AGEPAR e considerando a necessidade desta Agência em normatizar o aspecto contábil regulatório dos serviços de saneamento básico, sobretudo em razão do conteúdo do Acórdão nº 1609/21, de 8 de julho de 2021, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para proporem diretrizes para formulação do plano de contas das concessionárias de saneamento básico, bem como plano de ação para a elaboração e implementação do manual de contabilidade regulatória dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário:

- I – Marcos Cesar Vieira, RG nº 5.074.783-2, Especialista em Regulação;  
II – Candido Anderson Kaminski, RG nº 7.005.204-0, Especialista em Regulação.

**Parágrafo único.** As atividades serão coordenadas pelo servidor indicado no inciso I e, nas suas ausências, pelo servidor indicado no segundo inciso.

Art. 2º Em até 10 (dez) dias úteis, a partir da publicação desta Portaria, deverá ser elaborado um projeto, com um cronograma mínimo de atividades, estabelecendo prazo final de entrega dos produtos do trabalho, a ser encaminhado e aprovado pelo Diretor-Presidente, ouvidas as Chefias da Coordenadoria de Saneamento Básico, da Coordenadoria de Fiscalização e da Coordenadoria de Normatização Regulatória.

**Parágrafo único.** O cronograma deverá prever reuniões quinzenais entre os servidores executores do projeto, com os Chefes da Coordenadoria de Saneamento Básico, da Coordenadoria de Fiscalização e da Coordenadoria de Normatização Regulatória, para alinhamentos, orientações e apresentação de relatório de atividades.

Art. 3º Os produtos do trabalho deverão ter os seguintes objetivos:

- I - padronizar os procedimentos contábeis regulatórios adotados pelas concessionárias do serviço público de saneamento e viabilizar o controle e acompanhamento das respectivas atividades;  
II - viabilizar a expedição de documentos contábeis-regulatórios;  
III - integrar as rotinas e sistemas de fiscalização da Agepar aos sistemas contábeis das concessionárias;  
IV - estabelecer mecanismos de acompanhamento e de avaliação do desempenho financeiro, administrativo e comercial das prestadoras de serviços;  
V - gerar informações para respaldar cálculos tarifários;  
VI - identificar subsídios cruzados;  
VII - criar mecanismos de segregação dos gastos e os investimentos por municípios, serviços e categorias.

Art. 4º Os servidores poderão contar com o auxílio de outras unidades da Agência, bem como de entidades externas, incluindo as próprias empresas reguladas, para a concretização das finalidades do projeto.

Art. 5º O projeto apenas será considerado finalizado após aprovação dos produtos em decisão do Conselho Diretor, com Ata devidamente publicada em Diário Oficial.

Art. 6º Casos omissos ou eventuais conflitos de atribuição deverão ser resolvidos pelo Diretor-presidente, ouvidas as Diretorias de Fiscalização e Qualidade dos Serviços, Diretoria de Normas e Regulamentação e Diretoria de Regulação Econômica.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 2 de setembro de 2022.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)  
Reinhold Stephanes  
Diretor-Presidente

96208/2022

#### RESOLUÇÃO Nº 22, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a revisão ordinária da Agenda Regulatória vigente no ano de 2022.

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 41, §2º e o art. 37, §1º, ambos da Lei Complementar nº 222, de 5 de maio de 2020, e considerando:

- a) o contido no processo administrativo nº 18.769.566-0;  
b) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme Reunião nº 26/2022 – Ordinária, de 30 de agosto de 2022,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revisão ordinária da Agenda Regulatória da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná para o ano de 2022, aprovada pela Resolução nº 41, de 16 de dezembro de 2021, na forma anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 30 de agosto de 2022

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto Estadual nº 7340/2021)  
Reinhold Stephanes  
Diretor-Presidente

#### ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

#### AGENDA REGULATÓRIA 2022

#### REVISÃO ORDINÁRIA

JULHO  
2022

#### ÍNDICE

1. Apresentação da Agenda Regulatória.....	3
2. A construção da Agenda Regulatória.....	3
3. Abrangência da Agenda Regulatória.....	5
4. Etapas da Agenda Regulatória.....	5
5. Revisão Ordinária da Agenda Regulatória.....	7
6. Alinhamento estratégico.....	8
7. Processo de regulação.....	9
8. Eixo 1: Temas Finalísticos.....	10
9. Eixo 2: Temas de Gestão.....	14
10. Eixo 3: Temas de Pesquisa.....	16
11. Datas dos Reajustes Contratuais Tarifários e Revisões.....	16

#### 1. APRESENTAÇÃO DA AGENDA REGULATÓRIA

A Diretoria de Normas e Regulamentação apresenta a Agenda Regulatória para o ano 2022, atendendo a Lei Complementar nº 222/2020 (art. 41 e §§) e o Regulamento da Agepar (art. 12, inc. II, alínea "d" e art. 72, do Decreto nº 6.265/2020).

O Regulamento da Agepar, no inc. VI do art. 53, prevê que é competência da Coordenadoria de Normatização Regulatória a elaboração da Agenda Regulatória, em articulação com as demais unidades da Agência; competindo ao Diretor de Normas e Regulamentação propor ao Conselho Diretor a deliberação, conforme art. 32 do Regulamento da Agepar.

A Agenda Regulatória da Agepar integra o conjunto de instrumentos de planejamento da Agência, conforme a previsão do art. 68 do Regulamento da Agepar (anexo do Decreto nº 6.265/2020), sendo o instrumento de planejamento da atividade normativa anual (art. 72 do Regulamento da Agepar e art. 41 da Lei Complementar nº 222/2020), objetivando maior previsibilidade, transparência e eficiência, devendo ser alinhada com os objetivos do Plano Estratégico.

É uma ferramenta de planejamento para a instituição e, ao mesmo tempo, um instrumento de transparência, que permite o acompanhamento das ações regulatórias e a participação da sociedade na discussão dos temas considerados prioritários.

A Agenda Regulatória define os assuntos prioritários no âmbito das competências da Agepar para o ano e que demandam intervenções regulatórias, abrangendo a normatização e regulamentação das atividades fins da Agência, das atividades de gestão e de atividades de pesquisa regulatória, conforme os eixos apresentados adiante.



## 2. A CONSTRUÇÃO DA AGENDA REGULATÓRIA

O aprimoramento regulatório ocorre por meio da adoção de boas práticas e princípios, incluindo a sistematização do processo de elaboração de atos normativos e a gestão do estoque regulatório.

As matérias de cunho regulatório que serão estudadas em determinado período e que possivelmente resultarão em regulamentação ou revisão de regulamentação existente integram a Agenda Regulatória – o que não significa que necessariamente resultarão em uma regulamentação, pois os estudos promovidos pelas áreas técnicas podem concluir ser mais adequado, em alguns casos, a não normatização – *baseline option*.

São considerados como temas prioritários aqueles de natureza ordenatória, que estabelecem critérios, procedimentos, mecanismos de controle e orientação para regulação e fiscalização.

Para a elaboração da Agenda é necessária a participação das unidades técnicas da Agência, que foram convidadas a sugerir os temas prioritários e descrever o problema que enfrentam e quais os objetivos com o tratamento do problema.

As diretrizes que norteam a construção desta Agenda Regulatória são:

- Observação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Projetos prioritários em face das lacunas regulatórias;
- Maior segurança regulatória aos usuários e prestadores/concessionárias quanto aos procedimentos adotados pela Agência;
- Aperfeiçoamentos e estudos da regulação vigente;
- Maior efetividade para os atos normativos;
- Comunicação e transparência do planejamento e sua execução;
- Aproximação e interação com a sociedade;
- Ampliação da participação social no processo regulatório.

De forma geral, os temas prioritários na Agenda Regulatória buscam maior eficiência para o setor regulado. Além disso, a Agenda permite que as unidades técnicas envolvidas nos projetos regulatórios direcionem seus esforços para o que for considerado prioritário no período, contribuindo para a racionalização na alocação de sua força de trabalho.

Para a elaboração da Agenda Regulatória do ano 2022, foram segregados os temas relativos às atividades finalísticas e de gestão da Agepar, desde que se trate de atividade de normatização/regulamentação, bem como foram definidos temas que serão tratados em atividades de pesquisa. Em resumo:

<b>Eixo 1: Temas Finalísticos</b>	a) Gás b) Saneamento c) Serviço de Transporte d) Qualidade dos Serviços
<b>Eixo 2: Temas de Gestão</b>	Tema 1: Manual de Análise de Impacto Regulatório Tema 2: Resolução da Taxa de Regulação Tema 3: Resolução do Ciclo Regulatório
<b>Eixo 3: Temas de Pesquisa</b>	Tema 1: Política de Gestão de Riscos Regulatórios Tema 2: Metodologia de Revisão do Plano de Contas dos Setores Regulados

## 3. ABRANGÊNCIA DA AGENDA REGULATÓRIA

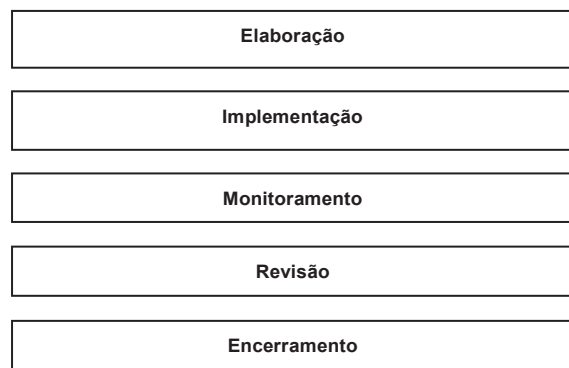
Os seguintes assuntos, ainda que resultem em ato normativo, não integram a Agenda Regulatória:

- Quando a proposta de Resolução se tratar de correção de Resolução vigente por erro formal eventualmente identificado;
- Quando a modificação em Resolução vigente for homologatória de tarifa, decorrente da atualização de variáveis em que os critérios e a metodologia de cálculo não foram modificados. Isso porque, se não houver alterações na metodologia a ser aplicada e nos critérios a serem utilizados, não há necessidade de realização de estudos e de Análise de Impacto Regulatório, considerando que a atualização já era prevista por Resolução ou contrato.

Ainda que não estejam presentes na Agenda, esses temas continuarão sendo tratados normalmente, seguindo o seu fluxo regulatório específico e os demais procedimentos de gestão do estoque regulatório da Agepar.

## 4. ETAPAS DA AGENDA REGULATÓRIA

A Agenda Regulatória da Agepar cumpre um ciclo que envolve cinco fases distintas:



**ELABORAÇÃO:** O levantamento de temas é a primeira etapa de elaboração da Agenda Regulatória e consiste em identificar todos os temas que possam compor a Agenda, relativos a alguma lacuna regulatória ou a problema percebido em regulação existente. Além disso, é necessário que as unidades técnicas da Agência levem em consideração a possível existência de determinações de órgãos como o Tribunal de Contas do Estado (TCE), de leis que demandem regulamentação por parte da Agência ou, ainda, os temas oriundos da Agenda Regulatória anterior, a fim de que os esforços já empreendidos não sejam perdidos. Após o levantamento dos temas, a primeira versão da Agenda é levada à Consulta Pública, para que a sociedade possa participar ativamente da sua elaboração. Encerrada a Consulta Pública, há a consolidação das contribuições recebidas, podendo haver a adequação da Agenda Regulatória proposta. Em seguida, a Agenda é submetida à aprovação do Conselho Diretor da Agepar, que poderá, ainda, incluir, excluir ou alterar temas da Agenda Regulatória quando da votação de sua aprovação. A versão final da Agenda Regulatória é, então, publicada no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico da Agência.

**IMPLEMENTAÇÃO:** A implementação inicia-se concomitantemente à vigência do instrumento, após a publicação. Com isso, os projetos regulatórios passam a ser executados conforme previstos em seus cronogramas formulados pelas áreas técnicas, com o apoio e orientação da Coordenadoria de Normatização Regulatória para o cumprimento das etapas.

**MONITORAMENTO:** Trimestralmente, a Coordenadoria de Normatização Regulatória fará um levantamento da situação e do resultado dos projetos regulatórios que compõem a Agenda, procedendo com a solicitação das informações pertinentes junto às áreas técnicas. A CNR analisará os resultados apresentados, parciais ou totais, e poderá sugerir a adoção de medidas para contornar eventuais problemas na execução e cronograma dos projetos. Os relatórios trimestrais serão publicados no sítio eletrônico da Agência.

**REVISÕES:** A Agenda Regulatória é um instrumento de planejamento e de melhoria da atividade regulatória, e, como tal, não pode ser estanque. A Agência está atenta às circunstâncias e mudanças de cenário, que podem acontecer por diversos motivos, e a Agenda Regulatória deve refletir isso por meio da possibilidade de ser revista durante sua vigência, com o objetivo de se adequar à realidade da Agência e dos setores regulados, adequando a disponibilidade de recursos e as prioridades. Para assegurar a transparência de suas ações, essas revisões devem seguir o mesmo procedimento de aprovação e publicação. Está prevista uma revisão ordinária ao final do primeiro semestre, bem como revisões extraordinárias, que também poderão ser realizadas, em caso de urgência e relevância, por ato devidamente motivado e mediante supervisão da Coordenadoria de Normatização Regulatória e a aprovação do Conselho Diretor.

**ENCERRAMENTO:** Encerrada a vigência, deve ser elaborado pela Coordenadoria de Normatização Regulatória um relatório contendo a avaliação dos projetos regulatórios propostos, com um resumo do progresso de cada um deles no período e a fase em que se encontram. Com isso, será apresentado um Indicador de Cumprimento da Agenda Regulatória. O relatório será enviado para o Conselho Diretor e publicado no sítio eletrônico da Agência.

## 5. REVISÃO ORDINÁRIA DA AGENDA REGULATÓRIA

O presente documento consiste na revisão ordinária da Agenda Regulatória do ano 2022, prevista na Agenda Regulatória aprovada pela Resolução n.º 41, de 16 de dezembro de 2021 e no art. 131, inc. VI, do Regimento Interno da Agência (Resolução n.º 16, de 6 de julho de 2022).

O art. 128 do Regimento Interno prevê o seguinte:

**Art. 128.** A revisão, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento da Agência se dão com os objetivos de:

- I - promover a inovação institucional, com vistas à obtenção de ganhos de eficiência e à otimização dos resultados e da qualidade da atuação da Agência;
- II - avaliar o desempenho institucional;
- III - indicar temas prioritários;
- IV - gerir riscos;
- V - monitorar o cumprimento de sua missão e objetivos estratégicos;
- VI - viabilizar o alcance das metas;
- VII - acompanhar e avaliar os resultados da sua implementação.

Tendo sido encerrado o primeiro semestre e realizado o monitoramento dos projetos regulatórios, conforme relatórios publicados no sítio eletrônico da Agência, concluiu-se que não havia necessidade de inclusão ou exclusão de projetos regulatórios.

Contudo, houve revisão de cronogramas, a partir de desafios e oportunidades de melhorias que foram identificados pelas áreas técnicas responsáveis.

Portanto, serão apresentados, neste documento, os projetos regulatórios que compõem os temas finalísticos, de gestão e de pesquisa, com seus cronogramas devidamente atualizados.

## 6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico vigente da Agepar, referente ao período de 2021 - 2024, foi aprovado pela Resolução nº 28, de 6 de julho de 2021. Entre os objetivos estratégicos, na dimensão "sociedade", correspondente ao objetivo programático "excelência na prestação de serviços" consta: "Ter uma agenda regulatória definida e amplamente conhecida", ao qual corresponde o Indicador de Agenda Regulatória (IAR).

O Indicador de Agenda Regulatória (IAR) foi subdividido em quatro índices:

- **Índice de Adequação – IA:** Alinhado ao objetivo de se ter uma agenda regulatória definida, entende-se que a mesma deve ser desenvolvida com prazos previamente estipulados e com responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos, visando a consecução de cada um dos seus objetivos.
- **Índice de Transparência – IT:** Alinhado ao objetivo de se ter uma agenda regulatória amplamente conhecida, entende-se necessário, além da sua publicação em Diário Oficial e disponibilidade no site da Agepar, que se facilite o acesso a quem desejar, por todos os meios de divulgação e comunicação.
- **Índice de Desenvolvimento Interno – IDI:** Conforme art. 41 da Lei Complementar nº 222/2020, a Agenda Regulatória "conterá o conjunto dos temas prioritários a serem regulamentados pela agência durante sua vigência", portanto, entende-se necessário que sejam realizadas consultas internas para coleta de sugestões dos temas a serem tratados, previamente à sua definição.
- **Índice Médio de Efetividade dos Produtos – IMEP (avaliado por setor regulado):** Entende-se que a Agenda Regulatória tem como objetivo gerar produtos efetivos, sendo avaliados periodicamente por meio de Análise de Resultado Regulatório (ARR) quanto aos impactos gerados no ambiente regulatório.

## 7. PROCESSO DE REGULAÇÃO

O processo de regulação corresponde aos procedimentos institucionais de realização das propostas regulatórias, que segue etapas pré-determinadas do fluxo regulatório. Um processo de regulação pode resultar em diferentes atos normativos (resolução ou portaria), ou, pode-se optar por instrumentos não normativos (guias, manuais ou orientadores).

A unidade técnica competente da Agência, da área em que se insere o projeto, é a responsável por conduzir o processo regulatório sob orientação da Coordenadoria de Normatização Regulatória, promovendo as discussões técnicas e mantendo a respectiva Diretoria e a Coordenadoria de Normatização Regulatória informadas sobre os aspectos relevantes do andamento. É também responsável por reportar os resultados dos projetos regulatórios da Agenda durante o monitoramento.

Na etapa de elaboração da Agenda Regulatória, as áreas técnicas são as responsáveis pela indicação das propostas iniciais de temas prioritários e pela análise das contribuições recebidas em Consulta Pública.

A Coordenadoria de Normatização Regulatória é responsável por conduzir a elaboração e a gestão da Agenda Regulatória, participando de todos os processos para construir, monitorar e revisar a Agenda. Possui as funções de acompanhamento, divulgação e monitoramento das informações sobre os processos regulatórios, além de desenvolvimento de plataformas e formulários utilizados no fluxo de regulação.

### ETAPAS DA REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS DA AGENDA:

**Estudos sobre o tema:** engloba as fases de definição do problema, tomadas de subsídios, objetivos a serem alcançados, realização e conclusão da Análise de Impacto Regulatório - AIR ou elaboração de Nota Técnica.

**Elaboração da proposta:** compreende a elaboração dos documentos necessários à proposta técnica, minuta de ato normativo, análise / parecer da área jurídica.

**Consulta e Audiência Pública:** compreende a participação social no processo de regulamentação, a análise das contribuições e adequações do ato normativo, se for o caso.

**Deliberação Final:** engloba a análise final pela área técnica competente e área jurídica, a deliberação e aprovação pelo Conselho Diretor, culminado na publicação no Diário Oficial.

A Agenda Regulatória abrange normatização e regulamentação das atividades fins da Agência, das atividades de gestão e de atividades de pesquisa regulatória, conforme os eixos a seguir.

## 8. EIXO 1: TEMAS FINALÍSTICOS

As atividades finalísticas são identificadas como Eixo 1 e podem se referir a questões de regulação econômica, de fiscalização ou de qualidade dos serviços.

Como produto final, tem-se a possibilidade de Resolução do Conselho Diretor, que poderá ser um ato normativo tratando de matéria inédita no estoque regulatório, revisão de ato normativo já existente ou revogação de ato normativo (desregulamentação), a depender da deliberação final.

Tema / Área	Transporte coletivo metropolitano de Curitiba
Breve descrição / objetivos	Regulamentação do serviço após o processo de licitação das empresas.
Área técnica proponente / responsável	Coordenadoria dos Serviços de Transporte - CST
Atos normativos vigentes	-
Processos administrativos em andamento na Agência	Não há.
Condição processual	Ciclo completo de AIR
Cronograma	Será elaborado e publicado no 3º trimestre de 2022.
Situação	Não iniciado.

Tema / Área	Transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e metropolitano do interior
Breve descrição / objetivos	Definição de metodologia para cálculo tarifário e para os índices de reajuste.
Área técnica proponente / responsável	DRE/CTR
Atos normativos vigentes	Resolução n.º 31/2021 (suspensa pela Resolução n.º 32/2021)
Processos administrativos em andamento na Agência	18.128.638-5
Condição processual	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
Cronograma	1º Trimestre: Estudos sobre o tema e elaboração da Nota Técnica 2º Trimestre: Consulta Pública e análise das contribuições 3º Trimestre: Proposta de ato normativo, deliberação do Conselho Diretor e Publicação



<b>Situação</b>	Em andamento
<b>Tema / Área</b>	<b>Atualização da metodologia de revisão tarifária dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar.</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Atualização das metodologias vigentes e elaboração de novos procedimentos metodológicos, de acordo com as boas práticas do setor, envolvendo: Custos operacionais eficientes; Quota de depreciação; Perdas de água; Outras receitas; Fator-X; Fator-Q; Avaliação de plano de investimentos; Projeções de mercado; Receitas irrecuperáveis; Receita requerida; Receita verificada; Base de Remuneração Regulatória; Base de Ativos Regulatória; Ajustes compensatórios; Matriz de risco; Desequilíbrios econômico-financeiros; e, Modelo financeiro geral para definição tarifária.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DRE/CSB
<b>Atos normativos vigentes</b>	Resolução n.º 015 de 14 de abril de 2021; Informação Técnica 001/2020 e as Notas Técnicas 001 a 009 de 2020; Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, atualizada pela Lei n.º 14.026 de 2020 A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA está em processo de elaboração de diretrizes sobre os tópicos envolvidos.
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	17.030.802-6 17.289.538-7 17.664.996-8
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>1º Trimestre:</b> Em alinhamento com a Resolução n.º 7/2022, a atualização das metodologias foi dividida em 4 blocos, com execução até abril de 2023. <b>2º Trimestre:</b> Foi deliberado pelo Conselho Diretor da Agepar na Reunião Nº 21/2022 – ORDINÁRIA, realizada em 28 de junho de 2022, a abertura de consulta pública das Notas Técnicas da temática n.º 1, cujo período de participação social decorrerá de 1 a 30 de julho de 2022. <b>3º Trimestre:</b> Elaboração de Notas Técnicas. Notas Técnicas sobre a temática n.º 2 (Avaliação do Plano de Investimentos e Projeções de Mercado, Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis) - ago/22; <b>4º Trimestre:</b> Elaboração de Notas Técnicas. Notas Técnicas sobre a temática n.º 3 (proposta de estrutura tarifária) - out/22; 1.3. Notas Técnicas sobre a temática 4 (BRR, BAR, Quota de Depreciação Regulatória, Receita Verificada, Receita Requerida, Ajustes Compensatórios e Desequilíbrios econômico-financeiros, modelo financeiro geral de definição tarifária) - dez/22.
<b>Situação</b>	Em andamento

	A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA está em processo de elaboração de diretrizes sobre os tópicos envolvidos.
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	17.030.802-6 17.289.538-7 17.664.996-8 16.943.691-6
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>1º Trimestre:</b> Em alinhamento com a Resolução n.º 7/2022, a atualização das metodologias foi dividida em 4 blocos, com execução até abril de 2023. <b>2º Trimestre:</b> Foi deliberado pelo Conselho Diretor da Agepar na Reunião Nº 21/2022 – ORDINÁRIA, realizada em 28 de junho de 2022, a abertura de consulta pública das Notas Técnicas da temática n.º 1, cujo período de participação social decorrerá de 1 a 30 de julho de 2022. <b>3º Trimestre:</b> Elaboração de Notas Técnicas sobre a temática n.º 2 (Avaliação do Plano de Investimentos e Projeções de Mercado, Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis) - ago/22. <b>4º Trimestre:</b> Notas Técnicas sobre a temática n.º 3 (proposta de estrutura tarifária) - out/22. 1.3. Notas Técnicas sobre a temática 4 (BRR, BAR, Quota de Depreciação Regulatória, Receita Verificada, Receita Requerida, Ajustes Compensatórios e Desequilíbrios econômico-financeiros, modelo financeiro geral de definição tarifária) - dez/22.
<b>Situação</b>	Em andamento

<b>Tema / Área</b>	<b>Regulamentação do mercado livre de gás canalizado.</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Estabelecer as condições a serem observadas na prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado pela concessionária a usuários livres no Estado do Paraná, visando o desenvolvimento e a abertura do mercado de gás.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DRE/CDG
<b>Atos normativos vigentes</b>	Lei Federal n.º 14.134/2021 Lei Complementar Estadual n.º 205/2017
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	17.875.883-7
<b>Condição processual</b>	Ciclo completo de AIR
<b>Cronograma</b>	<b>2º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema e elaboração de Nota Técnica preliminar, após ter sido aprovada a Lei Complementar 247/2022, que altera a Lei Complementar 205/2017, atribuindo competência à AGEPAR para regulamentar o mercado livre. <b>3º Trimestre:</b> Realização da Análise de Impacto Regulatório e publicação do Relatório de AIR. Consulta Pública. <b>4º Trimestre:</b> Deliberação do Conselho Diretor e publicação.
<b>Situação</b>	Revisto e em andamento

<b>Tema / Área</b>	<b>Estrutura tarifária da Sanepar dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar.</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Reavaliação da estrutura tarifária vigente, elaborando estudos e propostas para estruturas alternativas, envolvendo principalmente, a eliminação da tarifa mínima de consumo.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DRE/CSB
<b>Atos normativos vigentes</b>	Resolução n.º 015 de 14 de abril de 2021; Informação Técnica 001/2020 e as Notas Técnicas 001 de 2020; Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, atualizada pela Lei n.º 14.026 de 2020.

<b>Tema / Área</b>	<b>Definição da metodologia de cálculo da TUSD/TUSD-E</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Atualmente, a Agepar está elaborando uma Nota Técnica a partir da Proposta de Regulamentação do Mercado Livre de Distribuição de gás no Estado do Paraná, proposto pela Compagás. Assim, como consequência deste trabalho, a elaboração da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição do Mercado Livre (TUSD-E), poderá ser realizada com a participação dos agentes atuantes no Mercado Livre.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DRE/CDG

<b>Atos normativos vigentes</b>	Lei Federal n.º 14.134/2021 Lei Complementar Estadual n.º 205/2017
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	-
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>2º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema, após ter sido aprovada a Lei Complementar 247/2022, que altera a Lei Complementar 205/2017, atribuindo competência à AGEPAR para regulamentar o mercado livre. <b>3º Trimestre:</b> Elaboração de Nota Técnica e encaminhamento para Consulta Pública. <b>4º Trimestre:</b> Deliberação do Conselho Diretor e publicação.
<b>Situação</b>	Revisto e em andamento

<b>Tema / Área</b>	<b>Contabilidade regulatória do serviço de distribuição de gás canalizado.</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Elaborar regras e definições que permitam padronizar os procedimentos contábeis do prestador do serviço, trazendo maior transparência aos registros e demonstrativos financeiros, além de propiciar uma melhor identificação e alocação de custos, possibilitando análises de equilíbrio econômico-financeiro da concessão com maior qualidade, agilidade e transparência.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DRE/CSB e DNR/CNR
<b>Atos normativos vigentes</b>	Lei Federal n.º 14.134/2021 Lei Complementar Estadual n.º 205/2017
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	16.312.969-8
<b>Condição processual</b>	Ciclo completo de AIR
<b>Cronograma</b>	Será elaborado e publicado no segundo semestre de 2022
<b>Situação</b>	Não iniciado

<b>Tema / Área</b>	<b>Definição de Metas e Indicadores de Qualidade dos Serviços Regulados</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Proveniente de Recomendação do TCE. Providenciar, para cada setor regulado, a normatização de padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços, a partir das obrigações contratuais das concessionárias, apurados periodicamente por meio de procedimentos auditáveis; analisando a conveniência de organizá-los em sistema informatizado que permita realizar a avaliação global das informações recebidas dos agentes regulados, para a posterior proposição de metas a serem aplicadas aos indicadores monitorados.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DFQS / CQS
<b>Atos normativos vigentes</b>	-
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	-
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>3º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema e elaboração da proposta. <b>4º Trimestre:</b> Consulta e Audiência Pública. Deliberação do Conselho Diretor e Publicação
<b>Situação</b>	Revisto e em andamento.

## 9. EIXO 2: TEMAS DE GESTÃO

Para os temas relativos à gestão, foram propostos os que fazem parte da administração interna da Agência, bem como as demandas dos órgãos de controle. Os temas de administração interna não necessariamente contarão com Consulta e Audiência Pública no ciclo da regulamentação, mas obrigatoriamente será realizada Consulta Interna.

Como produto final, tem-se a possibilidade de regulamentação a ser editada pela Agepar e publicadas nos meios oficiais, revisão de ato normativo já existente ou revogação de ato normativo (desregulamentação), a depender da deliberação final.

<b>Tema / Área</b>	<b>Manual da Análise de Impacto Regulatório</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Elaborar um manual com os procedimentos e instruções para a Análise de Impacto Regulatório no âmbito da Agepar, seguindo o que está determinado na LC 222/2020 e no Regulamento da Agência (Anexo do Decreto n.º 6.265/2020), a partir das experiências realizadas no ano de 2021, da regulamentação vigente em âmbito estadual e federal, bem como das boas práticas e diretrizes nacionais e internacionais.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DNR/CNR
<b>Atos normativos vigentes</b>	Lei Complementar Estadual 222, de 05 de maio de 2020. Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020. Decreto n.º 10.411, de 30 de junho de 2020 Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019 Lei n.º 13.848, de 25 de junho de 2019.
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	Não há.
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>2º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema. <b>3º Trimestre:</b> Elaboração da proposta. Consulta Pública. <b>4º Trimestre:</b> Deliberação do Conselho Diretor e Publicação.
<b>Situação</b>	Revisto e em andamento.

<b>Tema / Área</b>	<b>Regulamentação da Taxa de Regulação</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Com a alteração da LC 222/2020, deverá haver a regulamentação da Taxa de Regulação, prevendo os procedimentos de cobrança, protesto e parcelamento.
<b>Área técnica proponente / responsável</b>	DAF
<b>Atos normativos vigentes</b>	Lei Complementar Estadual 222, de 05 de maio de 2020. Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020.
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	17.276.608-0
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>1º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema. Elaboração da proposta. <b>2º Trimestre:</b> Consulta Pública e análise das contribuições. <b>3º Trimestre:</b> Deliberação do Conselho Diretor e Publicação.
<b>Situação</b>	Em andamento.

<b>Tema / Área</b>	<b>Regulamentação do Ciclo Regulatório</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Proveniente de Recomendação do TCE, objetiva-se regulamentar o ciclo regulatório, para desenvolver metodologia de produção contínua de conhecimento dos setores regulados e implementar processo sistemático de análise que permita avaliar, em casos de atos regulatórios com capacidade de afetar

	direitos ou obrigações dos agentes econômicos usuários, os possíveis riscos e impactos das alternativas das propostas disponíveis de regulação.
<b>Área técnica proponente responsável</b>	DNR/CNR
<b>Atos normativos vigentes</b>	Lei Complementar Estadual 222, de 05 de maio de 2020. Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020.
<b>Processos administrativos em andamento na Agência</b>	Não há
<b>Condição processual</b>	Dispensa de AIR, com elaboração de Nota Técnica
<b>Cronograma</b>	<b>2º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema <b>3º Trimestre:</b> Elaboração da proposta e encaminhamento para Consulta Interna e Consulta Pública <b>4º Trimestre:</b> Deliberação do Conselho Diretor e Publicação
<b>Situação</b>	Em andamento.

### 10. EIXO 3: TEMAS DE PESQUISA

O Eixo 3 trata de temas de pesquisa, que serão transversais e objeto de estudo, constituindo programação de pesquisa sobre assuntos relevantes para futura regulação. Como produto final, tem-se a proposição de diretrizes de atuação para a Agência na área objeto de pesquisa.

Para os temas de pesquisa, serão realizadas discussões, workshops e treinamentos sobre os assuntos propostos, a fim de se criar condições para a regulamentação.

<b>Tema / Área</b>	<b>Política de Gestão de Riscos Regulatórios</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Será feito um mapeamento do tema, realização de estudos comparativos (benchmarking) e proposição de diretrizes sobre gestão de riscos regulatórios, para posterior regulamentação.
<b>Área técnica proponente responsável</b>	DNR/ DRE / DFQS
<b>Cronograma</b>	<b>2º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema <b>3º Trimestre:</b> Realização de cursos e workshops <b>4º Trimestre:</b> Elaboração das diretrizes e Consulta Pública
<b>Situação</b>	Revisto e em andamento

<b>Tema / Área</b>	<b>Metodologia de Revisão do Plano de Contas dos Setores Regulados</b>
<b>Breve descrição / objetivos</b>	Será feito um mapeamento do tema, realização de estudos comparativos (benchmarking), para posterior regulamentação.
<b>Área técnica proponente responsável</b>	DNR e DRE
<b>Cronograma</b>	<b>3º Trimestre:</b> Estudos sobre o tema. Realização de cursos e workshops. <b>4º Trimestre:</b> Elaboração de cronograma para o projeto 'Contabilidade Regulatória'
<b>Situação</b>	Em andamento.

### 11. CRONOGRAMA DOS REAJUSTES CONTRATUAIS TARIFÁRIOS

O §3º do art. 41 da Lei Complementar Estadual nº 222/2020 prevê que "A AGEPAR divulgará, por meio da agenda regulatória, calendário com as datas dos reajustes contratuais tarifários anuais programados para os serviços públicos sob sua competência regulatória".

Coordenadoria de Energia e Saneamento		
SANEAMENTO		
	Data inicial	Data final
Saneamento - 2ª Fase 2ª RTP	20/05/2021	06/08/2022
Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – Guaporema	06/12/2021	06/01/2022
Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – São Tomé	07/02/2022	07/03/2022
Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – Cianorte	07/02/2022	07/03/2022
Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – Terra Boa	07/02/2022	07/03/2022

Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – Apucarana	24/02/2022	24/03/2022
Água e Esgoto – Reajuste Tarifário – Sanepar	17/03/2022	17/05/2022
Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – Indianópolis	24/06/2022	24/07/2022
Resíduos Sólidos – Reajuste Tarifário – Cornélio Procópio	03/10/2022	03/11/2022
Água e Esgoto – Comprovação Capacidade Eco-Financeira	01/06/2021	31/03/2022
Coordenadoria de Energia e Saneamento		
GÁS		
	Data inicial	Data final
Conta Gráfica – 1º Ordinário	01/01/2022	01/02/2022
Conta Gráfica – 1º Extraordinário	01/04/2022	01/05/2022
Conta Gráfica – 2º Ordinário	01/07/2022	01/08/2022
Conta Gráfica – 2º Extraordinário	01/10/2022	01/11/2022
Revisão da Resolução da Conta Gráfica – 12 meses	01/02/2022	15/05/2022
1ª Revisão Tarifária Periódica	20/05/2021	01/05/2022

96204/2022

### RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

**Regulamenta os procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR.**

O Conselho Diretor Da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados Do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 2º, inciso VII; o art. 3º; i art. 5º; os arts. 53 e 56-A, todos da Lei Complementar n.º 222, de 2020; e considerando:

- o contido no processo administrativo n.º 18.524.547-0;
- as contribuições recebidas na Consulta Pública n.º 2/2022 – Agepar;
- a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme Reunião n.º 26/2022 – Ordinária, de 30 de agosto de 2022,

#### RESOLVE:

#### TÍTULO I DA TAXA DE REGULAÇÃO

#### CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

**Art. 1º** Estabelecer os procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR, prevista no art. 54 da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020.

**§1º** Equiparam-se, para os fins desta Resolução, as expressões: Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR, Taxa de Regulação e Taxa.

**§2º** A presente Resolução se aplica, no que couber, aos créditos não tributários da Agepar.

**Art. 2º** A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR constitui receita privativa da Agência, devida pelas entidades reguladas, na forma da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, do seu Decreto Regulamentar, e desta Resolução.

**Parágrafo único.** A receita decorrente da arrecadação da TR/AGEPAR será destinada ao custeio das atividades de regulação, fiscalização e controle dos serviços públicos delegados e ao funcionamento da Agência.

#### CAPÍTULO II DO FATO GERADOR

**Art. 3º** A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, que consiste na existência da estrutura regulatória da Agência para regulação, fiscalização e controle dos serviços públicos delegados.

**§1º** O fato gerador da TR/AGEPAR ocorrerá durante o ano civil, consolidando-se, para efeitos tributários e fiscais, no dia 31 de dezembro de cada ano.

**§2º** Na hipótese de a entidade regulada encerrar suas atividades antes da data prevista no parágrafo anterior, considera-se ocorrida a consolidação do fato gerador na data em que comunicada a Agência acerca do encerramento, quando cessar a regulação da Agepar em relação a ela, sem prejuízo da continuidade da regulação em face de quem a substituir na prestação do serviço.

**§3º** Caso não ocorra a comunicação prevista no parágrafo anterior,

aplicar-se-á a regra do § 1º.

### CAPÍTULO III DOS SUJEITOS ATIVO E PASSIVO DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 4º** A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR será devida à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar pelas entidades reguladas a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020.

**Parágrafo único.** Aplicam-se aos terceiros responsáveis as regras de sucessão e transferência previstas na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966.

### CAPÍTULO IV DO LANÇAMENTO

**Art. 5º** A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR observará, como regra geral, a modalidade de lançamento anual por homologação, devendo a Agepar se pronunciar no prazo de 5 (cinco) anos a partir da consolidação do fato gerador sobre o pagamento realizado pelo sujeito passivo, após o que será considerado homologado e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**§1º** O lançamento reporta-se à data do fato gerador consolidado no exercício anterior e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

**§2º** Caso o sujeito passivo deixe de declarar e recolher integralmente o débito, a Agepar realizará o lançamento do valor, de ofício, no prazo de 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

**§3º** Caso o sujeito passivo deixe de declarar e recolha parcialmente o débito, a Agepar realizará o lançamento da diferença do valor, de ofício, no prazo de 5 (cinco) anos contados da data da consolidação do fato gerador, salvo a hipótese de dolo, fraude ou simulação, quando o prazo será contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

### CAPÍTULO V DO VALOR DA TAXA

**Art. 6º** O valor da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR será obtido a partir da conversão da Receita Operacional Bruta – ROB do exercício anterior ao do pagamento em Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR, no dia 31 de dezembro do exercício em que foi auferida, enquadrada nas faixas de incidência constantes do Anexo III da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, e aplicada a UPF/PR do mês de janeiro do exercício de recolhimento.

**§1º** Para fins de apuração do valor da TR/AGEPAR, serão deduzidos da Receita Operacional Bruta – ROB:

I – valores referentes a serviços não regulados pela Agepar;

II – valores repassados ao delegatário pelo Poder Público a título de subsídio, aporte, subvenção ou contraprestação pecuniária;

III – no caso do serviço compreendido no inciso X do § 1º do art. 2º da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, os valores relativos ao custo da aquisição do gás repassados ao supridor.

**§2º** O não recolhimento da TR/AGEPAR no prazo fixado implicará, sem prejuízo de outras providências, nos acréscimos previstos no § 2º do artigo 7º desta Resolução.

### CAPÍTULO VI DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA TAXA DE REGULAÇÃO

#### Seção I Do Pagamento

**Art. 7º** O pagamento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR será realizado anualmente, na forma prevista nesta Resolução, e, como regra, mensalmente em duodécimos.

**§1º** A taxa de regulação deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente àquele da competência a que se refere, sendo recolhida em parcelas mensais e consecutivas, identificando o mês de competência a que se refere.

**§2º** O não recolhimento da TR/AGEPAR no prazo fixado implicará multa de 2% (dois por cento) e aplicação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic a cada 30 (trinta) dias de atraso, calculados *pro rata die*, a contar do dia seguinte ao do vencimento, sobre o valor da parcela em atraso.

**§3º** Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a TR/AGEPAR não recolhida pelo devedor será inscrita em Dívida Ativa e, como critério de transparência pública, poderá ser divulgada nos mecanismos de controle social do Estado, após esgotado o devido processo legal, no

qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

**§4º** É facultado ao sujeito passivo optar pelo recolhimento integral do débito em parcela única até o dia 10 de fevereiro do exercício a que se refere o pagamento.

**§5º** Em caso de pagamento indevido pelo sujeito passivo, a repetição do indébito tributário observará o disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966.

**Art. 8º** A remuneração da Agepar nos casos referidos no § 1º do art. 5º da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, deverá respeitar os termos dos convênios firmados entre a Agência e o poder concedente dos serviços públicos delegados, seja federal ou municipal.

#### Seção II Do parcelamento

**Art. 9º** Os débitos decorrentes da Taxa de Regulação (TR/AGEPAR) e de multas aplicadas pela Agepar no exercício regular de suas atribuições serão passíveis de parcelamento, atendidas as condições previstas em lei e de acordo com o procedimento estabelecido nesta Resolução.

**Art. 10.** Os créditos vencidos poderão ser parcelados em até 24 (vinte e quatro) vezes, no caso de débitos referentes à Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR, e em até 6 (seis) vezes nos demais casos, de forma mensal e sucessiva.

**§1º** Em qualquer caso, a parcela não poderá ser inferior a 2 (duas) UPF/PR – Unidades Padrão Fiscal do Paraná.

**§2º** O valor dos créditos objeto do parcelamento será atualizado pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic sendo as parcelas do acordo atualizadas monetariamente a partir da data do requerimento de parcelamento.

**§3º** A data de vencimento das parcelas será o décimo dia de cada mês, sendo que o vencimento da primeira parcela ocorrerá no dia 10 (dez) do mês seguinte à formalização do Termo de Parcelamento.

**§4º** As parcelas pagas em atraso estarão sujeitas à multa de 2% (dois por cento) e aplicação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic a cada 30 (trinta) dias de atraso, calculados *pro rata die*, a contar do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor da parcela em atraso.

**§5º** O inadimplemento de qualquer parcela por prazo superior a 30 (trinta) dias, a contar do seu vencimento, acarretará o vencimento antecipado das demais parcelas, a rescisão do Termo de Parcelamento e o envio do débito para inscrição em Dívida Ativa e demais providências, tais como a inclusão do devedor no Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual.

**§6º** Na ocorrência da situação descrita no § 5º, o devedor será previamente comunicado do encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa e no Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual.

**§7º** Fica assegurado ao requerente a possibilidade de liquidação antecipada, total ou parcial, do montante parcelado, com a redução proporcional dos acréscimos financeiros referidos no §4º incidentes sobre as parcelas remanescentes.

**§8º** O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

**§9º** O parcelamento, enquanto em vigor, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**§10.** Na hipótese de solicitação de parcelamento de crédito tributário, o requerimento aperfeiçoa o lançamento do crédito, que estará sujeito à cobrança na forma do art. 14, no caso de descumprimento do Termo de Parcelamento.

**Art. 11.** O requerimento de parcelamento deverá ser apresentado por escrito junto ao sistema eProtocolo, nos moldes do Anexo I da presente Resolução.

**§1º** Ao formular o requerimento de parcelamento, além de informar os dados cadastrais, o requerente deverá:

I – indicar o valor total devido;

II – indicar o número de parcelas pretendido;

III – manifestar ciência quanto aos encargos financeiros incidentes e consequências de eventual inadimplemento;

IV – em caso de existência de discussão judicial ou administrativa do débito, apresentar petição de desistência devidamente protocolada pelo Requerente junto à instância competente.

**§2º** O protocolo contendo o requerimento de parcelamento será encaminhado à Coordenadoria Orçamentária e Financeira – COF/DAF,



que analisará o preenchimento dos requisitos para prosseguimento do pedido e consolidará os valores devidos até a data do requerimento do parcelamento.

**§3º** A deliberação final quanto ao requerimento de parcelamento compete:

I – à Diretoria Administrativa Financeira, quando o valor consolidado do débito a ser parcelado for até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – ao Conselho Diretor da Agepar, quando o valor consolidado do débito a ser parcelado for superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**§4º** No caso do inciso II, após tomadas as providências previstas no § 2º, a Coordenadoria Orçamentária e Financeira – COF/DAF encaminhará o protocolo ao Gabinete do Diretor-Presidente para as providências de sorteio e distribuição na forma regimentalmente prevista.

**§5º** A Coordenadoria Orçamentária e Financeira – COF/DAF poderá notificar o requerente para complementar informações, valores ou documentos, os quais deverão ser prestados no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de indeferimento do pedido.

**§6º** Deferido o pedido nos termos do § 3º deste artigo, será emitido o Termo de Parcelamento, conforme modelo constante no Anexo II desta Resolução, e encaminhado ao requerente para assinatura.

### Seção III Da Compensação

**Art. 12.** Fica autorizada a Agepar, mediante deliberação do Conselho Diretor, a permitir a devolução ou compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo em relação a ela.

**Parágrafo único.** O requerimento do credor quanto à devolução ou compensação deverá ser realizada por meio do sistema eProtocolo, utilizando-se do formulário constante no Anexo III desta Resolução.

### Seção IV Da Prescrição e Da Decadência

**Art. 13.** A Agepar deverá observar os prazos de lançamento referenciados no art. 5º e seus respectivos parágrafos, sob pena de decadência do direito de constituição do crédito tributário.

**Art. 14.** Realizado o lançamento e constituído o crédito tributário, deverá a respectiva cobrança ser promovida no prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

**§1º** Caso o sujeito passivo declare e não pague, total ou parcialmente, o valor devido, considerar-se-á constituído o crédito tributário naquilo que foi objeto da declaração, sujeito à cobrança na forma do *caput*.

**§2º** O prazo prescricional observará as regras de suspensão e interrupção previstas na legislação tributária.

### Seção V Das Demais Hipóteses de Extinção do Crédito Tributário da Taxa de Regulação

**Art. 15.** A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR observará, no que couber, o disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), referente às demais modalidades de extinção do respectivo crédito tributário.

## TÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E COBRANÇA DA TAXA DE REGULAÇÃO

### CAPÍTULO I DO CADASTRO DAS ENTIDADES NO SISTEMA DE GESTÃO DA TAXA DE REGULAÇÃO

**Art. 16.** A Agepar realizará o cadastro das entidades reguladas no Sistema de Gestão da Taxa de Regulação, que será disponibilizado no sítio eletrônico da Agência ([www.agepar.pr.gov.br](http://www.agepar.pr.gov.br)).

**§1º** As entidades reguladas deverão inserir no cadastro dados do representante legal ou representante técnico responsáveis pelo envio das informações financeiras e a documentação comprobatória do vínculo profissional, tais como:

I – contrato social;

II – estatuto;

III – procuração.

**§2º** Caso a entidade regulada não esteja cadastrada no Sistema de Gestão da Taxa de Regulação, ela deverá realizá-lo por meio de ferramenta disponibilizada para tanto.

**§3º** As entidades reguladas deverão manter atualizado o cadastro junto ao Sistema de Gestão da Taxa de Regulação.

### CAPÍTULO II DO ENVIO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS E RECOLHIMENTO DA TAXA DE REGULAÇÃO

**Art. 17.** Até o dia 10 (dez) de fevereiro do ano seguinte ao da competência, as entidades reguladas deverão inserir no campo específico do Sistema de Gestão da Taxa de Regulação o Balancete Analítico com o detalhamento da Receita Operacional Bruta – ROB estimada para o serviço regulado, e caso aplicável, acompanhado de demonstrativo dos valores de dedução da ROB previstos no § 5º, do art. 54 da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020.

**Parágrafo único.** Juntamente com a providência do *caput*, as entidades reguladas preencherão o valor da ROB no campo específico, relacionando-o como “ROB estimada”, e, na sequência, gerando o valor devido à título de TR/AGEPAR, com a emissão dos respectivos boletos, em parcela única ou duodécimos.

**Art. 18.** Até o dia 10 (dez) de maio do ano subsequente ao da competência, as entidades reguladas deverão inserir no campo específico do Sistema de Gestão da Taxa de Regulação, o Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE acompanhado de Balancete Analítico com detalhamento da Receita Operacional Bruta – ROB realizada a partir da prestação do serviço regulado, e caso aplicável, acompanhado de demonstrativo dos valores de dedução da ROB previstos no § 5º, do art. 54 da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020.

**§1º** Juntamente com a providência do *caput*, as entidades reguladas preencherão o valor da ROB no campo específico, relacionando-o como “ROB realizada”.

**§2º** Havendo diferença entre a ROB estimada apresentada na etapa prevista no *caput* do art. 17 e a ROB realizada referida no *caput* do art. 18, o Sistema emitirá os boletos da diferença, com vencimentos a partir de 10 (dez) de maio a 10 de janeiro do ano subsequente, ou em tantas vezes quantas forem as parcelas restantes do pagamento da TR/AGEPAR no ano, que deverão ser pagos juntamente com o os demais boletos emitidos na ocasião do art. 18 pendentes de vencimento.

**§3º** Quando a apuração da “ROB realizada” for menor que a “ROB estimada”, deverá a entidade regulada requerer a devolução ou compensação dos valores, de acordo com o que prevê o parágrafo único do art. 12 desta Resolução.

**Art. 19.** Todos os Demonstrativos Financeiros e Balancetes Analíticos citados nesta resolução deverão estar assinados pelo representante legal e responsável contábil da entidade regulada.

### CAPÍTULO III DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

**Art. 20.** Após o transcurso de 90 (noventa) dias corridos da data de vencimento da última parcela do pagamento em duodécimos da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR, que ocorrerá em 10 (dez) de janeiro do ano seguinte ao da competência, a Agepar notificará a entidade regulada inadimplente para fins de lançamento e constituição do crédito.

**§1º** A notificação será realizada mediante abertura de pendência no sistema eProtocolo à entidade regulada nos mesmos autos em que apurado o débito tributário, e conterá os seguintes requisitos formais:

I – denominação “Notificação de Lançamento”;

II – identificação do sujeito passivo notificado, contendo sua qualificação, com referência ao seu endereço completo e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme o casos;

III – referência à origem do crédito como decorrente da obrigação de recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR, prevista no art. 54 da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020;

IV – referência ao exercício de consolidação do fato gerador a que corresponde ao crédito;

V – memorial de cálculo do tributo devido e seus respectivos acréscimos, com designação específica do valor correspondente ao principal, aos encargos incidentes e à somatória de ambos;

VI – indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, juros e demais acréscimos, mencionando-se o respectivo fundamento legal;

VII – prazo de 30 (trinta) dias corridos para o sujeito passivo recolher o débito ou, querendo, apresentar impugnação ao lançamento, observados os requisitos previstos no art. 21 desta Resolução;

VIII – local, data e assinatura do Diretor-Presidente.

**§2º** Quando não for possível a notificação do lançamento por meio do



sistema eProtocolo, será encaminhada correspondência com Aviso de Recebimento (AR) dirigida ao endereço da entidade regulada cadastrado no Sistema de Gestão da Taxa de Regulação da Agepar.

**§3º** Caso o sujeito passivo notificado não possua endereço cadastrado no Sistema de Gestão da Taxa de Regulação da Agepar para fins da notificação prevista no §2º, ou não for possível localizá-lo no endereço cadastrado, a notificação poderá ocorrer por meio de edital publicado, alternativamente:

I - no sítio eletrônico da Agepar na internet;

II - em dependência da Agepar, franqueada ao público; ou

III - uma única vez, em Diário Oficial do Estado.

**§4º** Considera-se realizada a notificação:

I - na hipótese do § 1º, na data do recebimento, constante do AR;

II - na hipótese do § 2º, após 15 (quinze) dias da publicação do edital.

**§5º** Será emitida uma Notificação de Lançamento para cada exercício em que se tenha constatado o inadimplemento da TR/AGEPAR, ainda que em relação ao mesmo devedor.

## CAPÍTULO V DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO

**Art. 21.** A impugnação ao lançamento instaura a fase litigiosa do procedimento, sendo formalizada mediante inclusão de documento em cumprimento à pendência incluída nos moldes do *caput* do art. 20, e deverá conter:

I - endereçamento à Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF;

II - qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possui, sob pena de preclusão, ressalvado o disposto no § 2º do presente artigo;

IV - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito;

V - cópia da petição, se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial.

**§1º** O Chefe da Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF poderá, fundamentadamente, indeferir o pedido de diligências ou perícias quando este deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV do *caput* ou for manifestamente protelatório ou impertinente.

**§2º** A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;

II - se refira a fato ou a direito superveniente; ou

III - se destine a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

**§3º** Na hipótese do § 2º, a prova documental superveniente será apresentada mediante petição dirigida ao órgão incumbido do julgamento, conforme a etapa procedimental em que se encontre o processo.

**§4º** Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

**Art. 22.** A decisão sobre a impugnação ao lançamento, em primeira instância, caberá ao Chefe da Coordenadoria Orçamentária e Financeira, devendo conter, em sua estrutura, o relatório, a fundamentação e a conclusão, mantendo ou alterando o lançamento realizado.

**Art. 23.** O impugnante será notificado da decisão por meio de pendência no sistema eProtocolo, podendo, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, apresentar, por escrito, nos mesmos autos, recurso administrativo, com efeito suspensivo, que será julgado pelo Conselho Diretor.

**§1º** O recurso administrativo deverá conter:

I - folha de rosto endereçada à Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF, com referência aos autos em que tramita o processo da Notificação de Lançamento, e pedido de envio ao Conselho Diretor da Agepar;

II - folha de razões endereçada ao Conselho Diretor, com as razões e os fundamentos do recurso;

III - pedido de reforma de decisão proferida em primeira instância;

IV - local, data e assinatura do recorrente ou de seu representante legal.

**§2º** O Chefe da Coordenadoria Orçamentária e Financeira, recebendo o recurso administrativo, promoverá o apensamento dos autos recursais aos autos do processo principal, extraindo cópias do recurso e seus documentos e inserindo-as no corpo processo principal, onde prosseguirá o trâmite do feito.

**§3º** Após as providências do § 2º, o Chefe da Coordenadoria Orçamentária e Financeira encaminhará os autos ao Gabinete do Diretor-Presidente, onde será realizado o sorteio e a distribuição do processo para relatoria, prosseguindo-se na forma regimentalmente estabelecida.

**§4º** A decisão do Conselho Diretor será irrecorrível, tendo eficácia imediatamente após a publicação da respectiva ata em Diário Oficial do Estado do Paraná, sendo o recorrente pessoalmente comunicado mediante sistema eProtocolo.

**§5º** No caso de impossibilidade de notificação das decisões referidas no *caput* e no §4º por meio do sistema eProtocolo, será encaminhada correspondência com Aviso de Recebimento (AR) dirigida ao endereço da entidade regulada cadastrado no Sistema de Gestão da Taxa de Regulação da Agepar.

## CAPÍTULO VI DA INSCRIÇÃO DO CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA

**Art. 24.** Caso não haja pagamento no prazo estabelecido, não apresentada ou indeferida a impugnação ao lançamento, a Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF certificará o ocorrido, instaurando novo processo, instruído com cópia dos autos em que tramitou o procedimento de lançamento do tributo, no qual constará relatório contendo:

I - qualificação completa do devedor;

II - indicação da origem do crédito, com breve relato do processo administrativo, e verificação quanto à sua natureza tributária ou não tributária;

III - indicação da ocorrência do fato gerador da obrigação;

IV - demonstrativo de cálculo do montante principal, dos juros, da multa e demais encargos;

V - se há incidência de juros e correção monetária, o termo de início do seu cálculo e o seu fundamento legal e/ou normativo;

VI - referência à notificação do sujeito passivo quanto ao lançamento do tributo e o processo administrativo decorrente da impugnação, se for o caso;

VII - direito de cobrança do crédito, observado o prazo prescricional;

VIII - local, data e assinatura do Chefe da Coordenadoria Orçamentária e Financeira.

**Art. 25.** Após as providências do art. 24, o Diretor-Presidente encaminhará os autos à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA para inscrição em Dívida Ativa e cobrança do crédito.

**§1º** Os autos do processo administrativo de Notificação do Lançamento ficarão arquivados na Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF.

**§2º** Os valores obtidos com a cobrança dos créditos a que se refere esta Resolução deverão, obrigatoriamente, retornar de imediato à conta da Agepar, sob pena de responsabilidade dos servidores que, dolosamente, derem causa à apropriação dos valores ou retardo no seu envio.

## TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 26.** À Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados - TR/AGEPAR, referente aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, aplicar-se-ão as regras anteriores à vigência da Lei Complementar n.º 243, de 17 de dezembro de 2021, cuja aplicabilidade se iniciará em relação ao fato gerador do exercício de 2022, que será consolidado em 31 de dezembro de 2022, para recolhimento em 2023, na forma desta Resolução.

**Parágrafo único.** Até o início da aplicabilidade das regras previstas na Lei Complementar n.º 243, de 17 de dezembro de 2021, será observado, no que couber, o disposto na Resolução n.º 4, de 4 de fevereiro de 2013.

**Art. 27.** Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e a Agepar a firmarem convênios ou ajustes para arrecadação dos débitos tributários e não tributários na esfera de suas competências.

**Art. 28.** Aplicam-se à Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados - TR/AGEPAR, no que couber, as disposições da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996 (Código Tributário Nacional); da Lei n.º

6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais); e do Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, sem prejuízo das demais normas pertencentes à legislação tributária.

**Art. 29.** Os registros contábeis relacionados a Dívida Ativa serão efetuados conforme orientações técnicas da Secretaria da Fazenda do Paraná.

**Art. 30.** O poder concedente ou órgão gestor deverá informar à Agepar quando da concessão, autorização, ou paralisação do serviço público delegado por qualquer entidade regulada, devendo apresentar na informação:

I - razão social e CNPJ da entidade;

II - tipo do serviço delegado;

III - data de início ou fim da concessão ou autorização.

**Art. 31.** São partes integrantes desta Resolução os seguintes anexos:

I - Anexo I: Formulário de requerimento de parcelamento de débitos;

II - Anexo II: Termo de Acordo de Parcelamento;

III - Anexo III: Formulário de requerimento de devolução ou compensação de indébito tributário;

IV - Anexo IV: Fluxograma de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação - TR/AGEPAR;

V - Anexo V: Fluxograma de pagamento de multas decorrentes de Auto de Infração;

VI - Anexo VI: Fluxograma de cadastro de entidades reguladas, declaração de receitas e emissão de boletos de recolhimento da TR/AGEPAR.

**Art. 32.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 33.** Revoga-se a Resolução nº 4/2013 a partir de 1º de janeiro de 2023.

**PUBLIQUE-SE.**

Curitiba, 30 de agosto de 2022

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto Estadual n.º 7340/2021)

**Reinhold Stephanes**  
Diretor-Presidente

## ANEXO I DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

### FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Requerente:  
N.º CPF ou CNPJ:  
Rg/Órgão expedidor:  
Endereço:  
E-mail:  
Telefone:  
Nome do representante legal:  
CPF representante legal:  
Natureza do débito:

Venho, nos termos da Resolução N.º XXX/2022, requerer o PARCELAMENTO do débito referente a (NATUREZA E PERÍODO).

Valor total devido: R\$

Número de parcelas pretendido:

Declaro ciência de que o presente requerimento importa reconhecimento da dívida e renúncia a eventuais recursos anteriormente interpostos, inclusive judiciais, e ainda manifesto ciência quanto aos encargos financeiros incidentes e consequências de eventual inadimplemento.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO II DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

### TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO N.º XXX

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.984.997/0001-00, com sede à Rua Marechal Deodoro, 1.600, Alto da Rua XV, Curitiba/PR, neste ato representado por seu Diretor Presidente, (nome do diretor presidente da Agepar), doravante denominada CREDORA, e do outro lado a (nome do devedor), inscrito (a) no CNPJ/CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede/residência na (endereço do devedor) neste ato representado por (nome do representante legal do devedor), inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela (nome do órgão expedidor), daqui por diante denominado apenas DEVEDOR (A), RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO, conforme requerimento apostado no protocolo n.º \_\_\_\_\_ e já devidamente autorizado pelo(a) (Conselho Diretor/Diretoria Administrativa Financeira), com fulcro no art. XXX da Resolução XXX, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula primeira - O DEVEDOR, renunciando expressamente a qualquer impugnação quanto ao valor e procedência do débito, assume integral responsabilidade de pagamento da dívida, relacionada na **Cláusula sexta**, apurada de acordo com a legislação aplicável;

Cláusula segunda - A dívida constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, sendo ressalvado à CREDORA o direito de sua cobrança na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pelo DEVEDOR;

Cláusula terceira - Tendo o DEVEDOR requerido o pagamento parcelado da dívida especificada na Cláusula sexta, este lhe é deferido pela CREDORA em \_\_\_\_ parcelas mensais e sucessivas.

Cláusula quarta - O valor dos débitos consolidados, que constituirá o objeto do parcelamento, será amortizado em parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor das parcelas atualizado pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, a contar da data do pedido de parcelamento.

Cláusula quinta - Integra o presente acordo planilha anexa emitida pela Coordenadoria Orçamentária-Financeira com dados e natureza da dívida objeto do presente acordo.

Cláusula sexta - A dívida objeto deste Termo de Parcelamento foi consolidada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, perfazendo o montante total de \_\_\_\_ (\_\_\_\_), valor este já acrescido de multa e correção monetária conforme estabelecido na Lei Complementar n.º 222/2020.

Cláusula sétima - Os valores das parcelas deverão ser pagos através de procedimento a ser expedido pela Diretoria Administrativa Financeira - DAF, devendo o comprovante ser remetido no endereço desta Agência Reguladora;

Cláusula oitava - O vencimento da primeira parcela será em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e das parcelas subsequentes será no dia \_\_\_\_ de cada mês;

Cláusula nona - A parcela paga em atraso fica sujeita a multa de 2% (dois por cento) e aplicação de Taxa Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - Selic, a contar do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor da parcela em atraso.

Cláusula décima - Constitui motivo para a rescisão deste acordo, independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento, e

b) a falta de pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 30 (trinta) dias, a contar do seu vencimento.

Cláusula décima primeira - O DEVEDOR declara-se ciente que a rescisão do presente Termo de Acordo de Parcelamento implicará vencimento antecipado de todas as prestações vincendas, com a imediata apuração do débito e sua inscrição em Dívida Ativa e no Cadastro Informativo Estadual - Cadin Estadual ou prosseguimento da ação de cobrança judicial do saldo remanescente, conforme for o caso.

Cláusula décima segunda - O DEVEDOR concorda que os pagamentos efetuados a título de parcelamento são utilizados, para fins de extinção parcial do crédito. E por estarem assim, acertados e de acordo, firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, todas assinadas e rubricadas, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

SIGNATÁRIOS:

Diretor-Presidente da AGEPAR

## TESTEMUNHAS:

1º) Nome: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 CI: \_\_\_\_\_  
 Fone: \_\_\_\_\_  
 Assinatura: \_\_\_\_\_

2º) Nome: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 CI: \_\_\_\_\_  
 Fone: \_\_\_\_\_  
 Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO III DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

## REQUERIMENTO DE DEVOLUÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO

Requerente:  
 N.º CPF ou CNPJ:  
 Rg/Órgão expedidor:  
 Endereço:  
 E-mail:  
 Telefone:  
 Nome do representante legal:  
 CPF representante legal:  
 Natureza do indébito:

Venho, nos termos da Resolução N.º XXX/2022, requerer a (DEVOLUÇÃO OU COMPENSAÇÃO) do indébito referente a (NATUREZA E PERÍODO).

Valor total: R\$

OBS: (Em anexo a este requerimento deverá obrigatoriamente conter a Memória de Cálculo do valor total do indébito tributário e Demonstrações Financeiras e Balancetes Analíticos que auxiliem na comprovação dos valores pagos a maior)

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO IV DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

## FLUXOGRAMA DE GESTÃO E RECOLHIMENTO DA TAXA DE REGULAÇÃO – TR/AGEPAR

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022. **FLUXOGRAMA DE GESTÃO E RECOLHIMENTO DA TAXA DE REGULAÇÃO – TR/AGEPAR:** a ser visualizado no [site da Agepar](#) na aba Leis e Atos - Resoluções - 2022 – Resolução nº 023 de 30 de agosto de 2022 - Regulamenta os procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR.

## ANEXO V DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

## FLUXOGRAMA DE PAGAMENTO DE MULTAS DECORRENTES DE AUTO DE INFRAÇÃO

ANEXO V DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022. **FLUXOGRAMA DE PAGAMENTO DE MULTAS DECORRENTES DE AUTO DE INFRAÇÃO:** a ser visualizado no [site da Agepar](#) na aba Leis e Atos - Resoluções - 2022 – Resolução nº 023 de 30 de agosto de 2022 - Regulamenta os procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR.

## ANEXO VI DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

## FLUXOGRAMA DE CADASTRO DE ENTIDADES REGULADAS,

## DECLARAÇÃO DE RECEITAS E EMISSÃO DE BOLETOS DE RECOLHIMENTO DA TR/AGEPAR

ANEXO VI DA RESOLUÇÃO N.º 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2022. **FLUXOGRAMA DE CADASTRO DE ENTIDADES REGULADAS, DECLARAÇÃO DE RECEITAS E EMISSÃO DE BOLETOS DE RECOLHIMENTO DA TR/AGEPAR:** a ser visualizado no [site da Agepar](#) na aba Leis e Atos - Resoluções - 2022 – Resolução nº 023 de 30 de agosto de 2022 - Regulamenta os procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados – TR/AGEPAR.

96205/2022

## PORTARIA N.º 061/2022-AGEPAR

Designa servidor para atuar na Coordenadoria Orçamentária e Financeira da Diretoria Administrativa Financeira e revoga o artigo 4º, inciso II, da Portaria 21/2022

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso das atribuições legais previstas no art. 29, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 222, de 5 de maio de 2020, e no art. 24, incisos II e III do Regulamento da AGEPAR,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Designar o servidor Marcos Cesar Vieira, RG nº 5.074.783-2, para atuar na Coordenadoria Orçamentária e Financeira – COF/DAF.

**Art. 2º** Revoga-se o art. 4º, inc. II, da Portaria nº 21/2022.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de setembro de 2022.

Curitiba/PR, 31 de agosto de 2022.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)

Reinhold Stephanes  
 Diretor-Presidente

96206/2022



## IDR - PARANÁ

### INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER

#### PORTARIA Nº 151/2022

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019,

#### RESOLVE:

**Art.1º** DESIGNAR os servidores/empregados públicos, **RAFAEL FLÁVIO DIAS CAVALLIERI** – Matr. 286102, CPF: 041.320.669-67, **RAFAEL ALBERTO GUOLLO DE OLIVEIRA** – Matr. 734393, CPF: 059.988.859-88 e **MARCOS ROGÉRIO DA SILVA ALVES DOS SANTOS** – Matr. 772855, CPF: 036.968.019-76 para, sob presidência do primeiro nomeado, constituírem **Comissão de Sindicância**, destinada a apurar a ocorrência e eventual responsabilidade de sinistro ocorrido com o veículo oficial do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, VW Gol City, placas AYY-7995, conforme notificado no protocolo 19.117.957-9.

**Art.2º** Determinar que a presente Sindicância deverá ser iniciada no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da designação dos membros da Comissão e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de seu início, consoante o disposto no art. nº 310 da Lei Estadual nº 6174/70.

Registre-se e Publique-se.  
Curitiba, 05 de setembro de 2022  
(assinado eletronicamente)  
Natalino Avance de Souza  
Diretor Presidente  
IDR-Paraná

96827/2022

### INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER

#### PORTARIA Nº 152/2022

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do PARANÁ –IAPAR-EMATER no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento da Instituição e tendo em vista a incorporação dos ativos patrimoniais móveis da CODAPAR,

#### RESOLVE:

**Art.1º PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para as Comissões constituídas através da Portaria nº 119/2022, de 14 de julho de 2022 concluírem o inventário patrimonial determinado na referida Portaria, sendo esse prorrogação contada a partir do primeiro dia de vencimento do prazo até então estabelecido pela Portaria nº 119/2022 ou seja, a partir de 15/09/2022.

**Art.2º DETERMINAR** que permanecem inalterados os demais artigos da Portaria nº 119/2022 e a Portaria nº 144/2022.

Registre-se e Publique-se.  
Curitiba, 05 de setembro de 2022  
(assinado eletronicamente)  
Natalino Avance de Souza  
Diretor Presidente  
IDr-Paraná

96831/2022

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER			
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - Programa PARANÁ ENERGIA RURAL RENOVÁVEL - RENOVAPR			
De acordo com o <b>EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021</b> , <b>HOMOLOGA-SE</b> as Empresas abaixo relacionadas, as quais estão em conformidade com as condições estabelecidas no mencionado Edital.			
Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ/CPF	Município
Giza Ltda	Giza Tecnologia Ltda	26.975.269/0001-87	Cascavel
Sol Brasil Soluções em Energia Ltda	Sol Brasil Soluções em Energia	19.422.437/0001-41	Maringá
R M Comercial Eletro Eletrônico Ltda	Alarmatec	10.583.427/0001/13	Colombo
Herlon Goelzer de Almeida UTE Programa RenovaPR		Natalino Avance de Souza Diretor-Presidente IDR-Paraná	

96844/2022



**Em tempo****Secretaria da Saúde****DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 19.171.134-3

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

**CONSIDERANDO** a Portaria GM/MS nº 684/2021, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2021;

**CONSIDERANDO** a(s) Portaria(s) GM/MS nº 750/2022, a qual define valores individualizados e habilita especificamente o prestador Associação de Saúde Frederico Guilherme Keche Virmond, CNPJ 08.828.617/0001-01, CNES 2742047 a receber R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) referente à Portaria GM/MS nº 750/2022 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

**CONSIDERANDO** o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

**CONSIDERANDO** o Parecer nº 23/2020 – PGE (fls. 211-235 do Protocolo nº 16.664.229-9) e a Resolução nº 224/2020 – PGE, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, prevista no artigo 8º da Resolução nº 41/2016- PGE, minutas estas qualificadas na categoria “com objeto definido”;

**CONSIDERANDO** a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

- RECONHEÇO** a situação administrativa ensejada de Inexigibilidade de Licitação, embasada no artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 33, *caput*, da Lei Estadual nº 15.608/07, em face à inviabilidade de competição na alocação dos recursos a serem transferidos por força da Portaria GM/MS nº 1263/2021, cuja natureza é de caráter federal e sua transferência é definida de maneira individualizada por meio de portaria de habilitação específica expedida pelo Ministério da Saúde;
- AUTORIZO a celebração de Termo de Convênio** oriundo de minuta padronizada pela Resolução nº 224/2020 – PGE, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Associação de Saúde Frederico Guilherme Keche Virmond, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.828.617/0001-01, em cumprimento ao objeto proposto de conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.1402/2018, de forma coordenada e por meio de recursos financeiros via Portaria GM/MS nº 684/2022, por meio da aquisição de insumos: Material Farmacológico, por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade à Associação de Saúde Frederico Guilherme Keche Virmond entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- O valor para a execução do presente Convênio importa em R\$ 499.992,68 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos) proveniente da Fonte 266 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.
- Condiciono** a presente autorização à correta instrução do presente protocolo pelo preenchimento adequado dos requisitos legais consubstanciados na Lista de Verificação que acompanha a minuta padronizada pela Resolução nº 224/2020 – PGE, por força das disposições

do Decreto Estadual nº 3.203/2015. Ainda, a realização da despesa fica condicionada à efetiva disponibilidade financeira e orçamentária, em respeito aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000; à Lei Federal nº 4.320/1964; ao artigo 136, XIII a XVI, da Lei Estadual nº 15.608/2007; e ao Decreto Estadual nº 8.622/2013.

- Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, 6 de setembro de 2022.

*Assinado eletronicamente***Dr. César Augusto Neves Luiz**  
(César Neves)

Secretário de Estado da Saúde

**97523/2022****RESOLUÇÃO SESA Nº 568/2022**

Designa servidores para compor Comissão de **Processos Apuração de Responsabilidade-PAAR**.

**O Secretário de Estado da Saúde, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI, VIII e XIII, da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e o art. 8º, inciso IX do anexo 113060\_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e:**

**Considerando** as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que Institui normas para licitações e contratos da Administração pública e dá outras providências;

**Considerando** a Lei Estadual nº 8.485, de 3 de junho de 1987 que Dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná;

**Considerando** a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007: Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná; que regulamenta o trâmite do **PAAR**;

**Resolve:**

Art. 1º Designar as servidoras **Sônia Maria Dotto Ampessan**, CPF 603.483.489-91; **Renata Dal Pai Orreda**, CPF 062.157.797-3, **Fabiana Leis**, CPF: 041.719.329-71, para comporem Comissão de processos apuração de responsabilidade, destinada a apurar fatos constates na denúncia de possíveis irregularidades na realização de Procedimentos de Arteriografia com cobrança indevida, pelo Hospital do Rocio (CNES 0013846), inscrito sob o nº **15.613.699-9**, com abrangência do período de 01/07/2017 até 01/07/2019.

*(Assinado eletronicamente)*  
**Dr. César Augusto Neves Luiz**  
Secretário de Estado da Saúde**97307/2022**